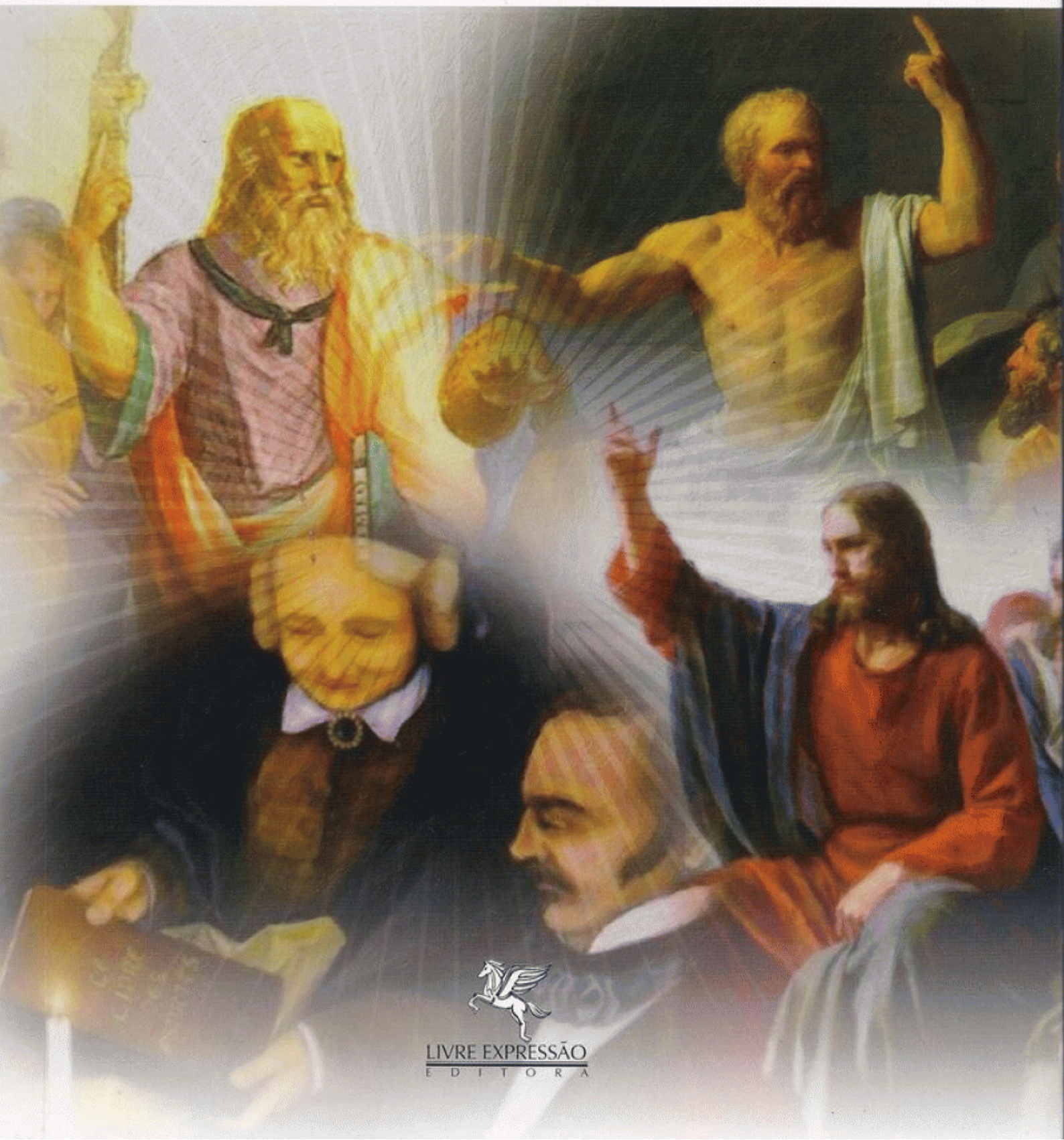


FILOSOFIA GERAL VERSUS FILOSOFIA ESPÍRITA

José Fleurí Queiroz



LIVRE EXPRESSÃO
EDITORIA

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

FILOSOFIA GERAL**VERSUS****FILOSOFIA ESPÍRITA**

**Ao estudioso de Filosofia e a todos os livres-pensadores
oferecemos esta**

*Antologia Comparativa das teorias dos principais filósofos,
de todos os tempos, com a Filosofia Espírita - Codificada
por Allan Kardec.*

**EXISTENCIALISMO; DEUS; NATUREZA DO UNIVERSO;
ESPÍRITO E MATÉRIA; O HOMEM NO UNIVERSO;
A ALMA E A IMORTALIDADE; QUE É O BEM E QUE É O MAL?
ou QUE É MORAL? DESTINO E LIVRE-ARBÍTRIO;
AS IDÉIAS E O PENSAMENTO; O HOMEM E O ESTADO;
O HOMEM E A EDUCAÇÃO.**



QQQ - QUEIROZ

LIVRARIA, EDITORA E DISTRIBUIDORA

Rua Inácio Xavier Luiz, n. 10 – Vila Sene

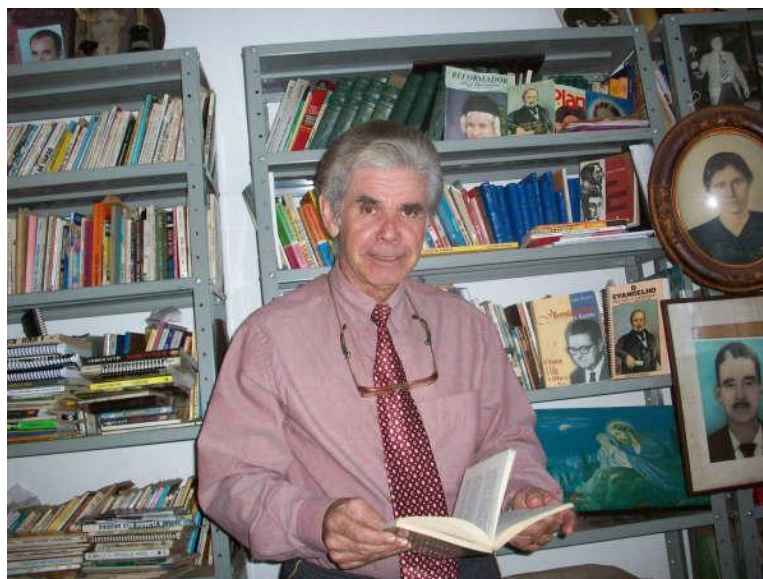
BURI-SP. CEP 18.290.000. Fone (15) 3546-1191

e-mail – jose.fleuri@itelefonica.com.br

site: www.qqqqueiroz.com.br

DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

PRIMEIRA DOBRA DA CAPA (DIANTEIRA)



JOSÉ FLEURÍ QUEIROZ

Nascido na cidade de Buri-SP, aos 16/10/1941, é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, aposentado em 1991; bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo – Fundação Álvares Penteadó (1966); bacharel em Direito pela Faculdade FKB, de Itapetininga (1973). Pós-graduado em Direito Penal – lato sensu -, pela FMU-SP – Faculdades Metropolitanas Unidas – (1996). Mestre em Filosofia do Direito e do Estado – *scripto sensu* -, pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica – (1998). Advogado criminalista e professor universitário de 1998 até 2.001, nas cadeiras de Direito Penal, Instituições de Direito Público e Privado, Filosofia Geral, Filosofia do Direito e do Estado, Filosofia e Ética Profissional, nas Faculdades de Direito de Itapetininga-SP (FKB) e de Administração de Itapeva-SP (FAIT). É autor dos livros sobre Filosofia do Direito, pela Editora Mundo Jurídico: “A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER À Luz da Filosofia e do Direito Natural” (2003), “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA” - Projeto Comentado (1ª. Edição/ 2006, 2ª. Edição/2010), “SUICÍDIO É OU NÃO É CRIME?” (em parceria com seu filho Dr. Allan Francisco Queiroz, 2007), MEDICINA ESPÍRITA - CIÊNCIA MÉDICA (2009), PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA (Filosofia do Direito e Filosofia Espírita – 2009).

Neste livro: FILOSOFIA GERAL *VERSUS* FILOSOFIA ESPÍRITA o autor coloca em confronto as teorias dos principais filósofos com a Filosofia Espírita, para livre apreciação dos leitores.

CONTRACAPA (QUARTA CAPA)

SÓCRATES E PLATÃO

(PRECURSORES DO CRISTIANISMO E DO ESPIRITISMO)

(...)

Segundo Sócrates, os homens que viveram na terra encontram-se depois da morte e se reconhecem. O Espiritismo no-los mostra continuando suas relações, de tal maneira que a morte não é uma interrupção, nem uma cessação da vida, sem solução de continuidade, mas uma transformação.

Sócrates e Platão, se tivessem conhecido os ensinamentos que o Cristo daria quinhentos anos mais tarde, e os que o Espiritismo hoje nos dá, não teriam falado de outra maneira. Nisso, nada há que nos deva surpreender, se considerarmos que as grandes verdades são eternas, e que os Espíritos adiantados devem tê-las conhecido antes de vir para a terra, para onde as trouxeram. Se considerarmos ainda que Sócrates, Platão, e os grandes filósofos do seu tempo, podiam estar, mais tarde, entre aqueles que secundaram o Cristo na sua divina missão, sendo escolhidos precisamente porque estavam mais aptos do que outros a compreenderem os seus sublimes ensinamentos. E que eles podem, por fim, participar hoje da grande plêiade de Espíritos encarregados de vir ensinar aos homens as mesmas verdades.

(...)

(O Evangelho Segundo o Espiritismo – Introdução)

*

TEORIAS DOS FILÓSOFOS:

HESÍODO – XENÓFANES - TALES – PITÁGORAS – ANAXÁGORAS - HERÁCLITO – DEMÓCRITO – OS SOFISTAS - PARMÊNIDES – ZENÃO – PROTÁGORAS - SÓCRATES – PLATÃO – ARISTÓTELES – OS EPICURISTAS – OS ESTÓICOS - FÍLON – PLOTINO – SANTO AGOSTINHO – ABELARDO - S.TOMÁS DE AQUINO – LUTERO - BACON – HOBBS – COMÊNIO – GALILEU - DESCARTES – ESPINOSA – LOCKE – BERKELEY - LEIBNITZ – VOLTAIRE – MAQUIAVEL - ROUSSEAU – PESTALOZZI – HERBART – FROEBEL - KANT – FICHTE - HEGEL – MARX - NIETZCHE – COMTE – SPENCER – JAMES - SCHOPENHAUER – ADAM SMITH - MILL – BENTHAM - DEWEY – RUSSELL - BERGSON – SANTAYANA – KIERKEGAARD - SARTRE – HEIDEGGER – KARL JASPERS – GABRIEL MARCEL – HUSSERL- J.HERCULANO PIRES -

AGRADECIMENTOS

Reitero aqui, os agradecimentos registrados nos livros anteriores a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, têm colaborado comigo neste propósito de pesquisa e divulgação da Filosofia Espírita O sustentáculo fundamental, entretanto, para esse modesto empreendimento, recebo de minha querida esposa Domitila e de meus queridos filhos: Allan Francisco Queiroz e Fleury Cândido Queiroz, aos quais não apenas sou eternamente grato como peço a Deus que os inspire e ilumine para que possam dar continuidade a esta tarefa.

PREFÁCIO

Fui convidada a prefaciar este trabalho; eu, justo eu, que pouco, ou quase nada sei.

Como todo filósofo natural que somos, - pois todos, indistintamente, questionamos nossa natureza, de onde viemos, para onde vamos, como surgiu o Universo, a formação dos mundos, de onde surgiram as flores, os rios, as rochas, as estrelas, o sol, o mar, a lua, etc... – ficamos a meditar, também, sobre o que se passa em nossa mente, nossos pensamentos, nossas idéias, nossas emoções, tentando decifrar o enigma da Vida.

Essas perguntas e muitas outras, com as quais se preocuparam, também, os Filósofos de todos os tempos, encontram as respectivas respostas, de forma racional, lógica e científica, na matéria selecionada com muito critério e carinho pelo Menino Fleurí e que está reunida nesta obra que irão ler.

Sua pesquisa partiu do início da História da Filosofia reunindo as doutrinas dos principais pensadores, amantes da Sabedoria (como os chamaram Pitágoras), confrontando com a Filosofia Espírita, a Terceira Revelação, o outro Consolador prometido por Jesus, sob a égide do Espírito de Verdade, Codificada por Allan Kardec, no século XIX, através da qual todas as lacunas, incoerências e possíveis contradições do passado foram sanadas, tranquilizando toda Humanidade quanto à sua destinação e fornecendo-lhe os meios indispensáveis para a conquista da Real Felicidade.

Como se não bastasse, o Menino Fleurí avançou no tempo, adentrando os séculos XX e XXI, e estudando todas as obras do extraordinário Filósofo José Herculano Pires e as do Espírito Emmanuel, estas psicografadas pelo não menos fantástico Francisco Cândido Xavier – o Chico Xavier -, não apenas ratifica e consolida como, também, demonstra toda a atualidade de Allan Kardec, comprovando, ainda, a superioridade da Filosofia Espírita em confronto com as Filosofias da Existência de nossos dias.

Desse confronto FILOSOFIA GERAL *VERSUS* FILOSOFIA ESPÍRITA, além da Cultura Geral que adquirirá, não resta ao maior dos céticos senão convencer-se de que o mundo é uma Grande Escola onde estamos todos matriculados com o objetivo principal do auto-conhecimento e conseqüente aperfeiçoamento moral como Aprendizes do Evangelho, a bússola que O MAIOR DOS FILÓSOFOS – *JESUS CRISTO* – nos legou para que pudéssemos alcançar a Felicidade levando-a, também, ao nosso próximo pelo cumprimento da máxima “FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO” - NEM FELICIDADE!

Buri, Novembro de 2.010.

Dra. DOMITILA MEIRA DE VASCONCELLOS

Esposa do Menino Fleurí.

ÍNDICE

PROLEGÔMENOS – Sócrates e Platão, Precursores da		
Doutrina Cristã e da Filosofia Espírita.....	Página	10
	Primeira Parte	Segunda Parte
	Filosofia Geral	Filosofia Espírita
	Página	Página
CAPÍTULO I – FILOSOFIAS DA EXISTÊNCIA		
Primeira Parte.....	15	
Segunda Parte.....		29
CAPÍTULO II – DEUS		
Primeira Parte.....	39	
Segunda Parte.....		56
CAPÍTULO III – NATUREZA DO UNIVERSO		
Primeira Parte.....	67	
Segunda Parte.....		96
CAPÍTULO IV – ESPÍRITO E MATÉRIA		
Primeira Parte.....	107	
Segunda Parte.....		120
CAPÍTULO V – O HOMEM NO UNIVERSO		
Primeira Parte.....	136	
Segunda Parte.....		154
CAPÍTULO VI – A ALMA E A IMORTALIDADE		
Primeira Parte.....	191	
Segunda Parte.....		205
CAPÍTULO VII – QUE É O BEM E QUE É O MAL? ou QUE É MORAL?		
Primeira Parte.....	226	
Segunda Parte.....		240
CAPÍTULO VIII – DESTINO E LIVRE-ARBÍTRIO		
Primeira Parte.....	266	
Segunda Parte.....		284
CAPÍTULO IX – AS IDÉIAS E O PENSAMENTO		
Primeira Parte.....	300	
Segunda Parte.....		314
CAPÍTULO X – O HOMEM E O ESTADO		
Primeira Parte.....	328	
Segunda Parte.....		349
CAPÍTULO XI – O HOMEM E A EDUCAÇÃO		
Primeira Parte.....	376	
Segunda Parte.....		388
NOTAS BIOGRÁFICAS..		410
BIBLIOGRAFIA.....		416

INTRODUÇÃO

Primeiramente, desejo agradecer aos queridos leitores que têm prestigiado com seu interesse os nossos trabalhos, através desta Editora: 1) Educação Como Direito e Dever À Luz da Filosofia e do Direito Natural, em 2.003; 2) Código de Direito Natural Espírita, 1ª. Edição em 2003 e 2ª. Edição em 2010; 3) Suicídio É Ou Não É Crime? Em parceria com meu filho Allan Francisco Queiroz, em 2007; 4) Filosofia do Direito e Filosofia Espírita – Pena Indeterminada -, em 2009 e 5) Medicina Espírita e Ciência Médica, em 2.009.

Esses livros, bem como este, **Filosofia Geral Versus Filosofia Espírita**, além de contemplar os adeptos do Espiritismo, visam, também, divulgar a Filosofia Espírita nos meios universitários: Direito, Administração Medicina, Filosofia, etc., como também aos profissionais dessas áreas, sem omitir o público em geral.

Tendo militado por muitos anos como Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Advogado Criminalista, Professor Universitário – na condição de Mestre em Filosofia do Direito e do Estado -, realizado vários cursos de Pós-Graduação na área do Direito, freqüentado por longo tempo a Federação Espírita do Estado de São Paulo, concluí, finalmente, haver grande carência em nossa Cultura Geral de valores espirituais apoiados em conclusões racionais e lógicas.

Convenci-me da grande responsabilidade a que a vida me conduziu e propus-me, apesar dos poucos recursos, mas com fervoroso ideal, contribuir para a divulgação da fantástica Filosofia Espírita, atirando-me às pesquisas e coletando o melhor que pudesse para tentar transmitir ao meu semelhante, no tempo mais curto possível, o que me custou mais de 40 anos para assimilar.

Quanto a este livro, minha querida esposa já disse tudo no Prefácio, restando-me apenas reproduzir parte de suas observações:

(...) Sua pesquisa partiu do início da História da Filosofia reunindo as doutrinas dos principais pensadores, amantes da Sabedoria (como os chamaram Pitágoras), confrontando com a Filosofia Espírita, a Terceira Revelação, o outro Consolador prometido por Jesus, sob a égide do Espírito de Verdade, Codificada por Allan Kardec, no século XIX, através da qual todas as lacunas, incoerências e possíveis contradições do passado foram sanadas, tranquilizando toda Humanidade quanto à sua destinação e fornecendo-lhe os meios indispensáveis para a conquista da Real Felicidade.

Como se não bastasse, o Menino Fleuri avançou no tempo, adentrando os séculos XX e XXI, e estudando todas as obras do extraordinário Filósofo José Herculano Pires e as do Espírito Emmanuel, estas psicografadas pelo não menos fantástico Francisco Cândido Xavier – o Chico Xavier -, não apenas ratifica e consolida como, também, demonstra toda a atualidade de Allan Kardec, comprovando, ainda, a superioridade da Filosofia Espírita em confronto com as Filosofias da Existência de nossos dias.

Desse confronto FILOSOFIA GERAL VERSUS FILOSOFIA ESPÍRITA, além da Cultura Geral que adquirirá, não resta ao maior dos céticos senão convencer-se de que o mundo é uma GRANDE ESCOLA onde estamos todos matriculados com o objetivo principal do autoconhecimento e conseqüente aperfeiçoamento moral como Aprendizes do Evangelho, a bússola que O MAIOR DOS FILÓSOFOS – JESUS CRISTO – nos legou para que pudéssemos alcançar a Felicidade levando-a, também, ao nosso próximo pelo cumprimento da máxima “FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO” - NEM FELICIDADE!

QUE ASSIM SEJA!

PROLEGÔMENOS

SÓCRATES E PLATÃO, PRECURSORES DA DOU- TRINA CRISTÃ E DA FILOSOFIA ESPÍRITA

– Sócrates e Platão, Precursores da Doutrina Cristã e do Espiritismo – (Alocação de Allan Kardec na Introdução de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”).

Da suposição de que Jesus devia conhecer a seita dos Essênios, seria errado concluir que Ele bebeu nessa seita a sua Doutrina, e que, se tivesse vivido em outro meio, professaria outros princípios. As grandes idéias não aparecem nunca de súbito. As que têm a verdade por base contam sempre com precursores, que lhes preparam parcialmente o caminho. Depois, quando o tempo é chegado, Deus envia um homem com a missão de resumir, coordenar e completar os elementos esparsos, com eles formando um corpo de doutrina. Dessa maneira, não tendo surgido bruscamente, a doutrina encontra, ao aparecer, espíritos inteiramente preparados para a aceitar. Assim aconteceu com as idéias cristãs, que foram pressentidas muitos séculos antes de Jesus e dos Essênios, e das quais foram Sócrates e Platão os principais precursores. Sócrates, como o Cristo, nada escreveu, ou pelo menos nada deixou escrito. Como o Cristo, teve a morte dos criminosos, vítima do fanatismo, por haver atacado as crenças tradicionais e colocado a verdadeira virtude acima da hipocrisia e da ilusão dos formalismos, ou seja, por haver combatido os preconceitos religiosos. Assim como Jesus foi acusado pelos Fariseus de corromper o povo com seus ensinamentos, ele também foi acusado pelos Fariseus do seu tempo – pois que os têm havido em todas as épocas – de corromper a juventude, ao proclamar o dogma da unicidade de Deus, da imortalidade da alma e da existência da vida futura. Da mesma maneira porque hoje não conhecemos a Doutrina de Jesus senão pelos escritos dos seus discípulos, também não conhecemos a de Sócrates, senão pelos escritos do seu discípulo Platão. Consideramos útil resumir aqui os seus pontos principais, para demonstrar sua concordância com os princípios do Cristianismo.

Aos que encararem este paralelo como uma profanação, pretendendo não ser possível haver semelhanças entre a doutrina de um pagão e a do Cristo, responderemos que a doutrina de Sócrates não era pagã, pois tinha por finalidade combater o paganismo, e que a doutrina de Jesus, mais completa e mais depurada que a de Sócrates, nada tem que perder na comparação. A grandeza da missão divina do Cristo não poderá ser diminuída. Além disso, trata-se de fatos históricos, que não podem ser escondidos. O homem atingiu um ponto em que a luz sai por si mesma de baixo do alqueire e o encontra maduro para a enfrentar. Tanto pior para os que temem abrir os olhos. É chegado o tempo de encarar as coisas do alto e com amplitude, e não mais do ponto de vista mesquinho e estreito dos interesses de seitas e de castas. Estas citações provarão, além disso, que, se Sócrates e Platão pressentiram as idéias cristãs, encontram-se igualmente na sua doutrina os princípios fundamentais do Espiritismo.

Resumo da Doutrina de Sócrates e Platão:

I – O homem é *uma alma encarnada*. Antes de sua encarnação, ela existia junto aos modelos primordiais, às idéias do verdadeiro, do bem e do belo. Separou-se deles ao encarnar-se, e, *lembrando seu passado*, sente-se mais ou menos atormentada pelo desejo de a eles voltar.

Não se pode enunciar mais claramente a distinção e a independência dos dois princípios, o inteligente e o material. Além disso, temos aí a doutrina da preexistência da alma; da vaga intuição que ela conserva, da existência de outro mundo, ao qual aspira; de sua sobrevivência à morte do corpo; de sua saída do mundo espiritual, para encarnar-se; e da sua volta a esse mundo, após a morte. É, enfim, o germe da doutrina dos anjos decaídos.

II – A alma se perturba e confunde, quando se serve do corpo para considerar algum objeto; sente vertigens, como se estivesse ébria, porque se liga a coisas que são, por sua natureza, sujeitas a transformações. Em vez disso, quando contempla sua própria essência, ela se volta para o que é puro, eterno, imortal, e, sendo da mesma nature-

za, permanece nessa contemplação tanto tempo quanto possível. Cessam, então, as suas perturbações, e esse estado da alma é o que chamamos de *sabedoria*.

Assim, o homem que considera as coisas de baixo, terra-a-terra, do ponto de vista material, vive iludido. Para apreciá-las com justeza, é necessário vê-las do alto, ou seja, do ponto de vista espiritual. O verdadeiro sábio deve, portanto, de algum modo, isolar a alma do corpo, para ver com os olhos do espírito. É isso o que ensina o Espiritismo. (Cap. II no.5.)

III – Enquanto tivermos o nosso corpo, e a nossa alma encontrar-se mergulhada nessa corrupção, jamais possuiremos o objeto de nossos desejos: a verdade. De fato, o corpo nos oferece mil obstáculos, pela necessidade que temos de cuidar dele; além disso, ele nos enche de desejos, de apetites, de temores, de mil quimeras e de mil tolices, de maneira que, com ele, é impossível sermos sábios por um instante. Mas, se nada se pode conhecer puramente, enquanto a alma está unida ao corpo, uma destas coisas se impõe: ou que jamais se conheça a verdade, ou que se conheça após a morte. Livres da loucura do corpo, então conversaremos, é de esperar, com homens igualmente livres, e conheceremos por nós mesmos a essência das coisas. Eis porque os verdadeiros filósofos se preparam para morrer e a morte não lhes parece de maneira alguma temível. (*O Céu e o Inferno*, 1.^a parte, cap. 2.^o, e 2.^a parte, cap. 1.^o.)

Temos aí o princípio das faculdades da alma, obscurecidas pela mediação dos órgãos corporais, e da expansão dessas faculdades depois da morte. Mas trata-se, aqui, das almas evoluídas, já depuradas, não acontece o mesmo com as almas impuras.

IV – A alma impura, nesse estado, encontra-se pesada, e é novamente arrastada para o mundo visível, pelo horror do que é invisível e imaterial. Ela erra, então, segundo se diz, ao redor dos monumentos e dos túmulos, junto dos quais foram vistos às vezes fantasmas tenebrosos, como devem ser as imagens das almas que deixaram o corpo, sem estarem inteiramente puras, e que conservam alguma coisa da forma material, o que permite aos nossos olhos percebê-las. Essas não são as almas dos bons, mas as dos maus, que são forçadas a errar nesses lugares, onde carregam as penas de sua vida passada, e onde continuam a errar, até que os apetites inerentes à sua forma material as envolvam a um corpo. Então, elas retomam, sem dúvida, os mesmos costumes que, durante a vida anterior, eram de sua predileção.

Não somente o princípio da reencarnação está aqui claramente expresso, mas também o estado das almas que ainda estão sob o domínio da matéria é descrito tal como o Espiritismo o demonstra nas evocações. E há mais, pois, afirma-se que a reencarnação é uma consequência da impureza da alma, enquanto as almas purificadas estão livres dela. O Espiritismo não diz outra coisa, apenas acrescenta que a alma que tomou boas resoluções na erraticidade, e que tem conhecimentos adquiridos, trará menos defeitos ao renascer, mais virtudes e mais idéias intuitivas do que na existência precedente, e que, assim, cada existência marca para ela um progresso intelectual moral. (O Céu e o Inferno, 2.^a parte: exemplos.)

V – Após a nossa morte, o gênio (*daimon, démon*) que nos havia sido designado durante a vida, nos leva a um lugar onde se reúnem todos os que devem ser conduzidos ao *Hades*, para o julgamento. As almas, depois de permanecerem no *Hades* o tempo necessário, são reconduzidas a esta vida, por numerosos e longos períodos.

Esta é a doutrina dos Anjos Guardiães ou Espíritos protetores, e das reencarnações sucessivas, após intervalos mais ou menos longos de erraticidade.

VI - Os demônios preenchem o espaço que separa o céu da terra; são o laço que liga o Grande Todo consigo mesmo. A divindade não entra jamais em comunicação direta com os homens, mas é por meio dos demônios que os deuses se relacionam e conversam com eles, seja durante o estado de vigília, seja durante o sono.

A palavra daimon, da qual se originou demônio, não era tomada no mau sentido pela antiguidade, como entre os modernos. Não se aplicava essa palavra exclusivamente aos seres malfazejos, mas aos Espíritos em geral, entre os quais se distinguiam os Espíritos superiores, chamados deuses, e os Espíritos menos elevados, ou demônios propriamente ditos, que se comunicavam diretamente com os homens. O Espiritismo ensina também que os Espíritos povoam o espaço; que Deus não se comunica com os

homens senão por intermédio dos Espíritos puros, encarregados de nos transmitir a sua vontade; que os Espíritos se comunicam conosco durante o estado de vigília e durante o sono. Substituí a palavra demônio pela palavra Espírito, e tereis a Doutrina Espírita; ponde a palavra anjo, e tereis a doutrina cristã.

VII – A preocupação constante do filósofo (tal como o compreendem Sócrates e Platão) é a de ter o maior cuidado com a alma, menos em vista desta vida, que é apenas um instante, do que em vista da eternidade. Se a alma é imortal, não é sábio viver com vistas à eternidade?

O Cristianismo e o Espiritismo ensinam a mesma coisa.

VIII – Se a alma é imaterial, ela deve passar, após esta vida, para um mundo igualmente invisível e imaterial, da mesma maneira que o corpo, ao se decompor, retorna à matéria. Importa somente distinguir bem a alma pura, verdadeiramente imaterial, que se nutre, como Deus, da ciência e de pensamentos, da alma *mais ou menos* manchada de impurezas materiais, que a impedem de elevar-se ao divino, retendo-a nos lugares de sua passagem pela terra.

Sócrates e Platão, como se vê, compreendiam perfeitamente os diferentes graus de desmaterialização da alma. Eles insistem sobre as diferenças de situação que resultam para ela, de sua maior ou menor pureza. Isso que eles diziam por intuição, o Espiritismo o prova, pelos numerosos exemplos que nos põe diante dos olhos. (O Céu e o Inferno, 2ª. parte.)

IX – Se a morte fosse a dissolução total do homem, isso seria de grande vantagem para os maus, que, após a morte estariam livres, ao mesmo tempo, de seus corpos, de suas almas e de seus vícios. Aquele que adornou sua alma, não com enfeites estranhos, mas com os que lhe são próprios, somente poderá esperar com tranqüilidade a hora de sua partida para o outro mundo.

Em outros termos, quer dizer que o materialismo, que proclama o nada pós a morte, seria a negação de toda responsabilidade moral ulterior, e por conseguinte um estímulo ao mal; que o malvado tem tudo a ganhar com o nada; que o homem que se livrou dos seus vícios e se enriqueceu de virtudes é o único que pode esperar tranqüilamente o despertar na outra vida. O Espiritismo nos mostra, pelos exemplos que diariamente nos põe ante os olhos, quanto é penosa para o malvado a passagem de uma para a outra vida, a entrada na vida futura. (O Céu e o Inferno, 2ª. parte, cap. 1º.)

X – O corpo conserva os vestígios bem marcados dos cuidados que se teve com ele ou dos acidentes que sofreu. Acontece o mesmo com a alma. Quando ela se despoja do corpo, conserva os traços evidentes de seu caráter, de seus sentimentos, e as marcas que cada um dos seus atos lhe deixou. Assim, a maior desgraça que pode acontecer a um homem, é a de ir para o outro mundo com uma alma carregada de culpas. Tu vês, Cálicles, que nem tu, nem Pólus, nem Górgias, poderíeis provar que se deve seguir outra vida que nos seja mais útil, quando formos para lá. De tantas opiniões diversas, a única que permanece inabalável é a de que *mais vale sofrer que cometer uma injustiça*, e que antes de tudo devemos aplicar-nos, não a parecer, mas a ser um homem de bem. (Conversações de Sócrates com os discípulos na prisão.)

Aqui se encontra outro ponto capital, hoje confirmado pela experiência, segundo o qual a alma não purificada conserva as idéias, as tendências, o caráter e as paixões que tinha na terra. Esta máxima: Mais vale sofrer do que cometer uma injustiça, não é inteiramente cristã? É o mesmo pensamento que Jesus exprime por esta figura: “Se alguém te bater numa face, oferece-lhe a outra.” (Cap. XII, Mateus, V: 38-42 e ns. 7 e 8.)

XI – De duas, uma: ou a morte é a destruição absoluta, ou é a passagem da alma para outro lugar. Se tudo deve extinguir-se, a morte é como uma dessas raras noites que passamos sem sonhar e sem nenhuma consciência de nós mesmos. Mas se a morte é apenas uma mudança, a passagem para um lugar em que os mortos devem reunir-se, que felicidade a de ali reencontrar os nossos conhecidos! Meu maior prazer seria o de examinar de perto os habitantes dessa morada, e dentre eles distinguir, como aqui, os que são sábios dos que crêem sê-lo e não o são. Mas já é tempo de partirmos, eu para morrer e vós para viver. (Sócrates a seus julgadores.)

Segundo Sócrates, os homens que viveram na terra encontram-se depois da morte e se reconhecem. O Espiritismo no-los mostra continuando suas relações, de tal maneira que a morte não é uma interrupção, nem uma cessação da vida, sem solução de continuidade, mas uma transformação.

Sócrates e Platão, se tivessem conhecido os ensinamentos que o Cristo daria quinhentos anos mais tarde, e os que o Espiritismo hoje nos dá, não teriam falado de outra maneira. Nisso, nada há que nos deva surpreender, se considerarmos que as grandes verdades são eternas, e que os Espíritos adiantados devem tê-las conhecido antes de vir para a terra, para onde as trouxeram. Se considerarmos ainda que Sócrates, Platão, e os grandes filósofos do seu tempo, podiam estar, mais tarde, entre aqueles que secundaram o Cristo na sua divina missão, sendo escolhidos precisamente porque estavam mais aptos do que outros a compreenderem os seus sublimes ensinamentos. E que eles podem, por fim, participar hoje da grande plêiade de Espíritos encarregados de vir ensinar aos homens as mesmas verdades.

XII – Não se deve nunca retribuir a injustiça com a injustiça, nem fazer mal a ninguém, qualquer que seja o mal que nos tenham feito. Poucas pessoas, entretanto, admitem esse princípio, e as que não concordam com ele só podem desprezar-se umas às outras.

Não é este o princípio da caridade, que nos ensina a não retribuir o mal com o mal e a perdoar aos inimigos?

XIII – É pelos frutos que se conhece a árvore. É necessário qualificar cada ação, segundo o que ela produz: chamá-la má, quando a sua conseqüência é má, e boa, quando produz o bem.

Esta máxima: “É pelos frutos que se conhece a árvore”, encontra-se textualmente repetida, muitas vezes, no Evangelho.

XIV – A riqueza é um grande perigo. Todo homem que ama a riqueza, não ama nem a ele nem ao que possui, mas ama uma coisa que é ainda mais estranha do que aquilo que ele possui. (Cap. XVI.)

XV – As mais belas preces e os mais belos sacrifícios agradam menos à Divindade do que uma alma virtuosa que se esforça por assemelhar-se a ela. Seria coisa grave que os deuses se interessassem mais pelas nossas oferendas do que pelas nossas almas. Dessa maneira, os maiores culpados poderiam conquistar os seus favores. Mas não: pois só são verdadeiramente retos e justos os que, por suas palavras e seus atos, cumprem o que devem aos deuses e aos homens. (Cap. X ns. 7 e 8.)

XVI – Chamo de homem vicioso ao amante vulgar, que ama mais ao corpo que à alma. O amor está por toda a natureza, e incita-nos a exercer a nossa inteligência: encontramos-lo até mesmo no movimento dos astros. É o amor que adorna a natureza com suas ricas alfombras; ele se enfeita e fixa a sua morada onde encontra flores e perfumes. É ainda o amor que traz a paz aos homens, a calma ao mar, o silêncio aos ventos e sono à dor.

O amor, que deve unir os homens por um sentimento de fraternidade, é uma conseqüência dessa teoria de Platão sobre o amor universal, como lei da natureza. Sócrates, tendo dito que “o amor não é um deus nem um mortal, mas um grande demônio”, ou seja, um grande Espírito que preside ao amor universal, esta afirmação lhe foi, sobretudo, imputada como crime.

XVII – A virtude não pode ser ensinada; ela vem por um dom de Deus aos que a possuem.

É quase a Doutrina cristã sobre a graça. Mas se a virtude é um dom de Deus, é um favor; pode perguntar-se por que ela não é concedida a todos. De outro lado, se ela é um dom, não há mérito da parte daquele que a possui. O Espiritismo é mais explícito. Ele ensina que aquele que a possui, a adquiriu pelos seus esforços nas vidas sucessivas, ao se livrar pouco a pouco das suas imperfeições. A graça é a força que Deus concede a todo homem de boa vontade, para se livrar do mal e fazer o bem.

XVIII - Há uma disposição natural, em cada um de nós, para nos apercebermos bem menos dos nossos defeitos, do que dos defeitos alheios.

O Evangelho diz: “Vês a aresta no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu?” (Cap. X, Mateus, VII: 3-5 ns. 9 e 10.)

XIX – Se os médicos fracassam na maior parte das doenças, *é porque tratam do corpo sem a alma*, e porque, se o todo não se encontra em bom estado, é impossível que a parte esteja bem.

O Espiritismo oferece a chave das relações entre a alma e o corpo, e prova que existe incessante reação de um sobre o outro. Ele abre, assim, novo caminho à ciência: mostrando-lhe a verdadeira causa de certas afecções, dá-lhe os meios de combatê-las. Quando ela levar em conta a ação do elemento espiritual na economia orgânica, fracassará menos.

XX – Todos os homens, desde a infância, fazem mais mal do que bem.

Estas palavras de Sócrates tocam a grave questão da predominância do mal sobre a terra, questão insolúvel sem o conhecimento da pluralidade dos mundos e ao destino da terra, onde se encontra apenas uma pequena fração da Humanidade. Só o Espiritismo lhe dá solução, que é desenvolvida logo adiante, nos capítulos II, III e V (O Evangelho Segundo o Espiritismo.)

XXI – A sabedoria está em não pensares que sabes aquilo que não sabes.

Isto vai endereçado àqueles que criticam as coisas de que, freqüentemente, nada sabem. Platão completa este pensamento de Sócrates, ao dizer: “Tentemos primeiro torná-los, se possível, mais honestos nas palavras; se não o conseguirmos, não nos ocupemos mais deles e não busquemos mais do que a verdade. Tratemos de nos instruir, mas não nos aborrecamos.” É assim que devem agir os espíritas, com relação aos seus contraditores de boa ou de má fé. Se Platão revivesse hoje, encontraria as coisas mais ou menos como no seu tempo, e poderia usar a mesma linguagem. Sócrates também encontraria quem zombasse de sua crença nos Espíritos e o tratasse de louco, assim como ao seu discípulo Platão.

Por haver professado esses princípios, Sócrates foi primeiro ridicularizado, depois acusado de impiedade e condenado a beber cicuta. Tanto é certo, que as grandes verdades novas, levantando contra elas os interesses e os preconceitos que ferem, não podem ser estabelecidas sem lutas e sem mártires.

*

CAPÍTULO I

EXISTENCIALISMO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

FILOSOFIAS DA EXISTÊNCIA

A Filosofia Existencial dominou o pensamento filosófico mundial e permanece como o marco de uma profunda revolução filosófica - A Filosofia atual, representativa do nosso século, é a Existencial. Dela se derivou o movimento existencialista, por uma interpretação espúria (ilegítima, adulterada) do pensamento de Jean-Paul Sartre. Mas o pensamento desse famoso filósofo francês nada tem a ver com as estroinices (leviandades, extravagâncias) da cantora Julliete Grecco, que aproveitou-se do renome de Sartre para criar no Café de Fiore, em Paris, um movimento juvenil em que se atribuiu o título de Musa do Existencialismo, dando a Sartre o título de Papa do Existencialismo. Simone de Beauvoir, discípula e companheira do filósofo, perguntou-lhe porque aceitara essa situação. Sartre deu de ombros, dizendo que nada tinha com o movimento da cantora e nem se interessava por ele. O famoso autor de “O Ser e o Nada” e da “Crítica da Razão Dialética” costumava escrever numa das mesas do Café, e ali continuou a trabalhar, indiferente aos shows da cantora. A Filosofia Existencial desfigurou-se na opinião dos leigos, mas não abalou o seu prestígio no meio intelectual. Fundada por Kierkegaard, teólogo dinamarquês, que não pretendia filosofar, a Filosofia Existencial dominou o pensamento filosófico mundial e permanece como o marco de uma profunda revolução filosófica, semelhante à de Copérnico na Astronomia.

Vida e Existência – O Homem é um pro-jecto - O conceito existencial do homem foi desenvolvido pelos maiores filósofos contemporâneos, como Martin Heidegger, Karl Jaspers, Gabriel Marcel, Simone, Camus e outros. Esse conceito corresponde ao espírito, formulado por Kardec na Filosofia Espírita. O homem é um ‘pro-jecto’, um ser que se lança na existência e a atravessa como uma flecha em direção à transcendência que é o objetivo da existência. Para Sartre, materialista, a morte é a frustração do homem. Para Heidegger, metafísico, o homem se completa na morte. A Filosofia Existencial admite, em geral, que o ser é um embrião lançado à existência para desenvolver suas potencialidades. Há uma diferença essencial entre Vida e Existência. Todos os seres vivem, mas só o ser humano existe, porque existir é ter consciência de si mesmo e viver em ritmo de ascensão, buscando superar a condição humana e atingir a divina. O homem é o único “existente”. Esta palavra, “existente”, designa o homem como ser na existência.

Crítica ao Racionalismo

**Sören Kierkegaard (1813-1855). Friedrich Nietzsche (1844-1900).
Martin Heidegger (1889-1976).**

Kierkegaard: só a subjetividade é verdade, o seu elemento é a interioridade, que é a maior verdade para um existente. Ele recusa todo o projeto da filosofia moderna. Anti-hegeliano, para ele o saber não é um bem absoluto e, por isso, não procura a verdade, mas um centro para sua própria vida. Torna-se o pensador da subjetividade.

Em nome da verdade subjetiva deve-se recusar tanto o pensamento quanto a linguagem que, enquanto sistemas, são fechados, passados, petrificados.

Nietzsche: para ele, o Conhecimento não passa de uma interpretação, de uma atribuição de *sentidos*, sem jamais ser uma explicação da realidade. Altera o papel da filosofia. O homem imaginou que, através da linguagem, podia possuir o conhecimento do mundo. Por essa razão, “o discurso metafísico apresenta-se como discurso do absoluto, do incondicionado, da presença sem temporalidade; utiliza, sem as declarar, metáforas que converteu em conceitos e em categorias”.

Ele propõe, como método de decifração, a *genealogia*, que consiste em colocar em relevo os diferentes processos de instituição de um texto, mostrando as lacunas, os espaços em branco mais significativos, o que não foi dito ou foi recalcado e que permitiu erigir determinados conceitos em verdades absolutas e eternas. Mostra, ainda, as origens extra-rationais da razão. Para ele, o conhecimento é resultado de uma luta, de um compromisso entre instintos. O conhecimento aproxima-se do objeto, mas não se identifica a ele, conserva-o à distância, diferenciando-se dele e podendo até destruí-lo.

A fenomenologia.

Seu postulado básico é a noção de *intencionalidade*, pela qual é tentada a superação das tendências racionalistas e empiristas surgidas no século XVII. Com o conceito de intencionalidade, a fenomenologia se contrapõe à filosofia positivista do século XIX, presa demais à visão objetiva do mundo. À crença na possibilidade de um conhecimento científico cada vez mais neutro, mais despojado de subjetividade, mais distante do homem, a fenomenologia contrapõe a retomada da “humanização” da ciência, estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto, homem e mundo, considerados pólos inseparáveis.

A fenomenologia surgiu no final do século XIX, com Franz Brentano, cujas principais idéias foram desenvolvidas por Edmund Husserl (1859-1938). Outros representantes foram: Heidegger, Max Scheler, Hartmann, Binswanger, De Waelhens, Ricoeur, Merleau-Ponty, Jaspers, Sartre.

Se examinarmos o próprio conceito de *fenômeno*, que em grego significa “o que aparece”, podemos compreender melhor que a fenomenologia aborda os objetos do conhecimento tais como aparecem, isto é, como se apresentam à consciência.

Isso significa que deve ser desconsiderada toda indagação a respeito de uma realidade em-si, separada da relação com o sujeito que a conhece. Não há um puro ser “escondido” atrás das aparências ou do fenômeno: a consciência desvela progressivamente o objeto por meio de seguidos perfis, de perspectivas as mais variadas.

A *consciência* é doadora de sentido, fonte de significado para o mundo. Conhecer é um processo que não acaba nunca, é uma exploração exaustiva do mundo.

A fenomenologia é uma *filosofia da vivência*. Tem como preocupação central a descrição da realidade, colocando como ponto de partida de sua reflexão o próprio homem.

A fenomenologia, como Nietzsche, critica a filosofia tradicional por desenvolver uma metafísica cuja noção de ser é vazia e abstrata, voltada para a explicação. Ao contrário, a fenomenologia tem como preocupação central a descrição da realidade, colocando como ponto de partida de sua reflexão o próprio homem, num esforço de encontrar o que realmente é dado na experiência, e descrevendo “o que se passa” efetivamente do ponto de vista daquele que vive uma determinada situação concreta. Nesse sentido, a fenomenologia é uma filosofia da vivência.

Heidegger (1889-1976) faz também a crítica do pensamento analítico que procede por decomposição, enumeração e categorização dos objetos, fragmentando-os. Para recuperar a integridade e a compreensão do Ser, propõe uma relação poética, extra-racional, até mesmo irracional.

*

Edmund Husserl - 1859-1938

Crítica ao positivismo: a fenomenologia.

A fenomenologia, caminhando para um Humanismo, é a filosofia e o método que têm como precursor Franz Brentano (final do séc. XIX). Mas foi Edmund Husserl (1859-1938) quem formulou as principais linhas dessa nova abordagem do real, abrindo o caminho para filósofos como Heidegger, Jaspers, Sartre, Merleau-Ponty.

Tornava-se urgente repensar os fundamentos e a racionalidade dessas disciplinas e mostrar que tanto a filosofia como as ciências humanas são viáveis. A proposta é o recomeço radical na ordem do saber.

A fenomenologia propõe a superação da dicotomia, afirmando que *toda consciência é intencional*, o que significa que não há pura consciência, separada do mundo, mas toda consciência *tende* para o mundo. Da mesma forma, não há objeto em si, independente da consciência que o percebe. Portanto, o objeto é um *fenômeno*, ou seja, etimologicamente, “algo que aparece” para uma consciência. Segundo Husserl, “a palavra *intencionalidade* não significa outra coisa senão esta particularidade fundamental da *consciência de ser a consciência de alguma coisa*”.

Portanto, a primeira oposição que a fenomenologia faz ao positivismo é que não há *fatos* com a objetividade pretendida, pois não percebemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados; o mundo que

percebo é um mundo *para mim*. Daí a importância dada ao sentido, à rede de significações que envolvem os objetos percebidos: a *consciência* “vive” imediatamente como doadora de sentido.

*

O EXISTENCIALISMO

Essência e existência. Transcendência. “A existência precede a essência”. Eis a frase fundamental do existencialismo.

Martin Heidegger (1889-1976).

Entre as possibilidades, o homem vislumbra uma, privilegiada e inexorável: a morte. O “ser-aí” é um “ser-para-a-morte”.

Se o homem é lançado no mundo de maneira passiva, pode tomar a iniciativa de descobrir o sentido da existência e orientar suas ações em direções as mais diversas. A isso se chama *transcendência*. No processo, o homem descobre a temporalidade, pois, ao tentar compreender o seu ser, dá sentido ao passado e projeta o futuro. Ao superar a facticidade, atinge um estágio superior, que é a *Existenz*, a *pura existência do Dasein*.

Discípulo de Husserl, na obra *Ser e Tempo* usa o método fenomenológico para discutir e elaborar uma teoria do Ser. Para tal, Heidegger parte da análise do ser do homem, que ele denomina *Dasein*. Esta expressão alemã significa justamente “o ser-aí”, ou seja, o homem é um ser-no-mundo. Retomando a noção de *intencionalidade*, o ser humano não é uma consciência separada do mundo: ser é “estourar”, “eclodir” no mundo. O “ser-aí” não é a consciência separada do mundo, mas está numa situação dada, toma conhecimento do mundo que ele próprio não criou e ao qual se acha submetido num primeiro instante. A isso chamamos *facticidade*. Assim, além da herança biológica, o homem recebe a herança cultural que depende do tempo e do lugar em que nasceu.

A partir do “ser-aí”, Heidegger demonstra a especificidade do ser do homem, que é a *existência*.

Tal passagem, porém, não é feita sem dificuldade, pois o homem, mergulhado na *facticidade*, tende a recusar seu próprio ser, cujo sentido se anuncia, mas ainda se acha oculto. A *angústia* retira o homem do cotidiano e o reconduz ao encontro de si mesmo. A *angústia* surge da tensão entre o que o homem é e aquilo que virá a ser, como dono do seu próprio destino.

Do sentido que o homem imprime à sua ação, decorre a autenticidade ou a inautenticidade da sua vida. O homem inautêntico é o que se degrada vivendo de acordo com verdades e normas dadas; a despersonalização o faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que Heidegger chama “mundo do *man*” (em alemão, *man* significa “se”) e que designa a impessoalidade: come-se, bebe-se, vive-se, como todos comem, bebem, vivem. Ao contrário, o homem autêntico é aquele que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro. A *existência* é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas.

Jean Paul Sartre (1905-1980) e o existencialismo.

Sartre sofre influências de Husserl, Heidegger, Jaspers e Max Scheler, chegando até às obras de Kierkegaard (1813-1855), filósofo dinamarquês que se lançou contra a filosofia especulativa, opondo-lhe a filosofia existencial. Na nova atitude, o filósofo de “carne e osso” se inclui a si mesmo no pensar, que até então se propunha objetivo e distanciado do vivido.

Jean-Paul Sartre (1905-1980) escreveu *O Ser e o Nada*, sua principal obra filosófica, em 1943. Mas em 1938 já havia publicado o romance *A náusea*. Seu pensamento é muito conhecido e gerou, inclusive, uma “moda existencialista”, também pelo fato de ele ter se tornado famoso romancista e teatrólogo.

Sua produção intelectual foi fortemente marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela ocupação nazista da França. Podemos dizer que há um Sartre de antes da guerra e outro do pós-guerra, tal o impacto da Resistência Francesa sobre sua concepção política de engajamento. *Engajamento* significa a necessidade de o pensador estar voltado para a análise da situação concreta em que vive, tornando-se solidário nos acontecimentos sociais e políticos de seu tempo. Pelo engajamento, a liberdade deixa de ser apenas imaginária e passa a estar situada e comprometida na ação. Assim, ao escrever a peça de teatro *As moscas*, que versa sobre o mito grego de Orestes e Electra, Sartre na verdade faz uma alegoria da ocupação alemã em Paris. Com essa obra, inaugura o chamado “teatro de situação”.

Ao lado de Simone de Beauvoir, também filósofa existencialista e sua companheira de toda a vida, Sartre participou da vida política não só da França, mas mundial. Apesar de marxista, nunca deixou de criticar o autoritarismo, sobretudo quando as forças soviéticas invadiram a Tchecoslováquia. Saía à rua em protestos e, com a imunidade que lhe conferia a sua figura de cidadão do mundo, vendia nas esquinas *La Cause du Peuple* (*A Causa do Povo*) jornal maoísta, sem que ninguém ousasse prendê-lo.

Sartre pertence à ala dos filósofos *existencialistas ateus*, entre os quais se inclui Merleau-Ponty; na ala cristã, está Gabriel Marcel.

Essência e existência. “A existência precede a essência”. Eis a frase fundamental do existencialismo.

Para melhor compreender o significado dela, é preciso rever o que quer dizer *essência*. A essência é o que faz com que uma coisa seja o que é, e não outra coisa. Por exemplo, a essência de uma mesa é o ser mesmo da mesa, aquilo que faz com que ela seja mesa e não cadeira. Não importa que a mesa seja de madeira, fórmica ou vidro, que seja grande ou pequena: importa que tenha as características que nos permitam usá-la como mesa.

No famoso texto *O existencialismo é um humanismo*, Sartre usa como exemplo um objeto fabricado qualquer, como um livro ou uma espátula de cortar papel. Quando um fabricante faz alguma coisa, tem antes em mente o ser do objeto que será fabricado. Da mesma forma, uma pessoa que crê em Deus, supõe que ele seja o artífice superior que criou o homem segundo um modelo, tal qual o artesão faz qualquer objeto. Daí deriva a noção de que o homem teria uma *natureza humana*, encontrada igualmente em todos os homens. Portanto, segundo essa concepção, a essência do homem precede a existência.

Não é essa, no entanto, a posição de Sartre, que não identifica a fabricação de coisas ao fazer-se do homem. E, sendo ateu, não aceita a concepção de criação divina a partir de um modelo. Por isso especifica que, ao contrário das coisas e animais, no homem *a existência precede a essência*, e isso “significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo”.

A liberdade e a angústia.

Qual é a diferença entre o homem e as coisas? É que o homem é livre. O homem nada mais é do que o seu projeto. A palavra *pro-jeto* significa, etimologicamente, “ser lançado adiante”, assim como o sufixo *ex* da palavra *existir* significa “fora”. Irremediavelmente “condenado a ser livre”. Se o homem é livre, é conseqüentemente responsável por tudo aquilo que escolhe e faz. A liberdade só possui significado na ação, na capacidade do homem de operar modificações no real.

Ora, só o homem existe (*ex-siste*) porque o existir do homem é um “para-si”, ou seja, sendo consciente, o homem é um “ser-para-si”, pois a consciência é auto-reflexiva, pensa sobre si mesma, é capaz de pôr-se “fora” de si. Portanto, a consciência do homem o distingue das coisas e dos animais, que são “em-si”, ou seja, como não são conscientes de si, também não são capazes de se colocar “do lado de fora” para se auto-examinarem.

O que acontece ao homem quando se percebe “para-si”, aberto à possibilidade de construir ele próprio a sua existência? Descobre que, não havendo essência ou modelo para lhe orientar o caminho, seu futuro se encontra disponível e aberto, estando, portanto, irremediavelmente “condenado a ser livre”. É o próprio Sartre que cita a frase de Dostoiévski em *Os irmãos Karamazov*: “Se Deus não existe, então tudo é permitido”, para lembrar que os valores não são dados nem por Deus nem pela tradição: só ao próprio homem cabe inventá-los.

Se o homem é livre, é conseqüentemente responsável por tudo aquilo que escolhe e faz. A liberdade só possui significado na ação, na capacidade do homem de operar modificações no real.

A má-fé.

O homem que recusa a si mesmo aquilo que fundamentalmente o caracteriza como homem, ou seja, a liberdade, torna-se “safado”, “sujo” *salaud*, pois nesse processo recusa a dimensão do “para-si” e torna-se “em-si”, semelhante às coisas. Perde a *transcendência* e reduz-se à *facticidade*.

O homem não é “em-si”, ele é “para-si”, que a rigor não é nada, pois se a consciência não tem conteúdo, não é coisa alguma. Mas esse vazio é

justamente a liberdade fundamental do “para-si”, que, movendo-se através das possibilidades, poderá criar-lhe um conteúdo.

Eis que o homem, ao experimentar a liberdade, e ao sentir-se como um vazio, vive a angústia da escolha. Muitas pessoas não suportam essa angústia, fogem dela, aninhando-se na *má-fé*. A má-fé é a atitude característica do homem que finge escolher, sem na verdade escolher. Imagina que seu destino está traçado, que os valores são dados; aceitando as verdades exteriores, “mente” para si mesmo, simulando ser ele próprio o autor dos seus próprios atos já que aceitou sem críticas os valores dados. Não se trata propriamente de uma mentira, pois esta supõe os outros para quem mentimos, enquanto a má-fé se caracteriza pelo fato de o indivíduo dissimular para si mesmo com o objetivo de evitar fazer uma escolha da qual possa se responsabilizar.

O homem que recusa a si mesmo aquilo que fundamentalmente o caracteriza como homem, ou seja, a liberdade, torna-se “safado”, “sujo” (*salaud*), pois nesse processo recusa a dimensão do “para-si” e torna-se “em-si”, semelhante às coisas. Perde a transcendência e reduz-se à facticidade.

Sartre chama tal comportamento de *espírito de seriedade*. O homem sério é aquele que recusa a liberdade para viver o conformismo e a “respeitabilidade” da ordem estabelecida da tradição. Esse processo é exemplificado no conto *A infância de um chefe*.

A fim de ilustrar o comportamento de má-fé, Sartre descreve o garçom cuja função exige que ele aja não como um “ser-para-si”, mas como um “ser-para-outro”; comporta-se como deve se comportar um garçom, desempenhando o papel de garçom, de tal forma que ele se vê com os olhos dos outros. É assim que Sartre o descreve em *O ser e o nada*: “Consideremos esse garçom de café. Tem um gesto vivo e apurado, preciso e rápido; dirige-se aos consumidores num passo demasiado vivo, inclina-se com demasiado zelo, sua voz e seus olhos experimentam um interesse demasiado cheio de solicitude para o pedido do freguês (...). Ele representa, brinca. Mas representa o quê? Não é preciso observá-lo muito tempo para perceber: ele representa ser garçom de café”.

Outro tipo de má-fé é o da mulher que, estando com um homem, deixa-se “seduzir” por ele, dissimulando para si mesma, desde o início, o caráter sexual do encontro.

A responsabilidade.

“Mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens (...)”.

Tais colocações a respeito do existencialismo poderiam fazer supor que se trata de um pensamento que defende o individualismo, em que cada um estaria preocupado com a própria liberdade e ação.

Contra esse mal-entendido, Sartre adverte: “Mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor do que escolhemos, porque nunca podemos escolher o mal, o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos. Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo que construímos a nossa imagem, esta imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade”.

O absurdo da morte. Vida: uma “paixão inútil”.

Diferentemente de Heidegger, que concebe a morte como aquilo que confere significado à vida, Sartre acha que ela lhe retira qualquer sentido. A morte é a “nadaificação” dos nossos projetos, ou seja, a certeza de que um nada total nos espera. Por isso, Sartre conclui pelo absurdo da morte e, simultaneamente, da vida, que é uma “paixão inútil”: “Se nós temos de morrer, a nossa vida não tem sentido, porque os seus problemas não recebem qualquer solução e porque até a significação dos problemas permanece indeterminada”.

O conceito de *náusea*.

O conceito de *náusea*, usado no romance de mesmo nome, refere-se justamente ao sentimento experimentado diante do real, quando se toma consciência de que ele é desprovido de razão de ser, absurdo. Roquentin, a personagem principal do romance, numa célebre passagem, ao olhar as raízes de um castanheiro, tem a impressão de existir à maneira de uma coisa, de um objeto, de estar-aí, como as coisas são. Tudo lhe surge como pura contingência, gratuitamente, sem sentido.

Conclusão. Moral da ambigüidade.

Sartre se coloca nos limites da ambigüidade, pois, se a moral é impossível porque o rigor de um princípio leva à sua destruição, a realização do homem, da sua liberdade, exige o comportamento moral.

O existencialismo é uma moral da ação, porque considera que a única coisa que define o homem é o seu ato. Ato livre por excelência, mesmo que o homem sempre esteja situado em determinado tempo ou lugar. Não importa o que as circunstâncias fazem do homem, “mas o que ele faz do que fizerem dele”.

Vários problemas surgem no pensamento sartriano, desencadeados pela consciência capaz de criar valores e, ao mesmo tempo, se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel.

Sartre sempre prometeu escrever um livro sobre moral, mas não realizou seu projeto. Uma tentativa nesse sentido foi levada a efeito por Simone de Beauvoir no livro *Moral da ambigüidade*.

A Dialética do Ser

Depois do exame preliminar de algumas questões, necessárias à boa colocação dos problemas da ontologia fenomenológica, Sartre apresenta, a partir do capítulo quarto de *L'Être et le Néant*, ou *O Ser e o Nada*, aquilo que constitui a dialética existencialista do Ser. Dialética, aliás, que procede de Hegel. Lembremo-nos dos momentos hegelianos do ser: primeiro o *em si*; depois, o *para si*; e, por último, a fusão dialética *em si e para si*. É exatamente esse o processo de desenvolvimento do Ser na filosofia de Sartre. O Ser de Hegel existe *em si*, como Ser *lógico* ou ideal; manifesta-se na Natureza, na objetivação, que é o *para si*; e volta a si no seu retorno ao absoluto, à pura natureza espiritual. Sartre, como o fizera Marx, adota a técnica de Hegel, mas esvaziada de seu conteúdo espiritual.

O *em si*, ou *l'em soi*, de Sartre, aparece como um ente fechado em si mesmo, existente por si, sem relação alguma, nem ativo nem passivo, sem nenhuma dependência. É um Ser que repousa em si mesmo, num mundo imóvel e imutável, que lembra a concepção eleática, como adverte Bochenski. No capítulo segundo da terceira parte do livro, a dialética sartreana do Ser adquire contornos nítidos. O filósofo readquire a clareza típica do pensamento francês para explicar:

Existe o meu corpo: essa é a sua primeira dimensão de Ser. Meu corpo é utilizado e conhecido por outro: essa é a sua segunda dimensão. Mas enquanto eu sou para outro, o outro se revela a mim como o sujeito para o qual eu sou objeto. Trata-se, já o vimos, de uma relação fundamental com outro. Eu existo, portanto, para mim, como conhecido por outro, em particular na minha própria facticidade. Eu existo para mim como conhecido por outro a título de corpo. Essa é a terceira dimensão ontológica do meu corpo.

Vimos, assim, como o *em si* pode sair da sua imobilidade, do seu isolamento. É pela transformação no *para si*, *le pour soi*, o ser humano. Vem, então, mais uma vez, a dialética hegeliana, pois essa transformação só é possível por um processo de negação. Sartre, porém, não fala em negação como causa, e sim como consequência. A causa da transformação é o desejo, o anelo do Ser, que de ser *em si* anseia por se tornar um *ser no mundo*, segundo a expressão de Heidegger. Então o anelo determina a passagem do Ser *em si* para aquilo que Sartre chama o *para si*, e que é nada mais do que a criatura humana. Entretanto, não se veja aqui um espiritualismo confuso, pois o *em si* e o *para si* não constituem uma dualidade corpo-alma, mas apenas partes de uma estrutura única.

A dialética do Ser se completa com uma teoria do conhecimento que está implícita no próprio desenvolvimento inútil do Ser. Para Sartre, só existem fenômenos. O *em-si*, que poderia ser tomado, quando mal compreendido, como uma espécie de *númeno* kantiano, não é nada disso. Como já vimos, ele está no próprio *para-si*. Não há, pois, nenhuma preocupação com a *coisa em si*. O conhecimento que temos das coisas é direto, imediato, exato, pois não é mais do que o postar-se do *para si* perante elas.

Sartre cai, aparentemente, na vulgaridade do conhecer direto do Marxismo, mas escapa ao vulgar por essa complexa teoria do Ser que examinamos rapidamente. O conhecer existencialista é simples na sua relação de sujeito e objeto, mas complexo quanto à possibilidade dessa relação que implica toda a dialética do Ser.

Vimos o *darma* budista às avessas. O Homem se dirige para o nirvana, mas este nada mais é do que o próprio Nada. Não o Nada mítico de Buda, onde o Ser não se inquieta e não se angustia, porque atingiu a beatitude, mas o Nada trágico de Sartre, em que o Ser encontra a angústia, o desespero, o fracasso e a náusea. O Homem é um circuito de tortura e dor. Não há esperança alguma para ele, na terra ou no céu. No trânsito do *em si* para o *para si* e na síntese impossível do *em si para si*, ele não é mais do que uma frustração permanente.

Descartes imagina um gênio maligno, que podia enganar-nos com a mentira de uma existência fictícia, para divertir-se à custa da nossa angústia. Mas esse foi apenas um recurso na sua marcha para Deus, um meio de esclarecimento dos problemas suscitados pelo *cogito*. Sartre, sem criar o gênio maligno, o implanta no mundo através do próprio existir. Essa a filosofia do desespero e do absurdo, que surge em nossa época como uma forma original e típica do pensamento contemporâneo. Esse o espetáculo atordoante que Sartre nos oferece: uma inteligência poderosa construindo no vácuo um mundo de estranhas contradições.

Jean Wahl adverte que não devemos considerar as filosofias da existência como sérias ou sistemas de dogmas filosóficos, mas como discussões do Homem. “O Homem é o Ser que põe em discussão a sua própria existência, que a põe em jogo e a joga, que a põe em perigo”. Isto se aplica particularmente à doutrina de Sartre. A existência humana é por assim dizer lançada sobre a mesa. Sartre a retira do emaranhado das concepções teológicas, místicas e religiosas, mas não permite que se emaranhe nos princípios da Ciência ou nas cogitações filosóficas aprioristas. Deseja ver a existência humana em sua naturalidade, em sua espontaneidade, em sua pureza, como uma coisa que não depende de outras e pode ser examinada em si. Por isso, ele corta ao mesmo tempo as ligações do Homem com Deus e com o Mundo, para encará-lo como um processo autônomo, e conseqüentemente solitário.

Compreende-se que Sartre tenha sido obrigado a pagar muito caro por esse capricho. Marx havia feito coisa semelhante, mas apenas de um lado. Comte tentara o mesmo, sempre com a necessária cautela. O Homem de Marx e de Comte foi desligado de Deus e do sobrenatural, mas continuou no Mundo e no natural. O Homem de Sartre é ao mesmo tempo desligado de Deus e do Mundo, e só lhe resta cair na angústia, no desespero, na náusea.

O próprio Kierkegaard não chegara a tanto, e por isso mesmo seu desespero não tem o sentido esmagador e absoluto da náusea sartreana. Essa audácia de Sartre é maior que a de Prometeu, e por isso mesmo o seu castigo é maior, atinge a toda a espécie. Entretanto, é preciso descobrir novas leis para esse homem sem Deus e sem ciência. É preciso dotar esse *para si* angustiado de uma nova moral, que possa suprir a perda da moral religiosa e da moral mundana.

EXISTENCIALISMO E HUMANISMO

Devemos lembrar outro teórico existencialista de importância, que é **Merleau-Ponty**, com seu livro *A Estrutura do Comportamento*, publicado em 1942, e com *Fenomenologia da Percepção*, de 1945. Rejeitando ao mesmo tempo a psicologia clássica moderna, o comportamentismo americano e a *gestalt* alemã, Ponty proclama a unidade do comportamento humano, como conjunto que nem pertence ao plano do psiquismo nem ao do simplesmente material. O comportamento, como estrutura, é apenas fenômeno, objeto de percepção. Maurice Merleau-Ponty não é um filósofo da angústia, mas um teórico da fenomenologia pura. Nele, o Existencialismo se torna bem mais apto a passar por um humanismo, do que em Sartre. Tentou uma conciliação do Existencialismo com o Marxismo, ao qual entretanto jamais aderiu.

Albert Camus, um dos maiores amigos de Sartre, é considerado o filósofo do absurdo. Em sua obra *O Mito de Sísifo*, publicado em 1943, considera o Homem um condenado a rolar eternamente a pedra pela encosta da montanha. A vida e a História são absurdas, não têm sentido. O desaparecimento de Deus tirou o sentido à vida e às coisas. Mas, como temos de existir, como existimos apesar de tudo, devemos criar uma moral apropriada ao absurdo, para podermos suportá-lo. Essa moral se delineia no romance *A Peste*, publicado em 1947: é a moral da solidariedade humana, do serviço ao próximo, da caridade.

Camus rompeu com Sartre em agosto de 1952. Em Camus, ainda mais do que em Merleau-Ponty, o existencialismo negativista caminha para novos rumos, aproxima-se de uma compreensão menos fria do problema humano. Camus é ainda um revoltado, e proclama que só a revolta ou o suicídio podem libertar o Homem. Recorreu à revolta, mas a 4 de janeiro de 1960 encontrou uma espécie de suicídio involuntário, perecendo num desastre de automóvel a cem quilômetros de Paris, próximo a Sens.

Que dizermos de Georges Bataille, diretor da revista *Crítica*, poeta, amigo de Sartre, ex-cristão fervoroso, que passou a pregar a negação de Deus como única atitude viril? Em *A Experiência Interior* pretende ensinar a maneira de transformarmos a angústia em delírio. A princípio, isso parece mal, entretanto não é. Bataille está mais ou menos no caminho de volta. O delírio nos livra da angústia para nos proporcionar alegria absurda, que expandimos num riso selvagem, semelhante ao da loucura. Por esse estranho caminho, Bataille vai parar numa espécie de misticismo, como saudoso do seu ardor cristão do passado.

E assim, por etapas, na área do próprio existencialismo sartreano, encontramos os pontos de ligação com o existencialismo cristão, oposto ao existencialismo ateu. A origem do Existencialismo é protestante. Ele começa com Kierkegaard, esse estranho pastor dinamarquês, para quem o Cristianismo autêntico era somente o de Cristo agonizante na cruz.

Espírito amargo e torturado, Kierkegaard nos mostra, em seus livros, que o Existencialismo é antes de tudo uma consequência do Cristianismo sombrio da Idade Média. Quando analisamos a figura de Kierkegaard e a sua obra, compreendemos que o cristianismo atual, ao se defrontar com o existencialismo ateu, se encontra na mesma posição do Capitalismo ao en-

frentar o Comunismo: em luta com o monstro que ele mesmo gerou e criou em suas entranhas.

Desde os fins do Império Romano, o Cristianismo, sob a forma mística da crucificação, da efusão de sangue, do pecado, absorvia todo o trágico espírito grego para misturá-lo com a angústia do judeu subjugado e oferecer essa estranha mistura ao mundo em decadência. O remédio amargo, entretanto, prometia cura breve e anunciava a redenção do Homem num mundo melhor. Ainda se acreditava muito no Reino de Deus na Terra, na volta do Cristo redivivo, e dessa maneira, o trágico da nova mensagem se doirava de promessas futuras.

No correr da Idade Média, vimos acentuarem-se as cores trágicas do Cristianismo, que se afundou num milênio de cilícios e torturas voluntárias de toda a espécie, para resgate do pecado. A luta dessa concepção trágica da vida com o alegre hedonismo dos gregos e romanos é um dos mais estranhos capítulos da História, revelando profundezas abismais da alma humana.

Bastariam as imolações piedosas de hereges nas fogueiras, imolações que tinham por fim a salvação do herege, que eram, afinal, atos de pura caridade, para nos mostrarem a profundidade desses meandros. Não é de admirar que no século XIX um cristão dinamarquês, dotado de estranha sensibilidade, de espantosa cerebração, retomasse o trágico dessa terrível impregnação histórica, para levantar novamente o problema da angústia e do desespero.

Da mesma maneira, não é de admirar que na França do século XX, país da mais densa impregnação medieval, e num período de tensão profunda, após duas conflagrações mundiais, alguns espíritos de formação cristã se lembrassem de proclamar de novo o reinado da angústia e do absurdo. Vítor Hugo, no prefácio de *Cromwell*, já notara a influência do Cristianismo na transformação romântica do mundo, transformação que não implicava apenas na introdução do romântico, mas também na do trágico, nas concepções humanas.

Sartre conserva em sua doutrina os resíduos dessa impregnação. O “verme no fruto”, que é a doença da consciência, ou a consciência considerada como um mal, é ainda o dogma da queda. A salvação como passagem para a síntese do *em si para si* é a promessa do céu, mas a frustração do Homem nesse ponto é a impotência da alma para vencer o pecado. A náusea da existência lembra a repugnância dos fanáticos pelas alegrias da vida humana.

Sartre, que nos oferece o *darma* budista às avessas, no plano cristão é um anacoreta ao reverso. Seu isolamento no *para si* é uma fuga ao mundo e às suas implicações. Não é à toa que o semelhante lhe aparece como inimigo. Também para os anacoretas, o próximo simbolizava, em geral, o Diabo, trazia consigo o pecado e as tentações do mundo, ameaçava roubar-lhe a visão da paisagem celeste.

Bataille tem razão, quando, aderindo a Sartre, procura a solução do riso selvagem. O ardoroso cristão, o penitente carregado de visões místicas, de trágicos signos oferecidos por uma educação de catequese, sente-se viril

ao levantar-se contra Deus, mas ao mesmo tempo é tomado pelo terror íntimo que deveria levá-lo à loucura. Como esta não surge, Bataille a elabora intelectualmente, procurando a expansão do terror na forma selvagem do riso. Quem sabe se, com uma gargalhada impura, capaz de sacudir céus e terras, Deus fugirá para sempre e o deixará em paz, ou se revelará de uma vez, para condená-lo e puni-lo?

Gabriel Marcel, que é um homem dos fins do século passado, pois nasceu em 1889, aparece inicialmente como discípulo de Henri Bérghson, de cuja doutrina vai extrair a sua própria filosofia do Ser. Em 1914, quando explodiu a primeira conflagração mundial, encerrando com fumo e sangue a época moderna, Gabriel Marcel já contava 25 anos e publicava a sua primeira peça teatral, intitulada *La Grâce*. Nessa mesma época, sem ter lido Kierkegaard, iniciava o seu *Diário Metafísico*, no qual revela posições semelhantes às do pensador dinamarquês. Assim, por vias diversas, o Protestantismo e o Catolicismo, e locais diversos, a Dinamarca e a França, a herança medieval ressurgem em dois pensadores isolados dos fins da época moderna, projetando os primeiros sinais do Existencialismo.

No inverno de 1916 para 17, Marcel entrega-se a experiências metapsíquicas, de que Bérghson também participa. Admite a realidade dos fenômenos, mas espanta-se com o seu sentido sacrílego. Em *L'Iconoclaste*, peça dramática, escrita nesse período, revela a intensidade do choque sofrido. No *Journal de Métaphysique* escreverá mais tarde que não pode admitir a evocação dos mortos fora do plano divino, ou de intervenção divina. Embora admitindo a realidade dos fenômenos, afirma que eles só podem realizar-se, sem sacrilégio ou heresia, pela mediação de Deus. E está claro que Deus, nesse caso, é um Deus bem definido, que pertence à religião católica e deve agir através dos meios litúrgicos.

Este fato é importante para mostrar-nos a posição fideísta e sectária de Gabriel Marcel. Posição, aliás, que ele trazia consigo como uma forma de seu próprio ser, apesar de só haver ingressado no Catolicismo em 1929. Na realidade, Marcel era católico desde que começou a pensar. Apenas por motivos circunstanciais, como o agnosticismo paterno e a morte prematura da mãe, o haviam impedido de professar mais cedo a religião a que aspirava. Por isso o consideramos católico desde as primeiras anotações do *Diário Metafísico*.

Este homem nascido e formado no século passado, bem antes que as angústias contemporâneas invadissem o mundo, forma-se ao lado de Kierkegaard para demonstrar a tese de que o Existencialismo não pode ser encarado apenas como pensamento atual. Aliás, sua posição fideísta é também uma prova do que dissemos acima: o Existencialismo é consequência do sentido trágico do cristianismo medieval.

Gabriel Marcel se firma como o anti-Sartre, ou seja, a figura máxima do existencialismo cristão na França. Como Sartre, adota o método fenomenológico e põe em equação os problemas da relação eu-e-outrem, de existência e essência, de angústia e desespero. Seus livros: *Homo Viator* e *Ser e Ter* constituem uma dupla resposta cristã ao ateísmo desesperado de *O Ser e o Nada*, de Sartre.

No primeiro, proclama que o conceito de pessoa implica transcendência e que a sua divisa não é *sum*, mas *sursum*. O homem é um projeto, como em Heidegger e Sartre, mas destinado à realização e não ao fracasso, pois se projeta na direção de Deus. No segundo, estuda o problema das relações entre o Ser e o Ter, como o título indica, sustentando que o Ser nem sempre tem o que é e nem sempre é o que tem. Ele mesmo é um exemplo disso, pois teve de conquistar aos poucos o que era, ou seja, o que era antes de ter.

Marcel descobre uma diferença entre problema e mistério, que é antes de ordem teológica do que filosófica: um problema é o que está sempre à nossa frente, por inteiro, e que podemos apreciar de maneira direta, objetiva; um mistério é alguma coisa na qual somos envolvidos, ou à qual estamos ligados, e que portanto não pode ser visto no exterior, objetivamente. As relações eu-e-outrem aparecem como meio de compreensão do Homem, e não de disputa ou hostilidade. Essas relações se passam na forma verbal da segunda pessoa, e Marcel as chama *relações-tu*. São de duas espécies: as *relações-tu* com os homens, que podem objetivar-se, e as *Relações-Tu* com Deus, que não podem objetivar-se, pois se passam no plano da fé, e não da razão. Nas *relações-tu* Marcel descobre dois valores fundamentais, que são a fidelidade e a esperança. Mas a esperança é o principal, que substitui nesta filosofia cristã o desespero, a angústia e a náusea dos outros sistemas existenciais.

Restaria ainda tratarmos do russo **Berdiaiev**, para quem o absurdo da vida só existe fora da iluminação da fé, o que concorda com o pensamento de Camus, segundo o qual o desespero existencialista começou com a expulsão de Deus. Ou do alemão **Karl Jaspers**, um dos maiores sistematizadores do Existencialismo, que aparece como um discípulo de Kant aplicado à filosofia da existência, ao mesmo tempo que sob forte influência neoplatônica. Mas seria um nunca acabar, o que mostra ao leitor a riqueza do filão existencialista na filosofia contemporânea.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

EXISTENCIALISMO ESPÍRITA

J. Herculano Pires

A natureza existencial da Filosofia Espírita se revela na sua *ecstase*, ou seja, na sua posição dentro do mundo, enfrentando os problemas do homem na existência. Por isso mesmo o Espiritismo não pode ser confundido com o Existencialismo, mas não há dúvida que encontramos na sua investigação ontológica uma fase existencialista. E é essa fase que chamamos Existencialismo Espírita, a arena filosófica em que o Espiritismo se defronta com o Existencialismo protestante de Kierkegaard, com o Existencialismo Católico de Gabriel Marcel, com o Existencialismo ateu de Jean Paul Sartre e assim por diante, armado dos mesmos instrumentos conceituais e colocado na mesma posição de pesquisa das diversas correntes existenciais da Filosofia Contemporânea.

Nicola Abbagnano, existencialista italiano, entende que as Filosofias da Existência podem ser divididas em três grupos, tomando-se como critério o sentido e o emprego que dão à categoria filosófica do *possível*. Esta categoria implica todas as possibilidades do homem como um Ser na Existência. Abbagnano estabelece a seguinte divisão: a) — Grupo da *impossibilidade do possível*, formado por Kierkegaard, Martin Heidegger, Karl Jaspers e Jean Paul Sartre, como figuras exponenciais; b) — Grupo da *necessidade do possível*, com Louis Lavelle, Rene Le Senne e Gabriel Marcel; c) — *Grupo da possibilidade do possível*, iniciado pelo próprio Abbagnano. Embora o grupo (a) constitua a área espiritualista, o Existencialismo Espírita se aproxima mais da posição de Abbagnano, dadas as relações evidentes dessa posição com a natureza científica da conceituação existencial espírita.

Tentemos uma explicação deste problema. Para o primeiro grupo as possibilidades humanas são irrealizáveis; para o segundo grupo são realizáveis, e mais do que isso, necessariamente se realizam graças ao Absoluto, ao Transcendente que supera a Existência (aceitação dos conceitos metafísicos do Ser e do Valor numa perspectiva religiosa); para o terceiro grupo, as possibilidades são o que são, ou seja, possíveis em si-mesmas, de maneira que não podem tornar-se *impossíveis*, nem apresentar-se como *necessidades*. A frustração de um *possível* não o anula, pois ele continua como possível, da mesma maneira por que uma hipótese pode ser submetida a uma experiência negativa, mas continuar válida e posteriormente se comprovar. A posição de Abbagnano representa uma síntese, uma solução dialética dos impasses em que caíram os dois grupos anteriores. E por isso mesmo se aproxima da posição espírita.

Ao mencionar a *ecstase* da Filosofia Espírita estamos reconhecendo nela uma estrutura ontológica. A Filosofia Espírita é um Ser conceptual, como todos os sistemas filosóficos, mas livre dos prejuízos do espírito de

sistema, porque sua estrutura é dinâmica e aberta, sem nenhuma ossatura dogmática. Expliquemos: os dogmas da Filosofia Espírita são princípios de razão e não postulados de fé, são os filamentos de uma estrutura lógica e por isso mesmo flexíveis. Assim, podemos discernir nessa estrutura as suas hipóteses ou regiões ontológicas: 1.º) - a *ecstase*, no sentido berkeleyano de relação inicial, em que o ser permanece fechado em si - mesmo; é o momento em que a Filosofia Espírita nasce do sensível, do concreto, pelo processo científico da indução, a partir do exame dos fenômenos; o momento em que ela se fecha na *existência* como um *ser no mundo*; 2.º) — a *ecstase* em que ela se abre na própria indução em direção à transcendência, na formulação de seus princípios metafísicos; 3.º) — a *ecstase*, em que ela se define como uma nova concepção do Ser, uma nova cosmovisão, que partiu de um ponto existencial terreno para abranger todo o Universo.

Assim, o que chamamos de Existencialismo Espírita é a Filosofia Espírita da Existência, a parte dessa Filosofia que encara o homem no mundo, da mesma maneira que *o ser aí*, a que se referia Heidegger. Até o aparecimento do Espiritismo o pensamento espiritualista era platônico: admitia o pressuposto de uma realidade metafísica da qual decorria toda a realidade física. O Espiritismo assumiu a posição aristotélica: buscar na realidade concreta a sua essência possível e dela partir para as induções metafísicas. "*O Livro dos Espíritos*" começa com a afirmação da existência de Deus, mas já vimos que essa existência se prova na própria existência do mundo, que Deus pode ser encontrado num simples *lançar de olhos sobre a natureza*. Temos de figurar Kardec-educador, a estudar o *ser humano* para poder educá-lo; Kardec-magnetizador, a estudar a influência magnética do homem e entre os homens para poder conhecê-los melhor; Kardec-cientista, a observar os fenômenos físicos em sessões mediúnicas e posteriormente a investigar os problemas do desprendimento espiritual durante o sono, numa série de experimentações rigorosamente controladas, para podermos compreender a posição existencial do Espiritismo na abordagem do problema do Ser.

Os problemas comuns das Filosofias da Existência são precisamente os problemas espíritas: o Homem como um *ser no mundo*; a Existência como uma forma peculiar da vivência humana, uma *atualização* absoluta (segundo Bochenski) e um constante refazer-se no tempo; o ser humano como um *projeto* que atravessa a Existência, que nela aparece *feito* (a facticidade humana se constituindo de subjetividade, afetividade e liberdade), de maneira que o homem é um ser atirado ao mundo com o nascimento, para avançar em direção à morte, através do desespero, da angústia, da dor. As Filosofias da Existência procuram resolver esses problemas pela investigação fenomenológica, a partir dos dados do *existir*, que é, na verdade, a própria vivência do mundo. Essa vivência se caracteriza pela percepção da fragilidade humana que gera o desespero e a angústia do homem. Nas correntes espiritualistas, como em Marcel, a angústia é substituída pela esperança conferida pela fé, mas essa solução metafísica não consegue repercutir nos demais pensadores. Heidegger considera o homem como *ser para a morte*, mas essa definição pessimista é atenuada pela sua afirmação de que *o ser se completa na morte*.

Toda essa temática existencial está presente na Filosofia Espírita. Bastaria lembrarmos, por exemplo, o livro famoso de Léon Denis, um clássico do pensamento espírita e continuador da obra de Kardec, intitulado “*O Problema do Ser, do Destino e da Dor*”, para vermos como a posição existencial da Filosofia Espírita se entrosa na corrente existencial da atualidade. Mas “*O Livro dos Espíritos*”, contemporâneo das obras de Kierkegaard, o iniciador dessa moderna corrente filosófica, já coloca os problemas existenciais de maneira precisa, como veremos a seguir.

Começemos pelo problema da facticidade. Com o nascimento, o homem aparece *feito* no mundo. Sua facticidade se compõe do seu corpo e do seu psiquismo (corpo e espírito), de sua afetividade e sua liberdade (sua capacidade de percepção e seu livre-arbítrio) e esta facticidade está carregada de *possíveis*, das possibilidades que irão se desenvolver na *existência*. O homem parte, como uma flecha, do ventre materno para o berço, deste para a vivência do mundo (atravessando *a existência* como um projétil) para atingir o seu alvo na morte. Numa perspectiva puramente existencial o homem, na sua facticidade, não tem mais do que possibilidades, mas estas possibilidades vão se *atualizar* na existência, nos limites permitidos pelas circunstâncias. Não há, portanto, uma essência no homem, considerado o homem como *o existente*, mas apenas possibilidades. Sartre define a essência do homem como *um suspenso na sua existência*, pois a essência humana vai ser elaborada através da sua vivência no mundo. Essa essência, portanto, só se completa com a morte, com o fim da existência. Isto nos lembra a *imortalidade memorial* do Positivismo de Comte. O que o homem fez na existência é que constitui a sua essência. Com a morte o homem se acaba e sua essência permanece no mundo como um simples fato cultural. Não obstante, a vida do homem é *uma paixão inútil*, um esforço constante de superação, de transcendência. O animal vive, mas o homem *existe*, e esse existir se caracteriza pela paixão, pelo impulso de transcendência conscientemente dirigido. Só *existe*, o homem que segue esse impulso.

É fácil compreender que as filosofias da Existência, à maneira do que Kardec dizia das Ciências, avançam paralelas ao Espiritismo até certo ponto e depois se detêm, perplexas diante do mistério. O momento em que elas se detêm é o limiar da interexistência, esse intermúndio em que *o ser se completa na morte*, mas no qual se passam também fatos da mediunidade. É nesse momento que o Existencialismo se transcende a si mesmo para transformar-se em Interexistencialismo. A Filosofia Espírita da Existência não se limita ao *existir no mundo*, como um fato simplesmente fenomênico, mas graças ao conceito de *mediunidade* oriundo da investigação científica objetiva e nela desenvolvido descobre *o existir no intermúndio* (que os gregos já conheciam como o existir dos deuses) e descobre ainda *o suceder das existências no mundo* como um processo palingenésico inerente a toda a Natureza (que os gregos também conheciam).

Assim, a Filosofia Espírita, em sua *ecstase* existencial, ilumina os problemas obscuros do Existencialismo. A facticidade misteriosa se explica pelo *fazer* anterior do Ser, através do desenvolvimento do princípio inteligente e sua projeção na existência como *ser humano*. Atravessando *a existência*, como um projétil (*o projeto* existencial) o homem completa na morte não o seu próprio Ser, mas o *ser* do corpo que chegou aos limites de suas

possibilidades, nem a sua própria essência, mas apenas a essência de uma existência, através da vivência das experiências necessárias ao seu *atualizar* progressivo.

Para a Filosofia Espírita o corpo não é uma instância ontológica, mas uma instância existencial. Da existência material o ser passa para a existência espiritual, mudando de instância existencial: substitui o corpo físico pelo corpo energético do perispírito. E na existência espiritual encontramos ainda o problema existencial da facticidade com todas as suas implicações. O Espírito aparece *feito* no plano espiritual, dotado de um corpo que foi elaborado anteriormente, de um psiquismo que se desenvolveu na vivência mundana, com sua afetividade e sua intelectualidade preparadas nas existências sucessivas e consumadas na derradeira existência material. Não obstante, e até por isso mesmo, a existência espiritual é uma transcendência da existência material, é o momento em que a síntese do *em-si* e do *para-si*, que Sartre considera impossível, se realiza no *em-si-para-si*, ou seja, na *existência espiritual* que, para os gregos, era divina e os levava a chamar os Espíritos de deuses.

Mas o conceito de mediunidade ilumina também a existência terrena, dando-lhe uma nova dimensão. *O existente ou homem no mundo* adquire a condição espírita de *interexistente* ou *homem no intermúndio*. O avanço das Ciências Psicológicas está comprovando essa realidade já demonstrada pelo Espiritismo e sustentada pela Filosofia Espírita. A descoberta da percepção extra-sensorial provou que os rígidos limites existenciais não correspondem à realidade existencial. Há, na própria existência terrena, corporal, mundana, uma realidade psíquica superando e envolvendo a realidade puramente vital do homem. E quando Heidegger se refere ao *ser no mundo*, como *Mitsein* (ser com outros, o ser social) e à *Mitdasein*, ou coexistência (vida social), temos de acrescentar a esses dois conceitos a dimensão mediúnica das *testemunhas* de que falava o apóstolo Paulo, dos *outros* espirituais que nos envolvem e, portanto, da convivência espiritual que experimentamos através da existência.

Para a Filosofia Espírita da Existência o *existente* se define pela mediunidade. Esta consiste na faculdade normal (nem sobrenatural nem paranormal) de percepção extra-sensorial e, portanto, de comunicação com os *existentes* do intermúndio. A dinâmica e a mecânica dessa comunicação são estudadas em "*O Livro dos Médiuns*", que é um desenvolvimento dos problemas mediúnicos de "*O Livro dos Espíritos*". O *existente* atualiza as suas possibilidades mediúnicas que lhe ampliam a consciência de si-mesmo e da sua natureza existencial, através do desenvolvimento mediúnico, que não é apenas o sentar-se à mesa de sessões para *receber espíritos*, mas principalmente aguçar a visão espiritual, entendendo-se por visão todo o complexo da percepção extra-sensorial. Esse aguçamento equivale a um transcender dos limites existenciais, pois é um liberar progressivo da percepção global do espírito, um escapar da prisão sensorial orgânica para outras dimensões da realidade. O *existente*, com essa *atualização* dos seus *possíveis* espirituais, torna-se um *interexistente*, um *ser no intermúndio*. Mas o *intermúndio* não é um conceito espacial e sim um conceito hipostático, não é quantitativo, mas qualitativo. A intuição grega dos deuses se converte na realidade

espírita dos Espíritos e a do intermúndio espacial na realidade do intermúndio psíquico.

O *interexistente* não é apenas intuição, nem apenas hipótese, ou formulação teórica. Pelo contrário, o *interexistente* é uma realidade histórica, antropológica, que podemos encontrar em todos os tempos e lugares. Foram *interexistentes* os videntes e profetas de todas as épocas, os xanãs e pagés das tribos selvagens, os oráculos, as pitonisas, os taumaturgos de todas as religiões. São interexistentes os médiuns e os paranormais de hoje, os gênios de todas as épocas, os fundadores e propagadores de religiões. A História da Filosofia oferece-nos as figuras de Sócrates, Platão, Plotino, Descartes e Bergson como interexistentes. Na História da Psicologia temos o caso recente de Karl Jung. Na História Política e Militar as figuras de Joana D'Arc, Abraão Lincoln, Makenzie King (do Canadá), Lord Dowding (Comandante da RAF na defesa de Londres durante a última guerra mundial), e assim por diante. Os casos famosos de Francisco Cândido Xavier e José Pedro de Freitas (Arigó) foram objeto de estudos numerosos, inclusive um estudo do primeiro como *interexistente*, publicado no livro "Chico Xavier, quarenta anos no mundo da mediunidade", de Roque Jacintho. O conceito espírita de *interexistente* se comprova na realidade histórica e na realidade cotidiana das nossas próprias existências, quando não em nós mesmos.

O problema da comunicação, que a partir de Kierkegaard o Existencialismo colocou de maneira dramática — Kierkegaard rompeu o noivado porque não podia comunicar-se nem mesmo com a noiva, considerando como única forma de comunicação a do homem com Deus (o outro, segundo sua expressão) — esse problema é amplamente resolvido pela Filosofia Espírita da Existência. A *comunicação* é uma categoria filosófica do Espiritismo que tem amplitude cósmica. Vemos em "*O Livro dos Espíritos*" que o fluido universal é o veículo do pensamento, assim como o ar é o veículo da palavra. O homem pode comunicar-se às maiores distâncias. Daí a validade da prece, que é forma de comunicação. As experiências atuais de telepatia à distância confirmaram essa tese espírita, a ponto de levarem os cientistas soviéticos, materialistas, a se empenharem nas pesquisas telepáticas.

O aguçamento da visão espiritual pelo desenvolvimento mediúnico implica um problema filosófico de comportamento. A Filosofia Espírita da Existência coloca esse problema em termos de moralidade. Opõe-se assim aos sistemas orientais de desenvolvimento artificial das faculdades psíquicas, por entender que esses sistemas perturbam o equilíbrio existencial do homem. Só a moralidade, a evolução moral do ser e, portanto, o desenvolvimento de suas potencialidades espirituais pode permitir à criatura humana o aguçamento de sua visão espiritual. Cada existência é um processo condicionado pelas anteriores e pela preparação do Ser no mundo espiritual. Tem o seu plano e os seus limites, sendo estes determinados pelo grau de desenvolvimento real do Ser e pelos compromissos que o liga às circunstâncias terrenas. Qualquer tentativa de fuga a esses determinismos existenciais — o que pode ser feito em virtude do livre-arbítrio — atenta contra o equilíbrio moral do Ser. Assim, a Filosofia Espírita da Existência revela mais uma vez sua natureza de síntese do Conhecimento: coloca-se entre as posições contrárias ao hedonismo materialista ou existencialista, de um lado, e do absentismo religioso ou místico, de outro lado, postulando a obediência às leis

naturais, o que, no caso da concepção existencial, equivale ao respeito pela *existência* e seus fins.

*

Vida e Existência – O Homem é um pro-jecto - O conceito existencial do homem foi desenvolvido pelos maiores filósofos contemporâneos, como Martin Heidegger, Karl Jaspers, Gabriel Marcel, Simone, Camus e outros. Esse conceito corresponde ao espírita, formulado por Kardec na Filosofia Espírita. O homem é um ‘pro-jecto’, um ser que se lança na existência e a atravessa como uma flecha em direção à transcendência que é o objetivo da existência. Para Sartre, materialista, a morte é a frustração do homem. Para Heidegger, metafísico, o homem se completa na morte. A Filosofia Existencial admite, em geral, que o ser é um embrião lançado à existência para desenvolver suas potencialidades. Há uma diferença essencial entre Vida e Existência. Todos os seres vivem, mas só o ser humano existe, porque existir é ter consciência de si mesmo e viver em ritmo de ascensão, buscando superar a condição humana e atingir a divina. O homem é o único “existente”. Esta palavra, “existente”, designa o homem como ser na existência.

Conceito Espírita do homem, o único “ser existente” - Vejamos o sentido tipicamente espírita dessa concepção do homem. Antes de ser, o homem é apenas um vir-a-ser, uma coisa misteriosa fechada em si mesma. Ansiando por realização, essa coisa se projeta na existência e se abre na relação, encontrando nesta os elementos que a despertam e a transformam num ser. Este toma consciência de sua própria natureza de ser e como tal busca superar-se. No trânsito existencial desenvolve a sua essência e abre no maciço do mundo, feito de leis rígidas e fatalistas, a única brecha de liberdade, que é o homem com seu livre arbítrio. Para Sartre, ao chegar à morte o homem já elaborou a sua essência na existência, mas esta não subsiste porque o homem desaparece na morte: o homem é uma frustração. Para Heidegger, o ser se desenvolve na existência e se completa na morte: é uma realização. Para Jaspers, o desenvolvimento do ser na existência se faz em duas etapas: 1^a.) a transcendência horizontal, no plano social; 2^a.) a transcendência vertical, na busca de Deus. Sartre aplica ao existente a dialética de Hegel: a) o homem antes da existência é o “em-si”; b) o homem na existência é o “para-si”; c) o homem na morte é o “em-si-para-si”. Como vemos, o “em-si-para-si” é a síntese dialética em que o “em-si” (fechado em si mesmo) e o “para-si” (aberto na relação social), que é a transcendência horizontal de Jaspers, resolve-se no “em-si-para-si”, que é a condição divina atingida na transcendência vertical de Jaspers.

O conceito filosófico de “existência” difere profundamente do conceito de vida. Enquanto a vida se define como o elã de Bergson, um impulso, uma força que penetra na matéria e, segundo a idéia hegeliana, modela as formas, a existência é subjetividade pura, o que vale dizer espírito. Assim, não vivemos como as plantas e os animais, integrados na matéria, mas como espíritos ligados à matéria para usá-la em função de seus interesses subjetivos. Vivemos na psique e não no corpo. Nossa vida não é propriamente vida, mas um existir independente das coisas e dos seres materiais, cuja única aspiração verdadeira é a liberdade, que só podemos de fato obter

e gozar na interioridade de nós mesmos. Mesmo encarnados, não saímos do plano espiritual, continuamos nele, nosso habitat natural, como sonâmbulos. A matéria não nos absorve, apenas reflete-se em nossa sensibilidade. O dia e a noite, a vigília e o sono, como Jaspers observou, marcam o ritmo existencial da relação alma-corpo. Durante o repouso do corpo, para refazermos, voltamos ao mundo espiritual no veículo do perispírito, e, mesmo em plena vigília, escapamos da matéria através das fugas psíquicas, das projeções telepáticas, das várias modalidades da percepção extra-sensorial. A hipnose prova o sentido ilusório do viver. No estado sonambúlico ou hipnótico, semidesligados do corpo, vagamos no intermúndio e aceitamos facilmente as sugestões de uma situação irreal: tocamos violino sem violino, sentimos calor e suamos sem calor, resistimos ao fogo sem queimar-nos, regressamos no tempo e nos projetamos no futuro através da memória e assim por diante. A Gestalt nos mostra a ilusão da forma na percepção do mundo, em que as aparências pregnantes (que se impõe fortemente, em se tratando de uma estrutura perceptiva e no contexto da teoria da Gestalt) cobrem a realidade material precipitando-nos em quedas e frustrações. A evolução da Física roubou-nos o mundo sólido e opaco do passado e lançou-nos no torvelinho dos átomos e das partículas nucleares. A matéria esfarelou-se nas mãos dos físicos e obrigou-nos a reconhecermo-nos como seres evanescentes, e que vivemos num mundo mágico de estruturas imponderáveis.

Diante dessa realidade fantástica, às leis físicas que Bertrand Russel se apegou para não naufragar no irreal, impõe-se a realidade-real das leis psíquicas, do espírito que domina, estrutura e ordena a matéria. O que chamamos de vida se transforma em existência, e esta não é mais do que a curta medida do tempo necessário para nos libertar-nos de um condicionamento mental determinado pela ilusão dos sentidos, como Descartes já verificara e demonstrara em suas tentativas de nos dar a Ciência Admirável que o Espírito da Verdade lhe revelara em sonhos. O “cogito ergo sum” do filósofo aparece-nos hoje como um traço de união entre o Cristianismo puro do Cristo e o Espiritismo, em que a verdade revelada se restabelece na sua realidade incompreendida, como uma ponte fluídica e indestrutível que liga duas partes do real, separadas pelo abismo de quase dois milênios de loucura, de esquizofrenia religiosa. Ao descobrir que essa frase cartesiana – penso, logo existo – foi o “abre-te Sésamo” de um filósofo mágico que não queria ilusinar, mas atingir a Verdade, compreendemos que a ponte cartesiana passou sobre um abismo onde espumou por milênios a voragem de sangue e impiedade de um pesadelo mundial. E tão hipnótica foi essa voragem que cientistas e filósofos ainda resistem ao chamado da nova concepção do homem e do mundo que o Espírito da Verdade nos oferece. O próprio Descartes, apegado aos ídolos de Bacon (No que se refere ao *Novum Organum*, Bacon preocupou-se inicialmente com a análise de falsas noções (ídolos) que se revelam responsáveis pelos erros cometidos pela ciência ou pelos homens que dizem fazer ciência. É um dos aspectos mais fascinantes e de interesse permanente na filosofia de Bacon) saiu do seu deslumbramento para uma peregrinação ao ídolo de Nossa Senhora da Saletti, no cumprimento de uma promessa. Repetiu-se nesse episódio histórico a mensagem do Mito da Caverna na República de Platão. Um escravo escapou dos grilhões e foi ver à luz do Sol a realidade que só conhecia através das silhuetas de sombras. E quando voltou e contou o que vira lá fora, os demais o consideraram perturbado. No entanto, a partir de suas obras iniciava-se no

mundo a Renascença Cristã, que se completaria mais tarde numa eclosão mediúnica em que as línguas de fogo do Pentecoste se acenderiam de novo sobre a cabeça dos Apóstolos da Nova Era.

O conceito de existência é o carisma do Século XX, da fase mais aguda da transição planetária para um grau superior da Escala dos Mundos. As inteligências terrenas foram convocadas para a nova batalha cristã, em que os Mártires da Verdade não sofreriam mais as penas cruentas do passado tenebroso, mas enfrentariam as angústias da incompreensão e o martírio inevitável da marginalização cultural. Os construtores da nova cultura, nascida dos princípios cristãos, iniciariam sob escárnio e calúnias a construção da Civilização do Espírito. Esse o grave problema que os espíritas precisam encarar com a maior seriedade em nosso tempo, pois somos herdeiros dessa causa e os continuadores dessa obra. Se não nos empenharmos nela com a devida consciência da sua importância, se não formos capazes de sacrifício e abnegação, em favor dos novos tempos, assumiremos também a nossa parte de responsabilidade nos fracassos que poderão levar-nos a uma catástrofe planetária.

Conceito de Existência e Conceito de Solidariedade Existencial entre os espíritos e os homens: “interexistência” - Mas é bom lembrar que não estamos sós. Ao conceito de “existência” dos filósofos atuais o Espiritismo acrescenta o conceito da solidariedade existencial entre os espíritos e os homens. Provada a sobrevivência dos mortos pela pesquisa científica e demonstrada a interpenetração dos mundos material e espiritual – que se evidencia na nossa própria organização psicofísica, impõe-se naturalmente o conceito espírita da “interexistência”. Já vimos que não vivemos apenas no plano material, que não estamos fundidos no corpo carnal, mas apenas ligados a ele como o condutor ao seu veículo. Nos estudos de Hipnotismo aprendemos que a nossa vida diária também se processa simultaneamente em dois planos. O mesmo acontece com os espíritos, que não estão isolados no plano espiritual mas passam constantemente do seu plano para o nosso, como vemos no caso das comunicações mediúnicas, das aparições, das materializações e até mesmo, de maneira espontânea e concreta, visível e palpável, no caso dos “agêneres”. Assim, a interpenetração do plano espiritual inferior com o plano material superior (a crosta terrena e sua atmosfera), constitui a zona planetária a que chamamos de “intermúndio”. Os gregos antigos diziam que os seus deuses viviam no intermúndio, entre o Céu e a Terra. O Espiritismo nos permite compreender essa verdade de maneira clara e racional: para eles, os espíritos eram os deuses bons e maus que se comunicavam através dos oráculos e das pitonisas. Eles também conheciam os “agêneres”, pois os seus deuses podiam descer do Olimpo e aparecer aos homens como homens. O conceito de interexistência deriva do conceito de intermúndio formulado pelos gregos.

A colaboração interexistencial e as pesquisas mediúnicas - E no Espiritismo esses conceitos se ampliam através das pesquisas mediúnicas, revelando as leis da colaboração interexistencial a que naturalmente se entregam os espíritos e os homens em todos os tempos, desde os primitivos até ao nosso. Contamos, pois, com a colaboração constante dos nossos companheiros de humanidade na batalha cristã de elevação na Terra. Anotemos a importância que, nesse contexto, adquirem as sessões mediúnicas de orien-

tação e esclarecimento de espíritos sofredores ou malfeitores. A doutrinação espírita, sempre auxiliada pelos Espíritos Superiores e os Espíritos Bons que os servem, é um trabalho humilde de caridade que, no entanto, não se limita aos efeitos pessoais em favor do socorrido e das suas vítimas, pois sua contribuição maior é a renovação consciencial ou despertar das consciências humanas para as responsabilidades do ser na existência. Pouco pode fazer uma sessão de doutrinação, diante da extensão dos desequilíbrios, a multidão de sofredores e malfeitores que nos rodeiam. Mas cada espírito que se esclarece é uma nova irradiação nas trevas conscienciais. Além disso, numa pequena sessão não temos o esclarecimento apenas das entidades comunicantes. Em geral, é maior o número de espíritos assistentes, que se beneficiam com a doutrinação dos que se encontram na sua mesma situação. Por outro lado, o ambiente espiritual da sessão irradia suas luzes muito além do recinto estreito em que se realiza. O milagre da multiplicação dos pães se repete em cada sessão de humildes servidores da causa que é de toda a Humanidade. Os resultados positivos das sessões vão muito além do que podemos perceber, espalhando seus benefícios no intermúndio, no Espaço e na Terra. Note-se ainda que essas sessões representam a colaboração humana aos trabalhos de esclarecimento e orientação que os Espíritos realizam incessantemente no plano espiritual. Essa participação dos homens nas tarefas espirituais restabelece os elos de fraternidade desfeitos pelo formalismo igrejeiro. E desfaz a fábula do ciúme dos anjos, que teriam se rebelado contra Deus pela encarnação de Jesus como homem e pela concessão aos padres do direito de perdoar pecados, que os anjos não possuem. Fábulas dessa espécie, criadas pela pretenciosa imaginação teológica, dão-nos a medida do desconhecimento dos clérigos mais ilustrados e prestigiosos sobre a realidade espiritual. Os anjos não são mais do que espíritos humanos que se sublimaram em encarnações sucessivas. O Espiritismo coloca o problema da Criação em termos evolutivos, à luz da concepção monista e monoteísta. Nas sessões mediúnicas de caridade, anjos, espíritos humanos e espíritos diabólicos participam como orientadores, doutrinadores e necessitados de doutrinação. Não sendo o Diabo mais do que uma alegoria, um mito representativo dos espíritos inferiores voltados ao mal, a presença dos impropriamente chamados espíritos diabólicos nas sessões de socorro espiritual é justa e necessária. Ninguém necessita mais do socorro humano do que essas criaturas transviadas. Quando elas não estão em condições de aproveitar a oportunidade, não lhes é facultada a comunicação mediúnica. Permanecem no ambiente como observadores, vigiados pelos espíritos guardiães, e aprendem aos poucos, como alunos ouvintes, a se prepararem para o tratamento de que necessitam. Muitas pessoas não gostam dessas sessões de comunicações desagradáveis, onde a caridade brilha no seu mais puro esplendor. São nelas que os pretensos diabos deixam cair suas fantasias infelizes para vestir de novo a roupagem comum dos homens, voltando ao convívio dos que seguem a senda da evolução espiritual. Os grupos que se recusam a realizar esses trabalhos de amor acabam caindo nas mistificações de espíritos pseudo-sábios e pagam caro o seu comodismo e a sua pretensão.

A colaboração interexistencial iniciada pelo Espiritismo estabeleceu a verdadeira fraternidade espiritual na Terra. Esse fato marca um momento sublime nos rumos da transcendência humana. O planeta das sombras, cuja História é um terrível caleidoscópio de atrocidades e malda-

des, brutalidade e miséria moral, ganhou um ponto de luz celeste com essa reviravolta em suas precaríssimas condições religiosas. O desenvolvimento das práticas de socorro espiritual indiscriminado, oferecido a todos os tipos de necessitados, dará condições à Terra para se libertar das sombras e elevar-se aos planos de luz. O lema espírita: “Fora da Caridade não há Salvação” é o passaporte da Terra para a sua escalada aos planos superiores. Os médiuns que trabalham nessas sessões de socorro, ao invés de preferirem aquelas em que só se interessam por mensagens de Espíritos Superiores, estão mais próximos dos planos elevados e das entidades realmente superiores. Não foi para os elegantes e vaidosos rabinos do Templo que Jesus veio à Terra, mas, como ele mesmo disse, para as ovelhas transviadas de Israel. Os que pensam que só devem tratar com Espíritos Superiores provam, por essa pretensão, a incapacidade de compreender a elevação espiritual.

*

CAPÍTULO II

DEUS

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

Teorias dos Primeiros Filósofos Gregos

Os filósofos gregos, quando começaram a escrever e a ensinar, não procuraram destronar os deuses ou lançar diretamente dúvidas a seu respeito. Muitos dos primeiros acreditavam nos deuses, segundo o espírito e a tradição os conceberam. Procuraram, porém, explicar a existência das coisas de modo diferente da dos deuses. *Tales*, por exemplo, procurou explicar o aparecimento do mundo e de todas as demais coisas por processos naturais, sem apelar a seres divinos. Conquanto *Anaximandro* ensinasse que a substância original, donde tudo provém, fosse o *infinito*, não associou essa idéia à crença popular acerca dos deuses.

Contudo, pairava, sempre, atrás do pensamento daqueles primeiros filósofos, a crença de que a criação e a ordem do universo eram resultados da obra de Deus. Vemo-los, muitas vezes, referirem-se a Deus como a fonte da matéria original do universo e como a força que, de certo modo, estabeleceu a ordem do universo. Esses filósofos, porém, não foram muito claros. É possível que muitos deles fossem profundamente religiosos e procurassem “carregar a religião num cesto e a filosofia em outro”, misturando, muitas vezes, em seu pensamento, o conteúdo de ambas.

Já *Heráclito* manifestou profundo desprezo pela religião das massas e não hesitou em escrever: “E a essas imagens elas elevam suas preces, como se alguém tivesse que falar com a casa de um homem, pois os homens não sabem o que são deuses ou heróis.” Heráclito, sem dúvida, acreditava saber o que eram os deuses e os heróis.

Xenófanes, poeta e filósofo do século VI. A. C., atacou as crenças religiosas populares de seu tempo, contrapondo a asserção de que Deus é um só e imutável. Condenou acerbamente a idéia de que os deuses se assemelham aos mortais. “Realmente” – escreveu – “se os bois ou os leões tivessem mãos e pudessem pintar, produzindo obras de arte da mesma maneira que os homens, os leões pintariam os deuses com as formas de leões, e os bois com as de bois. Cada um representá-los-ia com corpos segundo suas próprias

formas.” Em outro trecho, diz: “Assim, os etíopes fazem seus deuses pretos e de nariz chato; os trácios dão, aos seus, cabelos ruivos e olhos azuis.”

Em vez daquelas crenças acerca dos deuses, que lhe pareciam grosseiras, Xenófanés doutrinava que Deus difere dos seres humanos em todos os sentidos. É quem governa o universo, sem esforço algum. Vive em determinado lugar e não se move. É um todo, sem começo ou fim, uma unidade eterna. Como um todo, Deus não se move, mas suas partes se movimentam.

Xenófanés refere-se a Deus como o princípio fundamental do universo. É o mundo, a totalidade da natureza viva. Xenófanés, assim, apega-se a um nítido panteísmo, à crença de que tudo no universo é Deus, e Deus todas as coisas no universo. É *Uno e Tudo*. Para Xenófanés, existe um só Deus: o universo. Como universo, é o Todo, a unidade, o Uno. Mas há no universo, em Deus, muitas partes que trocam de lugar entre si, permanecendo o todo, entretanto, imutável. Xenófanés despreza o politeísmo popular – a crença na existência de muitos deuses – e adota um monoteísmo – crença num só deus – mais adiantado.

Evidencia-se, portanto, que durante o período pré-sofista da filosofia grega, a religião popular, com muitos deuses, estava sendo contestada através da concepção mais filosófica de um só deus, de certo modo a fonte de todo o universo e a força que jaz em todos os seus fenômenos. Além disso, à idéia popular de deuses e seres muito semelhantes ao homem antepusera-se à de um único deus, muito diferente do homem em todos os aspectos.

Essa última idéia atingiu um ponto elevado durante o período dos *sofistas*. Esses professores práticos dos jovens instavam em atacar e desafiar tudo, a eles não escapando a crença nos deuses. Apelavam para a razão e insistiam, constantemente, em que a crença popular em muitos deuses não era razoável. Conquanto sua obra fosse prejudicial às crenças geralmente aceitas, tornou-se muito valiosa, pois obrigou os homens a pensarem seriamente nelas, num esforço para rebaterem as objeções por eles apresentadas. Os filósofos sentiram a necessidade de indagar “qual a verdadeira concepção sobre Deus”, disso resultando uma concepção mais consistente e mais pura sobre a natureza de Deus.

Sócrates, Platão e Aristóteles

Um dos filósofos que procurou desenvolver uma concepção mais consistente e mais pura de Deus foi *Sócrates*, mas pagou o preço de ser o pioneiro, visto as massas o terem compreendido mal; julgaram que ele estava destruindo a crença nos deuses e condenaram-no à morte, pela sua impiedade.

Platão, seu discípulo, empregou a palavra Deus, num sentido muito confuso. Tem-se muitas vezes a impressão de que aos deuses ele se refere da

mesma maneira que às massas, como seres que governam diferentes setores do universo. De fato, a concepção do povo acha-se espalhada em suas obras. Outras vezes, Platão parece pregar a existência de um Deus supremo, mestre e senhor de todo o universo. Em seu livro *Timeu*, explicou a criação do universo usando um demiurgo, espécie de arquiteto que tomou as idéias e a matéria já criadas e, com elas, moldou o universo. Em outro ponto, vemo-lo referindo-se ao Criador como a fonte das almas.

Isso nos leva a concluir que Platão acreditava na existência de muitos deuses, cada um dos quais julgava semelhar muito à alma humana. Entre esses deuses, acham-se a idéia de Deus, o mundo total das idéias, o demiurgo, a alma do mundo, as almas dos planetas e todos os deuses da religião popular. Nessa questão, Platão não se mostra muito claro. Talvez procurasse usar as crenças populares para pregar verdades mais profundas. Em algumas passagens somos levados a crer que não procurou explicar a formação do mundo das idéias ou da matéria, considerando-as como existentes desde o começo. Tampouco procurou explicar a origem do demiurgo. Este também existia desde o começo. Dados o demiurgo, as idéias e a matéria, Platão prossegue dizendo que o primeiro, usando idéias e matéria, criou todos os deuses, nos quais as massas crêem.

Em outros trechos, porém, Platão fala em Deus como o criador de todas as coisas e o alvo de toda a vida humana bem como da vida de toda a natureza. Sustentando que o espírito do homem se assemelha a Deus, sendo o corpo uma prisão da alma, escreveu que “devemos voar para longe da terra, o mais depressa que pudermos, e voar para longe é tornar-se igual a Deus.” Nesse ponto, ele parece aproximar-se do misticismo.

O pensamento de *Aristóteles* é, nesse ponto, muito mais claro que o de Platão. Aristóteles acreditava haver duas causas no universo – forma e matéria. Para ele, as formas são forças que se concretizam no mármore. Daí, tornarem-se a causa do movimento. A matéria movimenta-se por causa da forma.

Na verdade, Aristóteles revela traços da velha idéia grega de que a matéria é viva. Não só a forma, que se acha dentro da matéria, move a matéria, como esta procura tornar-se ou concretizar-se em forma. Por exemplo, o carvalho é a forma, e a bolota, a matéria. A bolota desenvolve-se, transformando-se em carvalho, concretiza a forma do *carvalho* que nela se acha como bolota, sem ser concretizada. No desenvolvimento, segundo Aristóteles, ela estava esforçando-se em tornar-se um carvalho. É esse o seu movimento.

Mas, antes da bolota, havia matéria e uma idéia ou a forma *bolota*. Essa forma estava na matéria e esta esforçava-se em tornar-se uma bolota, devido à presença da forma nela. Podia-se prosseguir averiguando a série de eventos, desde a matéria mais crua, acompanhando, passo a passo, o carvalho e ir mais além, percebendo-se que, a cada ponto, existem matéria e for-

ma, a matéria lutando para tornar-se forma e sendo por esta movida. Essa série continua eternamente?

A isso Aristóteles respondeu *não*. No fim existe a forma pura, sem matéria, a que denominou a eterna *causa motriz imóvel*, a causa final de todo o movimento, de tudo o que vem a *ser* no universo. *Deus* é a causa do movimento, mas não se move. Como é isso possível?

Todos nós passamos pela experiência de conhecer uma pessoa, que considerávamos um herói e à qual desejávamos nos igualar. Moldamos nossa vida pela dela e crescemos parecendo com ela. A história imortal de Hawthorne, *The Great Stone Face*, constitui um exemplo dessa experiência. O menino contemplava tanto a figura da pedra que acabou parecendo com ela. Mas sua face não se alterou. Não se transformou. Dá-se o mesmo com a *causa motriz imóvel* de Aristóteles; faz moverem-se os homens, atrai a matéria, mas mantém-se imóvel, permanece indiferente.

Todo o universo, todos os objetos e seres nele desejam concretizar-se por causa de Deus. Assim, Deus é o centro que todas as coisas procuram alcançar; é, portanto, o princípio unificador. Todas as possibilidades, todas as formas, nele se concretizam.

O Deus de Aristóteles é o ideal do filósofo, porquanto é tudo o que o filósofo se esforça em ser, a inteligência pura.

Filósofos Gregos Posteriores

Enquanto Aristóteles era monoteísta, o que crê num só Deus, os *epicuristas* eram politeístas, isto é, acreditavam em muitos deuses. Acreditavam que eles existem e têm a forma de homem, porém mais belos. Acreditavam que seus corpos eram belos corpos de luz. Os epicuristas criam, também, que os deuses diferem em sexo, precisam alimentar-se e falam a língua grega.

Mas os deuses dos epicuristas eram muito diferentes do que pensavam as massas. Não criaram o mundo, não se interessavam pelo homem, eram perfeitos, não intervinham no mundo. Viviam uma vida pacífica, feliz e contente, livres de todos os cuidados e preocupações que os homens soem conhecer.

Para os *estóicos* há um só Deus, associado ao mundo da mesma maneira que a alma ao corpo humano. Deus é corpóreo, mas um corpo de extraordinária beleza. Os estóicos acreditavam que todas as forças do universo estão unidas noutra que penetra tudo, a alma do universo. Esta é Deus. Trata-se, naturalmente, duma doutrina panteísta, da crença de que tudo no universo é Deus. NEle deve encontrar-se o universo total, da mesma forma que tudo de uma flor está contido numa semente.

O Deus dos estóicos difere bastante dos deuses dos epicuristas. É o pai de todas as coisas, é Uno e indivisível; ama o homem e sabe tudo o que vai acontecer, pune o mal e recompensa o bem. O Deus dos estóicos está muito interessado no mundo dos homens. Vive no círculo mais distante do universo e, de lá, domina-o todo – acreditavam os estóicos – da mesma maneira que a alma se acha situada em determinado lugar do corpo, dominando-o, porém, totalmente.

Carnéades, um dos cétricos, atacou essa idéia dos estóicos sobre Deus, mostrando suas inconsistências. Negou que a razão humana possa conhecer Deus e, mesmo, que possa saber que Deus existe. Devemos ser cétricos a respeito dessa questão, argumentou.

Idéias Greco-Religiosas Sobre Deus

Quando *Fílon* e seus contemporâneos judeus-gregos apareceram no cenário filosófico, a concepção de Deus tornou-se questão predominante na Filosofia. *Fílon*, por exemplo, vinha da grande tradição religiosa dos hebreus, em cujo centro se situava a idéia de um só Deus, todo-poderoso e todo bondade. Colocou essa tradição em relação com a filosofia grega e procurou demonstrar que era consistente com o que havia de melhor no pensamento grego.

Segundo *Fílon*, Deus paira acima do homem em grandeza, bondade, poder e perfeição; que não podemos saber o que Ele é. Podemos, entretanto, ter certeza de que existe. *Fílon* pregava que Deus é a fonte de tudo, absolutamente bom, perfeito, bem-aventurado. Sendo tão glorificado, não pode entrar em contato com a matéria. Mas dEle saem, como a luz de uma vela, seres ou forças que se reúnem formando outra, a que deu o nome de *Logos* ou divina sabedoria. O *Logos* criou o universo e é o intermediário entre Deus e o mundo. Deus acha-se separado do mundo e há nítida distinção entre o Deus todo-pureza e o mundo impuro da matéria, o mundo em que vivemos.

Na teoria de *Plotino*, que abordou quase a mesma matéria de que se ocupou *Fílon*, Deus é a fonte de tudo no universo. Mas é tão perfeito que nada podemos afirmar sobre Ele. Podemos dizer o que *Ele não é*, mas jamais podemos dizer o que *é*. Tudo que pensarmos sobre Ele é demasiado fraco para se Lhe aplicar. Deus está acima de tudo o que possamos pensar.

Ainda na concepção de *Fílon*, Deus criou o mundo não diretamente, porém por meio de emanções, seres que procedem dEle mas não são Ele. Na de *Plotino*, Deus é como uma corrente infinita, que está sempre fluindo sem jamais se esgotar. O mundo depende de Deus, mas Deus não precisa do mundo.

Plotino refere-se à criação como uma cascata oriunda de Deus. No fundo dela acha-se matéria pura, a parte mais afastada de Deus. Aí também

notamos nítida separação entre Deus e o mundo, entre Deus puro e o mundo impuro.

Primeiros Cristãos e os Cristãos Medievais

O Cristianismo começou muito cedo, em sua história, a sentir os efeitos da filosofia grega. O Evangelho de São João, escrito cerca do ano 100, mostra claramente essa influência. O livro começa com uma doutrina distintamente grega, a doutrina do Logos ou do espírito do mundo que emana de Deus e criou o próprio mundo.

À medida que o Cristianismo se foi desenvolvendo e influenciando cada vez mais o mundo grego e romano, tornou-se necessário introduzir nele muita coisa da filosofia grega. Foi então que os *apologistas* procuraram associar o pensamento grego ao cristão. Ensinavam que a ordem e a razão, no universo, indicam a existência de uma Primeira Causa, um ser que é a fonte de tudo, bom e eterno. Essa Primeira Causa, ou Deus, é o princípio eterno de todas as coisas que se transformam. Ele emite o Logos, assim como o sol emite a luz, e, através do Logos, criou o universo.

Segundo os apologistas, Deus é a razão pura personificada, julgada pessoa. Para eles, portanto, a razão é o princípio fundamental do universo, sua causa, a força diretriz e controladora.

Santo Agostinho, em seus ensinamentos, salienta a grande diferença entre Deus e o mundo. Deus é eterno, transcendente, todo bondade e sabedoria, absoluto em todos os sentidos. Além disso, Santo Agostinho ensinava que Deus, no começo, predeterminou tudo de modo que sabia, desde o princípio, o que aconteceria a todas as criaturas por toda a eternidade.

O Deus de Santo Agostinho é a idealização de tudo o que o homem considera bom e digno. É a força absoluta, a perfeita bondade, a fonte e o criador de todas as coisas. Sabe tudo e controlou o universo, de modo que tudo está determinado por Ele para todo o sempre.

Durante vários séculos a idéia que a Igreja Cristã sustentava sobre Deus permaneceu muito semelhante à de Santo Agostinho. *João Escoto Erígena* pregava que Deus é a fonte de todas as coisas, mas foi mais longe que Santo Agostinho quando sustentou que Deus e a criação são um só. Para ele, Deus é o mundo, o mundo é Deus, mas Deus é também mais que o mundo, muitíssimo mais. O mundo, afirmava Erígena, é apenas leve revelação de Deus, que é muitíssimo mais que todo o universo.

Com essa teoria, Erígena está a par com a Igreja, que afirma ser Deus a perfeita bondade, força e sabedoria, jamais completamente conhecido pelo homem. O homem pode saber alguma coisa sobre Deus ao contemplar o universo, mas este é apenas uma pequena e insignificante parte de Deus. Para esse pensador antigo, Deus é, na realidade, incognoscível e indefinível. Não

pode o homem, com o seu pequeno cérebro, esperar compreender Deus ou Seus processos.

Com o desenvolvimento do Cristianismo durante os primeiros séculos da era cristã, surgiu um problema demasiado difícil. Deus era concebido como puro, sagrado, perfeito. Tornou-se, então, necessário introduzir um ser intermediário, o Logos, para explicar a criação do universo. Muitos pensadores identificaram esse ser com Cristo. Mais ainda, os pensadores cristãos sustentaram que havia um Espírito, ou poder de origem divina, que se difundia no Universo, o Espírito Santo.

Debatendo o problema da natureza de Deus, os filósofos acharam necessário explicar a existência do Logos, de Cristo e do Espírito Santo. Tinha-se que elaborar uma doutrina estabelecendo a relação entre um e outro, e com Deus. Foi então que surgiu a concepção da Trindade. Deus é referido como o Uno, a Unidade, o Todo. Mas é também Três: Deus, o Logos ou Cristo e o Espírito Santo.

Ensinavam os apologistas que o Logos e o Espírito Santo são emanações de Deus, sendo Jesus Cristo o Logos na forma de homem. Sustentavam, conseqüentemente, que, embora Deus seja Uno, é também Três Pessoas. A Divindade é a Unidade, mas manifesta-se no mundo como o Logos criador ou Cristo e como a Razão Divina que se difunde em todas as coisas.

Pouco tempo depois sobressaiu um grupo de pensadores, os *modalistas*, que afirmavam que as três pessoas, ou Trindade, são verdadeiramente Deus em três formas ou modos. O Logos é Deus-Criador; o Espírito Santo, Deus-Raciocínio, e Deus, Deus-Ser. Isso levou a uma prolongada discussão sobre se o Logos é da mesma natureza ou da mesma substância que Deus. É o Logos uma emanação de Deus ou é Deus em outra forma?

Santo Agostinho esposava a concepção ortodoxa sobre a Trindade. Acreditava que Deus é um só, manifestando-se no universo como três pessoas, emanações. É a teoria conhecida por atanasiana devido ao fato de ter sido desenvolvida por *Atanásio*, chefe de um grupo de antigos pensadores cristãos. Segundo Atanásio, Cristo é o princípio da salvação e foi gerado, não feito, pelo Pai, Deus. É eterno com o Pai, sendo da mesma substância. Partilha de toda a natureza do Pai. Em Jesus, Logos ou Cristo uniu-se a um corpo humano. O Espírito Santo, afirmava ele, é um terceiro ser. Assim, a Divindade é concebida como uma Trindade da mesma substância, três pessoas da mesma natureza: Pai, Filho e Espírito Santo.

Roscelino, um dos primeiros nominalistas, aplicou a doutrina do Nominalismo à Trindade. Argumentou que as coisas simples são as únicas realidades e que os universais, os conceitos gerais, são meros nomes ou palavras. Conseqüentemente, sustentava ele, não pode haver realidade que corresponda ao nome Deus. Há substâncias diferentes ou pessoas iguais em po-

der. Portanto, para ele, a Trindade não é Uma em Três, mas compõe-se de três seres distintos.

Essas idéias contrariavam a doutrina ortodoxa e provocaram grande oposição por parte da Igreja. Tornou-se evidente, aos sacerdotes, que a preservação da Trindade como doutrina da Igreja se apoiava na adoção da teoria realista, segundo a qual os universais são os únicos reais, e os indivíduos, formas do universal. Essa teoria tornou-se, então, dominante entre os escolásticos e os fundamentos de grande parte da estrutura intelectual e eclesial da Idade Média.

S. Tomás de Aquino foi grandemente influenciado pela teoria de Aristóteles, procurando adaptá-la à teologia cristã sem destruir as doutrinas fundamentais da Igreja. Na verdade, acreditava que os ensinamentos de Aristóteles pudessem, de certo modo, sustentá-las.

Deus, disse ele, é a forma pura. Inferimos Sua existência dos fatos de Sua criação. Por exemplo, tudo que se move deve ter uma causa motriz. Encontramos movimento no universo. Por conseguinte, a fonte final desse movimento deve ser um princípio imutável, a Causa Motriz imóvel, de Aristóteles, ou Deus. Mais ainda, o universo revela que as coisas se acham relacionadas numa escala graduada de existência, desde as formas inferiores até aos objetos mais ou menos perfeitos. Isso leva o indivíduo a inferir que deve haver, acima de tudo, algo perfeito, Deus.

Segundo *S. Tomás de Aquino*, Deus é a causa primeira e final do universo, a forma ou energia pura. É absolutamente perfeito. É a fonte, Aquele que criou o mundo do nada. Na criação, Ele se revelou. Além disso, governa o universo através de Sua vontade perfeita.

Aquino, desenvolvendo essa teoria da natureza de Deus, estabeleceu para todos os tempos um padrão para a crença dos católicos em Deus. A Igreja Católica segue praticamente, até hoje, o ponto de vista traçado por Aquino.

Os ensinamentos de *João Duns Escoto* são muito semelhantes aos de *S. Tomás de Aquino*. Deus é uma forma ou energia pura. É a causa do universo, causa consciente que tem um objetivo ao criá-lo e governá-lo. É a vontade infinita que está completamente livre, tão livre que pode dominá-la sempre que queira. Tudo isso, explica Escoto, prova-se pelas experiências que temos do mundo que nos cerca.

Bruno, Boehme e Outros Precursores da Renascença

Na alvorada da Renascença, e ao começarem os homens a julgarem-se livres do longo domínio da Igreja e de suas doutrinas, perceberam inúmeras inconsistências nas doutrinas do Escolasticismo. Viram que algumas das idéias sobre Deus, sustentadas por aqueles filósofos, não resistiriam ao impacto da razão em suas pesquisas. Mas, conquanto atacassem o raciocínio

dos escolásticos, não se mostravam inclinados a abandonar a idéia relativa a Deus.

Nicolau de Cusa, por exemplo, afirmou que podia ter uma intuição imediata de Deus, algo semelhante à experiência do místico. Essa experiência solve as contradições e inconsistências que aparecem, em quaisquer tentativas do pensamento sobre Deus. Não podemos conhecer Deus através da razão; além da razão acha-se a *ignorância dos cultos*, essa super-sensível experiência com relação a Deus.

Giordano Bruno, fascinado pela imensidão do universo, que a astronomia de seu tempo estava revelando, afirmou que Deus é imanente nesse universo infinito, o princípio da atividade. Doutrinava que Ele é a união de todos os opostos no universo, uma união sem opostos que o espírito humano não pode alcançar.

Seguindo a mesma tradição, encontrava-se o inculto místico alemão, *Jacob Boehme*. Ensinou que Deus é a união de todos os opostos no universo, a fonte original de todas as coisas, uma vez que é o fundamento de tudo. Deus torna-se cômico de Si através dos objetos do universo. Um desejo cego e divino dá origem ao universo com todos os seus opostos. Todos esses opostos unem-se, porém, em Deus.

Teorias de Bacon, Hobbes, Descartes e Pascal

Esse desespero da razão, por parte de muitos, como meio de chegar à compreensão de Deus, participava da tendência para libertar a Humanidade dos laços da Igreja, a fim de que se pudesse devotar ao estudo dos homens em termos científicos. A Teologia e a Ciência iam-se separando gradativamente, e cada uma ia tomando seu lugar no esquema das coisas. Contudo, prosseguia a luta para compreender a natureza de Deus, se bem que as interpretações fossem, em muitos casos, diferentes das da Idade Média. Tornou-se evidente que o Deus da razão é muito diferente do da fé. Em consequência, aconteceu muitas vezes não ser o Deus dos filósofos e dos teólogos.

A teoria de *Francis Bacon* exemplifica, claramente, esse desenvolvimento. Dividiu a teologia em *natural* e *revelada*. A natural, doutrinou ele, é o conhecimento sobre Deus que podemos conseguir através da natureza e das criaturas de Deus. Fornece uma prova convincente de Sua existência, nada mais. O restante, deve vir da teologia revelada. Nela devemos “abandonar o pequeno barco da razão humana e pôr-nos a bordo do barco da Igreja, o único que possui a bússola divina para a travessia certa. As estrelas da Filosofia nada nos adiantarão. Da mesma maneira por que somos obrigados a obedecer às leis divinas, embora murmuramos contra elas, somos também obrigados a crer na palavra de Deus, embora nossa razão com isso se choque.”

Thomas Hobbes, interpretando Deus em termos de sua filosofia materialista, diz-nos que, durante a criação, Deus movimentou todas as coisas. Sugere, ainda, que Deus é corpo, um ser corpóreo; mas quanto a isso não está muito certo, porquanto duvida que possamos saber o que Deus é. Devemos limitar-nos à afirmação de que Deus existe. Hobbes, porém, não se refere a Deus como pondo o universo em movimento, nem como governando o mundo através dos governantes humanos do próprio mundo.

Descartes, através de seu método de conduzir a razão, procurou provar a existência de Deus, dizendo-nos muitas coisas a esse respeito. Descobriu a idéia sobre Deus entre as que teve, uma idéia sobre um ser absolutamente real, perfeito e infinito. Explicou que a causa dessa idéia deve ser tão real quanto ela. Por conseguinte, Deus existe. Afirmou que devia ter sido posta nele pelo próprio Deus. Esse Deus é causado por Si mesmo, é eterno, onisciente, todo-poderoso, bondade perfeita, verdade e o criador de todas as coisas. Deus não enganará o homem. Tudo que Ele puser no homem é real, até mesmo suas idéias, ao pensar.

Para Descartes, ainda, Deus é a substância básica do universo, dependendo dEle estas duas substâncias relativas: espírito e corpo. “Deus” – escreveu – “criou primeiramente a matéria, juntamente com o movimento e o repouso; e agora, apenas com Seu concurso, preserva, no todo, o mesmo grau de movimento que naquele tempo colocara nela.” Deus é a Primeira Causa Motriz do universo.

A concepção de Descartes sobre Deus é demasiado confusa. Apresentou-O como independente da natureza, levantando assim o problema de como Deus pode manifestar-se na natureza para que o homem possa saber algo sobre Ele. E mais: como pode Deus, sendo espírito puro, dar movimento à matéria? Descartes deixou esse problema, entre muitos outros, para seus adeptos, o problema de harmonizar a teoria da Mecânica, da nova ciência dos tempos, com a Teologia do Cristianismo.

Blaise Pascal, atacando o problema, sugeriu ser impossível ao homem demonstrar a existência de Deus, pois as provas filosóficas não têm valor real em relação a Ele. Conhecemos Deus, afirmou, somente através do sentido religioso. Deus é puro espírito, e só podemos conhecê-Lo através da experiência espiritual.

Natureza de Deus Segundo Espinosa

Foi *Espinosa* quem elaborou o que parecia então a solução magistral do problema deixado por Descartes. Segundo Espinosa, Deus é a única substância independente, no universo. Fora de Deus não pode haver substância. Espírito e corpo, pensamento e extensão, são atributos de Deus, não independentes dEle. Deus é a causa de todas as coisas. É a substância pensante e extensa. É o pensamento no espírito humano e a árvore na floresta. Assim,

Deus é tudo e tudo é Deus. Nada existe fora de Deus ou que dEle seja independente. Deus é o princípio simples, eterno e infinito da natureza e de todas as coisas, causado por Si mesmo. Deus e o mundo são um só. Vê-se nisso um nítido panteísmo.

Podemos perceber apenas dois atributos de Deus: pensamento e extensão. Conhecemos, pois, Deus através de idéias e corpos. Isso não diz, porém, tudo. É mais do que tudo isso, e não podemos conhecê-Lo completamente.

Segundo Espinosa, Deus não é pessoa nem consciência. Não se caracteriza por inteligência, sensação ou vontade. Seus atos não são dirigidos por intenção; todas as coisas, porém, resultam de sua natureza, de conformidade com leis estritas. Todas as idéias, no mundo, somadas, constituem o pensamento de Deus. O pensamento de todos, no mundo, formam o de Deus.

Espinosa procurou resolver o problema de Descartes apresentando Deus como tudo e mais que tudo. O espírito e o corpo não são coisas inteiramente diferentes, porém, Deus visto de dois modos. Pode, pois, Deus afetar o mundo do pensamento e o das coisas, porque Ele é ambos e, portanto, o próprio ser.

Teorias de Locke, Berkeley, Hume e Leibnitz

Com *John Locke* atacou-se novamente o problema da natureza de Deus. Fiel à crença de que não podemos ter idéias inatas, Locke teve que ensinar que não podemos ter uma idéia inata sobre Deus. Afirmou, porém, que podemos saber algo sobre Ele, se usarmos corretamente nossa capacidade natural. Podemos formar idéia sobre Deus – explicou – de outras idéias que temos. Se tomarmos, por exemplo, nossas idéias sobre existência, poder, prazer, felicidade, etc. e as imaginarmos estendendo-se para o infinito e reunindo-se, teremos idéia sobre Deus. Deus é, pois, idéias que recolhemos pela experiência e estendemos ao infinito.

Deus deve seguramente existir, declarou Locke. O homem, analisando-se, percebe que deve ter sido criado por algum ser maior do que ele. Deus é, portanto, o *ser real* pensante, onisciente, todo-poderoso e justo. Na teoria de Locke, Deus é substância espiritual, a terceira substância além do espírito e do corpo.

Como criador do mundo e do homem, Deus estabeleceu certas leis divinas que se podem descobrir através do estudo da natureza, ou pela revelação. Além disso, Deus pode forçar a prática dessas leis pelo castigo e pela recompensa, neste e no outro mundo até à eternidade. A moral baseia-se na vontade e nas leis de Deus; somente conhecendo Sua vontade e Suas leis, podemos dizer se uma coisa é justa ou não.

George Berkeley, bispo de Cloyne, por volta do meado do século XVIII, esposou a teoria de que Deus é o Supremo Espírito e a fonte de tudo

no universo. Explicou que, com base na teoria de Locke, se deve admitir que as coisas somente existem quando são percebidas. Mas dizer que uma mesa existia apenas quando era percebida não o satisfazia. Raciocinou, portanto, que, conquanto não pudesse, em determinado momento, perceber a mesa, Deus poderia. Por conseguinte, a mesa continuaria a existir, como pensamento, no espírito de Deus, mesmo que ele, Berkeley, deixasse a sala. O mundo material é uma criação do espírito de Deus, é mental e reflete em nossos sentidos, para que tenhamos idéias, como aliás argumentou Locke. Deus é, pois, a causa do mundo natural; mas este mundo não é material, é espiritual, mental.

Berkeley julgou ter assim resolvido o problema de Descartes e Espinosa. Ambos debateram sobre o espírito e a matéria. Descartes doutrinou que são duas substâncias secundárias, as quais, de certo modo, derivam da substância primária, Deus. Espinosa argumentou que o espírito e a matéria são dois aspectos, duas maneiras de ver a mesma substância, Deus. Berkeley eliminou a matéria, afirmando que Deus, substância espiritual, é tudo o que existe. Aquilo que julgamos ser matéria é, verdadeiramente, uma idéia no espírito de Deus.

Deus é, portanto, espiritual, criador de todas as coisas, no universo, através de Seu próprio espírito. Eliminava-se o dualismo – espírito e matéria – que, desde o começo, tanto preocupou os filósofos. Fora-se a matéria, ficando apenas o espírito. E podemos agir de acordo com o princípio de que o Autor da Natureza sempre agirá uniformemente, se bem que não possamos prová-lo, pois Deus é livre para mudar Seu modo de operar, no momento em que desejar.

David Hume era um cético. Procurou, por conseguinte, mostrar que a razão humana não pode demonstrar a natureza de Deus. Todos os argumentos que os filósofos passados haviam empregado, para provar a existência de Deus e Seus atributos, foram examinados por Hume e declarados falhos. A razão humana, afirmou, é demasiado fraca, cega e limitada para construir qualquer concepção adequada de Deus.

Hume achava, entretanto, que se deve crer na existência de Deus porquanto tal crença é a base de todas as esperanças humanas, da moral e da sociedade. Como não encontramos coisa alguma que exista sem uma causa – argumentou Hume – chegamos à conclusão de que a causa do universo deve ser Deus, um ser de absoluta perfeição. Isso, porém, não pode ser provado pela razão; tampouco podemos dizer qualquer coisa sobre a natureza ou características de Deus.

Hume sugeriu, no entanto, um meio provável de se considerar Deus. É possível, disse ele, que Deus esteja relacionado ao mundo, tanto quanto a alma ao corpo, sendo o princípio ativo do universo. Apressou-se, porém, a

acrescentar que isso é uma simples probabilidade. Não há, a respeito, prova que o homem possa fortalecer.

A crença em Deus, ensinava Hume, não vem do raciocínio humano, mas do desejo que o homem tem de ser feliz, do seu temor pela morte e miséria futura, e da sede de vingança, por parte de muitos. Tendo essas características emocionais e impulsivas, como seres humanos, construímos a crença em Deus e procuramos, depois, provar que a razão a justifica. Hume expande-se nessa tentativa de demonstrar que, conquanto do ponto de vista da razão devamos ser céticos acerca de Deus, do ponto de vista de nossa natureza emocional e impulsiva cremos nEle e construímos, a Seu respeito, uma teoria que nos é necessária. Essa feição do problema foi a parte da filosofia de Hume que estimulou Emmanuel Kant a estabelecer uma distinção entre a razão pura e a razão prática.

Ao desenvolver sua teoria sobre as mônades, *Leibnitz* ensinou que essas unidades, que contêm em si o universo, se acham dispostas numa série contínua de crescente clareza. Numa extremidade está a mônade mais sombria, noutra Deus, a mônade mais elevada e mais perfeita, a atividade pura, a “mônade das mônades”.

Mais ainda, para ele, Deus é a causa final de todas as coisas. Conquanto as mônades estejam separadas de tudo e não possam afetar uma à outra, Deus construiu o universo de tal modo que cada uma age como se estivesse afetada e afetando.

O homem não pode formar uma idéia clara sobre Deus, pois Ele é a mônade mais elevada e mais perfeita, e o homem a mais baixa e menos perfeita. Somente outra mônade perfeita poderia conhecer Deus. O homem pode, no entanto, formar uma idéia sobre Deus, considerando certas qualidades encontradas em si mesmo – bondade, força, conhecimento – e elevando-as ao infinito. O resultado constitui a idéia de que Deus é a bondade, a força, o conhecimento, etc. infinitos.

Ora, como Deus é perfeito e completo, não pode sofrer transformações ou desenvolvimento, como acontece com todas as outras mônades. Ele abrange, completamente, todas as coisas e todo o tempo num simples golpe de vista. Criou o mundo que é “o melhor de todos os mundos possíveis”.

Concepção de Deus no Pensamento de Kant

Deus, na teoria de *Emmanuel Kant*, é a noção ou a idéia mais elevada que o homem possa ter, a idéia da entidade mais alta, do Todo Absoluto, que inclui e abrange tudo. Essa idéia transcende a experiência e por meio dela não pode ser obtida. É um dos resultados da razão, que enfeixa em si todos os acontecimentos.

Kant insiste para que não nos esqueçamos de ter formado a idéia sobre o todo da experiência. Ela nada é que possamos saber, como se dá com

as idéias a que chegamos através da experiência, pois não podemos sentir todo o universo. Depois de termos formado essa idéia, fazemos desse todo uma entidade e personificamo-la. Então ela vem a ser Deus para nós.

Kant ataca os argumentos pró-existência de Deus, apresentados pelos filósofos que o antecederam, procurando provar que cada um está repleto de inconsistências e ilogismos. Conquanto seja impossível provar a existência de Deus pela razão, torna-se, entretanto, necessário crer em Sua Existência em benefício da vida moral. Precisamos dessa Idéia do Todo, dessa teologia transcendente, como fundamento para nossos princípios éticos.

Embora Kant critique os argumentos de outros em favor da existência de Deus, oferece seu próprio argumento ou prova, que crê assentar em base filosófica mais verdadeira que os demais. Acreditava que cada indivíduo encontrou, inerente à própria razão, o imperativo categórico: “Age somente de acordo com uma máxima que possas, ao mesmo tempo, querer que se converta em uma lei geral; age de modo a poderes desejar que todo o mundo siga o princípio de teu ato.” Isso constitui uma ordem para que o indivíduo viva de acordo com uma vontade absolutamente sã. Mais ainda, viver assim é merecer a felicidade. Por conseguinte, a felicidade e a vida justa deveriam estar sempre unidas no mundo. É o que não se dá muitas vezes. Vemos pessoas boas muito infelizes; e outras, muito ruins, que são felizes.

Deve, portanto, haver um Deus que seja perfeitamente sábio, bom e poderoso para unir a felicidade à bondade. Deus, segundo Kant, pode saber tudo, é um Ser que possui nossas idéias morais e tem absoluto poder.

Vê-se que a teoria de Kant é um novo desenvolvimento da de Hume. Não podemos saber, pela razão, que Deus exista ou o que possa ser, se existir. Ninguém pode provar coisa alguma sobre Ele, quer por argumentos quer pela razão. Mas podemos, com base em nossas fracas experiências formar uma idéia sobre o Todo do universo e personificá-lo. Além disso, precisamos da idéia de Deus como fundamento de nossa vida moral. Kant chamou essa idéia, sobre Deus, *transcendente*, porquanto transcende nossa experiência. É também uma idéia necessária para uma vida justa, para a moral.

Esse ponto de vista é a resposta de Kant ao ceticismo. Os filósofos conduzidos por John Locke, em seus argumentos ardentes, declararam que o homem só pode ter conhecimento daquilo que sente. Mas o homem não pode sentir Deus. Na melhor das hipóteses, pode desenvolver suas fracas e pequenas idéias até ao infinito e chamar a isso Deus. Kant concordou com os que afirmavam não podermos ter conhecimento de Deus através da razão, mas acrescentou que precisamos de Deus. Por conseguinte, a razão pode lembrar Deus como uma incógnita necessária.

Fichte, Schelling, Schleiermacher, Hegel.

A influência de Kant penetrou profundamente no pensamento daqueles que se lhe seguiram. *Fichte* chegou à conclusão de que a fonte do universo é a razão universal, a inteligência em si, o *ego* puro. Este *ego* é distinto do de cada ser humano. É a razão ativa universal que criou e não pode deixar de criar. A isso chamou Deus. Deve-se julgá-la como o *processo-vida universal*, dominando a consciência de todo indivíduo.

Esse *ego* universal ou Deus, além disso, é, segundo *Fichte*, o propósito geral do universo, devendo sua existência ser provada – como assevera Kant – pelas leis morais. A moral exige tal Ser, portanto, Deus existe.

A concepção de *Schelling* sobre Deus é muito similar à de *Fichte*. *Schelling* ensinou que Deus deve ser compreendido como a energia criadora, o fundamento absoluto de tudo. Essa força ou princípio é a alma do universo, através do qual se concretiza. A teoria sustentada por *Schelling* é, na realidade, puro panteísmo. O mundo está vivo, e está porque é Deus, e Ele, naturalmente, está vivo também.

Friedrich Ernst Daniel Schleiermacher adotou a teoria de que Deus, o Absoluto, e o mundo são um só. Para ele, Deus não esteve, em todos os tempos ou na eternidade, sem o mundo. Onde quer que tenha estado, o mundo também esteve. Deve-se, porém, estabelecer uma importante distinção entre Deus e o mundo.

Conquanto, na teoria de *Schleiermacher*, se deva julgar Deus como uma entidade, una, sem espaço e tempo, o mundo, conforme o concebemos, representa muitas coisas no espaço e no tempo. Embora, pois, esse filósofo participasse da escola do pensamento a que chamamos panteísmo, não estabeleceu distinção entre Deus e o mundo.

Afirmou ainda que é impossível atribuir a Deus os usuais atributos de pessoa, pensamento, vontade, etc. Para ele, deve-se julgar Deus como a força criadora geral no universo, a fonte de toda vida. Deus é tal, que o homem só pode concebê-Lo através da sensação religiosa, a sensação de absoluta dependência. Em seus argumentos, diz *Schleiermacher* que o homem chega a essa sensação de dependência e reconhece que a coisa da qual é dependente, para tudo que ele é, deve ser o *fundamento do mundo*, Deus.

A teoria de *Hegel* sobre Deus faz parte de toda a sua teoria sobre a evolução. Diz-nos ele que Deus é Idéia. Com isso, quer dizer que devemos julgá-Lo todo o processo da evolução, passado, presente e futuro. O processo dialético, que se desdobra na evolução acha-se contido em Deus. (Por *dialético* ou *processo dialético* queremos dizer processo da razão.)

Assim, Deus é a razão criadora do mundo e nele se revela; e, com o desenvolvimento do mundo através da evolução, Ele se torna cômico de si, chega ao conhecimento mais completo de si mesmo. No homem, Ele atinge

a mais clara consciência de si mesmo. Evidencia-se que o Deus de Hegel não está completo; está desenvolvendo-se com o mundo. É, na sua concepção, um Deus em desenvolvimento.

Esse grupo de filósofos referia-se a Deus como a fonte ou causa fundamental do universo. Ele é, de certo modo, o que se acha atrás do mundo. Uns disseram-nos que podemos conhecê-Lo através da razão, ao passo que outros afirmaram que a razão não pode penetrar atrás do mundo e atingir-lhe a causa. Outros, ainda, declararam que somente podemos ter conhecimento de Deus através das sensações.

Teorias de Comte e Spencer .

Os filósofos posteriores inclinaram-se a abandonar o esforço de conhecer a natureza de Deus e deixaram a questão para os teólogos ou religiosos. *Augusto Comte*, como representante dos positivistas, afirmou que todas as tentativas, para chegar à essência das coisas, constituíam sintomas do desenvolvimento imaturo do espírito humano. O indivíduo, ao atingir a fase do positivismo, renuncia a toda tentativa para descobrir Deus, ocupando-se mais em descobrir as relações que existem entre as coisas, entre os fenômenos.

Herbert Spencer argumentou que só podemos conhecer o que é finito e limitado. Podemos, entretanto, relacionar as coisas ao Absoluto ou a algo não relacionado. Contudo, podemos conhecer esse Absoluto, a substância fundamental de tudo que conhecemos. Por conseguinte, o Absoluto, segundo *Spencer*, é o Incognoscível. Existe. Ele não o contesta. Argumentando, porém, declarou que ninguém pode saber o que é.

Teorias de James e Dewey

William James, fiel ao seu pragmatismo, afirma que a crença em Deus é necessária para a satisfação da natureza humana. Não podemos provar que Ele existe, nem qualquer coisa a Seu respeito, mas temos vontade de crer nEle e devemos satisfazer a essa vontade.

O Deus, no qual *James* declara dever o homem crer, faz parte do universo e dele não se acha separado. Trabalha com o homem para a concretização dos ideais deste. *James* a Ele se refere como o grande Companheiro do homem, seu auxiliador. Várias vezes fala em Deus como um ser muito semelhante ao homem – consciente, pessoal e bom – mas, de um modo ou outro, mais poderoso.

John Dewey não emprega o termo Deus sem defini-lo de modo tal que deixe de ter qualquer significado real. Reconhece que o universo existe, passando os homens por certas experiências que têm interpretado em termos de Deus. Afirma que tais interpretações implicam muita coisa que não se pode provar, não devendo, por conseguinte, ter sido feitas.

Assim, o homem, em seu pensamento, tem-se visto num mundo que não compreende e que lhe prepara muita coisa que, a seu ver, representa um mal. O homem tem procurado explicar o mundo e, ao mesmo tempo, salvar-se dos males que o assolam. Resultam disso muitas teorias sobre Deus, a fonte do universo e a salvação do homem.

Desde os primeiros homens, até ao presente, descobrimos teorias sobre como o universo surgiu e continua a existir. Muitas delas giram em torno de Deus ou de um ser poderoso, muito semelhante ao homem, porém, superior a ele, ser que criou do nada o universo. Esse Deus é, muitas vezes, julgado como a força, o princípio ou o poder, a trabalhar dentro do universo a fim de mantê-lo em movimento.

Em muitas filosofias, esse Deus preocupa-se, por assim dizer, com o homem. Oferece-lhe salvá-lo do mundo e de seus males. Zela especialmente pelo homem.

A tradição religiosa, com poucas exceções, tem-se apegado a um Deus mais ou menos pessoal que cuida do homem e é, ao mesmo tempo, o criador do universo. Outra tradição, a científica, não se mostra tão segura quanto ao fato de haver algo, no universo, que cuide do homem, ou que a força criadora do universo seja semelhante ao indivíduo. A Ciência conhece forças, impulsos e energias que, no universo, trabalham, criam e destroem. Vê o homem, com seus valores e esperanças, surgindo ao trabalharem essas forças e sendo destruído ao continuarem elas a trabalhar. Os cientistas não se opõem a que se dê a essas formas um nome, a que se empregue o nome de *Deus*; apressam-se, porém, em dizer que a palavra *Deus* não deve ser aplicada com todas as conotações tradicionais.

A filosofia moderna tem-se movimentado rumo à Ciência. Ora nega diretamente a existência de Deus, insistindo em que se reserve o nome para o fenômeno, na História, ao qual foi dado originariamente, ora torna a definir o termo, fazendo-o perder seu significado original, transformando-o apenas em um nome para as forças a que se referem os cientistas. Conquanto exista considerável número de pessoas que se apegam à crença em Deus conforme foi desenvolvida por Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, e haja alguns filósofos que sustentem essa teoria, o grosso dos filósofos modernos abandonou a concepção cristã tradicional sobre Deus, pondo em seu lugar a teoria do Absoluto, quer como fundamento do universo, quer como entidade também do universo, uma substância da qual tudo o mais se criou, quer apenas o universo considerado como um todo, com suas consistências e semelhanças acentuadas.

Tudo isso nos deixa à vontade para escolhermos uma dentre as inúmeras teorias. Podemos seguir a tradição ou aceitar a teoria científica.

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

“O LIVRO DOS ESPÍRITOS”

(ALLAN KARDEC)

AS CAUSAS PRIMÁRIAS

DEUS

I – DEUS E O INFINITO

1. O que é Deus?

– Deus é a inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.

2. O que devemos entender por infinito?

– Aquilo que não tem começo nem fim: o desconhecido; todo o desconhecido é infinito.

(Os espíritos se referem ao Universo. Tudo quanto nele conhecemos tem começo e tem fim; tudo quanto não conhecemos se perde no infinito, no desconhecido. Aplicação da expressão francesa: *passer du connu à l'inconnu*. N. do T.)

3. Poderíamos dizer que Deus é o infinito?

– Definição incompleta. Pobreza da linguagem dos homens, insuficiente para definir coisas que estão além da sua inteligência.

Deus é infinito nas suas perfeições, mas o infinito é uma abstração; dizer que Deus é o infinito é tomar o atributo de uma coisa por ela mesma, definir uma coisa, ainda não conhecida, por outra que também não o é.

II – PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

4. Onde podemos encontrar a prova da existência de Deus?

– Num axioma que aplicais às vossas ciências: Não há efeito sem causa. Procurai a causa de tudo o que não é obra do homem, e vossa razão vos responderá.

Para crer em Deus é suficiente lançar os olhos às obras da Criação. O Universo existe; ele tem, portanto, uma causa. Duvidar da existência de Deus seria negar que todo efeito tem uma causa, e avançar que o nada pode fazer alguma coisa.

5. Que consequência podemos tirar do sentimento intuitivo, que todos os homens trazem consigo, da existência de Deus?

– Que Deus existe; pois de onde lhes viria esse sentimento, se ele não se apoiasse em nada? É uma consequência do princípio de que não há efeito sem causa.

6. O sentimento íntimo da existência de Deus, que trazemos conosco, não seria o efeito da educação e o produto de idéias adquiridas?

– Se assim fosse, por que os vossos selvagens também teriam esse sentimento?

Se o sentimento da existência de um ser supremo não fosse mais que o produto de um ensinamento, não seria universal e nem existiria, como as noções científicas, senão entre os que tivessem podido receber esse ensinamento.

7. Poderíamos encontrar a causa primária da formação das coisas nas propriedades íntimas da matéria?

- Mas, então, qual seria a causa dessas propriedades? É sempre necessária uma causa primária.

Atribuir a formação primária das coisas às propriedades íntimas da matéria seria tomar o efeito pela causa, pois essas propriedades são em si mesmas um efeito, que deve ter uma causa.

8. Que pensar da opinião que atribui a formação primária a uma combinação fortuita da matéria, ou seja, ao acaso?

– Outro absurdo! Que homem de bom senso pode considerar o acaso como um ser inteligente? E, além disso, o que é o acaso? Nada.

A harmonia que regula as forças do Universo revela combinações e fins determinados, e por isso mesmo um poder inteligente. Atribuir a formação primária ao acaso seria uma falta de senso, porque o acaso é cego e não pode produzir efeitos inteligentes. Um acaso inteligente já não seria acaso.

9. Onde se pode ver, na causa primária, uma inteligência suprema, superior a todas as outras?

- Tendes um provérbio que diz o seguinte: Pela obra se conhece o autor. Pois bem: vede a obra e procurai o autor! É o orgulho que gera a incredulidade. O homem orgulhoso nada admite acima de si, e é por isso que se considera um espírito forte. Pobre ser, que um sopro de Deus pode abater!

Julga-se o poder de uma inteligência pelas suas obras. Como nenhum ser humano pode criar o que a Natureza produz, a causa primária há de estar numa inteligência superior à Humanidade.

Sejam quais forem os prodígios realizados pela inteligência humana, esta inteligência tem também uma causa, e quanto maior for a sua rea-

lização, maior deve ser a causa primária. Esta inteligência superior é a causa primária de todas as coisas, qualquer que seja o nome pelo qual o homem a designe.

III – ATRIBUTOS DA DIVINDADE

10. O homem pode compreender a natureza íntima de Deus?

– Não. Falta-lhe, para tanto, um sentido.

11. Será um dia permitido ao homem compreender o mistério da Divindade?

- Quando o seu espírito não estiver mais obscurecido pela matéria, e pela sua perfeição tiver se aproximado Dela, então a verá e compreenderá.

A inferioridade das faculdades do homem não lhe permite compreender a natureza íntima de Deus. Na infância da humanidade, o homem o confunde muitas vezes com a criatura, cujas imperfeições lhe atribui; mas, à medida que o seu senso moral se desenvolve, seu pensamento penetra melhor o fundo das coisas, e ele faz então, a seu respeito, uma idéia mais justa e mais conforme com a boa razão, embora sempre incompleta.

12. Se não podemos compreender a natureza íntima de Deus, podemos ter uma idéia de algumas de suas perfeições?

– Sim, de algumas. O homem as compreende melhor, à medida que se eleva sobre a matéria; ele as entrevê pelo pensamento.

13. Quando dizemos que Deus é eterno, infinito, imutável, imaterial, único, todo poderoso, soberanamente justo e bom, não temos uma idéia completa de seus atributos?

– Do vosso ponto de vista, sim, porque acreditais abranger tudo; mas ficai sabendo que há coisas acima da inteligência do homem mais inteligente, e para as quais a vossa linguagem, limitada às vossas idéias e às vossas sensações, não dispõe de expressões. A razão vos diz que Deus deve ter essas perfeições em grau supremo, pois se tivesse uma de menos, ou que não fosse em grau infinito, não seria superior a tudo, e por conseguinte não seria Deus. Para estar acima de todas as coisas, Deus não deve estar sujeito a vicissitudes e não pode ter nenhuma das imperfeições que a imaginação é capaz de conceber.

DEUS É ETERNO. Se ele tivesse tido um começo, teria saído do nada, ou, então, teria sido criado por um ser anterior. É assim que, pouco a pouco, remontamos ao infinito e à eternidade.

É IMUTÁVEL. Se Ele estivesse sujeito a mudanças, as leis que regem o Universo não teriam nenhuma estabilidade.

É IMATERIAL. Quer dizer, sua natureza difere de tudo o que chamamos matéria, pois de outra forma Ele não seria imutável, estando sujeito às transformações da matéria.

É ÚNICO. Se houvesse muitos Deuses, não haveria unidade de vistas nem de poder na organização do Universo.

É TODO-PODEROSO. Porque é único. Se não tivesse o poder soberano, haveria alguma coisa mais poderosa ou tão poderosa quanto Ele, que assim não teria feito todas as coisas. E aquelas que ele não tivesse feito seriam obra de um outro Deus.

É SOBERANAMENTE JUSTO E BOM. A sabedoria providencial das leis divinas se revela nas menores como nas maiores coisas, e esta sabedoria não nos permite duvidar da sua justiça nem de sua bondade.

IV – PANTEÍSMO

14. Deus é um ser distinto, ou seria, segundo a opinião de alguns, a resultante de todas as forças e de todas as inteligências do Universo, reunidas?

– Se assim fosse, Deus não existiria, porque seria efeito e não causa, Ele não pode ser, ao mesmo tempo, uma coisa e outra.

– Deus existe, não o podeis duvidar, e isso é o essencial. Acreditai no que vos digo e não queirais ir além. Não vos percais num labirinto, de onde não poderíeis sair. Isso não vos tornaria melhores, mas talvez um pouco mais orgulhosos, porque acreditaríeis saber, quando na realidade nada saberíeis. Deixai, pois, de lado, todos esses sistemas; tendes que vos desembaraçar de muitas coisas que vos tocam mais diretamente. Isto vos será mais útil do que querer penetrar o que é impenetrável.

15. Que pensar da opinião segundo a qual todos os corpos da Natureza, todos os seres, todos os globos do Universo, seriam partes da Divindade e constituiriam, pelo seu conjunto, a própria Divindade; ou seja, que pensar da doutrina panteísta?

– Não podendo ser Deus, o homem quer pelo menos ser uma parte de Deus.

16. Os que professam esta doutrina pretendem nela encontrar a demonstração de alguns dos atributos de Deus. Sendo os mundos infinitos, Deus é, por isso mesmo, infinito; o vácuo ou o nada não existindo em parte alguma, Deus está em toda parte; Deus estando em toda parte, pois que tudo é parte integrante de Deus, dá a todos os fenômenos da Natureza uma razão de ser inteligente. O que se pode opor a este raciocínio?

- A razão. Refleti maduramente e não vos será difícil reconhecer-lhe o absurdo. Esta doutrina faz de Deus um ser material que, embora dotado de inteligência suprema, seria em ponto grande aquilo que somos em

ponto pequeno. Ora, a matéria se transformando sem cessar, Deus, nesse caso, não teria nenhuma estabilidade e estaria sujeito a todas as vicissitudes e mesmo a todas as necessidades da humanidade; faltar-lhe-ia um dos atributos essenciais da Divindade: a imutabilidade. As propriedades da matéria não podem ligar-se à idéia de Deus, sem que o rebaixemos em nosso pensamento, e todas as sutilezas do sofisma não conseguirão resolver o problema da sua natureza íntima. Não sabemos tudo o que Ele é, mas sabemos aquilo que não pode ser, e este sistema está em contradição com as suas propriedades mais essenciais, pois confunde o criador com a criatura, precisamente como se quiséssemos que uma máquina engenhosa fosse parte integrante do mecânico que a concebeu.

A inteligência de Deus se revela nas suas obras, como a de um pintor no seu quadro; mas as obras de Deus não são o próprio Deus, como o quadro não é o pintor que o concebeu e executou.

*

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(José Fleurí Queiroz)

“DEUS: O SUPREMO LEGISLADOR”

De todas as pesquisas que realizamos nos escritos de filósofos, teólogos, humanistas, cientistas materialistas e os raros cientistas espiritualistas que tentaram explicar “Deus”, não encontramos nada melhor que as conclusões de ALLAN KARDEC, o Codificador do Espiritismo, que a seguir apresentamos:

1 - Existência de Deus – (Explicação de Allan Kardec em seu livro “A Gênese”).

Sendo Deus a causa primária de todas as coisas, o ponto de partida de tudo, o eixo sobre que repousa o edifício da criação, é o ponto que importa considerar antes de tudo. Constitui princípio elementar que se julgue uma causa pelos seus efeitos, mesmo quando não se veja a causa. Se um pássaro que corta os ares for atingido por um projétil mortal, deduz-se que um hábil atirador o atingiu, mesmo que não se veja o atirador. Portanto, nem sempre é necessário ter visto uma coisa para saber que ela existe. Em tudo, é observando os efeitos que se chega ao conhecimento das causas.

Outro princípio igualmente elementar, tão verdadeiro que é admitido como axioma, é que todo efeito inteligente deve ter uma causa inteligente. Se perguntássemos quem é o construtor de um mecanismo engenhoso, que pensaríamos daquele que respondesse que ele se fez a si mesmo? Quando se contempla uma obra-prima da arte ou da indústria, diz-se que ela deve ter sido produzida por um homem de gênio, porque só uma alta inteligência poderia concebê-la. Reconhece-se, no entanto, que terá sido obra de um homem, porque se sabe que a coisa não está acima da capacidade humana; mas ninguém dirá que ela saiu do cérebro de um idiota ou de um ignorante, e menos ainda que ela seja o trabalho de um animal, ou o produto do acaso. Por toda parte se reconhece a presença do homem em suas obras. A existência dos homens antediluvianos não seria provada somente pelos fósseis humanos, mas, também, e com tanto mais certeza, pela presença nos terrenos da sua época, de objetos trabalhados pelos homens; um fragmento de vaso, uma pedra talhada, uma arma, um tijolo, bastarão para atestar sua presença. Pela grosseria ou pela perfeição do trabalho,

se reconhecerá o grau de inteligência e de aperfeiçoamento daqueles que a realizaram. Se, pois, caso vos encontrásseis num país habitado exclusivamente por selvagens e descobrísseis uma estátua digna de Fídias, não hesitaríeis em dizer que ela devera ter sido obra de uma inteligência superior à dos selvagens, pois estes seriam incapazes de havê-la produzido.

Pois bem! Lançando o olhar em torno de si, sobre as obras da Natureza, observando a providência, a sabedoria, a harmonia que preside a todas as coisas, reconhecemos que nenhuma há que não ultrapasse o mais alto alcance da inteligência humana. Ora, desde que o homem não as pode produzir, é que elas são o produto de uma inteligência superior à humanidade, a não ser que admitamos haver efeito sem causa.

A isto, alguns opõem o seguinte raciocínio: as obras ditas da Natureza são o produto de forças materiais que atuam mecanicamente, como consequência das leis de atração e repulsão; as moléculas dos corpos inertes se agregam e desagregam sob o império dessas leis. As plantas nascem, brotam, crescem e se multiplicam sempre da mesma maneira, cada uma em sua espécie, por força dessas mesmas leis; cada indivíduo é semelhante àquele de onde ele saiu; o crescimento, a floração, a frutificação, a coloração, são subordinados a causas materiais, tais como o calor, a eletricidade, a luz, a umidade, etc. O mesmo sucede com os animais. Os astros se formam pela atração molecular, e se movem perpetuamente em suas órbitas por efeito da lei da gravitação. Esta regularidade mecânica no emprego das forças naturais não indica uma inteligência autônoma. O homem movimenta seu braço quando quer e como quer; aquele, porém, que o movesse no mesmo sentido, desde seu nascimento até sua morte, seria um autômato; ora, as forças orgânicas da Natureza são puramente automáticas.

Tudo isso é verdadeiro; porém essas forças são efeitos que devem ter uma causa, e ninguém pretende que estas constituam a Divindade. Elas são materiais e mecânicas; não são inteligentes por si mesmas, o que ainda é verdadeiro; mas são postas em funcionamento, distribuídas, adequadas às necessidades de cada coisa, por uma inteligência que não é a do homem. A aplicação útil destas forças é um efeito inteligente que denota uma causa inteligente. Um pêndulo move-se com regularidade mecânica, e esta regularidade é que constitui seu mérito. A força que o faz agir é toda material e de nenhum modo inteligente; porém, que seria deste pêndulo se uma inteligência não houvesse combinado, calculado, distribuído o emprego dessa força, para o fazer funcionar com precisão? Pelo fato de que a inteligência não está no mecanismo do pêndulo, e pelo fato de que ela não é visível, seria racional concluir que ela não existe? Ela é conhecida pelos seus efeitos. A existência do relógio atesta a existência do relojoeiro; a engenhosidade do mecanismo atesta a inteligência e o saber do relojoeiro. Quando um relógio vos dá, no momento necessário, a indicação do que tendes necessidade, algum dia terá vindo ao pensamento de alguém, dizer: Aí está um relógio bem inteligente?

Assim é com o mecanismo do Universo; **Deus não se mostra, mas afirma-se mediante suas obras.** A existência de Deus é, pois, um fato assente, não só pela revelação, mas também pela evidência material dos fatos. Os povos selvagens não tiveram revelação, e no entanto crêem instintivamente na existência de um poder sobre-humano. Eles vêem coisas que estão acima do poder humano, e por isso concluem que elas são provenientes de um ente superior à humanidade. Não são eles mais lógicos do que os que pretendem que tais coisas se fizeram a si mesmas?

2 - Da Natureza Divina.

Não é dado ao homem sondar a natureza íntima de Deus. **Para compreender Deus ainda nos falta o sentido que não se adquire senão pela completa depuração do Espírito.** Mas, se o homem não pode penetrar o conhecimento de sua essência, desde que aceite sua existência como premissa, pode, pelo raciocínio, chegar ao conhecimento de seus atributos necessários, pois, vendo o que ele absolutamente não pode ser, sem deixar de ser Deus, deduz daí o que ele deve ser.

Sem o conhecimento dos atributos de Deus, seria impossível conhecer a obra de sua criação; esse é o ponto de partida de todas as crenças religiosas e é pelo motivo de que elas não se hajam referido a tais atributos, como ao farol que as poderia dirigir, que a maior parte das religiões tem errado em seus dogmas. As que não têm atribuído a Deus a onipotência, imaginaram muitos deuses; as que não lhe atribuíram soberana bondade, formularam um deus ciumento, colérico, parcial e vingativo.

3 - Deus é a suprema e soberana inteligência.

A inteligência do homem é limitada, pois não pode fazer nem compreender tudo o que existe. A de Deus, abrangendo o infinito, tem que ser infinita. Se a supuséssemos limitada num ponto qualquer, seria possível conceber um ente ainda mais inteligente, capaz de compreender e de fazer o que o outro não faria, e assim por diante até o infinito.

Deus é eterno, o que equivale a dizer que não teve começo, e não terá fim. Tivesse tido um começo, teria saído do nada. Ora, não sendo o nada coisa alguma, coisa nenhuma pode produzir. Ou então, teria sido criado por outro ser anterior; nesse caso, este ser é que seria Deus. Se lhe supuséssemos um começo ou um fim, poderíamos conceber um ser que teria existido antes dele, ou o qual poderia existir depois dele, e assim por diante, até o infinito.

Deus é imutável. Caso fosse sujeito a mudanças, as leis que regem o Universo não teriam estabilidade alguma.

Deus é imaterial, isto é, sua natureza difere de tudo o que denominamos **matéria**; de outra forma ele não seria imutável, pois seria sujeito às transformações da matéria. Deus não tem forma perceptível pelos nossos sentidos, sem o que seria matéria. Dizemos: a mão de Deus, o olho de Deus, a boca de Deus, porque o homem que não conhece senão a si mesmo, toma a si por termo de comparação de tudo o que não compreende. Estas imagens nas quais Deus é representado pela figura de um velho, com barbas compridas, são ridículas; elas têm o inconveniente de rebaixar o Ser supremo às mesquinhas proporções da humanidade; daí vai um passo, o emprestar-lhe as paixões da humanidade, o conceber um Deus colérico e ciumento.

Deus é todo-poderoso. Não tivesse a onipotência, seria possível conceber um ser mais poderoso, e assim por diante até que se encontrasse o ente que nenhum outro pudesse ultrapassar em poder e este é que seria Deus.

Deus é soberanamente justo e bom. A sabedoria providencial das leis divinas se revela nas menores coisas, assim como nas maiores, e essa sabedoria não permite duvidar de sua justiça ou de sua bondade. O infinito de uma qualidade exclui a possibilidade da existência de uma qualidade contrária que a diminuísse ou anulasse. Um ente **infinitamente bom** não poderia conter a mínima parcela de maldade; do mesmo modo, um objeto não pode ser de um negro absoluto, se tiver a mais ligeira nuance de branco, assim como não pode ser de um branco absoluto com a menor mancha preta. Deus não poderia ser ao mesmo tempo bom e mau, pois então, não possuindo nenhuma de tais qualidades no grau máximo, não seria Deus; todas as coisas seriam submetidas ao seu capricho, e não haveria estabilidade para nada. Ele não poderia ser senão infinitamente bom, ou infinitamente mau; ora, como suas obras testemunham sua sabedoria, sua bondade e sua solicitude, necessariamente se conclui que, não podendo ao mesmo tempo ser bom e mau, sem cessar de ser Deus, deve ser infinitamente bom.

Deus é infinitamente perfeito. É impossível conceber Deus sem o infinito das perfeições, sem o que ele não seria Deus, pois sempre se poderia conceber um ente que possuísse aquilo que lhe faltasse. Para que algum ser não lhe possa ultrapassar, é necessário que ele seja infinito em tudo. Os atributos de Deus, sendo infinitos, não são suscetíveis de aumento nem de diminuição, sem o que não seriam infinitos e Deus não seria perfeito. Se retirássemos a menor parcela de um só de seus atributos, já não teríamos Deus, pois seria possível existir um ser mais perfeito.

Deus é único. A unidade de Deus é a consequência do infinito absoluto de suas perfeições. Um outro Deus não poderia existir senão com a condição de ser igualmente infinito em todas as coisas; pois se houvesse entre eles a mais ligeira diferença, um seria inferior ao outro, subordinado a seu poder, e não seria Deus. Se houvesse entre eles igualdade absoluta, isto equivaleria a existir, por toda a eternidade, um mesmo pensamento, uma mesma vontade, um mesmo poder; assim confundidos em sua identidade, isso não resultaria, na realidade, senão um só Deus. Caso eles tivessem atribuições especiais, um faria o que o outro não fizesse, e portanto não haveria entre eles igualdade perfeita, pois nem um nem o outro teria a soberana autoridade.

A ignorância do princípio das perfeições de Deus é que engendrou o politeísmo, culto de todos os povos primitivos; eles atribuíram divindade a todo poder que lhes pareceu estar acima da humanidade; mais tarde, a razão os conduziu a confundir estes diversos poderes num só. Depois, à medida que os homens compreenderam a essência dos atributos divinos, retiraram dos símbolos, que haviam criado, a crença que implicava na negação desses atributos.

Em resumo, Deus não pode ser Deus senão com a condição de não ser ultrapassado em nada por outro ente; pois, então, o verdadeiro Deus seria aquele que o ultrapassasse em qualquer assunto mesmo que não excedesse da espessura de um cabelo; para que tal não se dê, é preciso que ele seja infinito em todas as coisas. É por esta forma que, constatando-se a existência de Deus pelas suas obras, chega-se a determinar os atributos que o caracterizam, mediante simples dedução lógica.

Deus é, pois, **a suprema e soberana inteligência; é único, eterno, imutável, imaterial, onipotente, soberanamente justo e bom, infinito em todas as suas perfeições**, e não pode deixar de ser assim. Tal é o eixo sobre o qual repousa o edifício universal; é o farol do qual os raios se estendem sobre o universo inteiro, o único que pode guiar o homem em sua pesquisa da verdade; ao segui-lo, não se extraviará nunca; e se tem se desencaminhado com tanta freqüência, é por não ter seguido o caminho que lhe é indicado. Tal é também o critério **infalível** de todas as doutrinas filosóficas e religiosas; para julgá-las, o homem tem um padrão rigorosamente exato nos atributos de Deus, e ele pode afirmar a si mesmo com certeza, que **toda teoria, todo princípio, todo dogma, toda crença, toda prática, que esteja em contradição com um só destes atributos, que tenda não só a anulá-los, mas simplesmente a enfraquecê-los, não pode estar com a verdade.**

Em Filosofia, em Psicologia, em moral, em religião, nada há de verdadeiro que não esteja conforme às qualidades essenciais da Divindade. A religião perfeita seria aquela da qual **nenhum artigo de fé** estivesse em oposição com estas qualidades, da qual todos os dogmas possam suportar a prova deste controle, sem dele receber nenhuma contradição.

4 – A Providência: Deus está em toda parte.

A providência é a solicitude de Deus pelas suas criaturas. Deus está em toda parte, tudo vê, a tudo preside, mesmo às menores coisas: é nisto que consiste sua ação providencial.

“Como é que Deus, tão grande, tão poderoso, tão superior a tudo, pode imiscuir-se em detalhes ínfimos, preocupar-se com os menores atos e com os menores pensamentos de cada indivíduo? Essa é a pergunta que a si mesmo faz o incrédulo, de onde ele conclui que ao admitir a existência de Deus, sua ação não deve estender-se senão às leis gerais do universo; que o universo funciona por toda a eternidade em virtude destas leis às quais cada criatura está submetida em sua esfera de atividade, sem que seja necessário o incessante concurso da Providência.”

Em seu estado atual de inferioridade, os homens não podem compreender o Deus infinito, senão com enorme dificuldade, pois que eles mesmos são restritos e limitados, e, portanto, eles o consideram restrito e limitado como eles mesmos. A representação que dele fazem é a de um ente circunscrito, e fazem dele uma imagem à sua própria semelhança.

Nos quadros que o pintam, sob traços humanos, não contribuem pouco à fomentação deste erro no espírito das massas, que nele adoram mais a forma que o pensamento. No conceito do maior número, é um soberano poderoso, sobre um **trono** inacessível, perdido na imensidão dos céus, e devido ao fato de que suas faculdades e suas percepções são restritas não compreendem que Deus possa ou ouse intervir diretamente nas pequenas coisas.

Na impotência em que se encontra o homem, de compreender a própria essência da Divindade, não pode fazer dela senão uma idéia aproximativa, com o auxílio de comparações necessariamente muito imperfeitas, mas que pelo menos podem mostrar-lhe a possibilidade daquilo que, à primeira tentativa, lhe parece impossível. Suponhamos um fluido bastante sutil para penetrar todos os corpos; este fluido, sendo não-inteligente, age mecanicamente, seguindo unicamente as leis materiais; mas se supusermos que este fluido seja dotado de inteligência, de faculdades perceptivas e sensitivas, agirá, não mais cegamente, mas com discernimento, com vontade e liberdade; ele verá, ouvirá e sentirá. As propriedades do fluido perispiritual podem dar-nos uma idéia. Por si mesmo, não é inteligente, eis que é matéria; mas é o veículo do pensamento, das sensações e das percepções do Espírito. O fluido perispiritual não é o pensamento do Espírito, mas sim o agente e o intermediário desse pensamento; como é ele que o transmite, de alguma forma está **impregnado** pelo pensamento, e dada a impossibilidade em que estamos de o isolar, parece-nos ser íntegro com o ar, de modo que podemos, por assim dizer, materializá-lo. Da mesma forma pela qual dizemos que o ar torna-se sonoro, poderíamos, tomando o efeito pela causa, dizer que o fluido se torna inteligente.

Quer seja assim, ou não, com o pensamento de Deus, isto é, quer ele atue diretamente, ou por intermédio de um fluido, para facilitarmos a compreensão à nossa inteligência, figuremo-lo sob a forma concreta de um fluido inteligente que enche o universo infinito e penetra todas as partes da criação: **a natureza inteira está imersa no fluido divino**; ou, segundo o princípio de que as partes de um todo são da sua mesma natureza, e têm as mesmas propriedades que o todo, cada átomo desse fluido, se assim podemos exprimir-nos, possui o pensamento, isto é, os atributos essenciais da Divindade, e já que tal fluido está em toda parte, tudo é submetido à sua ação inteligente, à sua previsão, à sua solicitude; não há um ser, por mais ínfimo que o possamos supor, que não seja saturado por ele, de alguma forma. Estamos assim constantemente na presença da Divindade; não há sequer uma de nossas ações que possamos subtrair à sua consideração; nosso pensamento está em incessante contato com seu pensamento, e é com razão que se diz que Deus jaz nas mais profundas dobras de nosso coração. **Estamos nele, como ele está em nós**, segundo a palavra do Cristo. Para estender sua solicitude a todas as suas criaturas, Deus não tem, pois, necessidade de mergulhar seu olhar, do alto de sua imensidade; nossas orações, para serem ouvidas por ele, não têm necessidade de atravessar o espaço, nem serem proferidas com voz ressoante, pois, sem cessar, a nosso lado, nossos pensamentos repercutem nele. Nossos pensamentos são como os sons de um sino que faz vibrar todas as moléculas do ar ambiente.

Longe de nós o pensamento de materializar a Divindade; a imagem de um fluido universal não é evidentemente senão uma comparação, apenas adequada a dar uma idéia mais justa de Deus, que os quadros que o representam sob uma figura humana; ela tem por objeto fazer compreender a possibilidade de estar Deus em toda parte e de se ocupar de tudo. Temos incessantemente sob nossos olhos um exemplo que pode dar-nos uma idéia pela qual a ação de Deus pode exercer-se sobre as partes mais íntimas de todos os seres, e por conseguinte, como as impressões mais sutis de nossa alma chegam a ele. Extraímos-la de uma instrução dada por um Espírito, acerca desse assunto.

“O homem é o corpo. Neste universo, o corpo representará uma criação da qual o Espírito seria Deus. (Deveis compreender que aqui não se trata de uma questão de identidade, mas sim de analogia.) Os membros desse corpo, os diversos órgãos que o compõem, seus músculos, seus nervos, suas articulações, são outras tantas individualidades materiais, se assim o podemos dizer, localizadas num recanto especial do corpo; embora seja considerável o número de suas partes constitutivas, tão variadas e tão diversas em sua natureza, entretanto, ninguém duvida que o corpo não pode por si produzir movimentos, assim como uma impressão qualquer não pode ocorrer numa parte qualquer, sem que o Espírito tenha consciência de tal movimento ou de tal impressão. Há sensações diversas, simultâneas, em

diversos lugares? O Espírito as registra todas, distingue-as, atribui a cada uma sua causa e seu lugar de ação, por intermédio do fluido perispiritual.

“Um fenômeno análogo ocorre entre a criação e Deus. Deus está em toda parte, na Natureza, como o Espírito está em toda parte, no corpo; todos os elementos da criação estão em constante relação com ele, como todas as células do corpo humano estão em contato imediato com o ser espiritual; não há, pois, nenhuma razão para que os fenômenos da mesma ordem não se produzam pela mesma forma, num e noutro caso.

“Um membro se agita; o Espírito o sente; uma criatura pensa; Deus o sabe. Todos os membros estão em movimento, os diversos órgãos são postos em vibração; o Espírito registra cada manifestação, as distingue e as localiza. As diversas criações, as diferentes criaturas se agitam, pensam, agem de modos diversos e Deus sabe tudo o que se passa e assinala a cada um o que lhe diz respeito. Igualmente se pode deduzir a solidariedade da matéria e da inteligência, a solidariedade de todos os entes de um mundo entre si, a solidariedade de todos os mundos, e a solidariedade, enfim, das criações e do Criador.” (Quinemant, **Société de Paris, 1867.**).

Compreendemos o efeito, já é muito; do efeito remontamos à causa, e avaliamos sua grandeza pela grandeza do efeito; porém sua essência íntima nos escapa, assim como acontece com a causa de uma quantidade de fenômenos. Conhecemos os efeitos da eletricidade, do calor, da luz, da gravitação; chegamos a calculá-los, e, entretanto, ignoramos a natureza íntima do princípio que os produz. Será pois, mais racional, negar o princípio divino, porque não o compreendemos?

Nada impede que se admita, pelo princípio de soberana inteligência, um centro de ação, um foco principal que irradia sem cessar, inundando o universo com seus eflúvios, tal como o sol faz com sua luz. Porém, onde está este foco? É o que ninguém pode dizer. É provável que ele não se encontre fixado sobre um ponto determinado, assim como sua ação não é também fixada, e que ele percorra incessantemente as regiões do espaço sem limites. Se simples Espíritos têm o dom da ubiqüidade, esta faculdade, em Deus, deve ser sem limites. Se Deus enche o Universo, poder-se-ia admitir, ainda, a título de hipótese, que tal foco não tem necessidade de se transportar, e que ele se forma sobre todos os pontos onde a soberana vontade julga ser seu propósito ali produzir-se, com o que se poderia dizer que ele está em toda parte, e em parte alguma.

Diante de tais problemas insondáveis, nossa razão deve humilhar-se. Deus existe: disso não poderemos duvidar; é infinitamente justo e bom: isso é sua essência; sua solicitude se estende a tudo: compreendemo-lo. Ele não pode, pois, querer senão o nosso bem, e por isso devemos ter confiança nele: é o essencial. Quanto ao mais, procuremos ser dignos de compreendê-lo.

5 – A Visão de Deus.

Já que Deus está em toda parte, por que não o vemos? Será que o veremos quando deixarmos a Terra? Tais são as interrogações que diariamente se nos defrontam. A primeira, é fácil de ser respondida: nossos órgãos materiais têm percepções limitadas que os tornam impróprios à visão de certas coisas, mesmo materiais. É assim que certos fluidos escapam totalmente à nossa visão e a nossos instrumentos de análise e mesmo assim não duvidamos de sua existência. Vemos os efeitos da peste, e não vemos o fluido que a transporta; vemos os corpos se moverem sob a influência da força da gravitação e não vemos essa força.

As coisas de essência espiritual não podem ser percebidas por órgãos materiais; não é senão pela visão espiritual que podemos ver os Espíritos e as coisas do mundo imaterial; unicamente, pois, nossa alma pode ter a percepção de Deus. Ela o vê imediatamente após a morte? É assunto que somente nos pode ser ensinado pelas comunicações de alémtúmulo. Por elas, sabemos que a visão de Deus não é privilégio senão das almas mais purificadas, e também que ao deixar o envoltório terrestre, poucas possuem o grau de desmaterialização para isso necessário. Uma comparação vulgar tornará o assunto facilmente compreensível.

Quem estiver no fundo de um vale, imerso numa bruma espessa, não vê o sol; entretanto, pela luz difusa, avalia a presença do sol. Se escala a montanha, à medida que sobe, a névoa se esclarece, a luz torna-se cada vez mais viva, porém ainda ele não vê o sol. Não é senão depois que o observador se elevou completamente acima da camada brumosa, que, ao se encontrar no ar perfeitamente puro, ele o vê em todo o seu esplendor.

Assim acontece com a alma. O envoltório perispiritual, se bem que seja invisível e impalpável aos nossos sentidos, é para a alma uma verdadeira matéria, ainda demasiado grosseira para certas percepções. Esse envoltório se espiritualiza à medida que a alma se eleva em moralidade. As imperfeições da alma são como camadas brumosas que obscurecem sua visão; cada imperfeição de que ela se desfaz é uma mancha a menos; porém, não é senão depois que ela se haja purificado completamente que goza da plenitude de suas faculdades.

Deus, sendo a essência divina por excelência, não pode ser percebido em todo o seu esplendor, senão pelos Espíritos que hajam alcançado o mais elevado grau de desmaterialização. Se os Espíritos imperfeitos não o vêem, não é que estejam mais afastados dele que os outros; tal como eles, como todos os seres da Natureza, estão mergulhados no fluido divino, como estamos na luz; apenas, suas imperfeições são como vapores que o furta à sua visão: quando a névoa se houver dissipado, eles o verão resplandecer; para tal alcançar, não terão necessidade nem de subir, nem de ir buscá-lo nas profundezas do infinito; estando a visão espiritual desembaraçada das membranas morais que a obscurecem, eles o verão em qualquer lugar em que se encontrem, mesmo que seja sobre a Terra, pois ele está em toda parte.

O Espírito não se purifica senão com vagar, e as diversas encarnações são os alambiques em cujo fundo ele deixa, de cada vez, algumas de suas impurezas. Ao deixar seu envoltório corporal, não se despoja instantaneamente de suas imperfeições; é por isso que há muitos que, após a morte, não vêem Deus, tanto quanto não o viam enquanto eram vivos; porém, à medida que se depurem, têm dele uma intuição mais nítida; se eles não o vêem, já o compreendem melhor: a luz é menos difusa. Quando, pois, alguns Espíritos dizem que Deus os proíbe de responderem a tal pergunta, não é que Deus lhes apareça, ou lhes dirija a palavra para lhes proibir algo ou para lhes interditar de fazer tal ou qual coisa; porém eles o sentem; recebem os eflúvios de seu pensamento tal como a nós sucede com relação aos Espíritos que nos rodeiam com seus fluidos, embora não os vejamos.

Certo, pois, que nenhum homem pode ver Deus, com os olhos da carne. Se tal favor fosse concedido a alguns, isso não se daria senão num estado de êxtase, no qual a alma estará tão desligada dos laços materiais quanto possível durante a encarnação. Aliás, um tal privilégio não será concedido senão às almas de eleição, encarnadas em missão e não em **expição**. Porém, como os Espíritos da ordem mais elevada resplendem com um brilho deslumbrante, pode ocorrer que Espíritos menos elevados, encarnados ou desencarnados, impressionados com o esplendor que os rodeia, tenham acreditado ver o próprio Deus. O mesmo sucede quando um ministro é considerado em lugar do seu soberano.

Sob qual aparência Deus se apresenta aos que se hajam tornado dignos de tal favor? Será sob uma forma qualquer? Sob uma figura humana, ou como um foco resplandecente de luz? Isso é algo em que a linguagem humana se revela impotente para descrever, porque para nós não existe nenhum ponto de comparação que nos possa dar dele uma idéia; somos como cegos a quem em vão se procuraria fazer compreender o brilho do sol. Nosso vocabulário é limitado às nossas necessidades e ao círculo de nossas idéias; a linguagem dos selvagens não poderia reproduzir as maravilhas da civilização; a dos povos mais civilizados é demasiado pobre para descrever os esplendores dos céus; nossa inteligência é demasiado limitada para os compreender, e nossa visão demasiado fraca seria por eles ofuscada.

*

CAPÍTULO III

NATUREZA DO UNIVERSO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

O mundo, no qual você e eu vivemos, já existia muito antes de nós. Como surgiu? Foi criado ou sempre existiu? Quem ou o que o fez e como foi feito? As árvores, estrelas, homens e mulheres existem realmente ou são simples criações de nosso espírito ou do espírito de Deus? Como veio a existir o universo e de que é feito?

Não existe quem não tenha indagado como surgiu o mundo. Ele, com suas flores, rios, rochas, céu, estrelas, sol e lua, tudo isso não surgiu por mero acaso, costumamos raciocinar. Tudo o que vemos em torno de nós, tudo que conhecemos, deve ter-se transformado, no que é hoje, por algum processo. Se pudéssemos compreender esse processo, compreenderíamos a natureza do universo.

Os primeiros homens, dos quais temos registro, tinham teorias sobre o começo e a natureza das coisas. Teceram-nas para suas religiões, e os sacerdotes e religiosos explicaram-nas aos jovens que, por sua vez, as transmitiram aos filhos. Uma dessas teorias encontra-se no *Gênese*, o primeiro livro da Bíblia. Ele nos diz que Deus criou o mundo do nada em seis dias, fez a luz e as trevas, o sol, a lua e as estrelas, a terra e as águas e, finalmente, fez todas as coisas vivas, inclusive o homem. Depois, quando tudo ficou terminado e o homem e a mulher foram colocados num belo jardim, Deus veio ao mundo e passeou pelo jardim, satisfeito com Sua obra.

Teoria dos Primeiros Filósofos Gregos

Os primeiros filósofos, os gregos, mostraram-se grandemente interessados no problema da natureza do universo. Realmente, foi o primeiro que atacaram. Assim como as crianças costumam quebrar os brinquedos para descobrir de que são feitos, aqueles filósofos da infância da raça humana procuraram *quebrar* no espírito, o universo e penetrar no mistério da formação de todas as coisas nele encontradas. “De que *matéria* provêm todas as coisas?” inquiriam a si mesmos.” “Como se explica que existam tantas coisas no universo?”

Tales. Que viveu em Mileto, na Grécia antiga (cerca de 600 A.C.), foi o primeiro a propor uma solução para esse problema. Declarou aos vizinhos que a água é a *matéria* donde tudo se origina. Via-a transformando-se em sólido – gelo – quando congelada, e em ar – vapor – quando aquecida.

Raciocinava, pois, que tudo, desde a rocha mais dura até ao mais leve ar, se origina da água e para ela acaba voltando.

Anaximandro. Pouco tempo depois, outro cidadão de Mileto, *Anaximandro*, escrevia que a primeira *matéria*, de que tudo é feito, não era a água, conforme Tales havia sugerido, porém, uma massa viva que enche todo o espaço. A essa massa deu o nome de *infinito*. No começo dos tempos, dizia ele aos companheiros, essa massa, esse *infinito*, era inteiriço, não estava partido em pedaços. Continha, porém, *movimento*. O *movimento* fê-lo começar a agitar-se para cima e para baixo, para frente e para trás, e em volta. Lentamente, foram as peças destacando-se da massa, surgindo assim, eventualmente, as coisas que agora temos no universo. Acreditava ele que, à medida que o movimento prosseguia, aqueles inúmeros pedaços começaram a voltar e foram-se reunindo, e a massa, o *infinito*, reassumiu a forma inteiriça original. Anaximandro fez uma exposição muito minuciosa sobre a maneira como acreditava se tivessem originado dessa massa o mundo, o sol, as estrelas, o ar, os animais, os peixes e o homem.

Anaxímenes. Um terceiro filósofo de Mileto, *Anaxímenes*, não se satisfez com as teorias expostas pelos dois pensadores que o haviam precedido. Aventou a idéia de ser o ar a primeira *matéria* de que tudo o mais, no universo, é feito. Compreendeu que o homem e os animais respiram o ar e podem viver, e, raciocinando, declarou que o ar se transforma em carne, osso e sangue. Prosseguindo em seu raciocínio, disse que o ar pode transformar-se em vento, nuvens, água, terra e pedra.

Esses três filósofos de Mileto estavam interessados em descobrir a *matéria* de que é feito tudo o mais. Seguiu-os um grupo de filósofos que, conquanto se interessasse pelo mesmo problema, tinha mais interesse em descobrir os processos a que as muitas coisas, no universo, se acham relacionadas. Foram os *pitagóricos*, um grupo ou escola fundada por *Pitágoras*.

Pitágoras. Pitágoras e os pitagóricos impressionaram-se com o fato de muitas coisas, no mundo, se acharem ligadas por processos que podiam ser enunciados pelos números. Por exemplo: a resistência de um fio ou de um pedaço de tripa acha-se relacionada ao seu comprimento, num modo que pode ser expresso em número. Por isso – raciocinavam – o número deve ser a *matéria* que os filósofos procuram. Para eles, os números passaram a ser coisas e entidades; começaram, então, a ensinar que todo o universo fora construído de números. Acreditavam que, abrangendo a oitava harmônica oito notas, o algarismo oito representa amizade. O ponto – afirmavam – é o um, e a linha, o dois. E assim prosseguiram e desenvolveram um complicadíssimo sistema de números, em seus esforços para demonstrar que tudo é realmente feito de números.

O Movimento e as Transformações.

Todos os filósofos até aqui mencionados admitiam que as coisas sofrem transformações. Viam transformar-se tudo à volta deles e não consideravam isso um problema. A água transforma-se em gelo ou em vapor, o ar em vento, os números passam a ser coisas e o movimento acha-se presente em tudo que produz tais transformações. Para eles, isso era um fato, por que se preocupar com a questão?

Mas, à proporção que os filósofos continuavam a estudar o problema da natureza do universo, começaram a reconhecer que a transformação era, por si mesma, outro problema. Que era ela? Como surgiu? Há verdadeiramente transformação, ou apenas imaginamos que as coisas se transformam? Essas indagações começaram a martelar-lhes a cabeça e a exigir uma resposta.

Heráclito. A questão impressionou tanto a *Heráclito*, filho de uma nobre família de Éfeso, que ele chegou à conclusão de que o fogo é a *matéria* primitiva, da qual tudo o mais é feito. O fogo, acreditava, está sempre se transformando, não se aquieta jamais e é sempre o mesmo. Uma vez que tudo se vai transformando constantemente, pois a transformação é a característica fundamental do universo, aquele fogo, de perene transformação, deve ser o material do universo. “Não se pode banhar duas vezes nas mesmas águas de um rio, pois elas estão sempre se renovando.” Nada existe que seja permanente, estável. Tudo se transforma.

Podemos pensar que vemos coisas que não se transformam, ensinava Heráclito, mas é puro engano. Se pudéssemos realmente enxergar o que acontece, se tivéssemos olhos bastante poderosos para ver exatamente o que está acontecendo, compreenderíamos que até a coisa mais estável está, de fato, sempre se transformando. É, pois, a *luta* que governa o universo. No momento em que uma coisa é feita, começa a *luta* a rompê-la. Todas as coisas estão constantemente se transformando. Nada é permanente.

A Permanência e a Imutabilidade

Xenófanés, Parmênides, Zenão. Enquanto Heráclito pregava a teoria de que a transformação é a essência de todas as coisas, filósofos gregos, que viviam em Eléia, ensinavam que a transformação é impossível. Nada pode realmente transformar-se, diziam. Se pensarmos ver transformações, é engano nosso, pois elas não existem. *Xenófanés*, o mais antigo desses eleatas, acreditava que o universo é uma massa sólida, imutável, imóvel. As partes podem transformar-se, o que jamais se pode dar com o todo. *Parmênides*, outro membro da escola de Eléia, pregava que toda transformação é inconcebível. Se houvesse, raciocinava, algo teria que originar-se do nada, e isso é impossível. Aquilo que vemos com os olhos não é verdadeiro, porém ilusão. O universo é intransformável e imutável. *Zenão*, um terceiro membro da escola, tentou provar que todo aquele que procure provar a existência da transformação contradiz a si próprio.

O Enigma da Permanência e Transformação

Esses argumentos de Heráclito e dos eleatas eram tão interessantes para os filósofos, que alguns resolveram ver se as posições de ambas as partes podiam ser de certo modo conciliadas. Achavam que aquele *enigma da permanência e transformação* precisava ser resolvido, e volveram a atenção para a tarefa.

Empédocles: Mistura e Separação. Empédocles concordou com os eleatas quando declarou que, num sentido estrito, não podia haver transformação; mas também concordou com Heráclito ao sustentar que havia *mistura e separação*. O mundo, disse ele, compõe-se de quatro elementos ou *raízes de coisas*: terra, ar, fogo e água. Há milhões e milhões de pequeníssimas

partículas de cada elemento. Estas se agregam de vários modos para formar todas as coisas do universo. À medida que elas se decompõem, os elementos separam-se. Podem depois vir juntos ou misturar-se novamente com outros. Os elementos jamais se transformam. São permanentes. Assim, não há verdadeiramente transformação, mas, apenas, mistura e separação dos elementos. Essa mistura e separação, acreditava ele, é causada pelo Amor e pelo Ódio. O amor une os elementos para formar as coisas. O Ódio separa-os.

Anaxágoras. A solução de Empédocles para o problema da *transformação e permanência* interessou *Anaxágoras*, mas não o satisfaz. Após muito estudo, chegou à conclusão de que devia haver mais que quatro elementos. Na realidade, acabou convencendo-se de que há inúmeros milhões de elementos ou substâncias. Cada um deles é resultado de um sem-número de milhões de minúsculas partículas. A carne resulta de milhões de elementos de carne que se unem num lugar. O osso, o resultado de milhões de elementos de osso que se combinam. É o que se dá com todas as coisas no mundo. Inúmeros elementos vêm juntos e a coisa se forma. Nenhum elemento pode transformar-se em outro. Não há, portanto, na realidade, transformação alguma. Mas como esses elementos se agregam, separam e tornam a agregar-se, temos a transformação. Agregam-se e separam-se não por causa de algo neles, mas por causa da rotação dos corpos celestes. Como se produziu na primeira massa de elementos, que jaziam imóveis, um movimento turbilhonante, os elementos começaram a agrupar-se e, assim, formaram-se muitas coisas no universo.

Os Atomistas: Leucipo e Demócrito

Todas essas idéias prepararam caminho para outro importante grupo dos primeiros pensadores gregos, os *atomistas*. Os membros desse grupo que mais sobressaíram foram *Leucipo* e *Demócrito*. Eles concordaram com seus predecessores em que a transformação resulta da mistura e da separação de pequeníssimas unidades. Discordavam, porém, quanto à natureza desses elementos. Todos os pensadores que haviam antecedido aos atomistas tinham ensinado que os elementos diferem em qualidade. Havia elementos de carne, de osso, de cabelo, etc. Os de carne são diferentes dos de osso ou dos de cabelo. Os atomistas pregavam que todas as unidades ou átomos são iguais no tocante à qualidade. Uns têm ganchos; outros, olhos e outros, ainda, ranhuras, corcovas ou depressões. À medida que esses átomos se unem de diferentes modos e em diferentes números, formam-se as coisas. Cada átomo tem um movimento no seu interior, de maneira que se move por sua própria vontade e se liga aos demais.

A transformação, pois, para os atomistas, era uma questão de mistura e desagregação de átomos. Estes não se transformam: são eternos, minúsculos e iguais. A transformação é verdadeiramente impossível. A única transformação possível está em se agruparem para formar uma coisa ou em se desagregarem.

Assim, os gregos da Antigüidade, estudando o problema da natureza do universo, durante cerca de 250 anos, chegaram à conclusão de que tudo, no universo, se compõe da união, por vários meios e em número variado, de minúsculos átomos, todos eles iguais.

Teoria de Platão Sobre o Universo

Nenhuma das primeiras teorias satisfaz *Platão*, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Na sua concepção, o mundo que contemplamos, em que tocamos e que percebemos através de outros sentidos, não é real, porém, uma cópia. Nele encontramos coisas que se transformam, vêm e vão, e em grande abundância. É um mundo repleto de erros, deformações e males. Existe e nós o sentimos todos os dias, mas não é real.

Há, entretanto, um mundo real no qual devem encontrar-se as verdadeiras coisas, das quais tudo aquilo por que passamos é mera cópia. Platão chama-o *mundo das idéias*. Nele é que se encontra a árvore ideal, da qual todas as árvores são cópias, a casa ideal e as idéias de todos os outros objetos existentes. São perfeitos, não se transformam de modo algum, não desaparecem nem morrem; ao contrário, permanecem para sempre.

Essas *idéias* ou *formas* (Platão emprega ambas as palavras para a sua descrição) não foram criadas, existem desde os primeiros tempos, justamente no estado perfeito em que sempre existirão. São independentes de todas as coisas e não se acham influenciadas pelas mudanças que se verificam no mundo que sentimos, através dos sentidos. Os objetos que percebemos são reflexos desses *modelos eternos*.

Todas as *idéias* estão dispostas em ordem no *mundo ideal*; a *idéia superior*, idéia da bondade perfeita, acha-se na parte mais alta.

Há, entretanto, outro princípio no universo, o da *matéria*. É tudo o que as *idéias não são*. Pode ser considerado como a matéria-prima, na qual as *idéias* se acham impressas. Consideremos, por exemplo, a obra de um escultor. Ele forma a idéia de uma figura que deseja, digamos, reproduzir no mármore. Ora, essa idéia é independente de todo o mármore do mundo. Mas o mármore é necessário para a realização da obra, a fim de que outros possam senti-la através dos sentidos. O escultor toma então um bloco de mármore e cria a estátua. O mármore, como matéria-prima, fica com a idéia impressa nele. O escultor poderá fazer muitas estátuas sem afetar sua idéia por pouco que seja.

Era assim que Platão concebia a criação do mundo. A natureza – tudo aquilo que sentimos através dos sentidos – deve sua existência à influência do mundo das idéias sobre a matéria. Não o mundo *real*, porém uma impressão do mundo *real* sobre a matéria. Por conseguinte, todos os erros, todas as transformações e todas as imperfeições do mundo de nossos sentidos são devidos à matéria e não às idéias.

Num dos famosos *Diálogos* de Platão, o *Timeu*, conta-nos ele como se criou o mundo de nossos sentidos. Houve um *Arquiteto*, o *Demiurgo*, que uniu o mundo ideal e a matéria, da mesma maneira que um escultor uniria sua idéia e o mármore para produzir a estátua. Esse *Demiurgo* tinha idéias perfeitas de tudo e grande quantidade de matéria. Platão não nos diz donde se originaram o *Demiurgo*, as idéias e a matéria. Já existiam quando as coisas começaram. À medida que o *Demiurgo* tinha uma idéia e a punha em contato com alguma matéria, criava-se uma coisa. Na realidade, muitas coisas foram oriundas da mesma idéia. Existe idéia perfeita num carvalho; há, no entanto, milhões de carvalhos. O mesmo se dá com tudo o mais. Tudo,

no universo, é a combinação de uma idéia perfeita com a matéria. A idéia não é, absolutamente, afetada por esta última. Permanece perfeita e eternamente imutável.

Platão foi chamado idealista porque julgava que o verdadeiro mundo é o mundo das idéias. Alguns estudantes de sua filosofia dizem que seria mais exato chamá-lo *ideísta*, porquanto estava interessado nas idéias. Mas, qualquer que seja o nome que escolhamos para chamá-lo – idealista ou ideísta – reconhecemos que ele acreditava que o universo consistia em um reino de idéias perfeitas e imutáveis, e matéria. Para ele, o das idéias era o verdadeiro mundo, o mundo real. Aquilo que sentimos através dos sentidos era, segundo ele, uma cópia, um *mundo irreal*, um mundo de objetos produzidos pela impressão de idéias perfeitas sobre a matéria. Todas as suas imperfeições advinham do fato de ser impossível imprimir, com perfeição, a idéia sobre a matéria; esta é imperfeita e, por isso, deforma até certo ponto a idéia, desfigura-a.

Concepção de Aristóteles Sobre o Universo

Demócrito e os atomistas explicaram o universo em termos de átomos idênticos que se movimentam. Platão explicou-o em termos de idéias perfeitas que, de um modo qualquer, se imprimem sobre a matéria. *Aristóteles*, que figura com Platão entre os maiores filósofos do mundo, procurou chegar a uma teoria sobre o universo que seria meio-termo entre as dos atomistas e a de Platão.

Aristóteles estava propenso a admitir que a matéria existe. Como discípulo de Platão acreditava que as idéias existem. Queria, porém, unir ambas as teorias de modo a satisfazer mais que a solução sugerida por Platão. Seu problema era então: “Como podem idéias perfeitas, imutáveis e eternas ser impressas sobre a matéria sem vida?”. E sua resposta foi que as idéias ou *formas*, conforme as chamava, não estão fora nem acima das coisas; não são *transcendentes*, mas estão *dentro* das coisas. Ensinava que a forma e a matéria se acham sempre e eternamente juntas. Por conseguinte, o mundo, que sentimos, através dos sentidos, não é, como ensinava Platão, mera cópia do mundo real e, sim, o *verdadeiro mundo*. Aqui a forma e a matéria acham-se unidas, não podendo ser sentidas separadamente. Só pelo pensamento podemos separá-las; na verdade, encontramos-las sempre juntas.

Tomemos como exemplo, uma bolota. É uma unidade de forma e matéria. Reconhecemos a forma *bolota*, que é característica de todas as bolotas. Sempre que vemos uma, descobrimos essa forma. Mas o exemplo se refere especialmente a *uma* bolota. Tampouco temos a forma *bolota* separada de outra, especial. Mas, além da forma, a que tomamos por exemplo, tem matéria. A forma *bolota* procura concretizar-se em matéria e o resultado é a que temos. Quanto mais perfeita a bolota, tanto mais perfeitamente a forma é realizada.

Mas a bolota poderá vir a ser um carvalho. Assim, a que temos na mão é matéria e a forma que ela procura realizar é o carvalho. Ao ser plantada e ao desenvolver-se está procurando realizar a forma do carvalho; procura transformar-se em carvalho. Analogamente, este pode transformar-se em tábuas usadas para a feitura de mesas, cadeiras ou outras peças de mobi-

liário. Nisso, o carvalho é matéria, e a peça especial de mobiliário é a forma que ele procura realizar.

Em cada caso – a bolota, o carvalho e a peça de mobiliário – temos matéria e forma. Em cada fase, o objeto existente é a realização de uma forma e também a matéria para a realização de outra forma. As formas, portanto, não mudam; são eternamente as mesmas. A forma *bolota* é sempre a mesma e não se torna a forma *carvalho*. Mas a matéria assume formas diferentes ao transformar-se. Primeiramente assume a de uma bolota, depois a do carvalho e, depois, a de uma peça de mobiliário. E esse processo prossegue indefinidamente, à medida que se opera a transformação. A matéria está sempre assumindo formas; está sempre se esforçando para realizá-las.

Onde quer que olhemos na natureza, no universo, ensinava Aristóteles, encontramos matéria e forma. Para ele, não pode haver matéria separada da forma, tampouco esta separada daquela. E ambas são eternas, não sendo criadas nem destruídas. Explica-se assim todo o universo, acreditava ele, como o processo pelo qual a matéria constantemente procura realizar forma diferente para tornar-se aquilo que deve ser.

Se desejarmos, pois, compreender o universo, podemos pensar nele em termos do escultor, que produz uma estátua. Mas, enquanto no caso de Platão o escultor é independente, livre de seu mármore, no de Aristóteles, ele depende do mármore. Sua idéia de uma estátua perfeita está no mármore, a forma que este procura realizar.

Ensinava, portanto, Aristóteles que todo objeto, no universo, tem quatro causas. A primeira corresponde à idéia da estátua que o artista tem antes de começar a obra, a forma que deve ser realizada. É o que ele chamava *causa formal*. Vem depois o mármore com o qual o artista deve trabalhar, a matéria. É a *causa material*. A terceira é aquela com a qual se faz a estátua, os instrumentos empregados para fazê-la. É o que ele chama *causa eficiente* ou *causa motriz*. A quarta é o objetivo da estátua, aquilo para que é feita a obra. Aristóteles denominou-a *causa final*.

Para Aristóteles, todas as causas operam à medida que a coisa se desenvolve, transforma, cresce e fica. Não devemos pensar num artista separado do mármore, mas preferivelmente, como parte do mármore. Um exemplo melhor é o do homem que procura ser, digamos, médico. Procura transformar-se em algo mais. Sua idéia sobre o *médico* é a *causa formal*; seu corpo, com todas as características, é a *causa material*; aquilo que ele faz para transformar-se, a *causa eficiente*; e a razão por que se transforma em médico, a *causa final*. Aqui, o homem está dentro daquilo que se transforma e é aquilo que se criou.

Segundo Aristóteles, todo movimento deve ser explicado como a união da forma à matéria. Quando esta oferece resistência àquela, temos deformidades, erros e males. Contudo, a matéria é também um auxílio para a forma, pois procura realizá-la e ser alguma coisa.

Evidencia-se, pelo que já expusemos, que o mundo de Aristóteles não é uma coisa puramente mecânica. Não é uma simples massa de unidades ou átomos movimentando-se e formando objetos, como pregavam os atomistas. Ao contrário, caracteriza-se pelos objetivos que a matéria procura

atingir. Há uma luta neste mundo, uma busca para ser alguma coisa. Chamamos *teleológico* tal mundo; não é um mundo de mero acaso, porém com determinado fim.

Se a bolota procura ser carvalho e este uma peça de mobiliário, onde termina o processo? Está tudo procurando ser alguma coisa e não haverá fim a essa cadeia? Aristóteles acreditava que havia. Era o que julgava como a primeira causa ou o *motor imóvel*. É pura forma sem qualquer matéria. Nada mais causa, apenas existe. Não está na matéria e não procura imprimir-se nela. Não podemos senti-lo, porém, podemos concebê-lo.

Assim, num extremo, podemos pensar na matéria pura sem qualquer forma, matéria informe. E, noutro, podemos pensar na forma pura, a forma sem matéria. Mas não podemos senti-las. O mundo que sentimos, o mundo das cadeiras, das estrelas, da terra, do homem e de todas as demais coisas, é um mundo no qual a matéria e a forma se acham unidas. Cada objeto é a realização de uma forma e é matéria para a realização de outra forma. Assim procurou Aristóteles solver o problema do universo.

Teoria dos Epicuristas, Estóicos e Céticos

Com o advento de *Epicuro* e dos *epicuristas*, muitos pensadores devotaram-se, em grande parte, ao problema de como viver uma boa vida. Mesmo esses filósofos, porém, reconheceram que o indivíduo não pode ser bom a menos que compreenda o mundo, no qual tenha que viver. Foi então que lutaram com o problema da sua natureza.

Epicuro baseou sua solução principalmente na teoria de Demócrito e na dos atomistas. Pregava que as verdadeiras coisas, no universo, são corpos que sentimos através dos sentidos. Esses corpos são feitos de pequenas unidades ou átomos que diferem em tamanho, peso e forma. Ao unirem-se de vários modos, formam os corpos que contemplamos. Depois, ao separarem-se, desaparecem os corpos e nós não mais os sentimos.

O universo, pregava Epicuro, começou a existir por mera casualidade. Os átomos têm o poder de desviar-se da linha reta. A princípio, todos eles caíam numa mesma direção pelo espaço. Podendo desviar-se, alguns tomaram certa direção, e outros, outra, apartando-se da linha reta. Desse modo, formaram-se e estão formando-se todos os corpos.

Os átomos não podem ser destruídos ou divididos em unidades menores. Têm existido desde o princípio assim como são agora e continuarão a existir eternamente da mesma maneira.

Os *estóicos*, uma escola de pensadores gregos fundada por Zenão, no século IV A.C., tanto quanto epicuristas, interessavam-se pelo problema de viver uma boa vida, ou da *Ética*, conforme era designado. Também elaboraram uma importante explicação para a natureza do universo.

Esses filósofos concordavam com Aristóteles em que o mundo é composto de dois princípios: a forma ou *força* e a *matéria*. A força move e age, ao passo que a matéria age de acordo com a influência sobre ela. Os dois princípios não se separam, como pregava Platão, ao contrário, ficam unidos em todo objeto. Mais ainda, para os estóicos, a força e a matéria são corpos. Estes, que são *força*, constituem-se de grãos muito finos, ao passo

que os da *matéria* são grosseiros e sem forma. Assim, tudo no universo é corpo, é corporal.

Todas as forças formam outra, que está em tudo, uma espécie de fogo que é a alma ativa do universo. Os estóicos concebiam essa alma como fogo, porque acreditavam que o calor produz e move tudo. O calor era, para eles, o doador da vida. Conseqüentemente, o fogo é o princípio básico do universo.

Esse fogo ou alma do universo acha-se ligado a tudo, da mesma maneira que a alma do homem ao corpo. De fato, o mundo é simplesmente o corpo da alma universal.

Ensinavam os estóicos que o ar, a água, a terra e tudo o mais provinham do fogo original. Os quatro elementos: fogo, ar, água e terra (que eram também os quatro elementos de Empédocles) agregam-se de muitos modos para formar as coisas do mundo, e, através de cada objeto, flui o princípio divino que lhe dá vida.

Os estóicos não se inclinavam a conceber, como os epicuristas, o universo como algo que surgira por simples acaso. Tampouco se mostravam propensos a acompanhá-los a ponto de sustentar que o universo é puramente mecânico. Seu princípio sobre a força mantinha-se vivo e o universo que se formou é também vivo. Para eles, o mundo é uma esfera ou bola perfeita que flutua no espaço vazio, uma bola que se conserva inteira e viva por meio de sua alma.

Os filósofos, desde o tempo de Tales até o dos estóicos, esforçavam-se por encontrar uma explicação para o universo; procuravam explicar como fora feito e elaboraram uma teoria sobre a natureza das coisas. Cada um teceu uma teoria diferente e apresentou provas para demonstrar que tinha razão.

Essa diversidade de teorias e explicações foi recebida por um grupo de filósofos gregos como prova de que o homem é incapaz de saber o que é o universo ou de que modo surgiu. Esse grupo é conhecido pelo nome de *céticos*, e seu fundador foi *Pirro*. Seus membros achavam que todas as tentativas para explicar a natureza do universo eram fúteis, perda de tempo, pois – argumentavam – o homem não pode conhecer a natureza das coisas. Tudo o que vemos é o mundo que nos cerca. Nossos sentidos proporcionam provas que se entrecrocavam. Homens diferentes expõem suas teorias de maneira diferente. Não temos meio de descobrir qual delas é a certa, qual a correta quanto à verdadeira natureza do universo. Os céticos mostravam-se, pois, dispostos a renunciar à pesquisa, ao dizerem: “Não sabemos e ninguém sabe.” Recomendavam que o homem fosse prático, aceitasse o que sentisse através dos sentidos e seguisse os costumes. Sua resposta ao problema da natureza era a do desespero; abandonaram todas as tentativas de estudar o problema.

O Universo Segundo os Filósofos Gregos Religiosos:

Fílon e Plotino

Mais ou menos naquele tempo, ao findar da era pré-cristã, os homens começaram a voltar-se para as religiões, procurando confortar-se nelas. Sen-

tiam-se confusos, cansados mentalmente e perdidos em meio às muitas teorias em choque que haviam sido elaboradas no passado. A ocasião estava, pois, madura para fundir, numa forma mais ou menos selecionada, as muitas doutrinas e crenças religiosas com uma ou mais filosofias gregas que haviam aparecido até então.

Fílon, um judeu que vivia em Alexandria, no Egito, foi o chefe dessa tentativa de fundir o Judaísmo, a religião dos antigos judeus, com as filosofias gregas. Para ele, há um Deus, tão puro e pairando acima de tudo no mundo, que não se pode provavelmente entrar em contato com Ele. Assim, para explicar o universo, Fílon ensinava que há muitos poderes ou espíritos que irradiam de Deus, assim como a luz irradia de uma lâmpada. Um dos poderes, que ele chamava o *Logos*, foi o criador do mundo. Esse *Logos*, dizia Fílon, trabalhara com a matéria e dela criara tudo que existia no universo. Mais ainda, tudo no universo é cópia de uma idéia no espírito de Deus. Isso lembra a crença de Platão, segundo a qual o mundo que sentimos através dos sentidos é a cópia das idéias do mundo ideal. Realmente, nesse ponto Fílon procurava conciliar a filosofia de Platão com a religião judaica.

Outros pensadores de espírito religioso procuraram fazer o mesmo, conciliando suas crenças religiosas com a filosofia grega. Um dos que sobressaíram foi *Plotino*. Nasceu no Egito, no século III da era cristã, e lecionava em Roma. Sua teoria assemelhava-se muito à de Fílon. De um Deus puro fluem seres ou emanações da mesma maneira que uma corrente pode fluir de uma fonte inexaurível, ou do mesmo modo que a luz flui do sol sem afetá-lo. Quanto mais distante se achar a luz de sua fonte, tanto mais fraca ela se tornará. Na extremidade acham-se as trevas ou a matéria.

Plotino pregava que entre Deus e a matéria existe o espírito, a alma. Esta influi sobre a matéria, criando-se assim o universo. A matéria é, pois, a substância, e a alma, a forma de todas as coisas.

Vemos claramente, no pensamento de todos esses homens, as teorias de Platão, Aristóteles e outros. O mundo é, em cada caso, a combinação de uma idéia ou forma e matéria. Pela união de ambas, por diferentes modos, criam-se diferentes objetos.

Os Primeiros Pensadores Cristãos: os Apologistas e Santo

Agostinho

O esforço para explicar a razão de ser do universo, um cenário de transformações e imperfeições, e pregar ao mesmo tempo que Deus é perfeito e imutável, prosseguiu com os cristãos. Aqueles que procuravam conciliar o Cristianismo com a filosofia grega eram conhecidos como *apologistas*. Ensinavam que o universo contém traços de algo que difere da matéria, apontando assim para um Deus eterno, imutável e bom. Esse Deus é a Causa Primeira de tudo no universo, o seu criador. Para eles, as *idéias* de Platão e as *formas* de Aristóteles passam a ser Deus. Deus é o princípio eterno em todas as transformações, o eterno padrão que jamais se modifica. É a unidade de todas as formas, de todas as idéias. Criou o mundo através das emanações divinas, e tudo, no mundo, sendo uma parte de Deus, procura semelhar-se a Ele, voltar a Ele. O Criador moldou da matéria o mundo que criou do nada. É em Seu espírito que se acha o modelo do mundo.

Um dos maiores pensadores entre os primeiros filósofos cristãos, o que desenvolveu a teoria dos apologistas da maneira mais completa, foi *Agostinho*, que se tornou depois Santo Agostinho. Ensinava que Deus criou a matéria do nada e, depois, tudo que existe no universo. As formas que imprimiu à matéria jaziam no Seu espírito desde o princípio dos tempos, e mesmo antes, pois Ele existia antes que existisse o próprio tempo, porquanto criou também o tempo e o espaço. Assim, tudo o que existe ou venha a existir é criação de Deus e deve seguir Suas leis e vontade. Nisso também vemos a influência dos gregos na crença de que o universo é o resultado da união entre a matéria e a forma.

Os pensadores cristãos, entretanto, foram mais longe que os gregos, porquanto procuraram explicar a razão da existência da matéria. Os gregos aceitavam simplesmente a matéria, bem como as idéias ou formas, como existentes desde o começo dos tempos. Os cristãos admitiam as idéias ou formas como existentes no espírito de Deus e prosseguiram dizendo que Deus criou a matéria do nada. Ele teve algo em que imprimir as idéias ou formas, depois que criou a matéria.

Mais ainda, esses pensadores cristãos ensinavam que as idéias ou formas, estando no espírito de Deus, são divinas. Sendo, pois, as idéias, ou formas impressas na matéria, elas procuram Deus, procuram voltar a Ele. Mas a matéria retém-nas. A matéria que Deus criou é o princípio que obriga as coisas a lutarem, em suas tentativas para se tornarem divinas.

Agostinho viveu no século IV da era cristã. Viu o grande Império Romano, fundado pelos Césares, esboroar-se, e os bárbaros do norte descendo gradativamente para o império e até mesmo em direção a Roma. Viveu quase no começo desse período da História conhecido por Idade das Trevas, período em que aqueles ignorantes e rudes bárbaros caíram, como uma avalanche, sobre o Império Romano, e destruíram a civilização que havia sido construída desde os primeiros tempos dos gregos.

O Ponto de Vista dos Pensadores Cristãos Medievais

Depois de Agostinho, poucos foram os homens, durante séculos, que tiveram tempo para pensar sobre o universo e sua natureza. A Filosofia havia sido gradativamente abandonada, e aqueles que realmente procuravam pensar, apenas repetiam a filosofia dos homens que os haviam precedido – Platão, Aristóteles, os epicuristas, os estóicos e outros. A maior parte dos livros escritos durante esse período eram “notáveis apenas pela pobreza de pensamentos originais”. De fato, por volta do século VII, a nuvem da ignorância havia descido de tal modo sobre a Europa Ocidental que aquele século e o seguinte, o século VIII, têm sido citados como “talvez o período mais obscuro de nossa civilização européia ocidental”.

Em meio ao século IX, alguns homens começaram novamente a pensar. Nessa ocasião, a Igreja Cristã dominava completamente a Europa Ocidental. Dominava tudo – o Estado, a vida do homem, a educação e o pensamento. Aqueles que procurassem pensar tinham que confinar suas idéias nas crenças que a Igreja aceitava. Assim, todo pensamento se limitava às suas doutrinas. Na maioria dos casos, o homem apenas procurava mostrar que as crenças da Igreja eram verdadeiras e razoáveis.

Assim, *João Escoto Erígena*, quando escreveu, no século IX, procurou demonstrar que a teoria ortodoxa da criação de tudo no universo era razoável. Ensinava que Deus criou o mundo do nada ou “de si mesmo, a Causa Primeira, que não fora causada”. Antes de criá-lo, Deus tinha no espírito o modelo completo. Da mesma maneira, pois, que a luz irradia de sua fonte, irradiou de Deus o mundo. Ambos são, portanto, um só, mas Deus sobrepõe-se ao mundo. Está em Sua criação, e esta está nEle.

Como Deus é uno e indivisível, ensinava Erígena, o universo é, portanto, uma unidade. Podemos ver diferenças, muitos objetos individuais, mas são todos um só. São todos Deus. Chamamos a essa crença *Panteísmo*. O universo é a “expressão do pensamento de Deus”, não podendo, por conseguinte, existir separado dEle. Tudo sendo Deus, tudo no universo procura voltar à unidade de Deus.

Os filósofos, desde Platão a Erígena, vinham, conforme vimos, explicando o universo como a união de idéias ou formas e matéria. Em cada caso, concebia-se a idéia ou forma como coisa real, existente antes mesmo de impressa na matéria. Platão julgava as idéias existentes antes das coisas e dentro de um mundo ideal. Aristóteles ensinava que as formas existem nas coisas, sendo, porém, distintas da matéria. Os cristãos pregavam que as idéias ou formas existem no espírito de Deus e moldam a matéria nas coisas do mundo.

Todos esses filósofos haviam sido chamados *realistas* porquanto ensinavam que as idéias ou formas são coisas reais que existem independentemente de terem ou não entrado em contato com a matéria. Em cada caso, a idéia ou forma pode existir sem matéria.

Surgiu, porém, um pensador que ousou enfrentar essa tradição, declarando que as idéias ou formas, os *universais*, conforme eram designadas, são meros nomes, sem realidade alguma. Chamava-se *Roscelino*, às vezes citado como Roscellinus. Pregava que as únicas coisas reais, no mundo, são os objetos individuais. Cada homem individual existe, o que não se dá com a *Humanidade* universal. Esta é simplesmente um nome para o ajuntamento de homens.

Vê-se facilmente que Roscelino e a grande tradição filosófica estavam em posições diretamente opostas. Disso resultou longos e acerbos debates entre os realistas, aqueles que acreditavam serem reais os universais, e os *nominalistas*, que ensinavam serem os universais meros nomes sem existência real. Os debates foram de grande importância porquanto representaram a luta que se travou em torno da questão sobre se as coisas da natureza, os objetos do mundo, são reais ou meras cópias de coisas reais. Foi a tentativa para responder à pergunta: Que é real, o mundo que podemos perceber com os sentidos ou o mundo que percebemos com o espírito?

Anselmo, o arcebispo de Cantuária, durante um bom pedaço do século XI, figurava entre os realistas. Acreditava que os *reais*, idéias ou formas, existem independentemente de qualquer objeto individual. Para ele, a Humanidade é coisa real que existe além de qualquer homem. Com *Pedro Abelardo*, *Bernardo de Chartres* e outros membros da Escola de Chartres, ensinava que os *universais* ou conceitos gerais são idéias ou formas com existência separada e, de certo modo, coisas que moldam a matéria nos objetos

individuais que percebemos através dos sentidos. Todos eles estavam dentro da tradição dos realistas.

Esses filósofos, que procuravam conciliar as crenças da Igreja Cristã com as idéias que lhes tinham vindo dos gregos – a filosofia de Platão, Aristóteles e outros – eram conhecidos como *escolásticos*; e a filosofia que elaboraram era designada geralmente por *Escolástica*. Os filósofos eram membros leais da Igreja Cristã e criam em suas doutrinas sem oposição séria. A maioria, porém, desejava demonstrar que as doutrinas eram razoáveis e podiam ser justificadas pelo espírito do homem.

O maior dos escolásticos, o que estabeleceu a relação entre as crenças cristãs e as formas da filosofia grega, foi *Tomás de Aquino*, mais tarde S. Tomás de Aquino. Nasceu nas proximidades de Nápoles e viveu durante o século XIII. Sua maior ambição era demonstrar que o universo está de acordo com a razão. Era, entretanto, um realista e esforçava-se para provar que os universais são reais. Os universais – argumentava – existem em determinados objetos, nas coisas, de modo a fazê-los o que são. A coisa real acerca de uma árvore, por exemplo, não é a sua casca, suas folhas, sua altura, etc. Essas são qualidades nas quais cada árvore difere de outra. Aquilo que a torna uma árvore é o *conjunto*, e isto é o universal. Este existe em cada árvore.

Concordando, porém, com a tradição cristã, sustentava que todos os universais existem no espírito de Deus.

S. Tomás de Aquino, ao explicar o mundo que sentimos através dos sentidos, seguiu Aristóteles, apresentando a matéria como aquilo sobre o que os universais atuam. Para ele, a natureza é a união de universais e matéria. É esta última que torna uma árvore diferente de outra. Todas as árvores contêm esse *conjunto* universal, mas diferem entre si; são olmos, carvalhos, abetos; umas são grandes, outras pequenas; umas verdes, outras vermelhas, etc., por causa das diferentes quantidades de matéria e universais, e as muitas coisas, nele existentes, diferem na quantidade de matéria que contêm.

Para S. Tomás de Aquino, Deus criou o mundo do nada. Ele foi a causa da matéria e dos universais. Além disso, Deus está continuamente criando o mundo ao unir universais e matéria para produzir novos objetos. Assim, toda a criação não ocorreu de uma só vez; continua, pelos tempos afora, em tudo que nos cerca.

Os escolásticos, conforme vimos, procuraram demonstrar estarem de acordo com as crenças da Igreja e os melhores pensamentos dos filósofos. Nisso, abriram a porta àqueles que tomaram posição diferente, argumentando que ambas as correntes não se harmonizam. Assim que os homens começaram a estudar as crenças cristãs e a filosofia de Aristóteles, por exemplo, e confrontaram-nas, alguns acreditaram encontrar contradições entre elas. Viram-se, assim, forçados a definir-se. Os cristãos leais, em tais casos, tomaram o partido da Igreja. Mas houve os que não tinham certeza de que a Igreja estivesse sempre com a razão; aos poucos, começaram a duvidar das crenças e procuraram descobrir outro material que pudesse auxiliá-los. Com isso, surgiu um grupo de pensadores que aceitava as crenças da Igreja quando pudessem ser justificadas pela razão. Abandonavam, como falsas, as que não podiam justificar. Com esses homens, o período conhecido como Escolasticismo começou a apagar-se e um novo surgiu.

Tudo no universo resulta da união entre a forma e a matéria. Esta é comum a todas as coisas. Somente Deus é espírito puro, sem matéria; é forma que não foi tocada por esta última. Tudo mais é matéria e forma combinadas.

Conquanto houvesse oposição, os realistas dominaram a Filosofia durante uma boa fase do Escolasticismo. Quase no começo do movimento escolástico, Roscelino, conforme vimos, contestou a teoria de que os universais têm existência real. Muitos anos depois surgiu um movimento uníssono para negar a realidade dos universais. O chefe desse movimento foi *Guilherme de Occam*, pensador inglês da primeira metade do século XIV.

Guilherme ensinava que determinados objetos e coisas são as únicas realidades. O mundo, que contemplamos e sentimos, é real. Idéias, conceitos e universais são meros pensamentos, abstrações do espírito. Não têm outra realidade. A essa teoria deu-se o nome de *Nominalismo*.

O universo, para os nominalistas, compõe-se de objetos individuais, cada um uma coisa em si mesmo. Podemos ver como diferem e em que se assemelham e podemos tirar conclusões sobre eles. Essas conclusões, porém, são meras idéias no espírito.

Desenvolveram-se, então, duas grandes correntes sobre a natureza do universo. Uma, seguindo a tradição iniciada por Platão e Aristóteles, sustentava que as formas, as idéias e os universais são coisas reais, existentes, quer separadas dos objetos quer neles, e, de certo modo, determinam o que são. Essa tradição ensinava que as coisas reais do universo não são os objetos individuais de nossa experiência, porém os universais, as formas que determinam a semelhança; a árvore que contemplamos não é real e sim a árvore universal, da qual todas as demais são cópias. A outra corrente ensinava que os objetos individuais que sentimos é que são as coisas reais no universo, sendo os universais meros pensamentos.

Foi na primeira tradição que floresceu a religião. A segunda é a base de toda a ciência moderna.

Quando a Igreja Cristã procurou tornar suas crenças compreensíveis, voltou-se para a filosofia de Platão. Nela, a doutrina de um mundo de idéias, distinto do das coisas, adapta-se à crença dos cristãos num Deus que criou o mundo do nada e dele se mantém separado. As idéias e a matéria são elementos distintos na filosofia de Platão e nas doutrinas da Igreja Cristã. Os grandes escolásticos, que procuraram tornar compreensível a religião, recorriam muito a Platão.

Mas houve pensadores que não se mostravam convencidos. Apoiavam-se em Aristóteles ao sustentar que a forma de um objeto está, de certo modo, no próprio objeto e dele não se distingue. Procuraram enquadrar Deus nesse ponto de vista, mas não foram inteiramente coroados de êxito. As formas, afirmavam, acham-se nas coisas e também no espírito de Deus. Mas como podem elas estar em ambos os lugares? A isso não puderam responder claramente.

Surgiram, então, filósofos interessados nas coisas e em seu estudo. Alguns negavam que as crenças da Igreja pudessem tornar-se compreensíveis. Sustentavam que há duas espécies de verdade – a da Igreja e a da Filo-

sofia. Uma pode negar a outra, mas devemos crer em ambas. Devemos aceitar a doutrina da Igreja, pela fé, e a da Filosofia, pela razão. Isso era, naturalmente, repudiar o esforço dos escolásticos no sentido de conciliar uma e outra.

Com a projeção de Aristóteles no pensamento dos escolásticos começaram a desenvolver-se heresias. Surgiram filósofos que sustentaram não existirem idéias ou formas, sendo os objetos, os indivíduos, as únicas coisas. O Nominalismo desenvolveu-se, assim, do crescente interesse por Aristóteles; acabou, entretanto, negando sua doutrina sobre as formas. Com isso, a filosofia de Aristóteles provocou a desintegração do Escolasticismo, crescendo o interesse dos pensadores pelo mundo das experiências. A Humanidade ficou, então, preparada para encarar de um modo inteiramente novo o problema da natureza do universo.

Teorias dos Precursores da Renascença

Mas os pensadores que tendiam a encarar sob um novo aspecto o problema da natureza do universo movimentavam-se lentamente. Afinal de contas, eram filhos daqueles tempos e a influência da Igreja pesava fortemente sobre eles. Os primeiros filósofos desse movimento apresentaram, assim, uma mistura estranha de teorias velhas e novas.

Nicolau de Cusa ensinava que o universo é Deus, dividido em pequeninas partes. Se concebemos o universo como um todo, todo ele reunido, vemos que ele é Deus. Cada parte, porém, constitui uma parte de Deus, e Deus encontra-se em todas as coisas.

Ludovico Vives, um espanhol daquele período – século XV – pregava que devemos deixar de procurar conhecer o mundo pela leitura do que outros escreveram no passado; devemos estudar a natureza, observar o mundo que nos cerca e fazer experiências para descobrir como é ele feito. Ludovico foi um desses filósofos típicos que desejavam afastar-se das teorias do passado, e estudar o universo conforme é descoberto por experiências próprias. Tais filósofos acreditavam que o homem pode, dessa maneira, conhecer a verdadeira natureza do universo.

À medida que os filósofos se iam mostrando mais interessados pelo estudo da natureza, procuravam compreendê-la e dominá-la. Não possuíam, naturalmente, nossos instrumentos modernos, tampouco os conhecimentos que hoje possuímos. Achavam-se no limiar do mundo moderno. Procuraram, pois, atalhos que os conduzissem a seus objetivos. O resultado foi uma espécie de magia, a crença de que os segredos do universo podiam ser compreendidos se se conhecesse a palavra secreta exata a ser pronunciada ou o ato certo de magia que se devesse executar. Assim surgiram a alquimia, tentativa de fabricar ouro com metais vis, a astrologia, crença de que os movimentos dos astros determinam a vida do homem e tudo que existe na natureza, e muitas outras doutrinas estranhas.

Paracelso, por exemplo, ensinava que o homem possui dois corpos e uma alma. O corpo visível vem da terra, o invisível, das estrelas, e a alma de Deus. Acreditava que há três substâncias básicas: sal (princípio de todos os sólidos), mercúrio (princípio de todos os líquidos) e enxofre (combustível). Cada um desses elementos é governado por espíritos. Toda a natureza é o

habitat de espíritos estranhos que devem ser tratados por meio de palavras e atos mágicos.

Seguiram-se outros filósofos com a mesma teoria; procuravam explicar o universo como o *habitat* de espíritos. Mas, gradativamente, foram surgindo pensadores que arrancaram essa máscara de superstições e começaram a considerar o mundo como o lugar onde forças se encontram e entram em oposição umas às outras.

Bernardino Telésio ensinava que o universo é feito de matéria e força. A matéria é obra de Deus e permanece constante durante todo o tempo. O calor é uma força que faz expandir a matéria, e o frio uma força que a faz contrair. Para Bernardino Telésio, todos os objetos são, pois, o resultado da expansão ou contração da matéria.

Com o tempo, puderam os homens movimentar-se além das estranhas teorias de magia de seus predecessores, estudando a natureza como o resultado de corpos em movimento. Ao fazê-lo, observaram como os corpos se movimentam em caminhos certos e definidos. Essa observação conduziu à determinação de certas leis sobre o universo.

Galileu, influenciado pelas teorias de Demócrito, acreditava que todas as transformações no universo são devidas ao movimento de partículas ou átomos. Desenvolveu sua idéia com linhas matemáticas e procurou demonstrar que todo o universo é matemático. Seus trabalhos, com os de *Kepler*, firmaram a crença de que é o Sol, e não a Terra, o centro do universo. Essa teoria é conhecida como teoria copernicista ou heliocêntrica. Com a vinda de *Sir Isaac Newton*, provou-se que ela estava acima de toda e qualquer dúvida, de modo que, hoje em dia, reconhecemos ser o Sol o centro de nosso universo e girarem todos os planetas em torno dele por caminhos bem definidos.

Giordano Bruno, escrevendo de conformidade com o espírito reinante naquela nova era, concebeu o universo como composto de numerosas partes que não haviam sido causadas, completamente imperecíveis, às quais ele chamou *mônades*. Essas partes se unem de vários modos para formar corpos e coisas. Além disso, o universo resulta da união da forma e da matéria, como afirmara Aristóteles. As transformações resultam do fato de a matéria assumir formas novas. Determinados objetos, portanto, podem transformar-se. Mas é apenas transformação das partes; o todo, o universo, permanece constante.

Tommaso Campanella, outro dos primeiros filósofos daquela nova era, sustentava que a natureza é uma revelação de Deus. O mundo resulta de emanções dEle. Deus criou os anjos, as idéias, os espíritos, as almas humanas imortais, o espaço e os corpos. O universo é, por conseguinte, o resultado da atividade criadora de Deus.

Filósofos da Renascença:

Francis Bacon e Thomas Hobbes

Francis Bacon viveu na segunda metade do século XVI e na primeira do século XVII. Conquanto não tivesse elaborado uma teoria sobre o universo lançou, como “arauto do seu tempo”, os fundamentos da teoria moderna.

Separou completamente a Religião da Filosofia. Argumentava que as doutrinas da Religião não podem ser provadas pelo raciocínio e que os homens devem renunciar às tentativas de querer prová-las, pois isso seria perda de tempo e de energia.

Tendo relegado as doutrinas religiosas para um reino todo delas, Bacon desenvolveu um método de raciocínio que, acreditava, daria à humanidade o verdadeiro conhecimento sobre o universo. Esse método é o da *indução*. Estudando meticulosamente a semelhança e as diferenças que existem entre as coisas, o homem pode descobrir as leis, as causas ou as *formas* dos objetos no universo e chegará, por esse modo, a compreendê-lo.

Para Bacon, nada existe no universo salvo os corpos individuais. Estes agem de conformidade com leis fixas, as quais, se forem compreendidas, servem de chave para abrir a porta dos mistérios do universo, e como alavanca por meio da qual é ele controlável. Nesse ponto, Bacon voltou-se inteiramente para a ciência moderna, deixando para trás os autores clássicos e os escolásticos. Marchou para o mundo que hoje conhecemos, o mundo das coisas e das leis. Embora não tivesse uma teoria completa sobre a sua natureza, indicou o caminho que os outros poderiam seguir ao desenvolvê-la.

Com *Thomas Hobbes*, a filosofia entrou numa era nova e moderna. Ele rompeu completamente com o passado, com a filosofia grega e com os escolásticos. Sendo um estudioso da Matemática, passou a conceber o mundo em termos comparáveis a essa ciência. Como resultado, sua filosofia é inteiramente materialista – preocupa-se com a matéria.

Hobbes admitiu dogmaticamente, sem tentar prová-lo, que o mundo é constituído de corpos em movimento. Esses corpos acham-se no espaço e têm certas características ou *acidentes*, tais como movimento, repouso, cor, dureza, etc. O movimento é a renúncia contínua de um corpo a determinado espaço e o preenchimento de outro. O corpo, ao afetar outro, gera um acidente no corpo afetado ou destrói o acidente. Por exemplo, imaginemos um corpo em repouso. Hobbes diria que esse corpo tivera o *acidente de repouso*. Suponhamos agora que outro corpo afete de tal modo aquele, que ele se põe em movimento. Nesse caso, o segundo corpo destruiu o acidente de repouso, gerando ou criando o *acidente do movimento*. É o que chamamos a lei de causa e efeito, perece um acidente e cria-se outro.

Todos os objetos estão em movimento, segundo Hobbes. Esse movimento lhes foi dado por Deus, durante a criação. À medida que os corpos se movimentam, vão exercendo influência uns sobre os outros e, com isso, criam ou destroem os acidentes.

Tudo no universo, até mesmo Deus, é um corpo (é corporal) e acha-se em movimento. E assim, com corpos e movimentos, é que Hobbes concebe todo o universo. É a razão por que se considera materialista sua filosofia.

Concepção de Descartes Sobre o Universo

René Descartes era também um estudioso da Matemática. Seus estudos dessa matéria, e o respeito que sentia pela sua exatidão absoluta, fizeram-no procurar elaborar uma filosofia que fosse tão exata quanto a Matemática. Convenceu-se, logo cedo, em sua carreira, de que tudo na natureza

devia ser explicado mecanicamente, sem auxílio de formas, idéias e universais. Toda a sua filosofia é, portanto, mecanicista.

A substância encontra-se na base de tudo no universo, em todos os corpos, escreveu ele. Substância é aquilo que existe por si e independente de qualquer outra coisa. Há – acreditava ele – duas espécies de substância: espírito e corpo. Existem independentemente um do outro, porém dependem de Deus, a única substância absoluta.

A substância *corpo* tem o atributo da extensão, isto é, comprimento, largura e espessura. Esse corpo-substância expressa-se de muitos modos, em muitos objetos individuais. Toda coisa no universo é, portanto, um modo da substância que é corpo. E cada coisa retorna a Deus, a substância absoluta.

Mais ainda, não há no universo espaço vazio ou vácuo. Os corpos preenchem todo o espaço e podem ser divididos indefinidamente em partículas cada vez menores.

Tudo que acontece no universo, segundo Descartes, é, de certo modo, modificação da extensão. Esta divide-se em um número de partículas que se podem agrupar em diferentes formas da matéria.

O movimento faz os corpos passarem de um lugar para outro. É, pois, um modo das coisas móveis. Tudo que ocorre no universo é a transferência do movimento de uma parte do espaço para outra. Mas o movimento é constante. No princípio, Deus deu ao mundo uma quantidade certa e definida de movimento. Assim, este permanece o mesmo no universo; não pode ser destruído. Se um objeto diminui a marcha, outro deve movimentar-se mais depressa.

Além disso, segundo Descartes, toda mudança no mundo deve ocorrer de acordo com as leis da natureza. Em sua filosofia, todas essas leis são leis de movimento.

Compõe-se, pois, o universo, de corpos criados por Deus e dotados de movimento. Movem-se de conformidade com leis fixas e puramente mecânicas. Conhecendo-as, podemos compreender o universo e chegar a controlá-lo. É uma teoria puramente mecanicista sobre a natureza orgânica. Não contém formas ou idéias, nem universais.

O espírito, que discutiremos mais detalhadamente num capítulo posterior, é também substância, segundo Descartes. Seu atributo é o pensamento e expressa-se por muitos modos. Embora o corpo e o espírito sejam substâncias e se originem de Deus, são independentes. Para manter a completa independência, Descartes propôs a si mesmo um difícil problema, qual o de mostrar como o espírito pode exercer influência sobre o corpo e este sobre aquele. A solução será debatida quando chegarmos ao estudo do espírito e da matéria.

O grande mérito da filosofia de Descartes está, porém, nessa completa separação entre o corpo e o espírito. Podemos referir-nos à sua teoria como acentuando o *dualismo*, espírito e matéria, isto é, acentuando a *dupla* natureza do universo. Tornando essas duas substâncias inteiramente independentes, ele deixou livre a natureza para explicações mecânicas da Ciência Natural. Os cientistas poderiam ocupar-se do estudo da natureza sem se pre-

ocupar com o espírito. A Ciência podia desenvolver-se por linhas puramente mecânicas, sem ceder lugar aos objetivos, fins e outras características da mente ou do espírito. Podia entregar-se de corpo e alma à descoberta das leis pelas quais todos os corpos agem e se movimentam. De fato, com isso a ciência moderna tornou-se praticável.

O dualismo de Descartes pôs em evidência o problema de como podemos conhecer algo acerca do mundo material. Como poderá o espírito, que é absolutamente distinto da matéria, conhecer o mundo material? Como poderemos responder a qualquer questão sobre a natureza do universo? *Guelinckx*, sucessor de Descartes, ensina que somente Deus tem conhecimento das coisas e tudo que podemos conhecer é nós mesmos. *Malebranche*, outro pensador do período que se seguiu ao de Descartes, concordou com Guelinckx, declarando que não podemos conhecer coisa alguma acerca do universo; contudo, temos algumas idéias sobre ele; julgamos que o vemos e o sentimos de várias maneiras. Agimos de acordo com isso; tudo que temos, porém, são idéias que Deus colocou em nós. “Se Deus” – escreveu ele – “tivesse destruído o mundo criado e continuasse a agir sobre mim como agora age, eu continuaria a ver o que vejo agora.” Assim, o universo que sentimos é um universo de idéias. Queiramos ou não, existe *lá fora* um mundo material que não podemos conhecer.

Conseqüentemente, ao estabelecer uma nítida distinção entre o material e o mental, Descartes abriu a porta a um completo ceticismo, no tocante à existência de um universo fora do espírito humano. Muitos pensadores entraram por essa porta e negaram a existência de tal universo. Se o espírito e a matéria são coisas distintas, nenhum pode exercer influência sobre o outro, não podendo o espírito conhecer a matéria, o mundo das coisas.

Teoria de Espinosa Sobre o Universo

Conforme vimos, Descartes ensinava que o universo é feito de duas espécies de substância, espírito e corpo. Esse dualismo não satisfaz a *Benedito Espinosa*. Este ensinava que há apenas uma substância que constitui todo o universo. A isso chamou Deus. Para Espinosa, tudo no universo é Deus, sendo todas as coisas individuais, na realidade, um grande todo.

Podemos referir-nos a uma substância básica, por exemplo, um grande escudo de metal com desenhos, diferentes em ambos os lados. Se o contemplarmos de um lado, vemos determinado desenho inteiramente diferente. O mesmo se dá com a substância. Vista de certo modo é corpo. Vista de outra posição é espírito. A uma, Espinosa chamou extensão, a outra, espírito.

Assim, todo objeto no universo – estrela, árvore, homem, animal, água, vento, pedra – faz parte de Deus, é Deus. É, também, extensão e espírito. Não existe corpo sem espírito nem espírito sem corpo.

A substância é absolutamente independente de tudo, pois representa tudo. É infinita, causada por si mesma e autônoma. Não tem limites, foi feita por si própria e acha-se por si própria determinada. Esse Deus, ou Natureza, é o mundo. Essa concepção unificadora é conhecida como Panteísmo. Espinosa se apegou tão profundamente a esta teoria, que muitos a ele se têm referido como *inebriado de Deus*.

A substância, Deus, manifesta-se por número infinito de atributos, mas o homem pode compreender apenas dois: a extensão e o pensamento. Deus, ou a Natureza, é corpo e espírito. Além disso, os atributos são absolutamente independentes um do outro. O corpo não afeta o espírito nem este àquele. Ambos, porém, são manifestações de uma única e mesma realidade universal, Deus.

Esses atributos aparecem ao homem de *modos* específicos. Há muitos corpos e muitas idéias. Um determinado corpo, a árvore, é um modo de extensão que constitui um atributo de Deus. O pensamento que me ocorre neste momento é um modo do espírito que constitui um atributo de Deus.

Todos os corpos e todas as idéias reunidas formam um todo que é Deus ou substância. Isso constitui a *face do universo inteiro*. Os objetos individuais ou as idéias podem transformar-se, mas o mesmo não se dá com o todo, a *face do universo na sua totalidade*.

Além disso, todos os corpos no universo formam uma cadeia de causas. A árvore que você contempla foi causada por alguma outra coisa que, por sua vez, foi causada por outra, etc. Essa determinada árvore, portanto, deve a existência a algum outro objeto físico. Não é necessário que Deus a crie, mas tendo-a presente, é Ele sua substância subjacente. Por exemplo, se temos um triângulo, sabemos imediatamente que certas coisas sobre ele devem ser verdadeiras. Tem certas propriedades, e todos os triângulos as terão. Não podemos, entretanto, saber, pelo conceito de um triângulo, o número, o tamanho e a forma dos outros. Paralelamente, da substância podemos enunciar as dos diferentes objetos do universo.

Para Espinosa, pois, o universo todo é uma única substância, que ele denominou Deus ou Natureza. Essa substância tem, pelo menos, dois atributos: extensão e espírito. Assim, Deus é o universo, e o universo é Deus. O corpo é independente do espírito, e este, do corpo. Todavia, quando algo acontece no corpo, acontece também no espírito. É o que se chama *paralelismo psicofísico*, isto é, o corpo e o espírito são sempre paralelos, pois constituem dois aspectos de uma só e mesma substância.

Locke, Berkeley, Hume, Thomaz Reid

John Locke, admirador de Descartes, mas filósofo que deu ao mundo moderno uma nova interpretação sobre o homem, começou seu raciocínio com a pergunta: “Como se forma o conhecimento humano?” Suas conclusões, após longas e árduas pesquisas, foram que todo conhecimento advém de impressões dos sentidos. Esse ponto de vista fez com que explicasse o universo como fonte dessas impressões.

Existe um mundo real que corresponde às nossas idéias? Se existe, como podemos nós, que só temos idéias, provar sua existência? A resposta de Locke foi que tal mundo existe. Nossos sentidos, disse ele, no-lo revelam. Sentimo-lo e estamos aptos a declarar que existe. Conquanto não possamos dizer muito sobre a fonte de nossas sensações, podemos, entretanto, declarar que são causadas. Assim, o mundo real é a causa de nossas sensações. É o que podemos dizer. Por exemplo: temos uma idéia da cor branca. Ela não nasceu em nós, mas é *causada*. Podemos concluir que o mundo real contém algo que *causa* em nós a idéia da cor branca.

Mas nem disso podemos ter certeza absoluta. O conhecimento que temos do mundo é problemático. Podemos ter mais certeza da existência, no universo, de nós mesmo e de Deus. Tudo o mais é apenas problemático. Por conseguinte – argumentou Locke – jamais poderá existir ciência natural perfeita.

Nesse ponto ele adotou um tanto a posição de Descartes, que já expusemos. O mundo – sustentou – compõe-se de substâncias. Há as bases, os suportes de todas as qualidades. Sentimos, por exemplo, o branco. Essa qualidade não flutua pelo espaço, mas constitui a brancura de alguma coisa, que é substância.

Além disso, há duas espécies de substância: corpo e alma. Os corpos têm os atributos de extensão, solidez e impenetrabilidade. Enchem o espaço, são sólidos e não podem ser penetrados. As almas são substâncias espirituais, imateriais.

Almas, espíritos e corpos atuam uns sobre os outros. O corpo pode *causar* acontecimentos na alma e o que nela acontece afeta o corpo. Por exemplo, os corpos atuam sobre o espírito de modo que sentimos a cor, o som, o tato, etc. Apesar de sua crença em interação, a teoria de Locke sobre o universo é dualística. Há espíritos e corpos. Conquanto ambos sejam substância, são diferentes espécies dela.

Torna-se evidente que, com algumas mudanças, Locke seguiu as pegadas de Descartes, quando sustentou que os corpos e o espírito são duas espécies de substância ou portadores de qualidades. O universo é feito dessas substâncias. Mas apenas podemos conhecer as idéias que essas substâncias produzem em nós através das sensações.

Mas se a base do conhecimento é a sensação e a reflexão sobre as sensações, como podemos saber que exista um mundo de corpos, distinto das idéias que deles formamos? *George Berkeley* fez essa pergunta. John Locke havia ensinado que, verdadeiramente, tudo que podemos conhecer são as nossas idéias e havia pressuposto um mundo que causa nossas sensações. Mas Berkeley reconheceu imediatamente que Locke não podia provar a existência de tal mundo com base em sua filosofia. Além disso, Berkeley sendo profundamente religioso e vendo, no mundo, tanto ateísmo, ou descrença em Deus, estava convencido de que o ateísmo ficaria abolido se se pudesse negar a crença na matéria.

Conseqüentemente, levou a filosofia de Locke à sua conclusão lógica, conforme a encarava, e pregou que não pode haver universo de objetos materiais. Tudo que podemos provar, argumentou, é que temos idéias.

Mas que dizer da fonte dessas idéias? Criamos as nossas próprias idéias? Berkeley respondeu: “Não!” A causa das sensações, e, portanto, a causa de todas as idéias, é Deus. Não podemos percebê-Lo, mas podemos perceber os efeitos de Sua obra, as idéias.

Berkeley apegou-se consistentemente, conforme sua crença, à posição de que nada existe no universo a menos que seja percebido. Estou sentado em meu quarto. Olho em redor e vejo cadeiras, mesa, livros e outros objetos. Não são reais, no sentido de serem objetos materiais. São idéias em meu espírito. Mas, se deixo o quarto, desaparecem esses objetos? Levo-os

em meu espírito para fora do quarto? Berkeley declarou que eles podiam existir em algum outro espírito. Se outras pessoas estão no quarto, os objetos poderão existir no espírito delas. Se não há outras pessoas no quarto, podem existir no espírito de Deus. São, entretanto, durante todo o tempo, idéias e não objetos materiais.

Berkeley negou a existência do mundo material que Descartes, Espinosa e Locke afirmaram existir. Para ele, tudo que existe são as idéias, no espírito. Se não estão em meu espírito, podem estar no do leitor ou no de Deus. Naturalmente parecem ser materiais, mas na realidade não o são. Berkeley simplesmente seguiu as idéias de Locke até a uma conclusão lógica, negando com ela a existência de um mundo material.

David Hume, um escocês do século XVIII, achou que Berkeley não progredira muito. Não somente devemos abandonar a idéia de substância, ensinava ele, como também devemos abandonar a idéia de um Deus em cujo espírito existam todas as idéias. Hume não soube encontrar um bom argumento para provar a existência de Deus.

Assim, tudo o que temos é uma sucessão de idéias. Estas são causadas por impressões. Hume concordou com Berkeley em que somente existem as coisas que são percebidas. Minha mesa existe somente quando é percebida. Posso percebê-la; o mesmo se dá com meu amigo ou com Deus. Por conseguinte, *existir é ser percebido*. Contudo, não podemos provar que Deus exista. Conseqüentemente, se estou sozinho no quarto e vejo uma mesa, esta existe enquanto a percebo. Assim que saio do quarto, ela não mais existe.

Não há, pois, substância, na teoria de Hume. Tudo que temos é uma sucessão, uma corrente de idéias, uma em seguida a outra. Não podemos provar a causa dessas idéias. É tolice dizer que há substância *lá fora*, no espaço, causando nossas idéias. Ninguém pode provar isso. Toda vez que olhamos, encontramos idéias que seguem umas às outras – idéias sobre cadeiras, mesas, povos, árvores, estrelas, etc. Não temos, por conseguinte, prova da existência de um mundo da Natureza ou de Deus.

Hume levou a teoria de Locke à sua conclusão lógica e final com ceticismo. Locke ensinara que temos idéias causadas pelo mundo exterior. Hume admitiu a existência de idéias, mas mostrou que, se isso é tudo que temos, estamos então encerrados em nosso próprio espírito e não podemos provar a existência do mundo exterior. Tudo de que podemos ter certeza é o desfile de idéias individuais, uma em seguida a outra. Sua causa, sua ligação e até o lugar onde desfilam são desconhecidos. Com Hume, chegamos a um beco sem saída.

É natural que o homem não ficaria satisfeito com o ceticismo de Hume. *Thomas Reid*, outro escocês, liderou a oposição. Ensinava que Hume chegara a uma imposição impossível. Diz-nos o bom senso que existe um mundo real como a causa de nossas sensações e idéias. Podemos imaginar tudo o que quisermos, mas não nos satisfaz negar o que o bom senso diz. Essas coisas, argumentou ele, que percebemos distintamente pelos sentidos, existem, e existem porque as percebemos. Há um mundo *lá fora* que corresponde às nossas idéias. Mesas, cadeiras, etc. existem independentemente das idéias que delas formamos. O bom senso nos diz que é assim; não podemos, pois, rejeitar o que ele nos diz.

O pensamento alemão seguiu por uma estrada diferente daquela da Inglaterra e Escócia. Estava preocupado com as Ciências Naturais então em desenvolvimento, mas viu-se, por fim, acreditando no valor das crenças cristãs. Procurou, por conseguinte, conciliar a Ciência com os valiosos elementos da teoria cristã.

Teoria de Leibniz Sobre o Universo

Gottfried Wilhelm Leibniz, um dos líderes do pensamento alemão no século XVII, convenceu-se, depois de muitas pesquisas e minuciosos estudos, de que, no universo, a força é o atributo essencial dos corpos. Por *força*, referia-se à “tendência do corpo em mover-se ou continuar seu movimento”. Todo o universo é, para ele, construído de unidades de força. Cada corpo consiste de certo número dessas unidades e toda natureza, de um infinito número delas. Leibniz denominou *mônades* ou *átomos-força*, tais unidades de força. Cada mônade é eterna, não podendo ser destruída ou modificada.

Mas as mônades têm diferentes graus de clareza. As mais obscuras, as mais vagas e as mais confusas formam plantas. As menos vagas formam animais. As mônades que formam o homem são ainda mais claras. E a mais clara de todas é Deus. O universo compõe-se de um número infinito de mônades que se estendem desde a mais obscura até Deus. Não há interrupção nessa série. Numa extremidade acha-se a matéria inorgânica, rochas e coisas semelhantes. Noutra, Deus.

Cada mônade encerra, dentro de si, todo o universo. Assim, como a mônade não tem *janelas*, tudo aquilo que ela vem a ser acha-se encerrado dentro de si mesma, desde o princípio dos tempos. Cada uma realiza a sua natureza, movida por uma necessidade interior. Nada pode existir numa mônade que não seja o que nela se achava desde o princípio.

Os corpos orgânicos, seres vivos, contêm uma *mônade rainha* ou alma, que é o princípio que orienta todas as mônades que formam o corpo. As mônades não afetam umas às outras. Deus criou-as no começo dos tempos, de modo que elas operam juntas e em harmonia. Quando uma faz alguma coisa, não afeta a outra. Mas por ter sido assim criada, age como se uma a tivesse afetado. Todas, portanto, agem juntas, da mesma maneira que o fazem as várias partes de um organismo.

O universo de Leibniz, por conseguinte, não é mecânico, porém dinâmico, vivo. Compõe-se de um número infinito de mônades de vários graus de clareza. Nisso percebemos a velha teoria de Demócrito, o Atomismo. Mas os átomos de Leibniz não são todos iguais, tampouco puras unidades mecânicas. São unidades de força e diferem em clareza. E Deus é a mais clara das mônades.

Por meio dessa teoria, Leibniz acreditou ter conciliado a ciência de seu tempo com os valores da doutrina cristã. Ele tinha um universo científico, no qual Deus era o ser ou a mônade suprema.

Concepção de Kant Sobre o Universo

A filosofia alemã atingiu seu ponto culminante com a obra de *Emmanuel Kant*, um dos grandes criadores de sistemas filosóficos de todos os tempos. Seu problema fundamental jazia na questão: Que é o conhecimento

e como é ele possível? Que podemos realmente saber e como? Concluiu que somente podemos conhecer nossas experiências. Temos sensações. Vemos uma cadeira. Por ser nosso espírito tal como é, recebemos essa sensação de modo definido. Não conhecemos, entretanto, a causa dessa sensação.

De acordo com essa teoria, não podemos conhecer o universo que existe fora de nosso pensamento. Nosso espírito recebe sensações e amolda-as em idéias por serem o que são. É impossível saber o que é o mundo fora de nosso espírito.

Podemos, entretanto, formar, pela Razão, uma Idéia do mundo, do universo. Ao sentirmos o mundo no espírito, vemos que não tem começo no tempo em que os corpos, nele, não podem ser divididos indefinidamente; tudo se realiza segundo as leis da natureza e não há um Ser absolutamente necessário que faz o mundo existir. Temos que aceitar a teoria sobre o mundo da experiência porque não podemos senti-lo diferentemente.

Mas a Razão pode também construir um mundo de Idéias que não tem começo no tempo, onde os corpos podem ser divididos indefinidamente e no qual há liberdade e um Ser absolutamente necessário, Deus, que é a causa de tudo. Conquanto não possamos conhecer tal mundo através da experiência, podemos discutir sua existência e agir como se fosse real. Kant acreditava, de fato, que o homem deve agir como se existisse essa espécie de mundo, se quiser preservar sua integridade moral. Pois, na base de tal mundo, Kant inferia a existência de Deus, da liberdade e da imortalidade. Além disso, demonstrou que toda bondade e toda moralidade dependem de ação, como se existisse essa espécie de mundo. A idéia deste mundo, afirmou, é reguladora – orienta o homem para certos objetivos. Acreditando na existência dele, o homem esforça-se em ser bom.

Assim, para Kant, existem dois mundos: o da experiência, o *fenomenal*, e o da razão, o *numenal*. Um é científico, o outro, prático.

Kant ensinava que o princípio fundamental do mundo prático é a lei moral, que se pode enunciar como segue: “Age sempre de acordo com uma máxima ou com determinado princípio que possas converter em lei universal; age como se quisesses que todo o mundo seguisse o princípio de tua ação.” A isso chamou ele *imperativo categórico*.

Se alguém age de maneira a que o princípio de sua ação se torne uma lei para todos os homens, deve estar livre para agir dessa maneira. Kant colocou, pois, a liberdade no centro de seu mundo prático.

Fichte, Schelling e Hegel

Johann Gottlieb Fichte adotou o princípio da liberdade e fê-lo fundamento de toda a sua doutrina filosófica. Afirmou que o *ego* é uma atividade livre e autodeterminadora.

O ponto de partida de seu pensamento é esse *ego*, ou princípio livre e criador. É Deus, o criador de tudo que existe. Ele cria cada pessoa individualmente, você, eu e todos os indivíduos do mundo. Cria também todo o mundo das coisas.

Mas nós e todas as coisas não somos matéria, materiais. Não há matéria no sentido de matéria sem vida, como ensinavam os antigos filósofos.

Tudo no universo é inteligência e espírito. A árvore e seu espírito são o *ego* absoluto, universal ou Deus. Assim, o mundo real é o mundo da inteligência ou do espírito e não um mundo de matéria morta. Tudo constitui o *ego*, Deus. Mas o *ego* criou um limite para si mesmo, de modo que pode lutar contra esse limite e desenvolver-se até atingir à perfeição. O *ego* produz, pois, o mundo dos objetos, chamado mundo *material*, a fim de preparar uma arena, onde possa exercer sua liberdade.

A liberdade nada significaria se não houvesse algo que impedisse o seu exercício. Por conseguinte, o *ego* eterno, Deus, criou o mundo, o *não-ego*, como limite para si, um mundo de oposição no qual possa lutar e tornar-se cômico de si próprio. É o mundo das leis, o mundo no qual as coisas acontecem segundo regras estabelecidas.

Minha razão, sua razão e nosso espírito são também criações ou partes desse *ego universal*. Não criamos o mundo das coisas, mas somos criações do mesmo *ego* que criou o mundo. Como o *ego universal* é a razão ativa universal, a mesma em todas as pessoas, nós vemos o mundo da mesma maneira.

Esse ponto de vista denomina-se Idealismo. Baseia-se na crença de que não existe matéria no universo, sendo tudo espírito, idéia. Descartes, Locke e até mesmo Kant haviam ensinado que existem dois princípios, espírito e matéria. Fichte contestou a existência de dois princípios. Eliminou a matéria e sustentou que tudo no universo é inteligência ou espírito. Somente o mundo parece ser material. Se o compreendermos direito, perceberemos que até este é espírito. O universo é inteligência, espírito, *ego*, Deus. Conquanto, pois, seja uma realidade fora do espírito pessoal do indivíduo, o universo não é feito de matéria diferente, não é um mundo de coisas mortas. É a “revelação do princípio absoluto na consciência humana”. A natureza é espírito, inteligência, e nada mais pode ser.

Para Fichte, portanto, a lei moral de Kant implica liberdade, e liberdade implica desembaraço de obstáculos. Deve haver obstáculos. O *eu* universal ou o *ego* criou, de si mesmo, o mundo das coisas sensíveis para servir como seu oponente. O mundo da experiência advém da lei moral. Por ter esse conceito de Kant exercido influência sobre Fichte e muitos outros pensadores, falamos em Kant como o pai do idealismo moderno.

Seguiu na mesma tradição idealística *Friedrich Wilhelm Joseph Schelling*, brilhante filósofo alemão e estudioso da religião. Para ele, como para Fichte, a base de todo o universo é um espírito ou *ego* que flui por todo ele. Schelling ensinava, porém, que esse espírito, conforme se encontra na natureza, não é cômico de si e somente se torna inteiramente consciente no homem.

Há, assim, um desenvolvimento do estado consciente, da natureza do homem. A natureza e o pensamento são degraus ou fases no desenvolvimento do espírito absoluto. Deus é natureza e espírito. Num, é Deus adormecido ao passo que no outro se acha completamente desperto. Mas em qualquer dos dois, ou através de todo o desenvolvimento, Deus permanece o mesmo.

O universo, inclusive o homem, é um todo. As partes, objetos e indivíduos, são partes do todo. A natureza é, pois, viva, dinâmica e criadora.

Onde quer que nos detenhamos para investigar, encontraremos o espírito esforçando-se por concretizar-se e tornar-se inteiramente cômico de si mesmo. A natureza inorgânica, as árvores, as rochas, etc. são do mesmo material, como o é também o espírito humano. Mas os primeiros são cegos, *imatuross*, inconscientes.

Temos então a doutrina panteísta. O universo é concebido como um sistema vivo que se desenvolve e movimenta. Deus é o universo e este é Deus. Nas plantas e rochas, Ele é o impulso cego e inconsciente. Subindo-se até ao homem, Ele se torna consciente ou vê, chega ao conhecimento de si mesmo.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel procurou apresentar as doutrinas filosóficas de Kant, Fichte e Schelling num todo completo que satisfizesse. Ensinava, então, que todo o universo é uma evolução do espírito desde a natureza até Deus.

Encontramos, em toda parte, quer no mundo natural quer no espírito do homem, um processo de desdobramento, que ele chamou de *processo dialético* ou *princípio de contradição*. Tudo tende a passar para o seu oposto. A semente tende a transformar-se em flor. A natureza, porém, não se detém em face dessas contradições, luta por dominá-las e conciliá-las num todo ou unidade.

O universo é um todo. Nele, está operando esse princípio, um princípio natural. O espírito está em toda parte. Dentro do todo existe o desenvolvimento, e este prossegue pelo processo dialético. Primeiro descobrimos uma coisa, a *tese*; depois, o seu oposto ou contradição, a *antítese*. Ambas conciliam-se por fim na *síntese*, fazendo nascer outra *tese*; e o processo recomeça.

O universo inteiro é a continuação desse processo dentro do todo. A realidade, pois, é o processo da evolução, o desenvolvimento do menos claro para o mais claro.

Esse processo é o do pensamento. Por conseguinte, o universo é pensamento e acha-se sujeito às leis deste. Da mesma maneira que pensamos, desenvolve-se o universo. Mas tudo é o processo de um todo pensante. A natureza e o homem são uma única coisa dentro desse todo. Os mesmos processos que se encontram no espírito são também encontrados na natureza. Neste, o movimento se processa inconscientemente. A semente transforma-se em planta e em flor, mas não percebe o desenvolvimento. Já o homem é cômico do processo e sabe que se está desenvolvendo. Descobre-se em toda parte o mesmo processo.

Para Hegel, pois, o universo é um todo ou totalidade. Esse todo é um processo pensante e desenvolve-se como todo pensamento – tese, antítese e síntese. É o idealismo elaborado de um modo completo até ao último grau.

Teoria de Herbert Spencer

Herbert Spencer é o grande filósofo da evolução. Procurou desenvolver uma teoria filosófica baseada nas pesquisas de Darwin e outros biólogos, criando um sistema de pensamento que incorporasse as importantes idéias da teoria da evolução.

Começou sua filosofia reconhecendo que os fenômenos, as coisas conforme se nos apresentam, são tudo que podemos conhecer. É-nos desconhecida a causa desses fenômenos; mas existe uma, um Ser Absoluto, atrás de todos eles. Naturalmente formamos juízo a respeito desse Ser. Concebemo-Lo como a força ou o poder que causa tudo que conhecemos. Além disso, concebemo-Lo mental e fisicamente. Mas essas idéias são meros símbolos, processos que inventamos ao referir-nos a esse Absoluto. Verdadeiramente, nada podemos saber a respeito dEle. É o Incognoscível. Tudo que podemos conhecer são as expressões interiores e exteriores do Absoluto.

Essas expressões obedecem à lei da evolução. Vemo-las tornarem-se grupos e estes organizarem-se para transformar-se num todo. Com a organização dos grupos, evoluem várias formas de vida. A criatura humana é o resultado da formação de grupos de átomos que passam a ser mãos, braços, coração, pulmões, pés, etc. e a organização de tudo isso, um corpo em que cada parte exerce seu papel como elemento do corpo. As pernas andam, as mãos agarram, o coração pulsa, etc.

Spencer acreditava, pois, na existência de um mundo exterior à nossa consciência. Esse mundo, nós o inferimos, porquanto é impossível o concebemos de outro modo. Por termos impressões, raciocinamos que deve haver uma causa delas, um mundo exterior. Mas as impressões não são reproduções, cópias do mundo exterior. Tanto quanto podemos saber, podem ser tão diferentes dele como as letras de uma palavra da idéia que o vocábulo significa. “C – a – v – a – l – o”... as letras não sugerem a idéia de cavalo, que a palavra inteira evoca. Analogamente, nossas impressões e o verdadeiro mundo exterior podem ser totalmente diferentes. Tudo que podemos dizer, com certeza – acredita Spencer – é que existe algo, além da consciência, que é a causa de nossas impressões, o Incognoscível, o Absoluto.

Josiah Royce, William James e John Dewey

Josiah Royce, líder da escola idealística do pensamento, nos Estados Unidos, começou sua teoria partindo da natureza do homem. Somos seres conscientes e organizamos nossas experiências transformando-as em um todo, ou sistema. Igualmente – doutrinava ele – o universo é um Ser consciente, um todo. Meu pensamento, o seu e o de todos os outros são partes do pensamento inteiro do universo.

Tenho uma idéia sobre uma mesa. Não crio essa idéia ou a mesa. Ela está ali. Não é matéria, porém. Antes, a causa de minha idéia sobre a mesa é a idéia sobre a mesa no espírito do Absoluto. É, portanto, uma idéia que causa a minha, a idéia de Deus. O universo inteiro é, pois, similar às minhas próprias idéias. Esse universo é um organismo idealizado e cômico de si. Constitui-se de todas as idéias de toda a Humanidade e das causas delas. O mundo exterior é mental como é também o mundo interior de minha experiência.

Esses pensadores, os idealistas, tentaram interpretar o universo em termos do pensamento individual a fim de conservarem os valores da vida espiritual. Relegaram a Ciência a uma posição secundária ou inferior, mas levaram-na em consideração. Para eles, as leis da Ciência são verdadeiramente leis do pensamento. Contudo, o mundo real não deve ficar limitado às leis imutáveis das coisas materiais. Acima delas pairam as do espírito do

homem. Com essa crença, eles fogem ao determinismo e tornam possíveis a liberdade e a moralidade. Se o homem está sujeito a leis científicas inevitáveis, não pode ser livre; é futilidade detê-lo para explicar seus atos. Não pode ser considerado culpado. Contudo, a liberdade e a responsabilidade moral são demasiado valiosas para que se percam dessa maneira. Conseqüentemente, os idealistas a elas se apegam argumentando que o mundo é, verdadeiramente, mais espiritual do que físico. A ciência moderna parece-lhes destruir tudo que torna humana a vida do homem.

A recente filosofia caracteriza-se por essa tentativa de levar em conta todo o reino da ciência moderna, com suas leis e consistências, e preservar, ao mesmo tempo, as coisas que os homens julgam valiosas. Os idealistas ressaltam esses valores e referem-se a um mundo em que os valores predominam.

William James, um dos primeiros pragmatistas, achou que um *uni-verso-bloco*, em que tudo é governado pelas leis da Ciência, não é satisfatório. Escreveu: “Se tudo, o homem inclusive, é mero efeito da nebulosa primitiva ou da substância infinita, que será da responsabilidade moral, da liberdade de ação, do esforço individual e da aspiração?” Acreditava que a prova de qualquer teoria ou crença devem ser suas conseqüências práticas. É a prova pragmática. Estava certo de que somente uma teoria do universo que levasse em conta a responsabilidade moral, a liberdade de ação e coisas semelhantes, e lhes desse guarida, teria boas conseqüências.

O mundo real, para ele, era o da experiência humana. Nesta, encontramos reunidos os valores humanos e as ciências. Acreditava ser impossível para um pensador ir mais longe do que isso. Conquanto não duvidasse da existência de um mundo fora da experiência, um mundo que causa experiências, acreditava que não podemos senti-lo e, portanto, nada podemos saber a seu respeito.

John Dewey, o líder atual do Pragmatismo, julga que o universo se transforma, cresce e desenvolve-se. Concentra sua atenção na experiência que, na sua opinião, está sempre evoluindo, mudando e enriquecendo. O filósofo – argumenta ele – deve deixar de perder tempo com perguntas sobre os primeiros tempos, sobre o que jaz atrás da experiência e sobre o mundo *lá fora*. Não nos adianta saber se há ou não tal mundo. Para nós, coisas importantes são as experiências que temos e a explicação de como elas surgem, desenvolvem-se, transformam-se e afetam outras. O mundo de nossa experiência é incerto, duvidoso e cheio de surpresas, mas caracteriza-se também pelas consistências das quais podemos depender. É esse o único mundo pelo qual Dewey se interessa.

Teorias de Henri Bergson e Jorge Santayana

Henri Bergson, que foi o líder de outra tentativa para conservar os valores num mundo de ciências, doutrinava que o universo, conforme o descreve a Ciência, não é adequado. Omite muitas coisas. Para se conhecer o universo, em sua totalidade, é preciso viver nele e percebê-lo pela *intuição*. O homem não pode conhecer um rio sentando-se simplesmente numa de suas margens; tem que lançar-se nele e nadar com sua corrente. Devemos mergulhar no universo para poder compreendê-lo.

O universo é, para Bergson, uma coisa móvel, em crescimento e evolução viva. A Ciência corta um pedaço dele e nos diz ser isso o universo. Para Bergson, esse pedaço, por si mesmo, é irreal, está morto. O verdadeiro universo é vivo, rico; encerra esse pedaço e mais do que ele. Bergson caracterizou-o como um processo de *evolução criadora*, uma evolução em que novas coisas aparecem. A causa disso está na natureza criadora do universo. “Toda a evolução da vida, em nosso planeta, representa o esforço dessa força essencialmente criadora para chegar, através da matéria, a algo que somente se realiza no homem, e, mesmo no homem, apenas imperfeitamente”. Ao procurar organizar a matéria, a força criadora é capturada. No homem, vê-se a qualidade criadora desprender-se da matéria e tornar-se livre.

Outro filósofo moderno que trata do problema da Ciência e dos valores é *Jorge Santayana*. Seu mundo real é o da experiência humana em toda a sua riqueza e pujança. Não duvida que haja uma substância que causa tal substância, mas, antes, procura justificar sua existência. Escreve que Herbert Spencer estava certo ao sustentar a existência dessa substância, mas crê que ela é cognoscível através da experiência. Temos certeza da existência desse mundo da experiência. Nele encontramos as leis científicas e toda beleza, verdade e bondade que almejamos. É um mundo real, em qualquer sentido do termo *real*.

A ciência moderna, portanto, não nos permitirá contestar que o mundo real seja como julga o cientista, uma coisa da qual podemos depender, e leis que o homem pode descobrir e com as quais age com alto grau de certeza. Podemos crer nesse mundo conforme o explicam os cientistas. Todavia, os filósofos mostram-se vivamente conscientes de que o mundo dos cientistas não é tudo. Nele descobrem o espírito humano, esperanças e temores, amor e ódio, sonhos e derrotas. Nele constatarem homens agindo como se estivessem livres e outros que os responsabilizam pelos seus atos. O mundo, para os filósofos, é também um lugar de luta, de planos e realizações, de desejos e criações. É a isso que eles não querem renunciar.

Conseqüentemente, o da filosofia moderna é um mundo em que se consideram, ao mesmo tempo, a ciência e os valores humanos. Hoje em dia, nenhum filósofo pode prender a atenção pública a menos que tenha, de certo modo pelo menos, explicado as descobertas dos laboratórios e do espírito. O universo todo é real, e qualquer outro é apenas uma parte; ninguém deve sustentar que essa parte ou qualquer outra seja o todo, e o resto, o *irreal*. Todo o universo, o exterior e o interior, é real, devendo o filósofo descobrir-lhe um lugar no seu sistema. É esse o problema da filosofia moderna, o problema da natureza do universo, conforme o vêem os filósofos que agora escrevem e doutrinam.

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

O LIVRO DOS ESPÍRITOS

ALLAN KARDEC

ELEMENTOS GERAIS DO UNIVERSO

I – CONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DAS COISAS

17. Pode o homem conhecer o princípio das coisas?

– Não. Deus não permite que tudo seja revelado ao homem, aqui na terra.

18. O homem penetrará um dia o mistério das coisas que lhe estão ocultas?

– O véu se ergue na medida em que ele se depura; mas, para a compreensão de certas coisas, necessita de faculdades que ainda não possui.

19. O homem não poderá, pelas investigações da Ciência, penetrar alguns dos segredos da Natureza?

– A Ciência lhe foi dada para o seu adiantamento em todos os sentidos, mas ele não pode ultrapassar os limites fixados por Deus.

Quanto mais é permitido ao homem penetrar nesses mistérios, maior deve ser a sua admiração pelo poder e a sabedoria do Criador. Mas, seja por orgulho, seja por fraqueza, sua própria inteligência o torna frequentemente juguete da ilusão. Ele acumula sistemas sobre sistemas, e cada dia que passa mostra quantos erros tomou por verdades e quantas verdades repeliu como erros. São outras tantas decepções para o seu orgulho.

20. Pode o homem receber, fora das investigações da Ciência, comunicações de uma ordem mais elevada sobre aquilo que escapa ao testemunho dos sentidos?

– Sim, se Deus o julgar útil, pode revelar-lhe aquilo que a Ciência não consegue apreender.

É através dessas comunicações que o homem recebe, dentro de certos limites, o conhecimento do seu passado e do seu destino futuro.

II – ESPÍRITO E MATÉRIA

21. A matéria existe desde toda a eternidade, como Deus, ou foi criada por Ele num certo momento?

– Só Deus o sabe. Há, entretanto, uma coisa que a vossa razão deve indicar: é que Deus, modelo de amor e de caridade, jamais esteve inativo. Qualquer que seja a distância a que possais imaginar o início da sua ação, podereis compreendê-lo um segundo na ociosidade?

22. Define-se geralmente a matéria como aquilo que tem extensão, que pode impressionar os sentidos e é impenetrável. Essa definição é exata?

– Do vosso ponto de vista, sim, porque só falais daquilo que percebeis. Mas a matéria existe em estados que não conheceis. Ela pode ser, por exemplo, tão etérea e sutil que não produza nenhuma impressão nos vossos sentidos; entretanto, será sempre matéria, embora não o seja para vós.

22-a. Que definição podeis dar da matéria?

– A matéria é o liame que escraviza o espírito; é o instrumento que ele usa, e sobre o qual, ao mesmo tempo, exerce a sua ação.

De acordo com isto, pode-se dizer que a matéria é o agente, o intermediário, com a ajuda do qual e sobre o qual o espírito atua.

23. Que é o espírito?

– O princípio inteligente do Universo.

23-a. Qual é a sua natureza íntima?

– Não é fácil analisar o espírito na vossa linguagem. Para vós, ele não é nada, porque não é coisa palpável; mas, para nós, é alguma coisa. Ficai sabendo: nenhuma coisa é o nada e o nada não existe.

24. Espírito é sinônimo de inteligência?

– A inteligência é um atributo essencial do espírito; mas um e outro se confundem num princípio comum, de maneira que, para vós, são uma e a mesma coisa.

25. O espírito é independente da matéria ou não é mais do que uma propriedade desta, como as cores são propriedades da luz e o som uma propriedade do ar?

– São distintos, mas é necessária a união do espírito e da matéria para dar inteligência a esta.

25-a. Esta união é igualmente necessária para a manifestação do espírito? (Por espírito, entendemos aqui o princípio da inteligência, abstração feita das individualidades designadas por esse nome).

– É necessária para vós, porque não estais organizados para perceber o espírito sem a matéria; vossos sentidos não foram feitos para isso.

26. Pode-se conceber o espírito sem a matéria e a matéria sem o espírito?

– Pode-se, sem dúvida, pelo pensamento.

27. Haveria, assim, dois elementos gerais do Universo; a matéria e o espírito?

– Sim, e acima de ambos Deus, o Criador, o pai de todas as coisas. Essas três coisas são o princípio de tudo o que existe, a trindade universal. Mas, ao elemento material é necessário ajuntar o fluido universal, que exerce o papel de intermediário entre o espírito e a matéria propriamente dita, demasiado grosseira para que o espírito possa exercer alguma ação so-

bre ela. Embora, de certo ponto de vista, se pudesse considerá-lo como elemento material, ele se distingue por propriedades especiais. Se fosse simplesmente matéria, não haveria razão para que o espírito não o fosse também. Ele está colocado entre o espírito e a matéria; é fluido, como a matéria é matéria; susceptível, em suas inumeráveis combinações com esta, e sob a ação do espírito, de produzir infinita variedade de coisas, das quais não conheceis mais do que uma ínfima parte. Esse fluido universal, ou primitivo, ou elementar, sendo o agente de que o espírito se serve, é o princípio sem o qual a matéria permaneceria em perpétuo estado de dispersão e não adquiriria jamais as propriedades que a gravidade lhe dá.

27-a. Seria esse fluido o que designamos por eletricidade?

- Dissemos que ele é suscetível de inumeráveis combinações. O que chamais fluido elétrico, fluido magnético são modificações do fluido universal, que é, propriamente falando, uma matéria mais perfeita, mais sutil, que se pode considerar como independente.

28. Sendo o espírito, em si mesmo, alguma coisa, não seria mais exato, e menos sujeito a confusões, designar esses dois elementos gerais pelas expressões: matéria inerte e matéria inteligente?

- As palavras pouco nos importam. Cabe a vós formular a vossa linguagem, de maneira a vos entenderdes. Vossas disputas provêm, quase sempre, de não vos entenderdes sobre as palavras. Porque a vossa linguagem é incompleta para as coisas que não vos tocam os sentidos.

Um fato patente domina todas as hipóteses: vemos matéria sem inteligência e um princípio inteligente independente da matéria. A origem e a conexão dessas duas coisas nos são desconhecidas. Que elas tenham ou não uma fonte comum e os pontos de contato necessários; que a inteligência tenha existência própria, ou que seja uma propriedade, um efeito; que seja, mesmo, segundo a opinião de alguns, uma emanção da Divindade, – é o que ignoramos. Elas nos aparecem distintas, e é por isso que as consideramos formando dois princípios constituintes do Universo. Vemos, acima de tudo isso, uma inteligência que domina todas as outras, que as governa, que delas se distingue por atributos essenciais: é a esta inteligência suprema que chamamos Deus.

III – PROPRIEDADES DA MATERIA

29. A ponderabilidade é atributo essencial da matéria?

- Da matéria como a entendeis, sim; mas não da matéria considerada como fluido universal. A matéria etérea e sutil que forma esse fluido é imponderável para vós, mas nem por isso deixa de ser o princípio da vossa matéria ponderável.

A ponderabilidade é uma propriedade relativa. Fora das esferas de atração dos mundos, não há peso, da mesma maneira que não há alto nem baixo.

30. A matéria é formada de um só ou de muitos elementos?

– De um só elemento primitivo. Os corpos que considerais como corpos simples não são verdadeiros elementos, mas transformações da matéria primitiva.

31. De onde provêm as diferentes propriedades da matéria?

– Das modificações que as moléculas elementares sofrem, ao se unirem, e em determinadas circunstâncias.

32. De acordo com isso, o sabor, o odor, as cores, as qualidades venenosas ou salutares dos corpos não seriam mais do que modificações de uma única e mesma substância primitiva?

– Sim, sem dúvida, e só existem pela disposição dos órgãos destinados a percebê-las.

Esse princípio é demonstrado pelo fato de nem todos perceberem as qualidades dos corpos da mesma maneira: enquanto um acha uma coisa agradável ao gosto, outro a acha má; uns vêem azul o que outros vêem vermelho; o que para uns é veneno, para outros é inofensivo ou salutar.

33. A mesma matéria elementar é susceptível de passar por todas as modificações e adquirir todas as propriedades?

– Sim, e é isso que deveis entender, quando dizemos que tudo está em tudo. (Este princípio explica o fenômeno conhecido de todos os magnetizadores, que consiste em se dar, pela vontade, a uma substância qualquer, à água, por exemplo, as mais diversas propriedades: um gosto determinado e mesmo as qualidades ativas de outras substâncias. Só havendo um elemento primitivo, e as modificações dos diferentes corpos sendo apenas modificações desse elemento, resulta que a mais inofensiva substância tem o mesmo princípio que a mais deletéria. Uma modificação análoga pode produzir-se pela ação magnética, dirigida pela vontade. Assim, a água que é formada de uma parte de oxigênio e duas de hidrogênio, torna-se corrosiva, se duplicarmos a proporção de oxigênio.)

O oxigênio, o hidrogênio, o azoto, o carbono, e todos os corpos que consideramos simples, não são mais do que modificações de uma substância primitiva. Na impossibilidade, em que nos encontramos ainda, de remontar de outra maneira, que não pelo pensamento, a essa matéria, esses corpos são para nós verdadeiros elementos, e podemos, sem maiores conseqüências, considerá-los assim até nova ordem.

33-a. Essa teoria não parece dar razão à opinião dos que não admitem, para a matéria, mais do que dois elementos essenciais: a força e o movimento, entendendo que todas as outras propriedades não são senão efeitos secundários, que variam segundo a intensidade da força e da direção do movimento?

– Essa opinião é exata. Falta acrescentar que, também, segundo a disposição das moléculas. Como se vê, por exemplo, num corpo opaco que pode tornar-se transparente e vice-versa.

34. As moléculas têm uma forma determinada?

– Sem dúvida que as moléculas têm uma forma, mas não a podeis apreciar.

34-a. Essa forma é constante ou variável?

– Constante para as moléculas elementares primitivas, mas variável para as moléculas secundárias, que são aglomerações das primeiras. Isso que chamais molécula está ainda longe da molécula elementar.

IV – ESPAÇO UNIVERSAL

35. O espaço universal é infinito ou limitado?

– Infinito. Supõe limites para ele: o que haveria além? Isto confunde a tua razão, bem o sei, e no entanto a razão te diz que não pode ser de outra maneira. O mesmo se dá com o infinito em todas as coisas; não é na vossa pequena esfera que o podeis compreender. (As variações de tratamento, ora na segunda, ora na terceira pessoa, correspondem aos momentos em que o Espírito se referia ao interlocutor, pessoalmente, a todos os presentes, ou ainda a toda a Humanidade. N. da T.)

Supondo-se um limite para o espaço, qualquer que seja a distância a que o pensamento possa concebê-lo, a razão diz que, além desse limite, há alguma coisa. E assim, pouco a pouco, até o infinito, porque essa alguma coisa, mesmo que fosse o vazio absoluto, ainda seria espaço.

36. O vazio absoluto existe em alguma parte do espaço universal?

– Não, nada é vazio. O que é vazio para ti está ocupado por uma matéria que escapa aos teus sentidos e aos teus instrumentos. (Todos estes princípios estão hoje comprovados pela investigação científica, mesmo no campo do mais ortodoxo materialismo. Veja-se o livro *El Cosmos y sus siete estados* de Vasiliev e Stanukovich, Editorial Paz, Moscou, tradução castelhana. N. do T.)

*

CRIAÇÃO

I – FORMAÇÃO DOS MUNDOS

O Universo compreende a infinidade dos mundos que vemos e não vemos, todos os seres animados e inanimados, todos os astros que se movem no espaço e os fluidos que o preenchem.

37. O Universo foi criado, ou existe de toda a eternidade, como Deus?

– Ele não pode ter sido feito por si mesmo; e se existisse de toda a eternidade, como Deus, não poderia ser obra de Deus.

A razão nos diz que o Universo não poderia fazer-se por si mesmo, e que, não podendo ser obra do acaso, deve ser obra de Deus.

38. Coma criou Deus o Universo?

– Para me servir de uma expressão corrente: por sua vontade. Nada exprime melhor essa vontade todo-poderosa do que estas belas palavras do Gênese: “Deus disse: Faça-se a luz, e a luz foi feita”.

39. Podemos conhecer o modo de formação dos mundos?

– Tudo o que se pode dizer, e que podeis compreender, é que os mundos se formam pela condensação da matéria espalhada no espaço.

40. Os cometas seriam, como agora se pensa, um começo de condensação da matéria, mundos em vias de formação?

– Isso está certo; absurdo, porém, é acreditar na sua influência. Quero dizer, a influência que vulgarmente lhe atribuem; porque todos os corpos celestes têm a sua parte de influência em certos fenômenos físicos.

41. Um mundo completamente formado pode desaparecer e a matéria que o compõe espalhar-se de novo no espaço?

– Sim, Deus renova os mundos, como renova os seres vivos.

42. Podemos conhecer a duração da formação dos mundos; da Terra, por exemplo?

– Nada te posso dizer, porque somente o Criador o sabe; e bem louco seria quem pretendesse sabê-la, ou conhecer o número de séculos dessa formação.

II – FORMAÇÃO DOS SERES VIVOS

43. Quando a Terra começou a ser povoada?

– No começo, tudo era caos; os elementos estavam fundidos. Pouco a pouco, cada coisa tomou o seu lugar; então, apareceram os seres vivos, apropriados ao estado do globo.

44. De onde vieram os seres vivos para a Terra?

– A Terra continha os germes, que esperavam o momento favorável para desenvolver-se. Os princípios orgânicos reuniram-se, desde o instante em que cessou a força de dispersão, e formaram os germes de todos os seres vivos. Os germes permaneceram em estado latente e inerte, como a crisálida e as sementes das plantas, até o momento propício à eclosão de cada espécie; então, os seres de cada espécie se reuniram e se multiplicaram.

45. Onde estavam os elementos orgânicos, antes da formação da Terra?

– Estavam, por assim dizer, em estado fluídico no espaço, entre os Espíritos, ou em outros planetas, esperando a criação da Terra, para começarem uma nova existência sobre um novo globo.

A Química nos mostra as moléculas dos corpos inorgânicos unindo-se para formar cristais de uma pluralidade constante, segundo cada espécie, desde que estejam nas condições necessárias. A menor perturbação destas condições é suficiente para impedir a reunião dos elementos, ou pelo menos a disposição regular que constitui o cristal. Por que não ocorreria o mesmo com os elementos orgânicos? Conservamos durante anos germes de plantas e de animais, que não se desenvolvem a não ser numa dada temperatura e num meio apropriado; viram-se grãos de trigo germinar depois de muitos séculos, Há, portanto, nesses germes, um princípio latente de vitalidade, que só espera uma circunstância favorável para desenvolver-se. O que se passa diariamente sob os nossos olhos não pode ter existido desde a origem do globo? Esta formação dos seres vivos, saindo do caos pela própria força da Natureza, tira alguma coisa à grandeza de Deus? Longe disso, corresponde melhor à idéia que fazemos do seu poder, exercendo-se sobre os mundos infinitos através de leis eternas. Esta teoria não resolve, é verdade, a questão da origem dos elementos vitais; mas Deus tem os seus mistérios e estabeleceu limites às nossas investigações.

46. Há seres que ainda nascem espontaneamente?

– Sim, mas o germe primitivo já existia em estado latente. Sois, todos os dias, testemunhas desse fenômeno. Os tecidos dos homens e dos animais não contêm os germes de uma multidão de vermes que esperam, para eclodir, a fermentação pútrida necessária à sua existência? É um pequeno mundo que dormitava e desperta.

47. A espécie humana se achava entre os elementos orgânicos do globo terrestre?

– Sim, e veio a seu tempo. Foi isso que deu motivo a dizer-se que o homem foi feito do limo da terra.

48. Podemos conhecer a época da aparição do homem e de outros seres vivos sobre a Terra?

- Não; todos os vossos cálculos são quiméricos.

49. Se o germe da espécie humana estava entre os elementos orgânicos do globo, por que os homens não mais se formam espontaneamente, como em sua origem?

– O princípio das coisas permanece nos segredos de Deus; podemos dizer que os homens, uma vez dispersos sobre a Terra absorveram em si mesmos os elementos necessários à sua formação, para transmiti-los segundo as leis da reprodução. O mesmo aconteceu com as demais espécies de seres vivos.

III – POVOAMENTO DA TERRA. ADÃO

50. A espécie humana começou por um só homem?

– Não; aquele que chamais Adão não foi o primeiro nem o único a povoar a Terra.

51. Podemos saber em que época viveu Adão?

– Mais ou menos naquela que lhe assinalais: cerca de quatro mil anos antes de Cristo.

O homem cuja tradição se conservou sob o nome de Adão foi um dos que sobreviveram, em alguma região, a um dos grandes cataclismos que em diversas épocas modificaram a superfície do globo, e tornou-se o tronco de uma das raças que hoje o povoam. As leis da Natureza contradizem a opinião de que os progressos da Humanidade, constatados muito tempo antes de Cristo, se tiverem realizado em alguns séculos, como o teria de ser, se o homem não tivesse aparecido depois da época assinalada para a existência de Adão. Alguns, e com muita razão, consideram Adão como um mito ou uma alegoria, personificando as primeiras idades do mundo.

IV – DIVERSIDADE DAS RAÇAS HUMANAS

52. De onde vêm as diferenças físicas e morais que distinguem as variedades de raças humanas na Terra?

– Do clima, da vida e dos hábitos. Dá-se o mesmo que se daria com duas crianças da mesma mãe, que, educadas uma longe da outra e de maneira diferente, não se assemelhassem em nada quanto a moral.

53. O homem apareceu em muitos pontos do globo?

– Sim, e em diversas épocas, e é essa uma das causas da diversidade das raças; depois, o homem se dispersou pelos diferentes climas, e aliando-se os de uma raça aos de outras, formaram-se novos tipos.

53-a. Essas diferenças representam espécies distintas?

– Certamente não, pois todos pertencem à mesma família. As variedades do mesmo fruto acaso não pertencem à mesma espécie?

54. Se a espécie humana não procede de um só tronco, não devem os homens deixar de considerarem-se irmãos?

– Todos os homens são irmãos em Deus, porque são animados pelo espírito e tendem para o mesmo alvo. Quereis sempre tomar as palavras ao pé da letra.

V – PLURALIDADE DOS MUNDOS

55. Todos os globos que circulam no espaço são habitados?

– Sim, e o homem terreno está bem longe de ser, como acredita, o primeiro em inteligência, bondade e perfeição. Há, entretanto, homens que se julgam espíritos fortes e imaginam que só este pequeno globo tem o privilégio de ser habitado por seres racionais. Orgulho e vaidade! Crêem que Deus criou o Universo somente para eles.

Deus povoou os mundos de seres vivos, e todos concorrem para o objetivo final da Providência. Acreditar que os seres vivos estejam limitados apenas ao ponto que habitamos no Universo, seria pôr em dúvida a sabedoria de Deus, que nada fez de inútil e deve ter destinado esses mundos a um fim mais sério do que o de alegrar os nossos olhos. Nada, aliás, nem na posição, no volume ou na constituição física da Terra, pode razoavelmente levar-nos à suposição de que ela tenha o privilégio de ser habitada, com exclusão de tantos milhares de mundos semelhantes.

56. A constituição física dos diferentes globos é a mesma?

– Não; eles absolutamente não se assemelham.

57. A constituição física dos mundos não sendo a mesma para todos, os seres que os habitam terão organização diferente?

– Sem dúvida, como entre vós os peixes são feitos para viver na água e os pássaros no ar.

58. Os mundos mais distanciados do Sol são privados de luz e calor, de vez que o Sol lhes aparece apenas como uma estrela?

– Acreditais que não há outras fontes de luz e de calor, além do Sol? Não tendes em conta a eletricidade, que em certos mundos desempenha um papel desconhecido para vós, bem mais importante, que o que lhe cabe na Terra? Aliás, não dissemos que todos os seres vivem da mesma maneira que vós, com órgãos semelhantes aos vossos.

As condições de existência dos seres nos diferentes mundos devem ser apropriadas ao meio em que têm de viver. Se nunca tivéssemos visto peixes, não compreenderíamos como alguns seres pudessem viver na água. O mesmo acontece com outros mundos, que sem dúvida contêm elementos para nós desconhecidos. Não vemos na Terra as longas noites polares iluminadas pela eletricidade das auroras boreais? Que impossibilidade haveria para a eletricidade ser mais abundante que na Terra, desempenhando um papel geral cujos efeitos: não podemos compreender? Esses mundos podem conter em si mesmos as fontes de luz e calor necessários aos seus habitantes.

*

VI – CONSIDERAÇÕES E CONCORDÂNCIAS BÍBLICAS REFERENTES À CRIAÇÃO

59. Os povos fizeram idéias bastante divergentes sobre a Criação, segundo o grau de seus conhecimentos. A razão apoiada na Ciência reconheceu a inverossimilhança de algumas teorias. A que os Espíritos nos oferecem confirma a opinião há muito admitida pelos homens mais esclarecidos.

A objeção que se pode fazer a essa teoria é a de estar em contradição com os textos dos livros sagrados. Mas um exame sério nos leva a reconhecer que essa contradição é mais aparente que real, resultante da interpretação dada a passagens que, em geral, só possuíam sentido alegórico.

A questão do primeiro homem, na pessoa de Adão, como único tronco da Humanidade, não é a única sobre a qual as crenças religiosas têm de modificar-se. O movimento da Terra parecia, em determinada época, tão contrário aos textos sagrados, que não há formas de perseguição a que essa teoria não tenha dado pretexto. Não obstante, a Terra gira, malgrado os anátemas, e ninguém hoje em dia poderia contestá-lo, sem ofender a sua própria razão.

A Bíblia diz igualmente que o mundo foi criado em seis dias, e fixa a época da Criação em cerca de quatro mil anos antes da Era Cristã. Antes disso, a Terra não existia; ela foi tirada do nada. O texto é formal. E eis que a Ciência positiva, a Ciência inexorável, vem provar o contrário. A formação do globo está gravada em caracteres indelévels no mundo fóssil, e está provado que os seis dias da Criação representam outros tantos períodos, cada um deles, talvez, de muitas centenas de milhares de anos. E não se trata de um sistema, uma doutrina, uma opinião isolada, mas de um fato tão constante como o do movimento da Terra, e que a Teologia não pode deixar de admitir, prova evidente do erro em que se pode cair, quando se toam ao pé da letra as expressões de uma linguagem freqüentemente figurada. (As recentes declarações do Papa Pio XII, admitindo os cálculos da Ciência para a formação da Terra, confirmam o acerto de Kardec nesta nota. N. do T.). Devemos concluir, então, que a Bíblia é um erro? Não; mas que os homens se enganaram na sua interpretação. (Advertência aos que condenam a Bíblia sem levar em conta os fatores históricos e a linguagem figurada do texto. N. do T.).

A Ciência, escavando os arquivos da Terra, descobriu a ordem em que os diferentes seres vivos apareceram na sua superfície, e essa ordem

concorda com a indicada no Gênesis, com a diferença de que essa obra, em vez de ter saído miraculosamente das mãos de Deus, em apenas algumas horas, realizou-se, sempre pela sua vontade, mas segundo a lei das forças naturais, em alguns milhões de anos. Deus seria, por isso, menor e menos poderoso? Sua obra se tornaria menos sublime, por não ter o prestígio da instantaneidade? Evidentemente, não. É preciso fazer da Divindade, uma idéia bem mesquinha, para não reconhecer a sua onipotência nas leis eternas que ela estabeleceu para reger os mundos. A Ciência, longe de diminuir a obra divina, no-la mostra sob um aspecto mais grandioso e mais conforme com as noções que temos do poder e da majestade de Deus, pelo fato mesmo de ter ela se realizado sem derrogar as leis da Natureza.

A Ciência, de acordo neste ponto com Moisés, coloca o homem por último na ordem da criação dos seres vivos. Moisés, porém, coloca o dilúvio universal no ano 1654 da formação do mundo, enquanto a Geologia nos mostra o grande cataclismo como anterior à aparição do homem, tendo em vista que, até agora, não se encontra nas camadas primitivas nenhum traço da sua presença, nem da presença dos animais que, sob o ponto de vista físico, são da sua mesma categoria. Mas nada prova que isso seja impossível; várias descobertas já lançaram dúvidas a respeito, podendo acontecer, portanto, que de um momento para outro se adquira a certeza material da anterioridade da raça humana. E então se reconhecerá que, nesse ponto, como em outros, o texto bíblico é figurado.

A questão está em saber se o cataclismo é o mesmo de Noé. Ora, a duração necessária à formação das camadas fósseis não dá lugar a confusões, e no momento em que se encontrarem os traços da existência do homem, anteriores à grande catástrofe, ficará provado que Adão não foi o primeiro homem, ou que a sua criação se perde na noite dos tempos. Contra a evidência não há raciocínios possíveis, e será necessário aceitar o fato, como se aceitou o do movimento da Terra e o dos seis períodos da Criação.

A existência do homem antes do dilúvio geológico é, não há dúvida, ainda hipotética, mas eis como nos parece menos. Admitindo-se que o homem tenha aparecido pela primeira vez na Terra há quatro mil anos antes de Cristo, se 1650 anos mais tarde toda a raça humana foi destruída, com exceção apenas de uma família, conclui-se que o povoamento da Terra data de Noé, ou seja, de 2.350 anos antes da nossa era. Ora, quando os hebreus emigraram para o Egito, no décimo oitavo século, encontraram esse país bastante povoado e já bem avançado em civilização. A História prova que, nessa época, a Índia e outros países eram igualmente florescentes, mesmo sem levarmos em conta a cronologia de certos povos, que remonta a uma época mais recuada. Teria sido então necessário que do vigésimo quarto ao décimo oitavo século, quer dizer, num espaço de seiscentos anos, não somente a posteridade de um único homem tivesse podido povoar todas as imensas regiões então conhecidas, supondo-se que as outras não estivessem povoadas, mas também que, nesse curto intervalo, a espécie humana tivesse podido elevar-se da ignorância absoluta do estado primitivo ao mais alto grau de desenvolvimento intelectual, o que é contrário a todas as leis antropológicas.

A diversidade das raças humanas vem ainda em apoio desta opinião. O clima e os hábitos produzem, sem dúvida, modificações das características físicas, mas sabe-se até onde pode chegar a influência dessas causas, e o exame fisiológico prova a existência, entre algumas raças, de diferenças constitucionais mais profundas que as produzidas pelo clima. O cruzamento de raças produz os tipos intermediários; tende a superar os caracteres extremos, mas não cria estes, produzindo apenas as variedades. Ora, para que tivesse havido cruzamento de raças, era necessário que houvesse raças distintas, e como explicarmos a sua existência, dando-lhes um tronco comum, e sobretudo tão próximo? Como admitir-se que, em alguns séculos, certos descendentes de Noé se tivessem transformado, a ponto de produzirem a raça etíope, por exemplo? Uma tal metamorfose não é mais admissível que a hipótese de um tronco comum para o lobo e a ovelha, o elefante e o pulgão, a ave e o peixe. Ainda uma vez, nada poderia prevalecer contra a evidência dos fatos.

Tudo se explica, pelo contrário, admitindo-se a existência do homem antes da época que lhe é vulgarmente assinalada; a diversidade das origens; Adão, que viveu há seis mil anos, como tendo povoado uma região ainda inabitada; o dilúvio de Noé como uma catástrofe parcial, que se tomou pelo cataclismo geológico (As escavações arqueológicas realizadas por "sir" Charles Leonard Woolley, em 1929, ao norte de Basora, próximo ao Golfo Pérsico, para a descoberta de Ur, revelaram os restos de uma catástrofe diluviana ocorrida exatamente quatro mil anos antes de Cristo. Ao encontrar a camada de lodo que cobria as ruínas da Ur primitiva, Woolley transmitiu a notícia ao mundo nos seguintes termos: "Encontramos os sinais do dilúvio universal. Trabalhos posteriores comprovaram o fato, mostrando que houve um dilúvio local no delta do Tigre e do Eufrates, exatamente na data assinalada pela Bíblia. Este fato vem confirmar a previsão de Kardec. (N. do T.); e tendo-se em conta, por fim, a forma alegórica peculiar ao estilo oriental, que se encontra nos livros sagrados de todos os povos. Eis porque é prudente não se acusar muito ligeiramente de falsas as doutrinas que podem, cedo ou tarde, como tantas outras, oferecer um desmentido aos que as combatem. As idéias religiosas, longe de perder, se engrandecem, ao marchar com a Ciência; esse o único meio de não apresentarem ao ceticismo um elo vulnerável.

*

CAPÍTULO IV

ESPÍRITO E MATÉRIA

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

É o mundo, na realidade, apenas um grande espírito ou é matéria em toda a extensão? É o espírito matéria ou a matéria é espírito? Se é espírito e matéria, qual a relação entre ambos? Como pode o espírito afetar a matéria e esta o espírito? Encontraram os filósofos solução para o problema da relação entre o espírito e a matéria?

Quem abrir os olhos para observar, descobrirá um número infinito de objetos que podem ser revolvidos, mudados de um lugar para outro, despedaçados, ajustados e moldados de muitas maneiras e que, entretanto, “parecem ser indiferentes a todo esse movimento”. Pode-se dar mil e uma formas a um bloco de argila. Uma rocha pode rolar a esmo, fragmentar-se e ser triturada até ficar reduzida ao mais fino pó.

O indivíduo que tenha notado esses fatos sabe, também, que outros objetos parecem *importar-se* com o que lhes acontece. De fato, encontra provas de que fazem planos para o futuro e se esforçam para executá-los. Um homem, por exemplo, parece traçar planos para suas ações e resistir às forças que queiram desviá-lo de seu objetivo, podendo moldar o ambiente para que se adapte aos planos. Entra numa região estéril, arquiteta planos para um gigantesco sistema de irrigação, constrói-o e acaba transformando a região num moderno Éden de flores, árvores e relva verdejante.

A diferença entre a rocha e o homem, segundo muitos filósofos, encontra-se no fato de, no último, haver um espírito, o que não se dá com a rocha. O espírito, argumentam, controla a parte do indivíduo que não é espírito, chamada *matéria*.

Os primeiros povos, dos quais temos conhecimento, notaram essa diferença entre os objetos. Observaram-na até dentro de si mesmos. Sentiram o corpo, como composto de matéria, mas estavam vagamente conscientes de que ela era animada por alguma coisa diferente e dela distinta. Tanto quanto podemos remontar aos primeiros tempos da atividade do pensamento humano, verificamos que o homem reconhecia a diferença entre o espírito e a matéria, colocando o primeiro num reino mais elevado.

As primeiras crenças sobre espírito e matéria achavam-se ligadas às relacionadas à alma e ao corpo. Na infância da Humanidade, a alma, aquilo que torna o homem diferente de outras coisas, não estava claramente definida ou compreendida. De fato, em muitas regiões, os primeiros homens

acreditavam que tudo no mundo tem alma, a rocha, a árvore, o rio, assim como o corpo. Mais tarde, com o desenvolvimento do homem, a idéia de espírito como propriedade peculiar dele e distinta da matéria, tornou-se mais clara.

Os gregos expuseram todas as fases desse desenvolvimento, desde a feição mais primitiva até uma clara distinção entre o espírito e a matéria. Os primeiros registros que deles temos revelam que eram adoradores da natureza e criam que tudo, nela, é dotado de alma. Aos poucos, desenvolveram a mitologia, ou série de histórias, acerca das atividades da natureza, a qual consideravam ter vida. Tendo distinguido, por fim, as coisas animadas das inanimadas, não mais consideraram as rochas e árvores como dotadas de alma; criam que deuses as governavam. Foi o período das grandes teogonias ou genealogias dos deuses que governavam as coisas da natureza.

Ao amadurecer o espírito dos gregos, as invenções da fantasia e da infância da raça cederam lugar a estudos mais minuciosos sobre a natureza e o homem. Os deuses foram colocados num reino de glória celeste e de paz; a natureza passou a ser considerada dotada de vida, porém destituída de alma; e o homem passou a ser tido como uma singular combinação de alma e corpo. Os gregos, então, começaram a estudar o mundo e a si mesmos. Aproximavam-se cada vez mais da crença de que deve haver clara distinção entre os dois aspectos do mundo: de um lado, a matéria, e de outro, o espírito. A realização final dessa distinção, contudo, seguiu um processo longo e difícil.

O Espírito e a Matéria Conforme Apresentados Pelos Primeiros Pensadores Gregos

Os primeiros filósofos gregos interessaram-se pelo problema da natureza do universo. Viram-no composto de uma ou mais substâncias originais e simples. Para explicar o fato de se transformarem essas substâncias básicas em o universo, apresentaram uma força que, de certo modo, as movimentava. *Anaximandro*, por exemplo, afirmava que o *infinito* era a substância básica, eterna e imperecível. Dotou-a, porém, de movimento eterno, a fim de explicar como surgiu o universo da maneira por que ele e seus adeptos o viam. Temos aí uma primeira distinção entre a massa, ou substância, e a força que a move e a transforma em objetos e coisas.

Essa distinção atravessou a primeira filosofia grega. Cada filósofo sugeriu alguma substância ou princípio básico, de que se compõe o universo, e explicou-lhe o aparecimento, acrescentando outro fator que a distinguiu da substância básica e fazia assumir as muitas formas que vemos em redor de nós, no mundo.

Heráclito tentou apresentar a substância originária e a causa das formas que assume como uma só e a mesma, ao sustentar que o princípio básico do universo foi o fogo, como símbolo da transformação. Via incessantes atividades por toda a parte e, raciocinando, declarou que essa transformação ou atividade era tudo o que havia no universo. Achava, contudo, que além dessa transformação existia alguma entidade que transformava, algo diferente desse princípio de transformação.

Quando passou a falar sobre o homem, Heráclito revelou claramente esse fato. Fez uma distinção entre o corpo do homem e a sua alma. O corpo era material e a alma tinha afinidades com a razão divina. Vemos, pois, mesmo em Heráclito, uma distinção entre aquilo que move e aquilo que é movido.

Vamos encontrar em *Parmênides* a idéia de que o pensamento ou espírito é, de certo modo, o criador ou a causa daquilo que não é espírito. É este o princípio que, desenvolvendo-se mais tarde, passou a presidir o grande movimento idealista. Parmênides argumentava que o ser e o pensamento são um só e o mesmo, pois aquilo que não pode ser *pensado* não pode existir, e o que não pode existir não pode ser *pensado*. Para ele, pensamento ou espírito, e ser ou substância são idênticos. Toda realidade, afirmava, é dotada de espírito, e este é, de modo não muito claro, para ele, a causa de tudo. O espírito faz existir a matéria; cria-a. Se bem que Parmênides não percebesse tudo o que essa teoria implicava e nela não se mantivesse firmemente, vemos em seus escritos o prenúncio de uma das grandes teorias concernentes ao espírito e à matéria, a de que o espírito é tudo que existe, e, aquilo que chamamos matéria, criação do espírito para seus próprios fins.

Ao tempo de *Anaxágoras*, durante o século V A.C., vamos encontrar uma exposição clara da teoria de que todo movimento é causado pelo espírito ou *nous*, distinto da substância que se move. Esse espírito, segundo Anaxágoras, é a fonte de todo o movimento, uma fonte livre. Mais ainda, conhece todas as coisas do passado, do presente e do futuro e é quem dispõe e causa todas as coisas.

Os *sofistas* não se interessaram em explicar a natureza do universo. O fato é que muitos deles achavam que toda tentativa, para a descoberta de sua origem ou para localizar a primeira substância, ou substâncias, de que tudo o mais foi criado, não passava de tolice. Concentraram a atenção no homem e, especialmente, em seu espírito. Consideravam ser o espírito o eixo em torno do qual tudo o mais gira. Toda verdade é, segundo eles, medida pelo espírito do indivíduo, de modo que aquilo que o espírito de cada homem lhe diga ser verdadeiro o é, de fato. Os sofistas aceitavam, portanto, o dualismo “espírito e matéria” e afirmavam ser o espírito que determina todas as coisas.

Platão, Aristóteles e os Filósofos Gregos Posteriores

Segundo *Platão*, o espírito, a que ele também chamava alma, é a sede de todos os conhecimentos. As idéias implantam-se nele antes de se estabelecerem no corpo. O nascimento obscurece-o, de modo que o indivíduo se esquece do que antes o espírito sabia. Mas, por meio de um processo de dialética, é possível – acreditava Platão – fazer o espírito lembrar-se do que sabia antes de nascer. Todo conhecimento, sustentava ele, está localizado no espírito, conhecimento adquirido de experiências anteriores ao nascimento. O indivíduo adquire o conhecimento quando este é lembrado.

Platão apegou-se firmemente à idéia de que o universo se compõe de dois princípios: espírito e matéria. O primeiro é inteiramente distinto do segundo. A seu ver, a matéria é peso morto que o espírito carrega por ter-se emaranhado nela. É a matéria-prima na qual opera o espírito. Não tem for-

ma nem realidade, salvo quando o espírito atua sobre ela e lhe dá a forma para a vida. O espírito é a única realidade verdadeira, a coisa mais digna, o princípio das leis e da ordem do universo.

A matéria, morta e, portanto, escrava, recebe do espírito a impressão das idéias que ele experimentou no mundo ideal, idéias verdadeiras e reais. Toma a forma dessas idéias e conserva-a durante algum tempo. A árvore que você e eu vemos não é uma árvore real para Platão. Surgiu porque o espírito tomou alguma matéria e nela imprimiu a idéia de árvore. A verdadeira árvore, a árvore real, só existe no reino das idéias e foi vista pelo espírito antes de nascer.

Platão recorre a um mito para explicar como o espírito, puro e imaculado, se envolveu a princípio com a matéria. Diz que ele existia numa estrela em sua forma pura e viu-se possuído do desejo de passar para o mundo dos sentidos. Veio então a ficar prisioneiro num corpo. Dele procura libertar-se, pois quer voltar para a estrela. Naturalmente não é essa uma explicação satisfatória; é evidente que, nesse ponto, Platão não estava muito seguro de si. Estava percebendo o que viria a ser, mais tarde, um problema difícilimo: explicar a relação entre a matéria pura e o espírito puro. Como podem essas coisas, tão opostas, chegar a ter qualquer relação entre si? O problema tem desafiado os filósofos até hoje. Platão não pôde resolvê-lo; mantém-se ainda insolúvel.

Aristóteles não pôde solucioná-lo, mas percebeu que a solução jazia na íntima relação entre os dois. Para ele, o espírito está na matéria como princípio formador, como sua forma. Afirmava que não pode haver matéria sem espírito nem espírito sem matéria. Mesmo as formas inferiores da matéria, conhecidas, têm forma e, portanto, têm espírito. À medida que avançamos na escala até ao homem, vamos encontrar um espírito mais claro. Contudo, o espírito está em toda a parte.

O espírito, pois, para *Aristóteles*, não se acha fora da matéria como afirmava Platão, porém dentro dela, como causa de tudo o que existe. A matéria tem existência e oferece resistência ao espírito, que tenta dar-lhe forma. É, também, o terreno dos seres e deve, portanto, procurar certo meio para ser moldado. O espírito tem, pois, na matéria, um auxiliar que é, ao mesmo tempo, antagonista e cooperador.

Os *epicuristas*, em seus esforços para explicar a relação entre o espírito e o corpo, recorreram aos trabalhos de Demócrito. Esse antigo filósofo alegava que toda percepção dos sentidos resulta de *ídolos* ou imagens que os objetos expõem e atingem os órgãos dos sentidos. Por exemplo, quando contemplo uma cadeira, meus olhos estão sendo bombardeados pelos pequenos ídolos da cadeira, a qual constantemente os expõe. Essas imagenzinhas percorrem o espaço até aos meus olhos, e, então, eu vejo a cadeira.

O mesmo se dá – argumentavam os epicuristas – quando, por exemplo, quero correr. A imagem de *correr* surge no espírito. Este afeta a alma com a imagem. Como a alma está espalhada por todo o corpo, afeta-o com a imagem e o corpo corre. Isso parece muito cru e inacreditável hoje em dia, mas foi uma séria tentativa para explicar como o espírito, tão dife-

rente da matéria, pode, quando tem uma idéia, afetar a matéria e fazer com que o corpo aja de conformidade com a idéia.

Os *estóicos* afirmavam que o espírito é material tanto quanto a matéria, porém, de textura mais fina. É a centelha do fogo divino. É, segundo eles, a alma que se torna racional ou adquire o poder do pensamento conceptual. O espírito é, pois, distinto da matéria apenas em grau, não em espécie.

Os *céticos*, como Pirro, por exemplo, sustentavam que é impossível provar a existência da matéria, pois tudo que temos são idéias ou pensamentos. É impossível demonstrar existir algo que corresponda aos nossos pensamentos. Precisamos agir de acordo com eles, esperando obter o que esperamos, mas sem certeza alguma. O espírito existe; quanto à matéria, não há prova de sua existência.

Teorias de Filon e Santo Agostinho

Ao entrar o pensamento grego em contato com o pensamento religioso judaico de homens, como *Filon*, por exemplo, procurou-se encontrar uma base para conciliar as idéias de ambas as teorias sobre o pensamento. Filon, fundamentalmente interessado na religião, considerava Deus o espírito do mundo que dá forma à matéria. Assim, para ele, o universo compõe-se de espírito e matéria. O pensamento puro, *nous*, constitui a principal essência do homem, sendo a matéria, ou corpo, aquilo em que o espírito opera. Por conseguinte, no homem, o espírito controla o corpo, ou matéria, da mesma maneira que o espírito do mundo, Deus, controla a matéria no mundo. Deus acrescentou a inteligência pura à alma, ligando assim o homem, no mundo, à divindade.

O Cristianismo trouxe à baila a idéia de que a matéria é a fonte de todos os males, os quais devem ser evitados. A matéria oprime a alma e deve, portanto, ser repudiada pela alma, se se quer obter a salvação. Embora os primeiros filósofos julgassem a matéria algo inferior ao espírito, morta, ou o material no qual o espírito atua, não a degradaram completamente como o fizeram, caracteristicamente, os cristãos. Mais ainda, não há o desejo ardente de escapar à matéria, desejo nascido do medo dela. Os primeiros cristãos doutrinavam que a matéria é a fonte de todos os males e que a salvação do homem estava em fugir dela e voltar para o puro espírito de Deus.

Santo Agostinho reconhecia a diferença entre o espírito e a matéria, no homem, mas afirmava que a verdade não é algo que o espírito humano cria. É, segundo ele, algo que existe independentemente do espírito, tendo sua fonte em Deus. O espírito pode descobrir a verdade, do mesmo modo que o espírito de Platão via idéias no mundo ideal. No conceito de Santo Agostinho, o espírito de Deus é a morada das idéias e da verdade.

Teorias dos Pensadores Cristãos Medievais

O Cristianismo ressaltou outro princípio que causou poderoso efeito sobre o homem. Não só depreciou a matéria, apresentando-a como fonte de males, como também o próprio espírito humano. Fê-lo para elevar Deus ao lugar, no universo, que os pensadores cristãos acreditavam devia Ele ocupar.

O espírito humano, doutrinavam os filósofos cristãos, é um instrumento pobre e ineficiente. Está cheio de erros e faltas. O homem pode, naturalmente, usá-lo para raciocinar, mas suas conclusões devem estar de conformidade com a autoridade divina. Não se pode permitir, a quem quer que seja, que chegue a uma conclusão através da atividade do espírito que conteste, de uma forma ou outra, os editos da autoridade. Acreditava-se que a Igreja e suas doutrinas são o princípio fundamental da verdade. Santo Agostinho afirmava que a verdade é independente do espírito humano. A função, pois, do espírito não é criar a verdade, mas descobri-la.

Quando a Igreja dizia ser verdadeira certa doutrina, o espírito humano tinha que aceitá-la sem contestar. *Anselmo* defendeu vigorosamente esse ponto. Argumentava que o espírito humano pode tentar compreender as doutrinas da Igreja e, caso não as possa compreender, mesmo assim as deve aceitar. Eis a primeira atitude assumida pelos pensadores cristãos: quanto mais contraditória uma coisa para a razão, tanto mais fé requer para nela se crer. O espírito humano jamais deve duvidar. A crença deve preceder a razão.

Abelardo, ao adotar o ponto de vista de que a fé deve preceder a razão, ia contra uma longa e venerável tradição. Mas não duvidou sequer um momento que a razão provasse serem verdadeiras as doutrinas cristãs. Inclina-se a dar ao espírito humano liberdade para contestá-las, mas estava convicto de que o verdadeiro raciocínio faz o espírito aceitá-las como verdadeiras, colocando-as acima de qualquer dúvida. Uma vez, porém, que se permita ao espírito humano contestar uma doutrina cristã, a estabilidade desta corre perigo. O homem não mais será torturado pela autoridade e aventurar-se-á a impugnar a doutrina. O espírito humano, que ficou durante muitos séculos preso a um corpo de doutrinas aceitas, começou, depois de *Abelardo*, a sondar um caminho que o conduzisse à independência.

O resultado não deixou de ser quase revolucionário. Atenuadas as limitações, começou o homem a meditar sobre muitos problemas e a contestar muitas doutrinas, o que não ousara fazer anteriormente. Começou a exercitar o espírito e a debater inúmeros problemas que, até então, evitara discutir, até mesmo os que não tinha vislumbrado anteriormente. Era a alvorada de um mundo novo e empolgante.

Tomás de Aquino, embora desenvolvesse uma teoria fundamentalmente religiosa, procurou defender o espírito humano, esforçando-se em demonstrar que o mundo, como revelação de Deus, é racional. Reconhecendo o poder do espírito, procurou mostrar que o Cristianismo, conforme a interpretação da Igreja, é logicamente consistente. Ao fazê-lo, enquadrou-se na teoria que se tornava tão importante, segundo a qual o espírito humano se transformava celeremente em tribunal de última instância. Não era mais possível a qualquer instituição, mesmo à Igreja, menosprezar a razão humana ou insultá-la, propondo doutrinas inconsistentes com os melhores fundamentos que o espírito conhecesse.

Era claro, para *Tomás de Aquino*, ser o homem espírito e matéria e acharem-se ambos intimamente ligados. Não acreditava, contudo, que o espírito estivesse ligado ao corpo de tal forma que não pudesse funcionar

mais ou menos livre dos males da matéria. Mesmo que esta seja a sede do mal, o espírito pode criticá-la e fugir dela e de suas tentações.

Rogério Bacon e Paracelso

Com a ascensão das Ciências Naturais, o espírito humano começou a ocupar um lugar mais importante no esquema das coisas. *Rogério Bacon*, uma interessante mistura de monge medieval e letrado cientista moderno, deteve-se a meio caminho entre o antigo ponto de vista religioso e o mais moderno, o da confiança na força do espírito. Dispôs-se a usar o espírito para compreender a matéria e, em pequeno grau, controlá-la. Surpreendeu-se ao descobrir que não só podia conhecê-la como controlá-la. Nele, vemos o símbolo da Humanidade procurando galgar alturas, o do espírito atacando o mundo da matéria e obtendo êxitos que incentivavam novos ataques, e uma crescente confiança no poder do espírito.

Era inevitável que o pensamento livre assumisse um lugar cada vez mais proeminente no novo mundo que surgia. O homem, à medida que pensava e apreciava o próprio pensamento, começou a pensar mais e, gradativamente, foi se revoltando contra as autoridades que lhes negavam o direito de pensar. O êxito dava coragem e, desta, resultava maior uso do espírito e novos sucessos. O processo, uma vez iniciado, não mais cessou.

Não se podia naturalmente evitar que os primeiros clarões do êxito levassem a extravagâncias, a um excesso de entusiasmo sobre o poder do espírito. Num homem, como *Paracelso*, por exemplo, vemos provas desse excesso. Ele imaginou pequenos atalhos na estrada do domínio mental do mundo; sugeriu muitas coisas estranhas que hoje em dia parece não passarem de meras superstições. A alquimia e a magia afiguravam-se-lhe os meios pelos quais o espírito podia dominar a matéria.

Essas fantasias, porém, logo seriam corrigidas por homens que enxergavam mais longe e com mais clareza. Os grandes cientistas, entre os quais *Galileu*, *Kepler*, *Newton*, etc., perceberam que o domínio sobre o conhecimento da matéria, pelo espírito, constituía uma tarefa muito longa e árdua, que exigia minuciosos estudos e uma crescente argúcia para sua compreensão. Colocaram o homem nessa acidentada estrada de um modo explícito e provaram, pelos êxitos obtidos, que era a única estrada que conduziria ao sucesso.

Francis Bacon e Hobbes

Surgiu então *Francis Bacon* (não confundi-lo com Rogério Bacon), um homem que pôde apreender o espírito moderno da confiança na força do espírito humano, e a ciência, também moderna, e entrelaçá-los, de modo a sugerir um método pelo qual o espírito pudesse dominar o mundo. Mostrou como essa nova força podia ser empregada e como podia indicar o caminho para o êxito.

Considerando hoje o método de Francis Bacon, vemo-lo que era bem simples. Primeiramente, ele eliminava do espírito todos os *ídolos* ou os falsos processos de raciocínio. Depois, o espírito, como instrumento livre, podia atacar o mundo por meio de cuidadosas observações e da compilação e interpretação dos dados. Era o método de *indução*, pelo qual, partindo de inúmeras provas, se chega a um princípio geral que explica os da-

dos coligidos. Era um método que o espírito podia empregar e que, segundo Bacon, conduziria indubitavelmente ao êxito. Bacon estabeleceu, pois, uma norma para o raciocínio, incitando o homem a pensar clara e meteticulosamente.

A questão sobre a relação existente entre o espírito e a matéria, contudo, surgiria inevitavelmente. Embora alguns filósofos anteriores tivessem atacado o problema, nada puderam fazer senão esboçar-lhe os contornos. Aconteceu, porém, que, durante aqueles primeiros tempos de Renascença, o homem estava empolgado pela nova força que estava descobrindo, e o problema mergulhou na obscuridade. O homem mostrava-se mais interessado em empregar o espírito do que inquirir sobre ele. Mais cedo ou mais tarde, porém, o problema surgiria novamente para exigir uma solução.

Com *Thomas Hobbes* temos a primeira tentativa moderna para explicar a relação entre o espírito e a matéria. Sendo materialista e acreditando que se podia explicar tudo em termos materiais, Hobbes afirmava ser o espírito movimento no cérebro. Em outros tópicos, refere-se ao espírito como substância, corpo sutil, na cabeça. Quando o espírito abriga uma idéia, isso nada mais representa do que movimento da substância material, no cérebro. Nesse ponto Hobbes pareceu resolver o problema da relação entre o espírito e a matéria, afirmando que o espírito é matéria, não existindo nenhuma diferença entre um e outro. O espírito é simplesmente matéria mais sutil que a do corpo. Era a explicação antiga.

Mas, conquanto fosse materialista, Hobbes não pareceu satisfeito com essa explicação. Em outras passagens, vemo-lo falando sobre processos mentais mais como aparências e efeitos do movimento do que movimento propriamente dito. A consciência vem em seguida ao movimento, como efeito deste. Essa teoria é conhecida, na filosofia moderna, como *epifenomenalismo*

Embora, pois, Hobbes procurasse explicar o espírito em termos de matéria, não se satisfez muito com os resultados, parecendo, às vezes, deixar-se levar para um dualismo, de um lado o movimento, e de outro, o efeito do movimento.

Descartes e Espinosa

Descartes viu-se desafiado pelo mesmo problema. Não procurou esquivar-se ao debate, declarando claramente que, a seu ver, o universo compreende duas substâncias, espírito e corpo, fundamentalmente diferentes. Se o espírito é inteiramente diferente do corpo, ou matéria, como pode afetar ou fazer mover o corpo? Como se explica, então, que, se uma pessoa desejar andar, anda?

É vaga e confusa a solução que *Descartes* oferece. Insistindo em apegar-se ao seu dualismo, total e absoluto, sentiu dificuldade em explicar a interação. O espírito, diz-nos ele, é perturbado pela matéria por meio dos processos que se verificam no corpo. Em outro trecho, apresentou uma interessante explicação sobre a interação, mas não completamente satisfatória. Sugeriu que o corpo e o espírito podem fazer contato com a glândula pineal, uma pequena glândula no cérebro. O corpo ou o espírito move-a. Qualquer que seja o caso, o movimento é transmitido ao outro que, então,

também se move: Eu quero andar; transmito o movimento à glândula pineal; esta o transmite ao corpo, e eu ando.

Essa teoria insatisfatória prova que Descartes, tendo-se baseado em seus princípios sobre as diferenças entre o espírito e a matéria, não pôde encontrar qualquer explicação para o fato experimentado da interação. Parece que ele devia negar a interação, deixar a questão sem ser resolvida ou adotar a teoria de que o espírito e a matéria são bastante semelhantes para poderem afetar um ao outro.

Os sucessores de Descartes rejeitaram a idéia de interação e procuraram explicar a relação entre o espírito e a matéria por outro princípio. *Arnold Guelincx* ensinou que Deus, desde o começo, dispôs o mundo de tal forma que, ao ter o espírito uma idéia, a matéria se movimenta como se tivesse sido afetada; mas, verdadeiramente, não existe interação. Deus criou o mundo e, nesse momento, determinou tudo de tal modo que, ao ter meu espírito a idéia de andar, meu corpo anda. Escreveu Guelincx: “Deus, em sua infinita sabedoria, instituiu leis de movimento a fim de que este, que é inteiramente independente de minha vontade e poder, coincida com minha livre volição.”

Nicolau Malebranche afirmava que não sentimos o mundo da matéria e, por ele, não somos afetados. Deus, sendo um espírito, exerce a influência sobre o nosso, de modo a julgarmos sentir o mundo material. De fato, disse Malebranche: “Se Deus tivesse destruído o mundo criado e continuasse a afetar-me como faz agora, eu continuaria a ver o que vejo e acreditaria que este mundo (criado) existe, pois não é este mundo que age sobre meu espírito, mas o próprio Deus.”

Outro ponto de vista sustentado por muitos cartesianos foi o seguinte: Toda vez que algo acontece na matéria, Deus nos afeta para que julgemos ficar influenciados pelo acontecimento. Essa teoria é conhecida por *ocasionalismo*; o evento, no mundo da matéria, é a ocasião para Deus agir sobre nós.

Essas teorias, naturalmente, não são satisfatórias. Apresentam Deus como uma espécie de artista apresentando um número teatral, no qual nos mistifica por meio de artifício. Ficamos tentados a perguntar: Se Deus criou o mundo, por que criou tal situação? Não teria sido mais fácil ter criado um mundo, no qual o espírito e a matéria exercessem ação mútua?

Os filósofos, porém, não se sentiram satisfeitos. Esforçaram-se por encontrar uma teoria mais aceitável sobre a relação entre o espírito e a matéria. *Espinosa* declarou que ambos são atributos de uma só e mesma substância, Deus. Segundo ele, os dois atributos são absolutamente independentes um do outro, e um não pode afetar o outro. Sendo, porém, atributos de Deus, temos então o pensamento e a ação movimentando-se paralelamente, constituindo ambos o pensamento e a ação de Deus. É a teoria do *paralelismo psicofísico*. Meu espírito – argumentava Espinosa – é um modo do atributo pensante Deus; meu corpo, o modo do atributo, prolongado de Deus. Ao meu pensamento corresponde a ação no corpo, de modo que meu espírito parece afetar o corpo; mas não existe, verdadeiramente, influência direta.

Locke, Berkeley e Hume

John Locke renunciou à tentativa de fazer duas coisas diferentes afetarem uma à outra. Seu pensamento parte da tese de que o espírito é uma espécie de tabuinha em branco, na qual o mundo da matéria escreve por meio de sensações. Esse espírito não tem idéias inatas, mas tem o poder de dispor as impressões de maneira a produzir um sistema de pensamentos consistentes. Segundo Locke, o espírito e o corpo existem como coisas reais, porém, exercem ação mútua. O corpo age sobre o espírito e produz sensações. Locke despende muito tempo desenvolvendo essa tese, mas, ao de-
frontar-se com a questão de como as duas substâncias diferentes exercem ação mútua, atrapalha-se; sem que o queira, cai no ocasionalismo.

George Berkeley, aceitando o dualismo *espírito e corpo*, como ponto de partida, concluiu que a matéria não existe, sendo o espírito a única coisa que podemos provar como existente. A matéria, crença que conduz ao ateísmo e ao materialismo, conforme argumentava ele, não existe. Existir significa ser percebido; portanto, os corpos não têm existência sem espírito. O espírito cria o mundo material, que tem existência somente no espírito. É a teoria idealista na filosofia moderna.

David Hume foi mais além, mostrando que, com base no dualismo de Locke, não se pode provar até mesmo a existência do espírito. Tudo o que podemos provar é que as idéias, as impressões, vêm umas após outras, não se podendo provar donde vêm. Segundo Hume, não existe mundo material nem espírito, mas tão-somente uma sucessão de impressões.

A filosofia não se sentia inclinada a submeter-se a essa teoria muito lógica. Como era lógica, os filósofos começaram a perguntar se não poderiam ser falsas as premissas – dualismo *espírito e matéria* - nas quais se baseava.

Teoria de Leibnitz

Leibnitz atacou o problema afirmando que o corpo, ou matéria, não é algo morto e estático, mas composto de muitas mônades ou centros de força. Essas mônades diferem, em clareza de suas percepções, e o espírito compõe-se dessas percepções. Toda mônade, ou centro de força, tem o poder de percepção. Quanto mais elevada a mônade, tanto mais clara é a percepção.

Segundo ele, o organismo humano contém uma mônade central ou *mônade-rainha*, que tem diante de si a representação de todo o corpo. Deus, ao criar o mundo, dispôs as coisas de modo a que as mônades, que compõem o corpo, e a *mônade-rainha* estejam em perfeita harmonia. “As almas – escreveu ele – agem, segundo as leis das causas finais, por meio de desejos, fins e meios. Os corpos, segundo as leis do movimento ou causas eficientes. E esses dois reinos acham-se em harmonia um com o outro.

Evidencia-se que, nesse ponto, Leibnitz tentou afastar até certo ponto a completa diferença entre o espírito e a matéria, sustentando que ambos são centros de força, sendo a *mônade-rainha* simplesmente mais clara e mais perfeita que as que compõem a matéria, ou corpo. Conquanto nenhuma mônade, seja *rainha* ou outra menos clara, possa afetar outra, existe, en-

tretanto, certa relação entre elas. O espírito, ou a mônade-alma, mantém sua posição por ser a melhor, não por ser algo diferente das outras.

Kant e os Filósofos Alemães Posteriores

Com *Kant* surgiu uma teoria bem definida sobre o espírito, como única fonte do conhecimento. Embora admitisse a existência de um mundo diferente do mundo do espírito, mundo do qual o último recebe impressões, afirmou que o espírito não pode conhecer este mundo, esta *coisa-em-si-mesma*. O espírito recebe impressões segundo sua natureza ou suas categorias e molda-as em padrões que não se harmonizam com o mundo fora dele e sim com a natureza do espírito.

Conhecemos, pois, somente aquilo a que o espírito dá forma e a molda. Por causa das necessidades de natureza moral, podemos crer na existência dessa *coisa-em-si-mesma*, mas o espírito não pode prová-lo, tampouco provar que seja destituída de espírito. Estamos encerrados em nosso espírito e temos que interpretar tudo em termos dele. O espaço e o tempo, por exemplo, não são realidades que existam por si, porém, por meios que o espírito possui para receber sensações e dar-lhes forma. “Elimine-se o indivíduo pensante – argumentava Kant – e todo o mundo corpóreo desaparecerá, pois ele nada mais é que aparência, na sensibilidade do indivíduo.”

O ponto de vista de Kant deu origem ao grande movimento idealista alemão do século XVIII. Os filósofos que o seguiram acharam que a única solução para o problema do espírito e da matéria estava em eliminar esta última. Parecia ser esta a concepção mais lógica. O espírito parecia evidente, mas a matéria tinha que ser interpretada como algo diferente e fora do espírito. Isso, porém, trouxe à baila o problema de como essas duas coisas, tão diferentes, pudessem atuar uma sobre a outra. O problema, e todas as suas dificuldades, podiam ser eliminados abolindo-se a matéria. Tal solução, conforme vimos, não era nova, mas foi grandemente fortalecida pelos trabalhos de Kant. Ele indicou o caminho e ofereceu seguras provas de que era o certo e verdadeiro.

Johann Gottlieb Fichte tomou a deixa de Kant e argumentou que o espírito, ou *ego*, é tudo, nada havendo fora dele. Afirmou que a *coisa-em-si-mesma*, de Kant possivelmente não podia existir fora do espírito. Segundo ele, o mundo material é criação do espírito, servindo como princípio limitativo para o espírito. É uma projeção, no espaço, de objetos que só existem no espírito.

Contudo, segundo Fichte, o espírito que cria este mundo não é o do indivíduo; é o espírito universal, o *ego* absoluto, que precedeu e está acima de todos os indivíduos. É o criador do mundo material que só existe no espírito universal. O mundo material “não é um mundo de coisas mortas, dispostas numa ordem espacial, temporal e causal: é a revelação do princípio absoluto na consciência humana, e não poderia existir não fosse o *ego* universal”. Fichte procurou resolver o problema tornando a matéria uma criação do espírito e negando-lhe qualquer existência diferente da que lhe é fornecida por este.

Friedrich Wilhelm Schelling apoiou-se em Fichte ao desenvolver sua teoria sobre o espírito. Para ele, o espírito absoluto limitou-se a criar o

mundo material. Mas este é vivo, embora esteja em nível inferior e menos claro. Verdadeiramente, apenas existe uma diferença de grau entre o mundo material e o espírito. Ambos são espírito de certa espécie.

Abordando a questão um tanto diferentemente, *Hegel* segue a mesma tradição idealista. Em seu entender, a evolução do espírito atravessa três fases: a do espírito subjetivo, a do espírito objetivo e a do espírito absoluto. O espírito subjetivo depende da natureza como alma, à qual se contrapõe como consciência e com ela se concilia como espírito. Em seu ponto mais elevado, é o criador do mundo que ele conhece.

Para Hegel, o espírito é o criador do mundo material; vamos, portanto, descobrir tanto no mundo como no espírito os mesmos princípios dialéticos. Hegel encontra, em todo o mundo, o espírito criando e concretizando-se em objetos e instituições.

A tradição idealista, desenvolvida do pensamento de Kant, predominou durante um século na Alemanha. Não satisfazia, porém, a todos os filósofos. Muitos acreditavam que o mundo material é demasiado real para ser explicado simplesmente como criação do espírito, fosse individual ou absoluto. *Herbart* é o representante dessa teoria. Sustentou que as *coisas-em-si-mesmas* existem, não sendo o mundo simples idéia nossa. Baseou seu pensamento na premissa de que a experiência constitui a única fonte do conhecimento.

Toda sensação é a sensação de alguma coisa fora do espírito. Deve haver, portanto, um mundo real que afeta o espírito. Segundo Herbart, esse mundo compõe-se de muitos princípios simples ou *reais*. O mundo dos *reais* é estático e imutável. A alma é um *real* que se impõe sobre outros *reais*, produzindo, assim, sensações em si. Estas, organizadas, constituem o espírito. Para Herbart, a vida mental é a fusão muito complicada de idéias, união e organização de sensações que passam a ser idéias ou unidades, do espírito. Este é, pois, material e da mesma natureza geral do mundo material.

Bradley, Royce e Bergson

Há três respostas principais à questão da relação entre o espírito e o mundo material. Uma, a do Idealismo, que afirma ser o espírito, de certo modo, o criador daquilo que aparece como matéria. O método, pelo qual ele cria a matéria, pode ser julgado diferentemente por vários idealistas, mas, em todos os casos, é o espírito a coisa real, sendo a matéria criação do espírito, dele dependente para sua própria existência. Os mais recentes idealistas, *F. H. Bradley*, *Josiah Royce*, *Henri Bergson* e outros, desenvolvem de um modo ou outro essa tese.

Comte, James, Dewey e Santayana

Outra maneira de encarar a questão é-nos apresentada pelo Realismo. Nele, sustenta-se que o espírito e o mundo material são verdadeiramente materiais. Os realistas afirmam que o espírito constitui outra forma do mundo material, talvez mais aprimorada, porém, na realidade, material. Representantes recentes do Realismo são os positivistas – *Augusto Comte* – e os pragmatistas – *William James* e *John Dewey*.

Embora diverjam em muitos aspectos, concordam em ser o espírito uma espécie de conduta. Temos, por exemplo, ações de tal natureza que parecem destituídas de espírito. Outras têm natureza diferente, e a elas podemos referir-nos como guiadas pelo espírito ou tendo dele características. Assim, para esses filósofos, o espírito não é uma *coisa* e sim uma espécie de conduta.

Dada a importância moderna às Ciências Naturais e o fato de muitos filósofos deixarem de dar uma interpretação espiritual ao mundo, a teoria idealista ficou à margem. O ponto de vista materialista pareceu mais lógico, no mundo das Ciências Naturais. *Bertrand Russel* apresenta-se mais à vontade, nesse mundo moderno, do que *Jorge Santayana*. John Dewey exprimiu os pensamentos do homem da oficina e da rua, do homem de *bom senso*, de modo mais completo que Fichte ou Hegel.

Mas, com o advento do mundo de hoje, no qual os homens contestam seriamente as premissas materialistas, há indicação de que se vislumbra no horizonte nova forma de idealismo. O materialismo não parece explicar completamente os valores, as experiências, os ideais e as aspirações. Há uma crescente sensação entre os filósofos de hoje, de que o próximo grande passo da Filosofia será para um novo idealismo.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

O LIVRO DOS ESPÍRITOS

ALLAN KARDEC

ELEMENTOS GERAIS DO UNIVERSO

I – CONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DAS COISAS

17. Pode o homem conhecer o princípio das coisas?

– Não. Deus não permite que tudo seja revelado ao homem, aqui na Terra.

18. O homem penetrará um dia o mistério das coisas que lhe estão ocultas?

– O véu se ergue na medida em que ele se depura; mas, para a compreensão de certas coisas, necessita de faculdades que ainda não possui.

19. O homem não poderá, pelas investigações da Ciência, penetrar alguns dos segredos da Natureza?

– A Ciência lhe foi dada para o seu adiantamento em todos os sentidos, mas ele não pode ultrapassar os limites fixados por Deus.

Quanto mais é permitido ao homem penetrar nesses mistérios, maior deve ser a sua admiração pelo poder e a sabedoria do Criador. Mas, seja por orgulho, seja por fraqueza, sua própria inteligência o torna frequentemente joguete da ilusão. Ele acumula sistemas sobre sistemas, e cada dia que passa mostra quantos erros tomou por verdades e quantas verdades repeliu como erros. São outras tantas decepções para o seu orgulho.

20. Pode o homem receber, fora das investigações da Ciência, comunicações de uma ordem mais elevada sobre aquilo que escapa ao testemunho dos sentidos?

– Sim, se Deus o julgar útil, pode revelar-lhe aquilo que a Ciência não consegue apreender.

É através dessas comunicações que o homem recebe, dentro de certos limites, o conhecimento do seu passado e do seu destino futuro.

II – ESPÍRITO E MATÉRIA

21. A matéria existe desde toda a eternidade, como Deus, ou foi criada por Ele num certo momento?

– Só Deus o sabe. Há, entretanto, uma coisa que a vossa razão deve indicar: é que Deus, modelo de amor e de caridade, jamais esteve inativo. Qualquer que seja a distância a que possais imaginar o início da sua ação, podereis compreendê-lo um segundo na ociosidade?

22. Define-se geralmente a matéria como aquilo que tem extensão, que pode impressionar os sentidos e é impenetrável. Essa definição é exata?

– Do vosso ponto de vista, sim, porque só falais daquilo que percebeis. Mas a matéria existe em estados que não conheceis. Ela pode ser, por exemplo, tão etérea e sutil que não produza nenhuma impressão nos vossos sentidos; entretanto, será sempre matéria, embora não o seja para vós.

22-a. Que definição podeis dar da matéria?

– A matéria é o liame que escraviza o espírito; é o instrumento que ele usa, e sobre o qual, ao mesmo tempo, exerce a sua ação.

De acordo com isto, pode-se dizer que a matéria é o agente, o intermediário, com a ajuda do qual e sobre o qual o espírito atua.

23. Que é o espírito?

– O princípio inteligente do Universo.

23-a. Qual é a sua natureza íntima?

– Não é fácil analisar o espírito na vossa linguagem. Para vós, ele não é nada, porque não é coisa palpável; mas, para nós, é alguma coisa. Ficai sabendo: nenhuma coisa é o nada e o nada não existe.

24. Espírito é sinônimo de inteligência?

– A inteligência é um atributo essencial do espírito; mas um e outro se confundem num princípio comum, de maneira que, para vós, são uma e a mesma coisa.

25. O espírito é independente da matéria ou não é mais do que uma propriedade desta, como as cores são propriedades da luz e o som uma propriedade do ar?

– São distintos, mas é necessária a união do espírito e da matéria para dar inteligência a esta.

25-a. Esta união é igualmente necessária para a manifestação do espírito? (Por espírito, entendemos aqui o princípio da inteligência, abstração feita das individualidades designadas por esse nome).

– É necessária para vós, porque não estais organizados para perceber o espírito sem a matéria; vossos sentidos não foram feitos para isso.

26. Pode-se conceber o espírito sem a matéria e a matéria sem o espírito?

– Pode-se, sem dúvida, pelo pensamento.

27. Haveria, assim, dois elementos gerais do Universo; a matéria e o espírito?

– Sim, e acima de ambos Deus, o Criador, o pai de todas as coisas. Essas três coisas são o princípio de tudo o que existe, a trindade universal. Mas, ao elemento material é necessário ajuntar o fluido universal, que exerce o papel de intermediário entre o espírito e a matéria propriamente dita, demasiado grosseira para que o espírito possa exercer alguma ação sobre ela. Embora, de certo ponto de vista, se pudesse considerá-lo como elemento

material, ele se distingue por propriedades especiais. Se fosse simplesmente matéria, não haveria razão para que o espírito não o fosse também. Ele está colocado entre o espírito e a matéria; é fluido, como a matéria é matéria; susceptível, em suas inumeráveis combinações com esta, e sob a ação do espírito, de produzir infinita variedade de coisas, das quais não conheceis mais do que uma ínfima parte. Esse fluido universal, ou primitivo, ou elemento, sendo o agente de que o espírito se serve, é o princípio sem o qual a matéria permaneceria em perpétuo estado de dispersão e não adquiriria jamais as propriedades que a gravidade lhe dá.

27-a. Seria esse fluido o que designamos por eletricidade?

- Dissemos que ele é suscetível de inumeráveis combinações. O que chamais fluido elétrico, fluido magnético são modificações do fluido universal, que é, propriamente falando, uma matéria mais perfeita, mais sutil, que se pode considerar como independente.

28. Sendo o espírito, em si mesmo, alguma coisa, não seria mais exato, e menos sujeito a confusões, designar esses dois elementos gerais pelas expressões: matéria inerte e matéria inteligente?

- As palavras pouco nos importam. Cabe a vós formular a vossa linguagem, de maneira a vos entenderdes. Vossas disputas provêm, quase sempre, de não vos entenderdes sobre as palavras. Porque a vossa linguagem é incompleta para as coisas que não vos tocam os sentidos.

Um fato patente domina todas as hipóteses: vemos matéria sem inteligência e um princípio inteligente independente da matéria. A origem e a conexão dessas duas coisas nos são desconhecidas. Que elas tenham ou não uma fonte comum e os pontos de contato necessários; que a inteligência tenha existência própria, ou que seja uma propriedade, um efeito; que seja, mesmo, segundo a opinião de alguns, uma emanção da Divindade, – é o que ignoramos. Elas nos aparecem distintas, e é por isso que as consideramos formando dois princípios constituintes do Universo. Vemos, acima de tudo isso, uma inteligência que domina todas as outras, que as governa, que delas se distingue por atributos essenciais: é a esta inteligência suprema que chamamos Deus.

III – PROPRIEDADES DA MATERIA

29. A ponderabilidade é atributo essencial da matéria?

- Da matéria como a entendeis, sim; mas não da matéria considerada como fluido universal. A matéria etérea e sutil que forma esse fluido é imponderável para vós, mas nem por isso deixa de ser o princípio da vossa matéria ponderável.

A ponderabilidade é uma propriedade relativa. Fora das esferas de atração dos mundos, não há peso, da mesma maneira que não há alto nem baixo.

30. A matéria é formada de um só ou de muitos elementos?

- De um só elemento primitivo. Os corpos que considerais como corpos simples não são verdadeiros elementos, mas transformações da matéria primitiva.

31. De onde provêm as diferentes propriedades da matéria?

– Das modificações que as moléculas elementares sofrem, ao se unirem, e em determinadas circunstâncias.

32. De acordo com isso, o sabor, o odor, as cores, as qualidades venenosas ou salutares dos corpos não seriam mais do que modificações de uma única e mesma substância primitiva?

– Sim, sem dúvida, e só existem pela disposição dos órgãos destinados a percebê-las.

Esse princípio é demonstrado pelo fato de nem todos perceberem as qualidades dos corpos da mesma maneira: enquanto um acha uma coisa agradável ao gosto, outro a acha má; uns vêem azul o que outros vêem vermelho; o que para uns é veneno, para outros é inofensivo ou salutar.

33. A mesma matéria elementar é susceptível de passar por todas as modificações e adquirir todas as propriedades?

– Sim, e é isso que deveis entender, quando dizemos que tudo está em tudo. (Este princípio explica o fenômeno conhecido de todos os magnetizadores, que consiste em se dar, pela vontade, a uma substância qualquer, à água, por exemplo, as mais diversas propriedades: um gosto determinado. e mesmo as qualidades ativas de outras substâncias. Só havendo um elemento primitivo, e as modificações dos diferentes corpos sendo apenas modificações desse elemento, resulta que a mais inofensiva substância tem o mesmo princípio que a mais deletéria. Uma modificação análoga pode produzir-se pela ação magnética, dirigida pela vontade.

Assim, a água, que é formada de uma parte de oxigênio e duas de hidrogênio, torna-se corrosiva, se duplicarmos a proporção do oxigênio.)

O oxigênio, o hidrogênio, o azoto, o carbono, e todos os corpos que consideramos simples, não são mais do que modificações de uma substância primitiva. Na impossibilidade, em que nos encontramos ainda, de remontar de outra maneira, que não pelo pensamento, a essa matéria, esses corpos são para nós verdadeiros elementos, e podemos, sem maiores conseqüências, considerá-los assim até nova ordem.

33-a. Essa teoria não parece dar razão à opinião dos que não admitem, para a matéria, mais do que dois elementos essenciais: a força e o movimento, entendendo que todas as outras propriedades não são senão efeitos secundários, que variam segundo a intensidade da força e da direção do movimento?

– Essa opinião é exata. Falta acrescentar que, também, segundo a disposição das moléculas. Como se vê, por exemplo, num corpo opaco que pode tornar-se transparente e vice-versa.

34. As moléculas têm uma forma determinada?

– Sem dúvida que as moléculas têm uma forma, mas não a podeis apreciar.

34-a. Essa forma é constante ou variável?

– Constante para as moléculas elementares primitivas, mas variável para as moléculas secundárias, que são aglomerações das primeiras. Isso que chamais molécula está ainda longe da molécula elementar.

MUNDO ESPÍRITA OU DOS ESPÍRITOS

I – ORIGEM E NATUREZA DOS ESPÍRITOS

76. Como podemos definir os Espíritos?

– Podemos dizer que os Espíritos são os seres inteligentes da Criação. Eles povoam o Universo, além do mundo material.

NOTA – A palavra Espírito é aqui empregada para designar os seres extracorpóreos e não mais o elemento inteligente Universal.

77. Os Espíritos são seres distintos da Divindade, ou não seriam mais do que emanções ou porções da Divindade, por essa razão chamados filhos de Deus?

– Meu Deus! São sua obra, precisamente como acontece com um homem que faz uma máquina; esta é obra do homem, e não ele mesmo. Sabes que o homem, quando faz uma coisa bela e útil, chama-a sua filha, sua criação. Pois bem: dá-se o mesmo com Deus; nós somos seus filhos porque somos sua obra.

78. Os Espíritos tiveram princípio ou existem de toda a eternidade, como Deus?

– Se os Espíritos não tivessem tido princípio, seriam iguais a Deus, mas pelo contrário, são sua criação, submetidos à sua vontade. Deus existe de toda a eternidade, isso é incontestável; mas quando e como ele criou, não o sabemos. Podes dizer que não tivemos princípio, se com isso entendes que Deus, sendo eterno, deve ter criado sem cessar; mas quando e como cada um de nós foi feito, eu te repito, ninguém o sabe; isso é mistério.

79. Uma vez que há dois elementos gerais do Universo: o inteligente e o material, poderíamos dizer que os Espíritos são formados do elemento inteligente, como os corpos inertes são formados do material?

– É evidente. Os Espíritos são individualizações do princípio inteligente, como os corpos são individualizações do princípio material; a época e a maneira dessa formação é que desconhecemos.

80. A criação dos Espíritos é permanente ou verificou-se apenas na origem dos tempos?

– É permanente, o que quer dizer que Deus jamais cessou de criar.

81. Os Espíritos se formam espontaneamente, ou procedem uns dos outros?

– Deus os criou, como a todas as outras criaturas, pela sua vontade; mas repito ainda uma vez que a sua origem é um mistério.

82. É certo dizer que os Espíritos são imateriais?

– Como podemos definir uma coisa, quando não dispomos de termos de comparação e usamos uma linguagem insuficiente? Um cego de nascença pode definir a luz? Imaterial não é o termo apropriado; incorpóreo, seria mais exato; pois deves compreender que, sendo uma criação, o Espírito deve ser alguma coisa. É uma matéria quintessenciada, para a qual não dispões de analogia, e tão eterizada, que não pode ser percebida pelos vossos sentidos.

Dizemos que os Espíritos são imateriais porque a sua essência difere de tudo o que conhecemos pelo nome de matéria. Um povo de cegos não teria palavras para exprimir a luz e os seus efeitos. O cego de nascença julga ter todas as percepções pelo ouvido, o olfato, o paladar e o tato; não compreende as idéias que lhe seriam dadas pelo sentido que lhe falta. Da mesma maneira, no tocante à essência dos seres super-humanos, somos como verdadeiros cegos. Não podemos defini-los, a não ser por meio de comparações sempre imperfeitas, ou por um esforço da imaginação. (Os Espíritos revestidos do perispírito são o objeto desta referência. Sem o perispírito, nada tem de material, como vemos na resposta ao item 79. (N. do T.)

83. Os Espíritos terão fim? Compreende-se que o princípio de que eles emanam seja eterno, mas o que perguntamos é se a sua individualidade terá um termo, e se, num dado tempo, mais ou menos longo, o elemento de que são formados não se desagregará e não retornará à massa de que saíram, como acontece com os corpos materiais. É difícil compreender que uma coisa que teve começo não tenha fim.

– Há muitas coisas que não compreendeis, porque a vossa inteligência é limitada; mas não é isso razão para as repelirdes. O filho não compreende tudo o que o pai compreende, nem o ignorante tudo o que o sábio compreende. Nós te dizemos que a existência dos Espíritos não tem fim; é tudo quanto podemos dizer, por enquanto.

II – MUNDO NORMAL PRIMITIVO

84. Os Espíritos constituem um mundo à parte, além daquele que vemos?

– Sim, o mundo dos Espíritos ou das inteligências incorpóreas.

85. Qual dos dois, o mundo espírita ou o mundo corpóreo, é o principal na ordem das coisas?

– O mundo espírita; ele preexiste e sobrevive a tudo.

86. O mundo corpóreo poderia deixar de existir, ou nunca ter existido, sem com isso alterar a essência do mundo espírita?

– Sim; eles são independentes, e não obstante, a sua correlação é incessante, porque reagem incessantemente um sobre o outro.

87. Os Espíritos ocupam uma região circunscrita e determinada no espaço?

– Os Espíritos estão por toda parte; povoam ao infinito os espaços infinitos. Há os que estão sem cessar ao vosso lado, observando-vos e atuando sobre vós, sem saberdes; porque os Espíritos são uma das forças da Natureza, e os instrumentos de que Deus se serve para o cumprimento de seus desígnios providenciais; mas nem todos vão a toda parte, porque há regiões interditas aos menos avançados.

III – FORMA E UBIQUIDADE DOS ESPÍRITOS

88. Os Espíritos têm uma forma determinada, limitada e constante?

– Aos vossos olhos, não; aos nossos, sim. Eles são, se o quiserdes, uma flama, um clarão ou uma centelha etérea. (Todo este trecho se refere ao Espí-

rito puro, desprovido de perispírito. Necessário atentar para essas variações, a fim de não confundirmos as explicações. (N. do T.)

88-a. Esta flama ou centelha tem alguma cor?

– Para vós, ela varia do escuro ao brilho do rubi, de acordo com a menor ou maior pureza do Espírito.

Representam-se ordinariamente os gênios, com uma flama ou uma estrela na fronte. É essa uma alegoria, que lembra a natureza essencial dos Espíritos. Colocam-na no alto da cabeça, por ser ali que se encontra a sede da inteligência.

89. Os Espíritos gastam algum tempo para atravessar o espaço?

– Sim; mas rápido como o pensamento.

89-a. O pensamento não é a própria alma que se transporta? .

– Quando o pensamento está em alguma parte, a alma também o está, pois é a alma que pensa. O pensamento é um atributo.

90. O Espírito que se transporta de um lugar a outro tem consciência da distância que percorre e dos espaços que atravessa, ou é subitamente transportado para onde deseja ir?

– Uma e outra coisa. O Espírito pode perfeitamente, se o quiser, dar-se conta da distância que atravessa, mas essa distância pode também desaparecer por completo; isso depende de sua vontade e também da sua Natureza, se mais ou menos depurada.

91. A matéria oferece obstáculo aos Espíritos?

– Não; eles penetram tudo; o ar, a terra, as águas, o próprio fogo lhes são igualmente acessíveis.

92. Os Espíritos têm o dom da ubiqüidade, ou, em outras palavras, o mesmo Espírito pode dividir-se ou estar ao mesmo tempo em vários pontos?

– Não pode haver divisão de um Espírito; mas cada um deles é um centro que irradia para diferentes lados, e é por isso que parecem estar em muitos lugares ao mesmo tempo. Vês o Sol, que não é mais do que um, e não obstante irradia por toda parte e envia os seus raios até muito longe. Apesar disso, ele não se divide.

92-a. Todos os Espíritos irradiam com o mesmo poder?

– Bem longe disso; o poder de irradiação depende do grau de pureza de cada um.

Cada Espírito é uma unidade indivisível; mas cada um deles pode estender o seu pensamento em diversas direções, sem por isso se dividir. É somente nesse sentido que se deve entender o dom de ubiqüidade atribuído aos Espíritos. Como uma fagulha que projeta ao longe a sua claridade e pode ser percebida de todos os pontos do horizonte. Como, ainda, um homem que, sem mudar de lugar e sem se dividir, pode transmitir ordens, sinais e produzir movimento em diferentes lugares.

IV – PERISPÍRITO

93. O Espírito propriamente dito vive a descoberto, ou, como pretendem alguns, envolvido por alguma substância?

– O Espírito é envolvido por uma substância que é vaporosa para ti, mas ainda bastante grosseira para nós; suficientemente vaporosa, entretanto, para que ele possa elevar-se na atmosfera e transportar-se para onde quiser.

Como a semente de um fruto é envolvida pelo perisperma, o Espírito propriamente dito é revestido de um envoltório que, por comparação, se pode chamar perispírito.

94. De onde tira o Espírito o seu envoltório semi-material?

– Do fluido universal de cada globo. É por isso que ele não é o mesmo em todos os mundos; passando de um mundo para outro, o Espírito muda de envoltório, como mudais de roupa.

94-a. Dessa maneira, quando os Espíritos de mundos superiores vêm até nós, tomam um perispírito mais grosseiro?

– É necessário que eles se revistam da vossa matéria, como já dissemos.

95. O envoltório semi-material do Espírito tem formas determinadas e pode ser perceptível?

– Sim, uma forma ao arbítrio do Espírito; e é assim que ele aparece algumas vezes, seja nos sonhos, seja no estado de vigília, podendo tomar uma forma visível e mesmo palpável.

V – DIFERENTES ORDENS DE ESPÍRITOS

96. Os Espíritos são todos iguais, ou existe entre eles alguma hierarquia?

– São de diferentes ordens, segundo o grau de perfeição a que tenham chegado.

97. Há um número determinado de ordens ou de graus de perfeição entre os Espíritos?

– É ilimitado o número dessas ordens, pois não há entre elas uma linha de demarcação, traçada como barreira, de maneira que se podem multiplicar ou restringir as divisões, à vontade. Não obstante, se considerarmos os caracteres gerais, poderemos reduzi-las a três ordens principais.

Na primeira ordem, podemos colocar os que já chegaram à perfeição: os Espíritos puros. Na segunda, estão os que chegaram ao meio da escala: o desejo do bem é a sua preocupação. Na terceira, os que estão ainda na base da escala: os Espíritos imperfeitos, que se caracterizam pela ignorância, o desejo do mal e todas as más paixões que lhes retardam o desenvolvimento.

98. Os Espíritos da segunda ordem só têm o desejo do bem; terão também o poder de o fazer?

– Eles têm esse poder, de acordo com o grau de sua perfeição: uns possuem a ciência; outros a sabedoria e a bondade. Todos, entretanto, ainda têm provas a sofrer.

99. Os Espíritos da terceira ordem são todos essencialmente maus?

– Não; uns não fazem bem nem mal; outros, ao contrário, se comprazem no mal e ficam satisfeitos quando encontram ocasião de praticá-lo. Há ainda Espíritos levianos ou estouvados, mais travessos do que malignos, que se comprazem mais na malícia do que na maldade, encontrando prazer em mistificar e causar pequenas contrariedades, das quais se riem.

VI – ESCALA ESPÍRITA

100. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES. A classificação dos Espíritos funda-se no seu grau de desenvolvimento, nas qualidades por eles adquiridas e nas imperfeições de que ainda não se livraram. Esta classificação nada tem de absoluta: nenhuma categoria apresenta caráter bem definido, a não ser no conjunto: de um grau a outro a transição é insensível, pois, nos limites, as diferenças se apagam, como nos reinos da Natureza, nas cores do arco-íris ou ainda nos diferentes períodos da vida humana. Pode-se, portanto, formar um número maior ou menor de classes, de acordo com a maneira por que se considerar o assunto. Acontece o mesmo que em todos os sistemas de classificação científica: os sistemas podem ser mais ou menos completos, mais ou menos racionais, mais ou menos cômodos para a inteligência; mas, sejam como forem, nada alteram quanto à substância da Ciência. Os Espíritos, interpelados sobre isto, puderam, pois, variar quanto ao número das categorias, sem maiores conseqüências. Houve quem se apegasse a esta contradição aparente, sem refletir que eles não dão nenhuma importância ao que é puramente convencional. Para eles o pensamento é tudo: deixam-nos os problemas da forma, da escolha dos termos, das classificações, em uma palavra, dos sistemas.

Ajuntemos ainda esta consideração, que jamais se deve perder de vista: entre os Espíritos, como entre os homens, há os que são ignorantes, e nunca será demais estarmos prevenidos contra a tendência a crer que eles tudo sabem, por serem Espíritos. Toda classificação exige método, análise e conhecimento aprofundado do assunto. Ora, no mundo dos Espíritos, os que têm conhecimentos limitados, são os ignorantes deste mundo, incapazes de apreender um conjunto e formular um sistema; eles não conhecem ou não compreendem senão imperfeitamente qualquer classificação; para eles, todos os Espíritos que lhes sejam superiores são de primeira ordem, pois não podem apreciar as suas diferenças de saber, de capacidade e de moralidade, como entre nós faria um homem rude em relação aos homens ilustrados. E aqueles mesmos que sejam capazes, podem variar nos detalhes, segundo os seus pontos de vista, sobretudo quando uma divisão nada tem de absoluto. Linneu, Jussieu, Tournefort, tiveram cada qual o seu método e a Botânica não se alterou por isso. É que eles não inventaram nem as plantas, nem os seus caracteres, mas apenas observaram as analogias, segundo as quais formaram os grupos e as classes. Foi assim que procedemos. Nós também não inventamos os Espíritos nem os seus caracteres. Vimos e observamos; julgamos pelas suas palavras e os seus atos, e depois os classificamos pelas semelhanças, baseando-nos nos dados que eles nos forneceram.

Os Espíritos admitem, geralmente, três categorias principais ou três grandes divisões. Na última, aquela que se encontra na base da escala, estão os Espíritos imperfeitos, caracterizados pela predominância da matéria sobre o espírito e pela propensão ao mal. Os da segunda se caracterizam pela predominância do espírito sobre a matéria e pelo desejo de praticar o bem: são os Espíritos bons. A primeira, enfim, compreende os Espíritos puros, que atingiram o supremo grau de perfeição.

Esta divisão nos parece perfeitamente racional e apresenta caracteres bem definidos; não nos resta senão destacar, por um número suficiente de subdivisões, as nuances principais do conjunto. Foi o que fizemos, com o concurso dos Espíritos, cujas benevolentes instruções jamais nos faltaram.

Com a ajuda deste quadro será fácil determinar a ordem e o grau de superioridade ou inferioridade dos Espíritos com os quais podemos entrar em relação, e, por conseguinte o grau de confiança e de estima que eles merecem. Esta é, de alguma maneira, a chave da Ciência espírita, pois só ela pode explicar-nos as anomalias que as comunicações apresentam, esclarecendo-nos sobre as irregularidades intelectuais e morais dos Espíritos. Observaremos, entretanto, que os Espíritos não pertencem para sempre e exclusivamente a esta ou àquela classe; o seu progresso se realiza gradualmente, e como muitas vezes se efetua mais num sentido que noutro, eles podem reunir as características de várias categorias, o que é fácil avaliar por sua linguagem e seus atos.

TERCEIRA ORDEM: ESPÍRITOS IMPERFEITOS

101. CARACTERES GERAIS. Predominância da matéria sobre o Espírito. Propensão ao mal. Ignorância, orgulho, egoísmo e todas as más paixões conseqüentes. Têm a intuição de Deus, mas não o compreendem.

Nem todos são essencialmente maus; em alguns, há mais leviandade. Uns não fazem o bem, nem o mal; mas, pelo simples fato de não fazerem o bem, revelam a sua inferioridade. Outros, pelo contrário, se comprazem no mal e ficam satisfeitos quando encontram ocasião de praticá-lo.

Podem aliar a inteligência à maldade ou à malícia; mas, qualquer que seja o seu desenvolvimento intelectual, suas idéias são pouco elevadas e os seus sentimentos mais ou menos abjetos.

Os seus conhecimentos sobre as coisas do mundo espírita são limitados, e o pouco que sabem a respeito se confunde com as idéias e os preconceitos da vida corpórea. Não podem dar-nos mais do que noções falsas e incompletas daquele mundo; mas o observador atento encontra freqüentemente, nas suas comunicações, mesmo imperfeitas, a confirmação das grandes verdades ensinadas pelos Espíritos superiores.

O caráter desses Espíritos se revela na sua linguagem. Todo Espírito que, nas suas comunicações, trai um pensamento mau, pode ser colocado na terceira ordem; por conseguinte, todo mau pensamento que nos for sugerido provém de um Espírito dessa ordem.

Vêm a felicidade dos bons, e essa visão é para eles um tormento incessante, porque lhes faz provar as angústias da inveja e do ciúme.

Conservam a lembrança e a percepção dos sofrimentos da vida corpórea, e essa impressão é freqüentemente mais penosa que a realidade. Sofrem, portanto, verdadeiramente, pelos males que suportaram e pelos que acarretaram aos outros; e como sofrem por muito tempo, julgam sofrer para sempre. Deus, para os punir, quer que eles assim pensem.

Podemos dividi-los em cinco classes principais.

102. DECIMA CLASSE. ESPÍRITOS IMPUROS. – São inclinados ao mal e o fazem objeto de suas preocupações. Como Espíritos, dão conselhos pérfidos, insuflam a discórdia e a desconfiança e usam todos os disfarces para melhor enganar. Apegam-se às pessoas de caráter bastante fraco para cederem às suas sugestões, a fim de as levar à perda, satisfeitos de poderem retardar o seu adiantamento, ao fazê-las sucumbir ante as provas que sofrem.

Nas manifestações, reconhecem-se esses Espíritos pela linguagem: a trivialidade e a grosseria das expressões, entre os Espíritos como entre os homens, é sempre um índice de inferioridade moral, senão mesmo intelectual. Suas comunicações revelam a baixeza de suas inclinações, e se eles tentam enganar, falando de maneira sensata, não podem sustentar o papel por muito tempo e acabam sempre por trair a sua origem.

Alguns povos os transformaram em divindades malfazejas, outros os designam como demônios, gênios maus, Espíritos do mal.

Quando encarnados, inclinam-se a todos os vícios que as paixões vis e degradantes engendram: a sensualidade, a crueldade, a felonía, a hipocrisia, a cupidez e a avareza sórdida. Fazem o mal pelo prazer de fazê-lo, no mais das vezes sem motivo, e, por aversão ao bem, quase sempre escolhem suas vítimas entre as pessoas honestas. Constituem verdadeiros flagelos para a Humanidade, seja qual for a posição social que ocupem e o verniz da civilização não os livra do opróbrio e da ignomínia.

103. NONA CLASSE. ESPÍRITOS LEVIANOS. – São ignorantes, malignos, inconstantes e zombeteiros. Metem-se em tudo e a tudo respondem sem se importarem com a verdade. Gostam de causar pequenas contrariedades e pequenas alegrias, de fazer intrigas, de induzir maliciosamente ao erro, por meio de mistificações e de espertezas. A esta classe pertencem os Espíritos vulgarmente designados pelos nomes de duendes, diabretes, gnomos, trasgos. Estão sob a dependência de Espíritos superiores, que deles muitas vezes se servem como fazemos com os criados.

Nas suas comunicações com os homens, a sua linguagem é muitas vezes espirituosa e alegre, mas quase sempre sem profundidade; apanham as esquisitices e os ridículos humanos, que interpretam de maneira mordaz e satírica. Se tomam nomes supostos, é mais por malícia do que por maldade.

104. OITAVA CLASSE. ESPÍRITOS PSEUDO-SÁBIOS. – Seus conhecimentos são bastante amplos, mas julgam saber mais do que realmente sabem. Tendo realizado alguns progressos em diversos sentidos, sua linguagem tem um caráter sério, que pode iludir quanto à sua capacidade e às suas luzes. Mas isso, freqüentemente, não é mais do que um reflexo dos preconceitos e das idéias sistemáticas que tiveram na vida terrena. Sua linguagem é uma mistura de algumas verdades com os erros mais absurdos,

entre os quais repontam a presunção, o orgulho, a inveja e a teimosia de que não puderam despir-se.

105. SÉTIMA CLASSE. ESPÍRITOS NEUTROS. - Nem são bastante bons para fazerem o bem, nem bastante maus para fazerem o mal; tendem tanto para um como para outro e não se elevam sobre a condição vulgar da humanidade, quer pela moral ou pela inteligência. Apegam-se às coisas deste mundo, saudosos de suas grosseiras alegrias.

106. SEXTA CLASSE. ESPÍRITOS BATEDORES E PERTURBADORES. - Estes Espíritos não formam, propriamente falando, uma classe diferente quanto às suas qualidades pessoais, e podem pertencer a todas as classes da terceira ordem. Manifestam freqüentemente sua presença por efeitos sensíveis e físicos, como golpes, movimento e deslocamento anormal de corpos sólidos, do ar, etc. Parece que estão mais apegados à matéria do que os outros, sendo os agentes principais das vicissitudes dos elementos do globo, quer pela sua ação sobre o ar, a água, o fogo, os corpos sólidos, ou nas entranhas da Terra. Reconhece-se que esses fenômenos não são devidos a uma causa fortuita e física, quando têm um caráter intencional e inteligente. Todos os Espíritos podem produzir esses fenômenos, mas os Espíritos elevados os deixam, em geral, a cargo dos Espíritos subalternos, mais aptos para as coisas materiais que para as inteligentes. Quando julgam que as manifestações desse gênero são úteis, servem-se desses Espíritos como auxiliares.

SEGUNDA ORDEM: ESPÍRITOS BONS

107. CARACTERES GERAIS. - Predomínio do Espírito sobre a matéria; desejo do bem. Suas qualidades e seu poder de fazer o bem estão na razão do grau que atingiram: uns possuem a ciência, outros a sabedoria e a bondade; os mais adiantados juntam ao seu saber as qualidades morais. Não estando ainda completamente desmaterializados, conservam mais ou menos, segundo sua ordem, os traços da existência corpórea, seja na linguagem, seja nos hábitos, nos quais se encontram até mesmo algumas de suas manias. Se não fosse assim seriam Espíritos perfeitos.

Compreendem Deus e o infinito e gozam já da felicidade dos bons. Sentem-se felizes quando fazem o bem e quando impedem o mal. O amor que os une é para eles uma fonte de inefável felicidade, não alterada pela inveja nem pelos remorsos, ou por qualquer das más paixões que atormentam os Espíritos imperfeitos; mas terão ainda de passar por provas, até atingirem a perfeição absoluta.

Como Espíritos, suscitam bons pensamentos, desviam os homens do caminho do mal, protegem durante a vida aqueles que se tornam dignos e neutralizam a influência dos Espíritos imperfeitos sobre os que não comprazem nela.

Quando encarnados, são bons e benevolentes para com os semelhantes; não se deixam levar pelo orgulho, nem pelo egoísmo, nem pela ambição; não provam ódio, nem rancor, nem inveja ou ciúme, fazendo o bem pelo bem.

A esta ordem pertencem os Espíritos designados nas crenças vulgares pelos nomes de bons gênios, gênios protetores, Espíritos do bem. Nos

tempos de superstição e de ignorância, foram considerados divindades benéficas. Podemos dividi-los em quatro grupos principais:

108. QUINTA CLASSE. ESPÍRITOS BENÉVOLOS. – Sua qualidade dominante é a bondade; gostam de prestar serviços aos homens e de os proteger; mas o seu saber é limitado: seu progresso realizou-se mais no sentido moral que no intelectual.

109. QUARTA CLASSE. ESPÍRITOS SÁBIOS. – O que especialmente os distingue é a amplitude dos conhecimentos. Preocupam-se menos com as questões morais do que com as científicas, para as quais têm mais aptidão; mas só encaram a Ciência pela sua utilidade, livre das paixões que são próprias dos Espíritos imperfeitos.

110. TERCEIRA CLASSE. ESPÍRITOS PRUDENTES. – Caracterizam-se pelas qualidades morais de ordem mais elevada. Sem possuir conhecimentos ilimitados, são dotados de uma capacidade intelectual que lhes permite julgar com precisão os homens e as coisas.

111. SEGUNDA CLASSE. ESPÍRITOS SUPERIORES. – Reúnem a ciência, a sabedoria e a bondade. Sua linguagem, que só transpira benevolência, é sempre digna, elevada e freqüentemente sublime. Sua superioridade os torna, mais que os outros, aptos a nos proporcionar as mais justas noções sobre as coisas do mundo incorpóreo, dentro dos limites do que nos é dado conhecer. Comunicam-se voluntariamente com os que procuram de boa fé a verdade, e cujas almas bastante libertas dos liames terrenos para a compreender; mas afastam-se dos que são movidos apenas pela curiosidade, ou que, pela influência da matéria, desviam-se da prática do bem.

Quando, por exceção, se encarnam na Terra, é para cumprir uma missão de progresso, e então nos oferecem o tipo de perfeição a que a humanidade pode aspirar neste mundo.

PRIMEIRA ORDEM: ESPIRITOS PUROS

112. CARACTERES GERAIS. - Nenhuma influência da matéria. Superioridade intelectual e moral absoluta, em relação aos Espíritos das outras ordens.

113. PRIMEIRA CLASSE. CLASSE ÚNICA. Percorreram todos os graus da escala e se despojaram de todas as impurezas da matéria. Havendo atingido a soma de perfeições de que é suscetível a criatura, não têm mais provas nem expiações a sofrer. Não estando mais sujeitos à reencarnação em corpos perecíveis, vivem a vida eterna, que desfrutam no seio de Deus.

Gozam de uma felicidade inalterável, porque não estão sujeitos nem às necessidades nem às vicissitudes da vida material, mas essa felicidade não é a de uma ociosidade monótona, vivida em contemplação perpétua. São os mensageiros e os ministros de Deus, cujas ordens executam, para a manutenção da harmonia universal. Dirigem a todos os Espíritos que lhes são inferiores, ajudam-nos a aperfeiçoar-nos e determinam as suas missões. Assistir os homens nas suas angústias, incitá-los ao bem ou à expiação de faltas que os distanciam da felicidade suprema, é para eles uma ocupação

agradável. São às vezes designados pelos nomes de anjos, arcanjos ou serafins.

Os homens podem comunicar-se com eles, mas bem presunçoso seria o que pretendesse tê-los constantemente às suas ordens.

VII - PROGRESSÃO DOS ESPÍRITOS

114. Os Espíritos são bons ou maus por natureza, ou são eles mesmos que procuram melhorar-se?

– Os Espíritos mesmos se melhoram; melhorando-se, passam de uma ordem inferior para uma superior.

115. Uns Espíritos foram criados bons e outros maus?

– Deus criou todos os Espíritos simples e ignorantes, ou seja, sem conhecimento. Deu a cada um deles uma missão, com o fim de os esclarecer e progressivamente conduzir à perfeição, pelo conhecimento da verdade e para os aproximar Dele. A felicidade eterna e sem perturbações, eles a encontrarão nessa perfeição. Os Espíritos adquirem o conhecimento passando pelas provas que Deus lhes impõe. Uns aceitam essas provas com submissão e chegam mais prontamente ao seu destino; outros não conseguem sofrê-las sem lamentação, e assim permanecem, por sua culpa, distanciados da perfeição e da felicidade prometida.

115-a. Segundo isto, os Espíritos, na sua origem, se assemelhariam a crianças, ignorantes e sem experiência, mas adquirindo pouco a pouco os conhecimentos que lhes faltam, ao percorrer as diferentes fases da vida?

– Sim, a comparação é justa: a criança rebelde permanece ignorante e imperfeita; seu menor ou maior aproveitamento depende da sua docilidade. Mas a vida do homem tem fim, enquanto a dos Espíritos se estende ao infinito.

116. Há Espíritos que ficarão perpetuamente nas classes inferiores?

– Não; todos se tornarão perfeitos. Eles mudam, embora devagar, porque, como já dissemos uma vez, um pai justo e misericordioso não pode banir eternamente os seus filhos. Querias que Deus, tão grande, tão justo e tão bom, fosse pior que vós mesmos?

117. Depende dos Espíritos apressar o seu avanço para a perfeição?

– Certamente. Eles chegam mais ou menos rapidamente, segundo o seu desejo e a sua submissão à vontade de Deus. Uma criança dócil não se instrui mais depressa que uma rebelde?

118. Os Espíritos podem degenerar?

– Não. À medida que avançam, compreendem o que os afasta da perfeição. Quando o Espírito conclui uma prova, adquiriu conhecimento e não mais o perde. Pode permanecer estacionário, mas não retrogradar.

119. Deus pode livrar os Espíritos das provas que devem sofrer para chegar à primeira ordem?

– Se eles tivessem sido criados perfeitos, não teriam merecimento para gozar dos benefícios dessa perfeição. Onde estaria o mérito, sem a luta?

De outro lado, a desigualdade existente entre eles é necessária à sua personalidade, e a missão que lhes cabe nos diferentes graus está nos desígnios da Providência, com vistas à harmonia do Universo.

Como, na vida social, todos os homens podem chegar aos primeiros postos, também poderíamos perguntar por que motivo o soberano de um país não faz, de cada um dos seus soldados um general; por que todos os empregados subalternos não são superiores; por que todos os alunos não são professores. Ora, entre a vida social e a espiritual existe ainda a diferença de que a primeira é limitada e nem sempre permite a escalada de todos os seus degraus, enquanto a segunda é indefinida e deixa a cada um a possibilidade de se elevar ao posto supremo.

120. Todos os Espíritos passam pela fieira do mal, para chegar ao bem?

– Não pela fieira do mal, mas pela da ignorância.

121. Por que alguns Espíritos seguiram o caminho do bem, e outros o do mal?

– Não têm eles o livre-arbítrio? Deus não criou Espíritos maus; criou-os simples e ignorantes, ou seja, tão aptos para o bem quanto para o mal; os que são maus, assim se tornaram por sua vontade.

122. Como podem os Espíritos, em sua origem, quando ainda não têm a consciência de si mesmos, ter a liberdade de escolher entre o bem e o mal? Há neles um princípio, uma tendência qualquer que os leve mais para um lado que para outro?

– O livre-arbítrio se desenvolve à medida que o Espírito adquire consciência de si mesmo. Não haveria liberdade, se a escolha fosse provocada por uma causa estranha à vontade do Espírito. A causa não está nele, mas no exterior, nas influências a que ele cede em virtude de sua espontânea vontade. Esta é a grande figura da queda do homem e do pecado original: uns cederam à tentação e outros a resistiram.

122-a. De onde vêm as influências que se exercem sobre ele?

– Dos Espíritos imperfeitos que procuram envolvê-lo e dominá-lo, e que ficam felizes de o fazer sucumbir. Foi o que se quis representar na figura de Satanás.

122-b. Esta influência só se exerce sobre o Espírito na sua origem?

– Segue-o na vida de Espírito, até que ele tenha de tal maneira adquirido o domínio de si mesmo, que os maus desistam de obsidiá-lo.

123. Por que Deus permitiu que os Espíritos pudessem seguir o caminho do mal?

– Como ousais pedir a Deus conta dos seus atos? Pensais poder penetrar os seus desígnios? Entretanto, podeis dizer: A sabedoria de Deus se encontra na liberdade de escolha que concede a cada um, porque assim cada um tem o mérito de suas obras.

124. Havendo Espíritos que, desde o princípio, seguem o caminho do bem absoluto, e outros o do mal absoluto, haverá gradações, sem dúvida, entre esses dois extremos?

– Sim, por certo, e constituem a grande maioria.

125. Os Espíritos que seguiram o caminho do mal poderão chegar ao mesmo grau de superioridade que os outros?

– Sim, mas as eternidades serão mais longas para eles.

Por essa expressão, as eternidades, devemos entender a idéia que os Espíritos inferiores fazem da perpetuidade dos seus sofrimentos, cujo termo não lhes é dado ver. Essa idéia se renova em todas as provas nas quais sucumbem.

126. Os Espíritos que chegam ao supremo grau, depois de passarem pelo mal, têm menos mérito que os outros, aos olhos de Deus?

– Deus contempla os extraviados com o mesmo olhar, e os ama a todos do mesmo modo. Eles são chamados maus porque sucumbiram; antes, não eram mais que simples Espíritos.

127. Os Espíritos são criados iguais quanto às faculdades intelectuais?

– São criados iguais, mas não sabendo de onde vêm, é necessário que o livre-arbítrio se desenvolva. Progridem mais ou menos rapidamente, tanto em inteligência como em moralidade.

Os Espíritos que seguem desde o princípio o caminho do bem, nem por isso são Espíritos perfeitos; se não têm más tendências, não estão menos obrigados a adquirir a experiência e os conhecimentos necessários à perfeição. Podemos compará-los a crianças que, qualquer que seja a bondade dos seus instintos naturais, têm necessidade de desenvolver-se, de esclarecer-se, e não chegam sem transição da infância à maturidade. Assim como temos homens que são bons e outros que são maus, desde a infância, há Espíritos que são bons ou maus, desde o princípio, com a diferença capital de que a criança traz os seus instintos formados, enquanto o Espírito, na sua formação, não possui mais maldade que bondade. Ele tem todas as tendências, e toma uma direção ou outra em virtude do seu livre-arbítrio.

*

CAPÍTULO V

O HOMEM NO UNIVERSO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

É o homem o predestinado senhor do universo ou é o “verme do pó”? Que relação existe entre o homem e o universo? É o homem o centro do universo, o alvo de toda a criação ou mero incidente sem maior significado no universo que uma partícula de pó? É o universo amistoso ou inamistoso para com o homem, ou é simplesmente indiferente?

“Quando contemplo os vossos céus, a obra de vossas mãos, a Lua e as estrelas que instituístes, que é o homem para que vos lembreis dele?” Escreveu o antigo salmista hebreu há muitos séculos; e sua resposta revelou uma opinião elevada sobre a dignidade do homem: “Contudo, fizestes-no pouco menos do que Deus e o coroastes de glória e honra. Fazei com que ele tenha domínio sobre as obras das vossas mãos; tudo pusestes debaixo de seus pés.”

Eis aí uma atitude com relação ao problema do lugar do homem no universo. É a crença de que ele é a obra-prima de todo o processo criador, podendo dominar tudo no universo. Ele é “pouco menos do que Deus”.

Outra crença acerca do lugar do homem na natureza foi expressa pelo autor bíblico do *Eclesiastes*. Esse homem cético doutrina: “Porque aquilo que acontece aos filhos do homem acontece também aos animais... como morre um, assim morre o outro... o homem não tem predomínio sobre os animais... Todos vão para um só lugar, todos são pó e todos ao pó tornarão.”

Eis um pessimismo extremado sobre o homem. Ele nada é senão pó, um verme miserável sem proeminência ou força. Sofre, luta e é esmagado pelas forças da natureza, que são consideráveis e poderosas. Sua vida é um “mar de sofrimento”, um “vale de lágrimas e tristezas”.

Da mesma maneira que os primeiros sábios do Judaísmo pensavam sobre esse problema, assim pensavam também os de outras raças e povos. Os egípcios, babilônios, assírios, fenícios e outros povos antigos esforçavam-se por compreender o homem em relação ao universo. Havia, entre eles, otimistas que o colocavam acima de tudo o mais, e pessimistas que o consideravam nada mais que um insignificante segundo no tempo.

Importância do Homem Segundo os Filósofos Gregos Antigos

Conquanto os primeiros gregos da Antiguidade não tivessem debatido diretamente o problema do lugar do homem no universo, suas teorias sobre a natureza deste deixavam-no, por inferência, como parte do universo. Para *Tales*, por exemplo, o homem, como tudo o mais, na natureza, origi-

nou-se da água. Surgiu através de um processo natural e, no devido tempo, retorna à matéria original do universo.

No pensamento de todos aqueles gregos antigos, a natureza é suprema e o homem, uma parte dela. *Heráclito* doutrinava que o homem é uma parte do fogo universal e está sujeito às leis do universo. Escreveu: “Essa ordem de coisas não foi feita por nenhum dos deuses ou pelo homem; sempre existiu, existe e existirá um fogo eternamente vivo, alimentando-se segundo medidas fixas e extinguindo-se também segundo medidas fixas”. Temos aí uma idéia nítida da absoluta supremacia do universo, da natureza. O homem, como tudo o mais, os deuses inclusive, está sujeito ao universo e nada pode fazer para mudá-lo ou para dele escapar.

Segundo *Empédocles*, o homem, à semelhança das demais coisas, compõe-se dos elementos do mundo: terra, ar, fogo e água. Todas as coisas no mundo são vivas e têm o poder de pensar. O homem difere das demais visto possuir maior soma desse poder.

Os *atomistas* doutrinavam que o homem é o resultado da mistura de átomos, da mesma maneira que o são a árvore, a estrela ou qualquer outra coisa. A criatura humana tem *átomos-alma*, em abundância, que respira e expele durante toda a vida. Ao cessar esse processo, ela morre e os *átomos-alma* se espalham.

Todos os filósofos gregos, antes dos *sofistas*, julgavam o homem uma parte do universo, composto dos mesmos elementos de tudo o mais e sujeito às mesmas leis. No homem, alguns dos elementos são um pouco mais requintados do que os existentes em outros corpos; essa é, porém, toda a diferença. Para eles, o homem é produto do universo e tem que cumprir suas exigências sem o que será destruído.

Os sofistas tomaram posição contrária. Julgavam o homem o centro do universo. “O homem” – disse *Protágoras*, o mais destacado dos sofistas – “é a medida de todas as coisas.” Protágoras, com outros sofistas, passou do estudo da natureza para a do homem e suas relações. Segundo eles, o homem não se achava mais ligado ao universo e sujeito às suas leis inevitáveis. Ao contrário, era considerado livre, capaz de determinar o próprio destino, moldar o mundo ou, pelo menos, a parte que lhe é de maior importância, de tal modo que seus desejos viessem a ficar satisfeitos. Os sofistas desligaram o homem da lei natural e procuraram fazê-lo senhor de seu destino.

Com isso, os sofistas abriram o problema sobre o lugar do homem na natureza. Tornaram-se céticos quanto à possibilidade de o homem compreender o universo e concentraram-se no estudo do próprio homem e suas relações com os demais.

Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates concordou com os sofistas, ao afastar o pensamento dos problemas do universo. “Ele se opôs tenazmente a toda discussão sobre questões tão elevadas como era a da natureza do universo; como o *cosmo* - segundo a fraseologia dos sábios – surgiu; ou por meio de que forças ocorrem os fenômenos celestes. Explicava que era tolice preocupar-se com tais assuntos”. Seu interesse concentrou-se no homem e seus problemas. É mais importante saber o que é justo, e viver dentro do que é justo, do que saber

como surgiu o universo. Sócrates considerava o homem o centro, o pivô de tudo em que vale a pena pensar.

Platão achava que os sofistas tinham exorbitado dizendo que o homem é o centro do universo. Via certo valor nesse ponto de vista, mas não o julgava completo. Reconhecia, também, que os filósofos da Grécia antiga tiveram alguma coisa para contribuir. Procurou, pois, encontrar para o problema relativo ao ‘lugar do homem no universo’, uma solução que satisfizesse melhor, baseada no pensamento dos gregos antigos e os sofistas.

O homem, doutrinava Platão, é verdadeiramente a medida de todas as coisas porque nele jazem certos princípios, noções, conceitos ou idéias universais, básicos para todo conhecimento. Essas idéias correspondem à realidade, ao mundo real. Segundo seu pensamento, o homem pode apreender a verdadeira natureza das coisas.

O mundo real é, segundo Platão, o de idéias imutáveis, puras e eternas. O homem pode chegar a um estado no qual pode contemplar e conhecer essas idéias. Pode conhecer os *universais*.

Platão, além disso, acreditava que o homem é a criação do universo. A idéia pura imprime-se na matéria, criando-se o universo que nós experimentamos. Sentimos outros indivíduos e também a nós mesmos, a nossos corpos. Tudo isso surgiu à medida que as idéias se foram imprimindo na matéria. Mas o homem é a única criação que pode chegar a conhecer essas idéias e compreender o processo pelo qual as coisas da natureza vieram a existir. Platão põe, assim, em destaque, a posição singular do homem, que não se assemelha aos animais, embora sua criação ocorresse da mesma maneira. Sua *alma* é parte da razão divina que lhe penetrou no corpo, tornando-o capaz de conhecer as coisas eternamente reais do universo.

Ao penetrar no corpo, essa parte racional do homem fica travada, retida e obscurecida pelo próprio corpo, que é matéria. Sua tarefa está em sobrepujar essa desvantagem e elevar-se acima do corpo. O filósofo, na concepção de Platão, eleva-se acima do corpo e habita o reino do espírito, no qual pode conhecer aquilo que é real, as idéias.

Também para *Aristóteles* o homem é criação, do mesmo modo que todos os objetos no universo. Nele, encontramos matéria e forma. Mas o homem distingue-se dos outros objetos pelo fato de ser dotado de razão. À semelhança de todas as formas inferiores de vida, das plantas, por exemplo, tem funções vitais. Também, como todos os animais, tem o poder de imaginar, lembrar, sentir desejos, dores, prazeres, etc. Mas, diferentemente das plantas e dos animais, tem o poder de pensar. Sua razão é criadora. É essa a centelha divina no homem.

Por conseguinte, embora os sofistas, Platão e Aristóteles estivessem primariamente interessados no homem, tinham que pensar nele como vivendo num ambiente. Os sofistas concentraram-se no ambiente social e nos problemas decorrentes. Platão e Aristóteles viam o homem não só como membro desse ambiente, mas também como indivíduo. No caso de ambos os filósofos, o homem é referido como a mais alta criação, o ser que, de certo modo, participa daquilo que é divino no universo. Conquanto provenha da natureza, sendo uma criatura na qual se encontra matéria, provém tam-

bém da divindade, podendo aproximar-se dela porque é da mesma natureza. Tem dentro de si aquilo que o eleva acima da matéria, aproximando-o do que é mais ideal no universo. Não se perde, portanto, na confusão da matéria sem nexo; pode sobrepujá-la e elevar-se em direção à divindade.

Teorias dos Pensadores Gregos Posteriores

Na teoria dos *estóicos*, o homem faz parte da ordem universal. De fato, encontra-se nele todo o universo em miniatura. Sua natureza é a mesma que a do universo. A razão deve, pois, governar tanto o homem como o universo, e o primeiro deve subordinar-se às leis do segundo. Todo homem tem, na ordem divina, um lugar determinado. Deve descobri-lo e adaptar-se a ele, e, por conseguinte, viver de acordo com a natureza e conforme impõe a razão divina.

É evidente que a filosofia dos estóicos subordina o homem ao ideal universal. Sendo uma unidade no todo e sujeito às suas exigências, o homem sente-se feliz quando as compreende e obedece satisfeito.

Importância do Homem Segundo os Primeiros Pensadores

Cristãos

Aqueles filósofos gregos, conquanto reconhecessem o fato de ser o homem matéria e espírito, ressaltavam este último e mostravam-se otimistas com a crença de que o homem pudesse dominar as imperfeições da matéria. Os cristãos não tinham esse otimismo. Para eles, a matéria agigantava-se com presságios, sendo a vida uma luta constante para escapar a tudo que ela implicava. De fato, para os cristãos, Deus, ou a divindade, é tão puro e a matéria tão afastada dEle, que o único resultado possível só poderia ser pessimista.

A matéria, segundo os filósofos cristãos, é o princípio do mal. Enquanto o homem é, em parte, matéria, é mau e precisa redimir-se. A alma, ao ligar-se ao corpo, perde a graça divina e o único meio de readquiri-la é através de algum ato especial da divindade, que anula a matéria e liberta o homem de seus grilhões.

Os *apologistas* doutrinavam que Deus fez todo o mundo para o homem, a fim de servir-lhe como uma arena na qual possa conquistar a salvação eterna. Além disso, o homem recebeu uma posição dominante no universo. É o senhor de tudo. Foi posto no mundo para governá-lo.

Mas alguns homens preferem desobedecer a Deus e cair em pecado. Afastam-se de Deus e voltam-se para a matéria. Poderão, pela graça divina, reconquistar a divindade perdida e viver eternamente com Deus.

O princípio criador do universo, Deus, fez do homem sua obra-prima, mas tornou-lhe possível destruir-se. Contudo, julga-se que Deus deseja a redenção do homem; esforçando-se, tornou isso possível através de Jesus Cristo.

Esse ponto de vista foi desenvolvido por *Santo Agostinho*. Segundo ele, Deus é a causa de tudo, do universo e do homem. Mas é o homem Sua mais alta criação, a união do corpo com a alma. Sua vida na terra é uma peregrinação em direção a Deus. Realmente, comparada ao que o espera de-

pois da morte, esta vida não é verdadeiramente vida, porém morte. Eis o típico desprezo do cristão pelo mundo e a esperança de encontrar outro além-túmulo.

Santo Agostinho acreditava que o primeiro homem, Adão, estabeleceu o padrão para toda a vida futura dos demais. Adão – ensinava ele – cometeu o pecado, transmitindo, assim, a todos os homens, as conseqüências do pecado; corrompeu toda a raça humana, razão por que todos os homens, sempre, são condenados a pecar. O pecado de Adão é, portanto, hereditário. Mas Deus pode reformar, com Sua graça, o homem corrupto. E escolheu alguns deles para a salvação e outros para o castigo eterno. É a doutrina conhecida como “predestinação”.

Assim o homem, criação da força todo-poderosa do universo, criado do nada, herdou as fraquezas e os pecados do primeiro homem. Tem que pagar o preço desse pecado. Mas a força todo-poderosa pode escolher alguns que serão perdoados, deixando outros entregues às conseqüências naturais do pecado de Adão. O homem estará perdido para sempre, a menos que o Criador do universo prefira salvá-lo.

Teorias dos Pensadores Cristãos Medievais

Essa idéia geral passou para o período do pensamento cristão conhecido como Escolasticismo (do século IX ao XIII). O primeiro dos grandes escolásticos, ou filósofos desse período foi *João Escoto Erígena*. Doutrina-va que o homem é a revelação do princípio divino que criou todo o universo e é esse universo. Mas é, também, um espírito vivo, responsável pela sua queda e pelo afastamento de Deus. É criação de Deus, mas dEle se afasta com o pecado.

A tentativa de exaltar Deus como criador do universo e, ainda assim, dar ao homem certa dignidade, atingiu o ponto culminante nos grandes debates sobre as relações entre os *universais* e indivíduos. Se os primeiros são supremos, então o homem, individualmente considerado, pouca valia tem no universo. É, apenas, um mero incidente sem importância. A Humanidade é importante, mas um homem específico não o é. Deus é o mais importante, tudo o mais é secundário. Passaram então os filósofos a perguntar: Que papel exerce nas coisas o indivíduo? É mero títere preso a um cordel, movendo-se segundo a vontade de um criador divino? Ou seus atos, desejos e lutas significam algo na ordem das coisas?

Guilherme de Champeaux ensinava que o *universal* se acha presente em todo indivíduo, de modo que cada um difere de outro apenas em propriedades acidentais.

Pedro Abelardo sustentava que os *universais* não podem ser entidades separadas das coisas; de certo modo, nelas se encontram. Deus está em Suas criaturas.

Esse raciocínio levou alguns filósofos daquele período a um nítido panteísmo. Eles argumentavam que os *universais* são reais, sendo Deus o mais elevado. Assim, é Ele a coisa mais real, sendo as demais a expressão de Sua essência divina. O homem é, pois, Deus e eventualmente retornará à totalidade, ao todo, de onde veio.

O movimento escolástico, com seus problemas e dificuldades, atingiu o clímax com *S. Tomás de Aquino*. Este pensador tomou a si a tarefa de demonstrar que o universo, como revelação de Deus é racional. Doutrinou que os *universais* existem em determinados objetos como essência das coisas, sendo, porém, a matéria o elemento no qual se acham implantados. O homem, por conseguinte, é *humanidade* universal e matéria.

Segundo S. Tomás de Aquino, Deus criou o universo do nada, o homem inclusive. Este é matéria e espírito, uma criatura na qual se encontram dois princípios: espírito e corpo. É arrastado à sua queda pela matéria – o corpo – e deve procurar redimir-se do pecado que herdou.

Durante todo aquele período do pensamento humano chamado Idade Média, considerava-se o homem criação da divindade e, de certo modo, um ser no qual existe uma centelha divina. Mas o homem é também da terra. É matéria e, através dessa parte material, herda o pecado do primeiro homem, Adão. O homem é, pois, degradado e deve procurar a salvação junto ao Criador. O universo é matéria e espírito. O homem participa de ambos. Considera-se, portanto, que parte do universo impele o homem para cima, para a divindade, e outra, para baixo.

Tal fato conduziu à doutrina do “desprezo pelo mundo”. Era, rigorosamente, a crença de que tudo no mundo é maldade, da qual o homem deve fugir. Julgava-se a vida uma peregrinação, um período de provas, de sofrimentos e tribulações. O homem, por boas ações, orações e jejuns, ou pela graça de Deus, pode escapar às conseqüências de sua parte material e alcançar, finalmente, o reino do puro espírito.

Assim, segundo muitos pensadores daquele período, há verdadeiramente dois mundos: o da matéria e o do espírito. O primeiro é a causa do pecado do homem e, na verdade, procura sua destruição para todo o sempre. É seu inimigo. O segundo procura salvá-lo e dar-lhe a bem-aventurança eterna; é a morada de tudo que é bom, a morada da divindade.

Em seus esforços para conservar o valor espiritual do universo, filósofos cristãos apoiaram-se fortemente na doutrina que desprezava completamente o universo físico e material. Alguns deles, porém, não se mostraram dispostos a tal extremo. Acharam que essa não era verdadeira solução. Afigurava-se-lhes que se devia descobrir um meio de conciliar as partes física e espiritual no homem e no universo.

A Igreja Cristã foi, durante a Idade Média, fator dominante na vida e no pensamento humanos. Sua doutrina sobre a relação do homem com o Criador e a força soberana do universo era suprema. Qualquer que fosse o pensamento dos filósofos, não se permitia que seriamente pusessem em dúvida a doutrina de que o Criador é o Ser Supremo, e o homem uma das Suas criações, subordinado a Suas leis e vontade.

Mas o infatigável raciocínio do homem não queria satisfazer-se com a situação. Muitos filósofos rebelaram-se contra aquele domínio completo por parte da Igreja. Conquanto não enunciassem diretamente que a dignidade do homem não se podia manter com tais restrições, seu pensamento gradativamente levou-os a ressaltar a força do ser humano. Toda a tendência do pensamento, conhecida como Nominalismo, acentuava a crença de que o

homem, individualmente, é de grande importância, sendo as idéias gerais, universais e reais, idéias no espírito humano. *Guilherme de Occam*, por exemplo, doutrinava que os universais existem como idéias ou pensamentos no espírito, não tendo outra realidade.

Concepção dos Precursores da Renascença

A crescente insistência sobre a posição do homem, seu poder e dignidade, simbolizava uma tendência do pensamento humano. Era um gigante que se agitava, um gigante que havia adormecido e, durante o sono, fora amarrado e agrilhado até não se poder mover mais. Aos poucos ele foi rompendo os grilhões; levantou-se e proclamou sua força. O homem ousou afirmar sua capacidade de controlar o mundo, conhecer seus mais recônditos segredos e, pela força da inteligência, dominar seus processos, transformando-os segundo seus desejos. Era a Renascença do espírito humano. Ressaltava a criatura humana no universo e, por isso, recebeu o nome de *Humanismo*.

Na filosofia de *Ludovico Vives*, *Petrus Ramus*, *Paracelso* e *Bernardino Telésio* evidencia-se a crença no poder do homem em submeter o universo a seus desejos. Esses pensadores figuram entre os pioneiros da rebelião contra as forças que queriam esmagar o homem, subordinando-o ao universo. Conquanto suas idéias fossem rudes, baseadas em magia e superstições, nas quais não podemos acreditar hoje em dia, procuraram libertar o homem e colocar-lhe nas mãos instrumentos para o domínio do mundo. Procuraram fazer, para sua época, aquilo que os cientistas modernos têm feito para nós. Procuraram estudar e controlar a natureza com o conhecimento e a compreensão que possuíam, e, como tais, foram os precursores da ciência moderna.

À medida que se iam fazendo mais pesquisas sobre a natureza do universo, iam aumentando sua compreensão e domínio. *Copérnico*, *Galileu*, *Kepler* e *Newton* estudaram o universo e contaram aos companheiros como ele operava. À Igreja não escapou o que estava acontecendo; esforçou-se grandemente para eliminar as novas forças. Mas o espírito do homem havia vislumbrado uma pequenina cena do futuro e não aceitaria que lhe barrassem a entrada na terra prometida. O homem não mais se satisfaria com a reverência total às forças do universo. Caminharia ereto e exigiria o direito de desafiá-lo e dominar-lhe os segredos. Era realmente uma nova fase para o homem. Nascia uma nova concepção sobre o lugar que ele ocupa no universo.

O Ponto de Vista de Bacon e Hobbes

Os primeiros ataques deste novo período, o período do pensamento filosófico moderno, foram desfechados pelos filósofos que ressaltavam a necessidade de se fazer um estudo metucioso e exato do universo. *Francis Bacon* “concretizou conscientemente aquele novo espírito científico”. Para ele, o homem teria que desembaraçar-se de todas as velhas e falsas idéias do passado, estudando o universo sem preconceitos. O homem, observando e reunindo os frutos de suas observações, descobriria semelhanças e diferenças entre eventos e objetos do universo. Desse modo, estabeleceria leis ou consistência entre os eventos com os quais podia contar em todas as ações subsequentes.

Bacon acentuou fortemente o valor de uma acurada compreensão do universo, mas não estava disposto a abandonar completamente as idéias religiosas do passado. Reconheceu, o que era, aliás, inevitável, que às vezes as idéias religiosas e as descobertas oriundas de observações minuciosas eram contraditórias. Acrescentou, porém, que o homem devia acreditar em ambas. “Assim como somos obrigados a obedecer às leis divinas, embora nossa vontade murmure contra isso, também somos obrigados a crer na palavra de Deus, embora nossa razão também contra isso se choque.”

Bacon mostrava-se indeciso. Via a necessidade de estudar o universo e dominar-lhe os segredos. Não podia, porém, entregar-se a isso como fonte do conhecimento. Foi ele, porém, quem lançou as bases para o homem, aos poucos, ir passando para a Ciência e afastar-se da Religião.

Thomas Hobbes não se preocupou com essa cisão. Passou completamente para a posição científica e desenvolveu uma filosofia puramente materialista. Segundo ele, tudo no universo, o homem inclusive, é matéria em movimento. Sua tarefa, portanto, é compreender as leis do movimento e, com isso, compreender o universo. Adquirindo a compreensão das leis imutáveis e eternas da natureza, o homem pode adaptá-las à sua vontade.

Teoria de Descartes e Espinosa

René Descartes sustentava que tudo na natureza deve ser explicado pela Mecânica, sendo que tudo que é espiritual tem que conciliar-se com isso. Sua teoria começava com uma substância absoluta, Deus e duas substâncias relativas, espírito e matéria. No homem, encontramos o espírito e a matéria. Conquanto estejam unidos no homem, um não afeta o outro. O corpo opera segundo leis puramente mecânicas, ao passo que o intelecto é espiritual.

O homem, portanto, participa das duas substâncias relativas, das quais é feito tudo o mais no mundo. Segundo Descartes, o homem provém do mundo. Como parte da natureza, é extremamente mecânico, uma máquina que opera segundo leis naturais da mesma maneira que um relógio. O espírito é uma parte distinta do corpo, sendo assim eliminado da natureza. O homem compõe-se de ambos.

Para *Espinosa*, tudo no universo é substância ou Deus. Os dois atributos de Deus, extensão e pensamento, encontram-se no homem. Este é uma forma de Deus, a substância universal ou real. Cada indivíduo é um modo de extensão ou corpo e um modo de pensamento. De fato, tudo no universo é um modo da matéria e do espírito. Mas, conquanto em todos os objetos, salvo no homem, esses dois modos sejam mais ou menos simples, no homem são complexos, compostos de muitas partes. Além disso, no homem, o espírito percebe seus próprios atos, é consciente.

Não há, entretanto, relação entre o espírito do homem e seu corpo. Nenhum afeta o outro. Contudo, o espírito e o corpo são de tal modo construídos, que aquilo que acontece num é logo seguido de um acontecimento similar no outro. Parece-nos, pois, que somos afetados pelo que acontece no corpo.

Para Espinosa, portanto, todo o universo é Deus ou substância, na forma de espírito e corpo. O homem é uma unidade nesse todo. É espírito e corpo.

Lugar do Homem no Universo, Segundo Locke, Berkeley e Hume

John Locke mantém uma concepção algo diferente sobre o lugar que o homem ocupa no universo. Para ele, o homem é parte do mundo, mas uma parte sensível a tudo em redor. Sendo sensível, tem idéias acerca do mundo que lhe vêm através dos sentidos, através da experiência. Conquanto seja espírito e corpo, a parte mental acha-se afetada pelo corpo e este pela parte mental. Há, por conseguinte, interação entre as duas partes que formam o homem.

Na teoria de Locke, além dessas duas substâncias, espírito e corpo, existe outra, espiritual, Deus. Deus fez o universo do nada e, de acordo com a disposição que lhe deu, ele age como o vemos agir através de nossas experiências.

Segundo Locke, a razão do homem está estabelecida como a derradeira prova de tudo no universo. Locke concorda em que existem um mundo exterior e Deus, e ter sido o mundo criado por Deus. Ele tenta, porém, provar tudo isso de modo que possa ser razoável e satisfaça ao espírito humano. Para ele, a razão humana torna-se a prova final da revelação. Os adeptos de Locke procuraram levar mais longe o raciocínio, indo buscar as verdadeiras revelações de Deus nas leis da natureza. Em suas teorias, a religião cristã torna-se racional e perde o mistério.

Vai assim o homem tornando-se independente. Deve ser o juiz do universo. Sua razão é o tribunal de última instância. Precisa compreender o fato antes de aceitá-lo como verdadeiro.

Georges Berkeley vai mais longe com essa idéia, eliminando o mundo material e tornando o homem o centro de tudo. Para ele, não há universo fora do espírito, quer do espírito humano quer do espírito de Deus. A existência é aquilo que se percebe, não existindo coisa alguma quando não há espírito para percebê-la. Os corpos, o universo, não têm existência, fora do espírito. Por conseguinte, a teoria de uma substância, que nele causa as idéias, deve ser abandonada como completamente sem valor. As sensações chegam-nos não de objetos materiais, porém do espírito de Deus.

O resultado completo e lógico dessa teoria acha-se desenvolvido por *David Hume*. Ele torna o homem, somente o homem, o centro e o todo do universo. Como tudo que podemos saber – argumenta – são nossas próprias idéias, não pode haver substância material ou espiritual que as cause. O universo, todo o universo que podemos provar, são nossas idéias em sucessão. Elas se originam de causas desconhecidas, e não estamos certos em supor que sejam *causadas*. Podemos crer na causa de nossas idéias, ou na existência de Deus e de um mundo exterior, mas não podemos prová-lo por método algum racional do conhecimento.

Hume levou os homens a um ponto em que deve ter duvidado de si mesmo. Aquele entusiasmo pelo domínio do universo teria recebido água fria. O homem tentava compreender o universo e, com isso, dominá-lo. Os filósofos haviam gradativamente abandonado a idéia da revelação e estabe-

lecido o espírito humano como a fonte de todos os conhecimentos. Pareciam fazer notável progresso quando Locke rapidamente os reuniu, insistindo para que deixassem de examinar o poder do espírito humano. Berkeley e Hume começaram onde Locke terminara, levando o exame mais longe, aonde acreditavam fosse a conclusão lógica da posição assumida. Hume deixou o homem a sós, o universo encerrado em seu espírito, e incapaz de provar, pelo método há muito tratado com carinho, que havia um universo, uma causa oriunda de suas idéias ou mesmo que ele existia. Está o homem a sós, isolado? É necessário pensarmos em uma simples sucessão de idéias percorrendo o espaço como o golpe final? Foi esse o problema que Hume deixou aos pensadores que o seguiram.

Teoria de Leibnitz

Enquanto se processava, na Inglaterra, essa marcha rumo ao isolamento, manifestava-se, na Alemanha, um movimento algo diferente. Originou-se da obra de Espinosa e foi desenvolvido pelo pensador alemão *Gottfried Wilhelm Leibnitz*. Espinosa julgou tudo no universo, o homem inclusive, matéria e espírito, sendo ambos atributos de uma substância – Deus. Leibnitz partiu a substância em um número infinito de pedacinhos ou mônades. Seu mundo foi construído dessas unidades autônomas, desses blocos construtores do universo.

No conceito de Leibnitz, o homem é uma construção de mônades, mas difere do inorgânico devido a ter uma mônade ou alma central e controladora. Deus ordenou o universo de tal modo que cada mônade age em harmonia com as demais. Assim, embora Deus nele estivesse no começo, para pô-lo em movimento, não é de modo algum parte dele depois que entrou em movimento. Podia retirar-se e deixar as mônades unirem-se e separarem-se de conformidade com sua natureza. O universo de Leibnitz é, portanto, inteiramente mecânico. O homem e toda a natureza acham-se sujeitos a leis, ordem e uniformidade.

Temos aí um universo mecânico impulsionado para a criação e dissolução por leis inexoráveis de sua própria natureza. O homem, como parte desse processo, é impulsionado juntamente com o restante do universo. Conquanto seja, de certo modo, o objetivo da vontade criadora divina e se ache encerrado no universo desde o começo, participa do todo natural e está sujeito a suas leis preestabelecidas.

Embora esse ponto de vista difira, em muitos aspectos, do de Locke e seus sucessores, ambas as correntes do pensamento levavam-no rumo à interpretação do universo e do homem dentro dele. Descartes passou a essa direção. Para ele, o homem é uma máquina. Leibnitz reduziu a matéria à força. Foi, assim, tornando-se gradativamente popular por todo o mundo filosófico a teoria de um mundo mecanicista. Resultado: o ponto de vista dominante, em muitos setores, era o de que toda a natureza é governada por leis, sendo tudo no universo um produto dela. Isso, naturalmente, provocou grande interesse pelas Ciências e intensos estudos. As Ciências pareciam oferecer grandes esperanças ao homem.

O Ponto de Vista de Rousseau

Foi *Jean Jacques Rousseau* quem surpreendeu o mundo filosófico e abalou-lhe a fé nesse problema. Para ele, o homem não é apenas máquina, parte do mundo mecânico. Ao contrário, é dotado de sensação, sentimento. A Ciência e a cultura – doutrinou ele – acorrentaram o homem, e isso estava destruindo tudo que é realmente humano. Rousseau propunha-se a lançar fora aquela camada de civilização e libertar o homem para que se desenvolvesse toda a sua capacidade. Acreditava que a Ciência isolara o homem da natureza, e sua salvação está em escapar aos grilhões da Ciência e voltar à Natureza.

Teoria de Kant Sobre a Importância do Homem

Aquele ousado desafio da tendência da época, aquele apelo para se voltar à natureza, em toda a sua riqueza e pujança, exerceu, talvez, influência sobre o maior de todos os filósofos modernos, *Emmanuel Kant*.

Kant empreendeu a tarefa de restaurar o homem em seu lugar dominante, no universo. Impunha-se, portanto, responder às questões suscitadas pelos filósofos que o tinham precedido. Foi sua tarefa “limitar o ceticismo de Hume, por um lado, e o velho dogmatismo, por outro lado, e refutar e destruir o materialismo, o fatalismo, o ateísmo, bem como o sentimentalismo e as superstições”. O empreendimento não era insignificante; para sua realização, foi necessária a vinda de um espírito da grandeza de Kant.

O homem – doutrinou ele – faz parte do mundo de objetos e coisas. Mas na verdade, embora possa ter certeza da existência deste mundo separado de si, não pode conhecê-lo. Tudo que pode conhecer é o mundo que seu espírito, dada a sua natureza, constrói das sensações recebidas pelo contato com o mundo exterior. Nisso, ele concorda com a parte essencial das teorias de Locke, Berkeley e Hume. O conhecimento acha-se limitado às idéias.

Mas isso não é tudo. O homem pode raciocinar e, nessa base, formar idéias sobre o mundo exterior, Deus, liberdade e imortalidade. Pode, pois, em virtude da razão, agir como se houvesse um mundo exterior, como se este e ele mesmo fossem obra de um Criador, como se fosse livre e possuísse uma alma imperecível.

Desse modo, embora Kant reconheça que, do ponto de vista do conhecimento, o homem se vê tolhido dentro de suas próprias idéias, isso constitui apenas parte do quadro. A outra é que há fatores, dentro do homem, que justificam admitir ele a existência de tudo por que Rousseau se batia, e mais ainda. Nisso, ficaria restaurada a dignidade do homem no universo. Kant acreditava ter solucionado os problemas deixados pelos seus predecessores e tê-los resolvido bem. Acreditava que o homem pode levantar-se novamente e enfrentar o universo, cômico de poder compreendê-lo e controlá-lo dentro de seu destino. Tinha certeza de que devolvera ao homem a dignidade que o ceticismo de Hume havia virtualmente destruído.

Kant deu ao mundo filosófico a chave para tudo que parecia valioso aos homens. Sugeriu, com argumentos fortes e atraentes, que existe uma espécie de verdade mais elevada que a oferecida pela inteligência humana: a lei moral, dentro de nós, que garante o mundo dos valores. Essa chave fas-

cinou os adeptos imediatos de Kant. Eles trataram, por conseguinte, de desenvolver a teoria ao máximo e, com isso, dar ao homem a certeza de sua força e dignidade no universo.

Fichte, Schelling, Schleiermacher e Hegel

Johann Gottlieb Fichte adotou a liberdade como base para a sua filosofia. Para ele, o homem é fundamentalmente livre, não o simples elo de uma cadeia predeterminada de eventos materiais. A atividade autodeterminadora constitui a suprema característica do homem. Fichte procurou provar essa tese por meio de um método similar ao de Kant. Argumentou que, embora a razão possa provar a primazia da liberdade, devemos aceitar tal princípio como final, porque somente agindo assim podemos satisfazer às necessidades de nossa natureza moral, dar à vida valor e significado.

Além disso, o princípio fundamental do universo para Fichte é a atividade universal, livre e autodeterminadora. É o que ele chamou o *ego absoluto*, uma realidade acima de todos os seres humanos, uma razão ativa, universal, que se encontra em todo indivíduo. O homem é, pois, uma parte do *ego* universal. Partilha da natureza do universo. Acha-se dominado por esse processo da vida universal.

Esse *ego*, essa atividade universal, manifesta-se no homem e na natureza. A árvore, a mesa, o animal e o homem são, todos, manifestações desse princípio fundamental. O homem é a manifestação mais elevada do *ego* criador, que é o universo.

Ao fazer desse princípio criador e livre, desse espírito ou intelecto, o fator fundamental do mundo e, com isso, libertando o homem do mecanismo mortal, ao qual filósofos anteriores pretendiam condená-lo, tanto Kant como Fichte responderam a um desejo profundamente enraizado da Humanidade, qual o de encontrar, na natureza do universo, justificação para os seus maiores anseios e esperanças.

Friedrich Wilhelm Joseph Schelling sentiu-se fascinado pelas possibilidades dessa teoria. Poeta, de temperamento artístico, levou mais longe a concepção de Fichte, doutrinando que o mundo é uma obra de arte criada pelo grande artista do universo. O universo, o homem inclusive, é, segundo Schelling, um sistema vivo em evolução, um organismo em que cada parte tem o seu lugar, da mesma maneira que cada cor de uma obra de arte se adapta ao todo para resultar uma obra-prima.

Esse ponto de vista ajustava-se, naturalmente, ao pensamento e ao temperamento dos poetas, artistas e gênios criadores daquele período. Lessing, Herder e Goethe, só para mencionar alguns, acharam que nisso estava a expressão filosófica do que era mais profundo na natureza deles. Era o universo do artista e nele havia um lugar onde o artista se sentiria à vontade e satisfeito.

Friedrich Ernst Daniel Schleiermacher identificou Deus com o princípio criador universal, a fonte de toda a vida. Deus está no mundo, mas sobrepõe-se a ele. Os homens, *egos individuais*, são princípios autodeterminadores, cada um com seu próprio talento e lugar específico no esquema das coisas. Cada indivíduo é necessário ao todo. Se o universo tem que atingir o máximo de sua realização e criar até ao limite de sua capacidade, cada uni-

dade, cada *ego*, tem também que criar até ao seu limite. O homem é necessário a essa completa auto-realização do mundo.

Todo o movimento idealístico na Filosofia, do qual Fichte e Schelling são representantes, interpretou o mundo sob o ponto de vista do homem.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel empregou o mesmo método. O estudo do homem revela certos fatos e fatores. Da mesma maneira que isso se dá com o homem, dá-se com o universo. Assim raciocinavam os idealistas.

Hegel encontrou no homem a atuação de certos processos lógicos. Reconheceu que o espírito humano passa, naturalmente, da enunciação de um fato para a de seu oposto. Por exemplo: a guerra é um mal, mas é evidente que da guerra vem e pode advir um bem. Ela deve, portanto, ser também um bem. Tendo reconhecido esses dois fatos contraditórios, o espírito humano procura então descobrir alguma base para conciliá-los. Hegel acreditava ser esse o processo pelo qual se realiza todo pensamento. Primeiro, propomos uma tese: a guerra é um mal. Depois, propomos a antítese: a guerra é um bem. A proposição final é a síntese: a despeito dos males oriundos da guerra, há certos valores que os homens realizam com ela.

O que se dá com o espírito humano, dá-se com o espírito universal, raciocinou Hegel. O universo é como o homem, sendo os processos, no primeiro, os mesmos que encontramos no espírito do segundo, se bem que numa escala maior, é claro. Para Hegel, a realidade é um processo lógico da evolução. Ela também tem sua tese, antítese e síntese eventual. O homem é o padrão, do qual o universo é a realização completa. O homem é o universo em miniatura; é o microcosmo do grande macrocosmo, isto é, um pequeno universo que é miniatura de todo o universo.

Assim, segundo Hegel, não importa por onde começemos os estudos; o resultado será o mesmo. Se começarmos com o homem e passarmos para a natureza, descobriremos iguais processos em operação. Se estudarmos primeiro o universo e passarmos para o homem, iremos encontrar a mesma similaridade.

Reconhecemos, nesse ponto abordado pelos idealistas, o dedo dos sofistas, de Sócrates e de Platão, pelo menos. Esses filósofos gregos, conforme vimos, interessaram-se primariamente pelo homem. Não se interessaram pelo universo, salvo naquilo em que afetava o homem e suas relações com os demais. Começaram com o estudo do homem. Chegaram inevitavelmente, porém, a uma teoria sobre o universo. Mas, em cada caso, interpretavam-no em termos do homem. Tomemos Platão, por exemplo. Achava que o que mais sobressai no homem é a idéia. Via-o procurando moldar o mundo para adaptá-lo às suas idéias, da mesma maneira que o artista molda a argila para concretizar uma idéia. Raciocinou, então, que a coisa suprema no universo é a idéia, pura e intocável pela matéria. Assim como o homem emprega idéias para moldar a matéria, assim o princípio criador divino do universo as empregou para moldá-lo.

E assim, desde séculos, vem-se procurando compreender o universo através do homem e sua natureza. O que se dá com o homem, dá-se com o universo, raciocinava-se.

Teorias dos Filósofos Alemães Posteriores

Houve na Filosofia, entretanto, outra tradição igualmente poderosa. Seus líderes estudaram primeiro o universo, o universo material. Tendo discutido suas leis e natureza, colocaram o homem numa cadeia de causas e efeitos inevitáveis. Se o universo é uma máquina governada por leis imutáveis, o homem é então uma máquina.

Johann Friedrich Herbart representa a última faceta do problema. A natureza e o homem, doutrinava ele, constituem-se de vindas e idas, de misturas e separações de unidades que denominou *reais*. O universo dos *reais* é absoluto. Nele não existem transformação, desenvolvimento e decomposição. A única transformação está em nosso hábito de ligar os *reais* de modo a formarem objetos ou padrões.

O leitor, indubitavelmente, já viu desenhos que, observados atentamente durante certo tempo, parecem transformar-se. O caso é que o desenho não sofre modificação; apenas nossos olhos ligam partes dele de diferentes modos, dando assim a impressão de que se modifica. Assim devemos julgar o universo e nossas experiências nele, pensou Herbart. O universo não se transforma; ligamos, porém, os vários *reais* de tal modo que ele nos dá a impressão de que se transforma.

Analogicamente, o homem é o resultado da organização de *reais*. Sua vida mental é a fusão, a organização de idéias que resultam da interação de *reais*. Herbart acreditava que tudo isso pode ser enunciado em termos puramente mecânicos. Segundo ele, a Psicologia nada mais é que a mecânica do espírito. Como Herbart via o universo operar em termos de leis seguras, raciocinava que se pode explicar o homem, nos mesmos termos, em todos os seus atos. Tudo no espírito segue leis fixas. O homem é parte do universo material, é governado pelas mesmas leis e pode ser compreendido e controlado se conhecermos essas leis.

A teoria de *Artur Schopenhauer* enquadrava-se dentro da tradição idealística. Ele interpretou o mundo, o universo, em termos da criatura humana. Encontrou no homem a vontade suprema. O homem quer, deseja fazer e ter alguma coisa. Isso leva-o a agir e disso pode resultar uma mudança do ambiente. O que se dá com ele, dá-se com o universo. A vontade é o princípio fundamental do universo criador. Toda a natureza é a manifestação da vontade. Na pedra, ela é cega; no homem, consciente.

O homem é, portanto, o padrão do universo, um padrão em miniatura. É o universo grandemente reduzido.

Hermann Lotze acompanhou a mesma tradição. O universo, em sua teoria, deve ser compreendido em termos do espírito humano, uma vez que este é a única realidade cognoscível. A vida mental acha-se presente em toda a natureza, mesmo nas rochas e na terra. O espírito humano representa a fase mais elevada, aquela em que o espírito se torna cômico de si mesmo. O homem é a mais verdadeira representação do universo, a mais alta criação do espírito criador, que é o universo.

O homem, como modelo do universo, é analisado por *Friedrich Nietzsche*. Nele, Nietzsche encontrou a vontade de exercer domínio e crê que esse é o elemento preponderante. Raciocinou, portanto, que essa vontade de

dominar é o fator fundamental no universo. Contudo, essa vontade universal de dominar assume, segundo a teoria de Nietzsche, uma aparência sinistra. O universo não se preocupa absolutamente com o homem, seus sonhos e esperanças.

É a vontade do homem que o conduz, independentemente das conseqüências que possam advir a outros, o mesmo se dando com a vontade do universo, independentemente das conseqüências que nos possam advir. Ela esmaga o homem na tempestade e o destrói na torrente. Não se preocupa com sua existência e ignora seus planos e lutas. O universo não é complacente com o homem. A vida é horrível. Não há uma solução. Lutamos pela realização de nossas vontades para, no fim, sermos esmagados, devorados pela morte.

Nietzsche fez voltar contra os idealistas o otimismo deles. Eles acreditavam que o universo devia ser interpretado em termos do homem se os valores deste tivessem que ser preservados. Como o espírito é para eles a essência do homem, raciocinaram então que a essência do universo é o espírito, sendo este complacente com os valores do homem. Nietzsche empregou esse mesmo método, mas é de opinião que a essência do homem é a vontade de dominar. Ao traduzir isso em termos universais, quando fez da vontade de dominar a essência do universo, chegou à conclusão pessimista de que o universo não se preocupa com o homem e seus valores.

Lugar do Homem no Universo, Segundo Comte

A tentativa mais radical, para interpretar o universo em termos do homem, encontra-se no movimento filosófico conhecido como Positivismo. O chefe desse movimento foi *Augusto Comte*. Adotou o ponto de vista de que a única fonte do conhecimento é a observação e a experiência. Partindo daí, apenas conseguimos relações uniformes entre os fenômenos. No tocante às essências interiores, nada podemos saber.

Conseqüentemente, não podemos conhecer a essência interior do universo ou do homem. Este, ao contemplar aquele, acha-o operando de certo modo. Isso é tudo o que o homem sabe e tudo que precisa saber. O universo e o lugar do homem nele são, pois, interpretados em termos daquilo que o homem pode ver e experimentar.

O homem vê indivíduos, apanhando corrente de ar, resfriando-se e sofrendo. Até aí, as correntes de ar são suas inimigas. Mas percebe também que, regulando-as, pode manter aceso o fogo e, com ele, pode aquecer a casa ou cozinhar os alimentos. Já aí elas são agradáveis ao homem. Tudo que este precisa conhecer, tudo que pode realmente conhecer são essas relações. Se existe uma unidade básica atrás desses fenômenos, é coisa que não pode saber; nem precisa saber, uma vez que isso não modificaria sua vida. Permaneceria ainda afastado de certas correntes de ar e empregaria outras para regular o fogo.

Segundo Comte, o homem está no universo, acha-se afetado de vários modos pelas suas partes e pode afetar o universo de muitas maneiras. Como encontra regularidade nas relações entre as partes do universo, e entre ele e essas partes, pode prever conseqüências de seus atos ou aconteci-

mentos entre as partes, e governar seus atos até certo grau, pelo menos, à luz dessas relações.

Teorias de Mill e Spencer

John Stuart Mill contribuiu para esse ponto de vista, mostrando como o homem pode descobrir regularidades dentro do universo. Seu método lógico, de indução, foi o guia para essa asserção. Vemos muitos eventos nos quais existem certas similaridades. Estudamo-los e descobrimos consistências. A experiência prova que podemos depender dessas consistências. Concluimos, portanto, que certa situação será seguida de certo fenômeno. Podemos agir de acordo com isso – acreditava Mill – com alto grau de certeza de que não erraremos.

Tendo percebido ordem, uniformidade e seqüência inevitáveis no mundo que experimentamos, Mill raciocinou que os mesmos fatores são encontrados no homem, uma vez que este é parte do universo. Percebemos, porém, que, no homem, os fatores que devem ser levados em consideração são tão numerosos que se nos torna impossível predizer algo com elevado grau de certeza. O homem é um ser muito complexo. Todos os seus atos resultam de considerável número de fatores. Conquanto, pois, os mesmos princípios fundamentais se apliquem ao universo e ao homem, é mais fácil reconhecê-los no universo, uma vez que, neste, os fatores são mais simples.

Por exemplo: é possível a um astrônomo, com base em observações e experiência, predizer com absoluta exatidão o aparecimento de um cometa, daqui a muitas centenas de anos. Mas predizer se uma criança recém-nascida será médico, advogado, mendigo ou ladrão, é praticamente impossível. No primeiro caso, os fatores envolvidos são relativamente simples, ao passo que, no segundo, são complexíssimos. Ora, - e isso é o que tem importância para nós – Mill acreditava que, se fosse possível a alguém conhecer todos os fatores e seu peso, o homem encontraria igual certeza, uniformidade e inevitabilidade em ambos os casos. De fato, ao tratar de seus problemas sociais e políticos, procurou demonstrar que certa uniformidade existe realmente e pode ser experimentada.

Embora *Herbert Spencer* fosse de opinião que o homem só pode ter conhecimento das coisas através de experiências, estava certo de que essas experiências deviam ter uma causa, devia haver um universo fora de nossas experiências que nos fizesse senti-las como, aliás, as sentimos. Embora chamasse isso o *incognoscível*, interpretava-o em termos do que encontrara no homem.

Visto o homem ter a sensação subjetiva de exercer atividade, força muscular, o *incognoscível* é da mesma natureza, raciocinou ele. É atividade, força. O princípio fundamental do universo, portanto, é também o princípio fundamental do homem. Este provém do universo.

Assim como essa força é criadora e ativa, segundo leis definidas de desenvolvimento, assim julgamos o homem o resultado desse desenvolvimento criador. O homem resulta de processos evolucionistas que se encontram no universo. Além disso, ao desenvolver-se, ele segue esses processos. A lei da evolução é, por conseguinte, a lei universal. É a lei do desenvolvi-

mento do universo que explica o aparecimento do homem, está nele e o faz desenvolver-se.

Raciocinou Spencer: assim como todas as coisas, no universo, resultam da adaptação da unidade ao ambiente, assim tudo que está no homem resulta de uma adaptação similar. A consciência, por exemplo, resultou da necessidade de se adaptar ao ambiente. O homem é o que é porque seu universo e seu ambiente lhe fazem certas exigências definidas e consistentes. Por conseguinte, a lei fundamental ao universo é também fundamental ao homem. Este é parte, uma fase dos processos em movimento, que são a evolução.

Teorias de James, Dewey e Russel

A teoria positivista, conforme foi desenvolvida por Comte, evidencia-se nas idéias de *William James*. Ele também colocou o homem no centro do universo. Para ele, tudo que se experimenta é real. A realidade é pura experiência. Na base, pois, de nossa experiência, construímos a teoria do universo. Mas essa teoria acha-se determinada pelo que experimentamos. É egocêntrica, isto é, concentra-se no *ego* do homem.

Na teoria de James, tudo que satisfaz ao homem é verdadeiro; e tudo que não lhe satisfaz é falso. O homem encontra certas consistências em sua experiência, as quais, segundo seu raciocínio, se aplicam ao universo. Agimos de conformidade com elas, seguindo-se-lhes os resultados que antecipamos. São verdadeiras. O universo é, portanto, o universo da experiência humana. Interpretamo-lo em termos de nossa experiência, da qual resultam todas as idéias que dele temos.

John Dewey também se referiu ao homem como a medida do universo. Este é o que o homem representa. É tolice procurar ir além disso para descobrir a origem absoluta e finalidades. O homem não pode ir além de suas experiências.

A realidade, no pensamento de Dewey, cresce, muda e desenvolve-se segundo leis, que são as da experiência humana. O homem faz parte desse processo; está no universo, é uma criação do processo evolucionista que encontramos por toda parte. Nele, o universo vem conscientemente.

No homem encontramos incertezas, dúvidas e certo grau de certeza, o mesmo se dando no universo. A experiência do homem é a medida do universo, a única medida possível que podemos ter, pois nenhum homem pode ir para fora de sua experiência.

Bertrand Russel exprime esse mesmo princípio geral em seu pequeno livro *A Free Man's Worship*. Não chega, porém, pelo mesmo método, às conclusões de Nietzsche, conquanto sejam as suas similares nas conseqüências. Russel encara o universo como uma grande máquina matemática, governada por leis científicas inexoráveis e imutáveis. O homem é parte desse sistema, uma parte pequeníssima e insignificante.

Segundo Russel, o homem é apanhado no movimento perene dessa grande máquina universal. Suas leis são inevitáveis e seus moínhos moem independentemente do que está sendo nele atirado. O homem eleva-se por um momento, julga ser alguma coisa, mas é curto seu tempo de exaltação.

Após uma breve vida, cai fora do esquema das coisas, e o universo continua em sua marcha, indiferente e sem notar-lhe a queda. Na eternidade da máquina universal, o indivíduo e seus valores nada significam.

A Humanidade, diz Russel, semelha um grupo de marinheiros naufragos numa balsa, num imenso mar, à noite. Tudo em redor é escuridão. Um a um vão caindo da balsa e desaparecendo nas águas. Ao cair o último homem, o mar prossegue em seu movimento, cobrindo o espaço deixado pelos corpos. A natureza não se preocupa com os homens.

Assim, através da história do pensamento, o homem tem procurado compreender o universo e sua relação consigo. Surgiram filósofos que lhe disseram que o universo se assemelha a ele e a seus amigos e que, no universo, existem forças que se preocupam com seu bem-estar. Realmente, o Deus filosófico é quase sempre um ser cuja preocupação reside no homem. Mas há outros filósofos que consideram o universo, e o homem inclusive, um vasto sistema de leis e consistências, no qual os valores humanos ocupam pouco lugar ou mesmo nenhum. O homem vive seus poucos dias e depois é esquecido.

Nos pontos extremos, temos a posição da Religião e a da Ciência. A filosofia religiosa tentou, mais ou menos consistentemente, construir um universo amigo do homem e de seus valores. Reconhece fatores que parecem desmentir a teoria: morte, pecado, sofrimento e esperanças não realizadas. Esforça-se, porém, em adaptá-los a um todo para que percam sua parte dolorosa. Oferece sempre Deus e o Céu como solução final para o problema.

A filosofia científica, por outro lado, considera o universo como o descobrem no laboratório ou em pesquisas estritamente científicas. Encontra apenas leis e consistências, uma grande máquina em perene movimento, máquina da qual se pode depender para se agir de certo modo, mas que não se preocupa com os valores humanos.

E há, também, os filósofos que procuram conciliar ambos os extremos. Os “pragmatistas” pertencem a esse grupo, existindo ainda muitos outros. Acontece, porém, muitas vezes, que o mediador simplesmente forma, com os dois, uma mistura inconsciente.

Eis a questão que ainda assedia a Filosofia: É o universo amigo ou inimigo do homem?

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

ALLAN KARDEC

“O LIVRO DOS ESPÍRITOS”

CRIAÇÃO

I – FORMAÇÃO DOS MUNDOS

O Universo compreende a infinidade dos mundos que vemos e não vemos, todos os seres animados e inanimados, todos os astros que se movem no espaço e os fluidos que o preenchem.

37. O Universo foi criado, ou existe de toda a eternidade, como Deus?

– Ele não pode ter sido feito por si mesmo; e se existisse de toda a eternidade, como Deus, não poderia ser obra de Deus.

A razão nos diz que o Universo não poderia fazer-se por si mesmo, e que, não podendo ser obra do acaso, deve ser obra de Deus.

38. Como criou Deus o Universo?

– Para me servir de uma expressão corrente: por sua vontade. Nada exprime melhor essa vontade todo-poderosa do que estas belas palavras do Gênese: “Deus disse: Faça-se a luz, e a luz foi feita”.

39. Podemos conhecer o modo de formação dos mundos?

– Tudo o que se pode dizer, e que podeis compreender, é que os mundos se formam pela condensação da matéria espalhada no espaço.

40. Os cometas seriam, como agora se pensa, um começo de condensação da matéria, mundos em vias de formação?

– Isso está certo; absurdo, porém, é acreditar na sua influência. Quero dizer, a influência que vulgarmente lhe atribuem; porque todos os corpos celestes têm a sua parte de influência em certos fenômenos físicos.

41. Um mundo completamente formado pode desaparecer e a matéria que o compõe espalhar-se de novo no espaço?

– Sim, Deus renova os mundos, como renova os seres vivos.

42. Podemos conhecer a duração da formação dos mundos; da Terra, por exemplo?

– Nada te posso dizer, porque somente o Criador o sabe; e bem louco seria quem pretendesse sabê-lo, ou conhecer o número de séculos dessa formação.

II – FORMAÇÃO DOS SERES VIVOS

43. Quando a Terra começou a ser povoada?

– No começo, tudo era caos; os elementos estavam fundidos. Pouco a pouco, cada coisa tomou o seu lugar; então, apareceram os seres vivos, apropriados ao estado do globo.

44. De onde vieram os seres vivos para a Terra?

– A Terra continha os germes, que esperavam o momento favorável para desenvolver-se. Os princípios orgânicos reuniram-se, desde o instante em que cessou a força de dispersão, e formaram os germes de todos os seres vivos. Os germes permaneceram em estado latente e inerte, como a crisálida e as sementes das plantas, até o momento propício à eclosão de cada espécie; então, os seres de cada espécie se reuniram e se multiplicaram.

45. Onde estavam os elementos orgânicos, antes da formação da Terra?

– Estavam, por assim dizer, em estado fluídico no espaço, entre os Espíritos, ou em outros planetas, esperando a criação da Terra, para começarem uma nova existência sobre um novo globo.

A Química nos mostra as moléculas dos corpos inorgânicos unindo-se para formar cristais de uma pluralidade constante, segundo cada espécie, desde que estejam nas condições necessárias. A menor perturbação destas condições é suficiente para impedir a reunião dos elementos, ou pelo menos a disposição regular que constitui o cristal. Por que não ocorreria o mesmo com os elementos orgânicos? Conservamos durante anos germes de plantas e de animais, que não se desenvolvem a não ser numa dada temperatura e num meio apropriado; viram-se grãos de trigo germinar depois de muitos séculos. Há, portanto, nesses germes, um princípio latente de vitalidade, que só espera uma circunstância favorável para desenvolver-se. O que se passa diariamente sob os nossos olhos não pode ter existido desde a origem do globo? Esta formação dos seres vivos, saindo do caos pela própria força da Natureza, tira alguma coisa à grandeza de Deus? Longe disso, corresponde melhor à idéia que fazemos do seu poder, exercendo-se sobre os mundos infinitos através de leis eternas. Esta teoria não resolve, é verdade, a questão da origem dos elementos vitais; mas Deus tem os seus mistérios e estabeleceu limites às nossas investigações.

46. Há seres que ainda nascem espontaneamente?

– Sim, mas o germe primitivo já existia em estado latente. Sois, todos os dias, testemunhas desse fenômeno. Os tecidos dos homens e dos animais não contêm os germes de uma multidão de vermes que esperam, para eclodir, a fermentação pútrida necessária à sua existência? É um pequeno mundo que dormitava e desperta.

47. A espécie humana se achava entre os elementos orgânicos do globo terrestre?

– Sim, e veio a seu tempo. Foi isso que deu motivo a dizer-se que o homem foi feito do limo da terra.

48. Podemos conhecer a época da aparição do homem e de outros seres vivos sobre a Terra?

- Não; todos os vossos cálculos são quiméricos.

49. Se o germe da espécie humana estava entre os elementos orgânicos do globo, por que os homens não mais se formam espontaneamente, como em sua origem?

– O princípio das coisas permanece nos segredos de Deus; podemos dizer que os homens, uma vez dispersos sobre a Terra absorveram em si mesmos os elementos necessários à sua formação, para transmiti-los segundo as leis da reprodução. O mesmo aconteceu com as demais espécies de seres vivos.

III – POVOAMENTO DA TERRA. ADÃO

50. A espécie humana começou por um só homem?

– Não; aquele que chamais Adão não foi o primeiro nem o único a povoar a Terra.

51. Podemos saber em que época viveu Adão?

– Mais ou menos naquela que lhe assinalais: cerca de quatro mil anos antes de Cristo.

O homem cuja tradição se conservou sob o nome de Adão foi um dos que sobreviveram, em alguma região, a um dos grandes cataclismos que em diversas épocas modificaram a superfície do globo, e tornou-se o tronco de uma das raças que hoje o povoam. As leis da Natureza contradizem a opinião de que os progressos da Humanidade, constatados muito tempo antes de Cristo, se tivessem realizado em alguns séculos, como o teria de ser, se o homem não tivesse aparecido depois da época assinalada para a existência de Adão. Alguns, e com muita razão, consideram Adão como um mito ou uma alegoria, personificando as primeiras idades do mundo.

IV – DIVERSIDADE DAS RAÇAS HUMANAS

52. De onde vêm as diferenças físicas e morais que distinguem as variedades de raças humanas na Terra?

– Do clima, da vida e dos hábitos. Dá-se o mesmo que se daria com duas crianças da mesma mãe, que, educadas uma longe da outra e de maneira diferente, não se assemelhassem em nada quanto a moral.

53. O homem apareceu em muitos pontos do globo?

– Sim, e em diversas épocas, e é essa uma das causas da diversidade das raças; depois, o homem se dispersou pelos diferentes climas, e aliando-se os de uma raça aos de outras, formaram-se novos tipos.

53-a. Essas diferenças representam espécies distintas?

– Certamente não, pois todos pertencem à mesma família. As variedades do mesmo fruto acaso não pertencem à mesma espécie?

54. Se a espécie humana não procede de um só tronco, não devem os homens deixar de considerar-se irmãos?

– Todos os homens são irmãos em Deus, porque são animados pelo espírito e tendem para o mesmo alvo. Quereis sempre tomar as palavras ao pé da letra.

V – PLURALIDADE DOS MUNDOS

55. Todos os globos que circulam no espaço são habitados?

– Sim, e o homem terreno está bem longe de ser, como acredita, o primeiro em inteligência, bondade e perfeição. Há, entretanto, homens que se julgam espíritos fortes e imaginam que só este pequeno globo tem o privilégio de ser habitado por seres racionais. Orgulho e vaidade! Crêem que Deus criou o Universo somente para eles.

Deus povoou os mundos de seres vivos, e todos concorrem para o objetivo final da Providência. Acreditar que os seres vivos estejam limitados apenas ao ponto que habitamos no Universo, seria pôr em dúvida a sabedoria de Deus, que nada fez de inútil e deve ter destinado esses mundos a um fim mais sério do que o de alegrar os nossos olhos. Nada, aliás, nem na posição, no volume ou na constituição física da Terra, pode razoavelmente levar-nos à suposição de que ela tenha o privilégio de ser habitada, com exclusão de tantos milhares de mundos semelhantes.

56. A constituição física dos diferentes globos é a mesma?

– Não; eles absolutamente não se assemelham.

57. A constituição física dos mundos não sendo a mesma para todos, os seres que habitam terão organização diferente?

– Sem dúvida, como entre vós os peixes são feitos para viver na água e os pássaros no ar.

58. Os mundos mais distanciados do Sol são privados de luz e calor, de vez que o Sol lhes aparece apenas como uma estrela?

– Acreditais que não há outras fontes de luz e de calor, além do Sol? Não tendes em conta a eletricidade, que em certos mundos desempenha um papel desconhecido para vós, bem mais importante, que o que lhe cabe na Terra? Aliás, não dissemos que todos os seres vivem da mesma maneira que vós, com órgãos semelhantes aos vossos.

As condições de existência dos seres nos diferentes mundos devem ser apropriadas ao meio em que têm de viver. Se nunca tivéssemos visto peixes, não compreenderíamos como alguns seres pudessem viver na água. O mesmo acontece com outros mundos, que sem dúvida contêm elementos para nós desconhecidos. Não vemos na Terra as longas noites polares iluminadas pela eletricidade das auroras boreais? Que impossibilidade haveria para a eletricidade ser mais abundante que na Terra, desempenhando um papel geral cujos efeitos não podemos compreender? Esses mundos podem conter em si mesmos as fontes de luz e calor necessários aos seus habitantes.

VI – CONSIDERAÇÕES E CONCORDÂNCIAS

BÍBLICAS REFERENTES À CRIAÇÃO

59. Os povos fizeram idéias bastante divergentes sobre a Criação, segundo o grau de seus conhecimentos. A razão apoiada na Ciência reconheceu a inverossimilhança de algumas teorias. A que os Espíritos nos oferecem confirma a opinião há muito admitida pelos homens mais esclarecidos.

A objeção que se pode fazer a essa teoria é a de estar em contradição com os textos dos livros sagrados. Mas um exame sério nos leva a reconhecer que essa contradição é mais aparente que real, resultante da interpretação dada a passagens que, em geral, só possuíam sentido alegórico.

A questão do primeiro homem, na pessoa de Adão, como único tronco da Humanidade, não é a única sobre a qual as crenças religiosas têm de modificar-se. O movimento da Terra parecia, em determinada época, tão contrário aos textos sagrados, que não há formas de perseguição a que essa teoria não tenha dado pretexto. Não obstante, a Terra gira, malgrado os anátemas, e ninguém hoje em dia poderia contestá-lo, sem ofender a sua própria razão.

A Bíblia diz igualmente que o mundo foi criado em seis dias, e fixa a época da Criação em cerca de quatro mil anos antes da Era Cristã. Antes disso, a Terra não existia; ela foi tirada do nada. O texto é formal. E eis que a Ciência positiva, a Ciência inexorável, vem provar o contrário. A formação do globo está gravada em caracteres indeléveis no mundo fóssil, e está provado que os seis dias da Criação representam outros tantos períodos, cada um deles, talvez, de muitas centenas de milhares de anos. E não se trata de um sistema, uma doutrina, uma opinião isolada, mas de um fato tão constante como o do movimento da Terra, e que a Teologia não pode deixar de admitir, prova evidente do erro em que se pode cair, quando se tomam ao pé da letra as expressões de uma linguagem freqüentemente figurada. (As recentes declarações do Papa Pio XII, admitindo os cálculos da Ciência para a formação da Terra, confirmam o acerto de Kardec nesta nota. N. do T.). Devemos concluir, então, que a Bíblia é um erro? Não; mas que os homens se enganaram na sua interpretação. (Advertência aos que condenam a Bíblia sem levar em conta os fatores históricos e a linguagem figurada do texto. N. do T.).

A Ciência, escavando os arquivos da Terra, descobriu a ordem em que os diferentes seres vivos apareceram na sua superfície, e essa ordem concorda com a indicada no Gênesis, com a diferença de que essa obra, em vez de ter saído miraculosamente das mãos de Deus, em apenas algumas horas, realizou-se, sempre pela sua vontade, mas segundo a lei das forças naturais, em alguns milhões de anos. Deus seria, por isso, menor e menos poderoso? Sua obra se tornaria menos sublime, por não ter o prestígio da instantaneidade? Evidentemente, não. É preciso fazer da Divindade, uma idéia bem mesquinha, para não reconhecer a sua onipotência nas leis eternas que ela estabeleceu para reger os mundos. A Ciência, longe de diminuir a obra divina, no-la mostra sob um aspecto mais grandioso e mais conforme com as noções que temos do poder e da majestade de Deus, pelo fato mesmo de ter ela se realizado sem derrogar as leis da Natureza.

A Ciência, de acordo neste ponto com Moisés, coloca o homem por último na ordem da criação dos seres vivos. Moisés, porém, coloca o dilúvio universal no ano 1654 da formação do mundo, enquanto a Geologia nos mostra o grande cataclismo como anterior à aparição do homem, tendo em vista que, até agora, não se encontra nas camadas primitivas nenhum traço da sua presença, nem da presença dos animais que, sob o ponto de vista físico, são da sua mesma categoria. Mas nada prova que isso seja impossível; várias descobertas já lançaram dúvidas a respeito, podendo acontecer, portanto, que de um momento para outro se adquira a certeza material da ante-

rioridade da raça humana. E então se reconhecerá que, nesse ponto, como em outros, o texto bíblico é figurado.

A questão está em saber se o cataclismo é o mesmo de Noé. Ora, a duração necessária à formação das camadas fósseis não dá lugar a confusões, e no momento em que se encontrarem os traços da existência do homem, anteriores à grande catástrofe, ficará provado que Adão não foi o primeiro homem, ou que a sua criação se perde na noite dos tempos. Contra a evidência não há raciocínios possíveis, e será necessário aceitar o fato, como se aceitou o do movimento da Terra e o dos seis períodos da Criação.

A existência do homem antes do dilúvio geológico é, não há dúvida, ainda hipotética, mas eis como nos parece menos. Admitindo-se que o homem tenha aparecido pela primeira vez na Terra há quatro mil anos antes de Cristo; se 1650 anos mais tarde toda a raça humana foi destruída, com exceção apenas de uma família, conclui-se que o povoamento da Terra data de Noé, ou seja, de 2.350 anos antes da nossa era. Ora, quando os hebreus emigraram para o Egito, no décimo oitavo século, encontraram esse país bastante povoado e já bem avançado em civilização. A História prova que, nessa época, a Índia e outros países eram igualmente florescentes, mesmo sem levarmos em conta a cronologia de certos povos, que remonta a uma época mais recuada. Teria sido então necessário que do vigésimo quarto ao décimo oitavo século, quer dizer, num espaço de seiscentos anos, não somente a posteridade de um único homem tivesse podido povoar todas as imensas regiões então conhecidas, supondo-se que as outras não estivessem povoadas, mas também que, nesse curto intervalo, a espécie humana tivesse podido elevar-se da ignorância absoluta do estado primitivo ao mais alto grau de desenvolvimento intelectual, o que é contrário a todas as leis antropológicas.

A diversidade das raças humanas vem ainda em apoio desta opinião. O clima e os hábitos produzem, sem dúvida, modificações das características físicas, mas sabe-se até onde pode chegar a influência dessas causas, e o exame fisiológico prova a existência, entre algumas raças, de diferenças constitucionais mais profundas que as produzidas pelo clima. O cruzamento de raças produz os tipos intermediários; tende a superar os caracteres extremos, mas não cria estes, produzindo apenas as variedades. Ora, para que tivesse havido cruzamento de raças, era necessário que houvesse raças distintas, e como explicarmos a sua existência, dando-lhes um tronco comum, e sobretudo tão próximo? Como admitir-se que, em alguns séculos, certos descendentes de Noé se tivessem transformado, a ponto de produzirem a raça etíope, por exemplo? Uma tal metamorfose não é mais admissível que a hipótese de um tronco comum para o lobo e a ovelha, o elefante e o pulgão, a ave e o peixe. Ainda uma vez, nada poderia prevalecer contra a evidência dos fatos.

Tudo se explica, pelo contrário, admitindo-se a existência do homem antes da época que lhe é vulgarmente assinalada; a diversidade das origens; Adão, que viveu há seis mil anos, como tendo povoado uma região ainda inabitada; o dilúvio de Noé como uma catástrofe parcial, que se tomou pelo cataclismo geológico (As escavações arqueológicas realizadas por “sir” Charles Leonard Woolley, em 1929, ao norte de Basora, próximo ao Golfo Pérsico, para a descoberta de Ur, revelaram os restos de uma catástrofe diluviana ocorrida exatamente quatro mil anos antes de Cristo. Ao encontrar a camada de lodo que cobria as ruínas da Ur primitiva, Wool-

ley transmitiu a notícia ao mundo nos seguintes termos: “Encontramos os sinais do dilúvio universal. Trabalhos posteriores comprovaram o fato, mostrando que houve um dilúvio local no delta do Tigre e do Eufrates, exatamente na data assinalada pela Bíblia. Este fato vem confirmar a previsão de Kardec. (N. do T.); e tendo-se em conta, por fim, a forma alegórica peculiar ao estilo oriental, que se encontra nos livros sagrados de todos os povos. Eis porque é prudente não se acusar muito ligeiramente de falsas as doutrinas que podem, cedo ou tarde, como tantas outras, oferecer um desmentido aos que as combatem. As idéias religiosas, longe de perder, se engrandecem, ao marchar com a Ciência; esse o único meio de não apresentarem ao ceticismo um lado vulnerável.

*

LIVRO: “O QUE É O ESPIRITISMO”

ALLAN KARDEC

SOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS PELA DOCTRINA ESPÍRITA

A PLURALIDADE DOS MUNDOS HABITADOS

105. Os diferentes mundos que circulam no espaço, terão habitantes como a Terra?

Todos os Espíritos o afirmam e a razão diz que assim deve ser. A Terra não ocupa no Universo nenhuma posição especial, nem por sua colocação, nem pelo seu volume, e nada justificaria o privilégio exclusivo de ser habitada. Além disso, Deus não teria criado milhares de globos, com o fim único de recrear-nos a vista, tanto mais que o maior número deles se acha fora de nosso alcance. (O Livro dos Espíritos, nº 55. — Revue Spirite, 1858, pág. 65: Pluralité des mondes, por Flammarion.)

106. Se os mundos são povoados, serão seus habitantes, em tudo, semelhantes aos da Terra? Em uma palavra, poderiam eles viver entre nós, e nós entre eles?

A forma geral poderia ser, mais ou menos, a mesma, mas o organismo deve ser adaptado ao meio em que eles têm de viver, como os peixes são feitos para viver na água e as aves no ar.

Se o meio for diverso, como tudo leva a crê-lo e como parece demonstrá-lo as observações astronômicas, a organização deve ser diferente; não é, pois, provável que, em seu estado normal, eles possam mudar de mundo com os mesmos corpos. Isto é confirmado por todos os Espíritos.

107. Admitindo que esses mundos sejam povoados, estarão na mesma colocação que o nosso, sob o ponto de vista intelectual e moral?

Segundo o ensino dos Espíritos, os mundos se acham em graus de adiantamento muito diferentes; alguns estão no mesmo ponto que o nosso; outros são mais atrasados, sendo sua humanidade mais bruta, mais material e mais propensa ao mal. Pelo contrário, outros são muito mais adiantados moral, intelectual e fisicamente; neles, o mal moral é desconhecido, as artes e as ciências já atingiram um grau de perfeição que foge à nossa apreciação; a organização física, menos material, não está sujeita aos sofrimentos, moléstias e enfermidades; aí os homens vivem em paz, sem buscar o

prejuízo uns dos outros, isentos dos desgostos, cuidados, aflições e necessidades que os apoquentam na Terra. Há, finalmente, outros ainda mais adiantados, onde o invólucro corporal, quase fluídico, se aproxima cada vez mais da natureza dos anjos.

Na série progressiva dos mundos, o nosso nem ocupa o primeiro nem o último lugar, mas é um dos mais materializados e atrasados. (Revue Spirite, 1858, págs. 67, 108 e 223. — Idem, 1860, págs. 318 e 320. — O Evangelho segundo o Espiritismo, cap. III.)

DA ALMA

108. Qual a sede da alma?

A alma não está, como geralmente se crê, localizada num ponto particular do corpo; ela forma com o perispírito um conjunto fluídico, penetrável, assimilando-se ao corpo inteiro, com o qual ela constitui um ser complexo, do qual a morte não é, de alguma sorte, mais que um desdobramento. Podemos figuradamente supor dois corpos semelhantes na forma, um encaixado no outro, confundidos durante a vida e separados depois da morte. Nessa ocasião um deles é destruído, ao passo que o outro subsiste.

Durante a vida a alma age mais especialmente sobre os órgãos do pensamento e do sentimento. Ela é, ao mesmo tempo, interna e externa, isto é, irradia exteriormente, podendo mesmo isolar-se do corpo, transportar-se ao longe e aí manifestar sua presença, como o provam a observação e os fenômenos sonambúlicos.

109. Será a alma criada ao mesmo tempo que o corpo, ou anteriormente a este?

Depois da questão da existência da alma, é esta uma das questões mais capitais, porque de sua solução dimanam as mais importantes conseqüências; ela é a única capaz de explicar uma multidão de problemas até hoje insolúveis, por não se ter nela acreditado.

De duas uma: ou a alma existia, ou não existia antes da formação do corpo; não pode haver meio-termo.

Com a preexistência da alma tudo se explica lógica e naturalmente; sem ela, encontram-se tropeços a cada passo, e, mesmo, certos dogmas da Igreja ficam sem justificação, o que tem conduzido muitos pensadores à incredulidade.

Os Espíritos resolveram a questão afirmativamente, e os fatos, como a lógica, não podem deixar dúvidas a esse respeito.

Admita-se, ao menos como hipótese, a preexistência da alma, e veremos aplainar-se a maioria das dificuldades.

110. Se a alma já existia, antes da sua união com o corpo tinha ela sua individualidade e consciência de si?

Sem individualidade e sem consciência de si mesma, seria como se não existisse.

111. Antes da sua união com o corpo, já tinha a alma feito algum

progresso, ou estava estacionária?

O progresso anterior da alma é simultaneamente demonstrado pela observação dos fatos e pelo ensino dos Espíritos.

112. Criou Deus as almas iguais moral e intelectualmente, ou fê-las mais perfeitas e inteligentes umas que as outras?

Se Deus as houvesse feito umas mais perfeitas que as outras, não conciliaria essa preferência com a justiça. Sendo todas as criaturas obra sua, por que dispensaria ele do trabalho umas, quando o impõe a outras para alcançarem a felicidade eterna? A desigualdade das almas em sua origem seria a negação da justiça de Deus.

113. Se as almas são criadas iguais, como explicar a diversidade de aptidões e predisposições naturais que notamos entre os homens, na Terra?

Essa diversidade é a consequência do progresso feito pela alma, antes da sua união ao corpo. As almas mais adiantadas, em inteligência e moralidade, são as que têm vivido mais e mais progredido antes de sua encarnação.

114. Qual o estado da alma em sua origem?

As almas são criadas simples e ignorantes, isto é, sem ciência e sem conhecimento do bem e do mal, mas com igual aptidão para tudo. A princípio, encontram-se numa espécie de infância, sem vontade própria e sem consciência perfeita de sua existência. Pouco a pouco o livre-arbítrio se desenvolve, ao mesmo tempo que as idéias. (O Livro dos Espíritos, n^{os} 114 e seguintes.)

115. Fez a alma esse progresso anterior, no estado de alma propriamente dita, ou em precedente existência corporal?

Além do ensino dos Espíritos sobre esse ponto, o estudo dos diferentes graus de adiantamento do homem, na Terra, prova que o progresso anterior da alma deve fazer-se em uma série de existências corporais, mais ou menos numerosas, segundo o grau a que ele chegou; a prova disto está na observação dos fatos que diariamente estão sob os nossos olhos. (O Livro dos Espíritos, n^{os} 166 a 222. — Revue Spirite, abril, 1862, páginas 97 a 106.)

O HOMEM DURANTE A VIDA TERRENA

116. Como e em que momento se opera a união da alma ao corpo?

Desde a concepção, o Espírito, ainda que errante, está, por um cordão fluídico, preso ao corpo com o qual se deve unir. Este laço se estreita cada vez mais, à medida que o corpo se vai desenvolvendo. Desde esse momento, o Espírito sente uma perturbação que cresce sempre; ao aproximar-se do nascimento, ocasião em que ela se torna completa, o Espírito perde a consciência de si e não recobra as idéias senão gradualmente, a partir do momento em que a criança começa a respirar; a união então é completa e definitiva.

117. Qual o estado intelectual da alma da criança no momento de nascer?

Seu estado intelectual e moral é o que tinha antes da união ao corpo, isto é, a alma possui todas as idéias anteriormente adquiridas; mas, em razão da perturbação que acompanha a mudança de estado, suas idéias se acham momentaneamente em estado latente. Elas se vão esclarecendo aos poucos, mas não se podem manifestar senão proporcionalmente ao desenvolvimento dos órgãos.

118. Qual a origem das idéias inatas, das disposições precoces, das aptidões instintivas para uma arte ou ciência, abstração feita da instrução?

As idéias inatas não podem ter senão duas fontes: a criação das almas mais perfeitas umas que as outras, no caso de serem criadas ao mesmo tempo que o corpo, ou um progresso por elas adquirido anteriormente à encarnação. Sendo a primeira hipótese incompatível com a justiça de Deus, só fica de pé a segunda. As idéias inatas são o resultado dos conhecimentos adquiridos nas existências anteriores, são idéias que se conservaram no estado de intuição, para servirem de base à aquisição de outras novas.

119. Como se podem revelar gênios nas classes da sociedade inteiramente privadas de cultura intelectual?

É um fato que prova serem as idéias inatas independentes do meio em que o homem foi educado. O ambiente e a educação desenvolvem as idéias inatas, mas não no-las podem dar. O homem de gênio é a encarnação de um Espírito adiantado que muito houvera já progredido. A educação pode fornecer a instrução que falta, mas não o gênio, quando este não exista.

120. Por que encontramos crianças instintivamente boas em um meio perverso, apesar dos maus exemplos que colhem, ao passo que outras são instintivamente viciosas em um meio bom, apesar dos bons conselhos que recebem?

É o resultado do progresso moral adquirido, como as idéias inatas são o resultado do progresso intelectual.

121. Por que de dois filhos do mesmo pai, educados nas mesmas condições, um é às vezes inteligente e o outro estúpido, um bom e o outro mau? Por que o filho de um homem de gênio é, algumas vezes, um tolo, e o de um tolo, um homem de gênio?

É um fato esse que vem em abono da origem das idéias inatas; prova, além disso, que a alma do filho não procede, de sorte alguma, da dos pais; se assim não fosse, em virtude do axioma que a parte é da mesma natureza que o todo, os pais transmitiriam aos filhos as suas qualidades e defeitos próprios, como lhes transmitem o princípio das qualidades corporais. Na geração, somente o corpo procede do corpo, mas as almas são independentes umas das outras.

122. Se as almas são independentes umas das outras, donde vem o amor dos pais pelos filhos e o destes por aqueles?

Os Espíritos se ligam por simpatia, e o nascimento em tal ou tal família não é um efeito do acaso, mas depende muitas vezes da escolha feita pelo Espírito, que vem juntar-se àqueles a quem amou no mundo espiritual ou em suas precedentes existências. Por outro lado, os pais têm por missão

ajudar o progresso dos Espíritos que encarnam como seus filhos, e, para excitá-los a isso, Deus lhes inspira uma afeição mútua; muitos, porém, faltam a essa missão, sendo por isso punidos. (O Livro dos Espíritos, nº 379, Da infância.)

123. Por que há maus pais e maus filhos?

São Espíritos que não se ligaram na mesma família por simpatia, mas com o fim de servirem de instrumentos de provas uns aos outros e, muitas vezes, para punição do que foram em existência anterior; a um é dado um mau filho, porque também ele o foi; a outro, um mau pai, pelo mesmo motivo, a fim de que sofram a pena de talião. (Revue Spirite, 1861, pág. 270: La Peine du talion.)

124. Por que encontramos em certas pessoas, nascidas em condição servil, instintos de dignidade e grandeza, enquanto outras, nascidas nas classes superiores, só apresentam instintos de baixeza?

É uma reminiscência intuitiva da posição social que o Espírito já ocupou, e do seu caráter na existência precedente.

125. Qual a causa das simpatias e antipatias que se manifestam entre pessoas que se vêem pela primeira vez?

São quase sempre entes que se conheceram e, algumas vezes, se amaram em uma existência anterior, e que, encontrando-se nesta, são atraídos um para o outro. As antipatias instintivas provêm também, muitas vezes, de relações anteriores.

Esses dois sentimentos podem ainda ter uma outra causa. O perispírito irradia ao redor do corpo, formando uma espécie de atmosfera impregnada das qualidades boas ou más do Espírito encarnado. Duas pessoas que se encontram, experimentam, pelo contacto desses fluidos, a impressão sensitiva, impressão que pode ser agradável ou desagradável; os fluidos tendem a confundir-se ou a repelir-se, segundo sua natureza semelhante ou dessemelhante. É assim que se pode explicar o fenômeno da transmissão de pensamento. Pelo contacto desses fluidos, duas almas, de algum modo, lêem uma na outra; elas se adivinham e compreendem, sem se falarem.

126. Por que não conserva o homem a lembrança de suas anteriores existências? Não será ela necessária ao seu progresso futuro?

Observação: “Segundo Diálogo – O Cético”: Esquecimento do Passado: *(V. — Não consigo explicar a mim mesmo como pode o homem aproveitar da experiência adquirida em suas anteriores existências, quando não se lembra delas, pois que, desde que lhe falta essa reminiscência, cada existência é para ele qual se fora a primeira; deste modo, está sempre a recommençar.*

Suponhamos que cada dia, ao despertar, perdemos a memória de tudo quanto fizemos no dia anterior; quando chegássemos aos setenta anos, não estaríamos mais adiantados do que aos dez; ao passo que recordando as nossas faltas, inaptidões e punições que disso nos provieram, esforçar-nos-emos por evitá-las.

Para me servir da comparação que fizestes do homem, na Terra, com o aluno de um colégio, eu não compreendo como este poderia aproveitar as lições da quarta classe, não se lembrando do que aprendeu na anterior.

Essas soluções de continuidade na vida do Espírito interrompem todas as relações e fazem dele, de alguma sorte, uma entidade nova; do que podemos concluir que os nossos pensamentos morrem com cada uma das nossas existências, para renascer em outra, sem consciência do que fomos; é uma espécie de aniquilamento.

A. K. — De pergunta em pergunta, levar-me-eis a fazer um curso completo de Espiritismo; todas as objeções que apresentais são naturais em quem ainda nada conhece, mas que, mediante estudo sério, pode encontrar-lhes respostas muito mais explícitas do que as que posso dar em sumária explicação que, por certo, deve sempre ir provocando novas questões.

Tudo se encadeia no Espiritismo, e, quando se toma o conjunto, vê-se que seus princípios emanam uns dos outros, servindo-se mutuamente de apoio; e, então, o que parecia uma anomalia, contrária à justiça e à sabedoria de Deus, se torna natural e vem confirmar essa justiça e essa sabedoria. Tal é o problema do esquecimento do passado, que se prende a outras questões de não menor importância e, por isso, não farei aqui senão tocar levemente o assunto.

Se em cada uma de suas existências um véu esconde o passado do Espírito, com isso nada perde ele das suas aquisições, apenas esquece o modo por que as conquistou.

Servindo-me ainda da comparação supra com o aluno, direi que pouco importa saber onde, como, com que professores ele estudou as matérias de uma classe, uma vez que as saiba, quando passa para a classe seguinte. Se os castigos o tornaram laborioso e dócil, que lhe importa saber quando foi castigado por preguiçoso e insubordinado?

É assim que, reencarnando, o homem traz por intuição e como idéias inatas, o que adquiriu em ciência e moralidade. Digo em moralidade porque, se no curso de uma existência ele se melhorou, se soube tirar proveito das lições da experiência, se tornará melhor quando voltar; seu Espírito, amadurecido na escola do sofrimento e do trabalho, terá mais firmeza; longe de ter de recomeçar tudo, ele possui um fundo que vai sempre crescendo e sobre o qual se apóia para fazer maiores conquistas.

A segunda parte da vossa objeção, relativa ao aniquilamento do pensamento, não tem base mais segura, porque esse olvido só se dá durante a vida corporal; uma vez terminada ela, o Espírito recobra a lembrança do seu passado; então poderá julgar do caminho que seguiu e do que lhe resta ainda fazer; de modo que não há essa solução de continuidade em sua vida espiritual, que é a vida normal do Espírito. Esse esquecimento temporário é um benefício da Providência; a experiência só se adquire, muitas vezes, por provas rudes e terríveis expiações, cuja recordação seria muito penosa e viria aumentar as angústias e tribulações da vida presente.

Se os sofrimentos da vida parecem longos, que seria se a ele se juntasse a lembrança do passado?

Vós, por exemplo, meu amigo, sois hoje um homem de bem, mas talvez devais isso aos rudes castigos que recebestes pelos malefícios que hoje vos repugnariam à consciência; ser-vos-ia agradável a lembrança de ter sido outrora enforcado por vossa maldade? Não vos perseguiria a vergonha de saber que o mundo não ignorava o mal que tínheis feito? Que vos importa o que fizestes e o que sofrestes para expiar, quando hoje sois um homem estimável? Aos olhos do mundo, sois um homem novo, e aos olhos de Deus um Espírito reabilitado. Livre da reminiscência de um passado importuno, viveis com mais liberdade; é para vós um novo ponto de partida; vossas dívidas anteriores estão pagas, cumprindo-vos ter cuidado de não contrair outras.

Quantos homens desejariam assim poder, durante a vida, lançar um véu sobre os seus primeiros anos! Quantos, ao chegar ao termo de sua carreira, não têm dito: “Se eu tivesse de recomeçar, não faria mais o que fiz!” Pois bem, o que eles não podem fazer nesta mesma vida, fá-lo-ão em outra; em uma nova existência, seu Espírito trará, em estado de intuição, as boas resoluções que tiver tomado. É assim que se efetua gradualmente o progresso da humanidade.

Suponhamos ainda — o que é um caso muito comum — que, em vossas relações, em vossa família mesmo se encontre um indivíduo que vos deu outrora muitos motivos de queixa, que talvez vos arruinou, ou desonrou em outra existência, e que, Espírito arrependido, veio encarnar-se em vosso meio, ligar-se a vós pelos laços de família, a fim de reparar suas faltas para convosco, por seu devotamento e afeição; não vos acharíeis mutuamente na mais embaraçosa posição, se ambos vos lembrásseis de vossas passadas inimizades? Em vez de se extinguirem, os ódios se eternizariam.

Disso resulta que a reminiscência do passado perturbaria as relações sociais e seria um tropeço ao progresso. Quereis uma prova?

Supondo que um indivíduo condenado às galés tome a firme resolução de tornar-se um homem de bem, que acontece quando ele termina o cumprimento da pena? A sociedade o repele, e essa repulsa o lança de novo nos braços do vício. Se, porém, todos desconhecêssem os seus antecedentes, ele seria bem acolhido; e, se ele mesmo os esquecesse, poderia ser honesto e andar de cabeça erguida, em vez de ser obrigado a curvá-la sob o peso da vergonha do que não pode olvidar.

Isto está em perfeita concordância com a doutrina dos Espíritos, a respeito dos mundos superiores ao nosso planeta, nos quais, só reinando o bem, a lembrança do passado nada tem de penosa; eis por que seus habitantes se recordam da sua existência precedente, como nós nos recordamos hoje do que ontem fizemos.

Quanto à lembrança do que fizeram em mundos inferiores, ela produz neles a impressão de um mau sonho.)

127. Qual a origem do sentimento a que chamamos “consciência”?

É uma recordação intuitiva do progresso feito nas precedentes existências e das resoluções tomadas pelo Espírito antes de encarnar, resoluções que ele, muitas vezes, esquece como homem.

128. Tem o homem o livre-arbítrio, ou está sujeito à fatalidade?

Se a conduta do homem fosse sujeita à fatalidade, não haveria para ele nem responsabilidade do mal, nem mérito do bem que pratica. Toda punição seria uma injustiça, toda recompensa um contra-senso. O livre-arbítrio do homem é uma consequência da justiça de Deus, é o atributo que a divindade imprime àquele e o eleva acima de todas as outras criaturas. É isto tão real que a estima dos homens, uns pelos outros, baseia-se na admissão desse livre-arbítrio; quem, por uma enfermidade, loucura, embriaguez ou idiotismo, perde acidentalmente essa faculdade, é lastimado ou desprezado.

O materialista que faz todas as faculdades morais e intelectuais dependerem do organismo, reduz o homem ao estado de máquina, sem livre-arbítrio e, por consequência, sem responsabilidade do mal e sem mérito do bem que pratica. (Revue Spirite, 1861, pág. 76; La tête de Garibaldi — Idem, 1862, pág. 97: Phrénologie spiritualiste.)

129. Será Deus o criador do mal?

Deus não criou o mal; Ele estabeleceu leis, e estas são sempre boas, porque Ele é soberanamente bom; aquele que as observasse fielmente, seria perfeitamente feliz; porém, os Espíritos, tendo seu livre-arbítrio, nem sempre as observam, e é dessa infração que provém o mal.

130. O homem já nasce bom ou mau?

É preciso fazermos uma distinção entre a alma e o homem. A alma é

criada simples e ignorante, isto é, nem boa nem má, porém suscetível, em razão do seu livre-arbítrio, de seguir o bom ou o mau caminho, ou, por outra, de observar ou infringir as leis de Deus. O homem nasce bom ou mau, segundo seja ele a encarnação de um Espírito adiantado ou atrasado.

131. Qual a origem do bem e do mal na Terra e por que este predomina?

A imperfeição dos Espíritos que aqui se encarnam, é a origem do mal na Terra; quanto à predominância deste, provém da inferioridade do planeta, cujos habitantes são, na maioria, Espíritos inferiores ou que pouco têm progredido. Em mundos mais adiantados, onde só encarnam Espíritos depurados, o mal não existe ou está em minoria.

132. Qual a causa dos males que afligem a humanidade?

O nosso mundo pode ser considerado, ao mesmo tempo, como escola de Espíritos pouco adiantados e cárcere de Espíritos criminosos. Os males da nossa humanidade são a consequência da inferioridade moral da maioria dos Espíritos que a formam. Pelo contacto de seus vícios, eles se infelicitam reciprocamente e punem-se uns aos outros.

133. Por que vemos tantas vezes o mau prosperar, enquanto o homem de bem vive em aflição?

Para aquele cujo pensamento não transpõe as raias da vida presente, para quem a acredita única, isto deve parecer clamorosa injustiça. Não se dá, porém, o mesmo com quem admite a pluralidade das existências e pensa na brevidade de cada uma delas, em relação à eternidade.

O estudo do Espiritismo prova que a prosperidade do mau tem terríveis consequências em suas seguintes existências; que as aflições do homem de bem são, pelo contrário, seguidas de uma felicidade, tanto maior e duradoura, quanto mais resignadamente ele soube suportá-las; não lhe será mais que um dia mau em uma existência próspera.

134. Por que nascem alguns na indigência e outros na opulência? Por que vemos tantas pessoas nascerem cegas, surdas, mudas ou afetadas de moléstias incuráveis, enquanto outros possuem todas as vantagens físicas? Será um efeito do acaso, ou um ato da Providência?

Se fosse efeito do acaso, a Providência não existiria. Admitida, porém, a Providência, perguntamos como se conciliam esses fatos com a sua bondade e justiça? É por falta de compreensão da causa de tais males que muitos se arrojam a acusar Deus.

Compreende-se que quem se torna miserável ou enfermo, por suas imprudências ou por excessos, seja punido por onde pecou: porém, se a alma é criada ao mesmo tempo que o corpo, que fez ela para merecer tais aflições, desde o seu nascimento, ou para ficar isenta delas?

Se admitimos a justiça de Deus, não podemos deixar de admitir que esse efeito tem uma causa; e se esta causa não se encontra na vida presente, deve achar-se antes desta, porque em todas as coisas a causa deve preceder ao efeito; há, pois, necessidade de a alma já ter vivido, para que possa merecer uma expiação.

Os estudos espíritas nos mostram, de fato, que mais de um homem, nascido na miséria, foi rico e considerado em uma existência anterior, na qual fez mau uso da fortuna que Deus o encarregara de gerir; que mais de um, nascido na abjeção, foi anteriormente orgulhoso e prepotente, abusou do poder para oprimir os fracos. Esses estudos no-los fazem ver, muitas vezes, sujeitos àqueles a quem trataram com dureza, entregues aos maus-tratos e à humilhação a que submeteram os outros.

Nem sempre uma vida penosa é expiação; muitas vezes é prova escolhida pelo Espírito, que vê um meio de avançar mais rapidamente, conforme a coragem com que saiba suportá-la.

A riqueza é também uma prova, mas muito mais perigosa que a miséria, pelas tentações que dá e pelos abusos que enseja; também o exemplo dos que viveram, demonstra ser ela uma prova em que a vitória é mais difícil. A diferença das posições sociais seria a maior das injustiças — quando não seja o resultado da conduta atual — se ela não tivesse uma compensação. A convicção que dessa verdade adquirimos, pelo Espiritismo, nos dá força para suportarmos as vicissitudes da vida e aceitarmos a nossa sorte, sem invejar a dos outros.

135. Por que há homens idiotas e imbecis?

A posição dos idiotas e dos imbecis seria a menos conciliável com a justiça de Deus, na hipótese da unicidade da existência. Por miserável que seja a condição em que o homem nasça, ele poderá sair dela por sua inteligência e trabalho; o idiota e o imbecil, porém, são votados, desde o nascimento até a morte, ao embrutecimento e ao desprezo; para eles não há compensação possível. Por que foi, então, sua alma criada idiota?

Os estudos espíritas, feitos acerca dos imbecis e idiotas, provam que suas almas são tão inteligentes como as dos outros homens; que essa enfermidade é uma expiação infligida a Espíritos que abusaram da inteligência, e sofrem cruelmente por se sentirem presos, em laços que não podem quebrar, e pelo desprezo de que se vêem objeto, quando, talvez, tenham sido tão considerados em encarnação precedente. (*Revue Spirite*, 1860, pág. 173; *L'Esprit d'un idiot*. — *Idem*, 1861, pág. 311: *Les crétins*.)

136. Qual o estado da alma durante o sono?

No sono é só o corpo que repousa, mas o Espírito não dorme. As observações práticas provam que, nessas condições, o Espírito goza de toda a liberdade e da plenitude das suas faculdades; aproveita-se do repouso do corpo, dos momentos em que este lhe dispensa a presença, para agir separadamente e ir aonde quer. Durante a vida, qualquer que seja a distância a que se transporte, o Espírito fica sempre preso ao corpo por um cordão fluídico, que serve para chamá-lo, quando a sua presença se torna necessária. Só a morte rompe esse laço.

137. Qual a causa dos sonhos?

Os sonhos são o resultado da liberdade do Espírito durante o sono; às vezes, são a recordação dos lugares e das pessoas que o Espírito viu ou visitou nesse estado. (*O Livro dos Espíritos: Emancipação da alma, sono, sonhos, sonambulismo, vista dupla, letargia, etc.*, n.ºs 400 e seguintes. — *O*

Livro dos Médiuns: Evocação das pessoas vivas nº 284. — Revue Spirite, 1860, pág. 11: L'Esprit d'un côté et Le corps de l'autre. — Idem, 1860, pág. 81: étude sur l'Esprit des personnes vivantes.)

138. Donde vêm os pressentimentos?

São recordações vagas e intuitivas do que o Espírito aprendeu em seus momentos de liberdade e algumas vezes avisos ocultos dados por Espíritos benévolos.

139. Por que há na Terra selvagens e homens civilizados?

Sem a preexistência da alma, esta questão é insolúvel, a menos que admitamos tenha Deus criado almas selvagens e almas civilizadas, o que seria a negação da sua justiça. Além disso, a razão recusa admitir que, depois da morte, a alma do selvagem fique perpetuamente em estado de inferioridade, bem como se ache na mesma elevação que a do homem esclarecido.

Admitindo para as almas um mesmo ponto de partida — única doutrina compatível com a justiça de Deus —, a presença simultânea da selvageria e da civilização, na Terra, é um fato material que prova o progresso que uns já fizeram e que os outros têm de fazer.

A alma do selvagem atingirá, pois, com o tempo, o mesmo grau da alma esclarecida; mas, como todos os dias morrem selvagens, essa alma não pode atingir esse grau senão em encarnações sucessivas, cada vez mais aperfeiçoadas e apropriadas ao seu adiantamento, seguindo todos os graus intermediários a esses dois extremos.

140. Não será admissível, segundo pensam algumas pessoas, que a alma, não encarnando mais que uma vez, faça o seu progresso no estado de Espírito ou em outras esferas?

Esta proposição seria admissível, se todos os habitantes da Terra se achassem no mesmo nível moral e intelectual; caso em que se poderia dizer ser a Terra destinada a determinado grau; ora, quantas vezes temos diante de nós a prova do contrário!

Com efeito, não é compreensível que o selvagem não pudesse conseguir civilizar-se aqui na Terra, quando vemos almas mais adiantadas encarnadas ao lado dele; do que resulta a possibilidade da pluralidade das existências terrenas, demonstrada por exemplos que temos à vista.

Se fosse de outro modo, era preciso explicar: 1º, por que só a Terra teria o monopólio das encarnações; 2º, por que, tendo esse monopólio, nela se apresentam almas encarnadas de todos os graus.

141. Por que, no meio das sociedades civilizadas, se mostram seres de ferocidade comparável à dos mais bárbaros selvagens?

São Espíritos muito inferiores, saídos das raças bárbaras, que experimentam reencarnar em meio que não é o seu, e onde estão deslocados, como estaria um rústico colocado de repente numa cidade adiantada.

OBSERVAÇÃO — Não é possível admitir-se, sem negar a Deus os atributos de bondade e justiça, que a alma do criminoso endurecido tenha, na vida atual, o mesmo ponto de partida que a de um homem cheio de

virtudes. Se a alma não é anterior ao corpo, a do criminoso e a do homem de bem são tão novas uma como a outra; por que razão, então, uma delas é boa e a outra má?

142. Donde vem o caráter distintivo dos povos?

São Espíritos que têm mais ou menos os mesmos gostos e inclinações, que encarnam em um meio simpático e, muitas vezes, no mesmo meio em que podem satisfazer as suas inclinações.

143. Como progridem e como degeneram os povos?

Se a alma é criada juntamente com o corpo, as dos homens de hoje são tão novas, tão primitivas, como a dos homens da Idade Média, e, desde então, pergunta-se por que têm elas costumes mais brandos e inteligência mais desenvolvida?

Se na morte do corpo a alma deixa definitivamente a Terra, pergunta-se, ainda, qual seria o fruto do trabalho feito para melhoramento de um povo, se este tivesse de ser recommençado com as almas novas que diariamente chegam?

Os Espíritos encarnam em um meio simpático e em relação com o grau do seu adiantamento.

Um chinês, por exemplo, que progredisse suficientemente e não encontrasse mais na sua raça um meio correspondente ao grau que atingiu, encarnará entre um povo mais adiantado. À medida que uma geração dá um passo para frente, atrai por simpatia Espíritos mais avançados, os quais são, talvez, os mesmos que já haviam vivido no mesmo país e que, por seu progresso, dele se tinham afastado; é assim que, passo a passo, uma nação avança. Se a maioria dos seus novos habitantes fosse de natureza inferior e os antigos emigrassem diariamente e não mais descessem a um meio inferior, o povo acabaria por degenerar, e, afinal, por extinguir-se.

OBSERVAÇÃO — Essas questões provocam outras que encontram solução no mesmo principio; por exemplo, donde vem a diversidade de raças, na Terra? — Há raças rebeldes ao progresso? — A raça negra é suscetível de subir ao nível das raças européias? — A escravidão é útil ao progresso das raças inferiores? — Como se pode operar a transformação da Humanidade? — (O Livro dos Espíritos: Lei de progresso, nºs 776 e seguintes. — Revue Spirite, 1862, pág. 1: Doctrine des anges déçus. — Idem, 1862, pág. 97: Perfectibilité de la rase négre.)

*

Livro: “A GÊNESE”

O HOMEM CORPÓREO

Do ponto de vista corpóreo e puramente anatômico, o homem pertence à classe dos mamíferos, dos quais unicamente difere por alguns matices na forma exterior. Quanto ao mais, a mesma composição de todos os animais, os mesmos órgãos, as mesmas funções e os mesmos modos de nutrição, de respiração, de secreção, de reprodução. Ele nasce, vive e morre nas mesmas condições e, quando morre, seu corpo se decompõe, como tudo o que vive. Não há, em seu sangue, na sua carne, em seus ossos, um á-

tomo diferente dos que se encontram no corpo dos animais. Como estes, ao morrer, restitui à terra o oxigênio, o hidrogênio, o azoto e o carbono que se haviam combinado para formá-lo; e esses elementos, por meio de novas combinações, vão formar outros corpos minerais, vegetais e animais. É tão grande a analogia que se estudam as suas funções orgânicas em certos animais, quando as experiências não podem ser feitas nele próprio.

Na classe dos mamíferos, o homem pertence à ordem dos bímanos. Logo abaixo dele vêm os quadrúmanos (animais de quatro mãos) ou macacos, alguns dos quais, como o orangotango, o chimpanzé, o jocó, têm certos ademanos do homem, a tal ponto que, por muito tempo, foram denominados: homens das florestas. Como o homem, esses macacos caminham eretos, usam cajados, constroem choças e levam à boca, com a mão, os alimentos: sinais característicos.

Por pouco que se observe a escala dos seres vivos, do ponto de vista do organismo, é-se forçado a reconhecer que, desde o líquen até a árvore e desde o zoófito até o homem, há uma cadeia que se eleva gradativamente, sem solução de continuidade e cujos anéis todos têm um ponto de contacto com o anel precedente. Acompanhando-se passo a passo a série dos seres, dir-se-ia que cada espécie é um aperfeiçoamento, uma transformação da espécie imediatamente inferior. Visto que são idênticas às dos outros corpos as condições do corpo do homem, química e constitucionalmente; visto que ele nasce, vive e morre da mesma maneira, também nas mesmas condições que os outros se há de ele ter formado.

Ainda que isso lhe fira o orgulho, tem o homem que se resignar a não ver no seu corpo material mais do que o último anel da animalidade na Terra. Aí está o inexorável argumento dos fatos, contra o qual seria inútil protestar.

Todavia, quanto mais o corpo diminui de valor aos seus olhos, tanto mais cresce de importância o princípio espiritual. Se o primeiro o nivela ao bruto, o segundo o eleva a incomensurável altura. Vemos o limite extremo do animal: não vemos o limite a que chegará o espírito do homem.

O materialismo pode por aí ver que o Espiritismo, longe de temer as descobertas da Ciência e o seu positivismo, lhe vai ao encontro e os provoca, por possuir a certeza de que o princípio espiritual, que tem existência própria, em nada pode com elas sofrer.

O Espiritismo marcha ao lado do materialismo, no campo da matéria; admite tudo o que o segundo admite; mas, avança para além do ponto onde este último pára. O Espiritismo e o materialismo são como dois viajantes que caminham juntos, partindo de um mesmo ponto; chegados a certa distância, diz um: «Não posso ir mais longe.» O outro prossegue e descobre um novo mundo. Por que, então, há de o primeiro dizer que o segundo é louco, somente porque, entrevendo novos horizontes, se decide a transpor os limites onde ao outro convém deter-se? Também Cristóvão Colombo não foi tachado de louco, porque acreditava na existência de um mundo, para lá do oceano? Quantos a História não conta desses loucos sublimes, que não fizeram que a Humanidade avançasse e aos quais se tecem coroas, depois de se lhes haver atirado lama?

Pois bem! O Espiritismo, a loucura do século dezenove, segundo os que se obstinam em permanecer na margem terrena, nos patenteia todo um mundo, mundo bem mais importante para o homem, do que a América, porquanto nem todos os homens vão à América, ao passo que todos, sem exceção de nenhum, vão ao dos Espíritos, fazendo incessantes travessias de um para o outro.

Galgado o ponto em que nos achamos com relação à Gênese, o materialismo se detém, enquanto o Espiritismo prossegue em suas pesquisas no domínio da Gênese espiritual.

*

HIPÓTESE SOBRE A ORIGEM DO CORPO HUMANO

Da semelhança, que há, de formas exteriores entre o corpo do homem e o do macaco, concluíram alguns fisiologistas que o primeiro é apenas uma transformação do segundo. Nada aí há de impossível, nem o que, se assim for, afete a dignidade do homem. Bem pode dar-se que corpos de macaco tenham servido de vestidura aos primeiros Espíritos humanos, forçosamente pouco adiantados, que viessem encarnar na Terra, sendo essa vestidura mais apropriada às suas necessidades e mais adequadas ao exercício de suas faculdades, do que o corpo de qualquer outro animal. Em vez de se fazer para o Espírito um invólucro especial, ele teria achado um já pronto. Vestiu-se então da pele do macaco, sem deixar de ser Espírito humano, como o homem não raro se reveste da pele de certos animais, sem deixar de ser homem.

Fique bem entendido que aqui unicamente se trata de uma hipótese, de modo algum posta como princípio, mas apresentada apenas para mostrar que a origem do corpo em nada prejudica o Espírito, que é o ser principal, e que a semelhança do corpo do homem com o do macaco não implica paridade entre o seu Espírito e o do macaco.

Admitida essa hipótese, pode dizer-se que, sob a influência e por efeito da atividade intelectual do seu novo habitante, o envoltório se modificou, embelezou-se nas particularidades, conservando a forma geral do conjunto. Melhorados, os corpos, pela procriação, se reproduziram nas mesmas condições, como sucede com as árvores de enxerto. Deram origem a uma espécie nova, que pouco a pouco se afastou do tipo primitivo, à proporção que o Espírito progrediu. O Espírito macaco, que não foi aniquilado, continuou a procriar, para seu uso, corpos de macaco, do mesmo modo que o fruto da árvore silvestre reproduz árvores dessa espécie, e o Espírito humano procriou corpos de homem, variantes do primeiro molde em que ele se meteu. O tronco se bifurcou: produziu um ramo, que por sua vez se tornou tronco.

Como em a Natureza não há transições bruscas, é provável que os primeiros homens aparecidos na Terra pouco diferissem do macaco pela forma exterior e não muito também pela inteligência. Em nossos dias ainda há selvagens que, pelo comprimento dos braços e dos pés e pela conformação da cabeça, têm tanta parecença com o macaco, que só lhes falta ser peludos, para se tornar completa a semelhança.

*

ENCARNAÇÃO DOS ESPÍRITOS

17. - O Espiritismo nos ensina de que maneira se opera a união do Espírito com o corpo, na encarnação.

Pela sua essência espiritual, o Espírito é um ser indefinido, abstrato, que não pode ter ação direta sobre a matéria, sendo-lhe indispensável um intermediário, que é o envoltório fluídico, o qual, de certo modo, faz parte integrante dele. É semimaterial esse envoltório, isto é, pertence à matéria pela sua origem e à espiritualidade pela sua natureza etérea. Como toda matéria, ele é extraído do fluido cósmico universal que, nessa circunstância, sofre uma modificação especial. Esse envoltório, denominado perispírito, faz de um ser abstrato, do Espírito, um ser concreto, definido, apreensível pelo pensamento. Torna-o apto a atuar sobre a matéria tangível, conforme se dá com todos os fluidos imponderáveis, que são, como se sabe, os mais poderosos motores.

O fluido perispirítico constitui, pois, o traço de união entre o Espírito e a matéria. Enquanto aquele se acha unido ao corpo, serve-lhe ele de veículo ao pensamento, para transmitir o movimento às diversas partes do organismo, as quais atuam sob a impulsão da sua vontade e para fazer que repercutam no Espírito as sensações que os agentes exteriores produzam. Servem-lhe de fios condutores os nervos como, no telégrafo, ao fluido elétrico serve de condutor o fio metálico.

18. - Quando o Espírito tem de encarnar num corpo humano em vias de formação, um laço fluídico, que mais não é do que uma expansão do seu perispírito, o liga ao gérmen que o atrai por uma força irresistível, desde o momento da concepção. À medida que o gérmen se desenvolve, o laço se encurta. Sob a influência do princípio vito-material do gérmen, o perispírito, que possui certas propriedades da matéria, se une, molécula a molécula, ao corpo em formação, donde o poder dizer-se que o Espírito, por intermédio do seu perispírito, se enraíza, de certa maneira, nesse gérmen, como uma planta na terra. Quando o gérmen chega ao seu pleno desenvolvimento, completa é a união; nasce então o ser para a vida exterior.

Por um efeito contrário, a união do perispírito e da matéria carnal, que se efetuara sob a influência do princípio vital do gérmen, cessa, desde que esse princípio deixa de atuar, em consequência da desorganização do corpo. Mantida que era por uma força atuante, tal união se desfaz, logo que essa força deixa de atuar. Então, o perispírito se desprende, molécula a molécula, conforme se unira, e ao Espírito é restituída a liberdade. Assim, não é a partida do Espírito que causa a morte do corpo; esta é que determina a partida do Espírito.

Dado que, um instante após a morte, completa é a integração do Espírito; que suas faculdades adquirem até maior poder de penetração, ao passo que o princípio de vida se acha extinto no corpo, provado evidentemente fica que são distintos o princípio vital e o princípio espiritual.

19. - O Espiritismo, pelos fatos cuja observação ele faculta, dá a conhecer os fenômenos que acompanham essa separação, que, às vezes, é rápida, fácil, suave e insensível, ao passo que doutras é lenta, laboriosa,

horribilmente penosa, conforme o estado moral do Espírito, e pode durar meses inteiros.

20. - Um fenômeno particular, que a observação igualmente assinala, acompanha sempre a encarnação do Espírito. Desde que este é apanhado no laço fluídico que o prende ao gérmen, entra em estado de perturbação, que aumenta, à medida que o laço se aperta, perdendo o Espírito, nos últimos momentos, toda a consciência de si próprio, de sorte que jamais presencia o seu nascimento. Quando a criança respira, começa o Espírito a recobrar as faculdades, que se desenvolvem à proporção que se formam e consolidam os órgãos que lhes hão de servir às manifestações.

21. - Mas, ao mesmo tempo que o Espírito recobra a consciência de si mesmo, perde a lembrança do seu passado, sem perder as faculdades, as qualidades e as aptidões anteriormente adquiridas, que haviam ficado temporariamente em estado de latência e que, voltando à atividade, vão ajudá-lo a fazer mais e melhor do que antes. Ele renasce qual se fizera pelo seu trabalho anterior; o seu renascimento lhe é um novo ponto de partida, um novo degrau a subir. Ainda aí a bondade do Criador se manifesta, porquanto, adicionada aos amargores de uma nova existência, a lembrança, muitas vezes aflitiva e humilhante, do passado, poderia turbá-lo e lhe criar embaraços. Ele apenas se lembra do que aprendeu, por lhe ser isso útil. Se às vezes lhe é dado ter uma intuição dos acontecimentos passados, essa intuição é como a lembrança de um sonho fugidio. Ei-lo, pois, novo homem por mais antigo que seja como Espírito. Adota novos processos, auxiliado pelas suas aquisições precedentes. Quando retorna à vida espiritual, seu passado se lhe desdobra diante dos olhos e ele julga de como empregou o tempo, se bem ou mal.

22. - Não há, portanto, solução de continuidade na vida espiritual, apesar do esquecimento do passado. Cada Espírito é sempre ele, antes, durante e depois da encarnação, sendo esta, apenas, uma fase da sua existência. O próprio esquecimento se dá tão-só no curso da vida exterior de relação. Durante o sono, desprendido, em parte, dos liames carnis, restituído à liberdade e à vida espiritual, o Espírito se lembra, pois que, então, já não tem a visão tão obscurecida pela matéria.

23. - Tomando-se a Humanidade no grau mais ínfimo da escala espiritual, como se encontra entre os mais atrasados selvagens, perguntar-se-á se é aí o ponto inicial da alma humana.

Na opinião de alguns filósofos espiritualistas, o princípio inteligente, distinto do princípio material, se individualiza e elabora, passando pelos diversos graus da animalidade. É aí que a alma se ensaia para a vida e desenvolve, pelo exercício, suas primeiras faculdades. Esse seria para ela, por assim dizer, o período de incubação. Chegada ao grau de desenvolvimento que esse estado comporta, ela recebe as faculdades especiais que constituem a alma humana. Haveria assim filiação espiritual do animal para o homem, como há filiação corporal.

Este sistema, fundado na grande lei de unidade que preside à criação, corresponde, forçoso é convir, à justiça e à bondade do Criador; dá uma saída, uma finalidade, um destino aos animais, que deixam então de formar uma categoria de seres deserdados, para terem, no futuro que lhes

está reservado, uma compensação a seus sofrimentos. O que constitui o homem espiritual não é a sua origem: são os atributos especiais de que ele se apresenta dotado ao entrar na humanidade, atributos que o transformam, tornando-o um ser distinto, como o fruto saboroso é distinto da raiz amarga que lhe deu origem. Por haver passado pela fieira da animalidade, o homem não deixaria de ser homem; já não seria animal, como o fruto não é a raiz, como o sábio não é o feto informe que o pôs no mundo.

Mas, este sistema levanta múltiplas questões, cujos prós e contras não é oportuno discutir aqui, como não o é o exame das diferentes hipóteses que se têm formulado sobre este assunto. Sem, pois, pesquisarmos a origem do Espírito, sem procurarmos conhecer as fieiras pelas quais haja ele, porventura, passado, tomamo-lo ao entrar na humanidade, no ponto em que, dotado de senso moral e de livre-arbítrio, começa a pesar-lhe a responsabilidade dos seus atos.

24. - A obrigação que tem o Espírito encarnado de prover ao alimento do corpo, à sua segurança, ao seu bem-estar, o força a empregar suas faculdades em investigações, a exercitá-las e desenvolvê-las. Útil, portanto, ao seu adiantamento é a sua união com a matéria. Daí o constituir uma necessidade a encarnação. Além disso, pelo trabalho inteligente que ele executa em seu proveito, sobre a matéria, auxilia a transformação e o progresso material do globo que lhe serve de habitação. É assim que, progredindo, colabora na obra do Criador, da qual se torna fator inconsciente.

25. - Todavia, a encarnação do Espírito não é constante, nem perpétua: é transitória. Deixando um corpo, ele não retoma imediatamente outro. Durante mais ou menos considerável lapso de tempo, vive da vida espiritual, que é sua vida normal, de tal sorte que insignificante vem a ser o tempo que lhe duram as encarnações, se comparado ao que passa no estado de Espírito livre.

No intervalo de suas encarnações, o Espírito progride igualmente, no sentido de que aplica ao seu adiantamento os conhecimentos e a experiência que alcançou no decorrer da vida corporal; examina o que fez enquanto habitou a Terra, passa em revista o que aprendeu, reconhece suas faltas, traça planos e toma resoluções pelas quais conta guiar-se em nova existência, com a idéia de melhor se conduzir. Desse jeito, cada existência representa um passo para a frente no caminho do progresso, uma espécie de escola de aplicação.

26. - Normalmente, a encarnação não é uma punição para o Espírito, conforme pensam alguns, mas uma condição inerente à inferioridade do Espírito e um meio de ele progredir. (O Céu e o Inferno, cap. III, nos 8 e seguintes.)

À medida que progride moralmente, o Espírito se desmaterializa, isto é, depura-se, com o subtrair-se à influência da matéria; sua vida se espiritualiza, suas faculdades e percepções se ampliam; sua felicidade se torna proporcional ao progresso realizado. Entretanto, como atua em virtude do seu livre-arbítrio, pode ele, por negligência ou má-vontade, retardar o seu avanço; prolonga, conseqüentemente, a duração de suas encarnações materiais, que, então, se lhe tornam uma punição, pois que, por falta sua, ele permanece nas categorias inferiores, obrigado a recomeçar a mesma tarefa.

Depende, pois, do Espírito abreviar, pelo trabalho de depuração executado sobre si mesmo, a extensão do período das encarnações.

27. - O progresso material de um planeta acompanha o progresso moral de seus habitantes. Ora, sendo incessante, como é, a criação dos mundos e dos Espíritos e progredindo estes mais ou menos rapidamente, conforme o uso que façam do livre-arbítrio, segue-se que há mundos mais ou menos antigos, em graus diversos de adiantamento físico e moral, onde é mais ou menos material a encarnação e onde, por conseguinte, o trabalho, para os Espíritos, é mais ou menos rude. Deste ponto de vista, a Terra é um dos menos adiantados. Povoada de Espíritos relativamente inferiores, a vida corpórea é aí mais penosa do que noutros orbes, havendo-os também mais atrasados, onde a existência é ainda mais penosa do que na Terra e em confronto com os quais esta seria, relativamente, um mundo ditoso.

28. - Quando, em um mundo, os Espíritos hão realizado a soma de progresso que o estado desse mundo comporta, deixam-no para encarnar em outro mais adiantado, onde adquiram novos conhecimentos e assim por diante, até que, não lhes sendo mais de proveito algum a encarnação em corpos materiais, passam a viver exclusivamente da vida espiritual, em a qual continuam a progredir, mas noutro sentido e por outros meios. Chegados ao ponto culminante do progresso, gozam da suprema felicidade. Admitidos nos conselhos do Onipotente, conhecem-lhe o pensamento e se tornam seus mensageiros, seus ministros diretos no governo dos mundos, tendo sob suas ordens os Espíritos de todos os graus de adiantamento.

Assim, qualquer que seja o grau em que se achem na hierarquia espiritual, do mais ínfimo ao mais elevado, têm eles suas atribuições no grande mecanismo do Universo; todos são úteis ao conjunto, ao mesmo tempo que a si próprios. Aos menos adiantados, como a simples serviçais, incumbe o desempenho, a princípio inconsciente, depois, cada vez mais inteligente, de tarefas materiais. Por toda parte, no mundo espiritual, atividade, em nenhum ponto a ociosidade inútil.

A coletividade dos Espíritos constitui, de certo modo, a alma do Universo. Por toda parte, o elemento espiritual é que atua em tudo, sob o influxo do pensamento divino. Sem esse elemento, só há matéria inerte, carente de finalidade, de inteligência, tendo por único motor as forças materiais, cuja exclusividade deixa insolúveis uma imensidade de problemas. Com a ação do elemento espiritual individualizado, tudo tem uma finalidade, uma razão de ser, tudo se explica. Prescindindo da espiritualidade, o homem esbarra em dificuldades insuperáveis.

29. - Quando a Terra se encontrou em condições climáticas apropriadas à existência da espécie humana, encarnaram nela Espíritos humanos. Onde vinham? Quer eles tenham sido criados naquele momento; quer tenham procedido, completamente formados, do espaço, de outros mundos, ou da própria Terra, a presença deles nesta, a partir de certa época, é um fato, pois que antes deles só animais havia. Revestiram-se de corpos adequados às suas necessidades especiais, às suas aptidões, e que, fisionomicamente, tinham as características da animalidade. Sob a influência deles e por meio do exercício de suas faculdades, esses corpos se modificaram e aperfeiçoaram, é o que a observação comprova. Deixemos então de lado a

questão da origem, insolúvel por enquanto; consideremos o Espírito, não em seu ponto de partida, mas no momento em que, manifestando-se nele os primeiros germens do livre-arbítrio e do senso moral o vemos a desempenhar o seu papel humanitário, sem cogitarmos do meio onde haja transcorrido o período de sua infância, ou, se o preferirem, de sua incubação. Mau grado a analogia do seu envoltório com o dos animais, poderemos diferenciá-lo destes últimos pelas faculdades intelectuais e morais que o caracterizam, como, debaixo das mesmas vestes grosseiras, distinguimos o rústico do homem civilizado.

30. - Conquanto devessem ser pouco adiantados os primeiros que vieram, pela razão mesma de terem de encarnar em corpos muito imperfeitos, diferenças sensíveis haveria decerto entre seus caracteres e aptidões. Os que se assemelhavam, naturalmente se agruparam por analogia e simpatia. Achou-se a Terra, assim, povoada de Espíritos de diversas categorias, mais ou menos aptos ou rebeldes ao progresso. Recebendo os corpos a impressão do caráter do Espírito e procriando-se esses corpos na conformidade dos respectivos tipos, resultaram daí diferentes raças, quer quanto ao físico, quer quanto ao moral (nº 11). Continuando a encarnar entre os que se lhes assemelhavam, os Espíritos similares perpetuaram o caráter distintivo, físico e moral, das raças e dos povos, caráter que só com o tempo desaparece, mediante a fusão e o progresso deles. (**Revue Spirite**, julho de 1860, página 198: «Frenologia e fisiognomia».)

31. - Podem comparar-se os Espíritos que vieram povoar a Terra a esses bandos de emigrantes de origens diversas, que vão estabelecer-se numa terra virgem, onde encontram madeira e pedra para erguerem habitações, cada um dando à sua um cunho especial, de acordo com o grau do seu saber e com o seu gênio particular. Grupam-se então por analogia de origens e de gostos, acabando os grupos por formar tribos, em seguida povos, cada qual com costumes e caracteres próprios.

32. - Não foi, portanto, uniforme o progresso em toda a espécie humana. Como era natural, as raças mais inteligentes adiantaram-se às outras, mesmo sem se levar em conta que muitos Espíritos recém-nascidos para a vida espiritual, vindo encarnar na Terra juntamente com os primeiros aí chegados, tornaram ainda mais sensível a diferença em matéria de progresso. Fôra, com efeito, impossível atribuir-se a mesma ancianidade de criação aos selvagens, que mal se distinguem do macaco, e aos chineses, nem, ainda menos, aos europeus civilizados.

Entretanto, os Espíritos dos selvagens também fazem parte da Humanidade e alcançarão um dia o nível em que se acham seus irmãos mais velhos. Mas, sem dúvida, não será em corpos da mesma raça física, impróprios a um certo desenvolvimento intelectual e moral. Quando o instrumento já não estiver em correspondência com o progresso que hajam alcançado, eles emigrarão daquele meio, para encarnar noutra mais elevado e assim por diante, até que tenham conquistado todas as graduações terrestres, ponto em que deixarão a Terra, para passar a mundos mais avançados. (**Revue Spirite**, abril de 1862, pág. 97: «Perfectibilidade da raça negra».)

REENCARNAÇÕES

33. - O princípio da reencarnação é uma consequência necessária da lei de progresso. Sem a reencarnação, como se explicaria a diferença que existe entre o presente estado social e o dos tempos de barbárie? Se as almas são criadas ao mesmo tempo que os corpos, as que nascem hoje são tão novas, tão primitivas, quanto as que viviam há mil anos; acrescentemos que nenhuma conexão haveria entre elas, nenhuma relação necessária; seriam de todo estranhas umas às outras. Por que, então, as de hoje haviam de ser melhor dotadas por Deus, do que as que as precederam? Por que têm aquelas melhor compreensão? Por que possuem instintos mais apurados, costumes mais brandos? Por que têm a intuição de certas coisas, sem as haverem aprendido? Duvidamos de que alguém saia desses dilemas, a menos admita que Deus cria almas de diversas qualidades, de acordo com os tempos e lugares, proposição inconciliável com a idéia de uma justiça soberana. (Cap. II, nº 10.)

Admiti, ao contrário, que as almas de agora já viveram em tempos distantes; que possivelmente foram bárbaras como os séculos em que estiveram no mundo, mas que progrediram; que para cada nova existência trazem o que adquiriram nas existências precedentes; que, por conseguinte, as dos tempos civilizados não são almas criadas mais perfeitas, porém que se aperfeiçoaram por si mesmas com o tempo, e tereis a única explicação plausível da causa do progresso social. (**O Livro dos Espíritos**, Parte 2ª, caps. IV e V.)

34. - Pensam alguns que as diferentes existências da alma se efetuam, passando elas de mundo em mundo e não num mesmo orbe, onde cada Espírito viria uma única vez.

Seria admissível esta doutrina, se todos os habitantes da Terra estivessem no mesmo nível intelectual e moral. Eles então só poderiam progredir indo de um mundo a outro e nenhuma utilidade lhes adviria da encarnação na Terra. Desde que aí se notam a inteligência e a moralidade em todos os graus, desde a selvajaria que beira o animal até a mais adiantada civilização, é evidente que esse mundo constitui um vasto campo de progresso. Por que haveria o selvagem de ir procurar alhures o grau de progresso logo acima do em que ele está, quando esse grau se lhe acha ao lado e assim sucessivamente? Por que não teria podido o homem adiantado fazer os seus primeiros estágios senão em mundos inferiores, quando ao seu derredor estão seres análogos aos desses mundos? Quando, não só de povo a povo, mas no seio do mesmo povo e da mesma família, há diferentes graus de adiantamento? Se fosse assim, Deus houvera feito coisa inútil, colocando lado a lado a ignorância e o saber, a barbárie e a civilização, o bem e o mal, quando precisamente esse contacto é que faz que os retardatários avancem.

Não há, pois, necessidade de que os homens mudem de mundo a cada etapa de aperfeiçoamento, como não há de que o estudante mude de colégio para passar de uma classe a outra. Longe de ser isso vantagem para o progresso, ser-lhe-ia um entrave, porquanto o Espírito ficaria privado do exemplo que lhe oferece a observação do que ocorre nos graus mais elevados e da possibilidade de reparar seus erros no mesmo meio e em presença

dos a quem ofendeu, possibilidade que é, para ele, o mais poderoso modo de realizar o seu progresso moral. Após curta coabitação, dispersando-se os Espíritos e tornando-se estranhos uns aos outros, romper-se-iam os laços de família, à falta de tempo para se consolidarem.

Ao inconveniente moral se juntaria um inconveniente material. A natureza dos elementos, as leis orgânicas, as condições de existência variam, de acordo com os mundos; sob esse aspecto, não há dois perfeitamente idênticos. Os tratados de Física, de Química, de Anatomia, de Medicina, de Botânica, etc., para nada serviriam nos outros mundos; entretanto, não fica perdido o que neles se aprende; não só isso desenvolve a inteligência, como também as idéias que se colhem de tais obras auxiliam a aquisição de outras. (Cap. VI, nos 61 e seguintes.) Se apenas uma única vez fizesse o Espírito a sua aparição, freqüentemente brevíssima, num mesmo mundo, em cada imigração ele se acharia em condições inteiramente diversas; operaria de cada vez sobre elementos novos, com força e segundo leis que desconheceria, antes de ter tido tempo de elaborar os elementos conhecidos, de os estudar, de os aplicar. Teria de fazer, de cada vez, um novo aprendizado e essas mudanças contínuas representariam um obstáculo ao progresso. O Espírito, portanto, tem que permanecer no mesmo mundo, até que haja adquirido a soma de conhecimentos e o grau de perfeição que esse mundo comporta. (Nº 31.)

Que os Espíritos deixem, por um mundo mais adiantado, aquele do qual nada mais podem auferir, é como deve ser e é. Tal o princípio. Se alguns há que antecipadamente deixam o mundo em que vinham encarnando, é isso devido a causas individuais que Deus pesa em sua sabedoria.

Tudo na criação tem uma finalidade, sem o que Deus não seria nem prudente, nem sábio. Ora, se a Terra se destinasse a ser uma única etapa do progresso para cada indivíduo, que utilidade haveria, para os Espíritos das crianças que morrem em tenra idade, vir passar aí alguns anos, alguns meses, algumas horas, durante os quais nada podem haurir dele? O mesmo ocorre se pondere com referência aos idiotas e aos cretinos. Uma teoria somente é boa sob a condição de resolver todas as questões a que diz respeito. A questão das mortes prematuras há sido uma pedra de tropeço para todas as doutrinas, exceto para a Doutrina Espírita, que a resolveu de maneira racional e completa.

Para o progresso daqueles que cumprem na Terra uma missão normal, há vantagem real em volverem ao mesmo meio para aí continuarem o que deixaram inacabado, muitas vezes na mesma família ou em contacto com as mesmas pessoas, a fim de repararem o mal que tenham feito, ou de sofrerem a pena de talião.

*

Livro: Agonia das Religiões

J. HERCULANO PIRES

A CRIAÇÃO DO HOMEM

Concedo-me o direito de abstrair-me do problema de Deus para examinar a questão da criação do homem. Os cientistas se colocaram preci-

samente nessa posição e admitiram a existência de um processo evolutivo no qual o homem aparece como o resultado de uma filogênese fantástica. Dos animais inferiores até os superiores, num desenvolvimento progressivo e complexo, as forças naturais modelaram formas sucessivas de vida que deram como resultado o aparecimento da espécie humana na Terra. A superioridade do homem ante as espécies animais de que ele procederia suscitou dúvidas e debates que permanecem até hoje. Simone de Beauvoir, discípula e companheira de Sartre no campo da concepção existencialista sem Deus, admitiu que a palavra *espécie* não pode ser aplicada à humanidade, que não é uma espécie animal, mas um *devir*, algo em auto-evolução constante e irrefreável. Alfred Russell Wallace, êmulo de Darwin no campo evolucionista, opôs-se ao materialismo biológico daquele, sustentando uma posição espiritualista. De Spencer a Bergson a concepção evolucionista conseguiu firmar-se como a mais elevada interpretação da realidade, apesar da insistência das correntes dogmáticas-religiosas e das correntes irracionistas em combatê-la, considerando-a simples teoria metafísica sem bases científicas.

Após a segunda guerra mundial e em conseqüência das atrocidades a que grandes nações civilizadas foram conduzidas, o pessimismo levou o homem a novas formas de dúvida. Passou-se a falar em *mudanças* não em progresso ou evolução. Produto do susto e da decepção, esse recuo está sendo superado pelo próprio avanço científico, em que os processos da evolução se confirmam continuamente. Kardec já advertia, no século passado, que o mal das interpretações humanas está na falta de uma visão mais ampla e profunda da realidade. Os homens vêem apenas um ângulo do quadro geral da Natureza e se apegam a essa percepção restrita para a elaboração de seus pensamentos. Exemplo típico dessa restrição mental é a tentativa, hoje renovada, de separar a evolução biológica, considerada inegável, dos demais aspectos do processo evolutivo universal. Uma restrição arbitrária, característica da orientação analítica da pesquisa científica e oposta à visão de conjunto dos métodos conclusivos da reflexão filosófica.

Na Ciência, como em tudo, temos de reconhecer a oposição dos contrários. O método analítico é uma faca de dois gumes. Por um lado nos faculty a precisão objetiva no conhecimento de uma realidade específica, por outro lado nos impede a visão de conjunto. Foi exatamente por isso que se tornou necessário, após o aparente desprestígio da Filosofia, ante as conquistas inegáveis da pesquisa científica, recorrer-se à Filosofia das Ciências para evitar-se a fragmentação total do Conhecimento. Só no plano filosófico se tornou possível reajustar as conquistas científicas num quadro geral de interpretação da realidade. Mas existe outro fator determinante da desconfiança científica em relação aos princípios espíritas, que é o instinto de conservação, agente preservador da integridade do homem e das suas realizações. Esse instinto, bem manifesto no sócio-centrismo das instituições científicas ou de qualquer outra natureza, reage contra tudo o que possa modificar o saber já considerado como adquirido. Recentemente, o Prof. Remy Chauvin, do instituto de Altos Estudos de Paris, denunciou a existência no campo científico de uma *alergia ao futuro*, responsável pela rejeição liminar, sem exame, de toda novidade, mesmo que sustentada por cientistas categorizados. Essa neofobia tem produzido muitos mártires no campo científico e cultural em geral.

Pouco a pouco, porém, e hoje mais rapidamente do que no passado, essa posição acomodatória vai sendo vencida pelas próprias exigências do progresso, da 'evolução científica. Em nossos dias, a descoberta da antimatéria, as pesquisas cósmicas, o reconhecimento dos fenômenos paranormais através da Parapsicologia, a recente descoberta do corpo-bioplásmico do homem e de todos os seres, o êxito, ainda incipiente mas já significativo das pesquisas sobre a reencarnação, a constatação da existência de outras dimensões da realidade, a evolução do conceito de universos-paralelos para o de universos-interpenetrados, a aceitação da pluralidade dos mundos habitados e da escala evolutiva dos mundos - proposta há mais de um século pelo Espiritismo - estão arrancando as corporações científicas de suas cómodas poltronas acadêmicas e lançando-as decisivamente em órbita, nas rotas giratórias do progresso.

Lembro-me de um poema de Rainer Maria Rilke, em que ele se compara a um falcão que gira em círculos crescentes em torno a uma torre secular, símbolo de Deus. É uma imagem feliz da evolução, que se processa em espiral. O retorno à barbárie na segunda guerra mundial não representa retrocesso da evolução humana, mas apenas uma curva decrescente da espiral que tocou os resíduos bárbaros do homem - a região subterrânea dos instintos animais - para uma espécie de catarse coletiva. Mas tudo serve para a exploração dos que se entregam ao comodismo e dos que ainda não conseguiram desprender o seu pensamento dos objetos materiais. A História da Matemática nos mostra que o pensamento dos primitivos era de tal maneira apegado ao concreto que, nas tribos selvagens, a contagem das coisas não excedia ao número de dedos das mãos, indo quando muito até à soma dos dedos dos pés. A posição dos anti-evolucionistas atuais assemelha-se, guardadas as distâncias culturais, à dos selvagens presos aos seus próprios dedos. Temos a prova da evolução em nós mesmos e em tudo o que nos rodeia, mas os espíritos sistemáticos e opiniáticos querem as favas contadas onde não há favas.

O Espiritismo ensina que *tudo se encadeia no Universo, numa seqüência constante de relações*. No item 540 de "*O Livro dos Espíritos*", obra fundamental da doutrina, encontramos esta proposição: *Tudo se encadeia na Natureza, desde o átomo primitivo até o Arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo*. Assim, do átomo nasce o minério, deste o vegetal, deste o animal, deste o homem e deste o Anjo, o Arcanjo e quantas criaturas espirituais quisermos enumerar. Por isso, o sobrenatural desaparece quando admitimos o processo contínuo da evolução. A Natureza nos mostra as duas faces da concepção de Espinosa, com sua teoria da *Natureza naturata* e da *Natureza Naturans*, equivalente ao conceito de mundo sensível e mundo inteligível, do pensamento de Platão, interligados e interatuantes. O que poderia existir fora da Natureza? Deus? Mas já vimos que a fonte originária, pelo fato mesmo de ser a origem de tudo está ligada ao Todo e nele se insere. Podemos, como os druidas (os sacerdotes celtas das Gálias) imaginar o Universo formado por três círculos: o de *Gwinfid*, em que Deus permanece; o de *A-bred*, em que vivemos as nossas vidas carnis; o de *Anunf*, correspondente às regiões inferiores do plano evolutivo. Mas na concepção materialista o círculo de *Gwinfid* não pode existir, uma vez que Deus foi excluído. Como

podemos considerar a criação do homem sem a ação de Deus? É o que tentaremos expor agora.

A união de dois princípios fundamentais, força e matéria, existentes no caos primitivo, determina o aparecimento das estruturas atômicas. Os átomos se aglutinam em formações diversas e produzem os elementos minerais. Mas estes elementos não estão mortos, não são estáticos. No seio da sua aparente placidez os átomos continuam em permanente agitação e produzem, quando as condições se tornam favoráveis, as primeiras formas vegetais. Nestas formas temos o nascimento da sensibilidade rudimentar, que vai desenvolver-se até a produção das primeiras formas animais. A atividade atômica transmite-se a essas formas produzindo a motilidade, a capacidade de movimentação própria, que arranca os animais do solo e os submete às experiências vitais. A sensibilidade se aguça e se aprimora através de milênios. Os cérebros rudimentares se desenvolvem e se enriquecem, o sistema nervoso (desenvolvimento do sistema fibroso vegetal) estrutura-se numa rede sensível, permitindo a organização de um aparelho cerebral que capta e reelabora os estímulos exteriores. Os animais evoluem até o aparecimento dos primatas, que assinalam o salto qualitativo do cérebro animal para o cérebro humano.

Eis, em linhas gerais, nesse esquema superficial, o processo de criação do homem. Quanto mais simples esse esquema, mais fácil para compreendermos a lenta elaboração da criatura humana a partir da noite dos primórdios. É de supor-se que essa criatura grosseira, elaborada a partir do mineral, não tenha qualquer outra experiência além das que enfrentou no processo de sua formação. Mas acontece que o homem se mostra dotado de uma inteligência criadora, capaz de desenvolvimento sem limites da sua imaginação e – o que mais assombra - dotada de um anseio crescente de elevar-se além da sua condição humana e atingir uma posição superior de que ele jamais podia ter tido algum vislumbre. Quanto mais se desenvolve, mais se acentua nele o contraste entre a sua condição primitiva - de bicho da Terra tão pequeno, como escreveu Camões - e os seus anseios insopitáveis de elevação e comunicação com planos e seres superiores, que ele nunca podia ter visto. De onde vem tudo isso? Supõem os materialistas que se trata de produtos da imaginação excitada pelo medo, num desejo natural de alcançar a segurança através de criações imaginárias. Mas como explicar a coerência dessas criações arbitrárias com os fenômenos paranormais, cuja existência está hoje cientificamente provada? Que dizer de uma idéia primitiva, como a de uma duplicata do corpo material que pode projetar-se à distância, que Spencer atribuiu simplesmente ao sonho, quando esse corpo hoje se confirma através da pesquisa científica no campo da Física e da Biologia, por pesquisadores materialistas?

Esse é o momento em que temos de voltar à idéia de Deus inata na criatura humana - o Ser perfeito de Descartes encontrado no fundo da sua própria imperfeição - à lei de adoração assinalada por Kardec e que exerceu papel decisivo na orientação do homem para a sua humanização. O acaso da concepção materialista transforma-se necessariamente numa inteligência cósmica a desafiar, por sua grandeza e sua inegável sabedoria na construção universal, a miserável inteligência humana, capaz de tudo atribuir a um jogo de forças cegas no seio de uma nebulosa. Não precisamos nem mesmo pen-

sar nas formações complexas do homem ou do anjo. Podemos ficar nos primórdios, examinando apenas a estrutura do átomo, a construção infinitesimal desse universo microscópico, ou melhor, infra-microscópico. Mas se olharmos para cima e pensarmos nos sistemas solares, na galáxia e nas super-galáxias, o absurdo da concepção materialista se tornará simplesmente monstruoso. Sentiremos as orelhas de Midas substituírem, peludas e agudas, as nossas delicadas orelhas humanas.

E o que dizer da *experiência de Deus* procurada através de artifícios religiosos, depois dessa imensa extensão percorrida pela humanidade através dos milênios, numa experiência natural e vital em que as forças da vida vão brotando do chão do planeta e projetando-se às profundidades cósmicas? É como se milionários ensandecidos resolvessem juntar-se num quarto escuro, de portas e janelas fechadas, para contar os níqueis do bolso do colete a fim de avaliar quanto possuem, para terem a experiência do dinheiro. Basta isso para mostrar-nos a razão da crise religiosa do presente. Os homens começaram a descobrir que possuem muito mais do que as igrejas lhes podem dar.

Criado do limo da terra, segundo a alegoria bíblica, arrancado das entranhas do reino mineral, segundo a teoria evolucionista espírita, o homem está ainda em formação, em desenvolvimento, amadurecendo nas experiências que enfrenta na existência corporal. O corpo é o seu instrumento de evolução. Um instrumento vivo e ativo que ele precisa controlar pela força do espírito. Na proporção em que avança, o espírito se impõe ao corpo e o domina. A dialética da evolução torna-se nele um processo consciente. É o responsável único pelo sucesso ou fracasso do seu destino. Deus está nele como um poder mantenedor e orientador, mas não punitivo. Ele mesmo se castiga ante o tribunal da sua consciência. Quando se dispõe a progredir, o prêmio que recebe é a graça que o fortalece para que possa vencer o mal. Ninguém pode perdoar os seus erros, apagar as suas faltas. Dispõe da jurisdição de si mesmo e supera o seu condicionamento determinista pelas decisões do seu livre-arbítrio. Juiz e réu ao mesmo tempo, pode julgar-se com pleno conhecimento de causa.

*

Livro: O Sentido da Vida

J. Herculano Pires

O SENTIDO DA VIDA

O fardo da existência torna-se demasiado pesado para a criatura humana, quando, vencendo os primeiros anos de ilusão e de fácil entusiasmo, ela se encontra envolvida na dura e monótona rotina cotidiana. Os dias e as noites se tornam iguais, ou variam muito pouco, e não raro da pior maneira. Sobrevém para o homem o cansaço das obrigações que o escravizam, o perigo constante da doença, do desemprego, dos acidentes e da morte, para ele mesmo e para os que lhe são mais caros, a incerteza dos dias futuros e a angústia das dificuldades financeiras.

Os ricos, bem aquinhoados pela fortuna, despreocupam-se de muitas dessas coisas, que pesam mais fortemente na vida obscura de milhares de pobres, de milhares de pessoas que vivem do suor de seu próprio rosto.

Mas, mesmo para eles, a vida reserva o seu quinhão de decepções e de amarguras. E não raro ela se torna tão amarga, através das dificuldades de família, das lutas inglórias com amigos e parentes, das decepções de toda espécie, que o homem aparentemente feliz, senhor de grandes fortunas, se enche de tédio e procura uma saída no suicídio ou nas dissipações e no tumulto das paixões impuras.

Os cientistas e os artistas, dizia Goethe, empenham-se no caminho de suas conquistas e realizações, e de nada mais precisam. Os religiosos apegam-se à fé e conseguem superar os próprios dissabores. Entretanto, se analisarmos melhor esses velhos conceitos, à luz das experiências reais, veremos que nem a Ciência, nem a Arte, a Filosofia ou a Religião conseguem de fato salvar o homem do vazio da vida, quando esse vazio se lhe apresenta em todo o seu horror. O estímulo de viver, que esses ramos do conhecimento humano conseguem despertar, pode também esgotar-se, levando o cientista, o artista, o filósofo e o religioso ao desespero e à descrença.

Diante disso, procuram os homens construir várias espécies ou sistemas de explicações para a vida. Numerosos livros foram escritos, milhares de conferências são diariamente pronunciadas, no intuito de tornar suportável a existência para todos, aplainando o escarpado caminho dos desiludidos e descrentes.

Desses sistemas, há um que podemos chamar de heróico. É o materialista, que explica a vida como uma fatalidade natural a que não podemos fugir e que devemos enfrentar com energia e serenidade, sem nos atemorizarmos e sem cometermos a fraqueza de uma deserção. Belo sistema para as almas fortes, dotadas da intuição inata de que a vida tem um objetivo oculto, embora intelectualmente o neguem. Mas de que serve todo o heroísmo desse sistema para a grande massa do povo, que não tem disposição para o heroísmo? Se nos fosse possível tornar materialista um povo inteiro, toda uma nação, veríamos a que extremos de desespero e de loucura esse belo sistema nos levaria.

Há um sistema que poderíamos chamar de superficial, e que se enquadra, na filosofia clássica, na corrente do ceticismo, que nos vem do filósofo grego Pirron (aproximadamente 360-270 a.C.). Este sistema nada explica nem quer explicar. Limita-se a considerar a vida como um fato consumado, diante do qual não nos resta fazer outra coisa senão suportá-la. Para os temperamentos frios, naturalmente indiferentes e egoístas, ele pode servir. Mas há momentos em que o próprio egoísta se vê apanhado num torniquete do qual não pode sair e não raro sente que o seu sistema de indiferença lhe escapa das mãos, deixando-o sozinho e desarmado diante do imenso mistério do mundo e da vida.

Há um sistema que chamaríamos de otimista, e que não se funda no pensamento de Epicuro porque é muito inconseqüente para ter as suas raízes em tão esplêndida fonte. Segundo ele, a vida é bela, o mundo é magnífico e o homem nasceu para gozar as delícias da vida e os esplendores do mundo. Quando, premido pela doença ou por qualquer outros motivos imperiosos, não pode satisfazer a esse objetivo único da existência, deve ele corajosamente estourar os miolos com uma bala ou atirar-se

do último andar do mais elegante arranha-céu. Este sistema encontra, hoje, intérpretes mais ou menos avançados em certos ramos da chamada filosofia existencialista.

Mas há outro sistema, que se enquadra na estrutura doutrinária das várias religiões dominantes no mundo, segundo o qual o homem nasceu para sofrer e o seu destino é a dor, a amargura, a desesperança, a luta constante com as adversidades insuperáveis. É o sistema doloroso do misticismo exasperante, que o povo, entretanto, procura sempre dosar com sua esperança ilógica nos milagres e nas providências dos santos e dos anjos. Há um lema para este sistema, que todos nós conhecemos, e não raro repetimos, por força do hábito: “A felicidade não é deste mundo.”

O Espiritismo, entretanto, ao surgir na Terra, em forma de filosofia e, portanto, de interpretação da vida, em meados do século XIX, opôs-se desde logo a todos esses sistemas. Negou que a vida não tenha objetivo nem significação, combateu a teoria do prazer material como finalidade da existência humana e manifestou-se contrário à idéia de que o homem nasceu para sofrer. Os espíritos que deram a Kardec a tarefa de codificar a doutrina ensinaram-lhe outro sistema, diferente de todos os anteriores. E abriram, com ele, perspectivas novas e mais amplas para a inteligência humana, horizontes mais vastos para o coração angustiado do homem terreno, que se debatia entre a crença empírica numa vida futura e a descrença científica, cada vez mais desesperada, em qualquer possibilidade de sobrevivência.

O Espiritismo renovou fundamentalmente a concepção humana da vida e do mundo, ensinando ao homem que ele não nasceu para gozar nem para sofrer, mas apenas para evoluir, para progredir, como tudo evolui e progride ao nosso redor, na natureza e na própria sociedade. A dor deixou de ser um castigo imposto ao homem pela absurda vingança de Deus contra o casal primitivo; o prazer deixou de ser o objetivo aceitável da existência corpórea e ambos, prazer e dor, passaram a ser meras decorrências de um processo mais amplo e mais complexo, em que o homem se acha envolvido, para crescer e se desenvolver, em espírito e verdade.

A FORMAÇÃO DO HOMEM

O grande físico inglês, sir Oliver Lodge, escreveu uma pequena obra, sintetizando as conquistas da ciência e da filosofia, no terreno do conhecimento do homem em si mesmo, para concluir, de acordo com as novas perspectivas abertas pelo Espiritismo, em favor da tese renovadora de que o homem é ainda um processo em desenvolvimento. Essa tese contradiz os dogmas religiosos que definem o homem como obra consumada de Deus, mas não contradiz os ensinamentos mais profundos e mais antigos das escrituras sagradas, em que as religiões procuram assentar as suas bases, nem contradiz o resultado das modernas pesquisas científicas e a mais avançada concepção filosófica da origem e do destino do homem.

A teoria do transformismo, da evolução das espécies, de Charles Darwin, simultaneamente apresentada pelo grande botânico e zoólogo Alfred Russel Wallace, que mais tarde escreveu o seu famoso livro *Os Milagres e o Moderno Espiritualismo*, apresenta o homem como descendente

te direto de espécies inferiores, dos animais, e mais proximamente, do macaco.

Segundo essa teoria, o homem é um ser que vem sendo elaborado pela natureza através de longo processo, passando pelas mais variadas experiências biológicas, para chegar ao seu estado atual, e daqui avançar para frente. Assim, a vida não é mais do que um trabalho constante de elaboração, e o homem é o mais elevado produto desse esforço multimilenar de todas as forças conhecidas e desconhecidas do universo que habitamos.

A teoria da seleção das espécies e da origem animal do homem ainda não está cientificamente comprovada, mas é geralmente aceita como a única explicação razoável do aparecimento da espécie humana na Terra, do ponto de vista científico. Os teólogos das várias religiões cristãs, e ultimamente alguns teósofos e ocultistas, levantam objeções teológicas e filosóficas a essa teoria, mas todas elas destituídas de qualquer fundamento científico. A tendência geral da ciência moderna é favorável a essa teoria e a maior parte dos biólogos a aceita e a endossa, sem qualquer restrição fundamental.

Há pessoas que entendem não ser possível tão estreito parentesco entre os homens e os animais, considerando tal fato depreciativo para a espécie humana. Puro e simples orgulho de um animal mais adiantado na escala evolutiva. E incoerência também, pois já não bastaria, para a satisfação desse orgulho, a suposição de que é o homem o máximo expoente do universo por ele habitado?

Em *O Livro dos Espíritos*, obra básica da doutrina, Allan Kardec deixou essa questão em aberto. Espírito cauteloso, que Flammarion chamou de *bom senso encarnado*, não quis o sábio professor de Lyon adiantar mais do que devia, no momento em que lançou aquele livro, já de si tão profundamente revolucionário. Deu, porém, as duas correntes de opiniões que havia encontrado no mundo dos espíritos, uma das quais favorável à origem animal do homem, e deixou a escolha a critério dos leitores. Em *A Gênese - os milagres e as predições segundo o Espiritismo*, Kardec define, porém, a posição do Espiritismo, no capítulo X, referente à gênese orgânica, afirmando taxativamente:

“Ainda que isso lhe fira o orgulho, o homem deve resignar-se a não ver no seu corpo material senão o último anel da vida animal na Terra. O inexorável argumento dos fatos aí está, contra o qual ele protestará em vão, mas, quanto mais o corpo diminui de valor aos seus olhos, mais ganha em importância o princípio espiritual. Vemos o círculo em que se fecha o animal, mas não vemos o limite a que poderá chegar o espírito do homem.”

Um dos grandes pioneiros e mestres do Espiritismo, que auxiliaram a tarefa esclarecedora de Allan Kardec, foi Gabriel Delanne. Com Léon Denis e Kardec, forma ele a trilogia dos construtores do moderno espiritualismo. Em sua obra *A Evolução Anímica*, dá-nos uma visão ainda mais ampla e minuciosa desse lento processo através do qual o homem vem sendo elaborado, na face da Terra. Darwin e os seus êmulos e seguidores apresentaram-nos o problema do ponto de vista exclusivamente or-

gânico, materialista. O Espiritismo nos mostra a outra face da questão, e por certo a mais importante, que é a espiritual, uma vez que o homem é espírito e não matéria. Kardec e Delanne colocam-nos a par dos princípios de um novo ramo da ciência biológica, a *psicologia-fisiológica*, que sir Oliver Lodge estuda em seu trabalho sobre a formação do homem.

Toda a natureza é um imenso e penoso trabalho de construção. A geologia nos mostra a formação da Terra, através dos séculos e dos milênios, como um lento e laborioso desenvolvimento de forças latentes. Vemos, graças aos estudos e as pesquisas científicas já agora indiscutíveis, que as várias classes de seres vivos estão todas ligadas numa ampla cadeia, descendendo umas das outras. Por que estranho motivo apenas o homem seria uma exceção à regra geral? E que estranha exceção seria essa, em detrimento de si próprio, ao invés de engrandecê-lo? Sim, pois se o homem não se enquadrasse nesse vasto panorama da evolução terrena, que hoje podemos abarcar num golpe de pensamento, qual seria sua posição, num mundo de constante evolução? Tudo progrediria ao seu redor, menos ele, o enteado da criação, abandonado às suas próprias fraquezas e encerrado no estreito limite da vida orgânica, entre o berço e o túmulo.

Vemos, assim, que o Espiritismo nos apresenta um quadro geral do Universo como um processo contínuo de evolução. *Tudo flui e tudo se transforma*, já dizia Heráclito, de Éfeso. Nesse imenso processo, o homem representa, segundo o Espiritismo, o ponto culminante da natureza. Poderemos dizer que ele é o momento do Universo mais próximo de Deus.

Mas Ele – Deus – não foi esquecido ou diminuído por essa nova concepção da vida e do mundo? Deus não ficou à margem, dando lugar a um simples entrechoque de forças desconhecidas, para a produção do mundo e das formas vivas, no espaço e no tempo?

DEUS E O HOMEM

As religiões apontam contra o Espiritismo aquilo que chamam de *a palavra de Deus*, citando os versículos do primeiro livro de Moisés, na *Bíblia*, a *Gênese*, que afirma haver Deus criado o homem à sua imagem e semelhança. De acordo com esse princípio, aparentemente bíblico, o homem tem de ser elemento à parte na criação, porque é a própria imagem de Deus colocado dentro do Universo. O Espiritismo nos mostra, porém, que esse conceito, ao invés de elevar o homem, diminui a Deus. Kardec nos diz, por isso mesmo, no número 12 do capítulo XII de *A Gênese*:

“Não rejeitemos, pois, a Gênese bíblica; estudemo-la, ao contrário, como se estuda a história da infância dos povos”.

Em *O Livro dos Espíritos*, livro básico da doutrina, encontramos a seguinte definição de Deus: “... é a inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.” Vemos, portanto, que Deus não foi esquecido, nem ficou à margem, mas continua colocado, com mais justeza e maior razão, na base de tudo quanto existe.

Comentando a teoria científica de que as coisas do Universo provêm das propriedades íntimas da matéria, sem intervenção de qualquer outro princípio, Kardec diz, nesse mesmo livro:

“Atribuir a formação primordial das coisas às propriedades intrínsecas da matéria seria tomar o efeito pela causa, pois que essas propriedades são, por sua vez, efeitos que devem ter uma causa.”

Sabemos, além disso, que a natureza do efeito decorre sempre da natureza da causa. Analisando o Universo, pelo que dele podemos apreender, vemos que seus efeitos são de natureza inteligente, e se entrosam de maneira tão harmônica, tão perfeita, que só podem decorrer de uma causa inteligente.

Vemos, nesse ponto, que o Espiritismo estabelece uma estreita relação entre a Ciência e a Religião, por meio da Filosofia. Sem negar a existência de Deus, ele contraria a concepção antropomórfica das religiões e estabelece uma teoria que, embora não tenha caráter experimental imediato, não deixa de ser tipicamente científica. Deus já não é matéria de crença, simplesmente. É objeto de dedução filosófica, mas seguindo os métodos de observação do pensamento científico.

No tocante à formação do homem à *imagem e semelhança de Deus*, mais uma vez não vemos razão para o escrúpulo e o espanto dos religiosos. Diz a *Gênese* bíblica que o homem foi feito de terra, e embora não aceitando literalmente a imagem de um boneco de barro feito por alguém, que seria Deus, o Espiritismo aceita o princípio de que o homem procede do barro terreno, de que a vida orgânica teve princípio, juntamente com o desenvolvimento mental e psíquico, na argila fecunda dos primeiros tempos da formação planetária. A *Bíblia* nos apresenta, pois, apenas uma imagem daquilo que teria ocorrido, na distância dos milênios. *Deus falou*, através da *Bíblia*, por meio de parábolas, como tantas vezes falou o Cristo, na sua passagem terrena, para os homens de seu tempo.

“Mas – dirão os religiosos apegados ao texto –, e onde ficam a imagem e semelhança de Deus, na formação do homem?”

De fato, não podemos conceber Deus como um animal vertebrado, da classe dos mamíferos, embora superior ao homem, por atributos cósmicos que esse ainda não conseguiu obter. O Espiritismo não admite que a nossa forma orgânica, material, seja a forma do próprio Deus.

À pergunta formulada por Allan Kardec, no primeiro capítulo de *O Livro dos Espíritos*: “*Pode o homem compreender a natureza íntima de Deus?*”, responderam os espíritos que o assistiam no trabalho de codificação da doutrina:

“– Não, pois lhe falta o sentido necessário.”

Mais adiante, no mesmo capítulo, o próprio Kardec esclarece:

“A inferioridade das faculdades do homem não lhe permite compreender a natureza íntima de Deus. Na infância da Humanidade o homem o confunde muitas vezes com a criatura, cujas imperfeições lhe atribui; mas, à medida que nele se desenvolve o senso moral, seu pensamento penetra melhor no âmago das coisas; então, faz idéia mais justa da Divindade e, ainda que sempre incompleta, mais conforme à sã razão.”

Não vemos nenhum motivo para negar que o homem tenha sido *feito*, se assim se pode realmente dizer, à *imagem e semelhança de Deus*,

embora não concordemos que Deus tenha a forma orgânica do homem. E é o próprio *O Livro dos Espíritos* que nos fornece os dados necessários a uma interpretação espírita desse problema. Encontramos no número 77 do seu primeiro capítulo a seguinte pergunta de Kardec e a respectiva resposta dos espíritos:

“Os espíritos têm forma determinada, limitada e constante?”

“– Para vós, não; para nós, sim. O espírito, se o quiserdes, é uma chama, um clarão, uma centelha etérea.”

Ora, se compreendermos que o homem não é o seu corpo animal, mas o espírito que anima esse corpo e realiza através dele a sua evolução na vida terrena, veremos que as palavras da *Bíblia* não foram prejudicadas pela interpretação espírita de Deus; e veremos também que há uma relação mais íntima e profunda, de essência e não de forma, entre Deus e o homem, do que a relação materialista estabelecida pelos exegetas bíblicos das várias religiões.

*

O Livro dos Espíritos

CARACTERES DO HOMEM DE BEM

918. Por que sinais se pode reconhecer no homem o progresso real que deve elevar o seu Espírito na hierarquia espírita?

– O Espírito prova a sua elevação quando todos os atos da sua vida corpórea constituem a prática da lei de Deus e quando compreende por antecipação a vida espiritual.

O verdadeiro homem de bem é aquele que pratica a lei de justiça, de amor e de caridade na sua mais completa pureza. Se interroga sua consciência sobre os atos praticados, perguntará se não violou essa lei, se não cometeu nenhum mal, se fez todo o bem que podia, se ninguém teve de se queixar dele, enfim, se fez para os outros tudo o que queria que os outros lhe fizessem.

O homem possuído pelo sentimento de caridade e de amor ao próximo faz o bem pelo bem, sem esperança de recompensa, e sacrifica o seu interesse pela justiça.

Ele é bom, humano e benevolente para com todos, porque vê irmãos em todos os homens, sem exceção de raças ou de crenças.

Se Deus lhe deu o poder e a riqueza, olha essas coisas como um depósito do qual deve usar para o bem, e disso não se envaidece porque sabe que Deus, que lhes deu, também poderá retirá-los.

Se a ordem social colocou homens sob a sua dependência, trata-os com bondade e benevolência porque são seus iguais perante Deus; usa de sua autoridade para lhes erguer a moral e não para os esmagar com o seu orgulho.

É indulgente para com as fraquezas dos outros porque sabe que ele mesmo tem necessidade de indulgência e se recorda destas palavras do Cristo; “Que aquele que estiver sem pecado atire a primeira pedra”.

Não é vingativo: a exemplo de Jesus, perdoa as ofensas para não se lembrar senão dos benefícios, porque sabe que lhe será perdoado assim como tiver perdoado.

Respeita, enfim, nos seus semelhantes, todos os direitos decorrentes da lei natural, como desejaria que respeitassem os seus.

*

CAPÍTULO VI

A ALMA E A IMORTALIDADE

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

É a morte o fim da existência humana? Ou existe algo para o homem numa região além-túmulo? Podemos descobrir no homem uma alma, algo distinto do corpo, que sobrevive ao evento da morte e vive eternamente? Que podemos crer acerca do céu e do inferno?

A morte é uma experiência universal. Todo homem, grande ou pequeno, rico ou pobre, alto ou baixo, encaminha-se inevitavelmente para essa hora em que a vida cessa, voltando o corpo ao pó, donde veio. Para os olhos é o ponto terminal, o fim, a conclusão. O corpo, abandonado a si mesmo, desintegra-se e desaparece e, com o tempo, não deixará traço algum de sua existência.

É o que tem sido desde que a vida apareceu na terra. Ela tem curta duração; logo se esvai. A morte escreve *Finis*, e a vida de ontem passa para o esquecimento. O homem nasce, cresce, sonha, traça planos e constrói para, afinal, entregar-se à morte.

O espírito humano, no entanto, jamais se contentou em deixar a questão nesse ponto. Durante toda a História da Humanidade persistiu a convicção, às vezes obscura e outras muito forte, de que a morte não pode ser o fim, que o túmulo não é uma vitória de adversários do homem, e a morte não inflige uma ferretoada cósmica. Houve, em todas as eras, milhões de criaturas firmes na crença de que aquilo que é mais verdadeiro na Humanidade persiste, em certa forma ou estado, depois da morte.

O homem primitivo tinha seus sonhos. Neles, vagueava por toda parte, caçava, pescava, passava por muitas aventuras e perigos. Mas, ao despertar, seus amigos asseguravam que não tinha saído da caverna ou tenda. Como isso acontecia freqüentemente, passou a acreditar haver nele algo que podia libertar-se do corpo e viver vida própria. Foi, provavelmente, o começo da crença na alma humana.

Mas se o homem tem alma, outras coisas também devem tê-la. Conforme assinalamos, o homem primitivo acreditava que tudo na natureza tem vida. A árvore tem alma ou espíritos; o rio tem alma, e tudo o mais, no mundo do homem primitivo, tem alma, espírito que pode deixar o corpo e voltar a ele depois de ir onde quiser e fazer o que bem entender.

Era crença, nos primeiros tempos, que aquilo que afeta o corpo pouco ou nenhum efeito produz na alma. A liberdade de que goza, de ir e vir, e sua natureza especial, tornavam-na mais ou menos imune ao que acontecia ao corpo. Não deixa, portanto, de ser natural que o homem acreditasse no fa-

to de a alma sobreviver ao corpo e continuar ativa, muito tempo depois do desaparecimento do corpo.

E assim, gradativamente, foi o homem formando a crença na alma, como algo distinto do corpo, e na sua imortalidade depois da destruição do corpo pela morte.

A imortalidade da alma não era, entretanto, necessariamente eterna para muitos povos primitivos. Acreditavam muitos que, tendo abandonado o corpo, permanecia perto dele durante algum tempo, voltando, vez ou outra, para o corpo. Colocavam-se então junto a estes alimentos, bebidas e outras coisas úteis, a fim de que a alma pudesse ser atendida em suas necessidades.

Outras criaturas acreditavam que a alma somente deixava um corpo para ir habitar outro. Nisso, vemos a idéia de que a vida anterior da alma determinava qual a espécie de corpo que passava a ocupar. A alma boa entrava num corpo melhor ou num de escala mais elevada, enquanto a má deveria entrar num corpo de escala bastante inferior.

Outras, ainda, acreditavam que a alma ia para um lugar de sombras e formas espirituais, onde suspirava pelo mundo dos homens. Os primeiros gregos e os antigos hebreus, entre outros, mantinham essa crença. Seus mortos passavam a eternidade numa região escura, inóspita e lúgubre, presa de sofrimentos e remorsos.

A Alma Segundo a Concepção dos Primeiros Filósofos Gregos

Muitos dos primeiros filósofos gregos construíram suas teorias sobre a alma e a imortalidade assentando-as sobre crenças populares, próprias da cultura da época em que viveram. Que a natureza tivesse vida, poucos eram os que o contestavam. Tampouco contestavam a crença de que o homem tem uma alma que, de certo modo, dele faz parte. Os primeiros filósofos gregos referiam-se a essa alma como a menor forma material da substância especial de que tudo, no mundo, fora feito.

Anaxímenes, por exemplo, ensinava ser o ar a substância fundamental do mundo; afirmava igualmente que a alma é um ar muito fino e rarefeito, a substância que mantém o indivíduo consolidado. Quando deixa o corpo, este começa a desintegrar-se e, com isso, destrói-se.

Pitágoras e seus adeptos, os pitagóricos, afirmavam que o destino da alma, depois que abandona o corpo, é determinado pela vida neste. Conseqüentemente, estabeleceram longas e complicadas regras, que cada homem devia conhecer e seguir com o máximo rigor, a fim de assegurar-se de uma existência desejável depois da morte.

Nos ensinamentos de *Heráclito*, vamos encontrar a crença de que o princípio vital do mundo é o fogo eterno. É esse, também, o princípio da vida ou da alma do ser humano. A alma é a forma mais fina (mais rarefeita) do fogo, que sempre se está transformando, porém, sem se destruir jamais. A essa crença básica, Heráclito acrescentou a idéia de que as almas variam em qualidade. Algumas são muito secas e quentes. São as melhores, porque parecem mais com a grande alma cósmica, a alma do mundo, o mais puro fogo. Outras não são tão secas nem quentes. São as que parecem menos com o fogo cósmico e, portanto, as menos boas.

A alma, segundo *Empédocles*, deixa o corpo por ocasião da morte deste, para entrar em outro e continuar a viver. É a doutrina da transmigração da alma. Ao invés de deixar o corpo e ir para algum lugar a ela reservado, ou ser destruída com o corpo, a alma, segundo essa doutrina, emigra, muda de lugar, passando de um corpo para outro quando sua atual morada não é mais habitável. Foi essa a crença muito generalizada entre os membros de um célebre e antigo grupo religioso, os órficos, que exerceram influência sobre muitos dos primeiros filósofos e tiveram muitos adeptos, durante a era pré-cristã e a primeira fase do Cristianismo.

Leucipo, *Demócrito* e outros atomistas ensinavam que, do mesmo modo que o mundo se compõe de átomos ou partículas de matéria, a alma também se compõe dos mais finos, mais puros e mais perfeitos átomos de fogo. Esses átomos, afirmavam, acham-se espalhados por todo o corpo, um átomo-alma colocado entre dois outros. Enquanto o homem vive, respira e expele átomos-alma. Quando morre, os átomos-alma espalham-se pelo mundo. O corpo semelha uma jarra em que existem muitos átomos-alma. Ao quebrar-se a jarra, por ocasião da morte, derramam-se todos.

Esses átomos, porém, não se perdem ou destroem. Para aqueles filósofos, é impossível a destruição dos átomos. Os átomos-alma podem espalhar-se mas entram em outros corpos, reorganizam-se e criam, assim, outro ser. Acreditavam eles que a transformação não é absoluta. Não podemos criar ou destruir, em qualquer sentido real do termo. A única transformação, verdadeiramente possível, é a de agregarem-se os átomos, formando novos padrões ou seres. Os átomos-alma vivem eternamente, mas estão sempre se reorganizando no mundo, do mesmo modo que todos os outros átomos.

Demócrito ensinava, como também o fizeram os primeiros atomistas, que se tem que identificar a alma com a razão, o pensamento e a parte julgadora do homem.

A Alma e a Imortalidade Segundo Platão e Aristóteles

Platão fez distinção entre a alma do mundo e a alma individual dos seres humanos. Em seu livro *Timeu* descreve, em termos mitológicos, como o Demiurgo, ou arquiteto do mundo, dotou o mundo de alma, a causa do movimento, da beleza, da ordem e da harmonia. Essa *alma do mundo* acha-se entre o mundo das idéias e o das coisas que vemos e sentimos. Age de conformidade com leis definidas, leis de sua própria natureza, e é a causa de todas as leis, harmonia, ordem, vida, espírito e conhecimento.

O Demiurgo criou, segundo *Platão*, as almas dos planetas e de todos os indivíduos. As últimas, doutrinava ele, são eternas, tendo existido antes de terem entrado no corpo. Nessa preexistência, cada alma viu todas as idéias puras num reino de idéias perfeitas. Mas, ao entrar no corpo, é como se entrasse numa prisão. O corpo cobre a alma e ela esquece tudo que viu. É degradada e aviltada pelo corpo.

Assim, o objetivo da alma, segundo *Platão*, é libertar-se do corpo a fim de poder ver claramente a verdade. Além disso, por certas experiências, a alma relembra as idéias puras que viu em seu estado preexistente. O conhecimento não é, pois, algo novo para a alma, mas uma lembrança daquilo que foi esquecido por causa do corpo.

A alma humana, portanto, faz parte da razão pura. É, entretanto, aviltada pelo corpo. Contudo, como existiu antes de penetrar nele, pode dele libertar-se e continuar a existir depois de o corpo ser destruído. Segundo Platão, a alma é imortal.

Platão ofereceu várias provas da imortalidade. Primeiro, sustentou ele, a alma está numa forma absolutamente simples, não podendo, portanto, ser dividida ou destruída. Segundo, a alma é vida, e não é possível que a vida possa vir a ser *não-vida*. A vida deve permanecer sempre vida e a *não-vida* tem que permanecer sempre *não-vida*. Uma não pode vir a ser a outra.

Desejosa de possuir um corpo, a alma que ocupa uma estrela deixa sua morada celeste e entra na matéria, ou corpo. Daí por diante luta para libertar-se do corpo. Se consegue, volta para a estrela, onde passa a morar para sempre. Mas, se falhar, afundar-se-á cada vez mais, passando de um corpo para outro. Vemos aí também a antiga idéia, nossa conhecida, da transmigração da alma.

O objetivo final da vida, segundo Platão, é a alma libertar-se do corpo a fim de voltar para a estrela e, ali, passar a eternidade contemplando o belo e o puro mundo das idéias. Mas, possa ou não libertar-se da matéria e seus males, não pode a alma ser destruída. A eterna preexistência e a imortalidade da alma é a doutrina fundamental de Platão.

Aristóteles pregava que a alma se encontra onde quer que haja vida e, uma vez que em toda parte são encontrados sinais de vida, a alma deve estar em toda a natureza. Se examinarmos esta, descobriremos – assim dizia Aristóteles – uma série de almas que principia com as das plantas inferiores ou almas-plantas e sobe até ao mais alto, as almas humanas. As almas-plantas ocupam-se apenas em comer e digerir o alimento, ou nutrição, e com o desenvolvimento do corpo e a reprodução. A alma do homem, porém, possui outros poderes mais elevados.

Ao estudarmos o homem, afirmava Aristóteles, descobrimos que sua alma se assemelha muito à da planta, porquanto governa as funções da vida. Semelha também à do animal, visto que, por meio dela, pode receber as impressões dos sentidos e guiar-se por elas. É por meio dessa função da alma que o homem conhece o mundo exterior ao seu corpo e com ele entra em relação.

Contudo, a alma humana é mais elevada, pois tem o poder de pensar em termos de conceitos e acerca da natureza interior das coisas. A alma do homem tem, portanto, o poder da razão. Esta percebe os conceitos, assim como a parte inferior da alma percebe os objetos no mundo.

Nesse ponto, Aristóteles subdivide a razão em *razão passiva* e *razão criadora*. A primeira é uma possibilidade que a segunda torna realidade. Assim como em todo o universo Aristóteles acreditava acharem-se unidas a matéria e a forma, a fim de que esta constantemente se concretize na matéria, assim também na alma. A esse respeito, doutrinava ele que a razão criadora é a forma, e a passiva, a matéria.

A razão criadora, a forma, existia – afirmava – antes que o corpo e a alma tivessem sido criados. Enquanto a razão passiva, ou a parte material do corpo, se acha a este ligada e perece quando ele é destruído, já a razão cria-

dora não se acha afetada por ele; é imaterial e continua a viver depois do corpo. A razão criadora é a centelha divina, uma parte de Deus que, procedente de fora, entra na alma e não se acha afetada pelo seu lado vil.

Uma vez que tudo, exceto a razão criadora, perece com o corpo, a imortalidade da pessoa é impossível no sistema de Aristóteles. A única parte da alma que sobrevive à morte faz verdadeiramente parte de Deus, e a Ele volta. Tudo o mais perece.

Teoria dos Pensadores Gregos Posteriores

Como os *epicuristas* baseavam sua metafísica na obra de Demócrito, eram logicamente obrigados a sustentar que a alma se compõe de átomos, da mesma maneira que as demais coisas no mundo. Mas os átomos da alma são extremamente finos e de variada espécie. Há átomos de fogo, ar, sopro e matéria muito fina. Acham-se espalhados pelo corpo, sendo controlados por uma parte racional que, segundo os epicuristas, está localizada no peito. Além disso, todas as sensações do corpo resultam da alma.

Como a alma, para esses filósofos, é material, não pode ser imortal. Ao morrer e desintegrar-se o corpo, os átomos da alma espalham-se por todo o universo. A morte é, portanto, o fim do corpo e da alma. Assim escreveu Lucrécio, um dos últimos epicuristas: “Um tolo não conseguirá, na vida futura, mais do que tenha conseguido na vida presente.”

Afirmavam os *estóicos* que o homem é alma e corpo, sendo a alma uma centelha do fogo divino controlada por uma parte predominante localizada no coração. É uma espécie de tabuinha em branco, sobre a qual são as coisas escritas por meio de gravações, da mesma maneira que se escreve numa placa de cera. É essa a fonte de nosso conhecimento.

A alma do homem, ensinavam os estóicos, é a fonte do que conhecemos como percepção, juízo, sensações e tendências. Em sua melhor feição, torna-se racional, capaz de pensar em termos de conceitos ou idéias. A alma, pois, torna possível ao homem deliberar e fazer escolha antes de agir.

Vários estóicos sustentavam diferentes idéias, sobre a imortalidade. Alguns pregavam que somente as almas boas e sábias continuam a viver depois da morte do corpo. As demais perecem com este. Outros, afirmavam que todas as almas, independentemente da bondade ou maldade, vivem até ao fim dos tempos.

Teoria de Plotino

Vemos em *Plotino* uma tentativa para interpretar os ensinamentos de Platão em termos dos interesses religiosos posteriores. Ao fazê-lo, Plotino passou a ser um dos participantes da escola conhecida como Neoplatonismo. Para ele, a alma humana faz parte da alma do mundo. A princípio, ela estava num reino onde via a alma pura do mundo e conhecia tudo o que era bom. Voltou-se, porém, para a matéria e decaiu, por desejar amoldar esta última.

Desse estado de degradação, a alma precisa lutar para libertar-se da matéria. Se fracassar, deve, por ocasião da morte do corpo, entrar no de outro homem, planta ou animal. Mas, sendo bem sucedida em livrar-se da matéria, volta para Deus e, com isso, se realiza.

Sendo parte da alma do mundo, que é uma emanção de Deus, a alma humana é imortal e continua a viver depois da morte do corpo. Se se tiver purificado, voltará a Deus, do qual faz parte, e viverá do mesmo modo que Deus.

Concepção da Alma Segundo os Primeiros Cristãos e os Cristãos Medievais

O Cristianismo, segundo a interpretação dos *apologistas*, pregava que a alma e o corpo são coisas distintas, sendo a alma a parte do indivíduo que mais aproximadamente representa o que é bom no mundo. Para eles, portanto, ela é imortal, porém continua a viver num corpo ressuscitado. A morte, na teoria desses pensadores, não era a alma separar-se do corpo, antes a purificação do corpo para que fosse um lugar conveniente para a alma habitar durante toda a eternidade.

Santo Agostinho desenvolveu mais ainda esse ponto de vista, doutrinando que o homem é a união da alma ao corpo. Para ele, porém, o corpo é a prisão da alma, a fonte de todos os males. A alma, por outro lado, é imaterial e inteiramente diferente e distinta do corpo. Conquanto ensinasse que ela dirige e forma o corpo, não explicou como isso acontece.

Além disso, Santo Agostinho ensinava que cada indivíduo tem sua própria alma, não sendo ela uma emanção de Deus. A alma não existe antes do corpo, no qual habita. Sua criação constitui um mistério. Depois que surge, continua a viver eternamente. A alma humana, segundo Santo Agostinho, é imortal. Contudo, sua vida, depois da morte do corpo, pode ser feliz ou amargurada, conforme a maneira que o indivíduo viveu durante a existência terrena. Se durante essa existência ele recebeu o favor de Deus, terá bem-aventurança. Se não, estará eternamente condenado a uma vida amargurada.

Durante a era denominada Idade Média, nos ensinamentos dos escolásticos e seus adeptos, mantinha-se a crença de que o homem possui uma alma distinta do corpo, mas que pode ser, de um modo ou outro, afetada pelo corpo. Julgava-se que o destino eterno da alma depende, pelo menos, de certo grau de suas experiências durante o tempo em que ela esteve no corpo. Não se contestava a sua imortalidade. Tivesse tido uma existência antes de ter entrado no corpo, conforme afirmavam os influenciados por Platão, ou tivesse surgido, por ocasião da criação do corpo, não se duvidaria que vivesse eternamente depois do perecimento do corpo.

Tivesse sido boa, seria recompensada, com a permissão de continuar a existência num reino de completa bem-aventurança. Mas se o indivíduo possuidor da alma tivesse levado vida má, seria condenada ao sofrimento e tormento eternos. A imortalidade era indiscutível em ambos os casos. Como se julgava o corpo a fonte do mal e um perigo para a alma, muitos filósofos afirmavam que esta devia, tanto quanto possível, libertar-se dele e de suas tentações. Em muitos casos, os homens procuravam meios de torturar e repudiar o corpo para que a alma pudesse viver dentro do espírito do bem, preparando-se, assim, para a felicidade eterna.

S. Tomás de Aquino foi o filósofo que completou e generalizou esse ponto de vista. Doutrinou que a alma humana foi criada por Deus. Segundo

ele, é o princípio imaterial, espiritual e vital do corpo. Essa alma espiritual é agregada ao corpo por ocasião do nascimento. Se bem que haja outras, a do homem delas difere por ser inteligente e dotada de vontade. Essa alma inteligente não depende do corpo para sua existência ou função; pode continuar a agir depois dele ter perecido. Mais ainda: continua a existir como existiu durante a vida do corpo. Forma, pois, por si mesma, um novo corpo, um corpo espiritual, por meio do qual atua por toda a eternidade. Esse ponto de vista constituiu a norma aceita pelos católicos ortodoxos, que eles tornaram fundamental para sua crença. Pensadores cristãos posteriores não alteraram seus detalhes, mesmo os mais insignificantes. Surgiram heresias, vez ou outra, mas foram repelidas pela força da teoria ortodoxa.

A Alma Segundo os Precursores da Renascença

Ludovico Vives, precursor do interesse pela ciência que assinalou a Renascença, aconselhava que se deviam abandonar as doutrinas, devendo o homem fazer minucioso estudo científico da alma a fim de descobrir não sua essência, porém, a maneira pela qual age. *Bernardino Telésio* procurou explicar a alma, mecânica e materialmente, de modo algo semelhante ao dos primeiros gregos. Afirmava que a alma é uma substância muito fina, semelhante ao calor, centralizada no cérebro, porém, difundida por todo o corpo através dos nervos. Como tal, acreditava que ela faz com que as partes do corpo se mantenham unidas e se movimentem como indivíduo. Além dessa alma material, doutrinava que existia uma imortal, agregada à alma material por Deus.

Giordano Bruno ensinava que a alma é uma mônade imortal ou elemento não causado, similar às mônades ou elementos que compõem todas as coisas do universo.

A esses homens que figuraram na alvorada da nova era da Humanidade, o Período Moderno, não satisfaziam as teorias da alma, desenvolvidas quer pelos pensadores antigos quer pelos homens da Igreja medieval. Achavam que aquelas primeiras teorias e idéias não resistiam aos testes da Ciência. Procuraram, então, uma teoria sobre a alma e a imortalidade que se enquadrasse na cultura que começava a florir.

Teorias de Bacon e Hobbes

Vê-se claramente, nos trabalhos de *Francis Bacon*, que se procurou romper com o passado. Doutrinou ele que a alma humana é, verdadeiramente, duas, uma divina ou racional e outra irracional. A primeira – afirmou – é da alçada da Religião. Já a segunda está livre para estudo e compreensão por parte do homem, que para isso se utiliza de métodos científicos. Acreditava Bacon que, por meio desses métodos, veríamos ser material essa alma, porém invisível, habitando a cabeça e irradiando-se através dos nervos, para todas as partes do corpo. Ela é a morada da razão, da imaginação, da compreensão, da memória, dos apetites e da vontade.

Hobbes rompeu completamente com o passado. Sustentou que o mundo todo é material, nada havendo nele que corresponda à alma humana como a descreveram os primeiros filósofos. Sua posição materialista não deixou lugar para a alma imaterial, que pudesse sobreviver à desintegração do corpo.

Teorias de Descartes e Espinosa

Descartes achava que o resultado lógico da Ciência era um mundo materialista e mecânico, mas estava também certo de que isso não explicava completamente o mundo. Conseqüentemente, procurou descobrir um meio pelo qual pudesse explicar tudo o que a Ciência parece exigir e, ao mesmo tempo sustentar a existência da alma humana. O resultado foi sua teoria sobre a existência de uma única substância absoluta, Deus, e duas substâncias relativas, espírito e corpo. Tendo estabelecido a distinção, foi-lhe fácil afirmar que a alma é distinta do corpo, não estando, portanto, como este, sujeita às mesmas leis.

A alma – explicou – é uma unidade ou um princípio simples que se manifesta de inúmeros modos, entre os quais estão os de querer, sentir e raciocinar. É vista, portanto, agindo e, também, tendo paixões.

Como essa alma faz parte do todo, faz parte de Deus ou da Substância Absoluta, não se pode admitir que desapareça e, sim, que continue a existir enquanto Deus continua a existir. A morte do corpo é apenas uma mudança. Sendo a alma livre dele e não sendo verdadeiramente afetada por ele, não sofre nenhuma influência com sua desintegração.

Embora afirmasse que Deus é a única substância, *Descartes* achou necessário estabelecer uma separação nítida entre a alma e o corpo, e, com isso, deixou um dualismo. Isso não satisfez seus seguidores. Evidenciavam-se facilmente dois meios para resolver o problema. Por um lado, um filósofo poderia desprezar o corpo e concentrar-se na alma. Foi o que fez *Malebranche*. Para ele, a alma é a única realidade, sendo aquilo que pensamos do corpo mera idéia do corpo na alma. Temos aí o idealismo puro. *Hobbes* tomou outra atitude: negou a existência da alma e concentrou-se na teoria materialista do mundo.

Restou a *Espinosa* oferecer sua solução sem sacrificar os resultados da ciência natural ou da alma. Como Deus, segundo ele, é a única substância, a alma nada mais podia ser que um modo de Deus. Como tal, identifica-se com o lado espiritual do mundo. Percebe-se a alma quando se considera a substância mais pelo lado do espírito do que pelo lado do corpo. Ela está, por conseguinte, sujeita tão-somente às leis espirituais e não às leis da Ciência ou do mundo material.

Além disso, como modo da substância absoluta, a alma não pode ser imortal num sentido individual; tem, na realidade, imortalidade como um modo de Deus que, da mesma maneira que Deus, não pode ser destruído. Como modo de Deus, continua forçosamente mesmo que mude a forma visível do corpo, que é também um modo de Deus.

Locke, Berkeley, Hume e Leibnitz

A teoria de *John Locke* semelha bastante à de *Descartes*. Considerava o mundo composto de duas substâncias: corpos e almas. Estas, segundo ele, são substâncias espirituais, dotadas do poder de percepção, pensamento e vontade. O homem chega à idéia da alma combinando as várias operações do espírito humano, tais como as da vontade, conhecimento, etc., e admitindo um apoio para elas. Esse apoio ou fundamento é a substância alma. Eis seu argumento: “Se temos em nós idéias claras e distintas, tanto sobre o

pensamento como sobre a solidez, não sei por que não podemos também admitir a existência de uma coisa pensante sem solidez, isto é, imaterial, bem como de uma coisa sólida destituída de pensamento, isto é, matéria. Não é mais difícil conceber a existência do pensamento sem a matéria do que conceber como pensaria a matéria.” A alma é essa coisa imaterial que pensa.

A alma do homem é, segundo Locke, ativa e passiva. Pode afetar e mover os corpos e, ao mesmo tempo, ser por eles afetada de modo a ter idéias. Verifica-se aí, portanto, uma interação.

Se a alma é imortal, se vive depois da morte do corpo, isso, na opinião de Locke, é questão de fé, não se podendo ter a respeito uma idéia clara e distinta. Está acima da razão, mas nela se pode crer pela fé.

Espírito e alma são termos que *Berkeley* emprega de modo permutável. O mundo é, segundo ele, todo espírito. Seguindo a teoria de Locke, de acordo com a qual tudo o que podemos conhecer são as nossas idéias, Berkeley adotou a tese de que o espírito, criador e fonte das idéias, é tudo que existe. Idéias que não são criação do espírito são criação de Deus, que é também espírito. A alma do homem é, portanto, o começo e o fim do mundo. Naturalmente não pode morrer; viverá como parte da fonte espiritual do mundo.

Hume, levando a teoria de Locke à sua conclusão lógica, sustentava que não podemos ter conhecimento seguro quer da substância material, quer da espiritual. Não podemos saber se existe o mundo material ou se existe a alma. Tudo o que sabemos é que existe uma sucessão de idéias. Se existe fundamento para essas idéias, uma alma que as tenha é coisa que não se sabe. Devemos, pois, ser agnósticos (isto é, sem convicção definida) quanto à alma.

Nenhuma pesquisa, afirmou Hume, revelará uma substância-alma imaterial, indivisível e imperecível. Escreveu ele: “quando entro intimamente no que denomino meu *eu*, sempre tropeço em uma ou outra percepção especial de calor ou frio, de luz ou sombra, de amor ou ódio, de dor ou prazer. Em tempo algum me pilho sem uma percepção; nada observo que não seja percepção.” O espírito é, pois, nada mais que uma sucessão ou mistura de percepções. Assim, qualquer idéia sobre a imortalidade da alma é inteiramente sem fundamento, não podendo ser aceita.

Esse raciocínio era puro ceticismo. Como tal, não podia satisfazer os filósofos. Eles não o aceitaram pelo que representava, antes tinham certeza de que, ao longo do raciocínio de Locke e Hume, havia alguma coisa errada, alguma coisa importante que havia sido omitida. Trataram então de procurar o erro, a parte que faltava e que tornaria o quadro completamente diferente.

A teoria de *Leibnitz* pareceu mais promissora que o ceticismo de Hume. Segundo ele, o mundo compõe-se de um infinito número de mônades ou unidades de força. Mesmo a alma é tal substância, uma unidade de força espiritual. Realmente, a alma-átomo é, no universo, o modelo de todas as mônades.

O organismo humano difere do de todos os outros seres porquanto contém além de outras mônades, uma *mônade-rainha* ou alma, mônade-guia

ou controladora de todas as que formam o organismo. Essa alma-mônade organiza as mônades do organismo, tornando-as uma unidade, um todo. Mas o controle da alma-mônade sobre todas as outras do corpo não constitui matéria de influência direta. Nenhuma mônade exerce influência sobre outra. Ao contrário, Deus criou todas elas de modo a haver, no homem, uma harmonia preestabelecida entre a alma-mônade e as outras mônades. A alma-mônade parece controlar as outras mônades da mesma maneira que um homem a outro. Isso, porém, é ilusão. Na realidade agem conjuntamente por causa dessa harmonia preexistente.

A alma-mônade, assim como todas as outras mônades, desenvolve-se e movimenta-se para sua auto-realização, por causa de sua própria natureza, por causa do que está nela internamente.

Além disso, todo conhecimento chega à alma-mônade não do exterior, porém de seu próprio interior. Está implícito dentro da alma e é questão do desenvolvimento do que é latente na sua própria natureza. A experiência apenas agita-a para realizar aquilo que está dentro dela.

Nenhuma mônade pode ser destruída e isso se aplica, também, à alma-mônade. É eterna e continua a viver, mesmo que as que formam determinado corpo se separem por ocasião da morte. A alma é, pois, imortal.

Durante o século XVIII, foi muito forte a influência de Leibnitz na Alemanha, onde os filósofos se esforçavam por provar a existência da alma e sua imortalidade. Já na Inglaterra, onde dominava a influência de Locke, Berkeley e Hume, havia uma tendência para a teoria mecanicista do homem e seu universo. Dominava a idéia de que o homem nada mais é que uma máquina. Tal idéia, naturalmente, não dava lugar à concepção da alma. Homens como Toland e Hartley procuraram demonstrar que qualquer idéia, sobre a alma, estava fora de questão.

A Alma e a Imortalidade Segundo Kant

Foi *Kant* quem reuniu as muitas correntes do pensamento num sistema que provou ser uma das mais importantes realizações da história do pensamento humano. Afirmou que o intelecto somente pode conhecer aquilo que experimentamos. Contudo, a razão pode ir além e conceber um mundo do qual não temos, de fato, experiência. Ela, portanto, transcende, eleva-se acima da experiência e fornece-nos princípios transcendentais.

A razão dá ao homem uma idéia da alma como resultado de todos os processos mentais. Conquanto não sintamos a alma, a idéia sobre ela tem valor, e podemos, portanto, nela pensar.

Como não pode haver conhecimento sem *conhecedor*, assiste-nos concluir que há tal coisa como alma, que age como se ela existisse. Embora não possamos provar a existência de uma alma imortal, podemos agir como se existisse, porquanto vale realmente fazê-lo. Kant afirmava que o emprego dessa idéia é regulador, porquanto unifica muitos conceitos nossos e sistematiza muitas de nossas idéias. A idéia sobre a alma serve como ponto focal, para o qual podemos orientar as experiências conscientes.

Além disso, a idéia sobre a alma tem valor ético. É resultado da lei moral e serve como base para a vida moral. A lei moral exige boa vontade e

é de tal forma regulada que age sempre de modo à sua ação poder muito bem tornar-se geral, pelo menos como princípio. Essa boa vontade deve ser realizável. Mas o homem não pode tornar-se absolutamente bom em todo momento, durante sua existência mortal. Conseqüentemente, esse princípio torna necessária a imortalidade da alma, a fim de as exigências da lei moral poderem ser atendidas. Durante esse tempo infinito, tornado necessário e possível, a alma humana encaminha-se para a perfeição, para a completa realização das exigências da lei moral.

Fichte, Schleiermacher, Herbart e Schopenhauer

A asserção de Kant de que a lei moral constitui a base para o homem agir, como se existisse um mundo supersensível, um mundo além da Ciência, da experiência, foi o ponto de partida da filosofia de *Fichte*. Baseado nesse princípio, Fichte e aqueles que o seguiram construíram o que passou a ser conhecido como o *idealismo post-kantiano*. O *ego* ou vontade, segundo Fichte, é a fonte, criador do mundo que conhecemos. O homem somente pode compreender aquilo que ele criou.

O *ego*, porém, é pura atividade, razão universal, princípio absoluto que difere do *ego* de cada pessoa que vive. É o processo da vida universal a dominar cada consciência individual. Esse *ego* desfaz-se em pedaços, os *egos* individuais, da mesma maneira que a luz se rompe em partículas, sem, no entanto, romper-se da fonte. Portanto, o *ego* individual nada mais é que a manifestação do *ego* universal ou princípio criador.

Esse *ego* individual, por causa da lei moral que nele se encontra, conforme sustentara Kant, deve continuar lutando e ser, portanto, imortal. Faz parte do indivíduo que outros denominaram alma, não se podendo julgá-lo sujeito a perecer com o corpo.

Embora não se mostrasse inclinado a aceitar as doutrinas de idealismo até esse ponto, como Fichte, *Schleiermacher*, entretanto, acreditava que o *ego* individual tem uma independência que o torna autodeterminador. Pode desenvolver seu próprio talento e contribuir, assim, para o desenvolvimento do Todo, ou Absoluto, do qual faz parte. Mas, mesmo essa liberdade não basta para admitir a imortalidade do *ego* ou alma. A única imortalidade que *Schleiermacher* se propõe a aceitar é a da união com o infinito. Segundo ele, a alma é imortal quando se torna “eterna em todos os momentos do tempo”.

Herbart impugnou todo o ponto de vista idealístico. Para ele, há muitos *reais*, ou substâncias muito simples e imutáveis, que se agregam para formar os objetos. A alma – doutrina – é um *real* que se pode caracterizar como simples, absoluto, destituído de tempo e espaço. O corpo do homem é uma massa de *reais*, com a alma estabelecida no cérebro. Conquanto todas as almas sejam essencialmente semelhantes, diferem, entretanto, no desenvolvimento, devido à natureza do corpo em que cada uma reside.

Ao chocar-se uma alma contra outra, surgem sensações, as quais se acham organizadas na alma e formam seu conteúdo. A alma é originariamente vazia, sendo seu revestimento as sensações que resultam ao procurar ela preservar-se, no contato com as demais.

Como o mundo dos *reais* é imutável, sendo a única mudança a mistura e *remistura* dos reais, a alma não desaparece quando o corpo se desfaz; continua a existir.

A *vontade*, de *Schopenhauer*, corresponde à alma de outros filósofos. É a *coisa-em-si-mesma* de Kant, o sustentáculo de toda experiência, de todas as coisas. A vontade individual é imortal porquanto faz parte da vontade universal. Por ocasião da morte, a vontade individual cessa de ser individual, como expressão especial da vontade universal. Mas a vontade não morre. É básica para o mundo inteiro e assim continuará para sempre.

O mundo exterior, segundo *Hermann Lotze*, é a criação da alma na alma. Essa alma acha-se situada no cérebro e só neste pode entrar em contato com o corpo. Enquanto o corpo está vivo, ela é o princípio dominante e controlador. Depois da morte, não é claro, argumenta Lotze, o que acontece com a alma; acreditava, porém, como ato de fé, que cada indivíduo deve, em certo tempo e algures, receber a recompensa ou o justo castigo. Lotze acreditava, portanto, de certo modo, na imortalidade da alma, embora não pudesse prová-lo.

Concepções Recentes e Atuais da Alma e da Imortalidade

A filosofia mais recente abandonou a antiga concepção sobre a alma e a imortalidade. Lendo-se os filósofos modernos, causa admiração o fato de a alma ser, em suas obras, raramente mencionada, e de quase não se admitir a palavra *imortalidade*. Numa antologia recente de filosofia moderna, um livro de cerca de seiscentas e cinquenta páginas selecionadas dos trabalhos de filósofos atuais, não há menção à alma, sendo muito poucas as citações sobre a imortalidade.

A teoria de muitos filósofos modernos é de que o corpo pode agir de certos modos que demonstram alto grau de inteligência. A isso deu-se o nome de *ação intencional*. Alguns escritores poderão empregar o termo geral *alma* para descrever essa ação, mas, se insistirmos numa explicação mais exata, admitirão nada saber de uma alma distinta do corpo e que possa pretender algo semelhante à imortalidade.

Encontrar-se-á base para tal atitude no interesse atual pelas Ciências, e na convicção geral de que é perigoso ir além da ação observável. Interesse e respeito caracterizam a atitude do homem moderno para com os métodos científicos. Esses métodos, se aplicados minuciosamente, não conduzem à alma, tampouco à crença na imortalidade.

A psicologia behaviorista, conforme foi defendida por John B. Watson e outros, centralizou a atenção moderna no comportamento, como elemento a ser observado. Embora muitos pensadores não se inclinem a ir até o limite do behaviorismo – e admitam, com os seus mais entusiásticos defensores, que o comportamento, conforme o vê um observador, é o começo e o fim do estudo científico do homem – a influência dessa atitude tem sido, entretanto, grande.

Além disso, a idéia antiga de explicar a capacidade do homem, de pensar e raciocinar, sob o fundamento de possuir um espírito ou alma, foi, em grande parte, abandonada. Tem-se a impressão de que tal explicação não é verdadeira e, sim, um meio de fugir à questão. O pensamento, diz-se, é

uma atividade com certa qualidade, própria da mente. O homem que pensa não tem a mente, com a qual ele pensa, distinta do corpo. Mas, por ser mais bem organizado e construído, pode realizar atos que se caracterizam como resultantes dos pensamentos.

Encontramos essa atitude geral nos representantes das escolas “positivista” e “pragmática.” Entre os positivistas encontra-se *Augusto Comte* que acreditava serem a alma e a crença na imortalidade características de uma fase mais primitiva e mais infantil do desenvolvimento do homem. Ao tornar-se mais maduro no desenvolvimento racial, o homem reconhece que tais crenças não são exatas, porém, meros desejos que não se podem provar ou fundamentar com fatos. Conseqüentemente, devem ser abandonadas, argumenta Comte.

O pragmatismo segue a mesma tradição. *William James* reconheceu que muitos homens acreditam na existência de uma alma dotada de imortalidade, admitindo que tal crença tem certa utilidade na vida moral do homem. Ele não sabia, porém, como enquadrar essa crença na estrutura de um pensamento exato. *John Dewey* apresenta-se mais convicto do que James ao afirmar que não existe base para a crença. Está convicto de que a doutrina da alma poderá ser realmente prejudicial, porquanto traz consigo uma carga de tradições que oprime o homem e o faz renunciar, completamente, à idéia de compreender as experiências que tenham sabor religioso.

Embora haja ainda muitos filósofos, quase todos influenciados pela tradição religiosa, que procuram interpretar o termo *alma* e o que o acompanha, *imortalidade*, de modo a poder adaptá-los ao esquema da ciência moderna sem muita deturpação e desfiguração, a tendência moderna é abandonar completamente essas idéias no que diz respeito à Filosofia.

A alma é considerada nada mais que um nome para certa espécie de atividade, de natureza espiritual. Não significa entidade ou coisa, que se possa possuir da mesma maneira que se possuem mãos, olhos, etc. Além disso, a imortalidade não significa, para a maioria dos filósofos modernos, a continuação eterna de uma coisa ou a vida eterna da entidade individual que conhecemos como nós mesmos. Imortalidade biológica ou existência contínua da estrutura do germe do homem, imortalidade da influência ou do contínuo efeito da influência do indivíduo depois da morte do corpo, e imortalidade do grupo ou a continuação do todo, do qual cada indivíduo faz parte durante certo tempo, são as teorias aceitas pelos pensadores modernos.

A antiga e tradicional idéia de que existe o dualismo corpo, ou alma, ambos com vidas mais ou menos separadas, tem sido quase inteiramente abandonada. Assim, a concepção de que um membro de tal dualismo, o espírito ou alma, pode continuar a viver e funcionar depois que o outro tenha deixado de funcionar, foi também abandonada.

Em lugar dessas idéias tradicionais, que têm longa e honrosa tradição, vemos hoje em dia a concepção mais científica de ser o homem um ente que, dado o seu longo e altamente especializado desenvolvimento evolucionista, é capaz de fazer coisas inteiramente impossíveis em qualquer outro nível do processo evolucionista. Pode raciocinar, pensar, traçar planos e executá-los, conceber valores espirituais e lutar pela sua realização. Pode fazer adaptações exatas a tudo que o cerca. De fato, pode conceber o mundo

na esfera de seu pensamento e traçar planos inauditos para dominá-lo e transformá-lo de acordo com seus desejos. Essa capacidade acha-se acima de qualquer coisa que conhecemos no mundo. Tem, portanto, uma qualidade diferente da de quaisquer outras atividades que o homem conhece. O pensamento moderno, contudo, não se sente inclinado a passar desses fatos para a teoria de que tais atos não resultam do corpo, antes, porém, de outra coisa que o homem possui, e que se chama espírito ou alma. No pensamento moderno, afirma-se que essas atividades são da mente ou do espírito e parte da atividade completa do indivíduo.

Um exemplo auxiliará a tornar mais clara essa atitude. Dir-se-á que determinado homem é feio ao passo que outro é bonito. Que é que produz essa diferença? Indagam os filósofos modernos. Possui o segundo daqueles homens algo que possamos designar *beleza* e por cuja razão é ele bonito? Não. A beleza não é uma coisa, porém uma qualidade. Por serem de tal modo construídas e organizadas as características de um indivíduo, dizemos que ele é bonito. Não há coisa ou entidade, como *beleza*, que faça o indivíduo bonito.

Igualmente, o homem não tem alma ou espírito, mas seus atos são de tal natureza que os caracterizamos como voluntários ou espirituais.

Essa teoria faz com que a filosofia moderna abandone a idéia da imortalidade da alma, da maneira que foi sustentada no passado. Se não há coisa ou entidade que corresponda à alma, não pode haver imortalidade. Daí decorre o abandono da concepção de um lugar para onde vai a alma depois da morte do corpo. Essa concepção se estende desde a antiga idéia hebraica, sobre Sheol, e a dos gregos sobre Hades, a terra das sombras do outro lado do Rio Styx, até à idéia altamente imaginosa sobre o Céu, mantida pela tradição cristã. De fato, quase toda religião tem se apegado à crença numa região além-túmulo, para onde vão as almas a fim de receberem e gozarem a recompensa. Muitas religiões conceberam também outra região, onde as almas más vão receber o castigo. Mas, não havendo alma, não podem existir regiões de recompensas e castigos.

O pensamento moderno volta-se, portanto, para o homem e sua vida entre o nascimento e o túmulo, à cata de um reino para seus valores. Dentro desse intervalo encontra o filósofo moderno tudo o que precisa a fim de compreender o homem. Muitos pensadores admitem crenças ou hipóteses a respeito de experiências do além-túmulo, mas não as incluem em esquemas filosóficos, nem encontram provas suficientes para torná-las diferentes de idéias oriundas de uma tradição mais antiga e menos científica, ou do desejo daqueles que não se satisfazem com a interpretação científica da vida.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

ALLAN KARDEC

O LIVRO DOS ESPÍRITOS

ALLAN KARDEC

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA DOCTRINA ESPÍRITA

I – ESPIRITISMO E ESPIRITUALISMO

Para as coisas novas necessitamos de palavras novas, pois assim o exige a clareza de linguagem, para evitarmos a confusão inerente aos múltiplos sentidos dos próprios vocábulos. As palavras espiritual, espiritualista, espiritualismo têm uma significação bem definida; dar-lhes outra, para aplicá-las à Doutrina dos Espíritos, seria multiplicar as causas já tão numerosas de anfibologia. Com efeito, o espiritualismo é o oposto do materialismo; quem quer que acredite haver em si mesmo alguma coisa além da matéria é espiritualista; mas não se segue daí que creia na existência dos Espíritos ou em suas comunicações com o mundo visível.

Em lugar das palavras espiritual e espiritualismo empregaremos, para designar esta última crença, as palavras espírita e espiritismo, nas quais a forma lembra a origem e o sentido radical e que por isso mesmo têm a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, deixando para espiritualismo a sua significação própria. Diremos, portanto, que a Doutrina Espírita ou o Espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível. Os adeptos do Espiritismo serão os espíritas, ou, se o quiserem, os espiritistas.

Como especialidade o Livro dos Espíritos contém a Doutrina Espírita; como generalidade liga-se ao Espiritualismo, do qual representa uma das fases. Essa a razão porque traz sobre o título as palavras: Filosofia Espiritualista.

II – ALMA, PRINCÍPIO VITAL E FLUIDO VITAL

Há outra palavra sobre a qual igualmente devemos entender-nos porque é uma das chaves de toda doutrina moral e tem suscitado numerosas controvérsias por falta de uma aceção bem determinada: é a palavra alma. A divergência de opiniões sobre a natureza da alma provém da aplicação particular que cada qual faz desse vocábulo. Uma língua perfeita, em que cada idéia tivesse a sua representação por um termo próprio, evitaria muitas discussões; com uma palavra para cada coisa todos se entenderiam.

Segundo uns, a alma é o princípio da vida orgânica material; não tem existência própria e se extingue com a vida: é o puro materialismo. Neste sentido e por comparação dizem de um instrumento quebrado, que não pro-

duz mais som, que ele não tem alma. De acordo com esta opinião a alma seria um efeito e não uma causa.

Outros pensam que a alma é o princípio da inteligência, agente universal de que cada ser absorve uma porção. Segundo estes, não haveria em todo o Universo senão uma única alma, distribuindo fagulhas para os diversos seres inteligentes durante a vida; após a morte cada fagulha volta à fonte comum, confundindo-se no todo, como os córregos e os rios retornam ao mar de onde saíram. Esta opinião difere da precedente em que, segundo esta hipótese, existe em nós algo mais do que a matéria, restando qualquer coisa após a morte; mas é quase como se nada restasse, pois não subsistindo a individualidade não teríamos mais consciência de nós mesmos. De acordo com esta opinião, a alma universal seria Deus e cada ser uma porção da Divindade; é esta uma variedade do Panteísmo.

Segundo outros, enfim, a alma é um ser moral, distinto, independente da matéria e que conserva a sua individualidade após a morte. Esta concepção é incontestavelmente a mais comum, porque sob um nome ou outro a idéia desse ser que sobrevive ao corpo se encontra em estado de crença instintiva, e independente de qualquer ensinança, entre todos os povos, qualquer que seja o seu grau de civilização. Essa doutrina, para a qual a alma é causa e não efeito, é a dos espiritualistas.

Sem discutir o mérito dessas opiniões, e não considerando senão o lado lingüístico da questão, diremos que essas três aplicações da palavra alma constituem três idéias distintas, que reclamariam, cada uma, um termo diferente. Essa palavra tem, portanto, significação tríplice, e cada qual está com a razão, segundo o seu ponto de vista, ao lhe dar uma definição; a falha se encontra na língua, que não dispõe de mais de uma palavra para três idéias. Para evitar confusões, seria necessário restringir a acepção da palavra alma a uma de suas idéias. Escolher esta ou aquela é indiferente, simples questão de prevenção, e o que importa é esclarecer. Pensamos que o mais lógico é tomá-la na sua significação mais vulgar, e por isso chamamos alma ao ser imaterial e individual que existe em nós e sobrevive ao corpo. Ainda que este ser não existisse e não fosse mais que um produto da imaginação, seria necessário um termo para designá-lo.

Na falta de uma palavra especial para cada uma das duas outras idéias, chamaremos:

Princípio vital, o princípio da vida material e orgânica, seja qual for a sua fonte, que é comum a todos os seres vivos, desde as plantas ao homem. A vida podendo existir sem a faculdade de pensar, o princípio vital é coisa distinta e independente. A palavra vitalidade não daria a mesma idéia. Para uns, o princípio vital é uma propriedade da matéria, um efeito que se produz quando a matéria se encontra em dadas circunstâncias; segundo outros, e essa idéia é mais comum, ele se encontra num fluido especial, universalmente espalhado, do qual cada ser absorve e assimila uma parte durante a vida, como vemos os corpos inertes absorverem a luz. Este seria então o fluido vital, que segundo certas opiniões, não seria outra coisa senão o fluido elétrico animalizado, também designado por fluido magnético, fluido nervoso, etc.

Seja como for, há um fato incontestável, – pois resulta da observação, – e é que os seres orgânicos possuem uma força íntima que produz o fenômeno da vida, enquanto essa força existe; que a vida material é comum a todos os seres orgânicos, e que ela independe da inteligência e do pensamento; que a inteligência e o pensamento são faculdades próprias de certas espécies orgânicas; enfim, que entre as espécies orgânicas dotadas de inteligência e pensamento, há uma, dotada de um senso moral especial, que lhe dá incontestável superioridade perante as outras, e que é a espécie humana.

Compreende-se que, com uma significação múltipla, a alma não exclui o materialismo, nem o panteísmo. Mesmo o espiritualista pode muito bem entender a alma segundo uma ou outra das duas primeiras definições, sem prejuízo do ser imaterial distinto, ao qual dará qualquer outro nome. Assim, essa palavra não representa uma opinião: é um Proteu, que cada qual ajeita a seu modo, o que dá origem a tantas disputas intermináveis.

Evitaríamos igualmente a confusão, mesmo empregando a palavra alma nos três casos, desde que lhe ajuntássemos um qualificativo para especificar a maneira pela qual a encaramos, ou a aplicação que lhe damos. Ela seria então um termo genérico, representando ao mesmo tempo o princípio da vida material, da inteligência e do senso moral, que se distinguiriam pelo atributo, como o gás, por exemplo, que se distingue ajuntando-se-lhe as palavras hidrogênio, oxigênio e azoto, Poderíamos dizer, e talvez fosse o melhor, a alma vital, para designar o princípio da vida material, a alma intelectual, para o princípio da inteligência, e a alma espírita, para o princípio da nossa individualidade após a morte. Como se vê, tudo isto é questão de palavras, mas questão muito importante para nos entendermos. Dessa maneira, a alma vital seria comum a todos os seres orgânicos: plantas, animais e homens; a alma intelectual seria própria dos animais e dos homens, e a alma espírita pertenceria somente ao homem.

Acreditamos dever insistir tanto mais nestas explicações, quanto a Doutrina Espírita repousa naturalmente sobre a existência em nós, de um ser independente da matéria e que sobrevive ao corpo. Devendo repetir freqüentemente a palavra alma no curso desta obra, tínhamos de fixar o sentido em que a tornamos, a fim de evitar qualquer engano.

VI – RESUMO DA DOCTRINA DOS ESPÍRITOS

Os seres que se manifestam designam-se a si mesmos, como dissemos, pelo nome de Espíritos ou Gênios, e dizem, alguns pelo menos, que viveram como homens na Terra. Constituem o mundo espiritual, como nós constituímos, durante a nossa vida, o mundo corporal. Resumimos em poucas palavras os pontos principais da doutrina que nos transmitiram, a fim de mais facilmente responder a certas objeções:

"Deus é eterno, imutável, imaterial, único, todo poderoso, soberanamente justo e bom.

Criou o Universo, que compreende todos os seres animados e inanimados, materiais e imateriais.

Os seres materiais constituem o mundo visível ou corporal e os seres imateriais o mundo invisível ou espírita, ou seja, dos Espíritos. O mundo es-

pírita é o mundo normal, primitivo, eterno, preexistente e sobrevivente a tudo.

O mundo corporal é secundário; poderia deixar de existir ou nunca ter existido, sem alterar a essência do mundo espírita.

Os Espíritos revestem temporariamente um invólucro material percível e sua destruição pela morte os devolve à liberdade.

Entre as diferentes espécies de seres corporais, Deus escolheu a espécie humana para a encarnação dos Espíritos que chegaram a um certo grau de desenvolvimento, o que lhe dá superioridade moral e intelectual ante as demais.

A alma é um espírito encarnado, e o corpo apenas o seu invólucro.

Há no homem três coisas: 1.º) O corpo ou ser material, semelhante ao dos animais e animado pelo mesmo princípio vital; 2.º) A alma ou ser imaterial, espírito encarnado no corpo; 3.º) O laço que une a alma ao corpo, princípio intermediário entre a matéria e o Espírito.

O homem tem assim duas naturezas: pelo corpo participa da natureza dos animais, dos quais possui os instintos; pela alma participa da natureza dos Espíritos.

O laço ou perispírito que une corpo e Espírito é uma espécie de invólucro semi-material. A morte é a destruição do invólucro mais grosseiro. O Espírito conserva o segundo, que constitui para ele um corpo etéreo, invisível para nós no seu estado normal, mas que ele pode tornar acidentalmente visível e mesmo tangível, como se verifica nos fenômenos de aparição.

O Espírito não é, portanto, um ser abstrato, indefinido, que só o pensamento pode conceber. É um ser real, definido, que em certos casos pode ser apreendido pelos nossos sentidos da vista, da audição e do tato.

Os Espíritos pertencem a diferentes classes, não sendo iguais em poder nem em inteligência, saber ou moralidade. Os da primeira ordem são os Espíritos Superiores que se distinguem pela perfeição, pelos conhecimentos e pela proximidade de Deus, pela pureza dos sentimentos e o amor do bem: são os anjos ou Espíritos puros. As demais classes se distanciam mais e mais desta perfeição. Os das classes inferiores são inclinados às nossas paixões: o ódio, a inveja, o ciúme, o orgulho, etc. e se comprazem no mal. Nesse número há os que não são nem muito bons, nem muito maus; antes, perturbadores e intrigantes do que maus; a malícia e a incoseqüência parecem ser as suas características: são os Espíritos estouvados ou levianos.

Os Espíritos não pertencem eternamente à mesma ordem. Todos melhoram, passando pelos diferentes graus da hierarquia espírita. Esse melhoramento se verifica pela encarnação, que a uns é imposta como uma expiação, a outros como missão. A vida material é uma prova a que devem submeter-se repetidas vezes até atingirem a perfeição absoluta; é uma espécie de peneira ou depurador de que eles saem mais ou menos purificados.

Deixando o corpo, a alma volta ao mundo dos Espíritos, de que havia saído para reiniciar uma nova existência material, após um lapso de

tempo mais ou menos longo durante o qual permanecera no estado de espírito errante.

Devendo o Espírito passar por muitas encarnações, conclui-se que todos nós tivemos muitas existências e que teremos outras, mais ou menos aperfeiçoadas, seja na Terra ou em outros mundos.

A encarnação dos Espíritos ocorre sempre na espécie humana. Seria um erro acreditar que a alma ou espírito pudesse encarnar num corpo de animal.

As diferentes existências corporais do Espírito são sempre progressivas e jamais retrógradas, mas a rapidez do progresso depende dos esforços que fazemos para chegar à perfeição.

As qualidades da alma são as do Espírito encarnado. Assim, o homem de bem é a encarnação de um bom Espírito e o homem perverso a de um Espírito impuro.

A alma tinha a sua individualidade antes da encarnação e a conserva após a separação do corpo.

No seu regresso ao mundo dos Espíritos a alma reencontra todos os que conheceu na Terra e todas as suas existências anteriores se delineiam na sua memória, com a recordação de todo o bem e todo o mal que tenha feito.

O Espírito encarnado está sob a influência da matéria. O homem que supera essa influência, pela elevação e purificação de sua alma, aproxima-se dos bons Espíritos com os quais estará um dia. Aquele que se deixa dominar pelas más paixões e põe todas as suas alegrias na satisfação dos apetites grosseiros aproxima-se dos Espíritos impuros, dando preponderância à natureza animal. Os Espíritos encarnados habitam os diferentes globos do Universo.

Os Espíritos não-encarnados ou errantes não ocupam nenhuma região determinada ou circunscrita; estão por toda parte, no espaço e ao nosso lado, vendo-nos e acotovelando-nos sem cessar. É toda uma população invisível que se agita ao nosso redor.

Os Espíritos exercem sobre o mundo moral e mesmo sobre o mundo físico uma ação incessante. Agem sobre a matéria e sobre o pensamento e constituem uma das forças da Natureza, causa eficiente de uma multidão de fenômenos até agora inexplicados ou mal explicados, que não encontram solução racional.

As relações dos Espíritos com os homens são constantes. Os bons Espíritos nos convidam ao bem, nos sustentam nas provas da vida e nos ajudam a suportá-las com coragem e resignação; os maus nos convidam ao mal: é para eles um prazer ver-nos sucumbir e cair no seu estado.

As comunicações ocultas verificam-se pela influência boa ou má que eles exercem sobre nós sem o sabermos, cabendo ao nosso julgamento discernir as más e boas inspirações. As comunicações ostensivas realizam-se por meio da escrita, da palavra ou de outras manifestações materiais, na maioria das vezes através dos médiuns que lhes servem de instrumentos.

Os Espíritos se manifestam espontaneamente ou pela evocação. Podemos evocar todos os Espíritos: os que animaram homens obscuros e os dos personagens mais ilustres, qualquer que seja a época em que tenham vivido; os de nossos parentes, de nossos amigos ou inimigos e deles obter, por comunicações escritas ou verbais, conselhos, informações sobre a situação em que se acham no espaço, seus pensamentos a nosso respeito, assim como as revelações que lhes seja permitido fazer-nos.

Os Espíritos são atraídos na razão de sua simpatia pela natureza moral do meio que os evoca. Os Espíritos superiores gostam das reuniões sérias em que predominem o amor do bem e o desejo sincero de instrução e de melhoria. Sua presença afasta os Espíritos inferiores, que encontram, ao contrário, livre acesso e podem agir com inteira liberdade entre as pessoas frívolas ou guiadas apenas pela curiosidade e por toda parte onde encontrem maus instintos. Longe de obtermos bons conselhos e informações úteis desses Espíritos, nada mais devemos esperar do que futilidades, mentiras, brincadeiras de mau gosto ou mistificações, pois freqüentemente se servem de nomes veneráveis para melhor nos induzirem ao erro.

Distinguir os bons e os maus Espíritos é extremamente fácil. A linguagem dos Espíritos superiores é constantemente digna, nobre, cheia da mais alta moralidade, livre de qualquer paixão inferior, seus conselhos revelam a mais pura sabedoria e têm sempre por alvo o nosso progresso e o bem da Humanidade. A dos Espíritos inferiores, ao contrário, é inconseqüente, quase banal e mesmo grosseira; se dizem às vezes coisas boas e verdadeiras, dizem com mais freqüência falsidades e absurdos, por malícia ou por ignorância; zombam da credulidade e divertem-se à custa dos que os interrogam, lisonjeando-lhes a vaidade e embalando-lhes os desejos com falsas esperanças. Em resumo, as comunicações sérias, na perfeita aceção do termo, não se verificam senão nos centros sérios, cujos membros estão unidos por uma íntima comunhão de pensamentos dirigidos para o bem.

A moral dos Espíritos superiores se resume, como a do Cristo, nesta máxima evangélica: “Fazer aos outros o que desejamos que os outros nos façam”, ou seja, fazer o bem e não o mal. O homem encontra nesse princípio a regra universal de conduta, mesmo para as menores ações.

Eles nos ensinam que o egoísmo, o orgulho, a sensualidade são paixões que nos aproximam da natureza animal, prendendo-nos à matéria; que o homem que, desde este mundo, se liberta da matéria pelo desprezo das futilidades mundanas e o cultivo do amor ao próximo, aproxima-se da natureza espiritual; que cada um de nós deve tornar-se útil segundo as faculdades e os meios que Deus nos colocou nas mãos para nos provar; que o Forte e o Poderoso devem apoio e proteção ao Fraco, porque aquele que abusa da sua força e do seu poder para oprimir o seu semelhante viola a lei de Deus. Eles ensinam, enfim, que no mundo dos Espíritos nada pode estar escondido: o hipócrita será desmascarado e todas as suas torpezas reveladas; a presença inevitável e incessante daqueles que prejudicamos é um dos castigos que nos estão reservados; ao estado de inferioridade e de superioridade dos Espíritos correspondem penas e alegrias que nos são desconhecidas na Terra.

Mas eles nos ensinam também que não há faltas irremissíveis, que não possam ser apagadas pela expiação. O homem encontra o meio necessá-

rio nas diferentes existências, que lhe permitem avançar, segundo o seu desejo e os seus esforços, na via do progresso, em direção à perfeição que é o seu objetivo final.

Este é o resumo da doutrina espírita, como ela aparece no ensinamento dos Espíritos superiores.

*

LIVRO: A GÊNESE

ALLAN KARDEC

GÊNESE ESPIRITUAL

Princípio espiritual. - União do princípio espiritual e da matéria. - Hipótese sobre a origem do corpo humano. - Encarnação dos Espíritos. - Reencarnações. - Emigrações e imigrações dos Espíritos. - Raça adâmica. Doutrina dos anjos decaídos e do paraíso perdido.

PRINCÍPIO ESPIRITUAL

1. - A existência do princípio espiritual é um fato que, por assim dizer, não precisa de demonstração, do mesmo modo que o da existência do princípio material. É, de certa forma, uma verdade axiomática. Ele se afirma pelos seus efeitos, como a matéria pelos que lhe são próprios.

De acordo com este princípio: «Todo efeito tendo uma causa, todo efeito inteligente há de ter uma causa inteligente», ninguém há que não faça distinção entre o movimento mecânico de um sino que o vento agite e o movimento desse mesmo sino para dar um sinal, um aviso, atestando, só por isso, que obedece a um pensamento, a uma intenção. Ora, não podendo acudir a ninguém a idéia de atribuir pensamento à matéria do sino, tem-se de concluir que o move uma inteligência à qual ele serve de instrumento para que ela se manifeste.

Pela mesma razão, ninguém terá a idéia de atribuir pensamento ao corpo de um homem morto. Se, pois, vivo, o homem pensa, é que há nele alguma coisa que não há quando está morto. A diferença que existe entre ele e o sino é que a inteligência, que faz com que este se mova, está fora dele, ao passo que está no homem a que faz que este obre.

2. - O princípio espiritual é corolário da existência de Deus; sem esse princípio, Deus não teria razão de ser, visto que não se poderia conceber a soberana inteligência a reinar, pela eternidade em fora, unicamente sobre a matéria bruta, como não se poderia conceber que um monarca terreno, durante toda a sua vida, reinasse exclusivamente sobre pedras. Não se podendo admitir Deus sem os atributos essenciais da Divindade: a justiça e a bondade, inúteis seriam essas qualidades, se ele as houvesse de exercitar somente sobre a matéria.

3. - Por outro lado, não se poderia conceber um Deus soberanamente justo e bom, a criar seres inteligentes e sensíveis, para lançá-los ao nada, após alguns dias de sofrimento sem compensações, a recrear-se na contemplação dessa sucessão indefinida de seres que nascem, sem que o hajam perdido, pensam por um instante, apenas para conhecerem a dor, e se extinguem para sempre, ao cabo de efêmera existência.

Sem a sobrevivência do ser pensante, os sofrimentos da vida seriam, da parte de Deus, uma crueldade sem objetivo. Eis por que o materialismo e o ateísmo são corolários um do outro; negando o efeito, não podem eles admitir a causa. O materialismo é, pois, conseqüente consigo mesmo, embora não o seja com a razão.

4. - É inata no homem a idéia da perpetuidade do ser espiritual; essa idéia se acha nele em estado de intuição e de aspiração. O homem compreende que somente aí está a compensação às misérias da vida. Essa a razão por que sempre houve e haverá cada vez mais espiritualistas do que materialistas e mais devotos do que ateus.

À idéia intuitiva e à força do raciocínio o Espiritismo junta a sanção dos fatos, a prova material da existência do ser espiritual, da sua sobrevivência, da sua imortalidade e da sua individualidade. Torna precisa e define o que aquela idéia tinha de vago e de abstrato. Mostra o ser inteligente a atuar fora da matéria, quer depois, quer durante a vida do corpo.

5. - São a mesma coisa o princípio espiritual e o princípio vital?

Partindo, como sempre, da observação dos fatos, diremos que, se o princípio vital fosse inseparável do princípio inteligente, haveria certa razão para que os confundíssemos. Mas, havendo, como há, seres que vivem e não pensam, quais as plantas; corpos humanos que ainda se revelam animados de vida orgânica quando já não há qualquer manifestação de pensamento; uma vez que no ser vivo se produzem movimentos vitais independentes de qualquer intervenção da vontade; que durante o sono a vida orgânica se conserva em plena atividade, enquanto que a vida intelectual por nenhum sinal exterior se manifesta, é cabível se admita que a vida orgânica reside num princípio inerente à matéria, independente da vida espiritual, que é inerente ao Espírito. Ora, desde que a matéria tem uma vitalidade independente do Espírito e que o Espírito tem uma vitalidade independente da matéria, evidente se torna que essa dupla vitalidade repousa em dois princípios diferentes. (Cap. X, nos 16 a 19.)

6. - Terá o princípio espiritual sua fonte de origem no elemento cósmico universal? Será ele apenas uma transformação, um modo de existência desse elemento, como a luz, a eletricidade, o calor, etc.?

Se fosse assim, o princípio espiritual sofreria as vicissitudes da matéria; extinguir-se-ia pela desagregação, como o princípio vital; momentânea seria, como a do corpo, a existência do ser inteligente que, então, ao morrer, volveria ao nada, ou, o que daria na mesma, ao todo universal. Seria, numa palavra, a sanção das doutrinas materialistas.

As propriedades *sui generis* que se reconhecem ao princípio espiritual provam que ele tem existência própria, pois que, se sua origem estivesse na matéria, aquelas propriedades lhe faltariam. Desde que a inteligência e o pensamento não podem ser atributos da matéria, chega-se, remontando dos efeitos à causa, à conclusão de que o elemento material e o elemento espiritual são os dois princípios constitutivos do Universo individualizados; o elemento espiritual constitui os seres chamados Espíritos, como, individualizado, o elemento material constitui os diferentes corpos da Natureza, orgânicos e inorgânicos.

7. - Admitido o ser espiritual e não podendo ele proceder da matéria, qual a sua origem, seu ponto de partida?

Aqui, falecem absolutamente os meios de investigação, como para tudo o que diz respeito à origem das coisas. O homem apenas pode comprovar o que existe; acerca de tudo o mais, apenas lhe é dado formular hipóteses e, quer porque esse conhecimento esteja fora do alcance da sua inteligência atual, quer porque lhe seja inútil ou prejudicial presentemente e Deus não lho outorga, nem mesmo pela revelação.

O que Deus permite que seus mensageiros lhe digam e o que, aliás, o próprio homem pode deduzir do princípio da soberana justiça, atributo essencial da Divindade, é que todos procedem do mesmo ponto de partida; que todos são criados simples e ignorantes, com igual aptidão para progredir pelas suas atividades individuais; que todos atingirão o grau máximo da perfeição com seus esforços pessoais; que todos, sendo filhos do mesmo Pai, são objeto de igual solícitude; que nenhum há mais favorecido ou melhor dotado do que os outros, nem dispensado do trabalho imposto aos demais para atingirem a meta.

8. - Ao mesmo tempo que criou, desde toda a eternidade, mundos materiais, Deus há criado, desde toda a eternidade, seres espirituais. Se assim não fora, os mundos materiais careceriam de finalidade. Mais fácil seria conceberem-se os seres espirituais sem os mundos materiais, do que estes últimos sem aqueles. Os mundos materiais é que teriam de fornecer aos seres espirituais elementos de atividade para o desenvolvimento de suas inteligências.

9. - Progredir é condição normal dos seres espirituais e a perfeição relativa o fim que lhes cumpre alcançar. Ora, havendo Deus criado desde toda a eternidade, e criando incessantemente, também desde toda a eternidade terá havido seres que atingiram o ponto culminante da escala.

Antes que existisse a Terra, mundos sem conta haviam sucedido a mundos e, quando a Terra saiu do caos dos elementos, o espaço estava povoado de seres espirituais em todos os graus de adiantamento, desde os que surgiam para a vida até os que, desde toda a eternidade, haviam tomado lugar entre os puros Espíritos, vulgarmente chamados anjos.

UNIÃO DO PRINCÍPIO ESPIRITUAL À MATÉRIA

10. - Tendo a matéria que ser objeto do trabalho do Espírito para desenvolvimento de suas faculdades, era necessário que ele pudesse atuar sobre ela, pelo que veio habitá-la, como o lenhador habita a floresta. Tendo a matéria que ser, no mesmo tempo, objeto e instrumento do trabalho, Deus, em vez de unir o Espírito à pedra rígida, criou, para seu uso, corpos organizados, flexíveis, capazes de receber todas as impulsões da sua vontade e de se prestarem a todos os seus movimentos.

O corpo é, pois, simultaneamente, o envoltório e o instrumento do Espírito e, à medida que este adquire novas aptidões, reveste outro invólucro apropriado ao novo gênero de trabalho que lhe cabe executar, tal qual se faz com o operário, a quem é dado instrumento menos grosseiro, à proporção que ele se vai mostrando apto a executar obra mais bem cuidada.

11. - Para ser mais exato, é preciso dizer que é o próprio Espírito que modela o seu envoltório e o apropria às suas novas necessidades; aperfeiçoa-o e lhe desenvolve e completa o organismo, à medida que experimenta a necessidade de manifestar novas faculdades; numa palavra, talha-o de acordo com a sua inteligência. Deus lhe fornece os materiais; cabe a ele empregá-los. É assim que as raças adiantadas têm um organismo ou, se quiserem, um aparelhamento cerebral mais aperfeiçoado do que as raças primitivas. Desse modo igualmente se explica o cunho especial que o caráter do Espírito imprime aos traços da fisionomia e às linhas do corpo. (Cap. VIII, nº 7: Da alma da Terra.)

12. - Desde que um Espírito nasce para a vida espiritual, tem, por adiantar-se, que fazer uso de suas faculdades, rudimentares a princípio. Por isso é que reveste um envoltório adequado ao seu estado de infância intelectual, envoltório que ele abandona para tomar outro, à proporção que se lhe aumentam as forças. Ora como em todos os tempos houve mundos e esses mundos deram nascimento a corpos organizados próprios a receber Espíritos, em todos os tempos os Espíritos, qualquer que fosse o grau de adiantamento que houvessem alcançado, encontraram os elementos necessários à sua vida carnal.

13. - Por ser exclusivamente material, o corpo sofre as vicissitudes da matéria. Depois de funcionar por algum tempo, ele se desorganiza e decompõe. O princípio vital, não mais encontrando elemento para sua atividade, se extingue e o corpo morre. O Espírito, para quem, este, carente de vida, se torna inútil, deixa-o, como se deixa uma casa em ruínas, ou uma roupa imprestável.

14. - O corpo, conseguintemente, não passa de um envoltório destinado a receber o Espírito. Desde então, pouco importam a sua origem e os materiais que entraram na sua construção. Seja ou não o corpo do homem uma criação especial, o que não padece dúvida é que tem a formá-lo os mesmos elementos que o dos animais, a animá-lo o mesmo princípio vital, ou, por outra, a aquecê-lo o mesmo fogo, como tem a iluminá-lo a mesma luz e se acha sujeito às mesmas vicissitudes e às mesmas necessidades. É um ponto este que não sofre contestação.

A não se considerar, pois, senão a matéria, abstraindo do Espírito, o homem nada tem que o distinga do animal. Tudo, porém, muda de aspecto, logo que se estabelece distinção entre a habitação e o habitante.

Ou numa choupana, ou envergando as vestes de um campônio, um nobre senhor não deixa de o ser. O mesmo se dá com o homem: não é a sua vestidura de carne que o coloca acima do bruto e faz dele um ser à parte; é o seu ser espiritual, seu Espírito.

ENCARNAÇÃO DOS ESPÍRITOS

17. - O Espiritismo ensina de que maneira se opera a união do Espírito com o corpo, na encarnação.

Pela sua essência espiritual, o Espírito é um ser indefinido, abstrato, que não pode ter ação direta sobre a matéria, sendo-lhe indispensável um intermediário, que é o envoltório fluídico, o qual, de certo modo, faz parte integrante dele. É semi-material esse envoltório, isto é, pertence à matéria pela

sua origem e à espiritualidade pela sua natureza etérea. Como toda matéria, ele é extraído do fluido cósmico universal que, nessa circunstância, sofre - uma modificação especial. Esse envoltório, denominado perispírito, faz de um ser abstrato, do Espírito, um ser concreto, definido, apreensível pelo pensamento. Torna-o apto a atuar sobre a matéria tangível, conforme se dá com todos os fluidos imponderáveis, que são, como se sabe, os mais poderosos motores.

O fluido perispirítico constitui, pois, o traço de união entre o Espírito e a matéria. Enquanto aquele se acha unido ao corpo, serve-lhe ele de veículo ao pensamento, para transmitir o movimento às diversas partes do organismo, as quais atuam sob a impulsão da sua vontade e para fazer que repercutam no Espírito as sensações que os agentes exteriores produzam. Servem-lhe de fios condutores os nervos como, no telégrafo, ao fluido elétrico serve de condutor o fio metálico.

18. - Quando o Espírito tem de encarnar num corpo humano em vias de formação, um laço fluídico, que mais não é do que uma expansão do seu perispírito, o liga ao gérmen que o atrai por uma força irresistível, desde o momento da concepção. À medida que o gérmen se desenvolve, o laço se encurta. Sob a influência do princípio vito-material do gérmen, o perispírito, que possui certas propriedades da matéria, se une, molécula a molécula, ao corpo em formação, donde o poder dizer-se que o Espírito, por intermédio do seu perispírito, se enraíza, de certa maneira, nesse gérmen, como uma planta na terra. Quando o gérmen chega ao seu pleno desenvolvimento, completa é a união; nasce então o ser para a vida exterior.

Por um efeito contrário, a união do perispírito e da matéria carnal, que se efetuara sob a influência do princípio vital do gérmen, cessa, desde que esse princípio deixa de atuar, em consequência da desorganização do corpo. Mantida que era por uma força atuante, tal união se desfaz, logo que essa força deixa de atuar. Então, o perispírito se desprende, molécula a molécula, conforme se unira, e ao Espírito é restituída a liberdade. Assim, não é a partida do Espírito que causa a morte do corpo; esta é que determina a partida do Espírito.

Desde que, um instante após a morte, completa é a integridade do Espírito; que suas faculdades adquirem até maior poder de penetração, ao passo que o princípio de vida se acha extinto no corpo, provado evidentemente fica que são distintos o princípio vital e o princípio espiritual.

19. - O Espiritismo, pelos fatos cuja observação ele faculta, dá a conhecer os fenômenos que acompanham essa separação, que, às vezes, é rápida, fácil, suave e insensível, ao passo que doutras é lenta, laboriosa, horriavelmente penosa, conforme o estado moral do Espírito, e pode durar meses inteiros.

20. - Um fenômeno particular, que a observação igualmente assinala, acompanha sempre a encarnação do Espírito. Desde que este é apanhado no laço fluídico que o prende ao gérmen, entra em estado de perturbação, que aumenta, à medida que o laço se aperta, perdendo o Espírito, nos últimos momentos, toda a consciência de si próprio, de sorte que jamais presencia o seu nascimento. Quando a criança respira, começa o Espírito a recobrar as

faculdades, que se desenvolvem à proporção que se formam e consolidam os órgãos que lhes hão de servir às manifestações.

21. - Mas, ao mesmo tempo que o Espírito recobra a consciência de si mesmo, perde a lembrança do seu passado, sem perder as faculdades, as qualidades e as aptidões anteriormente adquiridas, que haviam ficado temporariamente em estado de latência e que, voltando à atividade, vão ajudá-lo a fazer mais e melhor do que antes. Ele renasce qual se fizera pelo seu trabalho anterior; o seu renascimento lhe é um novo ponto de partida, um novo degrau a subir. Ainda aí a bondade do Criador se manifesta, porquanto, adicionada aos amargores de uma nova existência, a lembrança, muitas vezes aflitiva e humilhante, do passado, poderia turbá-lo e lhe criar embaraços. Ele apenas se lembra do que aprendeu, por lhe ser isso útil. Se às vezes lhe é dado ter uma intuição dos acontecimentos passados, essa intuição é como a lembrança de um sonho fugidio. Ei-lo, pois, novo homem por mais antigo que seja como Espírito. Adota novos processos, auxiliado pelas suas aquisições precedentes. Quando retorna à vida espiritual, seu passado se lhe desdobra diante dos olhos e ele julga de como empregou o tempo, se bem ou mal.

22. - Não há, portanto, solução de continuidade na vida espiritual, sem embargo do esquecimento do passado. Cada Espírito é sempre o mesmo eu, antes, durante e depois da encarnação, sendo esta, apenas, uma fase da sua existência. O próprio esquecimento se dá tão-só no curso da vida exterior de relação. Durante o sono, desprendido, em parte, dos liames carnis, restituído à liberdade e à vida espiritual, o Espírito recorda-se, pois que, então, já não tem a visão espiritual tão obscurecida pela matéria.

23. - Tomando-se a Humanidade no grau mais ínfimo da escala intelectual, quando se encontra entre os mais atrasados selvagens, perguntar-se-á se é aí o ponto inicial da alma humana.

Na opinião de alguns filósofos espiritualistas, o princípio inteligente, distinto do princípio material, se individualiza e elabora, passando pelos diversos graus da animalidade. É aí que a alma se ensaia para a vida e desenvolve, pelo exercício, suas primeiras faculdades. Esse seria para ela, por assim dizer, o período de incubação. Chegada ao grau de desenvolvimento que esse estado comporta, ela recebe as faculdades especiais que constituem a alma humana. Haveria assim filiação espiritual do animal para o homem, como há filiação corporal.

Este sistema, fundado na grande lei de unidade que preside à criação, corresponde, forçoso é convir, à justiça e à bondade do Criador; dá uma saída, uma finalidade, um destino aos animais, que deixam então de formar uma categoria de seres deserdados, para terem, no futuro que lhes está reservado, uma compensação a seus sofrimentos. O que constitui o homem espiritual não é a sua origem: são os atributos especiais de que ele se apresenta dotado ao entrar na humanidade, atributos que o transformam, tornando-o um ser distinto, como o fruto saboroso é distinto da raiz amarga que lhe deu origem. Por haver passado pela fieira da animalidade, o homem não deixaria de ser homem; já não seria animal, como o fruto não é a raiz, como o sábio não é o feto informe que o pôs no mundo.

Mas, este sistema levanta múltiplas questões, cujos prós e contras não é oportuno discutir aqui, como não o é o exame das diferentes hipóteses que se têm formulado sobre este assunto. Sem, pois, pesquisarmos a origem do Espírito, sem procurarmos conhecer as feiras pelas quais haja ele, porventura, passado, tomamo-lo ao entrar na humanidade, no ponto em que, dotado de senso moral e de livre-arbítrio, começa a pesar-lhe a responsabilidade dos seus atos.

24. - A obrigação que tem o Espírito encarnado de prover ao alimento do corpo, à sua segurança, ao seu bem-estar, o força a empregar suas faculdades em investigações, a exercitá-las e desenvolvê-las. Útil, portanto, ao seu adiantamento é a sua união com a matéria. Daí o constituir uma necessidade a encarnação. Além disso, pelo trabalho inteligente que ele executa em seu proveito, sobre a matéria, auxilia a transformação e o progresso material do globo que lhe serve de habitação. É assim que, progredindo, colabora na obra do Criador de quem é um agente inconsciente.

25. - Todavia, a encarnação do Espírito não é constante, nem perpétua: é transitória. Deixando um corpo, ele não retoma imediatamente outro. Durante mais ou menos considerável lapso de tempo, vive da vida espiritual, que é sua vida normal, de tal sorte que insignificante vem a ser o tempo que lhe duram as encarnações, se comparado ao que passa no estado de Espírito livre.

No intervalo de suas encarnações, o Espírito progride igualmente, no sentido de que aplica ao seu adiantamento os conhecimentos e a experiência que alcançou no decorrer da vida corporal; examina o que fez enquanto habitou a Terra, passa em revista o que aprendeu, reconhece suas faltas, traça planos e toma resoluções pelas quais conta guiar-se em nova existência, com a idéia de melhor se conduzir. Desse jeito, cada existência representa um passo para a frente no caminho do progresso, uma espécie de escola de aplicação.

26. - Normalmente, a encarnação não é uma punição para o Espírito, conforme pensam alguns, mas uma condição inerente à inferioridade do Espírito e um meio de ele progredir. (O Céu e o Inferno, cap. III, nos 8 e seguintes.)

À medida que progride moralmente, o Espírito se desmaterializa, isto é, depura-se, com o subtrair-se à influência da matéria; sua vida se espiritualiza, suas faculdades e percepções se ampliam; sua felicidade se torna proporcional ao progresso realizado. Entretanto, como atua em virtude do seu livre-arbítrio, pode ele, por negligência ou má-vontade, retardar o seu avanço; prolonga, conseqüentemente, a duração de suas encarnações materiais, que, então, se lhe tornam uma punição, pois que, por falta sua, ele permanece nas categorias inferiores, obrigado a recomençar a mesma tarefa. Depende, pois, do Espírito abreviar, pelo trabalho de depuração executado sobre si mesmo, a extensão do período das encarnações.

27. - O progresso material de um planeta acompanha o progresso moral de seus habitantes. Ora, sendo incessante, como é, a criação dos mundos e dos Espíritos e progredindo estes mais ou menos rapidamente, conforme o uso que façam do livre-arbítrio, segue-se que há mundos mais ou menos antigos, em graus diversos de adiantamento físico e moral, onde é

mais ou menos material a encarnação e onde, por conseguinte, o trabalho, para os Espíritos, é mais ou menos rude. Deste ponto de vista, a Terra é um dos menos adiantados. Povoada de Espíritos relativamente inferiores, a vida corpórea é aí mais penosa do que noutros orbis, havendo-os também mais atrasados, onde a existência é ainda mais penosa do que na Terra e em confronto com os quais esta seria, relativamente, um mundo ditoso.

28. - Quando, em um mundo, os Espíritos não realizaram a soma de progresso que o estado desse mundo comporta, deixam-no para encarnar em outro mais adiantado, onde adquiram novos conhecimentos e assim por diante, até que, não lhes sendo mais de proveito algum a encarnação em corpos materiais, passam a viver exclusivamente da vida espiritual, em a qual continuam a progredir, mas noutro sentido e por outros meios. Chegados ao ponto culminante do progresso, gozam da suprema felicidade. Admitidos nos conselhos do Onipotente, conhecem-lhe o pensamento e se tornam seus mensageiros, seus ministros diretos no governo dos mundos, tendo sob suas ordens os Espíritos de todos os graus de adiantamento.

Assim, qualquer que seja o grau em que se achem na hierarquia espiritual, do mais ínfimo ao mais elevado, têm eles suas atribuições no grande mecanismo do Universo; todos são úteis ao conjunto, ao mesmo tempo que a si próprios. Aos menos adiantados, como a simples serviçais, incumbe o desempenho, a princípio inconsciente, depois, cada vez mais inteligente, de tarefas materiais. Por toda parte, no mundo espiritual, atividade, em nenhum ponto a ociosidade inútil.

A coletividade dos Espíritos constitui, de certo modo, a alma do Universo. Por toda parte, o elemento espiritual é que atua em tudo, sob o influxo do pensamento divino. Sem esse elemento, só há matéria inerte, carente de finalidade, de inteligência, tendo por único motor as forças materiais, cuja exclusividade deixa insolúveis uma imensidade de problemas. Com a ação do elemento espiritual individualizado, tudo tem uma finalidade, uma razão de ser, tudo se explica. Prescindindo da espiritualidade, o homem esbarra em dificuldades insuperáveis.

29. - Quando a Terra se encontrou em condições climáticas apropriadas à existência da espécie humana, encarnaram nela Espíritos humanos. Donde vinham? Quer eles tenham sido criados naquele momento; quer tenham procedido, completamente formados, do espaço, de outros mundos, ou da própria Terra, a presença deles nesta, a partir de certa época, é um fato, pois que antes deles só animais havia. Revestiram-se de corpos adequados às suas necessidades especiais, às suas aptidões, e que, fisionomicamente, tinham as características da animalidade. Sob a influência deles e por meio do exercício de suas faculdades, esses corpos se modificaram e aperfeiçoaram é o que a observação comprova. Deixemos então de lado a questão da origem, insolúvel por enquanto; consideremos o Espírito, não em seu ponto de partida, mas no momento em que, manifestando-se nele os primeiros germens do livre-arbítrio e do senso moral o vemos a desempenhar o seu papel humanitário, sem cogitarmos do meio onde haja transcorrido o período de sua infância, ou, se o preferirem, de sua incubação. Mau grado a analogia do seu envoltório com o dos animais, poderemos diferenciá-lo destes últimos pelas faculdades intelectuais e morais que o caracterizam. como,

debaixo das mesmas vestes grosseiras, distinguimos o rústico do homem civilizado.

30. - Conquanto devessem ser pouco adiantados os primeiros que vieram, pela razão mesma de terem de encarnar em corpos muito imperfeitos, diferenças sensíveis haveria decerto entre seus caracteres e aptidões. Os que se assemelhavam, naturalmente se agruparam por analogia e simpatia. A-chou-se a Terra, assim, povoada de Espíritos de diversas categorias, mais ou menos aptos ou rebeldes ao progresso. Recebendo os corpos a impressão do caráter do Espírito e procriando-se esses corpos na conformidade dos respectivos tipos, resultaram daí diferentes raças, quer quanto ao físico, quer quanto ao moral (nº 11). Continuando a encarnar entre os que se lhes assemelhavam, os Espíritos similares perpetuaram o caráter distintivo, físico e moral, das raças e dos povos, caráter que só com o tempo desaparece, mediante a fusão e o progresso deles. (**Revue Spirite**, julho de 1860, página 198: «Frenologia e fisiognomia».)

31. – Podem-se comparar os Espíritos que vieram povoar a Terra a esses bandos de emigrantes de origens diversas, que vão estabelecer-se numa terra virgem, onde encontram madeira e pedra para erguerem habitações, cada um dando à sua um cunho especial, de acordo com o grau do seu saber e com o seu gênio particular. Grupam-se então por analogia de origens e de gostos, acabando os grupos por formar tribos, em seguida povos, cada qual com costumes e caracteres próprios.

32. - Não foi, portanto, uniforme o progresso em toda a espécie humana. Como era natural, as raças mais inteligentes adiantaram-se às outras, mesmo sem se levar em conta que muitos Espíritos recém-nascidos para a vida espiritual, vindo encarnar na Terra juntamente com os primeiros aí chegados, tornaram ainda mais sensível a diferença em matéria de progresso. Fora, com efeito, impossível atribuir-se a mesma ancianidade de criação aos selvagens, que mal se distinguem do macaco, e aos chineses, nem, ainda menos, aos europeus civilizados.

Entretanto, os Espíritos dos selvagens também fazem parte da Humanidade e alcançarão um dia o nível em que se acham seus irmãos mais velhos. Mas, sem dúvida, não será em corpos da mesma raça física, impróprios a um certo desenvolvimento intelectual e moral. Quando o instrumento já não estiver em correspondência com o progresso que hajam alcançado, eles emigrarão daquele meio, para encarnar noutro mais elevado e assim por diante, até que tenham conquistado todas as graduações terrestres, ponto em que deixarão a Terra, para passar a mundos mais avançados. (**Revue Spirite**, abril de 1862, pág. 97: «Perfectibilidade da raça negra».)

REENCARNAÇÕES

33. - O princípio da reencarnação é uma conseqüência necessária da lei de progresso. Sem a reencarnação, como se explicaria a diferença que existe entre o presente estado social e o dos tempos de barbárie? Se as almas são criadas ao mesmo tempo que os corpos, as que nascem hoje são tão novas, tão primitivas, quanto as que viviam há mil anos; acrescentemos que nenhuma conexão haveria entre elas, nenhuma relação necessária; seriam de todo estranhas umas às outras. Por que, então, as de hoje haviam de ser melhor dotadas por Deus, do que as que as precederam? Por que têm aquelas

melhor compreensão? Por que possuem instintos mais apurados, costumes mais brandos? Por que têm a intuição de certas coisas, sem as haverem aprendido? Duvidamos de que alguém saia desses dilemas, a menos admita que Deus cria almas de diversas qualidades, de acordo com os tempos e lugares, proposição inconciliável com a idéia de uma justiça soberana. (Cap. II, nº 10.)

Admiti, ao contrário, que as almas de agora já viveram em tempos distantes; que possivelmente foram bárbaras como os séculos em que estiveram no mundo, mas que progrediram; que para cada nova existência trazem o que adquiriram nas existências precedentes; que, por conseguinte, as dos tempos civilizados não são almas criadas mais perfeitas, porém que se aperfeiçoaram por si mesmas com o tempo, e tereis a única explicação plausível da causa do progresso social. (**O Livro dos Espíritos**, Parte 2ª, caps. IV e V.)

34. - Pensam alguns que as diferentes existências da alma se efetuam, passando elas de mundo em mundo e não num mesmo orbe, onde cada Espírito viria uma única vez.

Seria admissível esta doutrina, se todos os habitantes da Terra estivessem no mesmo nível intelectual e moral. Eles então só poderiam progredir indo de um mundo a outro e nenhuma utilidade lhes adviria da encarnação na Terra. Desde que aí se notam a inteligência e a moralidade em todos os graus, desde a selvajaria que beira o animal até a mais adiantada civilização, é evidente que esse mundo constitui um vasto campo de progresso. Por que haveria o selvagem de ir procurar alhures o grau de progresso logo acima do em que ele está, quando esse grau se lhe acha ao lado e assim sucessivamente? Por que não teria podido o homem adiantado fazer os seus primeiros estágios senão em mundos inferiores, quando ao seu derredor estão seres análogos aos desses mundos? Quando, não só de povo a povo, mas no seio do mesmo povo e da mesma família, há diferentes graus de adiantamento? Se fosse assim, Deus houvera feito coisa inútil, colocando lado a lado a ignorância e o saber, a barbaria e a civilização, o bem e o mal, quando precisamente esse contacto é que faz que os retardatários avancem.

Não há, pois, necessidade de que os homens mudem de mundo a cada etapa de aperfeiçoamento, como não há de que o estudante mude de colégio para passar de uma classe a outra. Longe de ser isso vantagem para o progresso, ser-lhe-ia um entrave, porquanto o Espírito ficaria privado do exemplo que lhe oferece a observação do que ocorre nos graus mais elevados e da possibilidade de reparar seus erros no mesmo meio e em presença dos a quem ofendeu, possibilidade que é, para ele, o mais poderoso modo de realizar o seu progresso moral. Após curta coabitação, dispersando-se os Espíritos e tornando-se estranhos uns aos outros, romper-se-iam os laços de família, à falta de tempo para se consolidarem.

Ao inconveniente moral se juntaria um inconveniente material. A natureza dos elementos, as leis orgânicas, as condições de existência variam, de acordo com os mundos; sob esse aspecto, não há dois perfeitamente idênticos. Os tratados de Física, de Química, de Anatomia, de Medicina, de Botânica, etc., para nada serviriam nos outros mundos; entretanto, não fica perdido o que neles se aprende; não só isso desenvolve a inteligência, como

também as idéias que se colhem de tais obras auxiliam a aquisição de outras. (Cap. VI, nos 61 e seguintes.) Se apenas uma única vez fizesse o Espírito a sua aparição, freqüentemente brevíssima, num mesmo mundo, em cada imigração ele se acharia em condições inteiramente diversas; operaria de cada vez sobre elementos novos, com força e segundo leis que desconheceria, antes de ter tido tempo de elaborar os elementos conhecidos, de os estudar, de os aplicar. Teria de fazer, de cada vez, um novo aprendizado e essas mudanças contínuas representariam um obstáculo ao progresso. O Espírito, portanto, tem que permanecer no mesmo mundo, até que haja adquirido a soma de conhecimentos e o grau de perfeição que esse mundo comporta. (Nº 31.)

Que os Espíritos deixem, por um mundo mais adiantado, aquele do qual nada mais podem auferir, é como deve ser e é. Tal o princípio. Se alguns há que antecipadamente deixam o mundo em que vinham encarnando, é isso devido a causas individuais que Deus pesa em sua sabedoria.

Tudo na criação tem uma finalidade, sem o que Deus não seria nem prudente, nem sábio. Ora, se a Terra se destinasse a ser uma única etapa do progresso para cada indivíduo, que utilidade haveria, para os Espíritos das crianças que morrem em tenra idade, vir passar aí alguns anos, alguns meses, algumas horas, durante os quais nada podem haurir dele? O mesmo ocorre com referência aos idiotas e aos cretinos. Uma teoria somente é boa sob a condição de resolver todas as questões a que diz respeito. A questão das mortes prematuras há sido uma pedra de tropeço para todas as doutrinas, exceto para a Doutrina Espírita, que a resolveu de maneira racional e completa.

Para o progresso daqueles que cumprem na Terra uma missão normal, há vantagem real em volverem ao mesmo meio para aí continuarem o que deixaram inacabado, muitas vezes na mesma família ou em contacto com as mesmas pessoas, a fim de repararem o mal que tenham feito, ou de sofrerem a pena de talião.

EMIGRAÇÕES E IMIGRAÇÕES DE ESPÍRITOS

35. - No intervalo de suas existências corporais, os Espíritos se encontram no estado de erraticidade e formam a população espiritual ambiente da Terra. Pelas mortes e pelos nascimentos, as duas populações, terrestre e espiritual, deságuam incessantemente uma na outra. Há, pois, diariamente, emigrações do mundo corpóreo para o mundo espiritual e imigrações deste para aquele: é o estado normal.

36. - Em certas épocas, determinadas pela sabedoria divina, essas emigrações e imigrações se operam por massas mais ou menos consideráveis, em virtude das grandes revoluções que lhes ocasionam a partida simultânea em quantidades enormes, logo substituídas por equivalentes quantidades de encarnações. Os flagelos destruidores e os cataclismos devem, portanto, considerar-se como ocasiões de chegadas e partidas coletivas, meios providenciais de renovamento da população corporal do globo, de ela se retemperar pela introdução de novos elementos espirituais mais depurados. Na destruição, que por essas catástrofes se verifica, de grande número de corpos, nada mais há do que rompimento de vestiduras; nenhum Espírito perece; eles apenas mudam de planos; em vez de partirem isoladamente, partem

em bandos, essa a única diferença, visto que, ou por uma causa ou por outra, fatalmente têm que partir, cedo ou tarde.

As renovações rápidas, quase instantâneas, que se produzem no elemento espiritual da população, por efeito dos flagelos destruidores, apressam o progresso social; sem as emigrações e imigrações que de tempos a tempos lhe vêm dar violento impulso, só com extrema lentidão esse progresso se realizaria.

É de notar-se que todas as grandes calamidades que dizimam as populações são sempre seguidas de uma era de progresso de ordem física, intelectual, ou moral e, por conseguinte, no estado social das nações que as experimentam. É que elas têm por fim operar uma remodelação na população espiritual, que é a população normal e ativa do globo.

37. - Essa transfusão, que se efetua entre a população encarnada e desencarnada de um planeta, igualmente se efetua entre os mundos, quer individualmente, nas condições normais, quer por massas, em circunstâncias especiais. Há, pois, emigrações e imigrações coletivas de um mundo para outro, donde resulta a introdução, na população de um deles, de elementos inteiramente novos. Novas raças de Espíritos, vindo misturar-se às existentes, constituem novas raças de homens. Ora, como os Espíritos nunca mais perdem o que adquiriram, consigo trazem eles sempre a inteligência e a intuição dos conhecimentos que possuem, o que faz que imprimam o caráter que lhes é peculiar à raça corpórea que venham animar. Para isso, só necessitam de que novos corpos sejam criados para serem por eles usados. Uma vez que a espécie corporal existe, eles encontram sempre corpos prontos para os receber. Não são mais, portanto, do que novos habitantes. Em chegando à Terra, integram-lhe, a princípio, a população espiritual; depois, encarnam, como os outros.

*

O LIVRO DOS ESPÍRITOS
RETORNO DA VIDA CORPÓREA À
VIDA ESPIRITUAL
I – A ALMA APÓS A MORTE

149. Em que se transforma a alma no instante da morte?

– Volta a ser Espírito, ou seja, retorna ao mundo dos Espíritos, que ela havia deixado temporariamente.

150. A alma conserva a sua individualidade após a morte?

– Sim, não a perde jamais. O que seria ela, se não a conservasse?

150-a. Como a alma constata a sua individualidade, se não tem mais o corpo material?

– Tem um fluido que lhe é próprio, que tira da atmosfera do seu planeta e que representa a aparência da sua última encarnação: seu perispírito.

150-b. A alma não leva nada deste mundo?

– Nada mais que a lembrança e o desejo de ir para um mundo melhor. Essa lembrança é cheia de doçura ou de amargor, segundo o emprego que tenha dado à vida. Quanto mais pura ela for, mais compreenderá a futilidade daquilo que deixou na Terra.

151. Que pensar da opinião de que a alma, após a morte, retorna ao todo universal?

– O conjunto dos Espíritos não constitui um todo? Quando estás numa assembléia, fazes parte integrante da mesma, e não obstante conservas a tua individualidade.

152. Que prova podemos ter da individualidade da alma após a morte?

– Não tendes esta prova pelas comunicações que obtendes? Se não estiverdes cegos, vereis; e se não estiverdes surdos, ouvireis; pois frequentemente uma voz vos fala e vos revela a existência de um ser que está ao vosso redor.

Os que pensam que a alma, com a morte, volta ao todo universal, estarão errados, se por isso entendem que ela perde a sua individualidade como uma gota d'água que caísse no oceano. Estarão certos, entretanto, se entenderem pelo todo universal o conjunto dos seres incorpóreos de que cada alma ou Espírito é um elemento.

Se as almas se confundissem no todo, não teriam senão as qualidades do conjunto, e nada as distinguiria entre si; não teriam inteligência nem qualidades próprias. Entretanto, em todas as comunicações elas revelam a consciência do eu e uma vontade distinta. A diversidade infinita que apresentam, sob todos os aspectos, é a consequência da sua individualização. Se não houvesse, após a morte, senão o que se chama o Grande Todo, absorvendo todas as individualidades, esse todo seria homogêneo e então as comunicações recebidas do mundo invisível seriam todas idênticas. Desde que encontramos seres bons e maus, sábios e ignorantes, felizes e desgraçados, desde que haja de todos os caracteres: alegres e tristes, levianos e sérios, etc. é evidente que se trata de seres distintos.

A individualização ainda se evidencia quando esses seres provam a sua identidade através de sinais incontestáveis, de detalhes pessoais relativos à vida terrena, e que podem ser constatados; ela não pode ser posta em dúvida quando eles se manifestam por meio das aparições. A individualidade da alma foi teoricamente ensinada como um artigo de fé, mas o Espiritismo a torna patente, e de certa maneira, material.

153. Em que sentido se deve entender a vida eterna?

– É a vida do Espírito que é eterna; a do corpo é transitória, passageira. Quando o corpo morre, a alma retorna à vida eterna.

153-a. Não seria mais exato chamar vida eterna a dos Espíritos puros, que tendo atingido o grau de perfeição, não têm mais provas a sofrer?

– Essa é a felicidade eterna. Mas tudo isto é uma questão de palavras: chamai as coisas como quiserdes, desde que vos entendais.

VIDA ESPÍRITA

I – ESPÍRITOS ERRANTES

223. A alma se reencarna imediatamente após a separação do corpo?

– Às vezes, imediatamente, mas, na maioria das vezes, depois de intervalos mais ou menos longos. Nos mundos superiores a reencarnação é quase sempre imediata. A matéria corpórea sendo menos grosseira, o Espírito encarnado goza de quase todas as faculdades do Espírito. Seu estado normal é o dos vossos sonâmbulos lúcidos.

224. O que é a alma, nos intervalos das encarnações?

– Espírito errante, que aspira a um novo destino e o espera.

224-a. Qual poderá ser a duração desses intervalos?

– De algumas horas a alguns milhares de séculos. De resto, não existe, propriamente falando, limite extremo determinado para o estado errante, que pode prolongar-se por muito tempo, mas que nunca é perpétuo. O Espírito tem sempre a oportunidade, cedo ou tarde, de recomeçar uma existência que sirva à purificação das anteriores.

224-b. Essa duração está subordinada à vontade do Espírito, ou lhe pode ser imposta como expiação?

– É uma conseqüência do livre arbítrio. Os Espíritos sabem perfeitamente o que fazem, mas para alguns é também uma punição infligida por Deus. Outros pedem o seu prolongamento para prosseguir estudos que não podem ser feitos com proveito a não ser no estado de Espírito.

225. A erraticidade é, por si mesma, um sinal de inferioridade entre os Espíritos?

– Não, pois há Espíritos errantes de todos os graus. A encarnação é um estado transitório, já o dissemos. No seu estado normal, o Espírito é livre da matéria.

226. Pode-se dizer que todos os Espíritos não-encarnados são errantes?

– Os que devem reencarnar-se, sim; mas os Espíritos puros, que chegaram à perfeição, não são errantes: seu estado é definitivo.

No tocante às suas qualidades íntimas os Espíritos pertencem a diferentes ordens ou graus, pelos quais passam sucessivamente, à medida que se purificam. No tocante ao estado podem ser: encarnados, que quer dizer ligados a um corpo; errantes, ou desligados do corpo material e esperando uma nova encarnação para se melhorarem; Espíritos puros ou perfeitos e não tendo mais necessidade da encarnação.

227. De que maneira se instruem os Espíritos errantes; pois certamente não o fazem da mesma maneira que nós?

– Estudam o seu passado e procuram o meio de se elevarem. Vêm, observam o que se passa nos lugares que percorrem; escutam os discursos dos homens esclarecidos e os conselhos dos Espíritos mais elevados que eles, e isso lhes proporciona idéias que não possuíam.

228. Os Espíritos conservam algumas das paixões humanas?

– Os Espíritos elevados, ao perderem o seu invólucro, deixam as más paixões e só guardam a do bem; mas os Espíritos inferiores as conservam, pois de outra maneira pertenceriam à primeira ordem.

229. Por que os Espíritos, ao deixarem a Terra, não abandonam as suas más paixões, desde que vêem os seus inconvenientes?

– Tens nesse mundo pessoas que são excessivamente vaidosas. Acredita que, ao deixá-la, perderão esse defeito? Após a partida da Terra, sobretudo para aqueles que tiveram paixões bem vivas, resta uma espécie de atmosfera, que os envolve, guardando todas essas coisas más, pois o Espírito não está inteiramente desprendido. É apenas por momentos que ele entrevê a verdade, como para mostrar-lhe o bom caminho.

230. O Espírito progride no estado errante?

– Pode melhorar-se bastante, sempre de acordo com a sua vontade e o seu desejo; mas é na existência corpórea que ele põe em prática as novas idéias adquiridas.

231. Os Espíritos errantes são felizes ou infelizes?

– Mais ou menos, segundo os seus méritos. Sofrem as paixões cujos germes conservaram, ou são felizes, segundo a sua maior ou menor desmaterialização. No estado errante, o Espírito entrevê o que lhe falta para ser mais feliz. É assim que ele busca os meios de o atingir; mas nem sempre lhe é permitido reencarnar-se à vontade, e isso é uma punição.

232. No estado errante os Espíritos podem ir a todos os mundos?

– Conforme. Quando o Espírito deixa o corpo, ainda não está completamente desligado da matéria e pertence ainda ao mundo em que viveu ou a um mundo do mesmo grau; a menos que, durante sua vida, tenha se elevado. Esse é o objetivo a que deve voltar-se, pois sem isso jamais se aperfeiçoaria. Ele pode, entretanto, ir a alguns mundos superiores, passando por eles como estrangeiro. Nada mais faz do que os entrever, e é isso que lhe dá o desejo de se melhorar, para ser digno da felicidade que neles se desfruta e poder habitá-los.

233. Os Espíritos já purificados vêm aos mundos inferiores?

– Vêm freqüentemente, a fim de os ajudar a progredir; sem isso, esses mundos estariam entregues a si mesmos, sem guias para os orientar.

*

CAPÍTULO VII

QUE É O BEM E QUE É O MAL?

OU

QUE É MORAL?

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

Qual a medida do bem e do mal no mundo? Como podemos saber se um ato é bom ou mau? Existe, na própria natureza do universo, um código de leis que determine o bem e o mal? Ou é a bondade e a maldade uma questão de relação entre um ato e outros atos?

Abra o livro da História da Humanidade, em qualquer parte, e verá esta pergunta repetida inúmeras vezes: Que é o bem e que é o mal? Isso tem sido, indubitavelmente, um dos mais persistentes problemas dos filósofos através de todos os tempos. Abundantes têm sido as respostas dadas, respostas que, muitas vezes, pareceram representar, para determinados filósofos, a solução definitiva do problema; mas este sempre ressurgia alguns anos depois no pensamento de outros.

Existe uma medida absoluta, final e inquestionável do bem e do mal, que tivesse sido estabelecida desde os tempos primórdios, e permaneça até não existir mais o tempo? Inúmeras pessoas têm acreditado em tal medida, e houve pensadores que procuraram enunciá-la num código de mandamentos ou de princípios básicos de conduta. Os Dez Mandamentos, dos antigos hebreus, constituem um exemplo dessa tendência. É um código de conduta que muitos crêem recebido da própria autoridade divina, e dotado de força para todos os tempos e todos os lugares.

Noutro extremo situam-se os pensadores que julgam o bem e o mal relativos às condições de tempo e lugar; um ato julgado bom em determinado tempo ou lugar pode ser julgado mau em outro. Por exemplo, um maníaco persegue um homem com a intenção de matá-lo. O homem passa por mim, vira para a direita e desaparece. Surge depois o maníaco e pergunta qual o caminho tomado pela sua vítima. Digo que virou à esquerda e, com isso, salvo a vida de um inocente. Essa atitude constitui um bem, argumentam os pensadores procurando provar que a verdade nem sempre o é.

Há muitas teorias entre esses dois extremos. Filósofos, desejando provar a absoluta bondade de Deus, às vezes encontram dificuldade em ex-

plicar a existência da morte, dos sofrimentos e da má vontade, no universo. Como pôde Deus, todo bondade, criar um mundo no qual existem esses males aparentes? Perguntam. E apresentaram muitos argumentos engenhosos para conciliar o Deus bom e o mundo mau.

E assim, através da história do pensamento humano, descobrimos o problema do bem e do mal (ao qual nos referimos como *moral* ou *problema moral*) a desafiar persistentemente os filósofos.

O Bem e o Mal Segundo os Primeiros Filósofos Gregos

Heráclito, o filósofo grego das transformações, acreditava que o bem e o mal são duas notas numa harmonia. Encontrou muitas coisas que se transformavam em coisas opostas. O gelo, que é duro, transforma-se em água, que é mole. Isso o levou a acreditar que a combinação de opostos resultou num todo, no qual existe harmonia. Assim como na música a harmonia resulta de combinação de notas graves e agudas, no universo ela resulta da combinação de opostos, do bem e do mal.

Nós – doutrinava ele – vemos apenas os opostos, o bem e o mal, mas Deus vê a harmonia, de modo que, para Ele, todas as coisas são justas por fazerem parte da grande harmonia universal. Assim, a vida boa para o homem é a que é vivida em harmonia com a razão universal, lei que se difunde em todas as coisas. O homem procura compreender essa harmonia e adaptar-se a ela, a fim de que suas ações estejam de acordo com o princípio que governa todo o universo.

Os primeiros filósofos gregos, primariamente interessados, conforme vimos, no problema da natureza do universo, doutrinavam que há leis completamente difusas controlando todo o universo. Para eles, portanto, a bondade deve ser encontrada em harmonia com aquelas leis. Mais ainda, estavam tão empolgados por essa idéia, que o próprio mal não os interessava muito. Consideravam-no apenas uma fase, uma nota na harmonia universal, sendo, portanto, não verdadeiramente um mal, porém, outra espécie de bem, uma parte necessária de todo o bem.

Ao passarem os filósofos de seu interesse sobre o universo para um novo interesse sobre o homem, começaram a apresentar muito gravemente outra questão: Que espécie de vida é boa para o homem viver? Como pode alguém regular sua vida de modo tal, que seja considerada boa entre os seus companheiros?

Demócrito, a principal figura dos atomistas gregos, ensinava que a felicidade constitui o alvo da vida. O homem deve sempre procurar a felicidade. Demócrito considerava a felicidade uma condição interior, ou estado de tranqüilidade, que depende da harmonia da alma. Ensinava que, para ser feliz, não se deve depender das coisas do mundo, pois estas vêm e vão, e sua falta ocasiona infelicidade. Mais exatamente, a felicidade é um estado do homem superior, um equilíbrio da vida, uma atitude que associa a reflexão à razão.

Segundo ele, a bondade não é apenas uma questão de ação; depende do desejo interior do homem. O homem bom não é o que pratica o bem, mas o que deseja praticá-lo sempre. “Pode-se distinguir o homem falso do que se

afigura verdadeiro, não só pelos seus atos como também pelos desejos” – disse ele. A bondade traz a felicidade, o alvo da vida.

Ao surgir o pensamento dos *sofistas*, as teorias sobre o problema do bem e do mal entraram num período de confusão. Se, conforme Protágoras afirmava, “o homem é a medida de todas as coisas”, então é também a medida do bem e do mal. Por homem, os sofistas referiam-se ao indivíduo, a você, a mim, ao seu vizinho. Cada um tem o direito de determinar, por si, o que é o bem e o que é o mal. O fim dessa prática é, naturalmente, o caos. Aquilo que considero um bem, você poderá considerar um mal. Os sofistas deixaram a questão nesse pé.

A conclusão é que cada homem tem seu próprio código moral. Protágoras desafiou outros, pedindo-lhes que provassem estar ele errado ou justificassem por que o condenavam. Muitos sofistas em evidência, tais como *Eutídemus*, *Trasímaco* e *Cálicles*, doutrinavam que a moralidade é simples convenção, hábito. Segundo eles, não há verdadeiramente leis morais nem princípios completos sobre o bem e o mal. Procuravam justificar o princípio de que cada homem deve viver como lhe apetece, conseguir o que quer, por quaisquer meios possíveis, e elaborar seu próprio código.

O resultado dessa teoria foi a anarquia moral, o individualismo puro e, finalmente, o egoísmo. Mas um exame detalhado sobre ela revela uma tendência rica de possibilidades. Os sofistas estavam apelando para a independência do espírito humano. Rebelavam-se contra a autoridade arbitrária em questão de moral, alegando que o espírito humano deve pensar por si e, com isso, descobrir um código do bem e do mal. Foram os paladinos do indivíduo e sua independência. É verdade que foram extremados e perderam-se na complexidade do problema por concentrarem a atenção em detalhes. Possuíam, entretanto, algo muito precioso ao homem moderno, a liberdade de pensar e de chegar a conclusões acerca do bem e do mal. Desafiaram a que se justificasse a teoria moral ante as barreiras da razão humana.

Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles Sobre a Moral

Sócrates sentiu-se encorajado pelos sofistas mas não se mostrou inclinado a acompanhá-los em todas as teorias. Achava-se também bastante interessado pelos problemas relativos à vida moral. Grande parte de seus ensinamentos, portanto, versou sobre a significação do bem e do mal.

Tinha convicção firme de que deve haver um princípio básico do bem e do mal, uma medida que se sobreponha às crenças de qualquer indivíduo. Indagava várias vezes: Que é *esse* bem? Qual o mais elevado bem, pelo qual se pode medir tudo o mais no mundo? Respondia que é o conhecimento.

Se o indivíduo sabe o que está direito, agirá de acordo, argumentava. “Nenhum homem” – disse – “é voluntariamente mau.” Quando o indivíduo sabe que uma coisa é boa, preferirá fazê-la. Por conseguinte, o mais importante está em esforçar-se por descobrir o que constitui o bem. Sócrates passou a vida procurando auxiliar os homens a descobrir o que representa o bem. Assim, para ele, a vida que esteja inquirindo, e procurando descobrir o que é bom, é a melhor; é a única digna de ser vivida.

Platão tomou o problema do bem e do mal onde Sócrates o deixou. A seu ver, a bondade está ligada à sua teoria sobre a natureza do universo. O mundo dos sentidos, doutrinava ele, é irreal, transitório e mutável. Eis o mal. O verdadeiro mundo das idéias puras e imutáveis é o do bem. O homem só o pode conhecer através da razão. Esta, portanto, é o mais alto bem do homem. O objetivo da vida é libertar a alma do corpo para que ela possa contemplar o verdadeiro mundo das idéias.

Mas o homem pode viver uma vida justa, mesmo sujeitando-se ao corpo e permanecendo no mundo das sombras mutáveis das coisas reais. É o que se pode fazer – acreditava Platão – enquanto a parte racional do homem governar todos os seus atos. Os apetites preocupam-se com as funções e os desejos do corpo. A vontade, ou a parte espiritual do homem, preocupa-se com as ações, a coragem e a bravura. E a razão, com o que há de mais elevado e melhor nele.

O homem vive uma vida justa quando a razão governa a vontade e os apetites e quando, como resultado, é sensato, bravo e moderado.

A vida da razão é, portanto, o mais alto bem para o mundo, uma vida que sobressai pela sabedoria, coragem e autodomínio. Platão ensinava que essa espécie de vida é a feliz. A felicidade e a bondade andam de mãos dadas. Não se deve, porém, procurar o prazer como alvo da vida. O prazer surge quando se atinge uma vida justa, na qual *o mais alto bem*, a razão, governa e domina *o inferior*, a vontade e os apetites.

Aristóteles assinalava que toda ação do homem tem um objetivo em vista, sendo este, e outros, os objetivos de uma cadeia infinita. O indivíduo age a fim de obter alguma coisa, mas essa *alguma coisa* se obtém para obter outra mais, e assim por diante. Que é o mais alto bem – perguntou ele – o bem para o qual se faz tudo o mais? Apresentou uma resposta à questão, acentuando que o alvo de tudo, no mundo, é a realização completa. Cada coisa difere de todas as outras. Tem certo talento, capacidade. Assim, é justa quando concretiza completamente o talento e a capacidade. A concretização completa, portanto, é, para Aristóteles, o mais alto bem, o objetivo de tudo o mais que se faz.

Ora, a característica que distingue o homem é a razão. Nenhum outro ser a possui. Somente o homem tem essa faculdade. Por conseguinte, seu mais elevado bem está na concretização completa da razão. É o que traz a felicidade, acreditava Aristóteles. O prazer acompanha a concretização completa da razão; é o seu resultado natural.

Mas Platão também pregava que a razão é apenas uma parte do homem. Este tem, também, sensações, desejos e apetites. Uma vida justa é, portanto, aquela em que todos esses fatores se concretizam em perfeita harmonia, na qual a razão domina e as sensações e desejos obedecem. O objetivo da vida humana é uma atitude racional para com as sensações e os desejos.

Que é essa atitude racional? Aristóteles doutrinava que ela consiste em um *meio-termo*. Por exemplo: deve-se julgar a coragem um meio-termo entre a covardia e a imprudência. Homem bom é, portanto, aquele que vive

segundo esse *meio-termo*; que, em seus atos, não vai aos extremos e, sim, estabelece um equilíbrio entre um extremo e outro.

A vida justa, para Aristóteles, é, pois, aquela em que o homem concretiza completamente a parte suprema de sua natureza, a razão. Tal homem será nobre, justo, honesto, atencioso e dará provas de todas as outras virtudes. Agirá assim porque o deseja do íntimo do ser. Não é forçado a agir desse modo por imposição de qualquer autoridade fora dele; sua própria natureza o impele para as boas ações. Escreveu Aristóteles: “A virtude é a disposição, ou hábito, que envolve uma alternativa ou objetivo deliberado, e consiste em um meio relativo a nós mesmos, determinado pela razão ou pela maneira que um homem prudente a determinaria.”

O Bem e o Mal Segundo os Epicuristas e Estóicos

O que era, para Platão e Aristóteles, parte de um sistema filosófico completo tornou-se, para os filósofos posteriores, o problema dominante. Platão e Aristóteles julgavam a vida justa o resultado lógico e natural de toda a sua teoria filosófica. Os *epicuristas*, entretanto, fizeram desse problema o ponto central. *Epicuro* doutrinava que o alvo de todas as atividades humanas é o prazer, sendo a felicidade o bem supremo para todos. Advertia, porém, que o homem deve acautelar-se quando escolhe os prazeres. Certos prazeres imediatos podem redundar em dores e sofrimentos. Vejo-me ante uma excelente refeição e será um prazer comê-la. Como-a, mas faço-o exageradamente. Sinto um imenso prazer, mas depois sofro indigestão, gota e outros males. Temos, portanto, necessidade de prever as conseqüências dos prazeres que desfrutamos. Isso significará, muitas vezes, que teremos de evitar certos prazeres imediatos visto suas conseqüências, eventualmente, serem prejudiciais.

Mais ainda: na teoria de Epicuro, os prazeres mentais são melhores que os físicos, sendo medida de prudência escolher os da vida intelectual.

A experiência mostra – assinalou ele – que obtemos o prazer satisfazendo desejos ou quando deles nos achamos livres. Devemos, portanto, procurar libertar-nos dos desejos satisfazendo-os completamente. Isso liberta a dor, a dor do desejo, e é, por conseguinte, um bem.

Ensinavam os *estóicos* que o mais alto bem do homem está em agir em harmonia com o mundo. Para eles, o homem é uma parte do mundo, para cujo desenvolvimento completo tem uma função definida a desempenhar. Como a força dominante no mundo é a razão, deve esta governar cada homem em suas ações individuais.

O homem deve, além disso, submeter-se ao domínio das leis do mundo, viver segundo a natureza. O homem é bom quando vive de modo a adaptar-se ao esquema da natureza, obedece a suas leis e é resoluto em tudo o que faz guiado pela razão, que é parte da razão universal.

Deve, portanto, conhecer as leis do mundo. Se as conhece, sabe qual o seu lugar no esquema das coisas, sabe o que dele espera a natureza, será bom. O resultado desse modo de viver é a felicidade. Não se deve procurá-la; tampouco é ela adquirida por si mesma. Vivamos como homens bons, vivamos uma vida virtuosa, e a felicidade advirá inevitavelmente.

Os primeiros pensadores gregos conceberam a bondade como a harmonia no mundo. O mal, na teoria deles, é apenas imaginário, o resultado de não se ver que o mal aparente faz parte de um todo que é bom, uma discórdância que é harmonia quando ouvida em relação ao restante da música. Os gregos posteriores interessaram-se primariamente pelas relações do homem com seus semelhantes. Assim, concebiam a bondade como uma questão de vida justa. Os estóicos procuraram conciliar essas duas teorias, mas penderam mais para os primeiros pensadores gregos.

Teorias dos Pensadores Gregos Religiosos

Com o advento de um movimento definitivamente religioso na Filosofia, estabeleceu-se nítida distinção entre os princípios do bem e do mal. Descobre-se isso facilmente nas tradições religiosas dos babilônios, assírios e outros povos, das quais a religião do mundo ocidental recebeu muitos elementos. Aquelas primeiras religiões traçaram nitidamente uma linha entre a luz e as trevas, entre a vida e a morte, entre o bem e o mal. De fato, em muitos casos conceberam deuses especiais governando cada reino. Embora alguns filósofos gregos relegassem o mal para a matéria, não eram tão explícitos acerca da distinção entre tais princípios, quanto os pensadores mais religiosos.

Fílon, por exemplo, referia-se a Deus como a pureza perfeita, sem contato algum com a matéria. Deus é a fonte de todo o bem, e a matéria, a de todo o mal. Da mesma maneira, a parte espiritual do homem, seu espírito ou alma, é o centro do bem, e seu corpo, a matéria, o centro do mal. Conseqüentemente, ao integrar-se a alma no corpo, ela perde a proteção divina e torna-se predisposta ao mal. O alvo, pois, do homem é libertar-se do corpo e de todos os pecados e retornar a Deus e à bondade perfeita. A teoria de *Plotino* é muito semelhante. A matéria é a fonte do mal, e Deus, a fonte do bem.

Teorias Morais dos Primeiros Filósofos Cristãos

É de se ver, portanto, um nítido dualismo através de todas as tradições religiosas do Ocidente, dualismo, em sua essência, extraído das religiões orientais dos primeiros tempos. O Cristianismo aceitou-o, tornando-o básico ao tratar dos problemas do pecado e da redenção.

Os *apologistas* doutrinavam que Deus criou o homem com o próprio espírito da bondade, mas o homem preferiu afastar-se de Deus e voltar-se para a carne, para o corpo. Com isso, o pecado desceu ao mundo. A interpretação cristã da história de Adão, o primeiro homem, é o quadro em termos simbólicos da vinda do pecado, que foi então legado a todos os homens como pecado original. Por ser o homem o que é, um descendente do primeiro homem, vive perseguido pelo mal e deve procurar a salvação através da graça divina de Deus.

Santo Agostinho achava que a presença do mal no mundo lhe proporcionou tormentos sem fim. Para ele, Deus é todo bondade, todo perfeição. Criou o mundo do nada. Se isso é verdade, como podia um Deus bom, todo-poderoso, criar um mundo em que há o mal? Como explicar o mal num mundo criado por um deus todo bondade?

Para resolver o problema, dizia Santo Agostinho que tudo no mundo é bom. Mesmo aquilo que parece um mal é, na verdade, um bem, porquanto

se adapta inteiramente ao padrão do mundo. As sombras, as nuances, são necessárias para a beleza de uma pintura. Vista em si mesmas, separadas da pintura, parecem más. Contempladas nela, porém, tornam possível a beleza do todo.

O mal é, pois, no pensamento de Santo Agostinho, relativo, é verdadeiramente a ausência do bem, da mesma maneira que as trevas são a ausência da luz. O mal que encontramos no mundo, nele foi posto por Deus para torná-lo bom em sua totalidade.

Ainda Santo Agostinho: O alvo de toda a Humanidade é fugir do mundo e unir-se completamente a Deus. O homem deve desprezar os prazeres, insignificantes e obscuros, e dirigir sua atenção inteiramente a Deus, que é a bondade e a perfeição. Obtém-se a união a Deus através do amor a Ele, em oposição ao amor pelo mundo.

O Ponto de Vista dos Pensadores Cristãos Medievais

A teoria de Santo Agostinho foi também defendida, em grande parte, pelos filósofos do Escolasticismo. Credo num Deus todo-poderoso, que criara todas as coisas, tinham que explicar o mal aparente como uma parte do bem em sua totalidade e, portanto, o próprio bem.

Abelardo acrescentou um novo tom, ao doutrinar que a justiça e a injustiça de um ato não estão no ato em si, porém na intenção de quem o pratica. Se alguém furta de outro, o ato em si é neutro. Se o ladrão pretendia o objeto furtado para algum fim bom, o ato é bom. “Deus” – escreveu ele – “não considera o que se faz, porém o espírito com que se pratica a ação; o mérito ou louvor do agente não está na ação, porém, na intenção.”

Se alguém age em termos do que julga justo, se acredita que está praticando o bem e procura praticá-lo, pode errar mas não está cometendo um pecado. Bondade e moralidade tornam-se, pois, questão de consciência. O verdadeiro pecador é o que age com o desejo de fazer o mal. É pecador porque mostra em seu ato, deliberadamente, o desprezo por Deus.

O maior dos escolásticos foi *S. Tomás de Aquino*. Em sua teoria sobre o bem e o mal, encontramos a filosofia de Aristóteles associada aos princípios básicos do Cristianismo. Deus fez todas as coisas, o homem inclusive, para determinado fim, e o mais elevado bem de todas as coisas está na concretização desse objetivo. Ao concretizar o objetivo para o qual foi criado, o homem revela a bondade de Deus. Por conseguinte, o mais elevado bem é a concretização de si mesmo conforme Deus ordenou.

Mais ainda: a mais alta forma de ação é a contemplação de Deus. Pode-se fazê-lo através da razão ou da fé; seu ponto culminante, que Aquino denominou *intuição*, é a ida para Deus, que só se pode completar no porvir, no céu.

Tomás de Aquino também seguiu Agostinho, quando afirmou que a bondade ou a maldade de determinada ação dependem do objetivo de quem as pratica. Uma ação pode ter boas conseqüências, mas só é boa quando o agente quis que tivesse aquelas conseqüências boas e sabia que dariam aquele resultado. Aquino, porém, não acompanhou Agostinho na teoria de que um ato mau pode ser bom se o agente tenciona que assim seja. A inten-

ção não torna o ato bom ou mau, mas é a única coisa que torna um ato bom verdadeiramente bom.

A doutrina cristã de *desprezo pelo mundo* ocupa lugar saliente nos ensinamentos de Aquino. A melhor maneira de atingir a bondade é abandonar os bens mundanos e procurar viver para Deus. Assim, a vida num mosteiro, devotada inteiramente ao serviço de Deus, constitui o ideal.

O mal, segundo Aquino, é a privação, a falta daquilo que é bom. Todas as coisas criadas pelo bom Deus visam à bondade. Ao falharem elas, surge o mal.

Meister Eckhart, em seus ensinamentos místicos, acentua a união de Deus e do indivíduo. Como Deus é a união pura do mundo, do universo, qualquer indivíduo, isolado, é uma parte separada de Deus e, portanto, o mal. Conseqüentemente, a vida é justa quando se esforça por voltar à união divina e integrar-se em Deus. “Todo aquele que quiser ver Deus” – escreveu ele – “deve estar morto para si e sepultado em Deus, no deserto não revelado da Divindade, para tornar-se novamente o que era ante de *ser*.”

A vida justa, segundo Eckhart, não é, portanto, uma vida de ações, porém de *ser*. Não atingimos a bondade por nos esforçarmos em praticar o bem; alcançamos o que é bondade perfeita ao mergulharmos na união com Deus.

O Cristianismo e todo o movimento religioso ocidental acentuam o grande abismo existente entre Deus e tudo o que é menos que Deus. Deus criou a bondade, que deve ser encontrada na adaptação ao Seu plano ou objetivo. O mal acha-se de certo modo associado à matéria, ao corpo ou ao mundo. Mas Deus, sendo o único Criador do universo, não criaria o mal. Este, portanto, não é verdadeiramente um mal, porém parte do grande bem. Nem todos os filósofos cristãos se apegaram a essa explicação. Levaram em conta a degradação humana, as ações cujas intenções ou conseqüências são más, os atos deliberados, por parte de muitos, que causam o mal; associaram tudo isso ao corpo, à vontade pecaminosa do homem, de certo modo herdada de Adão, ou à perversidade da matéria.

O Cristianismo não pôde resolver o problema do mal e do pecado. As religiões orientais foram mais realistas: não fizeram de seus deuses os criadores de todo o universo; ao contrário, tinham pelo menos dois deuses, um, o da bondade, e outro, o do mal. Na religião cristã tradicional, encontramos esses dois seres em função. Ela refere-se a Deus como a fonte de todo o bem e ao demônio como o princípio do mal. Mas à pergunta. “Criou Deus o demônio?”, não existe resposta. O dualismo – bem e mal – funciona bem até à tentativa de ser explicada a criação do mundo; mas essa tentativa apresenta dificuldades ainda não solucionadas.

Hobbes, Espinosa, Locke e Leibnitz

A Filosofia moderna luta com o mesmo problema, mas introduziu muitos elementos novos em seus esforços, quer para resolver as dificuldades originais quer para colocar a questão num nível diferente.

Thomas Hobbes, conforme vimos, preocupou-se em interpretar o universo numa base materialista. A seu ver, o movimento é fator fundamental

no universo. Considerava, pois, o bem e o mal questão de movimento. Quando este é bem sucedido, gera prazer; em caso contrário, resulta em dor.

Aquilo que agrada ao homem é bom e o que lhe causa dor ou desconforto é ruim. Assim, o bem e o mal são, conforme o modo de ver de Hobbes, relativos a determinado homem. O que agrada a um pode não agradar a outro. Por consequência, não pode haver um bem ou um mal absoluto. Ambos dependem da natureza do indivíduo na ocasião; ao sofrer ele uma alteração, as coisas boas podem tornar-se ruins, e as más, boas.

A relação que existe entre o ponto de vista geral de um filósofo e sua atitude, ante a questão do bem e do mal, acha-se exemplificada por *Descartes*. Segundo ele, Deus é perfeito e incapaz de fazer-nos errar. Mas caímos em erro e com isso sofremos. Explica-se o fato pela teoria de não ser completo o poder que Deus deu ao homem para distinguir o verdadeiro do falso. O homem é, pois, muitas vezes, culpado por fazer juízos, pois possui compreensão bastante para julgar com exatidão. Em tais casos, pode escolher aquilo que é errado, ruim, ao invés de escolher o que é bom. Na teoria de Descartes, o erro não está no ato de Deus, porém em nós, pois tomamos decisões e agimos antes de possuímos provas suficientes.

A teoria de *Espinosa* apresenta-se quase com o mesmo caráter. O erro é falta de conhecimentos. A ação, destituída de conhecimentos, produzirá resultados indesejáveis, advindo com isso a dor.

Estudando o indivíduo, *Espinosa* chegou à conclusão de que o esforço fundamental de cada um é feito no sentido de preservar-se. Esse esforço constitui um bem. Assim, qualquer coisa que tenda a entravá-lo constitui um mal, e tudo que auxilia o homem a alcançar o objetivo de seu esforço representa um bem.

Mas o esforço do homem deve ser racional. Não basta o simples esforço; deve ser feito diligentemente, deve o homem compreender o que está fazendo e conhecer as consequências. Sua mais alta felicidade está em compreender perfeitamente os seus esforços e o que está fazendo. Quando chegamos a compreender os nossos próprios esforços, percebemos que, uma vez que somos modos de Deus, os esforços, na verdade, são de Deus, pois nós somos Deus. O mais alto bem do homem é essa concretização completa. Nela, ele vê que, ao amar a si mesmo, está na realidade amando a Deus. A isso *Espinosa* denominou *amor espiritual de Deus*.

A filosofia básica de *John Locke* dá origem à sua teoria sobre o bem e o mal. Assim como todas as nossas idéias vêm de fora e acham-se escritas no espírito, da mesma maneira que numa folha branca de papel, assim se produz nossa concepção sobre o que é o bem e o que é o mal. A prova está em muitas pessoas passarem pelas mesmas experiências e chegarem às mesmas conclusões. Concordam em que certas coisas são boas e outras más. Mais ainda, nossos pais inculcaram-nos, desde os primeiros dias de nossa vida, noções sobre o bem e o mal. Chegamos, pois, a crer que elas são inatas. Segundo *Locke*, a consciência humana nada mais é que noções há muito enraizadas em nós, que parecem ter sido recebidas de algum poder divino.

Locke doutrinava ainda que as noções de prazer e dor são inatas no homem. A natureza assim fez, para que gozemos a felicidade e procuremos

evitar a dor. Por conseguinte, as coisas que trazem felicidade são chamadas boas, e más, as que trazem dor.

Nem sempre, porém, é verdade que o mesmo ato traz felicidade a todos. Conseqüentemente, existem leis que devemos obedecer sob pena de sermos infelizes. Locke julgava que existem três grupos de leis. As divinas, estabelecidas por Deus a fim de determinar os deveres e o pecado; se as infringirmos, sofreremos bastante. Existem, depois, as leis civis, estabelecidas pelos grupos de homens, como unidades civis constituídas; elas determinam o crime e a inocência; a desobediência é punida pelo grupo que fez as leis. Há ainda leis de opinião ou reputação; são em maior número e impostas pelo mero fato de o homem prezar sua reputação e não desejar que seus semelhantes o condenem.

Mas aprendemos o que é o bem e o mal pela experiência, pela experiência da dor se agimos mal e do prazer se agimos com o espírito do bem. Locke achava-se, pois, dentro da tradição moral de Hobbes e outros que fizeram da moral, em grande parte, uma questão de auto-interesse esclarecido, isto é, que ser bom produz sempre os melhores resultados.

Filósofos que se seguiram a Locke procuraram expandir essa teoria, de modo a incluir outras e tornar a moralidade dependente da felicidade dos outros, bem como da do próprio indivíduo. *Richard Cumberland*, fundador da Escola Utilitarista, argumentava que o homem não é inteiramente egoísta; é basicamente complacente. Assim, o bem-estar do grupo, da sociedade, determina o bem e o mal. *Lord Shaftesbury* doutrinava que o homem está interessado tanto em seu próprio bem-estar como no da sociedade, de modo que as ações são boas quando ambos os interesses se acham devidamente equilibrados. *Francis Hutcheson*, dessa mesma opinião geral, cunhou a frase “o maior bem para o maior número”, tornando-a a base de uma boa ação.

Leibnitz encontrou as mesmas dificuldades de seus predecessores, quando chegou ao problema do bem e do mal. Num mundo de mônades, como é possível o mal? Sua resposta foi semelhante à dos primeiros filósofos. Este mundo, explicou, é “o melhor dos mundos possíveis”, mas não é perfeito. Deus criou um limite para Si quando se exprimiu em seres finitos. Desse limite resultaram sofrimentos e pecados. Continuou Leibnitz: O mal serve para tornar o bem verdadeiramente um bem. É como as sombras num quadro; elas servem para ressaltar as cores, dando-lhes acentuado relevo e maior beleza.

Sugeriu ainda que existem, na alma humana, certos princípios inatos que, seguidos logicamente, conduzem ao conceito sobre o bem e o mal. Um deles é que devemos procurar o prazer e evitar a dor. Raciocinando com esse princípio, podemos provar que certos atos são bons e outros maus.

Muitas vezes o homem não obedece a esses princípios inatos por causa de suas paixões e impulsos; isso, porém, não prova que eles não existam, afirmou Leibnitz. Tudo o que prova é que o homem os ignora.

A Filosofia Moral de Kant

O problema básico de *Kant* foi descobrir o significado do que é justo e injusto, do bem e do mal. Perguntou: “Como definir o dever e o que implica a definição?” Ao atacar o problema, aceitou, como fundamental, o prin-

cípio traçado por Rousseau de que a única coisa absolutamente boa, no mundo, é a vontade humana governada pelo respeito para com as leis morais ou a consciência do dever. Ato moral é aquele que é praticado, mais respeitando as leis morais do que com vistas a ganhos egoístas ou com vistas à simpatia dos outros.

Assim, segundo Kant, não se devem considerar as conseqüências para determinar o que é justo ou injusto num ato. Não é questão de grande importância saber se os resultados de um ato produzem felicidade ou dor. Se o agente pratica o ato com boas intenções, respeitando as leis morais, o ato é bom.

As leis morais, no pensamento de Kant, são inerentes à própria razão. Estão *a priori*, antes da experiência, na própria natureza do pensamento humano. Enunciando uma sentença, diz: “Age somente de acordo com uma máxima que possas, ao mesmo tempo, querer que se converta em uma lei geral; age de modo a poderes desejar que todo o mundo siga o princípio de teu ato.” Em cada caso – julgava Kant – essa regra, esse *imperativo categórico*, é um critério seguro sobre o que constitui o bem e o mal. O ato que desejamos seja praticado por alguém, ou por todo o mundo, é um ato bom.

Essa lei, sendo compreendida inteiramente, está em todos. Talvez não seja reconhecida nos termos enunciados, mas quem se der ao trabalho de pensar reconhecerá que a vida humana só é possível nessa base moral. Tentasse o homem agir contrariamente a esse princípio e seria caótica a associação humana.

Kant enunciou outra lei, implicando o imperativo categórico: “Age sempre de modo a tratar a Humanidade como um fim, tanto em tua própria pessoa como na dos outros, e nunca te sirvas dela como um simples meio.” Nisso está afirmado o valor fundamental do indivíduo. Nossos atos não devem ser tais que usemos o indivíduo como um meio para atingir nossos fins, ao contrário, devem ser destinados a servir a outros, como sendo esses os seus próprios fins.

Segundo Kant, existe, pois, implantada na própria razão humana, uma lei básica e fundamental que dirige todas as atividades morais. Ela exige que cada um aja sempre como se fosse o supremo monarca do mundo, e que o princípio de seus atos se torne o dos atos de todos. Se cada indivíduo medir seus atos por esse imperativo categórico, poderá afirmar, inquestionavelmente, se o mesmo é justo ou não.

Teorias de Fichte e Schopenhauer

Fichte baseou toda a sua teoria filosófica nas idéias de Kant sobre a natureza moral do homem, a qual tem o direito de fazer certas exigências definidas. Partindo da natureza moral do homem, ele construiu uma filosofia que satisfaria às exigências dessa natureza.

A lei moral, além disso, implica a existência de uma ordem moral do mundo, na qual o homem pode confiar, ensinava *Fichte*. Tendo-a em si mesmo, acha-se justificado em admitir que o mundo é organizado de tal forma que se pode satisfazer às exigências dessa lei. O homem, por conseguinte, deve tornar-se inteligente, saber o que é direito e agir de acordo, porque é direito agir assim. O ignorante não pode ser bom. O homem, sendo

livre e não sendo forçado por qualquer agente exterior, deve conhecer as leis morais e o que elas implicam, devendo sempre governar-se segundo as mesmas. Não basta o simples respeito às leis morais. O homem deve agir. Por conseguinte, a moralidade, a bondade, não é um estado a ser atingido uma vez por todas, uma condição de eterna bem-aventurança; é uma luta contínua do indivíduo inteligente no sentido de agir, em todas as situações, de modo a cumprir os requisitos das leis morais. Para Fichte, o conhecimento é uma parte necessária da moral.

Schopenhauer começa afirmando ser a *vontade* o elemento fundamental no mundo. A *coisa-em-si-mesma* de Kant, a fonte de todas as nossas impressões, é a vontade, diz Schopenhauer. Essa vontade de ser, de viver, é a causa de todas as lutas no mundo e, portanto, de todos os males e sofrimentos. Um mundo, onde vontades cegas lutam umas contra as outras para viver, onde os mais poderosos, para que possam viver, matam e devoram os menos poderosos, é o mundo do mal. A vontade de viver gera o egoísmo. Cada indivíduo luta para preservar-se, a despeito do que aconteça a outros.

Assim, na teoria de Schopenhauer, a simpatia ou piedade é elemento básico para a moralidade. Até ao grau de simpatia que o indivíduo tenha por outros, ele não agirá para si mesmo, porém para os outros; e será bom assim. O indivíduo tem que renunciar à sua vontade, para palmilhar a estrada que conduz à vida de bondade; o auto-sacrifício traz felicidade e paz, e isso pode obter-se se pensarmos um momento que cada indivíduo é uma parte do todo, da vontade universal. Aquele contra o qual lutamos é uma parte do todo, do qual também somos membros. Quando chegarmos a entender isso, deixaremos de lutar e desenvolveremos uma compreensão indulgente.

O Problema do Bem e do Mal Segundo Mill, Bentham e Spencer

O recente pensamento filosófico sobre o problema do bem e do mal interessou-se pelas relações sociais do homem. Tem sido uma ética mais do grupo humano do que das leis divinas. Como consequência, adotou uma nuance de relatividade. A bondade e a maldade tornam-se qualidades de atos, relativas à situação durante as quais eles são praticados.

John Stuart Mill constitui um bom representante da Escola Utilitarista, na sua alegação que a medida do bem seja em termos de “o maior bem para o maior número”. Deve-se indagar, no tocante a um ato, se ele trará muitos benefícios a um grande número de pessoas. Isso elimina o egoísmo e estabelece o critério sobre o bem nas consequências sociais do ato proposto.

Sustenta ainda Mill que o *bem* difere em qualidade, sendo o do Espírito melhor que o dos sentidos. Por conseguinte, não só se acentua o fator social como também a natureza do ato.

Jeremy Bentham aproxima-se muito de Mill em sua teoria sobre o bem e o mal. Baseia também o bem no princípio dos utilitaristas “o maior bem para o maior número”. Contudo, não admite que difira em qualidade. Seu único critério é o número de indivíduos abrangidos. Justificou seu ponto de vista no interesse próprio, sustentando que agir assim trará, verdadeiramente, maior bem para quem pratica o ato.

Nesse tratamento moderno dispensado ao assunto, o bem e o mal não estão gravados na natureza do universo, porém determinados por fatores so-

ciais. Acentuam-se as conseqüências do ato de um indivíduo na experiência de outros. Desapareceu a idéia de um Deus estabelecendo leis morais absolutamente definidas. Falta, porém, a idéia de que um ato mau encoleriza Deus ao passo que um ato bom o faz feliz. Eis uma moral relativa; o determinador do bem e do mal é o efeito do ato sobre a vida de outros indivíduos, que vivem agora ou viverão no futuro.

Herbert Spencer atacou o problema como cientista, procurando descobrir base científica para a boa ou má conduta. Do ponto de vista da evolução, a conduta desenvolve-se, evolui, é uma questão de adaptação do ato aos fins. Para *Spencer*, a conduta mais evoluída, e, portanto, a melhor, é a que torna a vida mais rica para o indivíduo e para aqueles entre os quais ele vive, bem como para os que virão depois.

Segundo *Spencer*, o grupo social é o objetivo final da moralidade. A bondade deve ser determinada nesses termos. Faz, porém, uma distinção entre a conduta absolutamente justa e a que é de modo relativo. Absolutamente justa é a que se torna imediatamente agradável, produzindo, ao mesmo tempo, felicidade futura para o indivíduo e o grupo. A relativa produz felicidade futura, sem um prazer imediato. O objetivo, naturalmente, é absolutamente certo.

Teorias Morais de James e Dewey

As conseqüências sociais e individuais da atividade humana foram salientadas pelos filósofos da escola pragmática, como critério do bem e do mal. *William James* e *John Dewey*, especialmente o segundo, são enfáticos nesse ponto. Bem é aquilo que atende aos objetivos do grupo e do indivíduo nesse grupo. Um ato bom é aquele que considera o indivíduo como fim, em si mesmo, e não como meio. Mas, assim considerando cada indivíduo, estaremos considerando o bem-estar do grupo. O indivíduo, como unidade social é a última medida do bem e do mal. Tudo que enriquecer sua vida deve necessariamente enriquecer a de todos. Nisso, o indivíduo e o grupo acham-se ligados, uma vez que – argumenta *Dewey* – o primeiro é um produto social e ninguém tem verdadeira individualidade, salvo como membro do grupo.

Um exame do pensamento dos homens, através dos séculos, sobre o bem e o mal, revela, portanto, duas posições fundamentais e muitas nuances de ambas. Por um lado, julgam-se as medidas do bem e do mal inerentes à natureza do mundo. O homem deve descobri-las ao chegar a uma compreensão do mundo e sua natureza. Fale o mundo ao homem com sua própria voz, ou seja, a voz do Criador, a posição é fundamentalmente a mesma. O bem e o mal são absolutos, tendo sido estabelecidos desde o começo dos tempos; aplicam-se em todas as situações e ocasiões. Quando o critério for descoberto, quer pela investigação racional do universo quer pela revelação, o bem e o mal serão sempre verdadeiros e imutáveis.

A outra teoria é a de serem o bem e o mal termos relativos, devendo as medidas e o critério serem descobertos por meio do estudo de cada situação especial em foco. São o tempo e o lugar que determinam o bem e o mal. Para um homem enfermo, certos alimentos são prejudiciais, ao passo que, para um homem com saúde, são bons. Num grupo social moderno, a preservação dos velhos e fracos constitui um bem; mas num grupo primitivo que

se vê assediado por inimigos, e precisa movimentar-se para escapar à destruição, a preservação dos velhos e enfermos é um mal, porquanto retarda a movimentação e isso pode redundar num desastre. Essa teoria encara as conseqüências de determinado ato em termos de vida da sociedade e estabelece a qualidade ética do ato segundo o bem de todo o grupo.

O pensamento do homem, nas questões de ética, adotou duas feições através da História: a absoluta e a relativa. Entre os pensadores de hoje, ambas as teorias têm que ser descobertas, se bem que o ponto de vista relativo seja o mais acentuado. É difícil para o homem moderno, que nutre grande respeito pela ciência e pela razão humana, encontrar bases adequadas para uma teoria absoluta sobre o bem e o mal. Todas as provas que exigem seu respeito parecem afastar-se dela e indicar uma teoria relativa.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

ALLAN KARDEC

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(José Fleurí Queiroz)

P A R T E G E R A L

AS LEIS MORAIS

A LEI DIVINA OU NATURAL

I – CARACTERES DA LEI NATURAL (O Livro dos Espíritos, Itens 614 a 617·a)

Artigo 1 - A lei natural é a lei de Deus; é a única necessária à felicidade do homem; ela lhe indica o que deve fazer ou não fazer e ele só se torna infeliz porque dela se afasta. Ela é imutável e perfeita como o próprio Deus. A harmonia que regula o universo material e o universo moral se funda nas leis que Deus estabeleceu por toda a eternidade. Uma regulam o movimento e as relações da matéria bruta: são as leis físicas e seu estudo pertence ao domínio da Ciência. As outras concernem especialmente ao homem e às suas relações com Deus e com os seus semelhantes, compreendem as regras da vida do corpo e as da vida da alma: são as leis morais.

Parágrafo único – O sábio estuda as leis da matéria, o homem de bem as da alma e as segue. Ao homem é dado aprofundar o conhecimento dessas leis; mas uma só existência não lhe é suficiente para isso.

II – CONHECIMENTO DA LEI NATURAL (Idem, itens 619 a 628)

Artigo 2 - Todos podem conhecer a lei de Deus, mas nem todos a compreendem; os que melhor a compreendem são os homens de bem e os que desejam pesquisá-la. Não obstante, todos um dia a compreenderão, porque é necessário que o progresso se realize.

Justiça da reencarnação

Parágrafo único - A justiça da multiplicidade de encarnações decorre deste princípio, pois a cada nova existência sua inteligência se torna mais desenvolvida e ele compreende melhor o que é o bem e o que é o mal. Se tudo tivesse de se realizar numa só existência, qual seria a sorte de tantos milhões de seres que morrem diariamente no embrutecimento da selvageria ou nas trevas da ignorância, sem que deles dependa o próprio esclarecimento?

Revelação da Lei Divina: por Jesus e pelo Espiritismo

Artigo 3 - A lei de Deus está escrita na consciência do homem, mas os seus maus instintos freqüentemente fazem que ele a esqueça e despreze;

então ela lhe é lembrada através da revelação, por Espíritos superiores, encarnados ou desencarnados, com o fim de fazer progredir a Humanidade.

Artigo 4 - Jesus é para o homem o tipo da perfeição moral a que pode aspirar a Humanidade na Terra. Deus no-lo oferece como o mais perfeito modelo e a doutrina que ele ensinou é a mais pura expressão de sua lei, porque ele estava animado do espírito divino e foi o ser mais puro que já apareceu na Terra. Seu ensino era freqüentemente alegórico e em forma de parábolas, porque ele falava de acordo com a época e os lugares. Faz-se hoje necessário que a verdade seja inteligível para todos. É preciso, pois, explicar e desenvolver essas leis, tão poucos são os que as compreendem e ainda menos os que as praticam. O ensinamento dos Espíritos deve ser claro e sem equívocos a fim de que ninguém possa pretextar ignorância e cada um possa julgá-lo e apreciá-lo com sua própria razão.

A Verdade Relativa e a Verdade Absoluta

Artigo 5 - A verdade relativa sempre esteve ao alcance do homem; pois é necessário que cada coisa venha a seu tempo. Ela é como a luz: é preciso que nos habituemos a ela pouco a pouco, pois de outra maneira nos ofuscaria. Estando as leis divinas escritas no livro da Natureza, o homem pôde conhecê-las sempre que desejou procurá-las. Eis porque os seus princípios foram proclamados em todos os tempos pelos homens de bem, e também porque encontramos os seus elementos na doutrina moral de todos os povos saídos da barbárie, mas incompletos ou alterados pela ignorância e a superstição.

Artigo 6 - Jamais houve um tempo em que Deus permitisse ao homem receber comunicações tão completas e tão instrutivas como as que hoje lhe são dadas. Havia na Antigüidade alguns indivíduos que estavam de posse daquilo que consideravam uma ciência sagrada e da qual faziam mistério para os que consideravam profanos; eles recebiam apenas verdades esparsas no meio de um conjunto equívoco e na maioria das vezes alegórico. Não há, entretanto, para o homem de estudo, nenhum antigo sistema filosófico, nenhuma tradição, nenhuma religião a negligenciar, porque todos encerram os germes de grandes verdades, que embora pareçam contraditórias entre si, espalhadas que se acham entre acessórios sem fundamento, são hoje muito fáceis de coordenar, graças à chave que dá o Espiritismo de uma infinidade de coisas que até aqui pareciam sem razão, e cuja realidade é agora demonstrada de maneira irrecusável.

III – O BEM, O MAL E A MORAL. (Idem, itens 629 a 646)

Artigo 7 - A Moral é a regra da boa conduta e, portanto, da distinção entre o bem e o mal. Funda-se na observação da lei de Deus. O homem se conduz bem quando faz tudo tendo em vista o bem e para o bem de todos, porque então observa a lei de Deus. Assim, o bem é tudo o que está de acordo com a lei de Deus e o mal é tudo o que dela se afasta. Fazer o bem é se conformar à lei de Deus; fazer o mal é infringir essa lei.

Parágrafo único - O homem, por si mesmo e se o desejar, pode distinguir o bem do mal quando crê em Deus, que lhe deu a inteligência para discernir um e outro; na dúvida, quanto à apreciação do bem e do mal,

basta lembrar as palavras de Jesus: *vede o que quereríeis que vos fizessem ou não.*

Artigo 8 - A lei de Deus é a mesma para todos; mas o mal depende, sobretudo, da vontade que se tenha de fazê-lo. O bem é sempre bem e o mal sempre mal, qualquer que seja a posição do homem; a diferença está no grau de responsabilidade.

Parágrafo único - As circunstâncias dão ao bem e ao mal uma gravidade relativa. O homem comete, freqüentemente, faltas que, sendo decorrentes da posição em que a sociedade o colocou, não são menos repreensíveis; mas a responsabilidade está na razão dos meios que ele tiver para compreender o bem e o mal. É assim que o homem esclarecido que comete uma simples injustiça é mais culpável aos olhos de Deus que o selvagem que se entrega aos instintos.

O Mal e o Concurso de Pessoas

Artigo 9 - O mal recai sobre aquele que o causou. Assim, o homem que é levado ao mal pela posição em que os outros o colocaram é menos culpável que aqueles que o causaram, pois cada um sofrerá a pena não somente do mal que tenha feito, mas também do que houver provocado.

Artigo 10 - Aquele que se aproveita do mal praticado por outro é como se o cometesse; embora não o tenha praticado, torna-se participante dele e é culpável no mesmo grau. Talvez tivesse recuado diante da ação, mas, se ao encontrá-la realizada, dela se serve, é porque a aprova e a teria praticado se pudesse ou se tivesse ousado.

Resistência Voluntária ao Mal

Artigo 11 - Há virtude em resistir voluntariamente ao mal que se sente desejo de praticar, sobretudo quando se tem a possibilidade de satisfazer esse desejo; mas se o que faltou foi apenas a ocasião, o homem é culpável.

Dever de praticar o Bem

Artigo 12 - É preciso fazer o bem no limite das próprias forças, pois cada um responderá por todo o mal que tiver ocorrido por causa do bem que deixou de fazer.

Parágrafo único – Não há ninguém que não possa fazer o bem; somente o egoísta não encontra jamais a ocasião de praticá-lo. É suficiente estar em relação com outros homens para se fazer o bem, e cada dia da vida oferece essa possibilidade a quem não estiver cego pelo egoísmo, porque fazer o bem não é apenas ser caridoso mas ser útil na medida do possível, sempre que o auxílio se faça necessário.

Artigo 13 - O mérito do bem está na dificuldade de praticá-lo; não há nenhum em fazê-lo sem penas e quando nada custa. Deus leva mais em conta o pobre que reparte o seu único pedaço de pão que o rico que só dá do seu supérfluo. Jesus já o disse, a propósito do óbolo da viúva.

13.1 –“A Lei Civil e a Lei Moral” – Explicação de Allan Kardec. (Obras Póstumas):

Os males da humanidade vêm da imperfeição dos homens; é pelos seus vícios que prejudicam uns aos outros. Enquanto os homens forem viciosos, serão infelizes, porque a luta dos interesses produzirá incessantemente misérias.

Boas leis contribuem, sem dúvida, para o melhoramento do estado social, mas são impotentes para assegurar a felicidade da humanidade, porque apenas comprimem as más paixões, mas não as aniquilam; são antes repreensivas do que moralizadoras; reprimem atos maus, que se tornam mais salientes, sem lhes destruir as causas. Além disso, a bondade das leis está em relação com a bondade dos homens; enquanto eles estiverem dominados pelo orgulho e egoísmo, farão leis, que aproveitem às ambições pessoais.

A lei civil não modifica senão a superfície; a lei moral é que penetra no foro íntimo da consciência e o reforma.

Sendo, pois, admitido que o atrito causado ao contato dos vícios torna os homens desgraçados, está em seu melhoramento moral o único remédio para seus males. Pois que as imperfeições são a origem dos males, a felicidade aumentará, à medida que diminuírem as imperfeições. Por melhor que seja uma instituição social, se os homens forem maus, não de falsificá-la e desnaturá-la para que a explorem em seu particular proveito.

Quando os homens forem bons, farão boas instituições que serão duráveis, porque todos têm interesse em sua conservação.

A questão social não tem, pois, seu ponto de partida na forma desta ou daquela instituição; ela está inteira no melhoramento moral dos indivíduos e das massas. Aí está o princípio, a verdadeira chave da felicidade humana, porque os homens não pensarão mais em fazer o mal uns aos outros. Não basta cobrir de verniz a corrupção; é preciso extirpá-la. O princípio do melhoramento está na natureza das crenças, porque estas constituem o móvel das ações e modificam os sentimentos. Também está nas idéias inculcadas desde a infância e que se identificam com o espírito; está ainda nas idéias que o desenvolvimento ulterior da inteligência e da razão podem fortificar, nunca destruir. É pela educação, mais ainda do que pela instrução, que se transformará a humanidade.

O homem, que trabalha seriamente em seu melhoramento, assegura sua felicidade desde esta vida; além da satisfação da sua consciência, está livre das misérias materiais e morais, que são as conseqüências forçadas de suas imperfeições. Terá calma, porque as vicissitudes não o afetarão senão de leve; terá saúde, porque não esgotará o corpo com excessos; será rico, porque o é quem se satisfaz com o necessário; terá a paz da alma, porque não terá necessidades impossíveis; não será atormentado pela sede de honras e do supérfluo pela febre de ambição, da inveja e do ciúme.

Indulgente para com as imperfeições dos outros, menos sofrerá com isto; elas lhe excitarão piedade em vez da cólera. Evitando o que possa ser nocivo ao próximo, quer por palavras, quer por obras, procurando tudo o que pode ser útil e agradável aos outros, ninguém sofrerá com as suas relações; assegura a sua felicidade na vida futura, porque quanto mais se apura aqui, mais se elevará na hierarquia dos seres inteligentes, e bem cedo deixará esta de provas pelos mundos superiores, porque o mal que tiver reparado nesta vida, não reclama outras existências reparadoras e porque, na erraticidade, não encontrará senão amigos e simpatizantes e não será atormentado pela visão constante dos que teriam razão para clamar contra ele.

Vivam os homens animados destes sentimentos e serão tão felizes quanto se pode na Terra; e quando pouco a pouco esses sentimentos ganhem um povo, uma raça, toda a humanidade, o nosso globo passará à ordem dos mundos felizes. Será isto uma quimera, uma utopia? Sim, para quem não crê no progresso da alma; não, para quem acredita na perfectibilidade indefinida.

13.3 – “O Bem e o Mal: Origem do Bem e do Mal” - Explicação de Allan Kardec no livro *A Gênese, Deus e Satanás*. Sendo Deus o princípio de todas as coisas, e sendo tal princípio todo sabedoria, toda bondade, toda justiça, tudo que dele provém deve participar de seus atributos, pois que aquilo que é infinitamente sábio, justo e bom, não pode produzir nada que seja desrazoável, mau e injusto. Portanto, o mal que observamos não pode ter sua origem nele.

Se o mal fosse atribuição de um ente especial, chamado Ahriman ou Satanás, de duas coisas uma: ou tal entidade seria igual a Deus, e, por conseguinte, tão poderosa quanto Ele, teria existido por toda a eternidade como ele, ou lhe seria inferior.

No primeiro caso, haveria duas potências rivais, lutando sem cessar, cada uma procurando desfazer o que a outra houvesse feito, contrariando-se mutuamente. Esta hipótese é inconciliável com a unidade de visão que se revela na disposição do universo.

No segundo caso, sendo esta entidade inferior a Deus, ser-lhe-ia subordinada; não podendo ter existido, como ele, por toda a eternidade, sem ser seu igual, teria tido um começo; se ele foi criado, não o pode ter sido, senão por Deus; Deus teria, assim, criado o Espírito do mal, o que seria a negação da infinita bondade. (Vide “O Céu e o Inferno Segundo o Espiritismo”, de Allan Kardec, Cap. X, “Os demônios”).

Entretanto, o mal existe e tem uma causa.

Os males de toda espécie, físicos ou morais, que afligem a humanidade, apresentam duas categorias que é necessário distinguir: tais são os males que o homem pode evitar, e os que são independentes de sua vontade. Entre estes últimos, colocam-se os flagelos naturais.

O homem, cujas faculdades são limitadas, não pode penetrar nem abarcar o conjunto das finalidades do Criador; julga as coisas do ponto de vista de sua personalidade, dos interesses de grupos e das convenções que para si criaram, as quais não existem na ordem da Natureza; é por isso que ele freqüentemente encontra coisas más e injustas, as quais consideraria justas e admiráveis, se percebesse suas causas, sua finalidade e o resultado final. Procurando a razão de ser e a utilidade de cada coisa, reconhecerá que tudo traz o sinal da sabedoria infinita e ele se inclinará diante de tal sabedoria, mesmo em relação às coisas que não compreende.

Flagelos Naturais, a Dor, a Ciência e o Progresso. O homem recebeu como partilha uma inteligência com cujo auxílio pode anular, ou pelo menos em grande parte atenuar, os efeitos dos flagelos naturais; quanto mais saber adquire, e mais avança em civilização, menos são desastrosos tais flagelos; com uma organização social sabiamente providente poderá mesmo neutralizar as suas conseqüências, uma vez que não as poderá evitar totalmente. Deus deu ao homem, pelas faculdades de que dotou o seu Espírito, os meios de paralisar no futuro até mesmo os efeitos daqueles flagelos que têm sua utilidade no quadro geral da Natureza, os quais, contudo, no presente, atingem os homens.

É assim que ele saneia os terrenos insalubres, neutraliza os miasmas pestilentos, fertiliza os terrenos incultos, e exerce seu engenho na preservação das inundações; edifica para si habitações mais sadias, mais sólidas, a fim de resistir aos ventos tão necessários à purificação da atmosfera, e coloca-se ao abrigo das intempéries; é assim, enfim, que pouco a pouco, a necessidade o estimula à criação das ciências, com cujo auxílio melhora as condições de habitabilidade do globo e aumenta a soma do seu bem-estar.

Como o homem deve progredir, os males aos quais está exposto são um estimulante ao exercício de sua inteligência, de todas as faculdades físicas e morais, mediante o incitamento à pesquisa dos meios de se subtrair aos mesmos males. Se nada receasse, nenhuma necessidade o levaria à busca do que é melhor; seu espírito se entorpeceria na inatividade; nada inventaria e nada descobriria. ‘A dor é o agulhão que empurra o homem para a frente na via do progresso’.

Males que o homem criou para si. A Lei Divina gravada na consciência do homem. O remédio ao lado do mal. Porém, os males mais numerosos são aqueles que o homem criou para si, por seus próprios vícios, aqueles que provêm de seu orgulho, de seu egoísmo, de sua ambição, de sua cobiça, de seus excessos em todas as coisas; aí está a causa das guerras e das calamidades que elas geram, das dissensões, das injustiças, da opressão do fraco pelo mais forte, enfim, da maior parte das moléstias.

Deus estabeleceu leis cheias de sabedoria, as quais não têm outra finalidade senão o bem; o homem encontra em si mesmo tudo o que é necessário para segui-las; seu caminho é traçado por sua consciência; as leis divinas estão gravadas em seu coração; e, além disso, Deus as faz lembrar sem cessar, por seus messias e seus profetas, por todos os Espíritos encarnados que receberam a missão de esclarecê-lo, moralizá-lo, aperfeiçoá-lo, e

nestes últimos tempos, pela multidão de Espíritos desencarnados que se manifestam em todos os lugares. ‘Se o homem se conformasse rigorosamente com as leis divinas, não é duvidoso que evitaria os males mais amargos, e que viveria feliz sobre a Terra’. Se não o faz, é em virtude de seu livre-arbítrio, e disso ele sofre as conseqüências. (Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. V, ns. 4, 5, 6 e seguintes).

Deus, porém, cheio de bondade, colocou o remédio ao lado do mal, isto é, do próprio mal faz sair o bem. Chega um momento em que o excesso do mal moral torna-se intolerável e faz com que o homem sinta a necessidade de mudar de caminho; instruído pela experiência, é compelido a procurar um remédio no bem, sempre por efeito de seu livre-arbítrio; quando penetra num caminho melhor, o faz por efeito de sua vontade e porque reconheceu os inconvenientes do outro trilhado. A necessidade o obriga a se melhorar moralmente pelo desejo de ser mais feliz, assim como esta mesma necessidade o impeliu a melhorar as condições materiais de sua existência.

O Mal é a ausência do Bem. Deus só quer o Bem. O homem tem a causa do Mal em SI MESMO, mas tem o Livre-arbítrio para seguir As Leis Divinas, que estão em sua consciência e, assim, evitar o Mal. Pode-se dizer que o mal é a ausência do bem, como o frio é a falta do calor. O mal não é um atributo distinto, assim como o frio não é um fluido especial; um é a negação do outro. Onde o bem não existe, forçosamente existe o mal; deixar de fazer o mal já é o começo do bem. ‘Deus não quer senão o bem; o mal provém unicamente do homem. Se na criação houvesse um ser predisposto ao mal, ninguém o poderia evitar; porém, tendo o homem a causa do mal em SI MESMO, e tendo ao mesmo tempo seu livre-arbítrio e por guia as leis divinas, evitará o mal quando quiser’.

Tomemos, para comparação, um fato vulgar. Um proprietário sabe que a extremidade de seu campo é um lugar perigoso no qual poderia perecer ou machucar-se quem ali se aventurasse. Que faz ele para evitar os acidentes? Coloca nas proximidades de tal lugar, um aviso proibindo que prossigam os que por ali passem, devido ao perigo. Eis a lei; ela é sábia e providente. Se, apesar disso, um imprudente não lhe dá atenção e ultrapassa tal lugar, e se assim chega a um mau resultado, a quem poderá ele responsabilizar, senão a si mesmo?

Assim sucede com todo o mal; o homem o evitaria se observasse as leis divinas; para exemplificar, Deus colocou um limite à satisfação de suas necessidades; o homem é advertido à saciedade; se ultrapassa esse limite, o faz voluntariamente. As moléstias, as enfermidades, a morte que delas podem resultar, são o resultado de sua imprevidência e não de ato de Deus.

Se Deus tivesse criado o homem já perfeito o mal não existiria! Sendo o mal o resultado das imperfeições do homem, e sendo o homem criado por Deus, dir-se-ia, ter Deus criado senão o mal, pelo menos a causa do mal; tivesse ele feito o homem perfeito, o mal não existiria.

Se o homem tivesse sido criado perfeito, seria levado fatalmente ao bem; ora, em virtude de seu livre-arbítrio, ele não é fatalmente levado, nem ao bem, nem ao mal. Deus quis que ele fosse submetido à lei do progresso e que esse progresso fosse o fruto de seu próprio trabalho, a fim de que tivesse o mérito desse trabalho, do mesmo modo que carrega a responsabilidade do mal que é feito por sua vontade. Levanta-se, pois, a questão de saber qual é, no homem, a fonte da propensão para o mal.

Todas as Paixões e Todos os Vícios têm seu princípio no INSTINTO DE CONSERVAÇÃO. O abuso das paixões é que constitui o mal. Se estudarmos todas as paixões, e assim também todos os vícios, veremos que ambos têm seu princípio no instinto de conservação. Tal instinto existe com toda sua força nos animais e nos seres primitivos de que se aproximam mais à animalidade; aí ele domina sozinho, porque em tais seres ainda não há o contra-peso do senso moral; o ser ainda não nasceu na vida intelectual. Ao contrário, o instinto se enfraquece à medida que a inteligência se desenvolve, pois que a inteligência domina a matéria.

O destino do Espírito é a vida espiritual; porém, nas primeiras fases de sua existência corporal, apenas tem necessidades materiais a satisfazer, e com vistas a esta finalidade o exercício das paixões é uma necessidade para a conservação da espécie e dos indivíduos, ‘materialmente falando’. Entretanto, saindo desse período, tem outras necessida-

des; a princípio, necessidades semimorais e semimateriais, e depois, exclusivamente morais. É então que o Espírito domina a matéria; se ele abafa o jugo da matéria, avança em sua estrada providencial, aproxima-se de seu destino final. Se, ao contrário, deixa dominar-se por ela, o Espírito se retarda, assemelhando-se ao bruto. Nesta situação, ‘o que outrora era um bem, porque era uma necessidade de sua natureza, torna-se um mal, não somente porque não é mais uma necessidade, mas porque tal se torna nocivo à espiritualização do ser’. De modo semelhante, o que é qualidade na criança torna-se defeito no adulto. Assim, o mal é relativo, e a responsabilidade é proporcional ao grau de progresso.

Logo, todas as paixões têm sua utilidade providencial; sem isso, Deus teria feito algo de inútil e de nocivo. É o abuso que constitui o mal, e o homem abusa em virtude de seu livre-arbítrio. Mais adiante, esclarecido por seu próprio interesse, ele escolhe livremente entre o bem e o mal.

PERFEIÇÃO MORAL

I – AS VIRTUDES E OS VÍCIOS – (Livro dos Espíritos, Itens 893 a 906)

Artigo 288 – Todas as virtudes têm o seu mérito, porque todas são indícios de progresso no caminho do bem. Há virtude sempre que há resistência voluntária ao arrastamento das más tendências; mas a sublimidade da virtude consiste no sacrifício do interesse pessoal para o bem do próximo, sem segunda intenção. A mais meritória é aquela que se baseia na caridade mais desinteressada.

Prática espontânea do bem

Artigo 289 – Há pessoas que fazem o bem por um impulso espontâneo, sem que tenham de lutar com nenhum sentimento contrário. São as que já realizaram o progresso: lutaram anteriormente e venceram; é por isso que os bons sentimentos não lhes custam nenhum esforço e suas ações lhes parecem tão fáceis: o bem tornou-se para elas um hábito.

Indício mais característico da imperfeição: interesse pessoal

Artigo 290 – O indício mais característico da imperfeição é o ‘interesse pessoal’. As qualidades morais são geralmente como a douração de um objeto de cobre, que não resiste à pedra de toque. Um homem pode possuir qualidades reais que o fazem para o mundo um homem de bem; mas essas qualidades, embora representem um progresso, não suportam em geral certas provas, e basta ferir a tecla do interesse pessoal para se descobrir o fundo. O verdadeiro desinteresse é de fato tão raro na Terra que se pode admirá-lo como a um fenômeno, quando ele se apresenta. ‘O apego às coisas materiais é um indício notório de inferioridade, pois quanto mais o homem se apega aos bens deste mundo, menos compreende o seu destino. Pelo desinteresse, ao contrário, ele prova que vê o futuro de um ponto de vista mais elevado’.

Prodigalidade irrefletida

Artigo 291 – As pessoas que prodigalizam os seus haveres sem proveito real, têm o mérito do desinteresse, mas não o do bem que poderiam fazer. Se o desinteresse é uma virtude, a prodigalidade irrefletida é sempre, pelo menos, uma ‘falta de juízo’. A fortuna não é dada a alguns para ser lançada ao vento, como não o é a outros para ser encerrada num cofre. É um depósito de que terão de prestar contas, porque terão de responder por todo o bem que poderiam ter feito e não o fizeram; por todas as

lágrimas que poderiam ter enxugado com o dinheiro dado aos que na verdade não estavam necessitados.

Caridade desinteressada e egoísmo

Artigo 292 – Aquele que faz o bem sem visar a uma recompensa na Terra, mas na esperança de que lhe seja levado em conta na outra vida, e que naquela a sua posição seja melhor, é repreensível, e esse pensamento prejudica o seu adiantamento. Pois, é necessário fazer o bem por caridade, ou seja, com desinteresse. Aquele que faz o bem sem segunda intenção, pelo prazer único de ser agradável a Deus e ao seu próximo, já se encontra num grau de adiantamento que lhe permitirá chegar mais rapidamente à felicidade do que o seu irmão que, mais positivo, faz o bem por cálculo e não pelo impulso do ardor natural do coração.

Assim, aquele que calcula o que lhe pode render cada uma de suas boas ações, na outra vida ou mesmo na vida terrena, procede de maneira egoísta. Mas não há nenhum egoísmo em se melhorar com a intenção de se aproximar de Deus, pois esse é o objetivo que todos devem ter em vista.

Conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais

Artigo 293 – Embora a vida corpórea seja apenas uma efêmera passagem por este mundo, e que o nosso futuro deva ser a nossa principal ocupação, é útil esforçar-nos por adquirir conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais: primeiro, porque isso nos torna capazes de aliviar os nossos irmãos; depois, nosso Espírito se elevará mais depressa se houver progredido intelectualmente. No intervalo das encarnações, aprenderemos em uma hora aquilo que na Terra demandaria anos. Nenhum conhecimento é inútil; todos contribuem mais ou menos para o adiantamento, porque o Espírito perfeito deve saber tudo e, devendo o progresso realizar-se em todos os sentidos, todas as idéias adquiridas ajudam o desenvolvimento do Espírito.

Dois ricos esbanjadores

Artigo 294 – De dois homens ricos, um nasceu na opulência e jamais conheceu a necessidade, o outro deve a sua fortuna ao seu próprio trabalho; e ambos a empregam exclusivamente em sua satisfação pessoal. Entre eles, o mais culpado é aquele que conheceu o sofrimento. Ele sabe o que é sofrer, conhece a dor que não alivia, mas como geralmente acontece, nem se lembra mais dela.

Acumular riquezas apenas para os herdeiros

Artigo 295 – Aquele que acumula sem cessar e sem beneficiar a ninguém, não terá uma desculpa válida ao dizer que ajunta para deixar aos herdeiros. É um compromisso de má consciência.

Dois avarentos e dois ideais diferentes

Artigo 296 – De dois avarentos, o primeiro se priva do necessário e morre de necessidade sobre o seu tesouro; o segundo é avaro só para os demais e pródigo para consigo mesmo; enquanto recua diante do mais ligeiro sacrifício para prestar um serviço ou fazer uma coisa útil, nada lhe

parece muito para satisfazer aos seus gostos e às suas paixões. Peçam-lhe um favor, e estará sempre de má vontade, ocorra-lhe, porém, uma fantasia, e estará sempre pronto a satisfazê-la. O mais culpável deles e que terá o pior lugar no mundo dos Espíritos é aquele que goza. É mais egoísta do que avarento. O outro já recebeu uma parte de sua punição.

Cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem

Artigo 297 – Não é repreensível cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem; o sentimento é louvável, sem dúvida, quando puro. Mas esse desejo é sempre bastante desinteressado? Não trará oculta uma segunda intenção pessoal? A primeira pessoa a quem se deseja fazer o bem não será muitas vezes a si próprio?

Há culpa em estudar os defeitos alheios?

Artigo 298 – Há muita culpa em estudar os defeitos alheios se é com o fito de criticar e divulgar, porque isso é faltar com a caridade. Se é com intenção de proveito pessoal, para evitar aqueles defeitos, pode ser útil. Mas não se deve esquecer que a indulgência para com os defeitos alheios é uma das virtudes compreendidas na caridade. Antes de censurar as imperfeições dos outros, vede se não podem fazer o mesmo a vosso respeito. Tratai, pois, de possuir as qualidades contrárias aos defeitos que criticais nos outros. Esse é um meio de vos tornardes superior. Se os censurais por serem avarentos sede generosos; por serem orgulhosos, sede humildes e modestos; por serem duros, sede dóceis; por agirem com mesquinhez, sede grandes em todas as vossas ações. Em uma palavra, fazei de maneira que não vos possam aplicar aquelas palavras de Jesus: “Vedes um argueiro no olho do vizinho e não vedes uma trave no vosso”.

É culpado o escritor que sonda os males da sociedade e os desvenda?

Artigo 299 – É preciso levar em conta o sentimento daquele que sonda os males da sociedade e os desvenda. Se o escritor só quer fazer escândalo, é um prazer pessoal que se proporciona, apresentando quadros que são, em geral, antes um mau do que um bom exemplo. O Espírito faz uma apreciação, mas pode ser punido por essa espécie de prazer que sente em revelar o mal.

Julgar, nesse caso, a pureza das intenções e a sinceridade do escritor, nem sempre é útil. Se ele escreve boas coisas, procure aproveitá-las; se escreve más, é uma questão de consciência que a ele diz respeito. De resto, se ele quer provar a sua sinceridade, cabe-lhe reforçar os preceitos com o seu próprio exemplo.

Parágrafo único – “Moral sem ações” - Alguns autores publicaram obras muito belas e moralmente elevadas, que ajudam o progresso da Humanidade, mas das quais eles mesmos não tiraram proveito. Como Espíritos não lhes será levado em conta o bem que fizeram por meio de suas obras. A moral sem ações é como a semente sem o trabalho. De que vos serve a semente se não a fizerdes frutificar para vos alimentar? Esses homens são mais culpáveis porque tinham inteligência para compreender; não praticando as máximas que ofereciam aos outros, renunciaram a colher os seus frutos.

Auto-reconhecimento do bem que se faz

Artigo 300 – Aquele que, fazendo conscientemente o bem e reconhecendo que o faz, não pode ser responsabilizado por reconhecer que triunfou das más tendências e por estar satisfeito por isso, desde que não se envaideça, com o que cairia em outra falta. Desde que pode ter consciência do mal que fizer, deve tê-la igualmente do bem, a fim de saber se age bem ou mal. É pesando todas as suas ações na balança da lei de Deus, e sobretudo na da lei da justiça, do amor e da caridade, que ele poderá dizer a si mesmo se as suas ações são boas ou más e aprová-las ou desaprová-las. (Ver item 919 de O Livro dos Espíritos).

II – DAS PAIXÕES – (Itens 907 a 912)

Uso e Abuso das Paixões: Limites de sua utilidade

Artigo 301 – O princípio das paixões, sendo natural, não é mau em si mesmo. A paixão está no excesso provocado pela vontade, pois o princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem conduzi-lo a grandes coisas. O abuso a que ele se entrega é que é a causa do mal. As paixões são como um cavalo que é útil quando governado e perigoso quando governa. Uma paixão se torna perniciosa ao homem no momento em que ele se deixa governar por ela e quando resulta num prejuízo qualquer para ele ou para seu semelhante.

301.1 – “As paixões e os desígnios da Providência” - Comentário de Kardec no item 908 de O Livro dos Espíritos:

As paixões são alavancas que decuplicam as forças do homem e o ajudam a cumprir os desígnios da Providência. Mas, se em vez de as dirigir, o homem se deixa dirigir por elas, cai no excesso e a própria força, que em suas mãos poderia fazer o bem, recai sobre ele e o esmaga.

Todas as paixões têm seu princípio num sentimento ou necessidade da Natureza. O princípio das paixões não é portanto um mal, pois repousa sobre uma das condições providenciais de nossa existência. A paixão propriamente dita é o exagero de uma necessidade ou de um sentimento; está no excesso e não na causa; e esse excesso se torna mau quando tem por consequência algum mal.

Toda paixão que aproxima o homem da Natureza animal o afasta da Natureza espiritual.

Todo sentimento que eleva o homem acima da Natureza animal anuncia o domínio do Espírito sobre a matéria e o aproxima da ‘perfeição’.

A “força de vontade” e a vitória sobre as paixões

Artigo 302 – O homem poderia sempre vencer as suas más tendências pelos seus próprios esforços e, às vezes, com pouco esforço; o que lhe falta é a vontade. Ah, como são poucos os que se esforçam! E, se orarem a Deus e ao seu bom gênio com sinceridade, os bons Espíritos virão certamente em seu auxílio, fortalecer-lhe a vontade, porque essa é a sua missão. (Ver item 459 de O Livro dos Espíritos).

Paixões irresistíveis

Artigo 303 – Não existem paixões de tal maneira vivas e irresistíveis que a vontade seja impotente para as superar. Há muitas pessoas que dizem: “Eu quero!”, mas a vontade está somente em seus lábios. Elas querem, mas estão muito satisfeitas de que assim não seja. Quando o homem

julga que não pode superar suas paixões é que o seu Espírito nelas se compraz, como conseqüência de sua própria inferioridade. ‘Aquele que procura reprimi-las compreende a sua natureza espiritual; vencê-las é para ele um triunfo do Espírito sobre a matéria. E o meio mais eficaz de se combater a predominância da natureza corpórea é praticar a abnegação (renúncia)’.

III – DO EGOÍSMO (Itens 913 a 917)

Perfeição moral e egoísmo (verdadeira chaga da sociedade)

Artigo 304 – Entre os vícios, o que podemos considerar radical é o egoísmo. Dele deriva todo o mal. Estudando todos os vícios veremos que no fundo de todos existe egoísmo. Por mais que lutemos contra eles não chegaremos a extirpá-los enquanto não os atacarmos pela raiz, enquanto não houvermos destruído a causa. Que todos os nossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as outras qualidades.

O egoísmo e a educação

Artigo 305 – Estando o egoísmo fundado no interesse pessoal, parece difícil extirpá-lo inteiramente do coração do homem. Chegaremos a isso, entretanto, à medida que os homens se esclareçam sobre as coisas espirituais, dando menos valor às materiais; em seguida, é necessário reformar as instituições humanas, que o entretêm e excitam. Isso depende da educação.

O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos

Artigo 306 – Sendo o egoísmo inerente à espécie humana, não será um obstáculo permanente ao reino do bem absoluto sobre a Terra?

- É certo que o egoísmo é o vosso mal maior, mas ele se liga à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade em si mesma. Ora, os Espíritos se purificam nas encarnações sucessivas, perdendo o egoísmo assim como perdem as outras impurezas. Não tendes na Terra algum homem destituído de egoísmo e praticante da caridade? Existem em maior número do que julgais, mas conheceis poucos porque a virtude não se procura fazer notar. E se há um, porque não haverá dez? Se há dez, por que não haverá mil, e assim por diante?

O egoísmo e seu crescimento: necessidade urgente de destruí-lo

Artigo 307 – O egoísmo, longe de diminuir, cresce com a civilização, que parece excitá-lo e entretê-lo. Como poderá a causa destruir o efeito?

- Quanto maior é o mal, mais horrível se torna. Era necessário que o egoísmo produzisse muito mal para fazer compreender a necessidade de sua extirpação. Quando os homens se tiverem despidido do egoísmo que os domina, viverão como irmãos, não se fazendo o mal, e se ajudarão reciprocamente pelo sentimento fraterno de ‘solidariedade’. Então, o forte será o apoio e não o opressor do fraco e não mais se verão homens desprovidos do necessário, porque todos praticarão a lei da justiça. Esse é o reino do

bem que os Espíritos estão encarregados de preparar. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

Meios de destruir o egoísmo

Artigo 308 – De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem, ‘ainda muito próximo da sua origem’, não pôde libertar-se. Tudo concorre para entreter essa influência; suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material, e sobretudo com a compreensão que o Espiritismo vos dá quanto ao vosso estado futuro ‘real’ e não desfigurado pelas ficções alegóricas (céu, inferno etc.). O Espiritismo bem compreendido, quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, as usanças e as relações sociais. ‘O egoísmo se funda na importância da personalidade (orgulho); ora, o Espiritismo bem compreendido, repito-o, faz ver as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece de alguma forma perante a imensidade. Ao destruir essa importância, ou pelo menos ao fazer ver a personalidade naquilo que de fato ela é, ele combate necessariamente o egoísmo’.

É o contato que o homem experimenta do egoísmo dos outros que o torna geralmente egoísta, porque sente a necessidade de se pôr na defensiva. Vendo que os outros pensam em si mesmos e não nele, é levado a ocupar-se de si mesmo mais que dos outros. Que o princípio da caridade e da fraternidade seja a base das instituições sociais, das relações legais de povo para povo e de homem para homem, e este pensará menos em si mesmo quando vir que os outros o fazem; ‘sofrerá, assim, a influência moralizadora do exemplo e do contato’. Em face do atual desdobramento do egoísmo é necessária uma verdadeira virtude para abdicar da própria personalidade em proveito dos outros, que em geral não o reconhecem. É a esses, sobretudo, que possuem essa virtude, que está aberto o reino dos céus; a eles sobretudo está reservada a felicidade dos eleitos, pois em verdade vos digo que no dia do juízo, quem quer que não tenha pensado senão em si mesmo será posto de lado e sofrerá no abandono. (Ver item 785 de O Livro dos Espíritos – o orgulho e o egoísmo).

308.1 – “O Egoísmo e a Educação Moral” - Comentário de Kardec no item 917 de O Livro dos Espíritos:

Louváveis esforços são feitos, sem dúvida, para ajudar a Humanidade a avançar; encorajam-se, estimulam-se, honram-se os bons sentimentos, hoje mais do que em qualquer outra época, e, não obstante, o verme devorador do egoísmo continua a ser a praga social. É um verdadeiro mal que se espalha por todo o mundo e do qual cada um é mais ou menos vítima. É necessário combatê-lo, portanto, como se combate uma epidemia. Para isso, deve-se proceder à maneira dos médicos: remontar à causa. Que se pesquise em toda a estrutura da organização social, desde a família até aos povos, da choupana ao palácio, todas as causas, as influências patentes ou ocultas que excitam, entretêm e desenvolvem o sentimento do egoísmo. Uma vez conhecidas as causas, o remédio se apresentará por si mesmo; só restará então combatê-las, senão a todas ao mesmo tempo, pelo menos por parte, e pouco a pouco o veneno será extirpado. A cura poderá ser prolongada porque as causas são numerosas, mas não se chegará a esse ponto se não se atacar o mal pela raiz, ou seja, com a EDUCAÇÃO. Não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer HOMENS DE BEM. A educação, se for bem compreendida, será a CHAVE DO PROGRESSO MORAL. Quando se conhecer a ARTE DE MANEJAR OS CARACTERES como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los,

da mesma maneira como se endireitam as plantas novas. Essa arte, porém, requer MUITO TATO, MUITA EXPERIÊNCIA E UMA PROFUNDA OBSERVAÇÃO. É um grave erro acreditar que basta ter a ciência para aplicá-la de maneira proveitosa. Quem quer que observe, desde o instante do seu nascimento, o filho do rico e do pobre, notando todas as influências perniciosas que agem sobre eles em consequência da fraqueza, da incúria e da ignorância dos que os dirigem, e como em geral os meios empregados para MORALIZAR fracassam, não pode admirar-se de encontrar no mundo tanta confusão. Que se faça pela moral tanto quanto se faz pela inteligência e ver-se-á que, se há naturezas refratárias, há também, em maior número do que se pensa, as que requerem apenas boa cultura para darem bons frutos. (Ver item 872 de O Livro dos Espíritos).

O homem quer ser feliz e esse sentimento está na sua própria natureza; eis por que ele trabalha sem cessar para melhorar a sua situação na Terra e procura as causas de seus males para os remediar. Quando compreender bem que o egoísmo é uma dessas causas, aquela que engendra o orgulho, a ambição, a cupidez, a inveja, o ódio, o ciúme, dos quais a todo momento ele é vítima, que leva a perturbação a todas as relações sociais, provoca as dissensões, destrói a confiança, obrigando-o a se manter constantemente numa atitude de defesa em face ao seu vizinho, e que, enfim, do amigo faz um inimigo, então ele compreenderá também que esse vício é incompatível com a sua própria segurança. Dessa maneira, quanto mais sofrer mais sentirá a necessidade de o combater, como combate a peste, os animais daninhos e todos os outros flagelos. A isso será solicitado pelo seu próprio interesse. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

O EGOÍSMO É A FONTE DE TODOS OS VÍCIOS, COMO A CARIDADE É A FONTE DE TODAS AS VIRTUDES. Destruir um e desenvolver a outra deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se ele deseja assegurar a sua felicidade neste mundo tanto quanto no futuro.

IV – “EGOÍSMO E ORGULHO”: ‘Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los’ – (Vide Livro ‘Obras Póstumas’ de Allan Kardec.)

O Egoísmo tem origem no Orgulho

Artigo 309 – É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida provém do egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando, embora, os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí, todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

O egoísmo tem origem no orgulho. A supremacia da própria individualidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com ‘direitos preferenciais’, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, atribui à sua pessoa, naturalmente o torna egoísta.

O Egoísmo e o Orgulho têm origem no Instinto de Conservação

Artigo 310 – O egoísmo e o orgulho têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação. Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre-arbítrio.

Este sentimento (instinto de conservação) contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o

homem que, ao malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade

Artigo 311 – Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. ‘A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação’. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e com o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em consequência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar-se o reino da fraternidade, mas para que fazê-lo, se uma causa destrutiva existe? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois que estes morrerão como os outros. Insta destruir as causas da insalubridade.

Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejem seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo, estarão paralisados os seus esforços, não só por uma resistência de inércia, como, também, por uma força ativa que trabalhará incessantemente para destruir a obra que empreendam; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora arruína as pretensões pessoais.

Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura

Artigo 312 – Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, dir-se-á, porque esses vícios são inerentes à espécie humana. Se assim fosse, impossível seria o progresso moral; entretanto, quando consideramos o homem em diversas épocas, reconhecemos, à evidência, um progresso incontestável. Logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Por outro lado, não haverá algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fosse, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e, para isso, incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, eviden-

temente, a falsa idéia, que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem, julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporá sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão a que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo, que conseguem fruir.

Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente, como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida.

A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A consequência natural e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidio a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la. Em matéria de interesses mundanos, podem os homens opor obstáculos que ocasionem a necessidade de combatê-los, o que gera o egoísmo. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse se lhe deparará em oprimir a quem quer que seja e, conseguintemente, não haverá razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho.

Artigo 313 – A causa do orgulho está na crença que o homem tem, da sua superioridade individual, e aqui se faz ainda sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas.

A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; é, portanto, natural que tenha orgulho, não vendo nos contratemplos que se lhe oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratemplos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

Crer em Deus e na vida futura é pois a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro, é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. ‘Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade, é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um

fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação’.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu vantagens excepcionais; e o que não crê em Deus rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. A preexistência, dando-lhe a noção da vida anterior da alma, ensina-o a distinguir a vida espiritual, infinita, da vida corporal, temporária. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o mesmo ponto de partida e o mesmo fim – a perfeição -, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado, como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em um trono e o mais poderoso vir como proletário.

O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação)

Artigo 314 – Se o homem não considerar senão a vida corporal, vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fez a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, ‘**o princípio da igualdade tem o caráter de um princípio de justiça e de lei natural**’, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi noutra existência nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se soubéssemos disso, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e, se soubéssemos que o amigo de hoje fôra antes um inimigo, um servo, um ‘escravo’, não o repeliríamos? Deus não quis que fosse assim, e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a ‘fraternidade’; sabendo que podemos ser tratados como houvermos tratado os outros, firmaremos o princípio de ‘caridade como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza’.

Caridade, igualdade, fraternidade são leis naturais como prova o Espiritismo

Artigo 315 – Jesus assentou o princípio da caridade, da igualdade e da fraternidade, fazendo dele uma condição expressa para a salvação; mas, estava reservado à terceira manifestação da vontade de Deus, ao Espiritismo, pelo conhecimento que faculta da vida espiritual, pelos novos horizon-

tes que desvenda e pelas leis que revela, sancionar esse princípio, provando que ele não encerra uma simples doutrina moral, mas uma ‘lei da Natureza’ que o homem tem o máximo interesse em praticar. Ora, ele a praticará desde que, deixando de encarar o presente como o começo e o fim, compreenda a solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro. No campo imenso do infinito, que o Espiritismo lhe faz entrever, anula-se a sua importância capital e ele percebe que, por si só, nada vale e nada é; que todos têm necessidade uns dos outros e que uns não são mais do que os outros: ‘duplo golpe, no seu egoísmo e no seu orgulho’.

A Fé Cega e a Fé Raciocinada

Artigo 316 – Para a realização do que foi dito no artigo anterior, porém, é preciso que os homens tenham fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e, portanto, alimenta o egoísmo, ‘mas sim a fé inteligente, racional’, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas palpáveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na Terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas.

Pode dar-se essa modificação bruscamente? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a natureza; a saúde não volta subitamente; e, entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode, instantaneamente, mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

Espiritismo: elemento mais potente de moralização

Artigo 317 – O Espiritismo é, sem contestação, o elemento mais potente de moralização, porque mina pela base o egoísmo e o orgulho, dando sólido fundamento à moral; faz milagres de conversão. Não são ainda, é certo, senão curas individuais, e, quase sempre, parciais; mas o que ele produz nos indivíduos é prenúncio do que produzirá um dia nas massas populares. Não pode, de uma vez, arrancar toda a erva daninha; mas dá a fé, que é boa semente e que não precisa senão de tempo para germinar e frutificar. Eis porque ainda não são todos perfeitos. Ele encontrou o homem no meio da vida, no ardor das paixões, na força dos preconceitos, e se em tais condições tem operado prodígios, como não operará quando o tomar no berço, virgem de todas as impressões malélicas, quando lhe der, com o leite, a caridade, e o acalantar com a fraternidade, quando, enfim, uma geração inteira vier alimentada por idéias que a razão fortificará em vez de debilitar? ‘Sob o império dessas idéias, que serão mandamentos de fé racional para todos’, o progresso, limpando a estrada de egoísmo e orgulho, penetrará nas instituições que se reformarão a si mesmas, e a humani-

dade caminhará rapidamente para os destinos que lhe estão prometidos na Terra, enquanto não chega a hora de alcançar os do céu.

V – CARACTERES DO HOMEM DE BEM (Item 918)

O verdadeiro homem de bem é o que pratica a lei de justiça, de amor e de caridade na sua mais completa pureza

Artigo 318 – O Espírito prova a sua elevação quando todos os atos da sua vida corpórea constituem a prática da lei de Deus e quando compreende por antecipação a vida espiritual.

318. 1 – “O verdadeiro homem de bem” – Comentário de Kardec no item 918 de O Livro dos Espíritos:

O verdadeiro homem de bem é aquele que pratica a ‘lei de justiça, de amor e de caridade’ na sua mais completa pureza. Se interroga sua consciência sobre os atos praticados, perguntará se não violou essa lei, se não cometeu nenhum mal, se fez todo o bem ‘que podia’, se ninguém teve de se queixar dele; enfim, se fez para os outros tudo o que gostaria que os outros lhe fizessem.

O homem possuído pelo sentimento de caridade e de amor ao próximo faz o bem pelo bem, sem esperança de recompensa, e sacrifica o seu interesse pela justiça.

Ele é bom, humano e benevolente para com todos, porque vê irmãos em todos os homens, sem exceção de raças ou de crenças.

Se Deus lhe deu o poder e a riqueza, olha essas coisas como ‘um depósito’ do qual deve usar para o bem, e disso não se envaidece porque sabe que Deus, que lhas deu, também poderá retirá-las.

Se a ordem social colocou homens sob a sua dependência, trata-os com bondade e benevolência porque são iguais perante Deus; usa de sua autoridade para lhes erguer a moral e não para os esmagar com o seu orgulho.

É indulgente para com as fraquezas dos outros, porque sabe que ele mesmo tem necessidade de indulgência e se recorda destas palavras do Cristo: “Que aquele que estiver sem pecado atire a primeira pedra”.

Não é vingativo; a exemplo de Jesus, perdoa as ofensas para não se lembrar senão dos benefícios, porque sabe ‘que lhe será perdoado assim como tiver perdoado’.

Respeita, enfim, nos seus semelhantes, todos os direitos decorrentes da ‘lei natural’, como desejaria que respeitassem os seus.

VI – CONHECIMENTO DE SI MESMO – (Itens 919 e 919-a)

Meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal

Artigo 319 – Qual o meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal?

- Um sábio da Antigüidade vos disse: “Conhece-te a ti mesmo”.

- A dificuldade está precisamente em se conhecer a si próprio. Qual o meio de se chegar a isso?

319.1 – “Conhecimento de si mesmo: meio de se chegar a ele”- Explicação do Espírito Santo Agostinho, no item 919-a de O Livro dos Espíritos:

Fazei o que eu fazia quando vivi na Terra: no fim de cada dia interrogava a minha consciência, passava em revista o que havia feito e perguntava a mim mesmo se não tinha faltado ao cumprimento de algum dever, se ninguém teria motivo para se queixar de mim.

Foi assim que cheguei a me conhecer e ver o que em mim necessitava de reforma. Aquele que todas as noites lembrar-se de todas as suas ações do dia, e se perguntar o que fez de bem ou de mal, pedindo a Deus e ao seu anjo guardião que o esclareçam, adquirirá uma grande força para se aperfeiçoar, porque, acreditai-me, Deus o assistirá. Formulai, portanto, as vossas perguntas, indagai o que fizestes e com que fito agistes em determinada circunstância, se fizestes alguma coisa que censuraríeis nos outros, se praticastes uma ação que não ousaríeis confessar. Perguntai ainda isto: Se aprovesse a Deus chamar-me neste momento, ao entrar no mundo dos Espíritos, onde nada é oculto, teria eu de temer o olhar de alguém? Examinai o que pudésseis ter feito contra Deus, depois contra o próximo e, por fim, contra vós mesmos. As respostas serão motivo de repouso para vossa consciência ou indicarão um mal que deve ser curado.

Como julgar a si mesmo?

O conhecimento de si mesmo é portanto a chave do melhoramento individual. Mas, direis, como julgar a si mesmo? Não se terá a ilusão do amor-próprio, que atenua as faltas e as torna desculpáveis? O avarento se julga simplesmente econômico e previdente, o orgulhoso se considera tão somente cheio de dignidade. Tudo isso é muito certo, mas tendes um meio de controle que não vos pode enganar. ‘Quando estiverdes indecisos quanto ao valor de uma de vossas ações, pergunteis como a qualificaríeis se tivesse sido praticada por outra pessoa’. Se a censurardes em outros, ela não poderia ser mais legítima para vós, porque Deus não usa de duas medidas para a justiça. Procurai, também, saber o que pensam os outros e não negligencieis a opinião dos vossos inimigos, porque eles não têm nenhum interesse em disfarçar a verdade e, geralmente, Deus os colocou ao vosso lado como um espelho, para vos advertirem com mais franqueza do que o faria um amigo. Que aquele que tem a verdadeira vontade de se melhorar explore, portanto, a sua consciência, a fim de arrancar dali as más tendências como arranca as ervas daninhas do seu jardim; que faça o balanço da sua jornada moral como o negociante o faz dos seus lucros e perdas, e eu vos asseguro que o primeiro será mais proveitoso que o outro. Se ele puder dizer que a sua jornada foi boa, pode dormir em paz e esperar sem temor o despertar na outra vida.

Consagrar alguns minutos diários à conquista da felicidade eterna

Formulai, portanto, perguntas claras e precisas e não temais multiplicá-las; pode-se muito bem consagrar alguns minutos à conquista da felicidade eterna. Não trabalhais todos os dias para ajuntar o que vos dê repouso na velhice? Esse repouso não é objeto de todos os vossos desejos, o alvo que vos faz sofrer as fadigas e as privações passageiras? Pois bem: o que é esse repouso de alguns dias, perturbado pelas enfermidades do corpo, ao lado daquilo que aguarda o homem de bem? Isto não vale a pena de alguns esforços? Sei que muitos dizem que o presente é positivo e o futuro incerto. Ora, aí está, precisamente, o pensamento que fomos encarregados de destruir em vossas mentes, ‘pois desejamos fazer-vos compreender esse futuro de maneira a que nenhuma dúvida possa restar em vossa alma’. Foi por isso que chamamos primeiro a vossa atenção por meio de fenômenos capazes de ferir-vos os sentidos, ‘e depois vos demos instruções que cada um de vós tem o dever de difundir. Foi com esse propósito que ditamos O Livro dos Espíritos’.

319.2 – “Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas” -
Comentário de Kardec no item 919-a de O Livro dos Espíritos:

Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas. Se, com efeito, seguindo o conselho de Santo Agostinho, interrogássemos mais freqüentemente a nossa consciência, veríamos quantas vezes falimos sem disso nos apercebermos, por não perscrutarmos a natureza e o móvel dos nossos atos. A forma interrogativa tem alguma coisa de mais preciso do que uma máxima que, em geral, não aplicamos a nós mesmos. Ela exige respostas categóricas, por um sim ou um não, que não deixam lugar a alternativas; respostas que são outros tantos argumentos pessoais, pela soma das quais podemos computar a soma do bem e do mal que existe em nós.

*

Livro: Parapsicologia Hoje e Amanhã

J. Herculano Pires

PSI e o desenvolvimento moral

A investigação das *funções psi* tem as conseqüências inevitáveis de um mergulho nas profundezas do psiquismo. Alguns parapsicólogos de tipo fanaticamente científico não querem reconhecer esse fato e protestam contra as ilações de Rhine no campo das conseqüências morais, sociais, políticas e ideológicas da Parapsicologia. Mas o que mais valoriza o trabalho de Rhine e seu grupo é exatamente a amplitude de vistas que o caracteriza. Rhine não é apenas um pesquisador, é também um pensador. E um pensador capaz de tratar os resultados de suas experiências não apenas de maneira matemática e lógica, mas também emocional.

É precisamente nesse ponto que o carro pega, segundo alegam os seus adversários. Porque um cientista deve ser frio, racional e não emotivo. Deve ser sobretudo positivo, não passar além daquilo que os dados da experiência objetivamente oferecem ao seu exame. Essa é a mentalidade típica do mecanicismo. O cientista apresentado como uma espécie de *robot*, de homem metálico que abdica da parte fundamental de sua natureza humana para funcionar como diafragma de máquina fotográfica. Rhine não é assim nem deseja parecer assim. Como Einstein, tem a coragem de sentir febre diante das conclusões da sua pesquisa.

Em seu livro *The Reach of the Mind*, apresentando os resultados de mais de quinze anos de investigação, começa por colocar o que chama, com muita razão, "o problema central do homem". Sua primeira frase é sócrática: "Vós e eu, os seres humanos, o que somos?" E ele mesmo responde: "Ninguém o sabe". A seguir exclama: "É quase incrível essa ignorância do conhecedor a respeito dele mesmo!" Sim, porque o homem é um conhecedor insaciável que estende a sua curiosidade em todas as direções, que tudo conquista e domina, menos a si mesmo. O que leva Rhine a advertir: "Os historiadores do século XXI ficarão assombrados ao constatarem que o homem demorou tanto em concentrar as suas investigações sobre o problema da sua própria essência".

Mais assombrados ficarão ao se lembrarem de que Sócrates já proclamava a necessidade do *conhecer-se a si mesmo* antes do *conhecer o mundo*. A pesquisa científica de *psi* não pode, por isso, limitar-se à zona periférica das percepções. Deve aprofundar-se, como o faz Rhine, em termos de estrutura e essência. Inútil criticá-lo por isso. O processo de investigações *psi*, uma vez desencadeado, terá forçosamente de prosseguir até às suas últimas conseqüências. E as últimas conseqüências, tanto na prática científica quanto na cogitação filosófica, tanto na experiência quanto no pensamento — na ordem empírica e na racional — são sempre de sentido moral.

Rhine acentua este aspecto contraditório do nosso tempo: enquanto nas Faculdades de Teologia preparam-se jovens pregadores instruídos em velhos princípios de fé, nas Faculdades de Medicina, a poucos metros de distância das primeiras, formam-se jovens médicos instruídos nos princípios da descrença. E ambos, o sacerdote e o médico vão operar no meio social, muitas vezes encontrando-se aos pés do mesmo leito, cada um com sua verdade particular, oposta e irreduzível à verdade do outro. O mesmo

enfermo, entretanto, aceita e ajusta as duas verdades diante dos dois perigos que enfrenta: o da morte e o da sobrevivência.

A incapacidade da Ciência para provar que o homem é apenas corpo só encontra equivalente na incapacidade da Religião para provar que o homem é espírito. Nada mais justo que nessa situação de conflito insanável o Existencialismo sartreano nos proponha a moral da ambigüidade. Moral, aliás, que antes de sua formulação por Simone de Beauvoir já superava na prática os antigos padrões morais derruídos ao impacto das transformações sociais e culturais. Acusado de espiritualismo, no sentido de preconceito prejudicial à investigação científica, Rhine responde com a colocação das cartas na mesa. Literal e efetivamente é essa a sua atitude. As cartas e os dados sobre a mesa para que o problema seja solucionado nos termos da evidência cartesiana.

No final de *The Reach of the Mind* declara serenamente: "Se as futuras descobertas excluirmos toda possibilidade de aceitação da hipótese da sobrevivência podemos antecipar, com segurança, que o desaparecimento das teorias de toda a espécie sobre a ressurreição não seria mais lamentável que o da existência dos antigos anjos alados, ou o da velha doutrina do enxofre entre os intelectuais das escolas teológicas de hoje". As conseqüências morais que Rhine pretende tirar da investigação de *psi* não são de ordem espiritualista ou materialista, mas de ordem real ou verídica. O que importa não é a posição mental diante dos fatos, mas a realidade das comprovações. Porque tanto é prejudicial, do ponto-de-vista científico, o preconceito espiritualista quanto o materialista. Ambos, como assinala Ernst Cassirer, acabam por fazer os fatos empíricos deitarem no leito de Procusto das simples teorias.

A verdade, portanto, e não as suposições — a verdade que ressalte dos fatos — eis o que importa. E essa verdade, como o demonstra Rhine, já não admite contradições no estado atual das investigações parapsicológicas. Quando publicou o livro a que aludimos, as investigações ainda não haviam atingido o desenvolvimento de hoje. Mas assim mesmo Rhine podia afirmar que "as experiências de ESP e PK demonstram que a mente está livre das leis físicas". E acrescentava: "Estas investigações oferecem a única comprovação indiscutível que pode contribuir para a solução do problema da liberdade moral".

A conclusão de Rhine é um anúncio dos novos tempos. É um programa do Reino, que renova em bases científicas o manifesto do Sermão da Montanha. A descoberta das *funções psi* e de seu alcance oferece bases experimentais para a formulação de uma nova moral. Não a moral ambígua destes tempos de incertezas e de contradições, mas a moral positiva dos tempos que já se abrem diante de nós, a moral apoiada no conhecimento da natureza extrafísica do homem. Uma coisa é a crença nessa natureza, outra coisa, e bem diversa, é a certeza científica. Como dizia Denis Bradley: "Afirmar *eu creio* não é o mesmo que afirmar *eu sei*". Por isso *psi* se apresenta no quadro científico do nosso tempo como o resgate moral da Ciência e portanto da razão. A malsinada razão atinge em *psi* o momento de afirmar a sua vitória decisiva, superando a si mesma. Dessa vitória e dessa supera-

ção resulta a *moral psi* que, na precognição de Rhine, estruturará o novo mundo.

Muitos perguntam o que entendemos por uma razão que supera a si mesma. Basta olhar para a graduação do processo racional em nosso mundo para ter a resposta. Vamos da razão da ignorância à razão da astúcia (a chamada razão diabólica), até à razão do sábio. Mas acima desta existe a razão do sábio-santo, que é o verdadeiro sábio, a razão iluminada pela intuição e a fé.

Porque a razão é a experiência vital dinamizada no espírito em forma de categorias mentais. Essa experiência e suas categorias dinâmicas se elevam ao plano da intuição e com ela se fundem na visão global e endopática do todo. A razão que supera a si mesma é a que rompe os limites sensoriais e se eleva além do tempo e do espaço nas asas de *psi*.

*

A ORDEM MORAL

É precisamente a revolução ética do Espiritismo que estabelecerá a ordem moral do mundo de regeneração. Aquilo que hoje chamamos ordem social, porque baseada nas relações de sociedades que implicam transações utilitárias, será de tal maneira modificada, que poderemos mudar a sua designação. A humanidade regenerada, embora ainda não tenha atingido a perfeição relativa dos mundos felizes, viverá numa estrutura de relações de tipo moral. Os valores pragmáticos serão substituídos naturalmente pelos valores morais, porque o homem não mais valerá pelo que possui, em dinheiro, propriedades ou poder político, mas pelo que revela em capacidade intelectual e aprimoramento espiritual.

A dinâmica social da caridade, que o Espiritismo hoje desenvolve ativamente, em nosso mundo de provas e expiações, tem por finalidade romper o egocentrismo social dos indivíduos atuais, para em seu lugar fazer desabrochar o altruísmo moral, que caracterizará o cidadão do futuro. Mesmo no meio espírita, muitas pessoas não compreendem o sentido da filantropia espírita, entendendo que ela se confunde com os remendos de consciência das esmolas dos ricos. A verdade, porém, é que a caridade é o único antídoto eficaz do egoísmo, esse corrosivo psíquico, que envenena os espíritos e toda a sociedade. A prática da caridade é o aprendizado necessário do altruísmo, é o treinamento moral das criaturas em expiação e prova, com vistas ao mundo de regeneração.

Vemos no item 913 de "*O Livro dos Espíritos*" essa colocação precisa do problema: "Estudai todos os vícios, e vereis que no fundo de todos existe o egoísmo. Por mais que luteis contra eles, não chegareis a extirpá-los, enquanto não os atacardes pela raiz, enquanto não lhes houverdes destruído a causa. Que todos os vossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral, deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque o egoísmo é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as outras qualidades."

Mas a prática da caridade não pode limitar-se à criação de serviços de assistência. A caridade espírita não é paternalista, mas fraterna. Não po-

de traduzir-se em protecionismo, mas em ajuda mútua: a mão que distribui não socorre apenas, porque também recebe. Só há uma paternidade: a de Deus. Sob ela, desenvolve-se a fraternidade humana, com deveres e direitos recíprocos. No capítulo XV de *"O Evangelho Segundo o Espiritismo"*, item 5, encontramos esta exposição do problema: "Caridade e humildade são as únicas vias de salvação; egoísmo e orgulho, as de perdição. Este princípio é formulado em termos precisos nas seguintes frases: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo: toda a lei e os profetas se resumem nesses dois mandamentos." E para que não houvesse equívoco na interpretação do amor de Deus e do próximo, acrescenta-se: "E eis o segundo mandamento, semelhante ao primeiro." Quer dizer que não se pode verdadeiramente amar a Deus sem amar ao próximo, nem amar ao próximo sem amar a Deus, de maneira que tudo o que se faz contra o próximo, contra Deus se faz. Não se podendo amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, todos os deveres do homem se resumem nesta máxima: Fora da caridade não há salvação."

"O Livro dos Espíritos", em seu item 917, dá-nos a chave dessa relação, explicando: "De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem ainda muito próximo da sua origem, não pôde libertar-se. Tudo concorre para entreter essa influência: suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a material, e sobretudo com a compreensão que o Espiritismo vos dá, quanto ao vosso estado futuro real, não desfigurado pelas ficções alegóricas. O Espiritismo bem compreendido, quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, as usanças e as relações sociais. O egoísmo se funda na importância da personalidade. Ora, o Espiritismo bem compreendido, repito-o, faz ver as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece de alguma forma, perante a imensidade. Ao destruir essa importância, ou pelo menos ao fazer ver a personalidade naquilo que de fato ela é, ele combate necessariamente o egoísmo."

O amor do próximo não pode existir sem o amor de Deus, e vice-versa, porque o apego ao mundo, aos bens materiais, aos valores transitórios da terra, aguça o egoísmo. A "importância da personalidade", por sua vez, é incentivada pela ordem social utilitária, baseada no jogo de interesses imediatistas. A compreensão espírita do mundo e do destino do homem modificará a ordem social. A certeza da sobrevivência e o conhecimento da lei de evolução arrancarão o homem das garras do imediatismo: ele pensará no futuro. Assim fazendo, verá as coisas de mais alto e aprenderá que o valor supremo e o supremo bem estão nas leis de Deus, que são a justiça, o amor e a caridade. Compreender isso é amar a Deus, amar a Deus é praticar as suas leis. Sem o amor de Deus, o homem alimenta o amor de si mesmo, o egoísmo, que o liga estreitamente ao mundo e aos seus bens transitórios e falsos.

A referência às instituições egocêntricas, à legislação humana, contrária às leis de Deus, à organização social e injusta e à educação deformante, mostram-nos o que acima acentuamos, ou seja, que a caridade não se limita à assistência. De que vale amparar apenas os pobres, os necessitados, e entregar à loucura e à embriaguez do dinheiro e do poder os ricos do

mundo? Espiritualmente os dois são necessitados, pois o rico voltará na pobreza, a fim de corrigir-se pela reencarnação. Cumpre, por isso mesmo, lutar pela transformação social, pela modificação da ordem egoísta que incentiva e perpetua o egoísmo, no círculo das reencarnações dolorosas.

Qual, porém, a maneira de lutarmos por essa transformação? O item 914 o aponta: a educação. E Kardec, no comentário final sobre o item 917, o reafirma: "A cura poderá ser prolongada, porque as causas são numerosas, mas não é impossível. A educação, se for bem compreendida, será a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres, como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-ão endireitá-los, da mesma maneira como se endireitam as plantas novas." As respostas dadas a Kardec eram de Fénelon, um educador. O próprio Kardec, pedagogo, estava à altura de compreender, e prontamente endossou a opinião do Espírito.

As pessoas pouco afeitas ao estudo dos problemas políticos e sociais estranharão o caminho indicado. Não obstante, se foi Platão o primeiro a tentar a reforma do mundo pela educação, com a sua "República", foi Rousseau o primeiro a obter resultados positivos nesse sentido. Ambos eram utópicos, mas exerceram poderosa influência no mundo. E depois deles, compreendeu-se, principalmente a partir da Revolução Francesa, que nenhuma transformação podia efetuar-se e manter-se, sem apoiar-se na educação. As próprias formas de transformação violenta, como a Revolução Comunista e as Revoluções Nazista e Fascista, na Alemanha e na Itália, apoiaram-se imediatamente na educação. Porque a educação é a orientação das novas gerações, e a transmissão às mesmas de todo o acervo cultural da civilização é a criação do futuro, a sua elaboração.

Educar, entretanto, não é apenas lecionar, ensinar nas escolas. A educação abrange todos os setores das atividades humanas e todas as idades e condições do homem. Daí a conclusão de Kardec, no mesmo comentário citado: "O egoísmo é a fonte de todos os vícios, como a caridade é a fonte de todas as virtudes. Destruir um e desenvolver a outra, deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se ele deseja assegurar a sua felicidade neste mundo, tanto quanto no futuro." A educação espírita deve ser feita em todos os sentidos, através da palavra e do exemplo, numa luta incessante contra o egoísmo e em favor da caridade.

Nos capítulos sobre a lei de igualdade e a lei de justiça, amor e caridade, Kardec e os Espíritos apontam os rumos dessa batalha pela transformação do mundo. O próprio Espiritismo é um gigantesco esforço de educação do mundo, para que a humanidade regenerada de amanhã possa substituir o quanto antes a humanidade expiatória de hoje. Mas é necessário que os espíritas se eduquem no conhecimento e na prática da doutrina, para que possam educar o mundo nos princípios de renovação, que receberam do Consolador.

IMPÉRIO DA JUSTIÇA

A ordem moral será o império da justiça. O mundo de regeneração não poderá efetivar-se, portanto, enquanto não criarmos na Terra uma estrutura social baseada na justiça. Já vimos que a tarefa é nossa, pois o mundo nos foi dado como campo de experiência. Submetidos a expiações e

provas aprendemos que o egoísmo é nefasto e que devemos lutar pelo altruísmo, a começar de nós mesmos. Mas como fazê-lo? Qual o critério a seguir, para que a educação espírita do mundo se converta em realidade, produzindo os frutos necessários?

Kardec nos explica; ao comentar o item 876: "O critério da verdadeira justiça é de fato o de se querer para os outros aquilo que se quereria para si mesmo, e não de querer para si o que se desejaria para os outros, pois isso não é a mesma coisa. Como não é natural que se queira o próprio mal, se tomarmos o desejo pessoal como norma de partida, podemos estar certos de jamais desejar para o próximo senão o bem. Desde todos os tempos, e em todas as crenças, o homem procurou sempre fazer prevalecer o seu direito pessoal. O sublime da religião cristã foi tomar o direito pessoal por base do direito do próximo."

O critério apontado, como vemos, é o da caridade. O império da justiça começará pelo reconhecimento recíproco dos direitos do próximo. A lei de igualdade regerá esse processo. Kardec declara ao comentar o item 803: "Todos os homens são submetidos às mesmas leis naturais; todos nascem com a mesma fragilidade, estão sujeitos às mesmas dores, e o corpo do rico se destrói como o do pobre. Deus não concedeu, portanto, a nenhum homem, superioridade natural, nem pelo nascimento, nem pela morte. Todos são iguais diante dele."

Liberdade, igualdade e fraternidade, são os rumos da civilização. Em "*Obras Póstumas*" aparece um trabalho de Kardec sobre esses três princípios, tantas vezes deturpados, mas que deverão predominar no mundo de justiça. Escreveu o codificador: "Estas três palavras constituem, por si sós, o programa de toda uma ordem social que realizaria o mais absoluto progresso da humanidade, se os princípios que elas exprimem pudessem receber integral aplicação." A seguir, Kardec coloca a fraternidade como princípio básico, apontando a igualdade e a liberdade como seus corolários.

A igualdade absoluta não é possível, dizem os contraditores dos ideais igualitários, alguns mesmo alegando que a desigualdade é lei da natureza. Citam, em favor dessa tese, o fenômeno da individualização, bem como a diversidade de aptidões. Lembram que os próprios minerais, vegetais e animais se diversificam ao infinito. Mas esquecem-se de que a lei natural não é a desigualdade, mas a igualdade na diversidade. Vimos como Kardec define a igualdade dos homens perante Deus. Vejamos também a sua explicação das desigualdades no plano social, que é precisamente o plano material da fragmentação e da especificação.

Escreveu Kardec, no comentário ao item 805: "Assim, a diversidade das aptidões do homem não se relaciona com a natureza íntima de sua criação, mas com o grau de aperfeiçoamento a que ele tenha chegado, como Espírito. Deus não criou, portanto, a desigualdade das faculdades, mas permitiu que os diferentes graus de desenvolvimento se mantivessem em contato, a fim de que os mais adiantados pudessem ajudar os mais atrasados a progredir, e também a fim de que os homens, necessitando uns dos outros, compreendam a lei da caridade, que os deve unir!"

Nada existe como absoluto em nosso mundo, que é naturalmente relativo. A fraternidade, a igualdade e a liberdade são conceitos relativos,

que tendem, porém, para a efetivação absoluta, através da evolução. No mundo de regeneração esses conceitos encontrarão maiores possibilidades de se efetivarem, porque a evolução moral terá levado os homens a se aproximarem dos arquétipos ideais. O Espiritismo nos convida à superação do relativismo material, para a compreensão dos planos superiores a que nos destinamos, como indivíduos e como coletividade. Nossa marcha evolutiva está precisamente traçada entre o relativo e o absoluto.

O império da justiça, no mundo de regeneração, marcará o início da libertação dos Espíritos que permanecerem na Terra. Mas esse mesmo fato representará a continuidade da escravidão, para os que forem obrigados a retirar-se para mundos inferiores. A desigualdade se manifesta na separação das duas coletividades espirituais, mas apenas como uma condição temporária da evolução, determinada pelas próprias exigências da igualdade fundamental das criaturas. Essa igualdade fundamental, que se define como de origem, natureza e essência, — origem, pela criação divina, comum a todos os espíritos; natureza, pela mesma qualidade, que é a individualização do princípio inteligente; e essência, pela mesma constituição espiritual e potencialidade consciencial; — desenvolve-se através da existência, nas fases sucessivas da evolução, que constituem as formas temporárias de desigualdade, para voltar à igualdade no plano superior da perfeição. Trata-se de um processo dialético de desenvolvimento do ser. Podemos figurá-lo assim: os espíritos partem da igualdade originária, passam pelas desigualdades existenciais, e atingem finalmente a igualdade essencial.

A justiça de Deus é absoluta, e por isso mesmo escapa às nossas mentes relativas. Mas na proporção em que formos evoluindo, alargaremos as nossas perspectivas mentais, para atingir a compreensão das coisas que hoje nos escapam. O Espiritismo é doutrina do futuro, que age no presente como impulso, levando-nos em direção aos planos superiores. É natural que muitos adeptos não o compreendam imediatamente, na inteireza de seus princípios e de seus objetivos. Mas é dever de todos procurar compreendê-lo, pelo estudo atento e humilde, pois sem a humildade necessária, arriscamo-nos à incompreensão orgulhosa e arrogante.

À maneira do Reino do Céu, pregado pelo Cristo, e das leis do Reino, que ele ensinou aos seus discípulos, o Espiritismo prepara o império da justiça na Terra. Não pode fazê-lo senão pela prática imediata da justiça através dos princípios que nos oferece, convidando-nos à aplicação pessoal dos mesmos em nossas vidas individuais, e sua natural extensão, pelo ensino e o exemplo, ao meio em que vivemos. A transformação espírita do mundo começa no coração de cada criatura que a deseja. Por isso ensinava o Cristo que o Reino de Deus está dentro de nós, e que não começa por sinais exteriores.

CAPÍTULO VIII

DESTINO E LIVRE-ARBÍTRIO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

É o homem livre para moldar seu próprio destino ou mera folha exposta ao vendaval do destino? Significam nossos ideais, esperanças, atos e vontades, alguma coisa no mundo? É verdade, conforme afirmam alguns, que nos originamos do desconhecido, vivemos à mercê de forças sobre as quais não temos controle, e voltamos novamente para o desconhecido?

A crença geralmente aceita, de que a vida do homem primitivo era livre e feliz, não encontra fundamento no que se sabe acerca de suas idéias e pensamentos. A mais generalizada, encontrada entre os povos mais antigos, é a denominada “animismo”, isto é, que cada objeto, no mundo, é verdadeiramente uma pessoa muito semelhante ao próprio homem, porém, muito mais poderosa. Além disso, o homem primitivo acreditava que muitos daqueles objetos vivos não lhe eram amistosos.

Acreditava que o rio, a montanha, as árvores, o sol, a lua e cada estrela, enfim, todas as coisas no universo eram seres vivos ou a morada de um espírito. Julgava-se que cada ser ou espírito era muito poderoso, zeloso de sua força, ofendia-se facilmente e era terrível em sua cólera. O homem primitivo vivia, portanto, constantemente receoso de que, inadvertidamente, pudesse ofender e encolerizar um desses seres ou espíritos, e sofrer o mais tétrico dos castigos.

Tais seres ou espíritos dominavam-no sempre, além de outros que pudessem estar à solta no mundo e penetrar nele em qualquer ocasião. A doença, a loucura, e os outros infortúnios que podiam acometer o homem, eram obra dos espíritos dentro dele. Assim, o mundo do homem primitivo, tanto dentro como fora dele, vivia repleto de seres e espíritos que determinavam tudo que fazia ou lhe acontecia.

Nesse mundo de “forças e principados”, o homem não era livre. Nunca lhe entrara pela cabeça que podia ter livre-arbítrio e agir como entendesse. Os seres e espíritos do universo dirigiam e determinavam cada ato e cada pensamento seu.

Mais tarde, a espécie humana ultrapassou a crença no animismo, porém, não chegou a adotar a crença no livre-arbítrio. Se as forças que governavam todos os atos do homem já não eram consideradas objetos vivos da natureza, ou espíritos que ocupavam os objetos naturais e o próprio homem,

eram, entretanto, julgadas como sendo as Parcas, seres de grande poder e influência que determinavam a sorte de cada indivíduo. Na antiga mitologia grega, encontramos a concepção das Parcas: criaturas que teciam a teia do destino, na qual era colhida a espécie humana, sem que esta dela se pudesse libertar.

Tanto a idéia de espíritos como a de Parcas são expressões de uma sensação básica, entre os primeiros povos, de que, de certo modo, o destino de cada homem está determinado por forças que se acham além de seu próprio controle. É a idéia de que toda vida constitui um padrão consistente, determinado por forças fora do homem e às quais ele está completa e absolutamente sujeito. Não se encontra nesse ponto qualquer coisa parecida com o livre-arbítrio do homem. Este é apenas um títere, cujos atos são controlados e determinados pelo puxão de cordéis, pelas mãos de forças que estão muito acima e além dele; tem que seguir sua orientação e nada mais pode fazer.

A Idéia dos Primeiros Pensadores Gregos Sobre o Destino

Vamos encontrar, em toda parte do pensamento grego, a crença no poder absoluto das forças do universo. O destino do homem acha-se determinado por elas, conquanto não se sinta talvez satisfeito com isso, vê-se impotente ante elas. Deve obedecer-lhes.

Os *pitagóricos* estavam convencidos de que o universo, o homem inclusive, é um sistema fechado. Somente pode ser compreendido se se compreenderem as relações entre suas partes. Além disso, essas relações podem ser expressas em termos de números. Conseqüentemente, se o indivíduo pudesse penetrar os segredos dos números, conheceria os segredos do universo e o destino do homem. Isso conduziu a um minucioso estudo dos números, num esforço para predizer o futuro do homem.

No pensamento de *Pitágoras* e de seus adeptos, a natureza do universo é formada de maneira a determinar o destino do homem. Os segredos de sua sorte acham-se encerrados nos números; somente podem ser desvendados se se compreender seu significado. Conseqüentemente, a maneira de saber o que acontecerá ao homem, a cada um, está em compreender a linguagem dos algarismos. Os pitagóricos dedicaram grande parte de suas energias a essa tarefa.

Heráclito ensinou que o processo cósmico segue determinadas leis. Escreveu: “Essa ordem de coisas, que não foi feita por qualquer dos deuses ou pelos homens, sempre foi e será um fogo eterno que se acende e extingue de conformidade com medidas fixas.” Toda mudança, afirmou ele, está de acordo com uma lei fixa e imutável, lei que é o princípio básico do mundo. O homem está completamente sujeito a ela. Heráclito refere-se a essa lei, ou princípio, chamando-a, às vezes, *destino*; outras, *justiça*. Mas, qualquer que seja o nome empregado, o significado é simples. Na base do mundo encontra-se a lei inevitável, à qual estão sujeitas todas as coisas, o homem inclusive. Não resta a este outra alternativa senão seguir-lhe os ditames. “Unicamente isto é sabedoria: conhecer a inteligência pela qual todas as coisas são conduzidas através de todas as demais.” Quando o homem compreende sua sorte, não se revolta, aceita-a como inevitável.

Ponto de vista similar foi adotado por todos os filósofos que antecederam Sócrates. Consideravam o universo construído por alguma força ou poder fundamental que, ao construí-lo, estabeleceu-lhe os padrões para as partes funcionarem de modo completo e inevitável. O homem, como parte deste mundo, é governado por essa força. Conquanto os filósofos, em sua teoria, não transformassem a *força inevitável* numa pessoa com o título de *destino*, defendiam a crença de que a sorte do homem está determinada, não pelo que faça, porém, pelos fatos de sua criação. As Parcas da religião popular grega e a crença na *força inevitável* da natureza eram, por conseguinte, por princípio, as mesmas.

A primeira brecha nessa tradição surgiu com os *sofistas*. Eles centralizaram a atenção no homem, nele encontrando possibilidades não realizadas. O homem, *medida de todas as coisas*, não podia ficar inteiramente preso a um processo ou a leis de que não pudesse desvencilhar-se. Conquanto não fossem muito claros em sua exposição, parecia-lhes impossível que o homem não exercesse certo efeito sobre o próprio destino. Ao que se afigura, tinham a convicção de que o homem pode moldá-lo entre os de sua espécie. Pode aprender e vencer, como membro da sociedade, a defender-se nos tribunais e a conquistar para si uma posição no Estado. Qualquer que seja o seu destino, pode, pelo menos, moldar sua existência de maneira a satisfazer seus desejos. O homem não está inteiramente escravizado às Parcas.

O Destino Segundo Sócrates, Platão e Aristóteles

Essa concepção forçou os filósofos a pensarem novamente no problema da relação entre o homem e o universo, e das forças responsáveis pela sua existência e atividades. O homem não mais se conformava em aceitar essa *força inevitável* do mundo sem um desafio, sem luta, sem uma corajosa tentativa para defender sua própria integridade.

Sócrates acentuou esse interesse pelo homem. Afirmou que o conhecimento constitui sua realização suprema. Alcançando o conhecimento, o homem age com acerto, é bom. Sem o conhecimento corre o risco de agir com desacerto. Além disso, Sócrates acreditava que o homem pode, pelo conhecimento, ter certa influência sobre seu destino na terra e na vida futura. Pode, até certo ponto pelo menos, exercer influência sobre a sorte que lhe cabe. Eis o começo de uma crença, embora vaga, de que o homem possui certo grau de liberdade de escolha. Essa liberdade não é mera ilusão, mas o futuro do homem pode muito bem depender do uso apropriado que dela faça.

No pensamento de Sócrates, muitas pessoas escolhem erroneamente e, em consequência disso, sofrem. Empregam sua liberdade para fins maldosos. Vemos em Sócrates e nos sofistas as Parcas perdendo o domínio sobre o homem. Este começou a erguer-se e a declarar a crença em sua própria capacidade, em sua força, mesmo contra as forças do mundo.

A crença na liberdade aparece claramente nos trabalhos de *Platão*. O homem pode vencer, e de fato vence, os objetivos do mundo. Embora seja uma criatura do Criador divino, pode ordenar sua vida de modo a vivê-la com espírito de justiça e sensatez. Os apetites ou as paixões podem dominá-lo; pode recusar-se a obedecer aos ditames de sua parte mais elevada, a ra-

zão ou o espírito. O ideal é o homem justo, com cada parte de sua natureza funcionando harmoniosamente; pode ele, entretanto, destruir essa harmonia.

De fato, em sua obra posterior, *As Leis*, encontramos Platão insistindo na liberdade como base necessária a uma vida justa. Para ele, o homem é livre para construir uma vida que valha a pena viver. Com isso, é evidente haver Platão acreditado que uma vida justa, por não poder ser outra coisa mais, não é na realidade justa. O bem aparece porque alguém se viu a braços com o mal e o dominou, soube fazer uma verdadeira escolha, escolheu direito. Isso implica que o homem não é delimitado pelo mundo, podendo fazer sua escolha e sendo livre para determinar, em última análise, o próprio destino.

Princípio dominante no pensamento de *Aristóteles* é a crença na liberdade do homem. Para ele, a moral não é questão de lei inevitável, porém de livre escolha. Escreveu que “a virtude, como o mal, jaz em nosso poder”. Temos liberdade de fazer o que é bom ou o que é mau. Não há força no mundo que nos obrigue a agir num ou noutro sentido. Em outro tópico, diz: “A virtude é uma disposição ou hábito que envolve, deliberadamente, uma escolha ou um objetivo.”

Aristóteles sustentava ainda que o supremo fim do homem é a realização do que existe de mais elevado e melhor nele como ser humano: sua razão. O homem pode escolher entre aviltá-la ou realizá-la em sua totalidade. É livre de lutar para vir a ser tudo que está nele para ser, ou para tornar-se menos do que é. Cabe a ele a escolha final.

Tanto Platão como Aristóteles, pois, tinham como certo que não pode ser bom um mundo no qual o destino domine completamente. Num mundo assim, não se poderia julgar o homem responsável pelos seus atos. Seria bom ou mau, dominado por uma força além de seu controle; não poderia, portanto, ser censurado. A moral, no pensamento de ambos os filósofos, exige o livre-arbítrio, uma oportunidade para escolher o que é real e não simples ilusão. Homem bom, afirmavam eles, é o que faz a escolha acertada, realizando o melhor através de sua força de vontade. O mau, o que faz a escolha errônea.

Conquanto ambos os filósofos reconhecessem existirem, no mundo, certas leis e consistências, não se mostraram inclinados a dar-lhes rigidez tal que fizesse com que todos os atos do homem sejam determinados. Tinham que deixar lugar para o livre-arbítrio ou liberdade, para que não se negasse a existência de uma vida verdadeiramente justa.

Teorias dos Filósofos Gregos Posteriores

Epicuro e os epicuristas reconheceram o valor da liberdade. Ao seguirem, porém, a teoria atomística de Demócrito, corriam o risco de tornar impossível tal liberdade. Se o homem, assim como toda a natureza, resulta da agregação de átomos, e se desaparece quando esses átomos se desagregam, então estará sujeito à natureza deles. Para vencer a dificuldade, Epicuro afirmou que os átomos são dotados de espontaneidade. Não são impelidos nem puxados pelas forças da natureza; têm o poder de movimentar-se como queiram. Por conseguinte, se o homem é uma composição de átomos, tem, também, força interior para movimentar-se e agir como quiser.

Crendo que não se pode explicar o mundo do homem como resultado de um destino cego, Epicuro não se inclinava a deixar o homem como o títere de forças inexoráveis. Afigurava-se-lhe importante o livre-arbítrio. Como resultado, deu liberdade aos átomos para que eles, por sua vez, pudessem dar liberdade ao homem.

O homem pode, portanto, fazer escolhas e determinar seu destino. Pode lutar pela prudência. Pode procurar o prazer, que lhe vem através da satisfação dos desejos ou da eliminação de todos eles.

Zenão e os estóicos assumiram a outra posição extrema relativamente à liberdade humana. Para eles, o mundo é o resultado de leis fixas e imutáveis. Tudo, nele, está determinado com precisão tal, que não admite falha. Até a vontade do homem é determinada. Nada existe que possa acontecer por acaso. Existe, desde o começo, e existirá até ao derradeiro fim, uma ininterrupta cadeia de causas determinadas pela natureza do universo.

O homem não pode ter livre-arbítrio no sentido verdadeiro do termo, doutrinavam os estóicos. Ele faz parte dessa cadeia causal e todos os seus atos resultam de fatores sobre os quais não tem controle.

É possível ao homem – afirmou Zenão – obedecer cortês ou descortêsmente, mas em qualquer dos casos obedece. Sua única liberdade, pois, está em aceitar o destino, concordar com o que a sorte decretou para si.

Segundo os estóicos, tudo no mundo tem o começo, a origem, na vontade de Deus. Deus é quem governa e determina. Toda a evolução resulta dos propósitos de Deus. O destino e a vontade de Deus são, portanto, a mesma coisa.

Ao abordarem, porém, o problema da ética ou da vida justa, os estóicos abandonaram o determinismo completo de sua metafísica. (Por *metafísica* referimo-nos à concepção dos filósofos sobre o universo e a realidade.). Em sua ética, os estóicos ensinam que o homem pode determinar se obedecerá ou não à lei moral, se seguirá ou não a razão e se procurará ou não realizar o supremo bem. O homem pode entregar-se às paixões e tornar-se seu escravo, ou delas pode escapar, levando uma vida moral. Torna-se livre ao vencer as paixões. É essa a verdadeira liberdade, segundo os estóicos.

Assim, conquanto os estóicos, ao procurarem cingir-se a um mundo no qual a causa e o efeito se acham determinados, neguem a liberdade em sua metafísica, vêem-se incapazes de levar essa teoria a conclusões lógicas. Ao abordarem o problema da ética, percebem que o homem deve ser livre, se o bem e o mal significarem na realidade alguma coisa. Nesse ponto, os estóicos seguem a tradição de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Teoria dos Pensadores Gregos Religiosos

Fílon, em seus esforços para conciliar a religião judaica e a filosofia grega, concebeu o corpo como fonte do mal. Quando a alma entra no corpo, partilha do mal dele, um mal que tem sido do corpo desde o começo. A encarnação, pois, da alma no corpo, constitui, segundo Fílon, uma queda.

Mas a alma possui o que Fílon concebia como pura inteligência, o acréscimo que ela recebe da divindade, de Deus. Isso faz o homem semelhante a Deus, à divindade. Mas, mesmo que a alma seja relacionada à di-

vindade e, em certo sentido, parte dela, tem o poder de aceitar ou rejeitar livremente o domínio de Deus.

A divindade não exerce completo domínio sobre o homem, mas fá-lo de modo que possa entregar-se aos sentidos e às paixões corporais, ou vencer estas últimas e elevar-se à divindade. O homem tem, portanto a liberdade e pode exercê-la para determinar seu próprio destino num sentido real.

Em caso análogo, *Plotino* concebeu a alma do homem como parte da do mundo e, como tal, partilha da liberdade desta última. Mas a alma do homem teve o desejo de formar e moldar a matéria e, com isso, ficou emaranhada na matéria e caiu. Nessa queda, cada alma perdeu a liberdade original. A verdadeira alma, ao afastar-se da vida dos sentidos, no corpo, reconquista a liberdade. Quando mais diretamente retornar a Deus tanto mais liberdade terá.

No conceito de *Plotino*, a alma é dotada de liberdade original, da mesma maneira que alguém, do lado de fora de uma prisão, tem liberdade. Ao emaranhar-se na matéria, penetra, por assim dizer, numa prisão, perdendo então a liberdade. Mas a alma pode afastar-se do corpo e reconquistá-la. Pode escapar da prisão do corpo, do desejo dos sentidos, e retornar a Deus que é a liberdade em sua perfeição.

Fazer ou não fazer isso – acreditava *Plotino* – é coisa que depende da própria alma. Não há compulsão por parte do destino ou de uma lei inevitável. O homem tem liberdade de sujeitar sua alma ao desejo dos sentidos ou de libertá-la do corpo para elevar-se, unir-se a Deus.

Esses primeiros filósofos não duvidavam que Deus fosse a liberdade perfeita e, como o homem ou a alma humana é semelhante a Ele, partilha dessa liberdade. Assim, para eles, o homem é fundamentalmente livre. Mas, em virtude de seu desprezo quase geral pelo mundo, morada do mal, acreditavam que a encarnação dessa alma livre no corpo, ou na matéria, constitui uma queda ou perda de liberdade. Contudo, nessa encarnação, a alma não perde sua capacidade de salvar-se. É ainda livre para libertar-se do corpo se o quiser. Todos esses pensadores não se mostraram inclinados a dar à matéria absoluto domínio sobre a alma.

Os Pensadores Cristãos dos Primeiros Tempos e da Idade Média

Essa concepção penetrou no Cristianismo em seus tempos primórdios. Os *apologistas*, sem exceção, doutrinavam que o homem é basicamente livre e sua queda advém do contato com o corpo. Por ocasião da criação, acreditavam, a alma era dotada da faculdade de escolher entre o bem e o mal. Como resultado, algumas preferem afastar-se de Deus e entregar-se aos pecados da matéria. Mas o homem pode, com o auxílio da divindade e levando uma vida cristã, retornar a Deus. Pode fazer uma escolha que determinará para sempre o seu destino. Essa escolha é real e eterna. A liberdade do homem, portanto, é real, visto possibilitá-lo a determinar seu estado para todo o sempre.

A primeira doutrina cristã da obra de Jesus está de acordo com essa teoria. Jesus, acreditavam os *apologistas*, veio ao mundo para salvar os homens do pecado. Mas o pecado implica culpa; esta nada significará, a menos que o homem seja, de certo modo, responsável pelos seus pecados. Não se

pode considerar um homem culpado de um ato, salvo se pudesse agir diferentemente. Assim, somente se for livre para fazer sua escolha pode o homem ser condenado pelos seus pecados. Se pecou, é então livre.

Além disso, os antigos cristãos explicavam que Deus, toda bondade e perfeição, não pode ser responsável pelo mal e pelos pecados do mundo. O homem deve, portanto, arcar com essa responsabilidade e é livre. O antigo monge cristão *Pelágio* doutrinava que Deus deu liberdade ao homem para que possa escolher entre o bem e o mal. Cada um faz sua própria escolha dentro do espírito do livre-arbítrio. Assim, pode desviar-se do pecado por um ato de livre-arbítrio, repudiar o mal e receber o perdão divino.

Evidencia-se que esses primeiros cristãos acreditavam ser necessário explicar a obra de Jesus e todo o esquema da salvação.

Santo Agostinho negou a concepção de liberdade do indivíduo. Segundo ele, a espécie humana era livre ao tempo de Adão; este preferiu pecar e perdeu a liberdade, não só para si como para todos os descendentes. Agora ninguém é livre; todos são presas do pecado, escravos do mal.

Deus, porém, escolhe entre os homens aqueles que salvará e aqueles que permitirá sejam destruídos por causa do pecado. Essa escolha não é influenciada por qualquer ato do homem, porém, apenas determinada pelo que Deus quer.

Encontramos em Santo Agostinho o fatalismo e a predestinação, no que diz respeito ao homem em si. Com Adão não havia fatalismo. Era livre. Mas Deus sabia, mesmo então, como Adão agiria; sabia que ele pecaria. Resolveu então, desde o princípio, eleger aqueles que salvará. Estão predestinados, desde o começo, à salvação, e todos os restantes predestinados ao castigo eterno. O pecado de Adão, segundo Santo Agostinho, tornou-se hereditário, resultando que o futuro de cada homem se acha determinado e tem sido assim desde o começo dos tempos.

A doutrina do pecado original, tão predominante na antiga Igreja Cristã, conduziu, em Santo Agostinho, à crença no fatalismo no tocante ao indivíduo. Seu futuro está selado, não por qualquer ato seu, mas pelo ato do primeiro homem e o livre-arbítrio do próprio Deus.

Abelardo não estava de inteiro acordo com Santo Agostinho, pois afirmava que o homem é livre para escolher entre o bem e o mal. Para ele o pecado está em consentir na prática de um ato mau, reconhecido pelo indivíduo como mau. Se alguém pratica o mal, tencionando, porém, fazer o bem, não é pecado. Mas se sabe que o ato é mau e insiste nele, peca. Essa escolha de atos é questão do livre-arbítrio do homem. Ele pode decidir com base em seu conhecimento e agir em termos de sua decisão.

Enquanto Santo Agostinho tirou ao homem o direito de escolher, Abelardo restituiu-lho, a fim de preservar as noções de culpa e pecado. Sem o direito de escolha, não pode existir pecado, afirmava.

Encontramos em *S. Tomás de Aquino* uma nítida crença na liberdade da vontade humana. O homem, doutrinava ele, é um ser dotado de vontade e inteligência. Não é impelido pelo exterior a agir, como os animais; ele mesmo pode determinar suas ações. Sua vontade pode seguir o intelecto, fazen-

do o que este afirmar ser direito. Mas a vontade pode escolher se deve ou não agir. Quando a razão lhe diz que certa ação é boa, o homem pode resolver quais os atos que realmente se adaptam melhor à realização do fim proposto.

Ao considerar, porém, doutrinas religiosas específicas, S. Tomás de Aquino modifica um tanto sua doutrina sobre o livre-arbítrio. Acreditava, da mesma maneira que Santo Agostinho, na doutrina do pecado original. Para ele, o pecado de Adão foi transmitido a todos os homens, carregando consigo suas conseqüências naturais. Somente a graça divina pode proporcionar a salvação, cumpre à vontade humana cooperar. Deus prevê que alguns não aceitarão a graça que Ele oferece e predestina-os ao castigo eterno.

João Duns Escoto doutrinava que, se a vontade fosse inferior ao intelecto, conforme acreditava Aquino, não podia ser livre. Se a vontade tem que atender ao intelecto para orientá-la, estará então sujeita a ele. Por conseguinte, tornar a vontade inteiramente livre, doutrinava Escoto, é considerá-la superior ao intelecto.

A vontade, pois, na concepção de Escoto, é completamente livre e pode tomar decisões entre os sentidos e as leis morais. É a mais alta faculdade da alma, mais alta que o intelecto. Isso conduz naturalmente à teoria de que a vontade de Deus é superior ao seu intelecto, e que o *direito é direito* simplesmente porque Deus quer que assim seja e não porque o seja em termos da razão. Deus fez certas coisas direito. Podia também ter feito justamente o oposto, porquanto é Sua vontade arbitrária que determina o que é *direito*. A vontade de Deus é arbitrária.

Esta é a teoria extremada de que a vontade é livre. Enquanto a vontade for influenciada, em suas ações, pelo intelecto ou pela razão, não poderá ser inteiramente livre. Mas se for livre da razão, terá então alcançado a liberdade culminante. Essa a orientação do pensamento de Escoto, se bem que ele se incline a recuar ante os resultados lógicos finais de sua teoria, um completo caos, porquanto a vontade humana se tornaria uma lei para si mesma. Aquilo que quero é direito, e aquilo que você quer também é. Não pode haver medida acima da vontade humana. Escoto recuou, quando se viu próximo a essa conclusão. Mas apegou-se tenazmente à idéia de que a vontade humana é livre e não está sujeita ao intelecto. De fato, tomou a seguinte posição: se lhe fosse necessário optar por um intelecto sem vontade ou uma vontade sem intelecto, escolheria a última. Nesse ponto, foi um dos grandes paladinos do livre-arbítrio.

Com a Renascença, o homem empenhou-se em libertar-se do domínio da Igreja e de suas doutrinas e em estudar livremente o mundo. Foi uma manifestação da liberdade do homem. O espírito humano recusava-se a ficar mais tempo atado a doutrinas e crenças do passado, mas aspirava pesquisar o universo com olhos desvendados e contar o que encontrasse lá.

Curioso, porém, que, ao empreender essas pesquisas, começasse ele a descobrir leis inexoráveis e consistências matemáticas, pelas quais tudo, no universo, parecia estar controlado. Os primeiros cientistas apartaram-se da Igreja e de Aristóteles, volvendo-se para o mundo em redor. Nele descobriram coisas que aconteciam e lhes pareciam movidas por processos me-

cânicos. Galileu, Kepler, *Sir* Isaac Newton, cada um deles descobriu eventos no universo, seguindo o que pareciam ser leis definidas.

E a esse sistema de leis o homem parecia adaptar-se por necessidade. Seu ser, suas ações e até seus pensamentos eram concebidos como sujeitos às leis do universo, leis que não toleravam interferências ou alterações. Libertava-se, assim, o homem da autoridade do passado e da Igreja, para ver-se novamente escravizado a um senhor mais poderoso e mais inflexível que qualquer outro que conhecera antes. O homem, na filosofia de muitos cientistas da Renascença, passou a ser simples parte de um universo mecânico, controlado por forças, e sem significado, salvo como unidade de um todo inextricável.

Teorias de Bacon, Hobbes, Descartes e Espinosa

Francis Bacon é o protótipo do homem que desejava, ardentemente, libertar-se das tradições do passado e abordar o universo sem preconceitos religiosos ou intelectuais. Fundamental em seu pensamento foi a crença de que o homem devia libertar-se das formas e preconceitos do passado, e seguir um novo método no estudo do universo. Seu objetivo era libertar o espírito dos *ídolos*, que o passado nele inculcara, a fim de considerar claramente o universo.

Assim liberto, o espírito humano poderia descobrir as leis que governam o universo e determinar suas próprias ações, tal era a certeza de Bacon.

Contudo, Bacon não pôde escapar inteiramente às idéias do passado. Conquanto relegasse a Religião para um reino próprio e diferente da Filosofia, sustentava que há leis religiosas que o homem deve obedecer, pareçam elas razoáveis ou não. Separando a Teologia da Filosofia, Bacon pôde libertar esta última, para empreender um estudo imparcial do universo. Mas deixou o homem sujeito à vontade de Deus e, com isso, destituído de liberdade. É evidente que essa teoria não podia satisfazer por muito tempo o espírito de um pensador. Era demasiado contraditória.

Thomas Hobbes viu os resultados insatisfatórios da doutrina sugerida por Bacon; foi mais longe ao afirmar que tudo, no universo, está sujeito a uma série de causas e efeitos puramente mecânica. Tudo, até mesmo as ações e o destino do homem – argumentou – pode ser explicado mecanicamente. Todo o universo é movimento. Todos os pensamentos ou idéias são simples movimentos no cérebro.

Assim, na opinião de Hobbes, é absurdo afirmar que o homem tem livre-arbítrio. O indivíduo vê-se cenário de desejos e aversões que se alternam. Quer fazer algumas coisas e outras não. Ao entrarem em conflito esses opostos, em seu espírito, delibera, pensa. O último desejo ou aversão denomina-se vontade. Ele completa sua deliberação e decide agir ou não.

Cada desejo ou aversão é causado. Conseqüentemente, o último desejo ou aversão, o ponto no qual o indivíduo se detém, é também causado. Nesse caso, a vontade é causada, não podendo, portanto, ser livre. O homem, afirmou Hobbes, é livre de agir depois de ter querido agir, mas não é livre para querer ou não, de acordo com o que quer.

O problema de *Descartes* foi conciliar as teorias mecânicas de seu tempo com as idéias sobre Deus, a alma e a liberdade. Não se satisfaz em aceitar a teoria mecanicista do universo, do homem inclusive, que a ciência de seu tempo parecia exigir. Ao mesmo tempo, não se inclinou a desacreditar completamente a Ciência, voltando para a mais antiga tradição espiritualista.

A solução estava em fazer nítida distinção entre o espírito e a matéria. Segundo ele, o corpo faz parte do universo orgânico e é governado por processos puramente mecânicos. Acreditava que nisso dominavam a causa e o efeito, não havendo interrupções na cadeia de causas e estando tudo determinado pelo que vinha antes. Todo o universo, o homem inclusive, podia ser, portanto, explicado mecanicamente.

Mas o espírito, ou alma, é livre. Impõe a vontade como princípio ativo. É livre de ter pensamentos puros ou não. É livre de criar quadros imaginários e mover o corpo em qualquer sentido que queira. A parte volitiva da natureza do homem, portanto, está na alma e apenas indiretamente pode ser influenciada pelo corpo.

A vontade, segundo Descartes, é independente do corpo, podendo, se quiser, produzir estados do corpo. É livre. Mais ainda: o ideal, pelo qual o homem deve lutar, é manter a vontade livre de influências do corpo e de quaisquer outras influências exteriores.

Descartes, conquanto tivesse separado o espírito do corpo, num esforço para conciliar a ciência mecanicista de seu tempo e a religião dos séculos, deixou sem resposta a questão sobre a relação entre um e outro. Como pode o livre-arbítrio do indivíduo afetar o corpo? Foi esse o problema que seus sucessores imediatos atacaram.

Os *ocasionalistas*, dos quais *Guelincx* é um representante, afirmavam que Deus está sempre a par do que o indivíduo vai querer e dispõe o mundo de modo a que sempre aconteça aquilo que ele quer. A vontade humana é livre, mas Deus tem presciência e pode, assim, agir no sentido de parecer que a vontade afeta o corpo ou outros corpos.

Outros sucessores de Descartes, *Blaise Pascal* e *Pierre Bayle*, por exemplo, colocaram a liberdade no reino da religião, afirmando que, embora não possamos provar a liberdade do homem pela razão, podemos saber que o homem é livre através de uma experiência religiosa direta.

Vemos em *Espinosa* que ele abandonou completamente a idéia de Liberdade. Seu sistema filosófico é determinista. Tudo no universo segue alguma coisa, mas numa cadeia causal definida, cujos elos se acham necessariamente ligados ao antecedente e ao conseqüente.

Deus, ou Substância, na teoria de Espinosa, é absolutamente independente, causado e determinado por Si mesmo. É total e completamente livre. Todos os objetos finitos e todos os pensamentos, porém, formam duas linhas, interligadas numa seqüência estritamente causal. Assim, conquanto a substância fundamental de todas as coisas, e de todos os pensamentos seja livre, a coisa, ou pensamento individual, não pode ser livre; é determinada pela sua história, pelo seu passado.

Não pode existir, portanto, o que se chama livre-arbítrio. Segundo Espinosa, a vontade é simplesmente a alma, que afirma ou nega o que é verdadeiro ou falso, e a afirmação é determinada pela idéia. Conseqüentemente, a vontade está sob o domínio do intelecto, não podendo em qualquer sentido, ser livre.

Ademais, a vontade não pode afetar o corpo. Este e o espírito são atributos de Deus, ou Substância, e cada um é independente do outro.

O homem, afirmou Espinosa, ilude-se ao pensar que é livre pelo fato de não ver a cadeia de causas que determina suas ações. Realmente, qualquer objeto igualmente ignorante podia pensar que era livre. Mas quando o homem chega a compreender a cadeia causal, então percebe que não é absolutamente livre.

Espinosa ensina também que temos diferentes fases de vontade. Num nível estão as paixões. São idéias confusas e inadequadas. Aí *queremos* antes que a idéia esteja completa e definida. As idéias adequadas resultam em vontade própria, na ação adequada em consonância com as idéias. Ao atingir o homem essas idéias adequadas, liberta-se das paixões e age à luz de uma clara compreensão. Ao ter o homem conhecimento, liberta-se do ódio, do temor, da cólera, etc., mas sua vontade fica sempre determinada pela compreensão e não pode, portanto, ser julgada livre.

Teorias de Locke, Hume e Leibnitz

Perguntar se a vontade do homem é livre ou não, constitui, segundo *John Locke*, uma tolice. “É tão fútil” – escreve ele – “perguntar se a vontade do homem é livre, como perguntar se seu sonho é de curta duração ou se sua virtude é inequívoca.” Isso é exato – argumenta ele – porque a vontade é o poder que tem o indivíduo de imaginar suas próprias ações e preferir agir ou não. Se alguém pode escolher suas ações, preferir uma a outra, é que tem vontade. Por outro lado, a liberdade é, também, um poder, o poder de fazer ou não qualquer coisa especial em termos daquilo que o indivíduo quer.

O homem pode ter ambos os poderes. Pode imaginar claramente acerca de seus atos e chegar a uma preferência entre os atos possíveis. Além disso, pode fazer aquilo que prefere ou pode ver-se incapaz de agir de acordo com sua preferência. São dois poderes distintos e, como tais, devem ser reconhecidos, acentua *Locke*.

Deus, afirmou ele, dotou o homem de certos desejos ou preocupações de espírito pela necessidade que tem de algum bem ausente. Esses desejos determinam a vontade. Predispõe-se a realizar o desejo mais importante. È isso que sua vontade quer.

David Hume afirmava que a idéia de necessidade e a de causa, que os homens têm, resultam da observação da uniformidade existente na natureza. Ao contemplar o mundo em redor, o homem reconhece que certas coisas sempre seguem outras. Isso o leva a raciocinar que existe uma ligação causal necessária entre as duas coisas.

Igualmente, ao observar-se, o homem descobre que, ao desejar alguma coisa, advêm atos que se orientam no sentido de consegui-la.

Em virtude, pois, dessas experiências, chega à conclusão de que o universo se caracteriza pela necessidade causal, havendo uma relação de causa e efeito entre os desejos do homem e as ações em que ele se empenha. Contudo, o homem encontra uma necessidade nas relações causais da natureza, mas não encontra uma necessidade similar quando estuda as próprias ações. Se bem que acredite ser a natureza caracterizada por uma relação rígida de causa e efeito, seus próprios atos não são tão rigidamente determinados pelos seus motivos.

Hume sustenta, porém, que, onde quer que haja uniformidade de ação, existe necessidade. Existe uniformidade na natureza e, similarmente, nas ações do homem. Conseqüentemente, podemos inferir de uma coisa, na natureza, até sua causa. As ações do homem resultam de seu caráter e são resultados necessários a esse caráter. Dê-se-lhe outro caráter, e suas ações serão diferentes.

Na teoria de Hume, a liberdade é simplesmente esta ligação necessária. Enquanto as ações do homem advierem de seu próprio caráter, natureza ou desejos, elas serão livres. Mas se ele age por causa de alguma compulsão exterior, contrária a esse caráter ou desejos, ele não é livre.

Por exemplo, um homem fere outro. Se a ação resulta de sua natureza interior, caráter ou desejo, advém necessariamente da natureza que é sua, porém ele é livre ao agir assim. Mas se alguém o obriga a ferir o indivíduo contra seu próprio desejo e caráter, então não é livre. Em ambos os casos, acha-se presente a necessidade. Mas, no primeiro caso, a necessidade é a da própria natureza do homem em ação, ao passo que, no segundo, ela vem de fora dele, não estando de acordo com sua natureza.

Gottfried Wilhelm Leibnitz atacou o problema como fez Descartes. Percebeu que, de certo modo, a Filosofia deve conciliar as realizações da Ciência e os elementos do Cristianismo, considerados valiosos. Mas, ao passo que Descartes concebeu uma só substância universal e dois atributos, Leibnitz acreditava na existência de um infinito número de unidades minúsculas ou substâncias, as mônades.

Cada mônade, dizia ele, acha-se completamente isolada de qualquer influência exterior a ela. Não pode ser determinada por nenhuma outra que não seja ela. “Não tem janelas.” Por conseguinte, o que faz resulta de sua própria natureza e não por causa de forças exteriores.

O homem, à semelhança de todos os objetos na natureza, compõe-se de certo número de mônades intrincadamente organizadas. Como cada mônade se acha isolada do exterior e, portanto, livre de influências exteriores, deve então o homem achar-se livre de tais influências. Mas, do mesmo modo que a mônade está determinada pelas leis de sua própria natureza interior, está o homem determinado, do interior, pela sua própria natureza, seus impulsos e desejos.

A vontade, segundo Leibnitz, é simplesmente o esforço consciente do indivíduo, esforço que é guiado por uma idéia clara. O homem sabe o que quer e luta para conseguir o que deseja. Essa luta é a vontade. Assim, a vontade é sempre determinada pela idéia que o indivíduo tem daquilo que quer. A decisão está simplesmente em selecionar o desejo mais forte. O homem

não é livre, em qualquer sentido absoluto do termo, para decidir por uma ação ou outra independentemente de seus desejos. Tem que decidir pelo desejo mais forte e lutar para realizá-lo através de ações. *Queremos* aquilo que a natureza nos diz ser o melhor.

Leibnitz acreditava que, com sua teoria, salvaguardara o homem do mecanismo da Ciência e tornara possível a realização dos valores do pensamento cristão. A mônade não está sujeita a influências exteriores e não é, portanto, determinada mecanicamente. As ações são determinadas pela sua própria natureza interior e, por conseguinte, são livres.

O Destino e o Livre-Arbítrio Segundo Voltaire e Rousseau

Em seus primeiros trabalhos, *Voltaire*, o grande propagandista do movimento filosófico conhecido como Iluminismo, pregou a doutrina do livre-arbítrio, que se aproximava de uma completa irresponsabilidade; mas em seus trabalhos posteriores vemo-lo abandoná-la para adotar um determinismo quase igualmente integral. Escreveu: “Quando posso fazer o que quero, sou livre, mas eu quero forçosamente aquilo que minha vontade quer.”

Seguiu-se uma longa plêiade de brilhantes pensadores que, mais influenciados pelo lado científico da filosofia de seus antecessores, procuraram provar que o homem é, inteira e completamente uma máquina destituída de qualquer coisa que possa, num sentido qualquer chamar-se livre-arbítrio. Viam no homem, em todas as suas partes, um ser similar às máquinas complicadas que os inventores estavam construindo. *John Toland, David Hartley, Joseph Priestley, La Mettrie, Barão de Holbach* e muitos outros pregavam que o pensamento é mera função do cérebro, achando-se o indivíduo inteira e completamente determinado pelo jogo das forças no universo, à mercê das quais ficava ao encontrarem-se e separarem-se elas. Nada possui que se possa chamar *vontade*, que tenha o poder de moldar essas forças aos fins que possam ser seus.

A teoria geral de todos os filósofos do Iluminismo foi que o homem, em todos os aspectos, se acha governado pelas mesmas leis que governam o mundo natural. No entender deles, o homem é apenas outra máquina, porém, mais complicada e mais divertida.

Jean Jacques Rousseau lançou uma bomba no meio desse brilhante grupo de pensadores. Tomou posição oposta às de todos aqueles homens, quando afirmou que a mais verdadeira característica do homem não é o espírito científico, porém o sentimento do coração. Para ele, o homem não é um títere nas mãos das leis naturais, porém uma alma livre, lutando para viver segundo os ditames dessa liberdade. Rousseau via nessa tendência para as ciências a destruição inevitável de tudo aquilo que o homem chegara a acreditar mais valioso. Ele atirou-se, portanto, contra essa corrente, procurando deter as ondas que ameaçavam tragar a Humanidade.

Kant, Fichte, Schelling, Schopenhauer e Outros Pensadores Alemães

Diz-se que *Kant*, recebendo um exemplar de *Émile*, de Rousseau, ficou tão fascinado pelos argumentos ali expendidos, e pelo ponto de vista adotado, que deixou de dar seu costumeiro passeio da tarde. Deixar de dar tal passeio afigurava-se quase uma grande tragédia na comunidade, pois o velho

filósofo fazia-o diariamente, com tal pontualidade que os aldeões podiam acertar seus relógios pela sua aparição à porta da casa. Foi Rousseau quem encorajou Kant no grande esforço de salvaguardar a liberdade do homem num mundo de ciências.

Kant ensinava que não há prova de liberdade enquanto se apegar à experiência. Encontramos nesta as relações necessárias: causa e efeito. Não podemos, portanto, provar teoricamente a existência do livre-arbítrio. Até aí Kant concordava com os mecanicistas, aqueles que viam o mundo como uma série de leis mecânicas e operações que se entrelaçam. Não há, do ponto de vista da razão pura prova que apóie a crença no livre-arbítrio.

Mas Kant acreditava que o espírito tem a faculdade da razão, faculdade empenhada em reunir os vários processos, eventos e ocorrências em um todo ou idéias. Essas idéias, embora não sejam questões de experiência, constituem bases legítimas para o raciocínio do homem. E os resultados desse raciocínio devem ser aceitos como bases legítimas para crenças e atos.

Não é na experiência que se vai encontrar a idéia de liberdade. Nela encontramos apenas causa e efeito *ad infinitum*. Mas, argumentava Kant, assiste-nos o direito de ir além da experiência até às *idéias transcendent*es, idéias criadas pela razão independentemente da experiência.

Além disso, é necessário, para preservar a vida moral, que o homem creia na liberdade. É uma idéia prática, uma crença necessária. O livre-arbítrio é, portanto, uma idéia que o homem constrói por causa das exigências de sua natureza moral. É necessário e, portanto, legítimo, mesmo que não possa ser provado pela experiência.

O homem é, pois, segundo Kant, um agente livre. Pode agir voluntariamente, não sendo, portanto, seus atos, elos numa cadeia de causas naturais. O homem, como agente livre, cria o ato que, ao ser visto pelo espírito, faz parte de uma intrincada tela de causa e efeito.

É impossível, sustentava Kant, provar sempre que a vontade é livre. Contudo, por ser necessária tal crença, podemos agir e viver como se a vontade fosse livre. Quando assim agimos e vivemos, descobrimos serem possíveis certos discernimentos morais. Por exemplo, podemos responsabilizar cada indivíduo pelos seus atos e estar em condições de lutar por uma vida melhor. Não estamos mergulhados num desespero moral total, nem colhidos nesse inevitável emaranhado de causa e efeito que caracteriza o mundo da natureza. A vida torna-se mais significativa para nós, como seres humanos, quando podemos crer que aquilo que fazemos representa o resultado da livre escolha e tem, com isso, uma significação moral. A consciência moral do homem implica ser livre a vontade.

Nessa teoria, Kant reserva um lugar para os valores que a Ciência de seu tempo estava arrancando celeremente do cenário. Concordou com os cientistas em que a experiência não dava lugar para esses valores, os quais, entretanto, se tornavam tão necessários que nos sentíamos justificados em agir como se eles fossem reais.

Elemento básico para essa atitude foi a tese de que existe uma verdade mais elevada que a das ciências, a verdade da natureza moral do homem. As leis morais, no homem, constituem a garantia do mundo além dos senti-

dos, um mundo no qual se aplica a liberdade. A fé nesse mundo foi o modo com que Kant escapou do aterrador mundo da experiência.

Fichte começou seu pensamento a essa altura. O ponto fundamental foi a crença na liberdade, na idéia de que a vontade ou o *ego*, conforme a chamava, não é um elo na cadeia científica de causa e efeito, porém, livre, agindo por determinação própria. Segundo ele, essa vontade é a única coisa real no mundo.

O *ego*, sendo pura atividade, cria o mundo que ele conhece. Meu mundo não é algo que me foi dado do exterior, porém a criação do *ego* puro, ativo e livre, do qual faço parte. O *ego* Absoluto, ou Deus, é livre, autodeterminado. Cada *ego* individual, ou vontade, faz parte desse *ego* Absoluto, sendo igualmente livre e criador. Aquilo que faço, como indivíduo, é simplesmente o *ego* Absoluto em ação, e sendo ele livre, eu também sou.

Perguntarão alguns: Se aquilo que faço é mera realização dos objetivos do *ego* Absoluto, não sou um escravo desse *ego*? Respondeu *Fichte* que podemos resolver entre ser instrumentos cegos desse *ego* Absoluto ou instrumentos conscientes e autônomos de seus fins. Ao fazermos a escolha, nós, como indivíduos, somos livres. Mas, tendo feito a escolha, deixamos de sê-lo. Minha liberdade jaz, portanto, em minha escolha, em servir voluntariamente ou não ao *ego* Absoluto. É a liberdade de escolha.

Schelling adotou quase o mesmo ponto de vista de *Fichte*. Para ele, também, o fundamento do mundo é um *ego* ou princípio criador, livre e vivo, do qual todas as coisas constituem uma expressão. Ao estabelecer o homem sua idéia de liberdade, ele descortina-a, no mundo, por inferência e passa a conhecer o *ego* Absoluto como o princípio da liberdade. Como vivemos uma vida de liberdade criadora, afirmava ele, percebemos que o mundo, no íntimo, é livre. “A liberdade – escreveu *Schelling* – “só pode ser compreendida pela liberdade.”

A filosofia de *Schleiermacher* procurou salvaguardar a liberdade humana da doutrina do Absoluto. Fazem parte do mundo, sendo, portanto, controlados pelo mundo como um todo. Têm que adaptar-se a ele, concordar com suas leis e exigências. Cada indivíduo, porém, é dotado de seu próprio talento e capacidades especiais. Se se não permitir que essas qualidades se desenvolvam e alcancem toda a sua florescência, o mundo não se desenvolverá em todo o seu apogeu. Por conseguinte, o indivíduo é livre de desenvolver-se e de crescer em termos de sua natureza interior ou talento.

Schleiermacher, por causa de sua teoria básica, que fazia o indivíduo depender do *fundamento do mundo* ou Absoluto, corria o grave perigo de fundir ambos e deixar, assim, o indivíduo inteiramente determinado pelas leis do Absoluto. Escapou desse completo determinismo acentuando a contribuição específica de cada *ego* para o desenvolvimento do todo, se o Absoluto tem que realizar-se inteiramente.

Hegel afirmava que o mundo é um processo de evolução, no qual se realiza finalmente aquilo que lhe era inerente no começo. Nessa realização, o todo se completa inteiramente. A rosa, por exemplo, é inerente à semente, sendo o resultado da evolução desta até àquela. Contudo, a semente só é in-

teiramente ela mesma com o florescimento da rosa. Isso se aplica ao mundo, acreditava Hegel.

Como Deus, na concepção de Hegel, é a razão viva e movimentadora do mundo, somente no espírito dos seres humanos é que Ele se torna inteiramente realizado. O indivíduo, cômico de si mesmo, é a mais completa realização do mundo.

Mas esse indivíduo deve ser livre. A liberdade é inerente ao mundo desde o começo e se realiza inteiramente no indivíduo, na sociedade que contribui para ela. Segundo Hegel, o progresso é o desenvolvimento da percepção de liberdade.

Via a liberdade como o fim, o objetivo de seu processo dialético, processo de desenvolvimento desde o mais simples e mais primitivo até ao Espírito Absoluto. O homem é livre, porém é livre para realizar a natureza do mundo. Ao realizá-la, realiza a si mesmo. É, portanto, livre para realizar-se completamente.

Herbart recusou-se a seguir a orientação de Fichte, Schelling e Hegel ao defender a doutrina de liberdade. Não via liberdade para o homem. Sua ambição era construir uma ciência do espírito humano paralela às ciências físicas. Ao esforçar-se nesse empreendimento, acreditou que tinha encontrado leis definidas sobre a conduta humana, tão absolutas que não permitiam a liberdade do indivíduo. Todas as coisas, explicou ele, seguem leis fixas, as leis de uma ciência definida.

Por outro lado, *Schopenhauer* doutrinava que o coração do mundo é a vontade. Luta ou vontade encontra-se em todas as coisas, é o princípio da existência delas. Ao passarmos, por exemplo, da rocha para o homem, vemos a vontade tornar-se cômica de si. Ela é constante, persistente e eterna em todas as coisas.

A vontade de viver e de ser é a causa de todas as lutas, sofrimentos e males do mundo. Em tal mundo, ser moral é ter piedade pelos outros. A simpatia gera bons atos. Se o homem pode demonstrar simpatia gera bons atos. Se o homem pode demonstrar simpatia e remorso, sua vontade deve ser livre. De fato, é livre para anular a vontade.

Schopenhauer vê a vontade do homem como base de todos os males, porquanto o torna egoísta. Ele quer aquilo que quer, é, portanto, egoísta. Mas é também capaz de mostrar simpatia, de sofrer remorso pelos seus atos e os de outros. Nisso, abole a vontade. O homem sente-se feliz e em paz quando, e apenas quando, suprime os desejos egoísticos, quando repudia e abole a vontade, quando não deseja *querer*.

Teorias de Mill e Green

John Stuart Mill concorda com a teoria de Hume quando afirma que toda a confusão no pensamento moderno, quanto ao problema do livre-arbítrio, é devido a um equívoco nos termos. É verdade, assinala, que as ações humanas resultam de muitos fatores. Há uma seqüência de eventos que, se forem inteiramente conhecidos, permitirá predizer os atos futuros de alguém.

Uma dessas causas ou fatores é o desejo do indivíduo. É-me possível resistir a outros fatores, desejar alguma coisa para ser diferente e trabalhar para esse fim. Esse fato torna possível o sentido de liberdade moral. Sem essa capacidade de desejar, e a de querer moldar os resultados, não nos seria possível julgar o indivíduo culpado de seus pecados. Não há lugar para louvores ou censuras num mundo inteiramente determinista. Mill, porém, vê base para louvores e censuras no fato de ser o desejo do indivíduo uma causa dos atos.

A liberdade é, por conseguinte, um fato da existência humana, segundo Mill.

Thomas Hill Green viu que experiências passadas determinam os fatores que o indivíduo aceita como bons e os que aceita como maus. Mas, mesmo nas experiências passadas, o homem foi um fator e participou, portanto, da determinação delas. É, por conseguinte, responsável pela espécie de bem que agora lhe agrada.

Além disso, Green achava o homem capaz de imaginar um mundo melhor. Pode construir seus próprios ideais, visões daquilo que se esforçará por vir a ser. De fato, construindo-os, poderá lutar para realizá-los e para ser melhor no futuro. O homem é, portanto, livre, argumentava Green, livre para desejar uma existência melhor.

Essa capacidade de desejar, de lutar e de, em certo grau, realizar, torna o homem um agente moral e responsável pelos seus atos. Ele é livre, devendo, por conseguinte, aceitar a responsabilidade pelas próprias ações.

Teorias de James e Dewey

William James encontrou no homem a vontade de crer, e foi isso que colocou como base de seu pensamento. Todo sistema filosófico, argumentou, depende, em última análise, da vontade de crer. O homem deseja crer de certo modo, porque a crença parece satisfazê-lo completamente. É a prova pragmática. Ela se ajusta bem e surte efeito.

Ora, se a vontade de crer é fundamental, o homem não pode ficar tolhido por condições e leis imutáveis. Deve fazer parte do cenário num sentido real. Deve, portanto, ser livre. Neste mundo, é livre para construir suas idéias e arriscar tudo para a sua realização.

John Dewey foi mais longe ainda. Concebeu um mundo em formação e o homem fazendo alguma coisa na sua criação. A menos que isso seja ilusão, uma comédia para os espectadores, deve o homem ser livre para tomar decisões e, finalmente, fazê-las valer na natureza das coisas. São as necessidades, os desejos e as tendências humanas que dirigem o mundo.

Conquanto o homem esteja sujeito aos fatores do mundo em que vive, pode inquirir, pensar, traçar planos, tomar decisões e agir de acordo com elas; suas ações podem modificar o mundo. Para Dewey, o pivô do progresso é o ser humano inteligente, prevendo livremente as possíveis conseqüências dos eventos e atirando-se na corrente a fim de modificar-lhe, pelo menos em certo grau, o curso, tornando-o mais conforme aos seus ideais.

Assim, durante toda a história do pensamento humano, debateu-se o homem com esta questão: Sou um simples peão no tabuleiro de xadrez das

forças universais, sobre as quais não tenho controle algum, ou posso, até certo grau, pelo menos, determinar minha sorte e destino? Filósofos têm tomado posição em ambos os sentidos, e muitos se colocaram entre os dois extremos. Até então, a grande maioria tem se esforçado por encontrar certa liberdade no homem. Houve, entretanto, muitos que mais ou menos deliberadamente, o entregaram a um destino impenetrável. Contudo, o espírito humano não pôde, durante muito tempo, satisfazer-se em colocar-se inteiramente nas mãos do destino e, inevitavelmente, levanta-se para proclamar a liberdade e desafiar quaisquer forças existentes a fim de derrotá-las.

Inevitavelmente, a morte deve surpreender o homem. Os pessimistas erguem-se para afirmar que ela provou seus argumentos e que o homem, por mais que proteste, é finalmente obrigado a curvar-se diante do destino, que não pode mais desafiar. Já os otimistas retrucarão que a morte não é uma derrota, porém, verdadeira vitória para a vontade do homem.

Embora derribado vezes sem conta pelas forças do mundo, o homem levanta-se para proclamar:

Sou o senhor de meu destino,

Sou o senhor de minha alma.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(José Fleurí Queiroz)

LEI DE LIBERDADE

I – LIBERDADE NATURAL (Livro dos Espíritos, itens 825

a 828-*a*)

Liberdade Absoluta

Artigo 93 – Não há posições no mundo em que o homem possa gozar-se de gozar de uma liberdade absoluta, porque todos necessitam uns dos outros, os pequenos como os grandes. A única condição em que o homem pudesse gozar de liberdade absoluta seria a do eremita no deserto. Desde que haja dois homens juntos há direitos a respeitar e não terão eles, portanto, liberdade absoluta.

Parágrafo único – Entretanto, a obrigação de respeitar os direitos alheios não tira ao homem o direito de se pertencer a si mesmo (não ser propriedade de outro), pois esse é um direito que lhe vem da natureza.

93.4 - “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”- Explanação de Allan Kardec no livro *Obras Póstumas. Liberdade, igualdade e fraternidade*”, três palavras que são por si sós o programa de uma ordem social, que realizaria o mais absoluto progresso da humanidade, se os princípios que representam pudessem receber inteira aplicação. Vejamos os obstáculos que, no estado atual da sociedade, lhes podem ser apresentados e procuraremos os meios de removê-los.

A fraternidade, na rigorosa acepção da palavra, resume todos os deveres do homem para com os semelhantes. Significa: devotamento, abnegação, tolerância, benevolência, indulgência; é a caridade evangélica por excelência e a aplicação da máxima “fazer aos outros o que queremos que os outros nos façam”. O oposto constitui a norma do egoísmo. A fraternidade proclama: um por todos e todos por um; o egoísmo perora: cada um para si. Estes dois princípios, sendo a negação um do outro, tanto impedem ao egoísta de ser fraterno como ao avarento de ser generoso e um homem medíocre de chegar às culminâncias de um grande homem. Ora, sendo o egoísmo social, enquanto ele dominar será impossível a verdadeira fraternidade, querendo-a cada um para proveito próprio; ou, quando muito, praticá-la-á em proveito de outrem, só após certificar-se de que nada perderá com isso.

A Liberdade depende da Fraternidade e da Igualdade

Atenta à sua importância para a realização da felicidade social, a fraternidade está na primeira linha: é a base; sem ela seriam impossíveis a liberdade e a igualdade reais. A igualdade decorre da fraternidade e a liberdade do conjunto das duas. Suponhamos uma sociedade de homens assás desinteressados, benévolos e prestativos, para viverem fraternalmente. Entre eles não haverá privilégios e direitos excepcionais, o que destruiria a fraternidade. Tratar alguém de irmão é tratar de igual para igual, é querer para ele o mesmo que para si. Em um povo de irmãos, a igualdade será a consequência dos seus sentimentos, da sua maneira de proceder, e se estabelecerá pela força das coisas.

Qual é, porém, o inimigo da igualdade? O orgulho, que trabalha por ser o primeiro e por dominar; que vive de privilégios e de exceções e que aproveitará a primeira ocasião

para destruir a igualdade social, nunca por ele bafejada. Ora, sendo o orgulho uma das chagas sociais, é evidente que nenhuma sociedade terá a igualdade sem arrasar primeiro esta barreira.

A liberdade, já o dissemos, é filha da igualdade e da fraternidade. Falamos da liberdade legal, e não da natural, que é um direito imprescritível de toda a criatura humana, até do selvagem. Os homens, vivendo como irmãos, com direitos iguais, animados do sentimento de recíproca benevolência, praticarão entre si a justiça, não causarão danos e, portanto, nada recearão uns dos outros. A liberdade será inofensiva, porque ninguém dela abusará, em prejuízo do seu semelhante. Como conseguir que o egoísmo, tudo desejando para si, e o orgulho, que quer tudo dominar, dêem as mãos à liberdade, que os destrona? Nunca o farão, porque a liberdade não tem mais encarniçados inimigos, assim como a igualdade e a fraternidade.

A liberdade pressupõe confiança mútua, mas este sentimento é impossível entre homens que só têm em vista a sua personalidade e, não podendo satisfazer à sua ambição à custa de outrem, vivem em guarda uns contra os outros, sempre receosos de perder o que chamam o seu direito, têm o predomínio como condição da existência; e por isto levantarão barreiras à liberdade e a sufocarão tão depressa encontrem propício ensejo.

Os três princípios são, como já dissemos, solidários entre si e apóiam-se mutuamente. Sem a co-existência deles, o edifício social fica incompleto. A fraternidade, praticada em sua pureza, requer a liberdade e a igualdade, sem as quais não será perfeita. Sem a fraternidade, a liberdade soltará a rédea às más paixões, que correrão sem freio. Com a fraternidade, o homem saberá regular o livre arbítrio, estará sempre na ordem. Sem ela, usará o livre arbítrio sem escrúpulos; serão a licença e a anarquia. É por isso que as mais livres nações são forçadas a pôr limites à liberdade. A igualdade, sem fraternidade, conduz aos mesmos resultados, porque a igualdade requer liberdade. Sob o pretexto da igualdade, o pequeno abate o grande, para tomar-lhe o lugar, e torna-se tirano por sua vez. Não há senão um deslocamento do despotismo.

Do exposto, resulta que deve permanecer na escravidão o povo que não possui ainda o verdadeiro sentimento de fraternidade? Que não tem capacidade para as instituições fundadas sobre os princípios de igualdade e de liberdade? Pensar assim é mais do que cometer um erro, é cometer um absurdo. Nunca se espera que a criança chegue a todo o seu desenvolvimento orgânico para ensiná-la a andar.

Quem é, as mais das vezes, o guia ou o tutor dos povos? São os homens de idéias grandiosas e generosas dominados pelo amor do progresso, que aproveitam a submissão dos seus inferiores, para neles desenvolver o senso moral e elevá-los, pouco a pouco, à condição de homens livres? Não: são, quase sempre, homens ciosos do seu poder, a cuja ambição outros servem de instrumentos mais inteligentes do que os animais e, que, por isso, em lugar de emancipá-los, os conservam, quando podem, sob o seu jugo e na ignorância. Esta ordem de coisas, entretanto, muda por si mesma, sob a irresistível influência do progresso.

A reação é, não raro, violenta e tanto mais terrível quanto o sentimento de fraternidade, imprudentemente sufocado, não interpõe o seu poder moderador. A luta é travada entre os que querem arrebatar e os que querem guardar; daí um conflito que se prolonga, às vezes, por séculos. Um equilíbrio fictício por fim se estabelece. As condições melhoram, mas os fundamentos da ordem social não estão firmes, a terra treme debaixo dos pés; porque ainda não é o tempo do reinado da liberdade e da igualdade sob a égide da fraternidade, visto como o orgulho e o egoísmo ainda contrastam com os esforços dos homens de bem.

Vós todos, que sonhais com esta idade de ouro para a humanidade, trabalhai principalmente na construção dos alicerces do edifício; antes de lhes terdes coroado o fastígio, dai-lhe por pedra angular a fraternidade em sua mais pura acepção; mas é preciso saber que, para isto, não basta decretar e inscrever a palavra numa bandeira; é mister que haja o sentimento no fundo dos corações e não seja ele trocado por disposições legislativas. Assim como para fazer frutificar um campo é preciso remover as pedras e arrancar a erva, urge trabalhar sem descanso para remover e arrancar o orgulho e o egoísmo, porque são eles a fonte de todo o mal, o obstáculo real ao reino das coisas boas.

Destruí nas leis, nas instituições, nas religiões, na educação, os mais imperceptíveis vestígios dos tempos da barbaria e dos privilégios, bem como todas as causas, que entretêm e desenvolvem esses eternos obstáculos ao verdadeiro progresso, vícios que são ingeridos, por assim dizer, com o leite, e aspirados por todos os poros na atmosfera social.

Só então os homens compreenderão os deveres e benefícios da fraternidade, só então se firmarão por si mesmos, sem abalos e sem perigos, os princípios complementares da liberdade e da igualdade. E é possível a destruição do orgulho e do egoísmo? Respondemos alta e formalmente: SIM; porque do contrário, fixar-se-á um marco eterno ao progresso da humanidade. Que o homem avulta sempre em inteligência é fato incontestável. Terá chegado ao ponto culminante da sua caminhada por esse caminho? Quem ousaria sustentar tão absurda tese? Progride em moralidade? Para responder a esta pergunta, basta comparar as épocas de um mesmo país. Por que teria ele atingido o limite do progresso moral e não o do progresso intelectual? Sua aspiração por uma melhor ordem de coisas é indício da possibilidade de alcançá-la. Aos que são progressistas cabe acelerar esse movimento por meio do estudo e da utilização dos meios mais eficientes.

Lei Natural contrabalançada pelo orgulho e egoísmo

Artigo 94 – Os homens que possuem opiniões liberais mas, que, frequentemente, agem com despotismo no lar e com os seus subordinados, possuem a compreensão da lei natural, mas contrabalançada pelo orgulho e pelo egoísmo. Sabem o que devem fazer, quando não transformam os seus princípios numa comédia bem calculada, mas não o fazem.

Inteligência para compreender e responsabilidade

Parágrafo único – Quanto mais inteligência tenha o homem para compreender um princípio, menos escusável será de não o aplicar a si mesmo. O homem simples, mas sincero, está mais adiantado no caminho de Deus do que aquele que aparenta o que não é.

II – ESCRAVIDÃO (Itens 829 a 832)

Abuso da força. Contra a Natureza

Artigo 95 – Toda sujeição absoluta de um homem a outro é contrária à lei de Deus. A escravidão é um abuso da força e desaparecerá com o progresso, como pouco a pouco desaparecerão todos os abusos. A lei humana que estabelece a escravidão é uma lei contra a natureza, pois assemelha o homem ao bruto e o degrada moral e fisicamente.

A escravidão pertencente aos costumes de um povo

Artigo 96 – Mesmo quando a escravidão pertença aos costumes de um povo, são repreensíveis os que a praticam. Pois o mal é sempre o mal. Todos os sofismas não farão que uma ação má se torne boa. Mas a responsabilidade do mal é relativa aos meios de que se dispõe para compreender. Aquele que se serve da lei da escravidão é sempre culpável de uma violação da lei natural; mas nisso, como em todas as coisas, a culpabilidade é relativa. Sendo a escravidão um costume entre certos povos, o homem pode praticá-la de boa fé, como uma coisa que lhe parece natural. Mas desde que a sua razão mais desenvolvida e sobretudo esclarecida pelas luzes do Cristianismo, lhe mostrou no escravo um seu igual perante Deus, ele não tem mais desculpas.

A escravidão e as raças menos inteligentes

Artigo 97 – A desigualdade natural das aptidões coloca certas raças humanas sob a dependência das raças inteligentes para as elevar e não para

as embrutecer ainda mais na escravidão. Os homens têm considerado, há muito, certas raças humanas como animais domesticáveis, munidos de braços e de mãos, e se julgaram no direito de vender os seus membros como bestas de carga. Consideraram-se de sangue mais puro. Insensatos, que não enxergam além da matéria! Não é o sangue que deve ser mais ou menos puro, mas o Espírito.

Homens que são mais humanos com seus escravos

Artigo 98 – Os homens que tratam os seus escravos com humanidade, que nada lhes deixam faltar e pensam que a liberdade os exporia a mais privações, são os que compreendem melhor os próprios interesses. Eles têm também muito cuidado com os seus bois e os seus cavalos, a fim de tirarem mais proveito no mercado. Não são culpados como os que os maltratam, mas nem por isso deixam de usá-los como mercadorias, privando-os do direito de se pertencerem a si mesmos.

III - LIBERDADE DE PENSAMENTO (Itens 833 e 834)

Liberdade de pensamento e responsabilidade

Artigo 99 – É pelo pensamento que o homem goza de uma liberdade sem limites, porque o pensamento não conhece entraves. Pode impedir-se a sua manifestação, mas não aniquilá-lo.

Parágrafo único – O homem é responsável pelo seu pensamento perante Deus. Só Deus pode conhecê-lo, condena-o ou absolve-o, segundo a sua justiça.

IV – LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA (Itens 835 a 842)

Artigo 100 – A consciência é um pensamento íntimo, que pertence ao homem como todos os outros pensamentos. Ninguém tem o direito de pôr entraves à liberdade de consciência. Somente a Deus pertence o direito de julgar a consciência. Se o homem regula pelas suas leis a relação de homem para homem, Deus, por suas leis naturais, regula as relações do homem com Deus. Constranger os homens de maneira diversa ao seu modo de pensar é torná-los hipócritas. A liberdade de consciência é uma das características da verdadeira civilização e do progresso.

A liberdade de consciência e as crenças notoriamente falsas

Artigo 101 – Toda crença é respeitável quando é sincera e conduz à prática do bem. As crenças reprováveis são as que conduzem ao mal. Somos repreensíveis por escandalizar em sua crença aquele que não pensa como nós: é faltar com a caridade e atentar contra a liberdade de pensamento.

Crenças que perturbam a sociedade

Parágrafo único – Podem reprimir-se os atos externos de uma crença, quando esses atos acarretam qualquer prejuízo aos outros; não é atentar contra a liberdade de consciência, porque essa repressão deixa à crença sua inteira liberdade.

Convicção não se impõe

Artigo 102 – Podemos, sem atentar contra a liberdade de consciência, procurar conduzir para o caminho da verdade os que se desviaram para

falsos princípios de doutrinas perniciosas; mas o ensino, a exemplo de Jesus, é pela doçura e persuasão e não pela força, porque seria pior que a crença daquele a quem se deseja convencer. Se há alguma coisa que possa ser imposta é o bem e a fraternidade, mas o meio de fazê-lo não é a violência: a convicção não se impõe.

Sinais da doutrina que seja expressão da verdade

Artigo 103 – Como todas as doutrinas têm a pretensão de ser a única expressão da verdade, podemos reconhecer a que tem o direito de se apresentar como tal a que produza mais homens de bem e menos hipócritas, quer dizer, que pratiquem a lei de amor e caridade na sua maior pureza e na sua aplicação mais ampla. Por esse sinal reconheceremos que uma doutrina é boa, pois toda doutrina que tiver por conseqüência semear a desunião e estabelecer divisões entre os filhos de Deus só pode ser falsa e perniciosa.

V – LIVRE-ARBÍTRIO (Itens 843 a 850)

Livre-arbítrio do homem e seus atos

Artigo 104 – O homem tem livre-arbítrio nos seus atos, pois se tem a liberdade de pensar, tem a de agir. Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina.

Livre-arbítrio da criança

Artigo 105 – O homem tem a liberdade de agir, desde que tenha a vontade de o fazer. Nas primeiras fases da vida a liberdade é quase nula; ela se desenvolve e muda de objeto com as faculdades. Estando os pensamentos da criança em relação com as necessidades da sua idade, ela aplica o seu livre-arbítrio às coisas que lhe são necessárias.

Predisposições instintivas a atos repreensíveis

Artigo 106 – As predisposições instintivas são as do Espírito antes da sua encarnação; conforme for ele mais ou menos adiantado elas podem impeli-lo a atos repreensíveis, no que ele será secundado por Espíritos que simpatizam com essas disposições; mas não há arrastamento irresistível, quando se tem a vontade de resistir. Querer é poder.

O livre-arbítrio e a influência do organismo nos atos da vida

Artigo 107 – O Espírito é certamente influenciado pela matéria, que pode entrar as suas manifestações. Eis porque, nos mundos em que os corpos são menos materiais do que na Terra as faculdades se desenvolvem com mais liberdade. Mas o instrumento não dá faculdades ao Espírito. De resto, é necessário distinguir neste caso as faculdades morais das faculdades intelectuais. Se um homem tem o instinto do assassinio é seguramente o seu próprio Espírito que o possui e que lho transmite mas nunca os seus órgãos. Aquele que aniquila o seu pensamento para apenas se ocupar da matéria faz-se semelhante ao bruto e ainda pior, porque não pensa mais em se premunir contra o mal. É nisso que ele se torna faltoso, pois assim age pela própria vontade. (Ver item 367 e seguintes de O Livro dos Espíritos, Influência do Organismo).

Alteração das faculdades e perda do livre-arbítrio

Artigo 108 – Aquele cuja inteligência está perturbada por uma causa qualquer perde o domínio do seu pensamento e, desde então, não tem mais liberdade. Essa alteração é freqüentemente uma punição para o Espírito que, numa existência pode ter sido vão e orgulhoso, fazendo mau uso de suas faculdades. Ele pode renascer no corpo de um idiota, como o déspota no corpo de um escravo e o mau rico no de um mendigo. Mas o Espírito sofre esse constrangimento, do qual tem perfeita consciência: é nisso que está a ação da matéria.

A embriaguez e o livre-arbítrio

Parágrafo único – A alteração das faculdades intelectuais pela embriaguez não desculpa os atos repreensíveis, pois o ébrio voluntariamente se priva da razão para satisfazer paixões brutais; em lugar de uma falta comete duas.

O selvagem: instinto e livre-arbítrio

Artigo 109 – No homem em estado selvagem, a faculdade dominante é o instinto; o que não o impede de agir com inteira liberdade em certas coisas. Mas, como a criança, ele aplica essa liberdade às suas necessidades e ela se desenvolve com a inteligência. Por conseguinte, quem for mais esclarecido que um selvagem é também mais responsável que ele pelo que faz.

A posição social e o livre-arbítrio

Artigo 110 – A posição social é, às vezes, um obstáculo à inteira liberdade de ação, pois o mundo tem, sem dúvida, as suas exigências. Deus é justo e tudo leva em conta, mas deixa aos homens a responsabilidade dos poucos esforços que faz para superar os obstáculos.

110.1 – “Determinismo e Livre-arbítrio” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Espírito e o Tempo”, Edit. Edicel, DF, 7^a. edição, 1995, págs. 152-155:

Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina - Admitida a existência de Deus, como “inteligência suprema e causa primária de todas as coisas” – admitida essa existência com a mesma evidência com que ela se apresenta no hegelianismo e no cartesianismo – e admitida, da mesma maneira, a existência de uma lei geral de evolução, a que tudo se submete, inclusive o homem, resta saber se estamos ou não diante da estrutura rígida do pensamento espinosiano. Há liberdade para esse homem que amadurece, que tem de amadurecer, queira ou não queira, no processo evolutivo? À primeira vista, a liberdade é impossível. O Espiritismo parece ter dito antes do poeta Rainer Maria Rilke: “Deus nos faz amadurecer, mesmo que não o queiramos.” E realmente o disse. Mas acrescentou: “Sem o livre-arbítrio, o homem seria uma máquina.” (Item 843 de ‘O Livro dos Espíritos’). O homem é livre de pensar, querer e agir, mas sua liberdade é limitada pelas suas próprias condições de ser. O simples fato de existir é uma condição. Dentro dessa condição, porém, o homem é livre: pode ser útil ou inútil, bom ou mau, segundo a sua própria determinação. Existe, pois, uma dialética do determinismo, que é ao mesmo tempo a dialética da liberdade.

A liberdade relativa do homem (determinismo subjetivo e determinismo objetivo) – Podemos colocar assim o problema: há um determinismo subjetivo, que é o da vontade do homem, e um determinismo objetivo, que é o das condições de sua própria existência. Da oposição constante dessas duas vontades, a do homem e a das coisas, resulta a liberdade relativa da sua possibilidade de opção e ação. O item 844 de ‘O Livro dos Espíritos’ nos propõe essa tese de maneira simples, ao tratar do desenvolvimento infantil: “Nas primeiras fases da vida a liberdade é quase nula; ela se desenvolve e muda de objeto com as

faculdades. Estando os pensamentos da criança em relação com as necessidades da sua idade, ela aplica o seu livre-arbítrio às coisas que lhe são necessárias.” Isso nos mostra que o homem não amadurece como o fruto, mas como espírito. Na proporção em que a criança amadurece, ela deixa de ser criança, para tornar-se adulto. Assim, o homem, na proporção em que amadurece, deixa de ser homem – essa criatura humana, contraditória e falível, enleada nas ilusões da vida física – para tornar-se Espírito. A morte, em vez de ser a frustração do existencialismo sartreano, ou o fim da vida, ou ainda o momento de mergulhar no desconhecido, de toda a tradição religiosa, apresenta-se como o momento de maturação e de alforria. Morrer, como o disse Victor Hugo, não é morrer, mas simplesmente mudar-se.

O homem constrói o seu destino no plano do contingente, mas no plano do transcendente o seu destino já está determinado pelas leis universais – A mudança do homem, entretanto, não é completa. Ele não deixa de ser o que é. Sua essência permanece a mesma. Perdendo a condição existencial terrena, ele passa imediatamente para a condição existencial psíquica. Nessa outra condição, terá de enfrentar o mesmo processo de oposição dialética: de um lado, o determinismo subjetivo da sua vontade, do seu próprio querer; de outro, o determinismo objetivo das circunstâncias. Nestas circunstâncias, porém, avultam as conseqüências de seus atos na vida física. O que ele fez, a maneira por que pensou, quis, sentiu e agiu, toda trama das suas próprias ações, agora o enleia. Como se vê, sua liberdade ampliou-se, pois é ele quem agora se limita no exterior. As circunstâncias em que se encontra foram determinadas pela sua própria vontade. Isso lhe desperta a compreensão de sua capacidade de agir, e conseqüentemente de sua responsabilidade. É então que ele deseja voltar à existência física, ao mundo em que gerou o seu próprio mundo espiritual, a fim de reformar a sua obra. E já então, ao voltar, aqui mesmo, no mundo material, ele não vem enfrentar apenas a vontade estranha das coisas, mas também a sua própria vontade, representada nas circunstâncias de uma vida apropriada às necessidades do seu posterior desenvolvimento.

É assim que, pouco a pouco, o livre-arbítrio supera o determinismo. A liberdade de se determinar a si próprio confere ao homem o poder de criar. Ele cria o seu próprio mundo, as suas formas de vida, o seu destino. A princípio, o faz de maneira quase inconsciente, como a criança que se queima na chama da vela, por querer pegá-la. Mas, depois, as experiências o acordam para a plenitude consciencial de que ele deve desfrutar, segundo o seu destino natural. Porque o destino do homem, no sentido geral de sua posição no Universo, é ser ‘deus’. Não no sentido de igualar-se à Inteligência Suprema, mas de atingir a compreensão dessa Inteligência, integrar-se no seu plano de vida e pensamento, participar de sua plenitude. Assim, podemos dizer que o homem constrói o seu destino no plano do contingente, mas no plano do transcendente o seu destino já está determinado pelas leis universais.

Todos os seres, desde a região ontológica mineral até a região vegetal, a animal e a hominal, estão todos integrados no mesmo processo e submetidos às mesmas leis e ao mesmo destino – Mas será apenas o homem que tem esse destino transcendente? E os demais seres da Criação, para e por que existem? O Espiritismo nos responde que o Universo é constituído de dois elementos fundamentais, as duas substâncias cartesianas – a ‘rés cogitans’ e a ‘rés extensa’ – ou, em termos espíritas: o elemento espiritual e o elemento material. Ainda em termos cartesianos, mas já no plano do pensamento de Espinosa, vemos que essa dualidade se resolve numa espécie de monismo tridimensional: inteligência e matéria decorrem de uma fonte única, a que estão subordinadas, e que é Deus. Por isso que Deus é inteligência e causa. Como causa, o é de todas as coisas. Deus não é assim uma concepção antropomórfica, mas hipóstases de Plotino. O universo é hipostático: primeiro a hipóstase divina, que é Deus; depois, a hipóstase inteligente, que é o Espírito; e, por fim, a hipóstase material, que é a Matéria.

Essas três hipóstases não estão, porém, separadas, como as da concepção plotiniana. Constituem apenas aspectos de um mesmo todo. E o que é mais curioso, aspectos interpenetrados. É assim que Deus está em tudo e tudo está em Deus, que a matéria existe desde o início e que espírito e matéria estão sempre relacionados. Como na doutrina de forma e matéria, em Aristóteles, o espírito informa a matéria, e esta, por sua vez, manifesta o espírito, e toda essa interação se realiza em Deus, porque tudo depende de Sua vontade e está sob o poder constante de Suas leis. O fluido universal, na mecânica cósmica, e o fluido vital, na mecânica biológica, são o resultado dialético e ao mesmo tempo o elemento de aglutinação de espírito e matéria. Assim, todos os seres, desde a região ontológica mineral – segundo a

terminologia da moderna ontologia – até a região vegetal, a animal e a hominal, estão todos integrados no mesmo processo e submetidos às mesmas leis e ao mesmo destino. É o que vemos, por exemplo, no final da resposta do item 540, de ‘O Livro dos Espíritos’: “É assim que tudo se encadeia na Natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo. Admirável lei de harmonia, que o vosso espírito limitado ainda não pode abranger no seu conjunto!”

O princípio e o fim de tudo e de todas as coisas ainda nos são desconhecidos –

Bastaria perguntar como se explica a finalidade desse imenso processo. Em que resultaria, afinal, esse desenvolvimento constante de tudo, de todas as coisas, nos rumos da perfeição e da inteligência? A pergunta, como responderia Gonzague Truc, não pode ser respondida pela Filosofia, porque pertence à Mística. Mas o Espiritismo, que admite o desenvolvimento da Filosofia até o plano da antiga Mística e além dela – uma vez que admite o desenvolvimento ilimitado da capacidade humana de compreender – responde com a nossa incapacidade atual para abarcar a complexidade e as conseqüências do processo cósmico, dentro do qual nos encontramos. Do nosso ponto de vista atual, demasiado restrito, condicionado pela estreiteza de nossas mentes, em funcionamento na aparelhagem de cérebros animais, é impossível a compreensão daquilo que poderíamos chamar, nos termos da filosofia aristotélica, as causas finais.

Quando saímos do plano do pensamento, para examinar o problema à luz das nossas possibilidades de expressão verbal, maior ainda se revela a nossa incapacidade, diante de suas dimensões conceptuais. As deficiências da linguagem humana, assinaladas por Kardec na ‘Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita’, mostram quanto seria vã a nossa pretensão de investigar o princípio e o fim das coisas. Mas, ao mesmo tempo, o Espiritismo nos acena com as possibilidades futuras, mostrando-nos como, a cada giro da Terra sobre si mesma, o nosso avanço no tempo equivale ao desenvolvimento psíquico. Compete a cada um de nós, e a todos nós em conjunto, superarmos as nossas limitações, pelo nosso desenvolvimento próprio e pelo desenvolvimento da Civilização.

VI – FATALIDADE (Itens 851 a 867)

Fatalidade e Livre-arbítrio sobre o bem e o mal

Artigo 111 – A fatalidade só existe no tocante à escolha feita pelo Espírito, ao se encarnar, de sofrer esta ou aquela prova; ao escolhê-la ele traça para si mesmo uma espécie de destino, que é a própria conseqüência da posição em que se encontra. Falo das provas de natureza física, porque, no tocante às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o seu livre-arbítrio sobre o bem e o mal, é sempre senhor de ceder ou resistir. Um bom Espírito, ao vê-lo fraquejar, pode correr em seu auxílio mas não pode influir sobre ele a ponto de subjugar-lhe a vontade. Um Espírito mau, ou seja, inferior, ao lhe mostrar ou exagerar um perigo físico, pode abalá-lo e assustá-lo, mas a vontade do Espírito encarnado não fica por isso menos livre de qualquer entrave.

111.1 – “Nossos fracassos” - Comentário de Kardec no item 852 de O Livro dos Espíritos:

As idéias justas ou falsas que fazemos das coisas nos fazem vencer ou fracassar, segundo o nosso caráter e a nossa posição social. Achamos mais simples e menos humilhante para o nosso amor-próprio atribuir os nossos fracassos à sorte ou ao destino, do que a nós mesmos. Se a influência dos Espíritos contribui algumas vezes para isso, podemos sempre nos subtrair a ela, repelindo as idéias más que nos forem sugeridas.

111.2 – “Experiência: Determinismo e Livre-arbítrio” – Respostas do Espírito Emmanuel no livro já citado “O Consolador”, págs. 83-91:

Como adquire experiência o Espírito encarnado? – A luta e o trabalho são tão imprescindíveis ao aperfeiçoamento do espírito, como o pão material é indispensável à ma-

nutrição do corpo físico. É trabalhando e lutando, sofrendo e aprendendo, que a alma adquire as experiências necessárias na sua marcha para a perfeição.

Há o determinismo e o livre-arbítrio, ao mesmo tempo, na existência humana? – Determinismo e livre-arbítrio coexistem na vida, entrosando-se na estrada dos destinos, para a elevação e redenção dos homens. O primeiro é absoluto nas mais baixas camadas evolutivas e o segundo amplia-se com os valores da educação e da experiência. Acresce observar que sobre ambos pairam as determinações divinas, baseadas na lei do amor, sagrada e única, da qual a profecia foi sempre o mais eloqüente testemunho. Não verificais, atualmente, as realizações previstas pelos emissários do Senhor há dois e quatro milênios, no divino simbolismo das Escrituras? Estabelecida a verdade de que o homem é livre na pauta de sua educação e de seus méritos, na lei das provas, cumpre-nos reconhecer que o próprio homem, à medida que se torna responsável, organiza o determinismo da sua existência, agravando-o ou amenizando-lhe os rigores, até poder elevar-se definitivamente aos planos superiores do Universo.

Havendo o determinismo e o livre-arbítrio, ao mesmo tempo, na vida humana, como compreender a palavra dos guias espirituais quando afirmam não lhes ser possível influenciar a nossa liberdade? – Não devemos esquecer que falamos de expressão corpórea, em se tratando do determinismo natural, que prepondera sobre os destinos humanos. A subordinação da criatura, em suas expressões do mundo físico, é lógica e natural nas leis das compensações, dentro das provas necessárias, mas, no íntimo, zona de pura influência espiritual, o homem é livre na escolha do seu futuro caminho. Seus amigos do invisível localizam aí o santuário da sua independência sagrada. Em todas as situações, o homem educado pode reconhecer onde falam as circunstâncias da vontade de Deus, em seu benefício, e onde falam as que se formam pela força da sua vaidade pessoal ou do seu egoísmo. Com ele, portanto, estará sempre o mérito da escolha, nesse particular.

Como pode o homem agravar ou amenizar o determinismo de sua vida? – A determinação divina na sagrada lei universal é sempre a do bem e da felicidade, para todas as criaturas. No lar humano, não vedes um pai amoroso e ativo, com um largo programa de trabalhos pela ventura dos filhos? E cada filho, cessado o esforço da educação na infância, na preparação da vida, não deveria ser um colaborador fiel da generosa providência paterna pelo bem de toda a comunidade familiar? Entretanto, a maioria dos pais humanos deixa a Terra sem ser compreendida, apesar de todo o esforço despendido na educação dos filhos.

Nessa imagem muito frágil, em comparação com a paternidade divina, temos um símile da situação.

O Espírito que, de algum modo, já armazenou certos valores educativos, é convocado para esse ou aquele trabalho de responsabilidade junto de outros seres em provação rude, ou em busca de conhecimentos para a aquisição da liberdade. Esse trabalho deve ser levado a efeito na linha reta do bem, de modo que esse filho seja o bom cooperador de seu Pai Supremo, que é Deus. O administrador de uma instituição, o chefe de uma oficina, o escritor de um livro, o mestre de uma escola, têm a sua parcela de independência para colaborar na obra divina, e devem retribuir a confiança espiritual que lhes foi deferida. Os que se educam e conquistam direitos naturais, inerentes à personalidade, deixam de obedecer, de modo absoluto, no determinismo da evolução, porquanto estarão aptos a cooperar no serviço das ordenações, podendo criar as circunstâncias para a marcha ascensional de seus subordinados ou irmãos em humanidade, no mecanismo de responsabilidade da consciência esclarecida.

Nesse trabalho de ordenar com Deus, o filho necessita considerar o zelo e o amor paternos, a fim de não desviar sua tarefa do caminho reto, supondo-se senhor arbitrário das situações, complicando a vida da família humana, e adquirindo determinados compromissos, por vezes bastante penosos, porque, contrariamente ao propósito dos pais, há filhos que desbaratam os "talentos" colocados em suas mãos, na preguiça, no egoísmo, na vaidade ou no orgulho.

Daí a necessidade de concluirmos com a apologia da Humanidade, salientando que o homem que atingiu certa parcela de liberdade está retribuindo a confiança do Senhor, sempre que age de acordo com a sua vontade misericordiosa e sábia, reconhecendo que o seu esforço individual vale muito, não por ele, mas pelo amor de Deus que o protege e ilumina na edificação de sua obra imortal.

Se o determinismo divino é o do bem, quem criou o mal? – O determinismo divino se constitui de uma só lei, que é a do amor para a comunidade universal. Todavia, confiando em si mesmo, mais do que em Deus, o homem transforma a sua fragilidade em foco de ações contrárias a essa mesma lei, efetuando, desse modo, uma intervenção indébita na harmonia divina. Eis o mal.

Urge recompor os elos sagrados dessa harmonia sublime. Eis o resgate.

Vede, pois, que o mal, essencialmente considerado, não pode existir para Deus, em virtude de representar um desvio do homem, sendo zero na Sabedoria e na Providência Divinas. O Criador é sempre o Pai generoso e sábio, justo e amigo, considerando os filhos transviados como incursos em vastas experiências. Mas, como Jesus e os seus prepostos são seus cooperadores divinos, e eles próprios instituem as tarefas contra o desvio das criaturas humanas, focalizam os prejuízos do mal com a força de suas responsabilidades educativas, a fim de que a Humanidade siga retamente no seu verdadeiro caminho para Deus.

Existem seres agindo na Terra sob determinação absoluta? – Os animais e os homens quase selvagens nos dão uma idéia dos seres que agem no planeta sob determinação absoluta. E essas criaturas servem para estabelecer a realidade triste da mentalidade do mundo, ainda distante da fórmula do amor, com que o homem deve ser o legítimo cooperador de Deus, ordenando com a sua sabedoria paternal.

Sem saberem amar os irracionais e os irmãos mais ignorantes colocados sob a sua imediata proteção, os homens mais educados da Terra exterminam os primeiros, para a sua alimentação, e escravizam os segundos para objeto de explorações grosseiras, com exceções, de modo a mobilizá-los a serviço do seu egoísmo e da sua ambição.

Os astros influenciam igualmente na vida do homem? – As antigas assertivas astrológicas têm a sua razão de ser. O campo magnético e as conjunções dos planetas influenciam no complexo celular do homem físico, em sua formação orgânica e em seu nascimento na Terra; porém, a existência planetária é sinônimo de luta. Se as influências astrais não favorecem a determinadas criaturas, urge que estas lutem contra os elementos perturbadores, porque, acima de todas as verdades astrológicas, temos o Evangelho, e o Evangelho nos ensina que cada qual receberá por suas obras, achando-se cada homem sob as influências que merece.

Os fenômenos premonitórios atestam a possibilidade da presciência com relação ao futuro? – Os Espíritos de nossa esfera não podem devassar o futuro, considerando essa atividade uma característica dos atributos do Criador Supremo, que é Deus. Temos de considerar, todavia, que as existências humanas estão subordinadas a um mapa de provas gerais, onde a personalidade deve movimentar-se com o seu esforço para a iluminação do porvir, e, dentro desse roteiro, os mentores espirituais mais elevados podem organizar os fatos premonitórios, quando convenham à demonstração de que o homem não se resume a um conglomerado de elementos químicos de conformidade com a definição do materialismo dissolvente.

Que dizermos da cartomancia em face do Espiritismo? – A cartomancia pode enquadrar-se nos fenômenos psíquicos, mas não no Espiritismo evangélico, onde o cristão deve cultivar os valores do seu mundo íntimo pela fé viva e pelo amor no coração, buscando servir a Jesus no santuário de sua alma, não tendo outra vontade que não aquela de se elevar ao seu amor pelo trabalho e iluminação de si mesmo, sem qualquer preocupação pelos acontecimentos nocivos que se foram, ou pelos que hão de vir, na sugestão nem sempre sincera dos que devassam o mundo oculto.

111.4 – “Transição (morte)” – Respostas de Emmanuel no referido livro “O Consolador”:

É fatal o instante da morte? – Com exceção do suicídio, todos os casos de desencarnação são determinados previamente pelas forças espirituais que orientam a atividade do homem sobre a Terra. Esclarecendo-vos quanto a essa exceção, devemos considerar que, se o homem é escravo das condições externas da sua vida no orbe, é livre no mundo íntimo, razão por que, trazendo no seu mapa de provas a tentação de desertar da vida expiatória e retificadora, contrai um débito penoso aquele que se arruína, desmantelando as próprias energias. A educação e a iluminação do íntimo constituem o amor ao santuário de Deus em

nossa alma. Quem as realiza em si, na profundidade da liberdade interior, pode modificar o determinismo das condições materiais de sua existência, alçando-a para a luz e para o bem. Os que eliminam, contudo, as suas energias próprias, atentam contra a luz divina que palpita em si mesmos. Daí o complexo de suas dívidas dolorosas. E existem ainda os suicídios lentos e gradativos, provocados pela ambição ou pela inércia, pelo abuso ou pela inconsideração, tão perigosos para a vida da alma, quanto os que se observam, de modo espetacular, entre as lutas do mundo. Essa a razão pela qual tantas vezes se batem os instrutores dos encarnados, pela necessidade permanente de oração e de vigilância, a fim de que os seus amigos não fracassem nas tentações.

Proporciona a morte mudanças inesperadas e certas modificações rápidas, como será de desejar? – A morte não prodigaliza estados miraculosos para a nossa consciência. Desencarnar é mudar de plano, como alguém que se transferisse de uma cidade para outra, aí no mundo, sem que o fato lhe altere as enfermidades ou as virtudes com a simples modificação dos aspectos exteriores. Importa observar apenas a ampliação desses aspectos, comparando-se o plano terrestre com a esfera de ação dos desencarnados. Imaginai um homem que passa de sua aldeia para uma metrópole moderna. Como se haverá, na hipótese de não se encontrar devidamente preparado em face dos imperativos da sua nova vida? A comparação é pobre, mas serve para esclarecer que a morte não é um salto dentro da Natureza. A alma prosseguirá na sua carreira evolutiva, sem milagres prodigiosos. Os dois planos, visível e invisível, se interpenetram no mundo, e, se a criatura humana é incapaz de perceber o plano da vida imaterial, é que o seu sensorio está habilitado somente a certas percepções, sem que lhe seja possível, por enquanto, ultrapassar a janela estreita dos cinco sentidos.

Que espera o homem desencarnado, diretamente, nos seus primeiros tempos da vida de além-túmulo? – A alma desencarnada procura naturalmente as atividades que lhe eram prediletas nos círculos da vida material, obedecendo aos laços afins, tal qual se verifica nas sociedades do vosso mundo. As vossas cidades não se encontram repletas de associações, de grêmios, de classes inteiras que se reúnem e se sindicalizam para determinados fins, conjugando idênticos interesses de vários indivíduos? Aí, não se abraçam os agiotas, os políticos, os comerciantes, os sacerdotes, objetivando cada grupo a defesa dos seus interesses próprios? O homem desencarnado procura ansiosamente, no Espaço, as aglomerações afins com o seu pensamento, de modo a continuar o mesmo gênero de vida abandonado na Terra, mas, tratando-se de criaturas apaixonadas e viciosas, a sua mente reencontrará as obsessões de materialidade, quais as do dinheiro, do álcool, etc., obsessões que se tornam o seu martírio moral de cada hora, nas esferas mais próximas da Terra. Daí a necessidade de encararmos todas as nossas atividades no mundo como a tarefa de preparação para a vida espiritual, sendo indispensável à nossa felicidade, além do sepulcro, que tenhamos um coração sempre puro.

Logo após a morte, o homem que se desprende do invólucro material pode sentir a companhia dos entes amados que o precederam no além-túmulo? – Se a sua existência terrestre foi o apostolado do trabalho e do amor a Deus, a transição do plano terrestre para a esfera espiritual será sempre suave. Nessas condições, poderá encontrar imediatamente aqueles que foram objeto de sua afeição no mundo, na hipótese de se encontrarem no mesmo nível de evolução. Uma felicidade doce e uma alegria perene estabelecem-se nesses corações amigos e afetuosos, depois das amarguras da separação e da prolongada ausência. Entretanto, aqueles que se desprendem da Terra, saturados de obsessões pelas posses efêmeras do mundo e tocados pela sombra das revoltas incompreensíveis, não encontram tão depressa os entes queridos que os antecederam na sepultura. Suas percepções restritas à atmosfera escura dos seus pensamentos e seus valores negativos impossibilitam-lhes as doces venturas do reencontro. É por isso que observais, tantas vezes, Espíritos sofredores e perturbados fornecendo a impressão de criaturas desamparadas e esquecidas pela esfera da bondade superior, mas, que, de fato, são desamparados por si mesmos, pela sua perseverança no mal, na intenção criminosa e na desobediência aos sagrados desígnios de Deus.

É possível que os espíritistas venham a sofrer perturbações depois da morte? – A morte não apresenta perturbações à consciência reta e ao coração amante da verdade e do amor dos que viveram na Terra tão-somente para o cultivo da prática do bem, nas suas variadas formas e dentro das mais diversas crenças. Que o espírita cristão não considere o

seu título de aprendiz de Jesus como um simples rótulo, ponderando a exortação evangélica – “muito se pedirá de quem muito recebeu”, preparando-se nos conhecimentos e nas obras do bem, dentro das experiências do mundo para a sua vida futura, quando a noite do túmulo houver descerrado aos seus olhos espirituais a visão da verdade, em marcha para as realizações da vida imortal.

O Espírito desencarnado pode sofrer com a cremação dos elementos cadavéricos? – Na cremação, faz-se mister exercer a piedade com os cadáveres, procrastinando por mais horas o ato de destruição das vísceras materiais, pois, de certo modo, existem sempre muitos ecos de sensibilidade entre o Espírito desencarnado e o corpo onde se extinguiu o “tônus vital”, nas primeiras horas seqüentes ao desenlace, em vista dos fluidos orgânicos que ainda solicitam a alma para as sensações da existência material.

Quais as primeiras impressões dos que desencarnam por suicídio? – A primeira decepção que os aguarda é a realidade da vida que não se extingue com as transições da morte do corpo físico, vida essa agravada por tormentos pavorosos, em virtude de sua decisão tocada de suprema rebeldia. Suicidas há que continuam experimentando os padecimentos físicos da última hora terrestre, em seu corpo somático, indefinidamente. Anos a fio, sentem as impressões terríveis do tóxico que lhes aniquilou as energias, a perfuração do cérebro pelo corpo estranho partido da arma usada no gesto supremo, o peso das rodas pesadas sob as quais se atiraram na ânsia de desertar da vida, a passagem das águas silenciosas e tristes sobre os seus despojos, onde procuraram o olvido criminoso de suas tarefas no mundo e, comumente, a pior emoção do suicida é a de acompanhar, minuto a minuto, o processo de decomposição do corpo abandonado no seio da terra, verminado e apodrecido. De todos os desvios da vida humana o suicídio é, talvez, o maior deles pela sua característica de falso heroísmo, de negação absoluta da lei do amor e de suprema rebeldia à vontade de Deus, cuja justiça nunca se fez sentir, junto dos homens, sem a luz da misericórdia.

Se uma criatura desencarna deixando inimigos na Terra, é possível que continue perseguindo o seu desafeto, dentro da situação de invisibilidade? – Isso é possível e quase geral, no capítulo das relações terrestres, porque, se o amor é o laço que reúne as almas nas alegrias da liberdade, o ódio é a algema dos forçados, que os prende reciprocamente no cárcere da desventura. Se alguém partiu odiando, e se no mundo o desafeto faz questão de cultivar os germens da antipatia e das lembranças cruéis, é mais que natural que, no plano invisível, perseverem os elementos da aversão e da vindita implacáveis, em obediência às leis de reciprocidade, depreendendo-se daí a necessidade do perdão com o inteiro esquecimento do mal, a fim de que a fraternidade pura se manifeste através da oração e da vigilância, convertendo o ódio em amor e piedade, com os exemplos mais santos, no Evangelho de Jesus.

Fatalidade e morte

Artigo 112 – Fatal, no verdadeiro sentido da palavra, só o instante da morte. Chegando esse momento, de uma forma ou de outra, a ele ninguém pode furtar-se. Com muita frequência o homem tem o pressentimento do seu fim, como o pode ter de que ainda não morrerá. Esse pressentimento lhe é dado pelos seus Espíritos protetores, que desejam adverti-lo para que esteja pronto a partir ou reerguem a sua coragem nos momentos em que se faz necessário. Também lhe pode vir da intuição da existência por ele escolhida, ou da missão que aceitou e sabe que deve cumprir.

Ninguém é predestinado ao crime

Artigo 113 – O homem (Espírito) sabe que ao escolher uma vida de lutas terá a probabilidade de matar um de seus semelhantes, mas ignora se o fará ou não, porque estará quase sempre nele tomar a deliberação de cometer o crime. Ora, aquele que delibera sobre alguma coisa é sempre livre de a fazer ou não. Se o espírito soubesse com antecedência que, como homem, devia cometer um assassinio, estaria predestinado a isso. Não há ninguém predestinado ao crime e que todo crime, como todo e qualquer ato, é sempre

o resultado da vontade e do livre-arbítrio. Se há fatalidade, às vezes, é apenas no tocante aos acontecimentos materiais, cuja causa está fora do homem e que são independentes de sua vontade. Quanto aos atos da vida moral, emanam sempre do próprio homem, que tem sempre, por conseguinte, a liberdade de escolha: para os seus atos não existe jamais a fatalidade.

VII – “RESUMO TEÓRICO DO MÓVEL DAS AÇÕES HUMANAS” (O Livro dos Espíritos – item 872 – Síntese de Allan Kardec):

Livre-arbítrio e Educação

Artigo 114 – A questão do livre-arbítrio pode resumir-se assim: O homem não é fatalmente conduzido ao mal; os atos que pratica não “estavam escritos”; os crimes que comete não são o resultado de um decreto do destino. Ele pode, como prova e expiação escolher uma existência em que se sentirá arrastado para o crime, seja pelo meio em que estiver situado, seja pelas circunstâncias supervenientes. Mas, será sempre livre de agir como quiser. Assim, o livre-arbítrio existe no estado de Espírito, com a escolha da existência das provas; e no estado corpóreo, com a faculdade de ceder ou resistir aos arrastamentos a que voluntariamente estamos submetidos. Cabe à educação combater as más tendências, e ela o fará de maneira eficiente quando se basear no estudo aprofundado da natureza moral do homem. Pelo conhecimento das leis que regem essa natureza moral chegar-se-á a modificá-la, como se modifica a inteligência pela instrução e o temperamento (condições físicas) pela higiene.

Livre escolha das provas, antes da reencarnação

Artigo 115 – O Espírito desligado da matéria, no estado errante, faz a escolha de suas futuras existências corpóreas segundo o grau de perfeição que tenha atingido. É nisso, como já dissemos, que consiste sobretudo o seu livre-arbítrio. Essa liberdade não é anulada pela encarnação. Se ele cede à influência da matéria, é então que sucumbe nas provas por ele mesmo escolhidas. E é para o ajudar a superá-las que pode invocar a assistência de Deus e dos bons Espíritos.

Prova imposta por Deus

Parágrafo único – A união do Espírito com determinado corpo pode ser imposta por Deus, da mesma maneira que as diferentes provas, sobretudo quando o Espírito ainda não está apto a fazer uma escolha com conhecimento de causa. Como expiação, o Espírito pode ser constringido a se unir ao corpo de uma criança que, por seu nascimento e pela posição que terá no mundo, poderá tornar-se para ele um meio de castigo. (item 337 de O Livro dos Espíritos).

Livre-arbítrio e influência do organismo

Artigo 116 – Sem o livre-arbítrio o homem não tem culpa, nem mérito no bem; e isso é de tal modo reconhecido que no mundo se proporciona sempre a censura ou o elogio à intenção, o que quer dizer à vontade; ora, quem diz vontade diz liberdade. O homem não poderá, portanto, procurar desculpas no seu organismo para as suas faltas sem com isso abdicar da razão e da própria condição humana, para se assemelhar aos animais. Se assim é para o mal, assim mesmo devia ser para o bem. Mas, quando o homem

pratica o bem, tem grande cuidado em consignar o mérito a seu favor e não trata de o atribuir aos seus órgãos, o que prova que instintivamente ele não renuncia, malgrado a opinião de alguns sistemáticos, ao mais belo privilégio da sua espécie: a liberdade de pensar.

Fatalidade (Determinismo): negação da Lei do Progresso

Artigo 117 – A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os acontecimentos da vida, qualquer que seja a sua importância. Se assim fosse, o homem seria uma máquina destituída de vontade. Para que lhe serviria a inteligência, se ele fosse invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pelo poder do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, representaria a destruição de toda liberdade moral; não haveria mais responsabilidade para o homem, nem mal, nem crime, nem virtude. Deus, soberanamente justo, não poderia castigar as suas criaturas por faltas que não dependessem delas, nem recompensá-las por virtudes de que não teriam mérito. Semelhante lei seria ainda a negação da lei do progresso, porque o homem que tudo esperasse da sorte nada tentaria fazer para melhorar a sua posição, desde que não poderia torná-la melhor nem pior.

Fatalidade real: resultante da escolha da expiação, prova ou missão

Artigo 118 – A fatalidade não é, entretanto, uma palavra vã; ela existe no tocante à posição do homem na Terra e às funções que nela desempenha, como consequência do gênero de existência que seu Espírito escolheu, como *prova*, *expiação* ou *missão*. Sofre ele, de maneira fatal, todas as vicissitudes dessa existência e todas as *tendências* boas ou más que lhe são inerentes. Mas a isso se reduz a fatalidade, porque depende de sua *vontade* ceder ou não a essas tendências. *Os detalhes dos acontecimentos estão na dependência das circunstâncias que ele mesmo provoque, com os seus atos, e sobre os quais podem influir os Espíritos, através dos pensamentos que lhe sugerem (ver item 459 de O Livro dos Espíritos).*

A fatalidade está, portanto, nos acontecimentos que se apresentam ao homem como consequência da escolha de existência feita pelo Espírito; mas pode não estar no resultado desses acontecimentos, pois pode depender do homem a modificação do curso das coisas, pela sua prudência; *e jamais se encontra nos atos da vida moral.*

Fatalidade inexorável: a morte

Artigo 119 – É na morte que o homem é submetido, de uma maneira absoluta, à inexorável lei da fatalidade, porque ele não pode fugir ao decreto que fixa o termo de sua existência, nem ao gênero de morte que deve interromper-lhe o curso.

A Doutrina comum: o homem é sempre desculpável por seus erros

Artigo 120 – Segundo a doutrina comum, o homem tiraria de si mesmo todos os seus instintos; estes procederiam seja da sua organização física, pela qual ele não seria responsável, seja da sua própria natureza, na

qual pode procurar uma escusa para si mesmo, dizendo que não é sua a culpa de ter sido criado daquela forma.

A Doutrina Espírita: o homem é absolutamente responsável por seus atos

Artigo 121 – A Doutrina Espírita é evidentemente mais moral; ela admite para o homem o livre-arbítrio em toda a sua plenitude; e ao lhe dizer que, se pratica o mal, cede a uma sugestão má que lhe vem de fora, deixa-lhe toda a responsabilidade, pois lhe reconhece o poder de resistir, coisa evidentemente mais fácil do que se tivesse de lutar contra a sua própria natureza. Assim, segundo a doutrina espírita, não existem arrastamentos irresistíveis: o homem pode sempre fechar os ouvidos à voz oculta que o solicita para o mal no seu foro íntimo, como os pode fechar à voz material de alguém que lhe fale; ele o pode pela sua vontade, pedindo a Deus a força necessária e reclamando para esse fim a assistência dos bons Espíritos. É isso que Jesus ensina na sublime forma da *Oração Dominical*, quando nos manda dizer: “Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal”.

O homem não é uma máquina: pode repelir impulsões estranhas

Parágrafo 1º – Essa teoria da causa excitante dos nossos atos ressalta evidentemente de todos os ensinamentos dados pelos Espíritos. E não somente é sublime de moralidade, mas acrescentaremos que eleva o homem aos seus próprios olhos, mostrando-o capaz de sacudir um jugo obsessivo, como é capaz de fechar sua porta aos importunos. Dessa maneira, não é mais uma máquina, agindo por impulso estranha à sua vontade, mas um ser dotado de razão, que ouve, julga e escolhe livremente entre dois conselhos. Acrescentemos que, malgrado isso, o homem não fica privado de iniciativa, não age menos pelo seu próprio impulso, pois em definitivo ele não passa de um Espírito encarnado que conserva, sob o invólucro corpóreo, as qualidades e os defeitos que tinha como Espírito.

Parágrafo 2º - As faltas que cometemos têm, portanto, sua origem nas imperfeições do nosso próprio Espírito, que ainda não atingiu a superioridade moral a que se destina, mas nem por isso tem menos livre-arbítrio. A vida corpórea lhe é dada para purgar-se de suas imperfeições através das provas que nela sofre, e são precisamente essas imperfeições que o tornam mais fraco e mais acessível às sugestões de outros Espíritos imperfeitos, que se aproveitam do fato para fazê-lo sucumbir na luta que empreendeu. Se ele sai vitorioso dessa luta, se eleva; se fracassa, continua a ser o que era, nem pior, nem melhor; é a prova que terá de recomeçar e para o que ainda poderá demorar muito tempo, na condição em que se encontra. Quanto mais ele se depura, mais diminuem as suas fraquezas e menos acessível se torna aos que o solicitam para o mal. Sua força moral cresce na razão da sua elevação, e os maus Espíritos se distanciam dele.

Terra: Planeta de expiações e provas (há mais espíritos maus do que bons)

Artigo 122 – Todos os Espíritos mais ou menos bons, quando encarnados, constituem a espécie humana. E como a nossa Terra é um dos mundos menos adiantados, nela se encontram mais Espíritos maus do que bons; eis por que nela vemos tanta perversidade. Façamos, pois, todos os esforços

para não regressar a este mundo após esta passagem e para merecermos repousar num mundo melhor, num desses mundos privilegiados, onde o bem reina inteiramente e onde nos lembraremos de nossa permanência neste planeta como de um tempo de exílio.

*

CAPÍTULO IX

AS IDÉIAS E O PENSAMENTO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

Donde vêm nossas idéias? Nascem conosco e tornam-se conscientes com o tempo, ou as recebemos das experiências dos sentidos? São-nos reveladas por algum deus? Quais as leis do pensamento? Como os filósofos, de cada época, se manifestaram sobre o pensamento?

Todos nós pensamos. Temos *idéias* ou pensamentos, contemplamos o mundo que nos cerca e lembramo-nos do que vemos. Fazemos inferências dos fatos que experimentamos, tiramos conclusões e nelas baseamos nossas ações. O homem – afirmamos – é um ser pensante.

Se os animais pensam ou não é questão que tem interessado gerações e mais gerações. Seu cão vê, ouve e sente. Recebe impressões do ambiente. Além disso, parece tirar conclusões dessas impressões e agir de conformidade com elas. Percebe que um indivíduo é amigável, e age de acordo. Percebe que outro não o é, e também age de acordo com esse fato. Será que ele pensa? Será que tem idéias?

Os primeiros filósofos debateram arduamente os problemas que se agrupam em torno da questão sobre idéias e pensamento. Como se formam as idéias? Donde as recebemos e qual a sua natureza? Como chegamos a conclusões, de acordo com as quais agimos? Como se vem a saber que certos atos trarão felicidade e outros, infortúnio? Todos esses problemas, e muitos outros, apareceram nas páginas de obras filosóficas, desde os primórdios do pensamento humano, e continuam fascinando os filósofos.

Quando os primeiros homens meditaram sobre tais problemas, chegaram à única conclusão possível em sua cultura: acreditaram que suas idéias lhes vinham do mundo dos espíritos que os cercava permanentemente. Deus punha-lhes as boas idéias na mente, e o demônio, as más. Achavam que os pensamentos vinham de fora, de forças que governavam e controlavam todas as fases de sua vida.

Na História da Filosofia, a explicação sobre as idéias e o pensamento tem-se afastado firmemente do sobrenatural. O homem tem-se esforçado pa-

ra explicar o pensamento em termos naturais, como resultado de processos naturais e sujeito às leis naturais.

Significado do Pensamento Para os Primeiros Filósofos Gregos

Os primeiros filósofos gregos interessaram-se primariamente pela natureza da substância; pouca atenção deram ao homem e aos processos de seu pensamento. Concentravam a atenção na natureza, no mundo em que o homem vivia, e procuraram explicar como surgira o mundo e qual a sua essência. *Heráclito* foi um dos poucos que dispensou alguma atenção ao problema. Achava ser a razão uma fonte de conhecimentos mais exata que a percepção dos sentidos, e ser a vida racional a melhor vida. Para ele, a razão humana está associada à divina; é uma espécie de centelha da divindade no homem que pode ver a verdade, em particularidades que não eram dadas ao homem destituído da razão. Muitos não vivem de acordo com os ditames da razão e, sim, sob o domínio das paixões, disse ele.

Empédocles acreditava que o homem, já que conhecia os elementos de que foi o universo criado, devia ser composto dos mesmos elementos. Conhece-se uma coisa por outra igual, argumentava. Por conseguinte, se o homem conhece o universo, deve ser como ele é. O homem conhece a água porque as partículas desta passam para os olhos e, neles, encontram também partículas de água. O contato de água com água capacita o homem a conhecê-la. *Empédocles* aplicou o mesmo método de raciocínio ao conhecimento do homem sobre outras coisas do universo.

Na teoria de *Demócrito*, a experiência dos sentidos proporciona conhecimento obscuro. Realmente *conhecemos*, argumentava ele, quando transcendemos a percepção dos sentidos. O verdadeiro conhecimento começa quando a percepção não nos pode levar mais além. Nesse ponto, vemo-nos numa região que trata de coisas mais sutis do que as que os sentidos podem mostrar, a do verdadeiro conhecimento.

Esses primeiros gregos, conquanto interessados primariamente nos problemas da natureza da substância, reconheceram que a capacidade de o homem ter idéias, e conhecer o mundo que o cerca, era problema igualmente difícil. As soluções que apresentaram para o problema, todavia, estavam em harmonia com suas tendências materialistas. De certo modo, achavam que as idéias e o mundo material devem ser similares, se bem que, talvez, mais sutis.

O interesse dos primeiros filósofos gregos, pela natureza do universo, pareceu aos *sofistas* grande desperdício de tempo. Achavam que as muitas teorias sugeridas pelos vários filósofos ressaltavam o fato de não ser possível uma explicação verdadeira. Deixaram, portanto, de lado tais questões, para se ocuparem com o homem; e a conclusão de seus estudos foi que o indivíduo que *sabe* é a coisa mais importante e, portanto, a que deve ser

estudada. Mais ainda, concluíram que o conhecimento depende inteiramente do indivíduo que *sabe*. Minhas idéias são verdadeiras para mim e as suas para você, costumavam dizer. Na teoria deles, não pode haver verdade absoluta que seja a mesma para todos os homens. Antes, aquilo que parece verdade para um homem é verdade para ele. “O homem – disse *Protágoras* – é a medida de todas as coisas”, até mesmo da verdade.

Essa crítica do conhecimento, isto é, tornar todo conhecimento dependente do indivíduo que *sabe*, representava um desafio àqueles que admitiam, sem contestação, a capacidade de o homem conhecer a verdade. Ao negarem a possibilidade de se ter um conhecimento exato e universal, os sofistas como que obrigaram os filósofos a investigar mais minuciosamente o pensamento e, com isso, abriram as portas para a teoria do conhecimento. Eles apressaram a descoberta das leis corretas do pensamento e o desenvolvimento da Lógica, a ciência do pensamento.

Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates aceitou o desafio dos sofistas e afirmou, sem hesitação, que o conhecimento é a chave de todos os demais problemas. Interessou-se especialmente por descobrir um método para alcançar o verdadeiro conhecimento, distinto de simples opiniões. O método que desenvolveu consistia em eliminar, primeiramente, as noções falsas e depois proceder a minuciosas observações e desenvolver pensamentos, a fim de atingir ao juízo universal. Em meio à diversidade de pensamentos, *Sócrates* procurou descobrir aquilo que era comum a todos, uma base que não admitisse contestação.

Através de cuidadosas indagações e meticoloso exame de asserções e opiniões, *Sócrates* prosseguiu estabelecendo definições que, mais tarde, empregou como base de novas opiniões e declarações. Estabelecido um princípio, empregava-o para definir outros.

É costume falar em lógica como indutiva ou dedutiva. A indução consiste em começar com um fato particular e chegar a um princípio geral. A dedução começa com um princípio geral e mostra sua aplicação a fatos particulares. A dedução é o método mais característico dos primeiros filósofos, e a indução o da ciência moderna. *Sócrates* costumava empregar ambos os métodos.

Platão figurou entre os primeiros filósofos que ofereceram uma teoria quase completa sobre o conhecimento. Concordou com *Sócrates* em que a percepção dos sentidos não pode fornecer um conhecimento verdadeiro. O homem deve passar além dos sentidos, para idéias que não se derivam da experiência e dela não dependem. A alma, doutrinava ele, vem para o mundo, trazendo, dentro de si, idéias verdadeiras. Estas foram nela implantadas numa existência anterior ao nascimento. Alcança-se o verdadeiro conhecimento, quando essas idéias são lembradas e passam a ocupar o primeiro

plano da consciência. É o *conhecimento conceptual*, distinto do dos sentidos, que não é verdadeiramente conhecimento. Este revela mais a essência das coisas do que meros fatores acidentais.

Aristóteles levou o raciocínio mais longe, ao sustentar que, embora o mundo de nossa experiência seja o mundo real, o verdadeiro conhecimento consiste em saber a razão ou causa das coisas. Para alcançar essas causas básicas, deve o homem seguir certas leis da Lógica ou os verdadeiros processos do pensamento. O padrão dos verdadeiros pensamentos, argumenta, é o *silogismo*, no qual passamos de um princípio geral aceito, para outro, particular.

Um celebre exemplo de silogismo é:

Todo homem é mortal.

Sócrates é um homem.

Logo, Sócrates é mortal.

Todo homem é mortal. Eis um princípio geral provado através de inúmeras experiências. Olhamos em volta e, após observarmos certo número de homens e verificarmos que todos morrem, cedo ou mais tarde, chegamos à conclusão geral de que todo homem é mortal. Como Sócrates era um homem, pode-se classificá-lo sob o título geral *todo homem*. Aquilo que é verdadeiro acerca de *todo homem* deve ser também para Sócrates. Se todo homem é mortal, esse homem determinado – Sócrates – é também mortal.

Aristóteles elaborou a ciência da lógica dedutiva de modo tão completo que pouco ou nada lhe tem sido acrescentado até ao presente. Traçou todas as leis e deu exemplos que os homens puderam seguir com êxito até agora.

Teorias dos Filósofos Gregos Posteriores

Epicuro voltou-se para os sentidos como critério para apreciar a verdade. Devemos confiar em nossos sentidos, argumentava. Todo conhecimento vem através deles e o erro é um engano no julgamento. Se fizermos observações exatas, chegaremos à verdade. Quando fazemos falsas interpretações sobre nossas sensações, ou as referimos erroneamente a outros objetos, cometemos enganos e não obtemos o verdadeiro conhecimento. É, pois, empregando os sentidos que conseguimos aprender. Devemos, portanto, ser muito cuidadosos para usá-los corretamente.

Percebemos cópias de objetos, as quais são verdadeiras porquanto vêm diretamente deles. Elas atingem os órgãos sensoriais e produzem idéias em nós. Se não embaralharmos as idéias, teremos a verdade acerca do mundo real.

Os *estóicos* concordaram com os epicuristas, afirmando que todo conhecimento advém da percepção dos sentidos. Declararam que a alma, ao

nascer, é uma tabuinha em branco que recebe impressões. As impressões nela se mantêm e formam imagens-lembranças, com as quais se formam as idéias gerais. Assim, todo conhecimento que temos advém – afirmavam eles – de impressões e da disposição que damos a estas últimas. Se temos imediata convicção de que existe um objeto real que corresponde à nossa idéia, esse objeto real existe verdadeiramente.

É evidente que os estóicos discordaram completamente de Platão. As idéias não estão na alma, por ocasião do nascimento, conforme Platão argumentava. Vêm à alma de fora, através dos sentidos. O espírito não tem idéias enquanto os sentidos não lhe fornecerem impressões de que possa dispor para ordená-las e transformá-las em idéias. Platão era *racionalista* ao afirmar que o espírito tem idéias, independentemente da experiência. Os estóicos eram *empíricos*, ao sustentarem que as idéias vêm da experiência.

O pensamento grego deu-nos essas duas grandes teorias filosóficas. Os racionalistas sustentavam que as idéias do homem são inatas. A experiência serve simplesmente para despertá-las na consciência. Os empiristas afirmavam que o espírito não tem idéias próprias. Contempla o mundo através das janelas dos sentidos; quando estes são estimulados pelo mundo exterior, as experiências gravam-se no espírito que, por sua vez, as ordena e transforma em idéias. O progresso da Filosofia é, mais ou menos, uma batalha entre as várias formas dessas duas grandes teorias sobre as idéias.

Teoria Cristã Medieval

Uma fase do conflito entre nominalistas e realistas, em meio aos filósofos cristãos medievais, versou sobre o pensamento. Os realistas sustentavam que as idéias são conceitos gerais ou universais que têm existência independentemente das coisas ou da experiência. As idéias são reais no sentido de não serem criadas pelas experiências do indivíduo. Os nominalistas afirmavam que as idéias resultam da experiência e não podem ter existência salvo quando por ela apoiadas. Formamos idéias gerais, tais como justiça e bondade, das experiências, e, sem as experiências individuais e singulares, não poderíamos ter idéias gerais.

Com *Santo Agostinho* chegamos a um período em que uma das principais características era a distinção entre as idéias comuns, recebidas através de experiência, e o conhecimento revelado recebido de Deus. Sustentava Santo Agostinho que o homem tem conhecimento natural do mundo que o cerca. Conhece a natureza física e pode agir de acordo com esse conhecimento. Para as necessidades comuns da vida, tal conhecimento é suficiente. Mas existe, também, outro mais elevado, que não vem das experiências na natureza nem é da mesma espécie do conhecimento natural. É o revelado, que vem através da fé.

Santo Agostinho e os letrados cristãos procuraram, desse modo, proteger as doutrinas da Igreja. Muitas delas não estavam de acordo com a lógica do pensamento humano. Pareciam contradizer tudo aquilo que o homem encontrara na experiência. Esses filósofos, porém, afirmavam que eram verdadeiras por serem de conhecimento diferente e acima do conhecimento natural. Eu *sei* porque Deus mo revelou, era a teoria adotada por eles.

Essa interpretação possibilitou a Igreja a estender os limites do conhecimento muito além da experiência natural. Quando o homem atingiu os limites de sua capacidade para pensar logicamente, raciocinar segundo os princípios de Aristóteles, pôde, por esse método de conhecimento divino, continuar a aceitar as doutrinas da Igreja.

A teoria tornou-se fundamental para a filosofia da Igreja e acabou sendo a da *verdade dupla*. Uma fase da verdade é a que se pode robustecer pelo raciocínio lógico. Outra é a que se fortalece pela fé e autoridade da Igreja. *S. Tomás de Aquino* adotou esse ponto como base de sua teoria geral. Uma fase de seu pensamento versava sobre idéias recebidas de sensações. Argumentou que o verdadeiro conhecimento é conhecimento conceptual, tendo os conceitos origem nas sensações. O espírito pode, entretanto, formar noções gerais dessas sensações. Os objetos exteriores atuam sobre a alma. Essa matéria-prima é recebida e transformada em conhecimento conceptual pelas faculdades mais elevadas da alma.

Mas há, também, o conhecimento intuitivo, superior ao que se adquire através das sensações, da razão ou da simples fé. Têm sua fonte na revelação divina e também adquire sua autoridade da divindade. Temos conhecimento de Deus, da imortalidade, da divindade de Jesus e de outras doutrinas da Igreja, não pelo raciocínio, porém, por esse tipo de conhecimento mais elevado.

João Duns Escoto vai mais longe que *S. Tomás de Aquino*, ao limitar a esfera da razão. Não acreditava que qualquer das doutrinas da Igreja possa ser demonstrada pela razão, e sustentava que todas elas dependem da revelação. A razão, afirmou ele, não pode provar essas doutrinas, mas está em perfeita harmonia com elas. Se chegar a conclusões diferentes das doutrinas da Igreja, tem que curvar-se à autoridade superior e reconhecer que está errada.

Assim, conquanto os filósofos cristãos aceitassem a *verdade dupla*, é evidente que se julgava o conhecimento originado da revelação divina superior ao oriundo da experiência. O resultado natural era que a razão humana estava sendo constantemente corrigida pela Igreja. As idéias que os homens adquirem pelo esforço do pensamento eram tidas como contrárias à autoridade da religião e a Igreja era bastante poderosa para suprimir tais conclusões, no interesse daquilo que sustentava ser conhecimento revelado.

Galileu e o Começo da Atitude Científica

A situação não podia naturalmente perdurar indefinidamente. À medida que o homem começava a adquirir confiança em si e a desafiar a autoridade da Igreja em certos pontos, era inevitável que desafiasse sua autoridade na questão do conhecimento oriundo da revelação divina. Com a força que se ia criando, as bases fundamentais do pensamento escolástico começaram a esboroar-se e o homem foi se firmando, cada vez mais, intelectualmente. Percebeu a força da experiência dos sentidos, e igual força da razão, em premissas como as que Aristóteles havia estabelecido. O silogismo e a experiência dos sentidos conquistaram o respeito dos homens, começando a fraquejar a autoridade da Igreja. O homem exigia que todo conhecimento se apoiasse na capacidade do espírito humano e não no que tivesse sido revelado por alguma autoridade.

Galileu, como representante desse movimento, rejeitou a autoridade e as especulações místicas no campo das ciências, afirmando que todas as idéias devem apoiar-se em observações ou experiências. Acrescentou à experiência também a compreensão e construiu as idéias por meio das observações e experiências e do pensamento.

Os cientistas dos séculos XVI e XVII seguiram esse ponto de vista. Perceberam o que se podia fazer com as observações e experiências e não estavam dispostos a aceitar que qualquer outra autoridade determinasse o pensamento do homem. Como podiam demonstrar, cada vez mais, os resultados de sua teoria, a autoridade dos processos extra-rationais veio à baila. Isso aumentou a confiança no espírito humano para formar suas próprias idéias e padrões de pensamento. Em outras palavras, o homem estava exigindo o direito de pensar por si e chegar a conclusões independentemente da autoridade.

Bacon, Descartes e Espinosa

Isso acarretou, inevitavelmente, interesse pelos processos através dos quais o homem formula suas idéias e motivos para sua autoridade. *Francis Bacon* sugeriu um método para receber impressões verdadeiras e transformá-las em idéias também verdadeiras. Aconselhava aos homens que desembaraçassem o espírito de todos os *ídolos* ou preconceitos e falsos pontos de vista e observassem o mundo atentamente. Com os dados colhidos, estariam em situação de tirar conclusões, que teriam a autoridade dos dados sobre os quais elas se baseavam.

Para chegar a conclusões justas, deve o homem estudar todos os casos em que aparece determinado fator, depois aqueles em que não aparece e, depois, em que aparece com maiores ou menores variações. Por exemplo, se se procura descobrir se certa água que se bebe causa ou não doença, estudar-se-ão todos os casos de doença em que se bebeu a água, e todos aqueles em

que não foi bebida. Estudar-se-á, depois, a quantidade bebida em cada caso. Com base nos dados colhidos com esses estudos, estar-se-á em condições de concluir se a água é causa da doença.

Descartes procurou uma base para a verdade. Segundo seu raciocínio, o indivíduo deve partir de premissas que não possam ser contestadas. Parecia-lhe que a Matemática fornecia tais premissas. Via, nela, o modelo do raciocínio exato, o método de raciocinar com base em verdades evidentes. Parecia-lhe este o método pelo qual se pode obter o verdadeiro conhecimento. Procurou, então, primeiramente, as verdades evidentes por si mesmas. A única que descobriu foi: *Penso, logo existo*. Tomando-a como base, formulou um corpo de idéias que acreditava não pudessem ser contestadas. Tais idéias, para ele, eram claras, distintas e, portanto, verdadeiras e fora de discussão.

Descartes estabeleceu, como princípio fundamental do pensamento, que todas as idéias verdadeiras devem ser claras e distintas. O espírito tem suas normas claras e distintas, normas que lhe são dadas em virtude de sua natureza. Assim, o conhecimento vem ao homem – argumentava – não pela percepção dos sentidos, mas através de cuidadoso raciocínio, partindo-se de premissas fundamentais; cada idéia pode ser aceita se, após ser deduzida logicamente, é clara e distinta.

Espinosa afirmava que o homem pode ter três espécies de conhecimento. Idéias obscuras e inadequadas – argumentava – dependem da percepção dos sentidos, resultam da imaginação e, também do fato de o indivíduo não ter feito uma interpretação exata. O conhecimento adequado, racional, idéias claras e distintas resultam do raciocínio baseado em coisas já conhecidas. O terceiro tipo de conhecimento, o intuitivo, é a espécie mais sutil de conhecimento; proporciona a verdade que não pode ser contestada. Nesse, não é possível o erro.

Locke, Berkeley, Hume e Leibnitz

John Locke fez do estudo do conhecimento sua principal ocupação. Concluiu que todas as idéias vêm ao indivíduo através da experiência dos sentidos. Para ele, o espírito é uma tabuinha em branco, apenas com o poder de assimilar ou ordenar impressões. À medida que o contato com o ambiente estimula os sentidos e causa impressões, o espírito vai recebendo-as e ordenando-as em idéias e conceitos. Não há, portanto, no espírito, idéias inatas; todas vêm de fora. Ele denominou idéias simples as que se recebem através de impressões dos sentidos. Ao serem elas ordenadas, formam-se pelo espírito as idéias complexas.

Os trabalhos de Locke se ocuparam, em grande parte, da classificação das idéias e do estudo do poder das coisas em produzir idéias.

George Berkeley foi mais longe que *Locke*, ao acentuar a importância do espírito: afirmou que não podemos conhecer coisa alguma além daquilo que esteja no espírito. Não podemos conhecer o mundo material, uma vez que não o temos no espírito. De fato, não podemos provar que nossas idéias resultam do contato com o mundo material. Procurando explicar a consistência entre as idéias, *Berkeley* declarou ser Deus quem no-las dá. Não as percebemos de um mundo material e sim de Deus, que é espírito num nível mais elevado.

David Hume foi ainda mais longe, afirmando que as idéias são tudo o que temos ou podemos conhecer. Não podemos provar a existência do mundo material nem a de Deus. Existe apenas uma corrente de idéias. O espírito é essa corrente, segundo ele. Recebemos impressões, mas ignoramos donde vêm. As impressões são depois ordenadas e formam idéias. Ao experimentarmos as idéias, vemos que têm certa relação entre si. Obtemos assim idéias de relação e chegamos, por exemplo, à de causa e efeito. Mas não podemos dizer que os objetos, no mundo material, estejam assim relacionados. Tudo o que podemos dizer é que as idéias seguem umas às outras, em certa ordem, e a essa ordem chamamos causa e efeito.

Todo o conteúdo do espírito são idéias em certas relações. É até onde podemos ir. Temos idéias e pensamos em termos delas e de suas relações. Nesse ponto temos que parar. Não podemos demonstrar coisa alguma além disso.

Leibnitz discordou de *Locke*, *Berkeley* e *Hume*, afirmando que a mônade é autônoma e não pode ser afetada ou influenciada de fora. Assim, todas as idéias têm que estar encerrada na mônade. A experiência apenas as traz à tona. “Os sentidos – escreveu ele – podem despertar, justificar e verificar tais verdades, mas não podem demonstrar sua certeza eterna e inevitável.” As idéias e as verdades são inatas no espírito, como tendências. Não recebemos idéias, mas temo-las durante todo o tempo.

Leibnitz afirmou que *Locke* não fora longe bastante em sua teoria. Declarou que *Locke* tinha razão ao afirmar que, no intelecto, nada existe que não tenha existido antes nas sensações, mas que devia acrescentar “salvo o próprio intelecto”.

Todos os últimos filósofos referidos tentaram conseguir uma explicação sobre como o indivíduo, vivendo e tendo experiências num ambiente, podia pensar, ter idéias e pensamentos. Alguns chegaram à conclusão de que o indivíduo enfrenta o ambiente puro e imaculado e dele recebe idéias através dos sentidos. Outros sustentaram que as idéias são inatas no espírito, necessitando apenas do estímulo das sensações para trazê-las à consciência.

Kant, Fichte e Hegel

Kant procurou vencer as dificuldades de ambos os extremos, afirmando que recebemos impressões do ambiente, da *coisa-em-si-mesma*, mas que a natureza do espírito é tal, que ele dá forma a essas impressões transformando-as em idéias. Segundo *Kant*, o espírito semelha uma bacia com muitas cavidades e estranhas depressões no contorno. Quando nela se derrama água, esta toma-lhe a forma e enche todas as cavidades. Do mesmo modo, o ambiente derrama impressões no espírito que as recebe, assumindo elas a forma de acordo com a natureza desse espírito.

O conhecimento é, entretanto, universal. Isso é devido ao fato de serem todos os espíritos fundamentalmente semelhantes. Todos têm certas categorias fundamentais, como totalidade, unidade, pluralidade, realidade, etc. Por serem todos da mesma natureza geral, pensamos de modo muito igual. Ordenamos as impressões transformando-as em idéias. Mas estas são idéias do espírito e não podem ser aplicadas a um mundo fora dele. Podemos agir como se existissem e podemos corrigir nossas idéias em termos das impressões adicionais que recebemos. Além disso, não podemos ir, porém. Nossas idéias resultam da espécie de órgãos de pensamento que temos, sendo determinadas pela sua natureza.

Podemos, naturalmente, reunir as idéias em idéias grandes e gerais, agindo como se a generalização fosse verdadeira. De fato, para satisfazer nossa natureza moral, precisamos agir assim. Mas, nesse ponto, estamos tratando de juízos e não de idéias que possam ser provadas.

O argumento poderoso de *Kant*, para o espírito como criador de idéias, levou *Fichte* à conclusão de que somente se pode compreender aquilo que se pode criar livremente no pensamento. As idéias que um indivíduo tem, o conteúdo de sua consciência, resultam de um ato criado. O *ego*, ativo e livre, cria tudo que o homem sabe, mesmo o *não-ego* ou aquilo que não pareça ser o *ego*.

Ao referir-se ao *ego*, *Fichte* refere-se à razão universal ou inteligência como tal, não ao *eu* individual. A razão, toda a ordem de idéias que o indivíduo tem, é anterior ao indivíduo; é a criação de uma razão que existia antes do homem. Conhecemos apenas nossas idéias. Estas não resultam do mundo material que experimentamos, porém, do *ego* universal.

Hegel era de opinião que os processos do espírito humano e da natureza são os mesmos. Encontrou, em ambos, aquilo que denominou *processo dialético* em operação. Se o indivíduo estudar o espírito, encontrá-lo-á cheio de contradições, discordâncias e opostos. Mas um novo estudo revelará que existe um processo, no espírito, pelo qual cada par de opostos se concilia numa síntese que inclui ambos, porém, num nível mais elevado.

Esse processo está em toda parte. Primeiro há uma *tese* ou afirmação, depois descobrimos a *antítese* a essa *tese*, ou sua contradição. A forma mais alta do pensamento está em conciliar ambas numa síntese que eleve o pensamento para um ponto mais alto. O espírito humano não cessa com as contradições; esforça-se por desembaraçar-se delas fazendo sínteses. Não se deve confundir isso com acomodação. Na verdadeira síntese, os valores da tese e da antítese são conservados e, juntos, movimentam-se para novos valores.

A mais alta função do espírito, portanto, é a atividade que possibilita o indivíduo a ver as coisas no seu todo, a ver unidos os opostos. Nisso, o homem galga as verdadeiras alturas de sua natureza. O pensamento passa das idéias simples para as complexas, do individual para o geral em toda a sua força.

Hegel percebeu o que poucos filósofos haviam percebido até então. Reconheceu que o pensamento não é coisa estática, mero receptáculo de impressões. Para ele, o pensamento é um processo, o movimento de um ponto para outro. O ser pensante é um processo lógico e vivo, no qual existe desdobramento e progressão. O estudo do pensamento convenceu Hegel de que o pensamento se movimenta das idéias simples para as complexas, não aos saltos, mas por meio do desenvolvimento gradativo, em sínteses, que passam a ser teses para sínteses ainda mais elevadas.

Como a natureza e o pensamento seguem o mesmo processo de evolução, Hegel deduziu que toda realidade é um processo lógico da evolução. O mundo é um processo lógico do pensamento e não matéria morta, onde o pensamento opera.

Esse ponto de vista, segundo o qual tudo é processo lógico de pensamento, que obedece às leis da evolução, partindo do simples para o mais complexo, dominou na Alemanha e exerceu influência em outros países até meados do século XIX. Embora tivesse mesmo perdido certa popularidade após essa data, continuou a preponderar no pensamento mundial durante muitos anos ainda.

Influência contrária foi o trabalho de Herbart; este considerou o pensamento a ordenação e a integração de reais. Por meio da experiência, a alma expõe os *reais* que se organizam na consciência, transformando-se em idéias e pontos de vista. Muitos deles são empurrados para o subconsciente, para ali esperarem até que o tempo seja favorável para voltarem à consciência e dominarem esta última.

Comte, Mill e Spencer

Comte adotou a teoria de que o conhecimento que se pode usar é o único de valor. Não se interessava pelas teorias, pelas tentativas de descobrir o que o conhecimento representa, mas interessava-se pela descoberta do co-

nhecimento que se pudesse usar nas situações da vida. Ter conhecimento, ter idéias que dêem resultado e atendam aos problemas e os resolvam, é tudo de que se precisa. Sua fonte ou história é de pouca importância ou, mesmo, sem importância.

John Stuart Mill baseou sua teoria da lógica nas leis das associações. Procurou descobrir como, e por que, se passa do conhecido para o desconhecido pelo processo de inferências. Isso tornou-se sua teoria sobre a indução. Ao colherem-se dados através da experiência, tiram-se certas conclusões. Os dados servem de base para as conclusões. Quando se passa desses dados para generalizações, está-se agindo na crença de que a natureza é uniforme. Mill acreditava que o homem tem o direito de agir dessa maneira.

Nossas idéias resultam, portanto, de experiências e de meticolosas inferências delas. Existem leis, afirmava Mill, pelas quais as inferências podem ser feitas. Tais leis têm autoridade, porque a experiência provou serem de valor. Os homens delas se serviram no passado e chegaram a conclusões bem sucedidas. Por conseguinte, o teste da experiência provou serem exatas e podemos, pois, utilizar-nos delas com alto grau de confiança.

Herbart Spencer afirmava que todo pensamento se baseia em relações. Pensamos em termos de diferenças e semelhanças. Nossas conclusões, nossas idéias, são sobre essas diferenças e semelhanças entre as coisas. Conhecemos as coisas em termos de suas diferenças e semelhanças, não diretamente. Temos aqui a teoria da relatividade do conhecimento. As idéias são expressões de relação entre as coisas.

James e Dewey

Muitos pensadores modernos, sob a influência do progresso da Psicologia no último século, passaram da teoria do conhecimento para o estudo do próprio pensamento. *William James* afirma ser o pensamento um instrumento e não ser melhor que o seu serviço que presta numa situação. Pensamos com vistas a um objetivo. James ressalta, portanto, o processo do pensamento, o interesse pela maneira que opera e se pode tornar mais eficiente.

John Dewey deu-nos uma das análises mais claras, até então elaboradas sobre a reflexão. Identifica-se com a solução dos problemas e afirma que o homem não pensa, a menos que tenha um problema para resolver. Simples fantasias passageiras, devaneios e coisas semelhantes não representam pensamento, no sentido verdadeiro do termo. Mas quando o indivíduo se vê face a uma situação para a qual não tem solução pronta, passa então a pensar.

Ora, o processo que se tem de seguir, para ser bem sucedido na obtenção da solução do problema, consiste em dar vários passos mais ou menos bem definidos. Primeiro, deve haver um problema claramente definido. Segue-se um período durante o qual se colhem os dados relativos ao pro-

blema. Depois, com base nesses dados, chega-se à hipótese ou à solução possível. O quarto passo consiste em examinar, mentalmente, a solução ou hipótese sugerida, para se descobrir se há uma razão qualquer para que não seja a solução desejada. Se a hipótese resistir ao *teste* do exame mental, será, portanto, posta em ação, registrando-se os resultados. Se o *teste* for também satisfatório, generalizar-se-á e aplicar-se-á o conhecimento adquirido a outras situações similares, tornando-se, assim, um princípio geral que poderá passar a ser a base de idéias futuras.

Toda reflexão realiza-se desse modo, segundo Dewey. Se se executar cuidadosamente cada passo sem erros, haverá alto grau de probabilidade de que a pessoa pensante chegará a uma adequada solução para o problema. Mas se se negligenciar em algum passo, ou não se seguir meticulosamente o processo, poderá a hipótese aceita ser falsa.

Outros filósofos afirmam que, nesse ponto, Dewey está considerando apenas um tipo de pensamento e negligenciando-se do mais importante: o pensamento criador. Estudos feitos parecem indicar que o pensamento criador observa três fases. Primeira: há um período preparatório, durante o qual a pessoa pensante estuda o problema cuidadosamente e colige os dados que lhe são pertinentes. Segunda: deve haver um período de incubação, quando os dados e o problema são postos de lado, como estavam, a fim de serem assimilados; é, dizem eles, processo do subconsciente, que não pode ser precipitado e cujo resultado não se pode predizer. Se for bem sucedido, a terceira fase manifestar-se-á, aquela em que o indivíduo experimenta a inspiração, o clarão de uma possível solução para a hipótese. A hipótese não é necessariamente a solução procurada; precisa ser testada mental e praticamente para se descobrir se é adequada. Se falha, o problema deve voltar ao subconsciente, continuando o processo de incubação.

A filosofia moderna parece movimentar-se cada vez mais para a direção sugerida por James, Dewey e outros pragmatistas. Posto que muitos filósofos estejam às voltas com o problema do conhecimento, procurando descobrir como se formam as idéias, o espírito moderno da eficiência tem, de tal modo, dominado muitos pensadores, que eles se tornam impacientes com tal atividade. Não vêem valor real algum em determinar se as idéias são inatas ou vêm do mundo exterior. Parecem-lhes destituídos de importância os problemas com os quais Kant, Fichte, Schelling, Herbart e outros lutaram. O interesse deles não converge para a gênese das idéias tanto quanto para sua operação nas situações da vida presente. O filósofo - declaram eles - está interessado na vida e nas situações da vida. Nisso, as idéias são instrumentos para a solução de problemas. O pensamento é o meio ao qual recorreremos para enfrentar situações difíceis, e sua eficiência deve ser medida pelo êxito que o indivíduo experimenta ao empregá-lo. Se, pensando, o indivíduo resolve o problema, o processo provou ser satisfatório e as idéias verdadeiras.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

O LIVRO DOS ESPÍRITOS

ALLAN KARDEC

IX – IDÉIAS INATAS

218. O Espírito encarnado conserva algum traço das percepções que teve e dos conhecimentos que adquiriu nas existências anteriores?

– Resta-lhe uma vaga lembrança, que lhe dá o que chamamos idéias inatas.

218-a. A teoria das idéias inatas não é quimérica?

– Não, pois os conhecimentos adquiridos em cada existência não se perdem; o Espírito, liberto da matéria, sempre se recorda. Durante a encarnação, pode esquecê-los em parte, momentaneamente, mas a intuição que lhe fica ajuda o seu adiantamento. Sem isso, ele sempre teria de recomeçar. A cada nova existência, o Espírito toma como ponto de partida aquele em que se achava na precedente.

218-b. Deve então haver uma grande conexão entre duas existências sucessivas?

– Nem sempre tão grande como podias pensar, porque as posições são quase sempre muito diferentes, e no intervalo de ambas o Espírito pôde progredir. (**Ver o item 216**).

219. Qual é a origem das faculdades extraordinárias dos indivíduos que, sem estudo prévio, parecem ter a intuição de certos conhecimentos, como as línguas, o cálculo, etc.?

– Lembrança do passado; progresso anterior da alma, mas do qual ela mesma não tem consciência. De onde queres que elas venham? Os corpos mudam, mas o Espírito não muda, embora troque a vestimenta.

220. Com a mudança dos corpos, podem perder-se certas faculdades intelectuais, deixando-se de ter, por exemplo, o gosto pelas artes?

– Sim, desde que se tenha desonrado essa faculdade, empregando-a mal. Uma faculdade pode, também, ficar adormecida durante uma existência, porque o Espírito quer exercer outra, que não se relacione com ela. Nesse caso, permanece em estado latente, para reaparecer mais tarde.

221. É a uma lembrança retrospectiva que deve o homem, mesmo no estado de selvagem, o sentimento instintivo da existência de Deus e o sentimento da vida futura?

– É uma lembrança que ele conserva daquilo que sabia como Espírito, antes de encarnar; mas o orgulho freqüentemente abafa esse sentimento.

221-a. É à mesma lembrança que se devem certas crenças relativas à doutrina espírita encontradas em todos os povos?

– Esta doutrina é tão antiga quanto o mundo. É por isso que a encontramos por toda parte, e é esta uma prova da sua veracidade. O Espírito encarnado, conservando a intuição do seu estado de Espírito, tem a consciência instintiva do mundo invisível. Mas quase sempre ela é faiscada pelos preconceitos, e a ignorância mistura a ela a superstição. (Os Espíritos aludem à eternidade espiritual da doutrina e sua permanente projeção na Terra. Mas devemos distinguir entre as suas manifestações falseadas, no passado, e a manifestação pura que se encontra neste livro. Os traços da doutrina espírita marcam o roteiro da evolução humana na Terra, mas só com este livro ela se apresentou definida e completa. Por isso, o Espiritismo é na Terra uma doutrina moderna, embora não seja “uma invenção moderna”, como acentua Kardec, mesmo porque ninguém a inventou. (N. do T.)

*

Livro: OBRAS PÓSTUMAS

ALLAN KARDEC

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FOTOGRAFIA E DA TELEGRAFIA DO PENSAMENTO

É fato incontestável a ação fisiológica de indivíduo a indivíduo, com ou sem contacto. Semelhante ação evidentemente só pode ser exercida por um agente intermediário, do qual são reservatório o nosso corpo, os nossos olhos e os nossos dedos, principais órgãos de emissão e de direção. Esse agente invisível é necessariamente um fluido. Quais a sua natureza e a sua essência? Quais as suas propriedades íntimas? Será um fluido especial, ou uma modificação da eletricidade, ou de algum outro fluido conhecido? Não será antes o a que hoje damos o nome de fluido cósmico, quando se acha esparsa na atmosfera, e fluido perispirítico, quando individualizado?

Esta questão, aliás, é secundária. O fluido perispirítico é imponderável, como a luz, a eletricidade e o calórico. É-nos invisível, no nosso estado normal, e somente por seus efeitos se revela. Torna-se, porém, visível a quem se ache no estado de sonambulismo lúcido e, mesmo, no estado de vigília, às pessoas dotadas de dupla vista. No estado de emissão, ele se apresenta sob a forma de feixes luminosos, muito semelhante à luz elétrica difundida no vácuo. A isso, em suma, se limita a sua analogia com este último fluido, porquanto não produz, pelo menos ostensivamente, nenhum dos fenômenos físicos que conhecemos. No estado ordinário, denota matizes diversos, conforme os indivíduos que o emitem: ora vermelho fraco, ora azulado, ou acinzentado, qual ligeira bruma. As mais das vezes, espalha sobre os corpos circunjacentes uma coloração amarelada, mais ou menos forte.

Sobre essa questão, são idênticos os relatos dos sonâmbulos e dos videntes. Teremos ainda ocasião de tratar disso, quando falarmos das qualidades que ao fluido imprimem o móvel que o põe em movimento e o adiantamento do indivíduo que o emite.

Nenhum corpo lhe opõe obstáculo; ele os penetra e atravessa todos. Até agora nenhum se conhece que seja capaz de o isolar. Somente a vontade lhe pode ampliar ou restringir a ação. A vontade, com efeito, é o seu mais poderoso princípio. Pela vontade, dirigem-se-lhe os eflúvios através do es-

paço, saturam-se dele alguns objetos, ou faz-se que ele se retire dos lugares onde superabunda.

Digamos, de passagem, que é neste princípio que se funda a força magnética. Parece, enfim, que ele é o veículo da vista psíquica, como o fluido luminoso o é da vista ordinária. (O problema da fotografia do pensamento está novamente na ordem do dia das investigações científicas. Experiências recentes realizadas nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Rússia mostram que Kardec tinha razão ao tratar deste assunto, sobre o qual, como vemos pelo título deste trabalho, pretendia realizar estudos mais profundos. As pesquisas atuais do Prof. Eisenbud com o médium Ted Serios, nos Estados Unidos, demonstraram cientificamente a possibilidade de fotografar-se o pensamento, e mais do que isso, obter-se, por esse meio, informações de locais de acontecimentos que ocorrem à distância. A fotografia do pensamento está assim ligada a outros tipos de fenômenos paranormais, incluindo a *telegrafia do pensamento*, de que trata Kardec neste livro e no *O Livro dos Médiuns*, além de suas referências a respeito no *O Livro dos Espíritos*. As pesquisas de Eisenbud foram objeto de curiosa reportagem publicada pela *Revista Internacional de Espiritismo* (Matão, 1970) e de conferências e exposição em programas de televisão do Canal 11, em São Paulo (1970) pelo Prof. Flávio Pereira. Há um curioso livro do Prof. Imoda, italiano, intitulado *Fotografias de Fantasmas*, em colaboração com Richet e Fontenay, sobre experiências de ideoplastias realizadas com a médium Linda Gazzera. As ideoplastias, formas plásticas de pensamentos, constituem elementos valiosos para o estudo científico do processo pelo qual o pensamento (que não é físico) torna-se acessível às impressões físicas e pode impressionar o filme fotográfico. *Nota de J. Herculano Pires*).

O fluido cósmico, conquanto emane de uma fonte universal, se individualiza, por assim dizer, em cada ser e adquire propriedades características, que permitem distingui-lo de todos os outros. Nem mesmo a morte apaga esses caracteres de individualização, que persistem por longos anos após a cessação da vida, coisa de que já temos podido convencer-nos.

Cada um de nós tem, pois, o seu fluido próprio, que o envolve e acompanha em todos os movimentos, como a atmosfera acompanha cada planeta. É muito variável a extensão da irradiação dessas atmosferas individuais. Achando-se o Espírito em estado de absoluto repouso, pode essa irradiação ficar circunscrita nos limites de alguns passos; mas, atuando a vontade, pode alcançar distâncias infinitas. A vontade como que dilata o fluido, do mesmo modo que o calor dilata os gases.

As diferentes atmosferas individuais se entrecruzam e misturam, sem jamais se confundirem, exatamente como as ondas sonoras que se conservam distintas, a despeito da imensidade de sons que simultaneamente abalam o ar. Pode-se, por conseguinte, dizer que cada indivíduo é centro de uma onda fluídica, cuja extensão se acha em relação com a força da vontade, do mesmo modo que cada ponto vibrante é centro de uma onda sonora, cuja extensão está na razão propulsora do fluido, como o choque é a causa de vibração do ar e propulsora das ondas sonoras.

Das qualidades peculiares a cada fluido resulta uma espécie de harmonia ou desacordo entre eles, uma tendência a se unirem ou evitarem, uma atração ou repulsão, numa palavra: as simpatias ou antipatias que se experimentam, muitas vezes sem manifestas causas determinantes.

Se nos colocamos na esfera de atividade de um indivíduo, a sua presença não raro se nos revela pela impressão agradável ou desagradável que nos produz o seu fluido. Se estamos entre pessoas de cujos sentimentos não partilhamos, cujos fluidos não se harmonizam com os nossos, penosa reação

entra a oprimir-nos e sentimo-nos ali como nota dissonante num concerto! Se, ao contrário, muitos indivíduos se acham reunidos em comunhão de vistas e de intenções, os sentimentos de cada um se exaltam na proporção mesma da massa das forças atuantes.

Quem não conhece a força de arrastamento que domina as aglomerações onde há homogeneidade de pensamentos e de vontades? Ninguém pode imaginar a quantas influências estamos assim submetidos, à nossa revelia. Não podem essas influências ser a causa determinante de certas idéias, dessas idéias que em dado momento se nos tornam comuns e a outras pessoas, desses pressentimentos que nos levam a dizer: paira alguma coisa no ar, pressagiando tal ou tal acontecimento? Enfim, certas sensações indefiníveis de bem-estar ou de mal-estar moral, de alegria ou tristeza, não serão efeitos da reação do meio fluídico em que nos encontramos, dos eflúvios simpáticos ou antipáticos que recebemos e que nos envolvem como as emanações de um corpo odorífico?

Não podemos pronunciar-nos afirmativamente, de modo absoluto, sobre essas questões, mas é forçoso convir, pelo menos, em que a teoria do fluido cósmico, individualizado em cada ser sob o nome de fluido perispirítico, abre um campo inteiramente novo para a solução de uma imensidade de problemas até agora insolúveis. Em seu movimento de translação, cada um de nós leva consigo a sua atmosfera fluídica, como o caracol leva a sua concha; esse fluido, porém, deixa vestígios da sua passagem; deixa um como sulco luminoso, inacessível aos nossos sentidos, no estado de vigília, mas que serve para que os sonâmbulos, os videntes e os Espíritos desencarnados reconstituam os fatos ocorridos e examinem os móveis que os ocasionaram. Toda ação física ou moral, patente ou oculta, de um ser sobre si mesmo, ou sobre outro, pressupõe, de um lado, uma força atuante e, de outro, uma sensibilidade passiva. Em todas as coisas, duas forças iguais se neutralizam e a fraqueza cede à força. Ora, não sendo todos os homens dotados da mesma energia fluídica, ou, por outra, não tendo o fluido perispirítico, em todos, a mesma potência ativa, explicado fica por que, nuns, essa potência é quase irresistível, ao passo que, noutros, é nula; por que algumas pessoas são muito acessíveis à sua ação, enquanto que outras lhe são refratárias. Essa superioridade e essa inferioridade relativas dependem evidentemente do organismo; mas, fora erro acreditar-se que estão na razão direta da força ou da fraqueza física.

A experiência prova que os homens mais robustos às vezes sofrem as influências fluídicas mais facilmente do que outros de constituição muito mais delicada, ao passo que com freqüência se descobrem entre estes últimos uma força que a frágil aparência deles não permitiria se suspeitasse. De muitas formas se pode explicar essa diversidade no modo de agir. O poder fluídico aplicado à ação recíproca dos homens uns sobre os outros, isto é, ao Magnetismo, pode depender:

- 1° da quantidade de fluido que cada um possua;
- 2° da natureza intrínseca do fluido de cada um, abstração feita da quantidade;

3º do grau de energia da força impulsiva; porventura, até, dessas três causas reunidas.

Na primeira hipótese, aquele que tem mais fluido dá-lo-ia ao que tem menos, recebendo-o deste em menor quantidade. Haveria nesse caso analogia perfeita com a permuta de calórico entre dois corpos que se colocam em equilíbrio de temperatura.

Qualquer que seja a causa daquela diferença, podemos aperceber-nos do efeito que ela produz, imaginando três pessoas cujo poder representaremos pelos números 10, 5 e 1. O 10 agirá sobre o 5 e sobre o 1, porém mais energicamente sobre o 1 do que sobre o 5; este atuará sobre o 1 mas será impotente para atuar sobre o 10; o 1, finalmente, não atuará sobre nenhum dos dois outros. Será essa talvez a razão por que certos pacientes são sensíveis à ação de tal magnetizador e insensíveis à de tal outro.

Pode-se também, até certo ponto, explicar esse fenômeno, apoiado nas considerações precedentes. Dissemos, com efeito, que os fluidos individuais são simpáticos ou antipáticos, uns com relação aos outros. Ora, não poderia dar-se que a ação recíproca de dois indivíduos estivesse na razão da simpatia dos fluidos, isto é, da tendência destes a se confundirem por uma espécie de harmonia, como as ondas sonoras produzidas pelos corpos vibrantes? Indubitavelmente essa harmonia ou simpatia dos fluidos é uma condição, ainda que não indispensável em absoluto, pelo menos muito preponderante, e quando há desacordo ou antipatia, a ação não pode deixar de ser fraca, ou, até, nula.

Este sistema explica bem as condições prévias da ação; mas, não diz de que lado está a força e, admitindo-o, somos forçados a recorrer à nossa primeira suposição. Em suma, que o fenômeno se dê por uma ou outra dessas causas, isso não leva a nenhuma consequência. O fato existe; é o essencial. Os da luz se explicam igualmente pela teoria da emissão e pela das ondulações; os da eletricidade, pelos fluidos positivo e negativo, vítreo e resinoso.

Em próximo estudo, apoiando-nos nas considerações que temos expandido, procuraremos definir o que entendemos por fotografia e telegrafia do pensamento.

*

FOTOGRAFIA E TELEGRAFIA DO PENSAMENTO

A fotografia e a telegrafia do pensamento são questões até agora pouco explanadas. Como todas as que não apresentam ligação com as leis que, por sua essência, devem ser universalmente difundidas, foram relegadas para segundo plano, não obstante serem de capital importância e poderem os elementos que elas contêm concorrer para a elucidação de muitos problemas que ainda se acham sem solução.

Quando um artista de talento executa um quadro, obra magistral a que consagrou todo o gênio que progressivamente adquiriu, dá primeiramente os traços gerais, de sorte que se compreenda, desde o esboço, todo o partido que espera tirar dali. Só depois de haver elaborado minuciosamente o seu plano geral é que entra nas minúcias; e, embora a este último trabalho

deva, talvez, dispensar maiores cuidados do que àquele outro, tal não lhe seria possível, se não houvera esboçado antes o seu quadro. O mesmo sucede em Espiritismo.

As leis fundamentais, os princípios gerais, cujas raízes existem no espírito de todo ser criado, foram elaborados desde a origem. Todas as outras questões, quaisquer que sejam, dependem das primeiras. Por isso é que, durante certo tempo, forçoso se torna pôr de lado o estudo dessas questões.

Com efeito, poder-se-ia logicamente falar de fotografia e de telegrafia do pensamento, antes de estar demonstrada a existência da alma que manobra os elementos fluídicos e a dos fluidos que permitem se estabeleçam relações entre duas almas distintas? Ainda hoje, talvez, mal começamos a estar suficientemente esclarecidos para a elaboração de tão vastos problemas! Entretanto, não se acharão deslocadas aqui algumas considerações de natureza a preparar as bases para um estudo mais completo.

Limitado em suas idéias e aspirações, tendo circunscritos os seus horizontes, o homem precisa concretar todas as coisas e pôr-lhes etiquetas, a fim de guardar delas apreciável lembrança e basear seus futuros estudos nos dados que haja reunido. Pelo sentido da vista foi que lhe vieram as primeiras noções do conhecimento. Foi a imagem de um objeto que lhe ensinou a existência desse objeto. Quando conheceu muitos objetos, tirou deduções das impressões diferentes que eles lhe produziam no íntimo do ser, fixou na inteligência a quintessência deles por meio do fenômeno da memória. Ora, que é a memória, senão um espécie de álbum mais ou menos volumoso, que se folheia para encontrar de novo as idéias apagadas e reconstituir os acontecimentos que se foram? Esse álbum tem marcas nos pontos capitais. De alguns fatos o indivíduo imediatamente se recorda; para recordar-se de outros, é-lhe necessário folhear por longo tempo o álbum.

A memória é como um livro! Aquele em que lemos algumas passagens facilmente no-las apresenta aos olhos; as folhas virgens ou raramente perlustradas têm que ser folheadas uma a uma, para que consigamos reconstituir um fato sobre o qual pouco tenhamos demorado a atenção. Quando o Espírito encarnado se lembra, sua memória lhe apresenta, de certo modo, a fotografia do fato que ele procura. Em geral, os encarnados que o cercam nada vêem; o álbum se acha em lugar inacessível ao olhar deles; mas, os Espíritos o vêem e folheiam conosco. Em dadas circunstâncias, podem mesmo, deliberadamente, ajudar a nossa pesquisa, ou perturbá-la.

O que se produz de um encarnado para um desencarnado também se verifica do desencarnado para o vidente. Quando se evoca a lembrança de certos fatos da existência de um Espírito, apresenta-se-lhe a fotografia desses fatos; e o vidente, cuja situação espiritual é análoga à do Espírito livre, vê como ele e, até, em determinadas circunstâncias, vê o que o Espírito não vê por si mesmo, tal como um desencarnado pode folhear a memória de um encarnado, sem que este tenha disso consciência e lembrar-lhe fatos de há muito esquecidos. Quanto aos pensamentos abstratos, por isso mesmo que existem, tomam corpo para impressionar o cérebro; têm de agir naturalmente sobre este e, de certo modo, gravar-se nele. Ainda neste caso, como no primeiro, parece perfeita a semelhança entre os fatos da terra e os do espaço.

Já tendo sido o fenômeno da fotografia do pensamento objeto de algumas reflexões nossas na *Revista*, para maior clareza reproduziremos alguns trechos do artigo em que o assunto foi tratado e que completaremos com outras observações novas.

Sendo os fluidos o veículo do pensamento, este atua sobre aqueles como o som atua sobre o ar; eles nos trazem o pensamento como o ar nos traz o som.

Pode-se, pois, dizer, com verdade, que há ondas nos fluidos e radiações de pensamento, que se cruzam sem se confundirem, como há, no ar, ondas e radiações sonoras. Ainda mais; criando **imagens fluídicas**, o pensamento se reflete no envoltório perispirítico como num espelho, ou, então, como essas imagens de objetos terrestres que se refletem nos vapores do ar tomando aí um corpo e, de certo modo, **fotografando-se**.

Se um homem, por exemplo, tiver a idéia de matar alguém, embora seu corpo material se conserve impassível, seu corpo fluídico é acionado por essa idéia e a reproduz com todos os matizes. Ele executa fluidicamente o gesto, o ato que o indivíduo premeditou. Seu pensamento cria a imagem da vítima e a cena inteira se desenha, como num quadro, tal qual lhe está na mente. É assim que os mais secretos movimentos da alma repercutem no invólucro fluídico. É assim que uma alma pode ler noutra alma como num livro e ver o que não é perceptível aos olhos corporais. Estes vêem as impressões interiores que se refletem nos traços fisionômicos: a cólera, a alegria, a tristeza; a alma, porém, vê nos traços da alma os pensamentos que não se exteriorizam.

Entretanto, se, vendo a intenção, pode a alma pressentir a execução do ato que lhe será a consequência, não pode, contudo, determinar o momento em que ele será executado, nem lhe precisar os pormenores, nem mesmo afirmar que ele se realize, porque ulteriores circunstâncias podem modificar os planos concebidos e mudar as disposições. Ela não pode ver o que ainda não está no pensamento; o que vê é a preocupação ocasional ou habitual do indivíduo, seus desejos, seus projetos, suas intenções boas ou más. Daí os erros nas previsões de alguns videntes.

Quando um acontecimento está subordinado ao livre-arbítrio de um homem, eles apenas podem pressentir-lhe a probabilidade, de acordo com o pensamento que vêem; mas, não podem afirmar que se dará de tal forma, ou em tal momento. A maior ou menor exatidão nas previsões depende, além disso, da extensão e da clareza da vista psíquica. Nalguns indivíduos, desencarnados ou encarnados, limita-se a um ponto ou é difusa, ao passo que noutros é nítida e abrange todo o conjunto dos pensamentos e das vontades que hajam de concorrer para a realização de um fato. Mas, acima de tudo, há sempre a vontade superior que pode, em sua sabedoria, permitir uma revelação ou impedi-la. Neste último caso, um véu impenetrável é lançado sobre a mais perspicaz vista psíquica. (Veja, em *A Gênese*, o capítulo sobre a **Presciência**.)

A teoria das criações fluídicas e, por conseguinte, da fotografia do pensamento, é uma conquista do moderno Espiritismo e pode, doravante, considerar-se como firmada em princípio, ressalvadas as aplicações de minúcias, que não de resultar da observação. Este fenômeno é incontes-

tavelmente a origem das visões fantásticas e desempenha grande papel em certos sonhos.

Quem na Terra sabe de que maneira se estabeleceram os primeiros meios de comunicação do pensamento? Como foram inventados ou, antes, descobertos, dado que nada se inventa, pois que tudo existe em estado latente, cabendo aos homens apenas os meios de pôr em ação as forças que a Natureza lhes oferece?

Quem sabe quanto tempo foi necessário para que os homens usassem da palavra de modo perfeitamente inteligível?

Aquele que soltou o primeiro grito inarticulado tinha sem dúvida uma certa consciência do que queria exprimir, mas os a quem ele se dirigiu nada a princípio compreenderam. Só ao cabo de longo lapso de tempo se verificou a existência de palavras convencionadas, depois a de frases abreviadas e, por fim, discursos inteiros.

Quantos milhares de anos não foram necessários para que a Humanidade chegasse ao ponto em que hoje se encontra! Cada progresso nos modos de comunicação, nas relações entre os homens, foi sempre assinalado por uma melhora no estado social dos seres. À medida que as relações de indivíduo a indivíduo se tornam mais estreitas, mais regulares, a necessidade se faz sentir de uma nova e mais rápida forma de linguagem, mais apropriada a pôr os homens em comunicação instantânea e universalmente uns com os outros.

Por que não teria cabimento no mundo moral, de encarnado a encarnado, por meio da telegrafia humana, o que ocorre no mundo físico, por meio da telegrafia elétrica? Por que as relações ocultas que ligam, de maneira mais ou menos consciente, os pensamentos dos homens e dos Espíritos, por meio da telegrafia espiritual, não se generalizariam entre os homens, de modo consciente?

A telegrafia humana! Aí está uma coisa de molde certamente a provocar o riso dos que se negam a admitir o que não caia sob os sentidos materiais. Mas, que importam as zombarias dos presunçosos? As suas negações, por mais que eles as multipliquem, não obstarão a que as leis naturais sigam seu curso, nem a que se encontrem novas aplicações dessas leis, à medida que a inteligência humana se ache em estado de lhes experimentar os efeitos.

O homem exerce ação direta sobre as coisas, assim como sobre as pessoas que o cercam. Freqüentemente, uma pessoa de quem se faz pouco caso a exerce decisiva sobre outras de reputação muito superior. Isto decorre de que na Terra se vêem muito mais máscaras do que semblantes e de que aí o olhar tem a obscurecê-lo a vaidade, o interesse pessoal e todas as paixões más. A experiência demonstra que se pode atuar sobre o espírito dos homens, à revelia deles.

Um pensamento superior, **fortemente pensado**, permita-se-nos a expressão, pode, pois, conforme a sua força e a sua elevação, tocar de perto ou de longe homens que nenhuma idéia fazem da maneira por que ele lhes chega, do mesmo modo que muitas vezes aquele que o emite não faz idéia do efeito produzido pela sua emissão. É esse um jogo constante das inteli-

gências humanas e da ação recíproca de umas sobre as outras. Juntai-lhe a das inteligências dos desencarnados e imaginai, se o conseguirdes, o poder incalculável dessa força composta de tantas forças reunidas.

Se se pudesse suspeitar do imenso mecanismo que o pensamento aciona e dos efeitos que ele produz de um indivíduo a outro, de um grupo de seres a outro grupo e, afinal, da ação universal dos pensamentos das criaturas umas sobre as outras, o homem ficaria assombrado! Sentir-se-ia aniquilado diante dessa infinidade de pormenores, diante dessas inúmeras redes ligadas entre si por uma potente vontade e atuando harmonicamente para alcançar um único objetivo: o progresso universal.

Pela telegrafia do pensamento, ele apreciará em todo o seu valor a lei da solidariedade, ponderando que não há um pensamento, seja criminoso, seja virtuoso, ou de outro gênero, que não tenha ação real sobre o conjunto dos pensamentos humanos e sobre cada um deles. Se o egoísmo o levava a desconhecer as conseqüências, para outrem, de um pensamento perverso, pessoalmente seu, por esse mesmo egoísmo ele se verá induzido a ter bons pensamentos, para elevar o nível moral da generalidade das criaturas, atendendo nas conseqüências que sobre si mesmo produziria um mau pensamento de outrem.

Que serão, senão conseqüência da telegrafia do pensamento, esses choques misteriosos que nos advertem da alegria ou do sofrimento de um ente caro, que se acha longe de nós? Não é a um fenômeno do mesmo gênero que devemos os sentimentos de simpatia ou de repulsão que nos arrastam para certos Espíritos e nos afastam de outros?

Há nisto certamente um campo imenso aberto à observação, mas de que ainda não temos senão o esboço; o estudo dos pormenores será a conseqüência de um conhecimento mais completo das leis que regem a ação dos fluidos entre uns e outros. (Temos aqui um exemplo da maneira porque Allan Kardec, graças à sua compreensão global dos problemas, passava facilmente da teoria à prática, dando aplicação moral às suas conclusões científicas. Da técnica da *fotografia do pensamento* ele passa naturalmente, por necessidade lógica, sem nenhum esforço ou artifício, às conseqüências morais e espirituais das novas leis descobertas. Por outro lado, devemos observar a segurança de Kardec ao afirmar: “A teoria das criações fluídicas, e por conseguinte da fotografia do pensamento, é uma conquista do Espiritismo moderno e pode, de agora em diante, considerar-se estabelecida em princípio, salvo as aplicações de pormenores resultantes da observação”. Trechos como esse nos mostram que Kardec estava plenamente seguro do que afirmava, seguro de suas conquistas científicas no campo da investigação psíquica. Os que hoje o consideram superado, sem sequer se darem ao esforço de estudar as suas obras, têm aqui uma excelente oportunidade de reflexão a respeito da seriedade e da importância atual dos seus trabalhos. *Nota de J. Herculano Pires.*)

*

Livro: Introdução à Filosofia Espírita

J. Herculano Pires

TEORIA ESPÍRITA DO CONHECIMENTO

COMO CONHECEMOS?

O problema do conhecimento é básico em Filosofia. Pois se esta tem por objeto a Sabedoria, o que vale dizer o nosso saber, aquilo que sabemos, é claro que o conhecimento e a maneira pela qual o adquirimos é de impor-

tância fundamental em toda a indagação filosófica. Por isso a Teoria do Conhecimento é uma das partes mais complexas e mais debatidas da Filosofia, em todos os tempos. Na Filosofia Espírita ela assume uma importância ainda mais profunda, pois a pergunta "Como conhecemos"? implica a relação espírito-corpo. E essa relação exige a definição dos seus componentes, envolvendo as perguntas "o que é espírito"? e "o que é corpo"?

Mas antes dessas questões há outra, relacionada com os próprios elementos do ato de conhecer. A tradição filosófica nos mostra duas posições clássicas diante desse problema: a platônica ou socrático-platônica, que envolve a questão da reminiscência, das idéias inatas, e a sofisticada ou empírica que se refere apenas aos nossos sentidos. Há entre esses dois campos numerosas escolas e subescolas, mas para o nosso propósito bastam essas duas linhas fundamentais, que permanecem válidas em nossos dias e representam as pontas do dilema de conhecer. Nessas duas linhas a resposta à pergunta "Como conhecemos?" é dada pela seguinte contradição: 1^a.) "Conhecemos pelo espírito"; 2^a.) "Conhecemos pelos sentidos". O primeiro a dar uma resposta conciliatória, ao que nos parece, foi Aristóteles com a sua teoria dos dois espíritos do homem: o *formativo* e o *receptivo*. Esta dualidade é resolvida pela Filosofia Espírita de maneira dialética, como veremos.

Os elementos do conhecer podem ser definidos como a *razão e o sensório*. Nesses dois elementos encontramos os seus respectivos instrumentos, que podemos chamar os *instrumentos do conhecer*. Na razão encontramos os conceitos ou idéias, que Sócrates foi o primeiro a descobrir (escondidos atrás das palavras) e que Kant chamaria mais tarde de categorias. No sensório encontramos as sensações, que na Psicologia atual podemos chamar de percepções. Assim, o conhecer é um ato de relação. O conhecedor, que é o homem, se põe em relação com alguma coisa, percebe essa coisa e procura identificá-la. Mas identificá-la com o que? Com os conceitos ou idéias, com as chamadas categorias da razão, que não estão nos sentidos mas no espírito. Essa identificação é o próprio ato de conhecer. Captamos pela vista uma forma à distância. Ela nos parece um cavaleiro. Identificamos a forma visual com a idéia ou conceito de um cavaleiro. Mas, ao nos aproximarmos, verificamos que se trata de uma pedra com forma de cavaleiro: refazemos a identificação automaticamente. É assim que um objeto captado pelos nossos sentidos pode enganar-nos, mas a verificação da razão corrige o erro.

Estão aí os dois espíritos da teoria de Aristóteles. O primeiro é o *espírito-formativo*, que para Aristóteles era a própria alma humana procedente do mundo espiritual, não sujeita às influências do mundo exterior. O segundo é o *espírito receptivo*, uma espécie de matéria em que se imprimem as sensações do mundo exterior, segundo Aristóteles. Isto implica a teoria aristotélica da forma e matéria. As formas do mundo exterior se imprimem na matéria dos sentidos e dão forma a essa matéria. Mas na Filosofia Espírita não é assim. Os sentidos são apenas instrumentos de captação. E esses instrumentos pertencem à condição existencial do homem encarnado, do homem no mundo. O homem é um composto de espírito e corpo. O corpo é o escafandro de que o espírito se serve para mergulhar nas profundidades da matéria. Quando deixamos o escafandro os seus instrumentos não funcionam. Quando deixamos o corpo os seus instrumentos morrem.

Para a Filosofia Espírita, portanto, a dualidade de espíritos da teoria aristotélica não existe. O homem é essencialmente um espírito. Assim, o espírito é a substância do homem e o corpo o seu acidente. A percepção é uma faculdade do espírito e não do corpo. É o escafandrista que vê através dos vidros do escafandro e não este que vê pelos seus vidros. A contradição das teorias platônica e sofística do conhecimento se resolve numa síntese funcional. Essa contradição ainda existe na Filosofia atual. Podemos representá-la pela teoria racional de Kant e a empírica ou sensorial de Locke: a escola racional e empírica do conhecimento. A síntese funcional é a que nos oferece a reunião do racionalismo e do empirismo num sistema de funções. Esse sistema é o processo vital do homem, ou seja, um espírito encarnado, uma razão prisioneira da rede sensorial, funcionando em relação ao mundo através dessa rede.

A percepção, segundo a Filosofia Espírita, é uma faculdade geral do espírito, que abrange todo o seu ser. Veja-se o ensaio teórico sobre as sensações dos espíritos, em "*O Livro dos Espíritos*". O espírito não percebe através dos órgãos, não vê pelos olhos nem ouve pelos ouvidos. Vê e ouve por todo o seu ser. Somente quando sujeito ao corpo tem a sua percepção reduzida ao organismo sensorial. Mas, apesar disso, a sujeição corpórea não é absoluta. O espírito, mesmo encarnado, extravasa dos limites sensoriais e tem percepções extra-sensoriais. Essa a grande "descoberta" da Parapsicologia, que, segundo o próprio prof. Rhine: só é nova para a Ciência". Sim, pois os homens sabem, desde todos os tempos, que podem ver sem os olhos e perceber sem os sentidos em todos os campos da percepção.

Mas se os homens podem ver sem os olhos, hão de ver também coisas não visíveis para os olhos. Eis a questão, diria Shakespeare. E essa questão nos leva de volta à teoria das reminiscências de Sócrates e Platão. Que teoria é essa? A de que os nossos espíritos, ou seja, nós mesmos, antes de encarnarmos neste mundo já conhecíamos muitas coisas. Esse conhecimento está dentro de nós na forma de reminiscência, de lembrança amortecida pela carne. Por isso Sócrates inventou a maiêutica, o processo de tirar o conhecimento das profundezas do ignorante como se tira água do poço. E Platão ensinou, com o famoso mito da caverna, que na terra somos apenas sombras, as projeções passageiras e irrealis de nós mesmos, dos nossos espíritos, que na realidade vivem acima da matéria, transcendem a ela. E hoje os parapsicólogos mais esclarecidos, mais conseqüentes consigo mesmos — como o casal Rhine, os profs. Soal, Carington, Price, Tischner e outros —, afirmam que a mente e o pensamento não são materiais, pertencem a outro plano da natureza, a outro plano da complexa estrutura do Universo. A teoria espírita do conhecimento tem a sanção das últimas conquistas científicas.

Mas voltemos ainda aos *instrumentos do conhecimento* para tratarmos de um deles, que é para a Filosofia Espírita de muita importância. Trata-se da idéia ou conceito de *espírito*. Todas as especulações foram feitas para explicar a existência desse conceito. Conhece-se a teoria da projeção anímica, de Feuerbach, adotada pelo Marxismo: "Não foi Deus quem criou o homem, mas o homem quem criou Deus"; a teoria animista de Taylor; a teoria da imaginação primitiva, de Spencer, que o seu discípulo Ernesto Bozzano ampliou para torná-la espírita. E é em Bozzano ("*Popoli Primitivi e Manifestazione Supernormale*") que vamos encontrar a resposta espírita a

todas essas hipóteses imaginosas. O conceito de espírito é uma categoria lógica, semelhante às de espaço e tempo, que o homem desenvolveu com a experiência sensível. As pesquisas científicas da Metapsíquica, da chamada Ciência Psíquica Inglesa, da antiga Parapsicologia alemã e da atual Parapsicologia, ao lado das investigações clássicas e modernas da Ciência Espírita confirmam essa teoria. Não foi da imaginação primata (incapaz de tal abstração) que surgiu o conceito de espírito, mas dos fenômenos de aparições, de materializações e de todos os tipos de manifestações paranormais.

O QUE CONHECEMOS?

O espírito é, pois, o conhecedor, é o princípio inteligente da Natureza, cuja faculdade perceptiva se desenvolve através de fases sucessivas. Primeiro, temos a sensibilidade vegetal; depois, a perceptibilidade animal; por fim, a inteligência humana. Uma frase célebre de Léon Denis resume todo esse processo milenar: “A alma dorme na pedra, sonha no vegetal, agita-se no animal e acorda no homem.” O conceito de alma foi estudado por Kardec na introdução de “O Livro dos Espíritos”. A Filosofia Espírita define a alma como o espírito encarnado. O princípio inteligente, quando manifestado na matéria, produz a vida, segundo o nosso restrito conceito de vida. Assim, ele anima a matéria, é a **ânima** dos latinos, a alma das coisas e dos seres. No homem, a alma é o espírito que anima o corpo. Quando o homem morre, sua alma volta ao estado de espírito, liberta-se da função de alma. Não existem **almas do outro mundo**, pois estas, na verdade, são espíritos.

Mas o que é que o conhecedor conhece, o que é que conhecemos através da nossa faculdade perceptiva e da nossa capacidade intelectual? Há o conhecimento das coisas exteriores e o das coisas interiores. Há a percepção objetiva, que estabelece a relação sujeito-objeto, e a percepção subjetiva, que faz do sujeito o seu próprio objeto. Isso quer dizer, em termos epistemológicos (na teoria das ciências) que há Ciência e há Filosofia. Como já vimos, a Ciência investiga os objetos exteriores, a Filosofia investiga a si mesma, é o pensamento debruçado sobre si mesmo. Podemos retornar às explicações de Platão: há o mundo sensível e o mundo inteligível. Temos acesso ao sensível por meio da percepção, captamos, sentimos, percebemos as coisas exteriores. Temos acesso ao inteligível por meio da razão e da intuição. São essas as duas faces da realidade. O verso e o reverso da moeda com que pagamos o direito de saber.

Desde o tempo dos gregos a nossa Civilização Ocidental vem se debatendo entre esses dois campos do conhecimento. Hoje, temos o mundo dividido em duas partes: numa se desenvolve o pensamento materialista como ideologia oficial dos Estados; noutra, o pensamento espiritualista na mesma posição. Nem uma nem outra dessas formas de pensamento, dessas sistematizações do conhecimento, conseguiu trazer nem poderá trazer ao homem a solução dos seus problemas. A Filosofia Espírita se coloca entre ambas e nos oferece a solução dialética, nos termos da velha e boa dialética de Hegel, mostrando o equívoco desse divisionismo artificial e anunciando o advento da compreensão global da realidade.

Espírito e matéria, ensina a Filosofia Espírita, são os dois elementos constitutivos do universo. Sobre ambos paira o poder unificador que é Deus. Essa, diz “O Livro dos Espíritos”, é a trindade universal. Mas a realidade

não se fecha apenas nesse tríptico, nesse esquema geral. Ela é una em essência, mas é múltipla nas suas manifestações. A lei cósmica é a da diversidade da unidade. Querer reduzir o real a um dos seus aspectos, o materialista ou o espiritualista, é simples utopia. A própria História da Filosofia nos mostra a impossibilidade de uma interpretação esquemática da realidade. Os esquemas das diversas escolas filosóficas serviram apenas de muletas do pensamento, em sua busca da verdade. Hoje, os filósofos compreendem que as escolas servem como pontos de observação, como posições estratégicas e não como trincheiras definitivas no campo de batalha do conhecimento. Não mais se formulam grandes sistemas. A época dos sistemas passou. A sistemática foi substituída pela problemática: importam os problemas, não as explicações conclusivas.

A Filosofia Espírita foi uma antecipação dessa nova atitude filosófica. Na mesma época em que surgiam os dois últimos grandes sistemas filosóficos: o Positivismo de Augusto Comte e o Marxismo, os Espíritos diziam a Kardec que era necessário apresentar ao mundo uma Filosofia racional, “livre dos prejuízos do espírito de sistema”. E lhe davam as linhas mestras do novo pensamento através do processo dinâmico do diálogo, que hoje está consagrado em todo o mundo. A forma de perguntas e respostas de “O Livro dos Espíritos”, às vezes considerada antiquada por alguns espíritas sequeiros de novidades, é hoje a forma preferida para a busca de soluções em todos os setores das atividades humanas. O diálogo é a **maiêutica** de Sócrates e a **dialética** de Platão e de Hegel ressuscitadas em nosso tempo. É o instrumento mais prático de conhecimento no plano social. E foi através dele que surgiu a Filosofia Espírita, no diálogo mediúnico de Kardec com os Espíritos.

A **mediunidade** se apresenta como a oportunidade do diálogo paranormal. A palavra paranormal é simplesmente uma substituta da palavra sobrenatural. Classifica o fenômeno natural inabitual a que se referia Richet. Na proporção em que os homens avançam na evolução espiritual o diálogo mediúnico se integra na normalidade. Quando Sócrates dialogava com o seu *daimon* (demônio ou espírito protetor) ou quando Joana D’Arc dialogava com as suas vozes, ou quando Abraão Lincoln (à maneira do patriarca bíblico) dialogava com os Espíritos na Casa Branca, em Washington, não estavam fora da Natureza nem de normalidades. Só a ignorância das leis naturais que regem a comunicação interexistencial (a comunicação mediúnica entre os diferentes planos de existência) levou os homens a tratarem o assunto com prevenção e excesso de superstição. O diálogo mediúnico que fez a Donzela de Orléans a empunhar a espada e salvar a França, que levou Sócrates a impulsionar o conhecimento, que fez Lincoln assinar a lei de libertação dos escravos nos Estados Unidos, que orientou Mackenzie King no governo do Canadá, e assim por diante, levou Kardec a formular a Doutrina Espírita e oferecer ao mundo a maior síntese filosófica de todos os tempos, que é a Filosofia Espírita.

O PROCESSO GNOSEOLÓGICO

Aplicada ao Espiritismo, na avaliação da totalidade da Doutrina, a Teoria Espírita do Conhecimento nos mostra essa doutrina como a última fase de um processo gnoseológico que abrange toda a evolução humana.

Kardec explica, no cap.I de “A Gênese”, os motivos do aparecimento do Espiritismo em meados do século passado (XIX). Era necessário o desenvolvimento das Ciências, a superação racional dos estágios anteriores da evolução, para que o homem se tornasse capaz de compreender o problema espírita. O processo gnoseológico iniciado na era tribal se desenvolve através das fases anímica, mágica, mítica, mística ou religiosa, atingindo a científica ou racional e passando, então, à psicológica ou espírita.

Lembremo-nos rapidamente da lei dos três estados da evolução gnoseológica segundo Augusto Comte. Temos primeiro, o **estado teológico** em que tudo se explica pela intervenção dos deuses; a seguir, o **estado metafísico** das explicações abstratas (o ópio faz dormir porque tem a virtude dormitiva); e depois, o **estado positivo** em que predominam as Ciências. Kardec acrescentou a essa teoria, por sugestão de um leitor da “Revista Espírita” (Veja-se o n. de abril de 1858) o **estado psicológico** iniciado pelo Espiritismo. Vemos hoje o acerto desse acréscimo. As ciências psicológicas dominam o mundo atual e já se abriram para o futuro através da investigação parapsicológica. A Humanidade avança, segundo a observação de Simone de Beauvoir, que não é espírita, “num constante **devir**”. O homem se liberta da matéria, emancipando-se como espírito.

Mas o Espiritismo não é apenas a fase derradeira do processo gnoseológico em que nos encontramos como componentes da Humanidade terrena. Ele apresenta também, em si mesmo, as características de um processo gnoseológico especial. A Teoria do Conhecimento nos mostra que as fases sucessivas do conhecer se repetem no desenvolvimento do Espiritismo. Através do seu aspecto científico ele nos oferece a captação sensorial do mundo fenomênico, dessa faixa da Natureza em que o espírito se manifesta no sensível, e a captação extra-sensorial do inteligível, da realidade espiritual. Através da Filosofia Espírita, nos mostra a interpretação racional do Universo e do Homem numa visão integral. Através da Religião Espírita, - moral, normativa e jamais ritual, sacramental, destituída de resíduos mágicos – determina a orientação adequada, no plano existencial, à nossa conduta em face da realidade ampla que conseguimos descortinar.

Assim, a Teoria Espírita do Conhecimento explica, ao mesmo tempo, o problema do conhecer em sua expressão mais simples e em sua expressão mais complexa. Aprendemos, graças a ela, que o processo gnoseológico é uma conquista e uma integração. Conquistando pelo conhecimento progressivo o **saber** espírita integramo-nos na realidade multidimensional da era cósmica. Não pensamos mais em termos geocêntricos, organocêntricos ou antropocêntricos e, por isso mesmo, não vivemos mais apegados a temores e superstições. O Espiritismo nos confere a emancipação espiritual de cidadãos do Cosmos. Pertencemos à Humanidade Cósmica.

*

CAPÍTULO X

O HOMEM E O ESTADO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

A sociedade é feita para o homem ou o homem é feito para a sociedade? É o Estado uma criação divina, que não se deve contestar, ou resulta de um “contrato social” entre os homens, sujeito a alterações quando não mais servir? Como os governantes conseguem sua autoridade? É justificável a revolução? Qual o correto, o totalitarismo ou a democracia?

O homem é um ser gregário. Por natureza, vive com os semelhantes e sente prazer nisso. De fato, não existe mais cruel punição, infligida ao indivíduo, que a de isolá-lo de outros homens durante um longo espaço de tempo.

Se o prazer de conviver com outros é próprio da natureza originária e básica do homem, não se sabe. É claro, porém, que os primeiros homens, a respeito dos quais sabemos alguma coisa, viviam juntos, fosse numa caverna ou em rudes abrigos construídos de ramos e folhas, ou acorados à sombra de árvores, ou junto a rochedos proeminentes que os protegessem. Fosse o que fosse, os homens mais primitivos desejavam sempre estar perto dos de sua espécie. A razão talvez estivesse no desejo de segurança e na idéia de que um homem, sozinho, estaria mais perigosamente exposto aos inimigos, ao passo que dois ou mais, juntos, estariam mais capacitados para se protegerem.

Qualquer que seja a razão ou o lugar, onde quer que encontremos provas da existência do homem, iremos encontrar testemunhos de que homens e mulheres viviam em grupo. Como a vida em conjunto, de homens ou de animais, ocasiona choques de idéias e desejos, é quase certo que os primeiros indivíduos organizaram certa forma de sociedade e criaram regras aceitas por todos. As primeiras regras, provavelmente, não foram conscientemente determinadas, ou feitas de maneira que todos pudessem aprendê-las. É possível que tivessem sido aceitas como justas e necessárias, sem que os homens se detivessem em analisá-las, se é que o faziam.

Foi dessas simples disposições para a vida em comum que se desenvolveram as primeiras necessidades sociais. Gradativamente, foi evoluindo uma série de costumes e processos aceitos pela maioria. Passaram a ser leis da tribo ou regras do grupo social. As normas que se julgava preservarem o

grupo, protegendo-o contra os inimigos de fora e de dentro, eram sustentadas tenazmente; aquelas que não serviam para esse objetivo eram abandonadas.

Por esse meio, as organizações de grupos ou de tribos desenvolviam-se com seus modos de vida, transmitidos pelas gerações antigas às mais novas. Certas normas eram, pelos jovens, aprendidas com os companheiros na vida cotidiana. Viam outros agirem de certo modo e aceitavam, como certos, os usos e costumes. Outras, eram transmitidas em cerimônias solenes, realizadas pelos membros do grupo, em ocasiões especiais; a principal era aquela em que o jovem, na puberdade, passava a membro efetivo da tribo.

Esses costumes e leis, não escritos, mantinham o grupo solidamente unido, sendo severamente punidos os que os infringissem, mesmo nos mínimos detalhes. Muitas vezes, a morte era a punição àquele que deixasse de seguir a tradição. A sociedade era estreitamente unida, com suas leis, costumes e punições, sociedade que transmitia suas tradições, de geração a geração, pela palavra oral e pelos rituais.

Veio depois o tempo em que as leis e costumes passaram a ser registrados, do que resultaram os códigos, conjuntos de leis compulsórias porque provaram ser necessárias à preservação da vida do grupo social. Foram a origem da sociedade e do Estado.

Só muitos séculos depois voltaram os filósofos a atenção para aquelas organizações sociais e perguntaram como haviam surgido e qual sua natureza e seu significado. “São elas o resultado natural da vida do homem em comum ou têm origem divina?” – perguntavam. – “São mera conveniência, que deve ser modificada e revista à medida que os tempos vão passando, deve ter uma posição permanente tal, que o homem, ao modificá-la, o faz por sua conta e risco? Onde está o poder do Estado, no povo ou nos governantes que o recebem de Deus? Qual a melhor forma de Estado e como o homem poderá atingi-la?”

Essas questões, e muitas outras, têm ocupado a atenção de muitos dos grandes filósofos. Não só têm sido causa de debates filosóficos, como também têm servido para levar os homens à guerra ou a ameaças de guerra. Têm surgido revoluções porque os homens têm divergido na resposta a essas questões, dispondo-se a morrer para provar que estão certos. Mesmo em nosso tempo, os homens têm desencadeado guerras, que envolvem o mundo todo, por não poderem concordar quanto à resposta a algumas dessas questões.

Os antigos acreditavam serem os deuses os supremos governantes do Estado e terem os companheiros, que sobre eles exerciam o poder, recebido a autoridade diretamente dos deuses. Admitiam, sem contestar, a crença de que todas as leis, sob as quais viviam, haviam sido dadas pelos deuses aos seus antepassados e não podiam, portanto, ser de forma alguma modificadas.

Exemplo desse modo de pensar é a crença dos antigos hebreus de que Moisés, seu grande legislador, recebera as leis do deus Yahweh (Jeová), gravada na pedra. Acreditavam que os Dez Mandamentos, a base de suas leis, eram de origem divina, sendo Yahweh o único soberano. Moisés e os outros que os governaram não mantinham sua posição pelo próprio poder, mas como representantes de Yahweh. As penalidades pela infração da lei não eram aplicadas pelo homem, e sim por Yahweh.

Todos os primeiros povos mantiveram essas crenças, apenas substituindo pelo nome de seu deus o Yahweh dos hebreus. Consideravam o Estado criação divina e divinas as leis-mandamentos, que o homem transgredia por sua conta e risco, pois o castigo era certo e justo. O deus encolerizava-se e desencadeava sua vingança sobre aqueles que ousassem desrespeitar sua vontade.

Os primeiros gregos não tiveram leis gravadas na pedra, mas no espírito de seus chefes. Os costumes dos antepassados, desenvolvidos através de gerações e experiências, passavam para o grupo e eram interpretados e postos em prática pelos velhos. Com o tempo, os costumes foram reunidos e registrados por Licurgo. As regras para a vida em comum, num grupo ou Estado, eram assim apresentadas claramente para que todos as conhecessem e obedecessem.

Entre aqueles povos primitivos, o grupo ou o Estado era mais importante que qualquer de seus membros ou cidadãos. Reconheceram que o indivíduo não pode viver muito tempo, nem gozar de muitas vantagens, a menos que viva num grupo. Além disso, perceberam que o maior bem para o maior número dependia da preservação do grupo como unidade. Conseqüentemente, qualquer indivíduo que, pelos seus atos, ameaçasse a segurança do grupo, cometia um crime que merecia o mais severo castigo. Viram que era necessário preservar o grupo até com o sacrifício do indivíduo. Quando este e o grupo entravam em choque, era aquele quem devia ceder ou ser destruído, pois a destruição do grupo seria fatal para todos.

O Estado Segundo os Primeiros Filósofos Gregos

Os *pitagóricos*, representantes do antigo ponto de vista reinante entre os gregos, ensinavam que o indivíduo deve sujeitar-se à coletividade como um todo e agir, sempre, no sentido do bem do Estado. Pregavam o respeito à autoridade, às leis e às virtudes cívicas daqueles tempos, e o ideal do sacrifício em prol do bem comum.

Esse ponto de vista foi adotado por *Demócrito*. Sustentava que cada um deve dedicar-se inteiramente ao bem do Estado, pois “um Estado bem administrado constitui nossa maior proteção”. Escreveu algures: “Quando o Estado está em condições sadias, tudo prospera; quando está corrompido, tudo cai em ruínas.” Como o bem-estar de todos depende do Estado, é muito razoável afirmar que o bem-estar deste deve constituir a principal preocupação do homem.

Depois das guerras pérsicas (500-449 A.C.), Atenas tornou-se o centro da antiga cultura grega. Os acontecimentos que levaram os gregos àquelas guerras, e o desenvolvimento que durante elas se processou, criaram nos atenienses, dentre outros povos daqueles tempos, o interesse pelos problemas do governo e pela forma democrática da existência humana. Isso produziu, naturalmente, o desenvolvimento do pensamento independente, do que resultou a crescente preocupação pelas teorias de governo. Começou-se a contestar a antiga e cega lealdade ao poder do Estado, e muitos homens passaram a reivindicar a própria independência e o direito a uma vida mais ou menos livre do domínio do governo estabelecido. Pairava no ar o individualismo. Uns sugeriam que o homem devia desligar-se da autoridade, mantendo-se livre para enfrentar o grupo e criticar livremente as antigas tradições.

Os *sofistas* lideraram essa marcha para o individualismo. Concentraram a atenção não no grupo, porém no membro individual do grupo. Acentuaram-lhe o valor e a independência. Propuseram-se a ensinar ao indivíduo como vencer, como conseguir seus próprios fins, à sombra da lei, e, mesmo, como contorná-la com argumentos hábeis.

De fato, houve sofistas que sustentaram serem as leis meras invenções dos membros mais fracos do grupo, da sociedade, com o fito de escravizar e subjugar os mais fortes. No diálogo de Platão, intitulado *Górgias*, um sofista muito conhecido argumenta que “os legisladores constituem a maioria, que é fraca; fazem as leis, distribuem louvores e censuras visando a si mesmos e seus próprios interesses, aterrorizando os mais fortes e aqueles que poderiam dominá-los, a fim de que não levassem a melhor”. Prossegue dizendo que os grandes homens da História foram aqueles que se recusaram a obedecer às leis da maioria fraca que se organizara para dominá-los. A isca que apresentaram ao povo de Atenas foi enunciada por Cálicles: “Se houvesse um homem dotado de bastante força, ele se desvencilharia de tudo isso; esmagaria com os pés todas as nossas fórmulas, encantos e seduções, e todas as nossas leis que contrariam a natureza.” Foi um desafio ao espírito de independência, em movimento no país, desejoso de se impor e recusar, por mais tempo, a repressão pelos fracos, ignorantes e tolos.

É evidente que se podia interpretar facilmente esse ponto de vista como um apelo à anarquia, um incentivo à rebelião contra toda autoridade. E muitos indivíduos o consideraram como tal. A influência dos sofistas, conduziu à desarrazoada recusa à sujeição dos ditames do grupo, ameaçando a solidez do Estado ateniense. Havia, entretanto, sofistas que não pretendiam que tal acontecesse. Não estavam satisfeitos com a antiga e tradicional idéia de que o homem devia sujeitar-se inteira e incondicionalmente ao Estado, e contra isso rebelavam-se. Mas não queriam ir ao outro extremo, à anarquia completa (isto é, falta de governo). A tragédia do pensamento deles estava no fato de não poderem oferecer algo melhor, embora enxergassem o problema e o perigo da filosofia tradicional do Estado. Não podiam oferecer uma solução ao problema social, que promovesse a união e evitasse, ao mesmo tempo, a subserviência ao Estado.

Contudo, em seus esforços para solucionar o problema, gravaram nos espíritos da época as questões em jogo e desafiaram maiores inteligências a que procurassem a solução. Impossibilitaram os filósofos que os seguiram de contornar o problema do desenvolvimento de uma filosofia estatal adequada. Os grandes espíritos, que trabalharam durante os dois séculos seguintes, muito contribuíram para a solução do problema.

O Estado Segundo Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates indagou em primeiro lugar quais as questões importantes envolvidas pelo problema. *Xenofonte*, em seu *Memorabilia*, repete que Sócrates não se cansava de perguntar a todos os que encontrava: “Que é Estado? Que é estadista? Que é governante dos homens? Que é um caráter soberano?” Embora não respondesse às perguntas, traçou as bases para a resposta em sua grande teoria, de que o conhecimento deve ser a maior preocupação de qualquer cidadão. O bom cidadão é aquele que, constantemente, está em busca do verdadeiro conhecimento e está sempre indagando. Quando o ho-

mem descobre o verdadeiro conhecimento – argumentava – age de acordo com ele e conduz-se com acerto em todas as relações com seus semelhantes.

Embora Sócrates visse defeitos no Estado ateniense e passasse grande parte do tempo assinalando-os e criticando os governantes pelas idéias errôneas sobre administração, era, entretanto, muito leal a Atenas. Ao ser condenado à morte pelo tribunal ateniense, condenação que ele e muitos outros julgaram injusta, recusou a proposta dos amigos de subornar os guardas e fugir. Argumentou que, se fizesse isso, estaria infringindo as leis do Estado, tornando-o assim mais fraco. O Estado, a despeito de seus erros, afigurava-se-lhe a mãe que lhe tinha dado a vida e feito dele o que era. Traí-lo seria trazer a mãe. Seu método não era o da rebelião. Tampouco aceitaria o exílio e fugiria. Preferiu aconselhar seus adeptos a permanecerem leais ao Estado e, com sua lealdade, auxiliarem-no a corrigir as faltas e erros.

Platão, o ilustre discípulo de Sócrates, tomou o problema onde o mestre deixou e esforçou-se para encontrar uma solução. Afirmou que o Estado era necessário para maior desenvolvimento do indivíduo. A bondade, para ele, não podia ser isolada; tinha que estender-se ao grupo. Homem bom era o bom cidadão. Assim, o Estado seria organizado de forma a ser possível vida boa para todos.

Argumentava que o indivíduo devia sujeitar-se ao Estado; isso, porém, era simplesmente o meio pelo qual poderia alcançar o desenvolvimento mais perfeito. Considerava o bem-estar de cada homem ligado ao bem-estar do grupo. As leis são necessárias somente porque algumas pessoas se recusam a cooperar com o bom Estado. Servem para obrigá-los a procederem direito e, assim, tornar bom o todo.

No Estado, dizia Platão, as melhores almas e os melhores espíritos são os que devem reinar. Formam uma classe de governantes-filósofos, cuja autoridade não deve ser contestada pelos restantes membros do grupo. Estes compreendem o que é justo e, sem dúvida, o aplicam. Os outros membros do Estado, Platão os colocava em classes, adequadas a suas aptidões. Aqueles que tivessem aptidão para a guerra seriam colocados na classe dos guerreiros; os que tivessem aptidão para negócios, no comércio ou na classe mercantil; os escravos seriam colocados na classe de escravos. Platão acreditava que tal organização daria o Estado melhor possível e que, nele, cada indivíduo, fazendo o trabalho que lhe fosse atribuído, seria feliz e desenvolver-se-ia ao máximo.

Platão imaginou o Estado ideal em seu famoso livro *República*. Noutro, posterior, denominado *Leis*, argumentava que todo cidadão teria voz no governo, e todo o trabalho seria confiado aos escravos.

Essa teoria é fundamentalmente aristocrática. Platão era rico, filho da classe mais favorecida de Atenas. Como tal, não poderia ser totalmente democrático. Acompanhava o pensamento mais aristocrático de seu tempo. Além disso, sua teoria era socialista, porquanto dispunha sobre o completo controle do Estado sobre a vida de seus membros. A riqueza devia ser usufruída por todos, à medida que dela necessitassem e quando a merecessem; e os governantes podiam determinar a classe em que cada indivíduo devia trabalhar e viver. A autoridade suprema cabia ao Estado, mas atenuava-se o ri-

gor da doutrina pelo argumento, nela adicionado, de que os indivíduos seriam felizes e desenvolver-se-iam ao máximo.

Aristóteles, discípulo de Platão, desenvolveu uma filosofia que muito se assemelhava à do mestre. Afirmava que o homem é, por natureza, um animal sociável e, como tal, só pode perceber seu verdadeiro *eu* na sociedade e entre os de sua classe. Embora as primeiras formas de vida social fossem a família e, depois, a comunidade, o objetivo da evolução social era, a seu ver, a cidade-Estado, tal como então era conhecida na Grécia.

Como Aristóteles acreditava que o todo é anterior a suas partes, afirmava que o Estado é anterior a seus membros individuais. O indivíduo nasce no Estado, que já existia antes dele tornar-se um de seus membros. O objetivo do Estado, doutrinava Aristóteles, é produzir bons cidadãos. Por conseguinte, deve ser organizado e dirigido de modo a possibilitar que cada membro se torne inteiramente bom. Será um mal se o Estado chegar a ponto de não possibilitar ao indivíduo uma vida virtuosa e feliz.

Qualquer constituição – argumentava ele – deve ser adaptada à natureza e às necessidades dos membros de determinado grupo. Há, porém, em qualquer grupo, indivíduos que não são iguais sob muitos aspectos. Nessas condições, a boa constituição deve reconhecer essas desigualdades naturais e conferir os direitos de acordo com elas. Onde todos os homens forem iguais, a constituição deve conceder direitos iguais; onde desiguais, direitos diferentes. Entre as desigualdades, acham-se as da capacidade pessoal, de posses, nascimento e liberdade. O escravo deve ser tratado diferentemente do homem livre, e o nascido do escravo diferentemente do nascido do homem livre.

Aristóteles alegava que a monarquia, a aristocracia e a *organização política* nas quais os membros são quase iguais, constituem as melhores formas de Estado. Por outro lado condenava a tirania, a oligarquia e a democracia, tachando-as de más.

Acreditava que a escravidão é uma prática justa num bom Estado, porquanto, em seu entender, se tratava de instituição natural. Contudo, admitia apenas estrangeiros na classe dos escravos. Assim pensava por considerar os estrangeiros, de todos os países, inferiores aos gregos, não devendo, por isso, ter os mesmos direitos destes.

Sócrates, Platão e Aristóteles não puderam resolver o problema do Estado e do indivíduo. Suas teorias são interessantes no papel, e muitos espíritos profundos daquele tempo estudaram-nas com interesse. Mas o individualismo, que os sofistas defendiam, tomava conta da Grécia e cada homem se preocupava primariamente consigo e com seu próprio êxito. Lentamente, porém de modo seguro, destruiu-se a união do Estado. O individualismo não era uma estrada que conduzisse à união contra os inimigos de Atenas e outras cidades-Estado gregas. Resultou que esses inimigos levaram a melhor, e as cidades-Estado gregas caíram, uma a uma, sob seu domínio. Atenas, Corinto e Esparta, as três grandes cidades-Estado, tombaram e toda a Grécia acabou sendo dominada por Filipe da Macedônia, na Batalha de Queroneia, no ano 338. A. C. O individualismo provara ser o veneno interno que enfraquecera, de tal modo, as cidades-Estado gregas, que elas não puderam oferecer resistência eficiente aos inimigos; a queda foi, portanto, inevitável.

Teorias dos Pensadores Gregos Posteriores

Em meio ao desmoronamento gradual das cidades-Estado da Grécia, os *epicuristas* procuraram desenvolver uma teoria que se adaptasse à situação. Ensinavam que toda vida social se baseia no interesse próprio do indivíduo. Tornamo-nos membros de um grupo social simplesmente porque achamos que, nele, podemos obter mais vantagens para nós mesmos e dele receber melhor proteção contra nossos inimigos. Não pode haver, portanto, justiça absoluta ou leis e direitos naturais. É um bem aquilo que os homens concordam em designar como bem. As leis são, simplesmente, normas que o grupo aceita e de acordo com as quais os membros estão dispostos a viver. Se os membros do grupo entendem que certa lei não tem mais valor para conseguirem o que querem, podem modificá-la ou eliminá-la.

A injustiça não é um mal em si, afirmavam. Somos justos somente porque nos favorece sê-lo. Quando a obediência às leis não mais nos favorecer, poderemos transgredi-las se pudermos fugir à punição.

Os epicuristas não acreditavam que a participação na vida pública contribuía para a felicidade do indivíduo; afirmavam, então, que o homem sensato devia evitar, tanto quanto possível, cargos e responsabilidades públicos. Essa teoria, como se evidencia, é puro individualismo e egoísmo. O indivíduo associa-se a outros apenas para vantagem própria e foge do grupo, e das necessidades deste, assim que vê vantagem em fazê-lo. Mais ainda, o indivíduo auxilia o grupo e participa de suas responsabilidades somente até ao momento em que lhe convém. Esse ponto de vista não constrói, certamente, uma forte solidariedade ou lealdade ao grupo. É o oposto da primeira teoria grega, de lealdade para com o Estado. É realmente a expressão clara da doutrina do *egoísmo esclarecido*. Diz-se a cada pessoa que ela deve fazer a própria felicidade, sendo só isso o alvo de tudo o que faz.

Os *estóicos* defenderam uma teoria oposta à dos epicuristas no tocante às relações do homem com o grupo. Doutrinavam que o homem é mais que um mero indivíduo interessado no bem-estar próprio. É também um indivíduo dotado de impulso social inato, que torna necessária a vida em grupo. De fato, todo homem é membro de uma grande sociedade cósmica, o Estado universal. Todos nós temos deveres e obrigações, nesse Estado, sendo suas leis as leis naturais, às quais devemos obedecer queiramos ou não.

O Estado, para os estóicos, é universal e, portanto, domina completamente o indivíduo. Cada um deve estar sempre disposto a sacrificar-se pelo bem do Estado. Os interesses individuais estão sempre subordinados ao todo, devendo-se preservar o Estado, custe o que custar.

Assim, os estóicos doutrinavam que todos devem participar dos negócios públicos e contribuir, tanto quanto possível, para o bem-estar do grupo. Mas, e isso é o mais importante, nunca pregaram um nacionalismo acanhado, no qual o Estado fosse superior ao bem-estar geral da Humanidade. O bom Estado, segundo eles, é aquele cujas leis e práticas estão em harmonia com o bem de toda a espécie humana e com as leis naturais do mundo.

O estóico, portanto, devia ser um cidadão universal, membro da Grande Sociedade que abrange todos os homens, e cujas leis são as leis universais da própria natureza. Cada homem deve subordinar-se ao ideal univer-

sal e viver de modo a servir o bem da coletividade, onde quer que esta exista. Uma sociedade mundial, enraizada na natureza, era seu ideal. Essa teoria, evidentemente, era em tudo diversa da dos epicuristas e de outros individualistas do tempo, e se opunha, igualmente, à daqueles que queriam que o homem se submetesse a determinado Estado ou grupo social. O ideal dos estóicos, uma confraternidade universal, foi o ponto culminante a que atingiu o pensamento do período grego, para o qual outros filósofos haveriam de lutar no futuro.

Na verdade, os estóicos ensinaram muita coisa que se tornou ponto fundamental do pensamento moderno. Ao perder a Grécia sua independência, começaram eles a considerar todos os homens irmãos e a pregar a fraternidade universal e a igualdade de direitos para todos. Sentiam a doutrina da solidariedade da raça humana e a dignidade do homem independentemente de sua posição na sociedade, riqueza, nascimento e educação. Pode-se resumir sua idéia nestas palavras: “A virtude não despreza ninguém, seja grego ou bárbaro, homem ou mulher, rico ou pobre, homem livre ou escravo, sábio ou ignorante, são ou doente.” O conceito aproxima-se, como se vê, do ponto de vista moderno.

Teorias dos Primeiros Pensadores Cristãos

Esse ponto de vista foi também dominante no pensamento de muitos pensadores e filósofos cristãos. Para eles Deus é o Pai de toda a espécie humana, de modo que os homens são todos irmãos. A comunidade cristã era um grupo social, onde as costumeiras distinções de raça e posição social haviam sido eliminadas. Além disso, os cristãos consideravam o Estado temporal uma instituição subordinada a Deus, sendo dEle que emanava o poder. O homem, portanto, devia ser leal ao Estado somente enquanto este obedecesse às leis de Deus. Sua lealdade era, primeiramente, para com Deus.

Contudo, no pensamento de muitos, o Estado temporal tinha até então falhado em ajustar-se à vontade de Deus; o homem estava mais ou menos livre de quaisquer obrigações para com aquele. O *desprezo pelo mundo*, que caracterizava a metafísica de muitos *apologistas*, ressaltava também sua atitude para com o Estado. A corrupção reinante naquela época fez com que muitos procurassem a vida reclusa, separada do Estado, monástica. Desprezavam as obrigações sociais e esforçavam-se em salvar a alma através de uma vida isolada, contemplativa.

Durante quase todo o primeiro período cristão, a lealdade para com Deus e Suas leis figurava no primeiro plano do pensamento. Só enquanto o Estado as obedecesse, poderiam os cristãos ser-lhes leais.

Com o desenvolvimento da Igreja, como instituição, e ao espalhar-se o Cristianismo por todo o Império Romano, tornou-se necessário, aos pensadores cristãos, reverem suas idéias sobre governo e associações humanas. Vamos encontrar, durante certo tempo, autores cristãos vacilando entre o antigo desprezo pelo mundo e pelas coisas mundanas, e a atitude oposta, de interesse por ele e por tudo quanto encerra. Em *Santo Agostinho*, por exemplo, essa incapacidade de fazer a escolha entre rejeitar e aceitar o mundo constitui notável evidência.

Em *Santo Ambrósio*, antigo pensador da Igreja, afirmava ser *condenável* a posse de propriedades e riquezas, Santo Agostinho admitia ao indivíduo o direito de adquirir riqueza. Achava, porém, que isso podia constituir obstáculo para uma vida cristã.

Encontramos na teoria de Santo Agostinho, sobre o Estado, a mesma incapacidade de decidir entre o mundo e o desprezo por ele. Achava que o Estado se baseia no egoísmo e, muitas vezes, conduz ao desprezo por Deus e todas as Suas leis. Mas no seu livro *Cidade de Deus* prega desprezo por si próprio e amor completo a Deus. Assim, seu ideal é essa Cidade de Deus. Ele escreveu, porém, que o Estado é uma comunidade ética, sendo seu objetivo principal a felicidade do gênero humano. Nele, pode reinar a justiça.

A despeito dessa suspensão entre dois Estados, como se depreendia, Santo Agostinho apegava-se firmemente à idéia de que a Igreja, como a encarnação mundana da Cidade de Deus, deve ter supremacia sobre o Estado, devendo o chefe da Igreja governar os dirigentes dos Estados. Ademais, os governantes podem errar, o que não se verifica com o Chefe da Igreja. Sua palavra e suas leis são infalíveis, porquanto ele é o representante de Deus na terra.

Enquanto, pois, Santo Agostinho temia o Estado e nele via perigos para a alma do homem, nunca pôde desprezá-lo completamente e condená-lo como inteiramente pecaminoso. O antigo desprezo cristão pelo mundo assestava-o, mas jamais pôde dominá-lo completamente. Embora a vida monástica fosse para ele o ideal, era bastante prático para compreender que muitos homens não podem atingir esse ideal e têm, portanto, que esforçar-se da melhor maneira que possam, como membros do Estado temporal.

Teoria dos Pensadores Cristãos Medievais

Durante o período chamado de Idade Média, depois que as tribos do norte invadiram o Império Romano e destruíram grande parte da cultura e da organização social dos primeiros séculos da era cristã, o princípio de autoridade foi soberano. Durante todo aquele período o homem esteve sujeito a alguma autoridade. O Estado e seus governantes assumiram o controle sobre o povo, de modo que o homem se viu, em toda parte, sob o comando de alguém. A obediência às leis, qualquer que fosse sua origem, tornou-se, portanto, uma prática estabelecida.

Gradativamente desenvolveu-se a idéia de que o rei recebia sua autoridade de Deus, a qual não podia, portanto, ser contestada. Qualquer desobediência a ela implicava em desobediência à autoridade suprema do universo, a Deus. De fato, a autoridade pairava acima da opinião pública e o Estado acima do indivíduo. Nesse ponto, o individualismo dos últimos gregos foi completamente dominado, surgindo, em seu lugar, o domínio completo do indivíduo pelo Estado.

O pensamento dos *escolásticos* limitava-se à interpretação dos dogmas da Igreja. Embora fossem, às vezes, de espírito arguto, esses filósofos se encerravam entre as muralhas das doutrinas e tradições da Igreja, e tinham que despender o talento na análise minuciosa de seu significado. Assim, o pensamento acerca do Estado e do lugar que o homem ocupava na estrutura social limitava-se ao que a Igreja se dispunha a aceitar como autêntico.

Mas, em todas as eras, enquanto a grande maioria de pensadores segue as normas-padrão, há aqueles que, muitas vezes sem compreender toda a importância de seu pensamento, plantam sementes que, mais tarde, afetam grandemente a tradição.

Entre os escolásticos havia dois grupos conhecidos como o dos realistas e o dos nominalistas. Os primeiros sustentavam que o todo é a única coisa real e que as partes, unidades, não o são verdadeiramente. Os segundos afirmavam que as partes, unidades, são as coisas reais, sendo o todo apenas um nome. Aplicado ao nosso problema imediato, o Estado, isso significa que os realistas consideravam o Estado a única realidade, e seus membros, homens e mulheres, meras unidades sem realidade alguma. Os nominalistas, por outro lado, consideravam o homem a verdadeira realidade e o Estado mero agregado de homens sem existência ou realidade própria fora de seus membros.

O resultado lógico da existência dessas duas correntes de pensamento foi que uns defendiam a tese de que a autoridade real se assenta no Estado, como a única realidade, ao passo que outros alegavam que a verdadeira autoridade se assenta no homem e não no Estado. O realismo e o nominalismo foram doutrinas aplicadas ao problema do Estado e seus membros.

João Escoto Erígena foi um realista. Embora não tivesse elaborado sua doutrina adaptando-a ao Estado, concebia o universal, o todo, como existindo antes do indivíduo. Estava, portanto, seguindo a tradição de Platão e Aristóteles, e de outros, que viam o Estado eventualmente soberano e anterior a qualquer membro individual.

Também *Anselmo* figurava nessa tradição realista. Dedicou muito tempo e pensamento para provar que os universais são anteriores ao indivíduo.

Roscelino representa o outro ponto de vista. Segundo ele, o indivíduo é a única realidade, qualquer universal nada mais sendo que um simples nome para um grupo de indivíduos. Eliminam-se estes, nada mais restará senão um nome. Não fica realidade alguma.

Como se dá em todos os casos em que há duas doutrinas extremadas, e o realismo e o nominalismo o eram, cedo ou tarde surge alguém procurando fazer uma acomodação. *Abelardo* foi esse homem, naquele tempo. Designou-se sua teoria pelo nome de *conceptualismo*. Ensinava que os universais não podem ser realidades à parte das coisas e, sim, conceitos no espírito do homem. Ele estava particularmente interessado nas coisas e quis assinalá-las, mas reconheceu que as idéias de grupos tinham certa realidade no espírito do homem.

Para ele, portanto, o indivíduo é extremamente importante, mas o grupo também tem sua importância e deve ser levado em consideração. Ambos são fatores importantes para se compreender o homem e suas relações com os semelhantes.

Foi então que os pensadores da Idade Média lançaram as sementes que haveriam de destruir a suprema autoridade do grupo social. Depois que essa doutrina sobrepujou o individualismo e dominou o pensamento do homem durante vários séculos, o individualismo novamente se impôs e come-

çou a exigir seu reconhecimento. Gradativamente foi ganhando ascendência, começando o homem mais uma vez a contestar a autoridade que o governava.

S. Tomás de Aquino, o último dos grandes pensadores da Igreja da Idade Média, procurou fundir o pensamento de Aristóteles com o de Santo Agostinho. Doutrinava que o homem é naturalmente um ser político e procurava estar em sociedade. Mais ainda, que o fim supremo do Estado é o bem da coletividade, podendo isso somente ser conseguido se a sociedade estiver fortemente unida e for capaz de oferecer uma sólida frente contra os inimigos. Por conseguinte, a monarquia, na qual o poder se acha fortemente centralizado é, segundo ele, a melhor forma de governo, o qual, porém, não deve oprimir seus membros. Não deve haver tirania.

É injustificável a rebelião contra o governo. *S. Tomás de Aquino* doutrinava que qualquer mudança de governo deve ser processada pelos meios legais, pois o governo tem origem divina. Se não for possível ao membro obter, por meios legais, reparação por danos e males sofridos, deve deixar a questão a Deus que, no fim, resolverá tudo bem.

S. Tomás de Aquino afirmava que a Igreja é superior ao Estado, devendo o governante do Estado sempre obedecer ao da Igreja. Referia-se, pois, ao Estado como organização estabelecida pela divindade e cujo poder sobre o povo era recebido de Deus através de Sua Igreja. O homem deve, finalmente, tributar lealdade à Igreja e a Deus, mas tem, também, que obedecer ao Estado porquanto este, por sua vez, recebeu seu poder da Igreja.

O ponto de vista de *João Duns Escoto* é interessante porque se desenvolve partindo da premissa de que Deus é absolutamente livre e supremo. A sociedade é criação de Deus, sendo o que é porque Deus assim a fez. Deus poderia, do mesmo modo, ter feito outra espécie de sociedade e leis diferentes. E essa outra espécie teria sido justa, e justas teriam também sido suas leis. Isso se afasta muito da concepção sofisticada sobre o Estado, resultado de um acordo entre os homens e suas leis, estabelecidas segundo o desejo deles. Na teoria de Escoto, o Estado é uma criação de Deus, não por necessidade mas por sua própria e livre vontade. É o que é porque Deus assim quer. Deve, portanto, o homem obedecer às leis do Estado, se não quiser sofrer o castigo divino.

Conquanto Escoto não previsse o resultado, sua teoria dava grande força aos Estados e governantes. Estes poderiam alegar que sua autoridade fora recebida diretamente de Deus e empregar o temor pelo castigo eterno a fim de dar força à sua soberania.

Mas o homem não se mostrava disposto a aceitar o domínio do Estado, mesmo baseado nas teorias dos grandes homens da Igreja. Persistia a atitude nominalística, e havia sempre quem surgisse constantemente para pregar a liberdade do indivíduo sobre a autoridade do Estado. *Guilherme de Occam* foi um dos elementos. Acentuou a realidade do indivíduo e, com isso, deu ao homem um forte argumento para impor sua dignidade e contestar o poder do Estado quando este parecesse violar a vontade de seus membros.

Isso, juntamente com outros fatos, conduziu a uma batalha cada vez maior entre o Estado e a Igreja. Surgiram homens que sustentaram que o Es-

tado é uma instituição temporal, que recebe o poder e a autoridade dos governados, estando, portanto, livre de qualquer domínio por parte da Igreja. Às vezes, era esta que estava a cavaleiro, e dominava os Estados então existentes; outras, os Estados dominavam-na e impunham sua vontade.

O Estado Segundo a Teoria dos Precursores da Renascença

Foi naquele tempo que o homem começou a reivindicar sua própria liberdade e a desafiar o poder dos governantes que mantinham posição-chave no Estado. O espírito democrático estava em ação e o governo absoluto estava sendo eficientemente derrotado em muitos lugares. De fato, em toda parte o espírito de liberdade estava rompendo a pesada crosta da Idade Média, e o homem lutava para tornar-se um verdadeiro indivíduo e obter alguma força para governar a si mesmo.

Adicione-se a isso o crescente sentimento de nacionalismo que se evidenciava por todos os lados. Grupos de indivíduos, de língua, costumes e tradições comuns, começaram a surgir e a querer impor-se sobre outros grupos. Houve oposição a todos eles por parte da Igreja, que via ameaçado seu domínio mundial. Resultou uma luta em que, gradativamente, se desenvolveram os povos do mundo moderno, grandes grupos de indivíduos com interesses comuns e o desejo crescente de se estabelecerem como unidades.

O indivíduo, além disso, começou a reivindicar sua própria independência de pensamento e a crer que a razão humana é superior à autoridade. Lentamente foi tomando forma a idéia de que a verdade é uma coisa que se alcança pelas operações da razão humana e não algo transmitido pela Igreja autoritária.

Esses movimentos tendiam a enfraquecer o poder da Igreja e a colocar o homem, tanto como indivíduo como membro de um grupo político, no centro da cena, onde os filósofos começaram a sonhar com um grupo social perfeito, no qual existissem condições ideais. Um exemplo dessa tendência é *Cidade do Sol*, um tratado utópico de *Tommaso Campanella*. Nesse volume, Campanella traça o esboço de um Estado socialista similar ao encontrado na *República* de Platão, Estado no qual o conhecimento representa a força e o poder. Todos, nesse Estado, são iguais porque existe apenas uma classe. Contudo, Campanella estabelece distinção entre os homens, considerando seus conhecimentos. Os filósofos, que são também sacerdotes, são os governantes. Ao fazer essa asserção, ele demonstra o desejo de um acordo entre a Igreja e o crescente sentimento de nacionalismo daqueles tempos. Nesse Estado deveria haver uma espécie de monarquia papal, uma unidade religiosa como base para a unidade política.

O trabalho de Campanella é típico das obras preliminares para o traçado de novas teorias sobre o Estado e suas relações com os cidadãos. Contudo, a tendência geral daqueles tempos era afastar-se da autoridade e domínio da Igreja e encaminhar-se para a independência política.

Concepção de Maquiavel Sobre o Estado

O ataque mais violento contra a Igreja e seu domínio, geralmente aceito sobre o Estado, foi feito por *Nicolau Maquiavel*. Sua ambição era estabelecer uma nação italiana unida e inteiramente independente da Igreja. To-

mou como modelo, para esse Estado, as velhas formas políticas estabelecidas por Esparta, Roma e Veneza.

Como a situação geral de seu tempo era de corrupção, Maquiavel afirmou que tal Estado somente poderia ser instituído por um déspota forte e resoluto. Embora semelhante estrutura viesse a destruir a liberdade civil, Maquiavel julgava-a um estágio intermediário necessário, durante o qual o homem poderia eventualmente libertar-se, à medida que houvesse menos corrupção. Seu ideal era uma nação livre e independente, na qual os direitos cívicos seriam enaltecidos e a liberdade individual garantida.

Para realizar seus fins, o príncipe ou governante tinha o direito de usar os meios que fossem necessários, até mesmo a força, ardis ou a transgressão das leis morais, bem como empregar as mesmas armas na luta contra as fraudes e falsidades.

Grócio, Hobbes e Outros Pensadores da Renascença

Outro pensador daquele período, *Jean Bodin*, doutrinava que o Estado se funda num contrato entre o povo e o governante. A cláusula fundamental desse contrato é a que se refere à cessão, ao governante, de toda a autoridade e a não permissão, ao povo, para em circunstância alguma retirá-la.

Johannes Althusius atacou essa teoria, afirmando que o povo jamais pode ceder sua autoridade. Ao contrário – argumentava – o contrato entre o povo e seu governante só pode prevalecer enquanto este cumpre sua parte. Violando-o, pode ser destronado e executado, colocando-se outro governante em seu lugar.

Hugo Grócio, chefe do partido aristocrático da Holanda, desenvolveu minuciosamente e com muitos argumentos de força convincente a teoria absolutista. Afirmou que o homem tem certos direitos naturais em sua própria natureza, os quais nem Deus pode mudar ou destruir. Contudo, tais direitos podem ser limitados; são, de fato, limitados pelas leis positivas, resultantes do acordo voluntário entre os homens para viverem em grupo. Renunciamos ao privilégio de exercer certos direitos naturais a fim de podermos viver como membros de um Estado. Por conseguinte, o Estado resulta do livre acordo celebrado entre seus membros. Conseqüentemente, em tempo algum pode o homem renunciar incondicionalmente aos direitos naturais. Pode, porém, delegá-los para sempre a um governante.

A tendência, durante esse primeiro período moderno, era, portanto, no sentido do absolutismo. O governante tinha poderes que, embora originalmente recebidos do povo, passavam daí por diante a ser absolutos. Havia, naturalmente, oposição a esse ponto de vista. Quando a prática da soberania mais ou menos absoluta atingiu seu auge no reinado de Luís XIV, em França, expresso na famosa frase “*L’Etat c’est moi*”, foi grande a oposição, suficiente para derrubar a teoria e surgir a idéia mais moderna de democracia.

O materialista *Thomas Hobbes* baseou sua teoria no princípio fundamental de que o homem tem o direito natural de fazer o que lhe apraz. O impulso mais primitivo é o da autopreservação; para conseguir esse fim, pode empregar todos os meios que julgar necessários. Nesse Estado natural, pode até invadir o campo dos direitos de terceiros; o resultado é, porém, o caos.

O homem, pois, é fundamentalmente um animal feroz, empenhando-se em guerras e pilhagens, sempre à procura do proveito próprio. Mas, em tal Estado, ninguém poderia ser forte bastante para preservar-se durante muito tempo. Cada um procuraria destruir o outro e seria, por sua vez, destruído. Para escapar a esse fim inevitável, o homem criou uma sociedade, renunciando, voluntariamente, a muitos de seus direitos. É um contrato que os homens celebram entre si e pelo qual renunciam a certos direitos a fim de obter outros. Para se assegurar esse contrato mútuo, são outorgados poderes a um governante ou a uma assembléia. Os homens devem obedecer ao governante ao ser este empossado e investido dos poderes.

É verdade, reconheceu Hobbes, que, às vezes, o governante pode ser injusto e criar dificuldades para os homens. Estes, porém, não têm o direito de rebelar-se. Hobbes justificou sua teoria afirmando que, mesmo na pior feição, as injustiças de um governante jamais são tão más quanto as do Estado primitivo, antes da cessão dos poderes.

Hobbes acreditava ser a monarquia a melhor forma de governo. Há, porém, certas coisas que nem mesmo o rei pode obrigar o homem a fazer. Entre elas figuram o suicídio, o assassinio ou a confissão de crimes. São atos que o rei não tem o direito de impor ao homem.

Hobbes argumentava, ainda, que o rei é o representante de Deus na terra e que Deus fala por intermédio dele, rei. Não se pode, portanto, tolerar a liberdade de religião. A do rei deve ser a de todo o povo.

A teoria de Hobbes é, verdadeiramente, uma tentativa para se defender filosoficamente o poder do rei inglês e a estrutura geral da monarquia inglesa. Essa defesa conduz à teoria do *direito divino* dos reis e à de que o rei não pode errar. Enquanto ele protege o povo, é absoluto e ninguém tem o direito de contestar sua autoridade.

Teorias de Espinosa, Locke e Adam Smith

Percebe-se também nos ensinamentos de *Espinosa* a crença de que o Estado representa, de certo modo, o resultado de um contrato social entre os homens. No estado natural, afirmava ele, a força estabelece o direito, e o homem tem o direito de fazer tudo o que estiver a seu alcance. Pode destruir os semelhantes para conseguir seus fins, pode enganar, mentir, empenhar-se, enfim, em atividades que venham a auxiliá-lo. Mas, em tal Estado, inevitavelmente surgem conflitos e muitos homens são destruídos.

Conseqüentemente, o indivíduo renuncia a muitos direitos naturais a fim de poder gozar de certa paz, em meio à qual possa realizar outros desejos. O Estado representa o resultado dessa renúncia. Consoante acordo geral, os homens limitam seus direitos naturais pelo bem de todos. Somente, pois, num Estado assim, podem ter significado a justiça e a injustiça. Segundo os direitos naturais, tudo é justo. Contudo, num Estado, é injusta a desobediência às leis estabelecidas em virtude do contrato social. A justiça é que torna possível a vida social.

John Locke discordou completamente de Hobbes e outros que acreditavam ser de guerra e egoístico o estado natural do homem. Mais ainda, opunha-se à doutrina de que o rei governa em conseqüência de um direito divino, tendo o poder de agir como queira. Locke sustentava que o Estado primi-

tivo e natural é o da perfeita liberdade e igualdade. Como todos os homens são livres e iguais, ninguém tem o direito de tirar a vida, a liberdade e as posses de outrem.

Além disso, a natureza original do homem é pacífica, de boa vontade e assistência mútua. Tende, pois naturalmente, à vida social. Na sociedade, estabelece leis, um juiz imparcial e outro com poder executivo para resolver as questões de interesse comum. Tal estrutura é estabelecida em contrato social que obriga a todos os membros do grupo.

Estabelecida a sociedade, cada membro fica obrigado a submeter-se à autoridade da maioria. Isso é necessário, para se poder viver eficientemente em comum, embora um acordo unânime seja quase impossível num grande grupo.

O principal objetivo da lei, ensinava Locke, é preservar o grupo social, devendo, portanto, limitar-se ao bem da sociedade. Fora disso, deve-se deixar o homem livre. Disse Locke que existem certas áreas nas quais a lei não pode penetrar. Excluiu especificamente o direito de escravizar, de destruir ou de empobrecer o homem.

Locke não julgava conveniente dar aos legisladores o direito de executarem as leis. Conseqüentemente, dividiu os poderes do governo em legislativo e executivo, mantendo os dois ramos separados para o bem público. Os homens têm o direito de afastar os legisladores sempre que desejarem, uma vez que o poder, em última análise, emana do povo. Têm também o direito de punir os legisladores ou o executivo sempre que estejam convencidos de que qualquer deles agiu contra os interesses públicos.

É óbvio que Hobbes e Locke eram expoentes de duas doutrinas muito diferentes. Enquanto Hobbes interessava-se em apresentar uma justificativa filosófica para a monarquia absoluta e o direito divino do governante em reinar sem ser responsável perante o povo, Locke interessava-se em justificar a doutrina da liberdade política. Procurou provar que o poder do Estado se apóia sempre no povo, sendo os governantes meros servos, sujeitos à vontade dele, povo. Jamais esse direito poderá ser-lhe arrebatado, tampouco poderão os homens a ele renunciar. Locke afirmava que, uma vez que são concedidos poderes ao governante pelo povo, pode este tomá-los, independentemente da atuação do governante.

Foram esses os dois pontos de vista que muitas vezes surgiram nos escritos políticos do século XVIII e na primeira parte do século XIX. Estiveram constantemente em choque, que até hoje não desapareceu.

Essa teoria, conforme foi desenvolvida por Locke, teoria da liberdade do homem e do Estado como instituição encarregada de manter a ordem, muito limitada, conduziu à célebre doutrina do *laissez-faire*, segundo a qual o Estado não deve intervir mais do que o absolutamente necessário nos negócios de seus membros, tendo o indivíduo o direito natural de exercer suas atividades, na esfera econômica, com o menos possível de interferência por parte da sociedade.

Adam Smith escreveu o célebre trabalho *Wealth of Nations*, para demonstrar que o melhor Estado que existe é aquele que permite aos homens empenharem-se em competições sem restrições, ter liberdade de comércio e

interesses próprios esclarecidos. Nesse trabalho, o pêndulo do pensamento filosófico afastou-se da teoria de que o Estado deve regular todas as atividades humanas, sustentada por Platão e muitos outros pensadores, inclinando-se para o extremo oposto, de que o Estado deve observar estritamente uma política de não interferência e permitir que o homem exerça seus direitos naturais em todas as direções, salvo naquelas em que a segurança do grupo seja ameaçada.

Vemos em Adam Smith, e em outros autores que seguiram Locke, a idéia de levar a teoria deste, sobre a liberdade e direitos naturais, a vários campos da atividade humana e libertar o homem, em cada um desses campos, das restrições governamentais tão comuns, pelo menos, desde o tempo em que se começou a escrever a História. Em muitos casos, julgava-se que seriam obtidos os melhores resultados se se deixasse o indivíduo livre, tanto quanto possível, em todas as atividades. O governo nelas não interviria, salvo nas questões em que a segurança do Estado corresse perigo.

Teorias de Voltaire e Rousseau

O brilhante *Voltaire* não se cansava de condenar a autoridade tradicional e defender a liberdade humana. Mas não acreditava que as classes inferiores tivessem capacidade para se governarem a si mesmas. Considerava a “ralé ignorante” um perigo, sempre que se removessem as restrições da lei. Assim, a liberdade devia ser privilégio somente dos esclarecidos, dos inteligentes.

Um poderoso oponente a essa teoria foi *Jean Jacques Rousseau*. Ele tinha fé em todos os homens e lutava pela sua liberdade. Rejeitava o governo representativo e colocava em seu lugar o governo emanado diretamente do povo. Apresentava como modelo a república suíça, povo pequeno e fortemente unido que, como um só grupo, considerava todos os problemas e determinava pelo seu voto o próprio destino. De fato, “Rousseau levou a idéia de Locke sobre a democracia muito a sério”, argumentando que, uma vez que todos os homens foram criados livres e iguais, não deviam ser espoliados ou dominados por uma classe privilegiada.

Para conseguir essa liberdade, Rousseau rejeitava todos os encantos da sociedade moderna e retornava à natureza. A sociedade moderna – dizia ele – baseia-se num “contrato social”, pelo qual a liberdade individual fica sujeita às imposições das leis que resultam da vontade geral. Sustentava que a soberania cabe sempre ao povo e dele não pode ser arrebatada. O governo apenas cumpre a vontade do povo, tendo este, a qualquer tempo, o direito de dissolvê-lo e estabelecer outro.

Locke, Rousseau, Fichte, Schelling e muitos outros pensadores, conquanto diferissem, em alguns pontos, eram de parecer que o verdadeiro *eu* do homem só pode ser realizado na forma justa de um grupo social. Consideravam que a associação humana não é prejudicial; ao contrário, é um meio de se conseguir a melhor espécie de vida. O homem, quando vive entre seus semelhantes, desenvolve características valiosas. Procuraram, portanto, a forma justa de grupo social, chegando à conclusão de que o grupo em que os homens desfrutassem a maior liberdade atenderia aos requisitos da sociedade. Schelling alegava que um *eu* isolado não em consciência da liberdade.

Esta somente pode ser conhecida na vida em comum e em relação a possíveis restrições.

O Estado Segundo Hegel, Marx e Lassalle

Hegel doutrinava que a razão universal atinge seu ponto culminante numa sociedade de indivíduos livres, cada um subordinando sua razão individual à universal. Não é livre o indivíduo que vive para si e exerce seus próprios caprichos. Somente quando ele se funde no grupo é que atinge a verdadeira liberdade. Em todos os tempos tem-se lutado pela realização de um perfeito Estado, afirmou Hegel, um Estado no qual cada membro se funde de tal modo que a vontade do todo representa a sua.

Segundo Hegel, há uma razão universal a ser descoberta através da História. Vemo-la pairando numa sociedade e depois passando para outra. Assim, quando uma sociedade destrói ou conquista outra, a razão universal passa para o outro grupo e nele continua a atuar. O conquistador torna-se o agente. A guerra, segundo o espírito de Hegel, é justificável porque constitui o caminho para o progresso.

O sistema hegeliano foi adotado pelo Estado prussiano. Muitos pensadores afirmavam que o Estado prussiano se destinava a levar avante a realização da vontade universal através de eventual conquista do mundo.

Certas opiniões de *Marx e Lassalle*, bem como de outros dos primeiros socialistas (fundadores do socialismo moderno), foram extraídas de Hegel, especialmente sua idéia de que a evolução é o caminho do aperfeiçoamento. Sustentavam que um tipo de sociedade, que em certo período parece bom, deve inevitavelmente ceder lugar a outro, julgado melhor, uma síntese de opostos. Por exemplo, a sociedade baseada na propriedade privada cede lugar a outra em que impere o socialismo. Eles viram em Hegel uma justificativa filosófica para a nova sociedade que desejavam.

De Maistre, Saint-Simon e Comte

O resultado da teoria de Locke, sobre a liberdade e a soberania popular, foi em França uma revolução, seguida de convulsão social e política. Isso, como era inevitável, deu ímpeto a muitas reações dos conservadores, que acentuavam a necessidade da autoridade. *Joseph de Maistre*, por exemplo, alegava que o homem demonstrara incapacidade de governo; disse que uma sociedade estável somente é possível com base na tradição e numa autoridade forte.

Contudo, o desejo de *liberdade, igualdade e fraternidade* continuou a arder fortemente, e o sonho de reformar a sociedade assediou os filósofos. Reconheceram eles que não bastava apenas proclamar a liberdade e a igualdade; era necessária, também uma grande reforma na sociedade. *Clude Henri de Saint-Simon* entendia que se poderia alcançar liberdade e igualdade se os homens instituíssem uma sociedade científica, baseada nas leis da vida em grupo. Tal sociedade elevaria o pobre e o humilde, trazendo ao mundo o verdadeiro Cristianismo, com sua doutrina de amor aos oprimidos. Nela, haveria igual distribuição da propriedade, poder, cultura e felicidade.

Mas Saint-Simon não foi capaz de desenvolver essa sociedade científica. Via a necessidade de sua criação e de pregar essa idéia, mas coube a um

homem de grande força intelectual – *Augusto Comte* – tentar verdadeiramente a construção lógica da filosofia positiva. Ele julgava impossível a reforma social, sem o conhecimento das leis da sociedade e o desenvolvimento de uma ciência social que, com exatidão lógica, se igualasse às outras ciências de seu tempo.

A Sociologia, ciência da sociedade, era, na opinião de Comte, a mais complexa das ciências, incluindo o conhecimento da sociedade como então existia e, também, o estudo e a compreensão de seu progresso.

Comte afirmava que a sociedade começou como um meio de satisfazer o impulso social do homem, nele fundamental. À medida que progredia, a vida social atravessou três fases: o militarismo, no qual predominaram a disciplina e a força, a revolução, e a fase positiva, na qual mais se acentuam os problemas sociais do que os problemas políticos. É nessa fase positiva que os peritos orientam as pesquisas científicas e controlam todas as fases da vida. Eles não devem depender dos ignorantes; não é desejável, portanto, o governo popular.

O ideal da vida social, o Estado positivo, é, segundo Comte, aquele que atravessa a fase do caos, representada pelas revoluções que se seguiram à influência de Locke. Nela, surgem os peritos que, pela força de sua capacidade, podem conduzir a sociedade a uma vida cada vez mais perfeita. Eles vêem as reformas de que a sociedade necessita e podem realizá-las. As massas aceitam sua orientação pelo fato de provir de peritos.

Teorias de Mill e Spencer

O sonho de uma reforma social e a instituição de outra mais ideal foi, também, elemento básico no pensamento de *John Stuart Mill*. Ele entendia que os fenômenos da vida social estão de conformidade com leis fixas, da mesma maneira que os demais. Reconhecia, entretanto, que os fatores envolvidos na sociedade são de tal forma numerosos e mudam tão constantemente, que qualquer predição é impossível. Por conseguinte, os métodos usados em outras ciências, os de laboratório, não são aplicáveis ao estudo da sociedade. Pelo método de dedução, usado em muitos casos, podemos observar tendências no desenvolvimento social e indicá-las como guias para as atividades dos homens, continuava.

Considerando verdadeira a teoria, Mill sustentava que a tarefa dos cientistas sociais é investigar os grupos sociais para descobrir como as diferentes formas de sociedades se desenvolvem e sucedem. Assim, por meio do estudo da História, podemos descobrir as leis do progresso e desenvolvimento sociais. Podemos, depois, assinalar as tendências na estrutura social presente e prever a existência de um alto grau de probabilidade em esperar certos resultados sociais.

O estudo das civilizações antigas, por exemplo, mostra as razões de sua queda. O historiador pode assinalar os fatores, na estrutura social que contribuíram para a ruína dessas civilizações. Depois, se no exame de uma sociedade atual for revelada a presença e a atuação dos mesmos fatores, poder-se-á prever, com certo grau de probabilidade, que sociedade também cairá.

Mill, como muitos de seus predecessores, reconhecia que o bem-estar social é necessário para o bem-estar do indivíduo; este está ligado ao grupo e sua felicidade depende da do grupo. Sonhava, pois, com uma sociedade na qual fossem certas a felicidade e a prosperidade, e na qual todos partilhassem da riqueza do grupo. Em sua *Autobiografia*, escreveu: “Embora repudiemos, com a máxima energia, a tirania da sociedade sobre o indivíduo que, supõe-se, se dá em muitos sistemas socialistas, mesmo assim almejamos o tempo em que a sociedade não mais será dividida em duas classes: a dos indolentes e a dos operosos; a lei, segundo a qual não devem ser alimentados os que não trabalham, não será aplicada só aos pobres, mas a todos, imparcialmente; a divisão do produto do trabalho, ao invés de depender de circunstâncias de nascimento, como se dá, em grande parte, será feita de acordo com um rigoroso espírito de justiça; e não seja impossível, ou julgado impossível, às criaturas humanas esforçarem-se arduamente para conseguir benefícios que não sejam exclusivamente seus; os benefícios devem ser partilhados com a sociedade a que elas pertencem. Consideramos o problema social do futuro unir a maior liberdade individual de ação à posse comum da matéria-prima do mundo e igual participação de todos nos benefícios do trabalho coletivo.”

Mill, nesse ponto, lutava com um problema que, desde sua época, parece tornar-se cada vez mais claro: o problema da pobreza imerecida e igualmente, da riqueza imerecida. A sociedade, conforme ele a compreendia, existe para o bem de todos os seus membros. Por conseguinte, cada um deve ter liberdade para trabalhar e ser recompensado pelos seus esforços. A matéria-prima do mundo não pode ser propriedade exclusiva de poucos. Pertence a todos e deve ser defendida pela sociedade, representante de todos. Mill achava que viria o tempo em que tal se daria, e em que a sociedade pudesse garantir liberdade econômica para todos.

Herbert Spencer aceitou a doutrina de que cada indivíduo tem o direito de salvaguardar-se. De fato, via na natureza uma luta, na qual sobrevivem os mais aptos, perecendo os menos aptos. O homem devia, pois, ser livre para lutar e provar sua aptidão para sobreviver.

Mas a sobrevivência das criaturas humanas mais aptas depende da vida em grupo, explicou. Isolado dos semelhantes, mesmo o mais apto dos homens perecerá. É, portanto, essencial a sociedade. Ela necessita de um curso de atividades no qual o direito de cada indivíduo é restringido pelo dos demais. O indivíduo, nessa luta, pode fazer o que lhe apraz, mas não deve violar a liberdade de outrem. Todos têm o direito de agir até certo limite, não além desse limite.

Spencer não aceitava, entretanto, a tese socialista de Mill. Em sua opinião, o poder do Estado deve ser restrito. Suas principais funções são evitar a agressão interna e proteger seus membros contra uma invasão estrangeira. Não pode ir além disso. Em seu modo de pensar, não é função do Estado ser o senhor da matéria-prima do mundo e distribuí-la para o bem de todos. Via nisso um perigo, o perigo do domínio absoluto do Estado e a inevitável supressão do indivíduo.

Deve-se permitir e estimular a concorrência entre os membros da sociedade. Ele acreditava que esta, bem como o bem-estar de cada indivíduo, seriam melhor servidos com o estabelecimento do mínimo possível de restri-

ções sobre a concorrência. Nesse ponto, Spencer advogava a teoria de *laissez-faire*. A melhor vida, doutrinava ele, era aquela em que houvesse o mínimo de regulamentações por parte do Estado.

Concepção de Nietzsche Sobre o Estado

Friedrich Nietzsche não via vantagem na teoria da igualdade ou algo que sugerisse democracia. O desejo de domínio constitui sua idéia predominante. Esse desejo expressa-se na luta do mundo; os mais poderosos vencem e têm o direito de vencer. Se outros são mais fracos e incapazes de sobreviver, constitui isso um bem. Os fracos devem ser destruídos de um modo ou outro para dar lugar aos fortes.

Nietzsche reconhece diferenças entre os homens e acha que elas devem ser salientadas. Os mais fortes devem governar e os mais fracos ser governados. A escravidão parece-lhe perfeitamente natural. A seu ver, não é de esperar que a mulher, sendo mais fraca que o homem, venha a ter os mesmos direitos. Assim, repudia tudo o que foi defendido por uma longa série de filósofos, cujo tema constante era a igualdade de todos os homens e o direito de todos em participar igualmente dos bens da sociedade. Para Nietzsche, a sociedade é um simples campo de luta, no qual os fortes têm a oportunidade de demonstrar sua força e ganhar sua recompensa, ao passo que os fracos são derrotados e arrastados para fora da arena a fim de serem eliminados completamente. Como a desigualdade constitui uma característica da natureza e do estado natural do homem, não é natural substituí-la por uma igualdade forçada.

Teorias de Dewey e de Pensadores Recentes

John Dewey sempre demonstrou forte interesse pela sociedade e seus problemas. Tentou, constantemente, interpretar o ponto de vista democrático moderno, para revelar-lhe o significado e predizer o futuro. Julgava a sociedade, em sua melhor feição, um grupo de indivíduos que partilham suas experiências e se desenvolvem através dessa partilha. O indivíduo deve ser livre, não devendo, porém, tal liberdade ser a da tradição antiga. Ao tornar-se verdadeiro membro da sociedade, o indivíduo incorpora-se de tal modo no grupo que pode contribuir para o bem-estar de todos e receber do todo aquilo que o faz verdadeiramente humano.

Dewey reconheceu sempre a importância do indivíduo. Afirmava que ninguém deve ser tratado como instrumento, como um meio para atingir um objetivo que não seja o seu. Ao contrário, cada um deve ser tratado como um objetivo em si mesmo. “Respeito à personalidade humana” constitui a principal afirmação de sua filosofia. É, talvez, a única doutrina absoluta de Dewey, a base de seu pensamento.

O homem, afirmava ele, é um homem porque vive em sociedade. Enquanto suas atividades no grupo conduzirem a atividades mais ricas e mais compensadoras, estará agindo com senso e exatidão. A sociedade, vida em grupo, é a estrada que conduz à vida completa e produtiva, pois nela é possível mútua participação.

Por conseguinte, podemos dizer serem dois os pontos de vista básicos do grande número de trabalhos recentes sobre o Estado. Em um lado, figuram aqueles que seguem, mais ou menos completamente, a orientação dos

homens que, de Platão a Nietzsche, sustentaram que a desigualdade é o estado natural do homem. Sendo esse o caso, cada membro da sociedade deve ocupar seu próprio lugar na estrutura social. É perfeitamente justo e natural, argumentam esses homens, que alguns devam ser governantes e outros governados, não devendo os últimos contestar os atos dos primeiros. Tais autores repelem a democracia, o socialismo e todos os demais sistemas que pregam a igualdade e a liberdade humanas. Platão considerava a democracia uma porta aberta para a anarquia. Preferia o domínio do filósofo-rei, ocupando todos os demais indivíduos seus lugares num sistema fortemente organizado.

Hegel, nessa idéia, deu um passo à frente ao sustentar que certos Estados ou grupos de indivíduos eram, por natureza, superiores a outros, devendo, portanto, estes serem governados por aqueles. Isso, naturalmente, constitui o ponto de vista básico de todas as formas totalitárias.

Em oposição a toda essa tendência, temos a tradição democrática, que se desenvolveu a partir da Renascença e concretizou-se na obra de homens, tais como Locke, Rousseau e seus seguidores. Segundo ela, todos os homens são, por natureza, livres e iguais. É a teoria básica da Revolução Francesa e da Declaração da Independência e da Constituição dos Estados Unidos. Existem certos direitos com os quais o homem é dotado pelo Criador e que não podem ser arrebatados em circunstância alguma. Tais direitos foram relacionados de vários modos, sendo os principais: “vida, liberdade e procura da felicidade”.

Essa teoria conduziu à influente doutrina do *laissez-faire*, que caracterizou os primeiros anos do desenvolvimento dos Estados Unidos. Limitava a autoridade do Estado e ampliava, para o indivíduo, a liberdade de trabalhar e conservar os frutos do trabalho.

Os filósofos, hoje em dia, procuram descobrir um equilíbrio entre os dois pontos de vista. A liberdade completa conduz ao grosseiro individualismo, no qual o poderoso oprime o fraco. A regulamentação completa conduz ao mesmo fim, porém os opressores são aqueles que, por acaso, conquistam o poder. Dewey – muitos pensadores modernos concordam nesse ponto – procura uma liberdade, dentro do grupo social, pela qual o indivíduo e o grupo prosperem. Muitas experiências sociais da atualidade tendem para isso; procura-se equilibrar os interesses do grupo e do indivíduo, de modo a servir-se a ambos, isto é, sem que um prejudique o outro.

*

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

Livro: Obras Póstumas

Allan Kardec

As Aristocracias

Aristocracia vem do grego **aristos**, o melhor, e **kratos**, poder. Aristocracia, pois, em sua acepção literal, significa: **poder dos melhores**. Há-se de convir em que o sentido primitivo tem sido por vezes singularmente deturpado; mas, vejamos que influência o Espiritismo pode exercer na sua aplicação. Para esse efeito, tomemos as coisas no ponto de partida e acompanhemo-las através das idades, a fim de deduzirmos daí o que acontecerá mais tarde.

Em nenhum tempo, nem no seio de nenhum povo, os homens, em sociedade, não podiam prescindir de chefes; com estes deparamos nas tribos mais selvagens. Decorre isto de que, em razão da diversidade das aptidões e dos caracteres inerentes à espécie humana, há por toda parte homens incapazes, que precisam ser dirigidos, homens fracos que reclamam proteção, paixões que exigem repressão. Daí a necessidade imperiosa de uma autoridade. É sabido que, nas sociedades primitivas, essa autoridade foi conferida aos chefes de família, aos antigos, aos anciãos; numa palavra: aos patriarcas. Essa a primeira de todas as aristocracias. Tornando-se numerosas as sociedades, a autoridade patriarcal veio a ficar impotente em certas circunstâncias. As querelas entre povoações vizinhas deram lugar a combates; fez-se mister, para dirigi-las, não mais os velhos, porém homens fortes, vigorosos e inteligentes; daí os chefes militares. Vitoriosos, estes chefes foram investidos da autoridade, esperando os seus comandados que com a valentia deles estariam garantidos contra os ataques dos inimigos. Muitos, abusando da posição a que tinham sido elevados, se apossavam dela por si mesmos. Depois, os vencedores passaram a impor-se aos vencidos, ou os reduziram à escravidão. Daí a autoridade da força bruta, que foi a segunda aristocracia.

Os fortes, com os bens que possuíam, transmitiriam muito naturalmente a seus filhos a autoridade de que desfrutavam; e os fracos, nada ouvindo dizer, se habituaram pouco a pouco a ter esses filhos por herdeiros dos direitos que os pais haviam conquistado e a considerá-los seus superiores. Veio assim a divisão da sociedade em duas classes: a dos superiores e a dos inferiores, a dos que mandam e a dos que obedecem. Estabeleceu-se de tal modo a aristocracia do nascimento, que tão poderosa e preponderante se tornou, quanto a da força, visto que, se não tinha por si a força, como nos primeiros tempos, em que importava fizesse cada um o sacrifício da sua pessoa, dispunha de uma força mercenária. Na posse de todo o poder, ela naturalmente se arrogou todos os privilégios. Para conservação destes, era necessário lhes dessem o prestígio da legalidade; ela então fez leis em seu próprio proveito, o que lhe era fácil, pois que ninguém mais as fazia. Como isto, entretanto, não bastasse, juntou aos privilégios o prestígio do direito divino, para torná-los respeitáveis e invioláveis. A fim de lhes assegurar o respeito das classes submetidas, que cada vez mais numerosas se faziam e mais difíceis

de ser contidas, mesmo pela força, um único meio havia: impedi-las de ver claro, isto é, conservá-las na ignorância.

Se a classe superior houvesse podido manter a classe inferior sem se ocupar com coisa alguma, tê-la-ia governado facilmente durante ainda longo tempo; mas, como a segunda fosse obrigada a trabalhar para viver, e trabalhar tanto mais quanto mais premida se achava, resultou que a necessidade de encontrar incessantemente novos recursos, de lutar contra uma concorrência invasora, de procurar novos mercados para os produtos, lhe desenvolveu a inteligência e fez com que as próprias causas, de que os da classe superior se serviam para trazê-la sujeita, a esclarecessem. Não se patenteia aí o dedo da Providência?

A classe submetida viu com clareza as coisas; viu a fraca consistência que lhe opunham e, sentindo-se forte pelo número, aboliu os privilégios e proclamou a igualdade perante a lei.

Este princípio, no seio de alguns povos, marcou o fim do reinado da aristocracia de nascimento, que passou a ser apenas nominal e honorífica, porquanto já não confere direitos legais.

Elevou-se então uma nova potência, a do dinheiro, porque com dinheiro se dispõe dos homens e das coisas. Era um sol nascente e diante do qual todos se inclinaram, como outrora se curvavam diante de um brasão. O que não se concedia ao título, concedia-se à riqueza e a riqueza teve igualmente seus privilégios.

Logo, porém, se aperceberam de que, para conseguir a riqueza, certa dose de inteligência era necessária, não sendo necessária muita para herdá-la, e de que os descendentes são quase sempre mais hábeis em a consumir, do que em ganhá-la, de que os próprios meios de enriquecimento nem sempre são irreprocháveis, donde resultou ir o dinheiro perdendo pouco a pouco o seu prestígio moral e tender essa potência a ser substituída por outra, por uma aristocracia mais justa: a da inteligência, diante da qual todos podem curvar-se, sem se envilecerem, porque ela pertence tanto ao pobre quanto ao rico. Será a última? Será a mais alta expressão da Humanidade civilizada?

Não.

A inteligência nem sempre constitui penhor de moralidade e o homem mais inteligente pode fazer péssimo uso de suas faculdades. Doutro lado, a moralidade, isolada, pode, muita vez, ser incapaz. A reunião dessas duas faculdades, *inteligência e moralidade*, é, pois, necessária a criar uma preponderância legítima, a que a massa se submeterá cegamente, porque lhe inspirará plena confiança, pelas suas luzes e pela sua justiça. Será essa a última aristocracia, a que se apresentará como conseqüência, ou, antes, como sinal do advento do reinado do bem na Terra. Ela se erguerá muito naturalmente pela força mesma das coisas. Quando os homens de tal categoria forem bastante numerosos para formarem uma maioria imponente, a massa lhes confiará seus interesses.

Como vimos, todas as aristocracias tiveram sua razão de ser; nasceram do estado da Humanidade; assim há de acontecer com o que se tornará uma necessidade. Todas tiveram ou terão o seu tempo, conforme os países, porque nenhuma teve por base o princípio moral; só este princípio pode

constituir uma supremacia durável, porque terá a animá-la sentimentos de justiça e caridade. A essa aristocracia chamaremos: **aristocracia intelectual-moral**.

Mas, semelhante estado de coisas será possível com o egoísmo, o orgulho, a cupidez que reinam soberanos na Terra? Responderemos terminantemente: sim, não só é possível, como se implantará, por ser inevitável. Já hoje a inteligência domina; é soberana, ninguém o pode contestar. É tão verdade isto, que já se vê o homem do povo chegar aos cargos de primeira ordem.

Essa aristocracia não será mais justa, mais lógica, mais racional, do que a da força bruta, do nascimento, ou do dinheiro? Por que, então, seria impossível que se lhe juntasse a moralidade? Porque, dizem os pessimistas, o mal domina sobre a Terra. Quem ousará dizer que o bem nunca o sobrepujará? Os costumes e, por conseguinte, as instituições sociais, não valem cem vezes mais hoje do que na Idade Média? Cada século não se assinala por um progresso? Por que, então, a Humanidade pararia, quando ainda tem tanto que fazer?

Por instinto natural, os homens procuram o seu bem-estar; se não o acharem completo no reino da inteligência, procurá-lo-ão algures, e onde poderão encontrá-lo, senão no reino da moralidade? Para isso, torna-se preciso que a moralidade sobrepuje numericamente.

Não há contestar que muitíssimo se tem que fazer; mas, ainda uma vez, fora tola pretensão dizer-se que a Humanidade chegou ao apogeu, quando é vista a avançar continuamente pela senda do progresso. Digamos, antes de tudo, que os bons, na Terra, não são absolutamente tão raros como se julga; os maus são numerosos, é infelizmente verdade; o que, porém, faz pareçam eles ainda mais numerosos é que têm mais audácia e sentem que essa audácia lhes é indispensável ao bom êxito. De tal modo, entretanto, compreendem a preponderância do bem, que, não podendo praticá-lo, com ele se mascaram. Os bons, ao contrário, não fazem alarde das suas boas qualidades; não se põem em evidência, donde o parecerem tão pouco numerosos. Pesquisai, no entanto, os atos íntimos praticados sem ostentação e, em todas as camadas sociais, deparareis com criaturas de natureza boa e leal em número bastante a vos tranqüilizar o coração, de maneira a não desesperardes da Humanidade.

Depois, cumpre também dizê-lo, entre os maus, muitos há que apenas o são por arrastamento e que se tornariam bons, desde que submetidos a uma influência boa. Admitamos que, em 100 indivíduos, haja 25 bons e 75 maus; destes últimos, 50 se contam que o são por fraqueza e que seriam bons, se observassem bons exemplos e, sobretudo, se tivessem sido bem encaminhados desde a infância; dos 25 maus, nem todos serão incorrigíveis. No estado atual das coisas, os maus estão em maioria e ditam a lei aos bons. Suponhamos que uma circunstância qualquer opere a conversão de 50 por cento deles: os bons ficarão em maioria e a seu turno ditarão a lei; dos 25 outros, francamente maus, muitos sofrerão a influência daqueles, restando apenas alguns incorrigíveis sem preponderância.

Tomemos um exemplo, para ilustrar o que acabamos de dizer: Há povos no seio dos quais o assassinio e o roubo são a normalidade, constituindo exceção o bem.

Nos povos mais adiantados e mais bem governados da Europa, o crime é a exceção; acuado pelas leis, ele nenhuma influência exerce sobre a sociedade. O que nesses povos ainda predomina são os vícios de caráter: o orgulho, o egoísmo, a cupidez com seus cortejos. Por que, progredindo esses povos, os vícios não se tornariam a exceção, como o são hoje os crimes, ao passo que os povos inferiores galgariam o nosso nível? Negar a possibilidade dessa marcha ascendente fora negar o progresso. Certamente, chegar a tal estado de coisas não pode ser obra de um dia, mas, se há uma causa capaz de apressar-lhe o advento, essa causa é, sem nenhuma dúvida, o Espiritismo.

Fator, por excelência, da fraternidade humana, por mostrar que as provas da vida atual são a consequência lógica e racional dos atos praticados nas existências anteriores, por fazer de cada homem o artífice voluntário da sua própria felicidade, a vulgarização universal do Espiritismo dará em resultado, necessariamente, uma elevação sensível do nível moral da atualidade.

Apenas elaborados e coordenados, já os princípios gerais da nossa filosofia hão congregado, em imponente comunhão de idéias, milhões de adeptos espalhados por toda a Terra. Os progressos realizados pela sua influência, as transformações individuais e locais que eles têm provocado em menos de quinze anos, permitem apreciemos as modificações imensas e radicais que operarão no futuro.

Mas, se, graças ao desenvolvimento e à aceitação geral dos ensinamentos dos Espíritos, o nível moral da Humanidade tende constantemente a elevar-se, singularmente se iludiria quem supusesse que a moralidade preponderará sobre a inteligência. O Espiritismo, com efeito, não quer que o aceitem cegamente; reclama a discussão e a luz.

“Em vez da fé cega, que aniquila a liberdade de pensar, diz ele: **Não há fé inabalável, senão a que possa encarar face a face a razão, em todas as épocas da Humanidade. A fé necessita de base e esta base consiste na inteligência perfeita daquilo em que se haja de crer. Para crer, não basta ver, é, sobretudo, preciso compreender.**”(O Evangelho segundo o Espiritismo.)

Com bom direito, pois, podemos considerar o Espiritismo como um dos mais fortes precursores da aristocracia do futuro, isto é, **da aristocracia intelecto-moral**. (Os críticos de Kardec, que geralmente o acusam de misticismo, ingenuidade, alienação – sem jamais o haverem lido e muito menos estudado – ficariam surpresos se acaso se dessem ao trabalho de ler um ensaio como este, em que os problemas sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais da Humanidade são expostos numa síntese precisa, resultado de uma análise objetiva da realidade existencial. O mesmo se daria com a leitura do ensaio anterior sobre a trilogia *liberdade, igualdade e fraternidade*. A tese das aristocracias, como se vê, restabelece o sentido etimológico do termo colocando o problema em sua exata perspectiva histórica e social. O império da aristocracia da inteligência é inegável na era tecnológica, mas é também evidente o clamor geral contra a falta de moralidade em nosso tempo. Esse clamor, que em grande parte se traduz na reivindicação da justiça social, confirma a previsão de Kardec sobre o advento inevitável da futura *aristocracia intelecto-moral*. Leia-se, a propósito, *O Homem e a Sociedade numa Nova Civilização* de Humberto Mariotti. Nota de J. Herculano Pires.)

O LIVRO DOS ESPÍRITOS

ALLAN KARDEC

LEI DE SOCIEDADE

I – NECESSIDADE DA VIDA SOCIAL

766 – A vida social é natural?

- Certamente. Deus fez o homem para viver em sociedade. Deus não deu inutilmente ao homem a palavra e todas as outras faculdades necessárias à vida de relação.

767 - O isolamento absoluto é contrário à lei natural?

- Sim, pois os homens buscam a sociedade por instinto e devem todos concorrer para o progresso, ajudando-se mutuamente.

768 – O homem ao buscar a sociedade, obedece apenas a um sentimento pessoal ou há também nesse sentimento uma finalidade providencial, de ordem geral?

– O homem deve progredir, mas sozinho não o pode fazer porque não possui todas as faculdades: precisa do contato dos outros homens. No isolamento, ele se embrutece e se estiola.

Nenhum homem dispõe de faculdades completas e é pela união social que eles se completam uns aos outros, para assegurarem seu próprio bem-estar e progredirem. Eis porque, tendo necessidade uns dos outros, são feitos para viver em sociedade e não isolados.

II – VIDA DE ISOLAMENTO. VOTO DE SILÊNCIO

769. Concebe-se que, como princípio geral, a vida social esteja nas leis da Natureza. Mas como todos os gostos são também naturais, por que o do isolamento absoluto seria condenável, se o homem encontra nele satisfação?

– Satisfação egoísta. Há também homens que encontram satisfação na embriaguez; aprovas isso? Deus não pode considerar agradável uma vida em que o homem se condena a não ser útil a ninguém.

770. Que pensar dos homens que vivem em reclusão absoluta para fugirem ao contato pernicioso do mundo?

– Duplo egoísmo.

770-a. Mas se esse retraimento tem por fim uma expiação, com a imposição de penosa renúncia, não é meritório?

– Fazer maior bem do que o mal que se tenha feito, essa é a melhor expiação. Com esse retraimento, evitando um mal o homem cai em outro, pois esquece a lei de amor e caridade.

771. Que pensar dos que fogem do mundo para se devotarem ao amparo dos infelizes?

– Estes se elevam ao se rebaixarem. Têm o duplo mérito de se colocarem acima dos prazeres materiais e de fazerem o bem pelo cumprimento da lei do trabalho.

771-a. E os que procuram no retiro a tranqüilidade necessária a certos trabalhos?

– Esse não é o retiro absoluto do egoísta; eles não se isolam da sociedade, pois trabalham para ela.

772. Que pensar do voto de silêncio prescrito por algumas seitas, desde a mais alta Antigüidade?

– Perguntais antes se a palavra é natural e porque Deus a deu. Deus condena o abuso e não o uso das faculdades por ele concedidas. Não obstante, o silêncio é útil porque no silêncio te recolhes, teu espírito se torna mais livre e pode então entrar em comunicação conosco. Mas o voto de silêncio é uma tolice. Sem dúvida, os que consideram essas privações voluntárias como atos de virtude têm boa intenção, mas se enganam por não compreenderem suficientemente as verdadeiras leis de Deus.

O voto de silêncio absoluto, da mesma maneira que o voto de isolamento priva o homem das relações sociais que lhe podem fornecer as ocasiões de fazer o bem e de cumprir a lei do progresso.

III – LAÇOS DE FAMÍLIA

773. Por que pais e filhos não se reconhecem entre os animais, quando os últimos não precisam mais de cuidados?

– Os animais vivem a vida material e não a moral. A ternura da mãe pelos filhos tem por princípio o instinto de conservação aplicado aos seres que deu à luz. Quando esses seres podem cuidar de si mesmos sua tarefa está cumprida e a Natureza nada mais lhe exige. É por isso que ela os abandona para se ocupar de outros que chegam.

774. Há pessoas que deduzem, do abandono das crias pelos animais, que os laços de família entre os homens não são mais que o resultado de costumes sociais e não uma lei natural. Que devemos pensar disso?

– O homem tem outro destino que não o dos animais, por que, pois, querer sempre identificá-los? Para ele, há outra coisa além das necessidades físicas: há a necessidade de progresso. Os liames sociais são necessários ao progresso e os laços de família resumem os liames sociais: eis porque eles constituem uma lei natural. Deus quis que os homens, assim, aprendessem a amar-se como irmãos. (Ver item 205). (Herbert Spencer considerou a família entre as instituições que dão forma à vida social; Marx e Engels, como o primeiro grupo histórico, a primeira forma de interação humana; Augusto Comte, como a célula básica da sociedade, o embrião e o modelo desta, de maneira que a sociedade perfeita é a que funciona como a família. Atualmente, a Sociologia da família e a Psicologia social, bem como as próprias escolas de psicologia do indivíduo reconhecem a importância básica da família. O mesmo se dá nos estudos de Psicologia educacional e de Filosofia da educação. John Dewey, em Democracia e Educação, acentua a importância do lar na organização social e na preparação da vida social. Como se vê, a asserção dos Espíritos de que “os laços de família resumem os liames sociais” são confirmados até mesmo pelos estudos materialistas da sociedade. (N. do T.)

775. Qual seria para a sociedade o resultado do relaxamento dos laços de família?

– Uma recrudescência do egoísmo.

LEI DO PROGRESSO

I – ESTADO NATURAL

776. O estado natural e a lei natural são a mesma coisa?

– Não; o estado natural é o estado primitivo. A civilização é incompatível com o estado natural, enquanto a lei natural contribui para o progresso da Humanidade.

O estado natural é a infância da Humanidade e o ponto de partida do seu desenvolvimento intelectual e moral. O homem, sendo perfectível e trazendo em si o germe de seu melhoramento, não foi destinado a viver perpetuamente no estado natural, como não foi destinado a viver perpetuamente na infância. O estado natural é transitório e o homem o deixa pelo progresso e a civilização. A lei natural, pelo contrário, rege toda a condição humana e o homem progride na medida em que melhor compreende e melhor pratica essa lei.

777. No estado natural, tendo menos necessidades, o homem não sofre todas as tribulações que cria para si mesmo num estado mais adiantado. Que pensar da opinião dos que consideram esse estado como o da mais perfeita felicidade terrena?

– Que queres? É a felicidade do bruto. Há pessoas que não compreendem outra. É ser feliz à maneira dos animais. As crianças também são mais felizes que os adultos.

778. O homem pode retrogradar para o estado natural?

– Não, o homem deve progredir sem cessar e não pode voltar ao estado de infância. Se ele progride, é que Deus assim o quer; pensar que ele pode retrogradar para a sua condição primitiva seria negar a lei do progresso.

II – MARCHA DO PROGRESSO

779. O homem tira de si mesmo a energia progressiva ou o progresso não é mais do que o resultado de um ensinamento?

– O homem se desenvolve por si mesmo, naturalmente, mas nem todos progridem ao mesmo tempo e da mesma maneira; é então que os mais adiantados ajudam os outros a progredir, pelo contato social.

780. O progresso moral segue sempre o progresso intelectual?

– É a sua conseqüência, mas não o segue sempre imediatamente. (Ver itens 192-365).

780-a. Como o progresso intelectual pode conduzir ao progresso moral?

– Dando a compreensão do bem e do mal, pois então o homem pode escolher. O desenvolvimento do livre arbítrio segue-se ao desenvolvimento da inteligência e aumenta a responsabilidade do homem pelos seus atos.

780-b. Como se explica, então, que os povos mais esclarecidos sejam freqüentemente os mais pervertidos?

– O progresso completo é o alvo a atingir, mas os povos, como os indivíduos, não chegam a ele senão passo a passo. Até que tenham desenvolvi-

do o senso moral eles podem servir-se de inteligência para fazer o mal. A moral e a inteligência são duas forças que não se equilibram senão com o tempo. (Ver itens 365-751).

781. É permitido ao homem deter a marcha do progresso?

– Não, mas pode entravá-la algumas vezes.

781-a. Que pensar dos homens que tentam deter a marcha do progresso e fazer retrogradar a Humanidade?

– Pobres seres que Deus castigará; serão arrastados pela torrente que pretende deter.

782. Não há homens que entram o progresso de boa-fé, acreditando favorecê-lo, porque o vêem segundo o seu ponto de vista e freqüentemente onde ele não existe?

– Pequena pedra posta sob a roda de um grande carro sem impedi-lo de avançar.

783. O aperfeiçoamento da Humanidade segue sempre uma marcha progressiva e lenta?

– Há o progresso regular e lento que resulta da força das circunstâncias; mas quando um povo não avança bastante rápido, Deus lhe provoca, de tempos a tempos, um abalo físico ou moral que o transforma.

Sendo o progresso uma condição da natureza humana ninguém tem o poder de se opor a ele. É uma força viva que as más leis podem retardar, mas não asfixiar. Quando essas leis se tornam de todo incompatíveis com o progresso ele as derruba com todos os que a querem manter, e assim será até que o homem harmonize as suas leis com a justiça divina, que deseja o bem para todos e não as leis feitas para o forte em prejuízo do fraco.

O homem não pode permanecer perpetuamente na ignorância, porque deve chegar ao fim determinado pela Providência: ele se esclarece pela própria força das circunstâncias. As revoluções morais, como as revoluções sociais se infiltram pouco a pouco nas idéias, germinam ao longo dos séculos e depois explodem subitamente, fazendo ruir o edifício carcomido do passado, que não se encontra mais de acordo com as necessidades novas e as novas aspirações.

O homem geralmente não percebe, nessas comoções, mais do que a desordem e a confusão momentâneas que o atingem nos seus interesses materiais, mas aquele que eleva o seu pensamento acima dos interesses pessoais admira os desígnios da providência, que do mal fazem surgir o bem. São a tempestade e o furacão que saneiam a atmosfera, depois de a haverem revolvido. (Como se vê, por este comentário de Kardec e pela explicações dos Espíritos, a que ele se refere, o Espiritismo reconhece a necessidade desses motivos periódicos de agitação natural, quer dos elementos, quer dos povos, para a realização do progresso. Mas os admite como fatos naturais e não como criações artificiais a que os homens devam dedicar-se, em obediência a doutrinas revolucionárias. O que ele ensina é que o homem deve colocar-se, nesses momentos, acima de seus mesquinhos interesses pessoais para ver em sua amplitude a marcha irresistível do progresso, auxiliando-a na medida do possível.(N. do T.)

784. A perversidade do homem é bastante intensa, e não parece que ele está recuando, em lugar de avançar, pelo menos do ponto de vista moral?

– Enganas-te. Observa bem o conjunto e verás que ele avança, pois vai compreendendo melhor o que é o mal, e dia a dia corrige os seus abusos. É preciso que haja excesso do mal, para fazer-lhe compreender a necessidade do bem e das reformas.

785. Qual o maior obstáculo ao progresso?

– São o orgulho e o egoísmo. Quero referir-me ao progresso moral, porque o intelectual avança sempre. Este parece, aliás, à primeira vista, duplicar a intensidade daqueles vícios, desenvolvendo a ambição e o amor das riquezas, que por sua vez incitam o homem às pesquisas que lhe esclarecem o Espírito. É assim que tudo se relaciona no mundo moral como no físico e que do próprio mal pode sair o bem. Mas esse estado de coisas durará apenas algum tempo; modificar-se-á à medida que o homem compreender melhor que além do gozo dos bens terrenos existe uma felicidade infinitamente maior e infinitamente mais durável. (Vede **Egoísmo**, cap. XII).

Há duas espécies de progresso que mutuamente se apóiam e entretanto não marcham juntos: o progresso intelectual e o progresso moral. Entre os povos civilizados o primeiro recebe em nosso século todos os estímulos desejáveis, e por isso atingiu um grau até hoje desconhecido. Seria necessário que o segundo estivesse no mesmo nível. Não obstante, se compararmos os costumes sociais de alguns séculos atrás com os de hoje teremos de ser cegos para negar que houve progresso moral. Por que, pois, a marcha ascendente da moral deveria mostrar-se mais lenta que a da inteligência? Por que não haveria entre o século décimo nono e o vigésimo quarto tanta diferença nesse terreno como entre o décimo quarto e o décimo nono? Duvidar disso seria pretender que a Humanidade tivesse atingido o apogeu da perfeição, o que é absurdo, ou que ela não é moralmente perfectível, o que a experiência desmente.

III – POVOS DEGENERADOS

786. A História nos mostra uma multidão de povos que após terem sido convulsionados (depois de sofrerem abalos que os revolveram profundamente) recaíram na barbárie, Onde está nesse caso o progresso?

– Quando tua casa ameaça cair, tu a derrubas para a reconstruir de maneira mais sólida e mais cômoda; mas até que ela esteja reconstruída haverá desarranjos e confusões na tua morada.

– Compreende isto também: és pobre e moras num casebre, mas ficas rico e o deixas para morar num palácio. Depois um pobre diabo, como o eras, vem tomar o teu lugar no casebre e se sente muito contente, pois antes não possuía um abrigo. Pois bem! Compreende então que os Espíritos encarnados nesse povo degenerado não são mais os que o constituíam nos tempos do seu esplendor. Aqueles, logo que se tornaram mais adiantados, mudaram-se para habitações mais perfeitas e progrediram, enquanto outros, menos avançados, tornaram o seu lugar, que por sua vez também deixarão.

787. Não há raças rebeldes ao progresso por sua própria natureza?

– Sim, mas dia a dia elas se aniquilam corporalmente.

787-a. Qual será o destino futuro das almas que animam essas raças?

– Chegarão à perfeição, como todas as outras, passando por várias existências. Deus não deserda a ninguém.

787-b. Então os homens mais civilizados podem ter sido selvagens e antropófagos?

– Tu mesmo o foste, mais de uma vez, antes de seres o que és.

788. Os povos são individualidades coletivas que passam pela infância, a idade madura e a decrepitude, como os indivíduos. Essa verdade constatada pela História não nos permite supor que os povos mais adiantados deste século terão o seu declínio e o seu fim, como os da Antigüidade?

– Os povos que só vivem materialmente, cuja grandeza se funda na força e na extensão territorial, crescem e morrem porque a força de um povo se esgota como a de um homem; aqueles cujas leis egoístas atentam contra o progresso das luzes e da caridade, morrem porque a luz aniquila as trevas e a caridade mata o egoísmo. Mas há para os povos, como para os indivíduos, a vida da alma, e aqueles, cujas leis se harmonizam com as leis eternas do Criador, viverão e serão o farol dos outros povos.

789. O progresso reunirá um dia todos os povos da Terra numa só nação?

– Não em uma só nação, o que é impossível, pois da diversidade dos climas nascem costumes e necessidades diferentes, que constituem as nacionalidades. Assim serão sempre necessárias leis apropriadas a esses costumes e a essas necessidades. Mas a caridade não conhece latitudes e não faz distinção dos homens pela cor. Quando a lei de Deus constituir por toda parte a base da lei humana, os povos praticarão a caridade de um para outro, como os indivíduos de homem para homem, vivendo felizes e em paz, porque ninguém tentará fazer mal ao vizinho ou viver às suas expensas.

A Humanidade progride através dos indivíduos que se melhoram pouco a pouco e se esclarecem; quando estes se tornam numerosos, tomam a dianteira e arrastam os outros. De tempos em tempos surgem os homens de gênio, que lhes dão um impulso; e depois, homens investidos de autoridade, instrumentos de Deus, que em alguns anos a fazem avançar de muitos séculos.

O progresso dos povos faz ainda ressaltar a justiça da reencarnação. Os homens de bem fazem louváveis esforços para ajudar uma nação a avançar moral e intelectualmente; a nação transformada será mais feliz neste mundo e no outro, compreende-se; mas, durante a sua marcha lenta através dos séculos, milhares de indivíduos morrem diariamente, e qual seria a sorte de todos esses que sucumbem durante o trajeto? Sua inferioridade relativa os priva da felicidade reservada aos que chegam por último? Ou também a sua felicidade é relativa? A justiça divina não poderia consagrar semelhante injustiça. Pela pluralidade das existências, o direito à felicidade é sempre o mesmo para todos, porque ninguém é deserdado pelo progresso. Os que viveram no tempo da barbárie, podendo voltar no tempo da civilização, no mesmo povo ou em outro, é claro que todos se beneficiam da marcha ascendente.

Mas o sistema da unicidade da existência apresenta neste caso outra dificuldade. Com esse sistema, a alma é criada no momento do nascimento, de maneira que um homem é mais adiantado que outro porque Deus criou para ele uma alma mais adiantada. Por que esse favor? Que mérito tem ele, que não viveu mais do que o outro, e geralmente menos, para ser dotado de uma alma superior? Mas essa não é a principal dificuldade. Uma nação passa, em mil anos, da barbárie à civilização. Se os homens vivessem mil anos poderia conceber-se que, nesse intervalo, tivessem tempo de progredir; mas diariamente morrem criaturas em todas as idades, renovando-se sem cessar, de maneira que dia a dia as vemos aparecerem e desaparecerem. No fim de um milênio não há mais traços dos antigos habitantes; a nação, de bárbara que era tornou-se civilizada: mas quem foi que progrediu? Os indivíduos outrora bárbaros? Esses já estão mortos há muito tempo. Os que chegaram por último? Mas se a sua alma foi criada no momento do nascimento, essas almas não existiriam no tempo da barbárie e é necessário admitir, então, que os esforços desenvolvidos para civilizar um povo têm o poder, não de melhorar as almas imperfeitas, mas de fazer Deus criar outras almas mais perfeitas.

Comparemos esta teoria do progresso com a que nos foi dada pelos Espíritos. As almas vindas no tempo da civilização tiveram a sua infância, como todas as outras mas já viveram e chegam adiantadas em consequência de um progresso anterior; elas vêm atraídas por um meio que lhes é simpático e que está em relação com o seu estado atual. Dessa maneira, os cuidados dispensados à civilização de um povo não têm por efeito determinar a criação futura de almas mais perfeitas, mas atrair aquelas que já progrediram, seja as que já viveram nesse mesmo povo em tempos de barbárie, seja as que procedem de outra parte. Aí temos ainda a chave do progresso de toda a Humanidade. Quando todos os povos estiverem no mesmo nível quanto ao sentimento do bem, a Terra só abrigará bons Espíritos, que viverão em união fraterna. Os maus, tendo sido repelidos e deslocados irão procurar nos mundos inferiores o meio que lhes convém, até que se tornem dignos de voltar ao nosso meio, transformados. A teoria vulgar tem ainda esta consequência: os trabalhos de melhoramento social só aproveitam às gerações presentes e futuras; seu resultado é nulo para as gerações passadas, que cometeram o erro de chegar muito cedo e só avançaram na medida de suas forças, sob a carga dos seus atos de barbárie. Segundo a doutrina dos Espíritos, os progressos ulteriores aproveitam igualmente a essas gerações, que revivem nas condições melhores e podem aperfeiçoar-se no seio da civilização. (Ver item 222).

IV – CIVILIZAÇÃO

790. A civilização é um progresso, ou, segundo alguns filósofos, uma decadência da Humanidade?

– Progresso incompleto, pois o homem não passa subitamente da infância à maturidade.

790-a. É razoável condenar-se a civilização?

– Condenai antes os que abusam dela e não a obra de Deus.

791. A civilização se depurará um dia, fazendo desaparecer os males que tenha produzido?

– Sim, quando a moral estiver tão desenvolvida quanto a inteligência. O fruto não pode vir antes da flor.

792. Porque a civilização não realiza imediatamente todo o bem que ela poderia produzir?

– Porque os homens ainda não se encontram em condições, nem dispostos a obter esse bem.

792-a. Não seria ainda porque, criando necessidades novas, ela excita novas paixões?

– Sim, e porque todas as faculdades do Espírito não progridem ao mesmo tempo; é necessário tempo para tudo. Não podeis esperar frutos perfeitos de uma civilização incompleta. (751-780).

793. Por que sinais se pode reconhecer uma civilização completa?

– Vós a reconheceréis pelo desenvolvimento moral. Acreditais estar muito adiantados por terdes feito grandes descobertas e invenções maravilhosas; porque estais melhor instalados e melhor vestidos que os vossos selvagens; mas só tereis verdadeiramente o direito de vos dizer civilizado quando houveres banido de vossa sociedade os vícios que a desonram e quando passardes a viver como irmãos, praticando a caridade cristã. Até esse momento não sereis mais do que povos esclarecidos, só tendo percorrido a primeira fase da civilização.

A civilização tem os seus graus, como todas as coisas. Uma civilização incompleta é um estado de transição que engendra males especiais, desconhecidos no estado primitivo, mas nem por isso deixa de constituir um progresso natural, necessário, que leva consigo mesmo o remédio para aqueles males. À medida que a civilização se aperfeiçoa, vai fazendo cessar alguns dos males que engendrou, e esses males desaparecerão com o progresso moral.

De dois povos que tenham chegado ao ápice da escala social, só poderá dizer-se o mais civilizado, na verdadeira acepção do termo, aquele em que se encontre menos egoísmo, cupidez e orgulho; em que os costumes sejam mais intelectuais e morais do que materiais; em que a inteligência possa desenvolver-se com mais liberdade; em que exista mais bondade, boa-fé, benevolência e generosidade recíprocas; em que os preconceitos de casta e de nascimento sejam menos enraizados, porque esses prejuízos são incompatíveis com o verdadeiro amor do próximo; em que as leis não consagrem nenhum privilégio e sejam as mesmas para o último como para o primeiro; em que a justiça se exerça com o mínimo de parcialidade; em que o fraco sempre encontre apoio contra o forte; em que a vida do homem, suas crenças e suas opiniões sejam melhor respeitadas; em que haja menos desgraçados; e, por fim, em que todos os homens de boa vontade estejam sempre seguros de não lhes faltar o necessário. (Será essa a civilização cristã que o Espiritismo estabelecerá na Terra. Como se vê pelas explicações dos Espíritos e os comentários de Kardec, a civilização incompleta em que vivemos é apenas uma fase de transição entre o mundo pagão da Antigüidade e o mundo cristão do Futuro. Nos costumes, na legislação, na religião, na prática dos cultos religiosos vemos a mistura constante dos elementos do paganismo com os

princípios renovadores do Cristianismo. Cabe ao Espiritismo a missão de remover esses elementos pagãos para fazer brilhar o espírito cristão em toda a sua pureza. Veja-se, a propósito, todo o cap. I de “O Evangelho segundo o Espiritismo”. (N. do T.)

V – PROGRESSO DA LEGISLAÇÃO HUMANA

794. A sociedade poderia ser regida somente pelas leis naturais, sem o recurso das leis humanas?

– Poderia, se os homens as compreendessem bem e quisessem praticá-las; então, seriam suficientes, Mas a sociedade tem as suas exigências e precisa de leis particulares.

795. Qual a causa da instabilidade das leis humanas?

– Nos tempos de barbárie são os mais fortes que fazem as leis, e as fazem em seu favor. Há necessidade de modificá-las à medida que os homens vão melhor compreendendo a justiça. As leis humanas são mais estáveis à medida que se aproximam da verdadeira justiça, quer dizer, à medida que são feitas para todos e se identificam com a lei natural.

A civilização criou novas necessidades para o homem e essas necessidades são relativas à posição social de cada um. Foi necessário regular os direitos e os deveres dessas posições através de leis humanas. Mas, sob a influência das suas paixões, o homem criou, muitas vezes, direitos e deveres imaginários, condenados pela lei natural e que os povos apagam dos seus códigos à proporção que progridem. A lei natural é imutável e sempre a mesma para todos; a lei humana é variável e progressiva: somente ela pode consagrar, na infância da Humanidade, o direito do mais forte.

796. A severidade das leis penais não é uma necessidade, no estado atual da sociedade?

– Uma sociedade depravada tem certamente necessidade de leis mais severas. Infelizmente essas leis se destinam antes a punir o mal praticado do que a cortar a raiz do mal. Somente a educação pode reformar os homens, que assim não terão mais necessidades de leis tão rigorosas.

797. Como o homem poderia ser levado a reformar as suas leis?

– Isso acontecerá naturalmente, pela força das circunstâncias e pela influência das pessoas de bem, que o conduzem na senda do progresso. Há muitas que já foram reformadas e muitas outras ainda o serão. Espera!

VI – INFLUÊNCIA DO ESPIRITISMO NO PROGRESSO

798. O Espiritismo se tornará uma crença comum ou será apenas a de algumas pessoas?

– Certamente ele se tornará uma crença comum e marcará uma nova era na História da Humanidade, porque pertence à Natureza e chegou o tempo em que deve tomar lugar nos conhecimentos humanos. Haverá, entretanto, grandes lutas a sustentar, mais contra os interesses do que contra a convicção, porque não se pode dissimular que há pessoas interessadas em combatê-lo, umas por amor-próprio e outras por motivos puramente materiais. Mas os seus contraditores, ficando cada vez mais isolados, serão afinal forçados a pensar como todos os outros, sob pena de se tornarem ridículos.

As idéias só se transformam com o tempo e não subitamente; elas se enfraquecem de geração em geração e acabam por desaparecer com os que as professavam e que são substituídos por outros indivíduos imbuídos de novos princípios, como se verifica com as idéias políticas. Vede o paganismo; não há ninguém, certamente, que professe hoje as idéias religiosas daquele tempo; não obstante, muitos séculos depois do advento do Cristianismo ainda havia deixado traços que somente a completa renovação das raças pode apagar. O mesmo acontecerá com o Espiritismo; ele faz muito progresso, mas haverá ainda, durante duas ou três gerações, um fenômeno de incredulidade que só o tempo fará desaparecer. Contudo, sua marcha será mais rápida que a do Cristianismo, porque é o próprio Cristianismo que lhe abre as vias sobre as quais ele se desenvolverá. O Cristianismo tinha que destruir; o Espiritismo só tem que construir. (O transcurso do primeiro século do Espiritismo, a 18 de abril de 1.957, veio confirmar plenamente essa extraordinária previsão de Kardec. No primeiro século do seu desenvolvimento o Cristianismo era ainda uma seita obscura e terrivelmente perseguida. Somente nos fins do terceiro século atingiu as proporções de desenvolvimento e universalização que o Espiritismo apresenta no seu primeiro século. A marcha do Espiritismo se fez com muito maior rapidez e sua vitória brilhará mais rápida do que se espera. (N. do T.)

799. De que maneira o Espiritismo pode contribuir para o progresso?

– Destruindo o materialismo, que é uma das chagas da sociedade, ele faz os homens compreenderem onde está o seu verdadeiro interesse. A vida futura, não estando mais velada pela dúvida, o homem compreenderá melhor que pode assegurar o seu futuro através do presente. Destruindo os preconceitos de seita, de casta e de cor ele ensina aos homens a grande solidariedade que os deve unir como irmãos.

800. Não é de temer que o Espiritismo não consiga vencer a indiferença dos homens e o seu apego às coisas materiais?

– Seria conhecer bem pouco os homens, pensar que uma causa qualquer pudesse transformá-los como por encanto. As idéias se modificam pouco a pouco, com os indivíduos, e são necessárias gerações para que se apaguem completamente os traços dos velhos hábitos. A transformação, portanto, não pode operar-se a não ser com o tempo, gradualmente, pouco a pouco. Em cada geração uma parte do véu se dissipa. O Espiritismo vem rasgá-lo de uma vez, mas mesmo que só tivesse o efeito de corrigir um homem de um só dos seus defeitos, isso seria um passo que ele o faria dar, e por isso mesmo um grande bem, porque esse primeiro passo lhe tornaria os outros mais fáceis.

801. Por que os Espíritos não ensinaram desde todos os tempos o que ensinam hoje?

– Não ensinai às crianças o que ensinai aos adultos e não dais ao recém-nascido um alimento que ele não possa digerir. Cada coisa tem o seu tempo. Eles ensinaram muitas coisas que os homens não compreenderam ou desfiguraram, mas que atualmente podem compreender. Pelo seu ensinamento, mesmo incompleto, prepararam o terreno para receber a semente que vai agora frutificar.

802. Desde que o Espiritismo deve marcar um progresso da Humanidade, por que os Espíritos não apressam esse progresso através de manifestações tão gerais e patentes que possam levar a convicção aos mais incrédulos?

– Desejaríeis milagres, mas Deus os semeia a mancheias nos vossos passos e tendes ainda os homens que os negam. O Cristo, ele próprio, convenceu os seus contemporâneos com os prodígios que realizou? Não vedes ainda hoje os homens negarem os fatos mais patentes que se passam aos seus olhos? Não tendes os que não acreditariam, mesmo quando vissem? Não, não é por meio de prodígios que Deus conduzirá os homens. Na sua bondade ele quer deixar-lhes o mérito de se convencerem através da razão.

*

LEI DE IGUALDADE

I – IGUALDADE NATURAL

803. Todos os homens são iguais perante Deus?

– Sim, todos tendem para o mesmo fim e Deus fez as suas leis para todos. Dizeis freqüentemente: “O sol brilha para todos”, e com isso dizeis uma verdade maior e mais geral do que pensais.

Todos os homens são submetidos às mesmas leis naturais; todos nascem com a mesma fragilidade, estão sujeitos às mesmas dores e o corpo do rico se destrói como o do pobre. Deus não concedeu, portanto, superioridade natural a nenhum homem, nem pelo nascimento, nem pela morte: todos são iguais diante dEle.

II – DESIGUALDADE DE APTIDÕES

804. Por que Deus não deu as mesmas aptidões a todos os homens?

– Deus criou todos os Espíritos iguais, mas cada um deles viveu mais ou menos tempo e por conseguinte realizou mais ou menos aquisições; a diferença está no grau de experiência e na vontade, que é o livre arbítrio: daí decorre que uns se aperfeiçoam mais rapidamente, o que lhes dá aptidões diversas. A mistura de aptidões é necessária a fim de que cada um possa contribuir para os desígnios da Providência, nos limites do desenvolvimento de suas forças físicas e intelectuais: o que um não faz, o outro faz, e é assim que cada um tem a sua função útil. Além disso, todos os mundos sendo solidários entre si, é necessário que os habitantes dos mundos superiores, na sua maioria criados antes do vosso, venham habitar aqui para vos dar exemplo. (Ver item 361).

805. Passando de um mundo superior para um inferior o Espírito conserva integralmente as faculdades adquiridas?

– Sim, já o dissemos, o Espírito que progrediu não regride mais. Ele pode escolher, no estado de Espírito, um envoltório mais rude ou uma situação mais precária que a anterior, mas sempre para lhe servir de lição e ajudá-lo a progredir. (Ver item 180).

Assim, a diversidade das aptidões do homem não se relaciona com a natureza íntima de sua criação, mas com o grau de aperfeiçoamento a que ele tenha chegado como Espírito. Deus não criou, portanto, a desigualdade das faculdades, mas permitiu que os diferentes graus de desenvolvimento se

mantivessem em contato a fim de que os mais adiantados pudessem ajudar os mais atrasados a progredir. E também a fim de que os homens, necessitando uns dos outros, compreendam a lei de caridade que os deve unir.

III – DESIGUALDADES SOCIAIS

806. A desigualdade das condições sociais é uma lei natural?

– Não; é obra do homem e não de Deus.

806-a. Essa desigualdade desaparecerá um dia?

– Só as leis de Deus são eternas. Não a vêdes desaparecer pouco a pouco, todos os dias? Essa desigualdade desaparecerá juntamente com a predominância do orgulho e do egoísmo, restando tão somente a desigualdade do mérito. Chegará um dia em que os membros da grande família dos filhos de Deus não mais se olharão como de sangue mais ou menos puro, pois somente o Espírito é mais puro ou menos puro, e isso não depende da posição social.

807. Que pensar dos que abusam da superioridade de sua posição social para oprimir o fraco em seu proveito?

– Esses merecem o anátema; infelizes que são! Serão oprimidos por sua vez e renascerão numa existência em que sofrerão tudo o que fizeram sofrer. (Ver item 684).

IV – DESIGUALDADE DAS RIQUEZAS

808. A desigualdade das riquezas não tem sua origem na desigualdade das faculdades, que dão a uns mais meios de adquirir do que a outros?

– Sim e não. Que dizes da astúcia e do roubo?

808-a. A riqueza hereditária, entretanto, seria fruto das más paixões?

– Que sabes disso? Remonta à origem e verás se é sempre pura. Sabes se no princípio não foi o fruto de uma espoliação ou de uma injustiça? Mas, sem falar da origem, que pode ser má, crês que a cobiça de bens, mesmo os melhores adquiridos, e os desejos secretamente alimentados, de possuí-los o mais cedo possível, sejam sentimentos louváveis? Isto é o que Deus julga, e te asseguro que o seu julgamento é mais severo que o dos homens.

809. Se uma fortuna foi mal adquirida, os herdeiros serão responsáveis por isso?

– Sem dúvida eles não são responsáveis pelo mal que outros tenham feito, tanto mais que o podem ignorar, mas fica sabendo que muitas vezes uma fortuna se destina a um homem para lhe dar ocasião de reparar uma injustiça. Feliz dele se o compreender! E se o fizer em nome daquele que cometeu a injustiça a reparação será levada em conta para ambos, porque quase sempre é este último quem a provoca.

810. Sem fraudar a legalidade, podemos dispor dos nossos bens de maneira mais ou menos eqüitativa. Quem assim faz é responsável, depois da morte, pelas disposições testamentárias?

– Toda ação traz os seus frutos; os das boas ações são doces e os das outras são sempre amargos; sempre, entendei bem isso.

811. A igualdade absoluta das riquezas é possível e existiu alguma vez?

– Não, não é possível. A diversidade das faculdades e dos caracteres se opõe a isso.

811-a. Há homens, entretanto, que crêem estar nisso o remédio para os males sociais; que pensais a respeito?

– São sistemáticos ou ambiciosos e invejosos. Não compreendem que a igualdade seria logo rompida pela própria força das circunstâncias. Combatei o egoísmo, pois essa é a vossa chaga social, e não correi atrás de quimeras.

812. Se a igualdade das riquezas não é possível, acontece o mesmo com o bem-estar?

– Não; mas o bem-estar é relativo e cada um poderia gozá-lo, se todos se entendessem bem... Porque o verdadeiro bem-estar consiste no emprego do tempo de acordo com a vontade e não em trabalhos pelos quais não se tem nenhum gosto. Como cada um tem aptidões diferentes, nenhum trabalho útil ficaria por fazer. O equilíbrio existe em tudo e é o homem quem o perturba. (No mundo de hoje este problema já vem provocando tentativas de solução. Trata-se do aproveitamento das vocações, cujo desperdício sistemático acarreta perdas consideráveis à economia social e profundo desequilíbrio na estrutura das sociedades. (N. do T.)

812-a. É possível que todos se entendam?

– Os homens se entenderão quando praticarem a lei da justiça.

813. Há pessoas que caem nas privações e na miséria por sua própria culpa; a sociedade pode ser responsabilizada por isso?

– Sim, já o dissemos, ela é sempre a causa primeira dessas faltas; pois não lhe cabe velar pela educação moral dos seus membros? É frequentemente a má educação que falseia o critério dessas pessoas, em lugar de asfixiar-lhes as tendências perniciosas. (Ver item 685).

V – PROVAS DA RIQUEZA E DA MISÉRIA

814. Por que Deus concedeu a uns a riqueza e o poder e a outros a miséria?

– Para provar a cada um de uma maneira diferente. Aliás, vós o sabeis, essas provas são escolhidas pelos próprios Espíritos, que muitas vezes sucumbem ao realizá-las.

815. Qual dessas duas provas é a mais perigosa para o homem, a da desgraça ou a da riqueza?

– Tanto uma quanto a outra. A miséria provoca a lamentação contra a Providência, a riqueza leva a todos os excessos.

816. Se o rico sofre mais tentações, não dispõe também de mais meios para fazer o bem?

– É justamente o que nem sempre faz; torna-se egoísta, orgulhoso e insaciável; suas necessidades aumentam com a fortuna e julga não ter o bastante para si mesmo.

A posição elevada no mundo e a autoridade sobre os semelhantes são provas tão grandes e arriscadas quanto a miséria; porque, quanto mais o homem for rico e poderoso mais obrigações tem a cumprir, maiores são os meios de que dispõe para fazer o bem e o mal. Deus experimenta o pobre pela resignação e o rico pelo uso que faz de seus bens e do seu poder.

A riqueza e o poder despertam todas as paixões que nos prendem à matéria e nos distanciam da perfeição espiritual. Foi por isso que Jesus disse: “Em verdade vos digo, é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”. (Ver item 266).

VI – IGUALDADE DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER

817. O homem e a mulher são iguais perante Deus e têm os mesmos direitos?

– Deus não deu a ambos a inteligência do bem e do mal e a faculdade de progredir?

818. De onde procede a inferioridade moral da mulher em certas regiões?

– Do domínio injusto e cruel que o homem exerceu sobre ela. Uma conseqüência das instituições sociais e do abuso da força sobre a debilidade. Entre os homens pouco adiantados do ponto de vista moral a força é o direito.

819. Com que fim a mulher é fisicamente mais fraca do que o homem?

– Para lhe assinalar funções particulares. O homem se destina aos trabalhos rudes, por ser o mais forte; a mulher aos trabalhos suaves; e ambos a se ajudarem mutuamente nas provas de uma vida cheia de amarguras.

820. A debilidade física da mulher não a coloca naturalmente na dependência do homem?

– Deus deu a força a uns para proteger o fraco e não para o escravizar.

Deus apropriou a organização de cada ser às funções que ele deve desempenhar. Se deu menor força física à mulher, deu-lhe ao mesmo tempo maior sensibilidade, em relação com a delicadeza das funções maternas e a debilidade dos seres confiados aos seus cuidados.

821. As funções a que a mulher foi destinada pela Natureza têm tanta importância quanto as conferidas ao homem?

– Sim, e até maior; é ela quem lhe dá as primeiras noções da vida.

822. Os homens, sendo iguais perante a lei de Deus, devem sê-lo igualmente perante a lei humana?

– Este é o primeiro princípio de justiça: “Não façais aos outros o que não quereis que os outros vos façam”.

822-a. De acordo com isso, para uma legislação ser perfeitamente justa deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher?

– De direitos, sim; de funções, não. É necessário que cada um tenha um lugar determinado; que o homem se ocupe de fora e a mulher do lar, cada um segundo a sua aptidão. A lei humana, para ser justa, deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher; todo privilégio concedido a um ou a outro é contrário à justiça. A emancipação da mulher segue o processo da civilização, sua escravização marcha com a barbárie. Os sexos, aliás, só existem na organização física, pois os Espíritos podem tomar um e outro, não havendo diferenças entre eles a esse respeito. Por conseguinte, devem gozar dos mesmos direitos. (Há mais de cem anos este livro indicava a solução exata do problema feminino; igualdade de direitos e diversidade de funções. Marido e mulher não são senhor e escrava, mas companheiros que desempenham uma tarefa comum, com a mesma responsabilidade pela sua realização. O feminismo adquire um novo aspecto à luz deste princípio. A mulher não deve ser a imitadora e a competidora do homem, mas a sua companheira de vida, ambos mutuamente se complementando na manutenção do lar, que é a célula básica da estrutura social.(N. do T.)

VII – IGUALDADE PERANTE O TÚMULO

823. De onde vem o desejo de perpetuar a própria memória nos monumentos fúnebres?

– Derradeiro ato de orgulho.

823-a. Mas a suntuosidade dos monumentos fúnebres não é, na maioria das vezes, determinada pelos parentes que desejam honrar a memória do falecido, e não por este?

– Orgulho dos parentes, que querem honrar-se a si mesmos. Oh, sim, nem sempre é pelo morto que se fazem todas essas demonstrações, mas por amor-próprio, por consideração ao mundo e para exibição de riqueza. Crês que a lembrança de um ser querido seja menos durável no coração do pobre, porque ele só pode colocar uma flor sobre a sua tumba? Crês que o mármore salva do esquecimento aquele que foi inútil na Terra?

824. Reprovais de maneira absoluta as pompas fúnebres?

– Não. Quando homenageiam a memória de um homem de bem, são justas e de bom exemplo. (Há quem estranhe a existência do túmulo de Allan Kardec no Cemitério de Père Lachaise, em Paris, visitado pelos espíritas. Outros censuram a visita de espíritas aos túmulos de parentes e amigos. Como se vê, são excessos de zelo que a doutrina não endossa. O túmulo de Kardec, como disse o médium Francisco Cândido Xavier, após visitá-lo: “É uma mensagem permanente de luz”. Quanto aos outros, veja se o item 323. (N. do T.)

A tumba é o lugar de encontro de todos os homens e nela se findam impiedosamente todas as distinções humanas. É em vão que o rico tenta perpetuar a sua memória por meio de faustosos monumentos. O tempo os destruirá, como aos seus próprios corpos. Assim o quer a Natureza. A lembrança das suas boas e más ações será menos perecível que o seu túmulo. A pompa dos funerais não o lavarás de suas torpezas e não o fará subir sequer um degrau na hierarquia espiritual. (Ver item 320 e seguintes).

*

Livro: O Consolador (Emmanuel) – SOCIOLOGIA

54 –Com a difusão da luz espiritual, alargará o homem a noção de pátria, de modo a abranger no mesmo nível todas as nações do mundo?

-A luz espiritual dará aos homens um conceito novo de pátria, de maneira a proscrever-se o movimento destruidor pelos canhões e balas homicidas.

Quando isso se verifique, o homem aprenderá a valorizar o berço em que nasceu, pelo trabalho e pelo amor, destruindo-se concomitantemente as fronteiras materiais; e dando lugar à era nova da grande família humana, em que as raças serão substituídas pelas almas e em que a pátria será honrada, não com a morte, mas com a vida bem aplicada e bem vivida.

55 –*A desigualdade verificada entre as classes sociais, no universo dos bens terrenos, perdurará nas épocas do porvir?*

-A desigualdade social é o mais elevado testemunho da verdade da reencarnação, mediante a qual cada espírito tem sua posição definida de regeneração e resgate. Nesse caso, consideramos que a pobreza, a miséria, a guerra, a ignorância, como outras calamidades coletivas, são enfermidades do organismo social, devido à situação de prova da quase generalidade dos seus membros. Cessada a causa patogênica com a iluminação espiritual de todos em Jesus-Cristo, a moléstia coletiva estará eliminada dos ambientes humanos.

56 –*Pode admitir-se, em Sociologia, o conceito de igualdade absoluta?*

-A concepção igualitária absoluta é um erro grave dos sociólogos, em qualquer departamento da vida. A tirania política poderá tentar uma imposição nesse sentido, mas não passará das espetaculosas uniformizações simbólicas para efeitos exteriores, porquanto o verdadeiro valor de um homem está no seu íntimo, onde cada espírito tem sua posição definida pelo próprio esforço.

Nessa questão existe uma igualdade absoluta de direitos dos homens perante Deus, que concede a todos os seus filhos uma oportunidade igual nos tesouros inapreciáveis do tempo. Esses direitos são os da conquista da sabedoria e do amor, através da vida, pelo cumprimento do sagrado dever do trabalho e do esforço individual. Eis por que cada criatura terá o seu mapa de méritos nas sendas evolutivas, constituindo essa situação, nas lutas planetárias, uma grandiosa escala progressiva em matéria de raciocínios e sentimentos, em que se elevará naturalmente todo aquele que mobilizar as possibilidades concedidas à sua existência para o trabalho edificante da iluminação de si mesmo, nas sagradas expressões do esforço individual.

57 –*Poderão os homens resolver sem atritos as chamadas questões proletárias?*

-Sim, quando se decidirem a aceitar e aplicar os princípios sagrados do Evangelho. Os regulamentos apaixonados, as greves, os decretos unilaterais, as ideologias revolucionárias, são cataplasmas inexpressivas, complicando a chaga da coletividade.

O socialismo é uma bela expressão de cultura humana, enquanto não resvala para os pólos do extremismo.

Todos os absurdos das teorias sociais decorrem da ignorância dos homens relativamente à necessidade de sua cristianização. Conhecemos da-

qui os maus dirigentes e os maus dirigidos, não como homens ricos e pobres, mas como avaros e revoltados. Nessas duas expressões, as criaturas operam o desequilíbrio de todos os mecanismos do trabalho natural.

A verdade é que todos os homens são proletários da evolução e nenhum esforço de boa realização na Terra é indigno do espírito encarnado.

Cada máquina exige uma direção especial, e o mecanismo do mundo requer o infinito de aptidões e de conhecimentos.

Sem a harmonia de cada peça na posição em que se encontra, toda produção é contraproducente e toda boa tarefa impossível.

Todos os homens são ricos pelas bênçãos de Deus e cada qual deve aproveitar, com êxito, os “talentos” recebidos, porquanto, sem exceção de um só, prestarão um dia, além-túmulo, contas de seus esforços.

Que os trabalhadores da direção saibam amar, e que os da realização nunca odeiem. Essa é a verdade pela qual compreendemos que todos os problemas do trabalho, na Terra, representam uma equação de Evangelho.

58 – *Reconhecendo-se o Estado como aparelhamento de leis convencionais, é justificável a sua existência, bem como a das classes armadas, que o sustentam no mundo?*

-Na situação (ou condição) atual do mundo e considerando a heterogeneidade dos caracteres e das expressões evolutivas das criaturas, examinadas isoladamente, justifica-se a necessidade dos aparelhos estatais nas convenções políticas, bem como das classes armadas que os mantêm no orbe, como institutos de ordem para a execução das provas individuais, nas contingências humanas, até que o homem perceba o sentido de concórdia e fraternidade dentro das leis do Criador; prescindindo então da obrigatoriedade de certas determinações das leis humanas, convencionais e transitórias.

59 – *Tem o Espiritismo um papel especial junto da Sociologia?*

-Na hora atual da humanidade terrestre, em que todas as conquistas da civilização se subvertem nos extremismos, o Espiritismo é o grande iniciador da Sociologia, por significar o Evangelho redivivo que as religiões literalistas tentam inumar nos interesses econômicos e na convenção exterior de seus prosélitos.

Restaurando os ensinamentos de Jesus para o homem e esclarecendo que os valores legítimos da criatura são os que procedem da consciência e do coração, a doutrina consoladora dos Espíritos reafirma a verdade de que a cada homem será dado de acordo com seus méritos, no esforço individual, dentro da aplicação da lei do trabalho e do bem; razão pela qual representa o melhor antídoto dos venenos sociais atualmente espalhados no mundo pelas filosofias políticas do absurdo e da ambição desmedida, restabelecendo a verdade e a concórdia para os corações.

60 – *Como se deverá comportar o espiritista perante a política do mundo?*

-O sincero discípulo de Jesus está investido de missão mais sublime, em face da tarefa política saturada de lutas materiais. Essa é a razão por que não deve provocar uma situação de evidência para si mesmo nas administra-

ções transitórias do mundo. E, quando convocado a tais situações pela força das circunstâncias, deve aceitá-las não como galardão para a doutrina que professa, mas como provação imperiosa e árdua, onde todo êxito é sempre difícil. O espiritista sincero deve compreender que a iluminação de uma consciência é como se fora a iluminação de um mundo, salientando-se que a tarefa do Evangelho, junto das almas encarnadas na Terra, é a mais importante de todas, visto constituir uma realização definitiva e real. A missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal, depreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no espírito das criaturas.

61 – *Como devemos encarar a política do racismo?*

-Se é justo observarmos nas pátrias o agrupamento de múltiplas coletividades, pelos laços afins da educação e do sentimento, a política do racismo deve ser encarada como erro grave, que pretexto algum justifica, porquanto não pode apresentar base séria nas suas alegações, que mal encobrem o propósito nefasto de tirania e separatividade.

62 – *O “não matarás” alcança o caçador que mata por divertimento e o carrasco que extermina por obrigação?*

-À medida que evolverdes no sentimento evangélico; compreenderéis que todos os matadores se encontram em oposição ao texto sagrado.

No grau dos vossos conhecimentos atuais, entendeis que somente os assassinos que matam por perversidade estão contra a lei divina. Quando avançardes mais no caminho, aperfeiçoando o aparelho social, não tolerareis o carrasco, e, quando estiverdes mais espiritualizados, enxergando nos animais os irmãos inferiores de vossa vida, a classe dos caçadores não terá razão de ser.

Lendo, os nossos conceitos, recordareis os animais daninhos e, no íntimo, haveis de ponderar sobre a necessidade do seu extermínio. É possível, porém, que não vos lembreis dos homens daninhos e ferozes. O caluniador não envenena mais que o toque de uma serpente? Com frieza a maquinaria da guerra incompreensível não é mais impiedosa que o leão selvagem?

Ponderemos essas verdades e reconheceremos que o homem espiritual do futuro, com a luz do Evangelho na inteligência e no coração, terá modificado o seu ambiente de lutas, auxiliando igualmente os esforços evolutivos de seus companheiros do plano inferior, na vida terrestre.

63 – *Considerando a determinação positiva do “não julgueis”, como poderemos discernir o bem do mal, sem julgamento?*

-Entre julgar e discernir, há sempre grande distância. O ato de julgar para a especificação de consequência definitiva pertence à autoridade divina, porém, o direito da análise está instituído para todos os Espíritos, de modo que, discernindo o bem e o mal, o erro e a verdade, possam as criaturas traçar as diretrizes do seu melhor caminho para Deus.

64 –*Em face da lei dos homens, quando em presença do processo criminal, deve dar-se o voto condenativo, em concordância com o processo-crime, ou absolver o réu em obediência ao “não julgueis”?*

-Na esfera de nossas experiências, consideramos que, à frente dos processos humanos, ainda quando as suas peças sejam condenatórias, deve-se recordar a figura do Cristo junto da pecadora apedrejada, pois que Jesus estava também perante um júri.

“Quem estiver sem pecado atire a primeira pedra” – é a sentença que deveria lembrar, sempre, a nossa situação comum de Espíritos decaídos, para não condenar esse ou aquele dos nossos semelhantes. *“Vai e não peques mais”* – deve ser a nossa norma de conduta dentro do próprio coração, afastando-se a erva do mal que nele viceje.

Nos processos públicos, a autoridade judiciária, como peça integrante da máquina do Estado no desempenho de suas funções especializadas, deve saber onde se encontra o recurso conveniente para o corretivo ou para a reeducação do organismo social, mobilizando, nesse mister, os valores de sua experiência e de suas responsabilidades.

Individualmente, porém, busquemos aprender que se podemos “julgar” alguma coisa, julguemo-nos, sempre, em primeiro lugar, como o irmão mais próximo daquele a quem se atribui um crime ou uma falta, a fim de estarmos acordes com Aquele que é a luz dos nossos corações.

Nas horas comuns da existência, procuremos a luz evangélica para analisar o erro e a verdade, discernir o bem e o mal; todavia, no instante dos julgamentos definitivos, entreguemos os processos a Deus, que, antes, de nós, saberá sempre o melhor caminho da regeneração dos seus filhos trabalhadores.

65 –*O homem que guarda responsabilidade nos cargos públicos da Terra responde, no plano espiritual, pelas ordens que cumpre e faz cumprir?*

-A responsabilidade de um cargo público, pelas suas características morais, é sempre mais importante que a concedida por Deus sobre um patrimônio material. Daí a verdade que, na vida espiritual, o depositário do bem público responderá sempre pelas ordens expedidas pela sua autoridade, nas tarefas da Terra.

66 –*O preceito evangélico – “assim, pois, aquele que dentre vós não renunciar a tudo o que tem, não pode ser meu discípulo” – deve ser interpretado no sentido absoluto?*

-Ainda esse ensino do Mestre deve ser considerado no seu divino simbolismo.

A fortuna e a autoridade humanas são também caminhos de experiências e provas, e o homem que as atirasse fora de si, arbitrariamente, procederia com a noção da irresponsabilidade, desprezando o ensejo do progresso que a Providência Divina lhe colocou nas mãos.

Todos os homens são usufrutuários dos bens divinos e os convocados ao trabalho de administração desses bens devem encarar a sua responsabilidade como problema dos mais sérios da vida.

Renunciando ao egoísmo, ao orgulho, à fraqueza, às expressões de vaidade, o homem cumprirá a ordenação evangélica, e, sentindo, a grandeza de Deus, único dispensador no patrimônio real da vida, será discípulo do Senhor em quaisquer circunstâncias, por usar as suas possibilidades materiais e espirituais, sem os característicos envenenados do mundo, como intérprete sincero dos desígnios divinos para felicidade de todos.

67 – *Como interpretar o movimento feminista na atualidade da civilização?*

-O homem e a mulher, no instituto conjugal, são como o cérebro e o coração do organismo doméstico.

Ambos são portadores de uma responsabilidade igual no sagrado colégio da família; e, se a alma feminina sempre apresentou um coeficiente mais avançado de espiritualidade na vida, é que, desde cedo, o espírito masculino intoxicou as fontes da sua liberdade, através de todos os abusos, prejudicando a sua posição moral no decurso das existências numerosas, em múltiplas experiências seculares.

A ideologia feminista dos tempos modernos, porém, com as diversas bandeiras políticas e sociais, pode ser um veneno para a mulher desavisada dos seus grandes deveres espirituais na face da Terra. Se existe um feminismo legítimo, esse deve ser o da reeducação da mulher para o lar, nunca para uma ação contraproducente fora dele. É que os problemas femininos não poderão ser solucionados pelos códigos do homem, mas somente à luz generosa e divina do Evangelho.

68 – *Como conceituar o estado de espírito do homem moderno, que tanto se preocupa com o “estar bem na vida”, “ganhar bem” e “trabalhar para enriquecer”?*

-Esse propósito do homem viciado, dos tempos atuais, constitui forte expressão de ignorância dos valores espirituais na Terra, onde se verifica a inversão de quase todas as conquistas morais.

Foi esse excesso de inquietação, no mais desenfreado egoísmo, que provocou a crise moral do mundo, em cujos espetáculos sinistros podemos reconhecer que o homem físico, da radiotelefonía e do transatlântico, necessita de mais verdade que dinheiro, de mais luz que de pão.

*

**Livro: Obras Póstumas
Allan Kardec
Liberdade, Igualdade,
Fraternidade**

Liberdade, igualdade, fraternidade. Estas três palavras constituem, por si sós, o programa de toda uma ordem social que realizaria o mais absoluto progresso da Humanidade, se os princípios que elas exprimem pudessem receber integral aplicação. Vejamos quais os obstáculos que, no estado atual da sociedade, se lhes opõem e, ao lado do mal, procuremos o remédio.

A fraternidade, na rigorosa acepção do termo, resume todos os deveres dos homens, uns para com os outros. Significa: devotamento, abnegação, tolerância, benevolência, indulgência. É, por excelência, a caridade evangélica.

ca e a aplicação da máxima: “Proceder para com os outros, como quereríamos que os outros procedessem para conosco.” O oposto do **egoísmo**. A fraternidade diz: “Um por todos e todos por um.” O egoísmo diz: “Cada um por si.” Sendo estas duas qualidades a negação uma da outra, tão impossível é que um egoísta proceda fraternalmente para com os seus semelhantes, quanto a um avaro ser generoso, quanto a um indivíduo de pequena estatura atingir a de um outro alto. Ora, sendo o egoísmo a chaga dominante da sociedade, enquanto ele reinar soberanamente, impossível será o reinado da fraternidade verdadeira. Cada um a quererá em seu proveito; não quererá, porém, praticá-la em proveito dos outros, ou, se o fizer, será depois de se certificar de que não perderá coisa alguma.

Considerada do ponto de vista da sua importância para a realização da felicidade social, a fraternidade está na primeira linha: é a base. Sem ela, não poderiam existir a igualdade, nem a liberdade séria. A igualdade decorre da fraternidade e a liberdade é consequência das duas outras.

Com efeito, suponhamos uma sociedade de homens bastante desinteressados, bastante bons e benévolos para viverem fraternalmente, sem haver entre eles nem privilégios, nem direitos excepcionais, pois de outro modo não haveria fraternidade.

Tratar a alguém de irmão é tratá-lo de igual para igual; é querer para ele, o que para si próprio quereria. Num povo de irmãos, a igualdade será a consequência de seus sentimentos, da maneira de procederem, e se estabelecerá pela força mesma das coisas.

Qual, porém, o inimigo da igualdade? O orgulho, que faz queira o homem ter em toda parte a primazia e o domínio, que vive de privilégios e exceções, poderá suportar a igualdade social, mas não a fundará nunca e na primeira ocasião a desmantelará. Ora, sendo também o orgulho uma das chagas da sociedade, enquanto não for banido, oporá obstáculo à verdadeira igualdade.

A liberdade, dissemo-lo, é filha da fraternidade e da igualdade. Falamos da liberdade legal e não da liberdade natural, que, de direito, é imprescritível para toda criatura humana, desde o selvagem até o civilizado.

Os homens que vivam como irmãos, com direitos iguais, animados do sentimento de benevolência recíproca, praticarão entre si a justiça, não procurarão causar danos uns aos outros e nada, por conseguinte, terão que temer uns dos outros. A liberdade nenhum perigo oferecerá, porque ninguém pensará em abusar dela em prejuízo de seus semelhantes. Mas, como poderiam o egoísmo, que tudo quer para si, e o orgulho, que incessantemente quer dominar, dar a mão à liberdade que os destronaria? O egoísmo e o orgulho são, pois, os inimigos da liberdade, como o são da igualdade e da fraternidade.

A liberdade pressupõe confiança mútua. Ora, não pode haver confiança entre pessoas dominadas pelo sentimento exclusivista da personalidade. Não podendo cada uma satisfazer-se a si própria senão à custa de outrem, todas estarão constantemente em guarda umas contra as outras. Sempre receosas de perderem o a que chamam seus direitos, a dominação constitui a con-

dição mesma da existência de todas, pelo que armarão continuamente barreiras à liberdade e a sufocação tão logo encontrem propício ensejo

Aqueles três princípios são, pois, conforme acima dissemos, solidários entre si e se prestam mútuo apoio; sem a reunião deles o edifício social não estaria completo. O da fraternidade não pode ser praticado em toda a pureza, com exclusão dos dois outros, porquanto, sem a igualdade e a liberdade, não há verdadeira fraternidade. A liberdade sem a fraternidade é rédea solta a todas as más paixões, que desde então ficam sem freio; com a fraternidade, o homem nenhum mau uso faz da sua liberdade: é a ordem; sem a fraternidade, usa da liberdade para dar curso a todas as suas torpezas: é a anarquia, a licença. Por isso é que as nações mais livres se vêem obrigadas a criar restrições à liberdade. A igualdade, sem a fraternidade, conduz aos mesmos resultados, visto que a igualdade reclama a liberdade; sob o pretexto de igualdade, o pequeno rebaixa o grande, para lhe tomar o lugar, e se torna tirano por sua vez; tudo se reduz a um deslocamento de despotismo.

Seguir-se-á daí que, enquanto os homens não se acharem imbuídos do sentimento de fraternidade, será necessário tê-los em servidão? Que não têm capacidade para as instituições fundadas sobre os princípios de igualdade e de liberdade? Semelhante opinião fora mais que errônea; seria absurda. Ninguém espera que uma criança se ache com o seu crescimento completo para lhe ensinar a andar.

Quem é, as mais das vezes, o guia ou o tutor dos povos? Serão homens de idéias elevadas e generosas, guiados pelo amor do progresso que se aproveitem da submissão dos seus inferiores para lhes desenvolver o senso moral e elevá-los pouco a pouco à condição de homens livres? Não; são, em sua maioria, homens ciosos do seu poder, a cuja ambição e cupidez outros homens servem de instrumentos mais inteligentes do que animais e que, então, em vez de emancipá-los, os conservam, por todo o tempo que for possível, subjugados e na ignorância. Mas, esta ordem de coisas muda por si mesma, pelo poder irresistível do progresso.

A reação é não raro violenta e tanto mais terrível, enquanto o sentimento da fraternidade, imprudentemente sufocado, não logra interpor o seu poder moderador; a luta se empenha entre os que querem tomar e os que querem reter; daí um conflito que se prolonga às vezes por séculos. Afinal, um equilíbrio fictício se estabelece; há qualquer coisa de melhor. Sente-se, porém, que as bases sociais não estão sólidas; a cada passo o solo treme, por isso que ainda não reinam a liberdade e a igualdade, sob a égide da fraternidade, porque o orgulho e o egoísmo continuam empenhados em fazer se malogrem os esforços dos homens de bem.

Todos vós que sonhais com essa idade de ouro para a Humanidade trabalhai, antes de tudo, na construção da base do edifício, sem pensardes em lhe colocar a cúpula; ponde-lhe nas primeiras fiadas a fraternidade na sua mais pura acepção. Mas, para isso, não basta decretá-la e inscrevê-la numa bandeira; faz-se mister que ela esteja no coração dos homens e não se muda o coração dos homens por meio de ordenações. Do mesmo modo que para fazer que um campo frutifique, é necessário se lhe arranquem os pedrouços e os tocos, aqui também é preciso trabalhar sem descanso por extirpar o vírus do orgulho e do egoísmo, pois que aí se encontra a causa de todo o mal, o

obstáculo real ao reinado do bem. (A lógica e a perfeição formal e conceptual deste trabalho de Kardec exigem estudo atencioso para a sua completa compreensão. Como vemos no trecho acima, confirmando tópicos da Codificação e deste mesmo volume, os espíritos são os trabalhadores do alicerce da nova ordem social. Possuindo o esclarecimento doutrinário, não podem iludir-se com teorias e movimentos políticos e sociais de superfície, com ideologias que ignoram a essência da estrutura social, ou seja a condição evolutiva do homem, do espírito humano em seu estágio atual. Impossível criar um mundo de cultura com uma população obtusa e analfabeta, sem antes educá-la. Assim também é impossível estabelecer na Terra o reino da justiça com uma humanidade egoísta, orgulhosa e escravizada aos preconceitos da ignorância, sem antes esclarecê-la. *Nota de J. Herculano Pires.*)

Eliminai das leis, das instituições, das religiões, da educação até os últimos vestígios dos tempos de barbárie e de privilégios, bem como todas as causas que alimentam e desenvolvem esses eternos obstáculos ao verdadeiro progresso, os quais, por assim dizer, bebemos com o leite e aspiramos por todos os poros na atmosfera social.

Somente então os homens compreenderão os deveres e os benefícios da fraternidade e também se firmarão por si mesmos, sem abalos, nem perigos, os princípios complementares, os da igualdade e da liberdade. Será possível a destruição do orgulho e do egoísmo? Responderemos alto e terminantemente: SIM. Do contrário, forçoso seria determinar um ponto de parada ao progresso da Humanidade. Que o homem cresce em inteligência, é fato incontestável; terá ele chegado ao ponto culminante, além do qual não possa ir? Quem ousaria sustentar tão absurda tese? Progride ele em moralidade? Para responder a esta questão, basta se comparem as épocas de um mesmo país. Por que razão alcançará o limite de progresso moral antes que o do intelectual? Sua aspiração por uma melhor ordem de coisas é indício da possibilidade de alcançá-la. Aos que são progressistas cabe acelerar esse movimento por meio do estudo e da utilização dos meios mais eficientes.

*

CAPÍTULO XI

O HOMEM E A EDUCAÇÃO

PRIMEIRA PARTE

FILOSOFIA GERAL

Por que criamos escolas e as mantemos? É objetivo fundamental da educação preparar cidadãos que obedecem a um Estado totalitário ou formar homens livres numa democracia? Devem as escolas ser dominadas pela Igreja ou pelo Estado? Que deve ser ensinado em nossas escolas?

Ao pesquisarmos todo o curso do desenvolvimento do homem, desde os primeiros tempos até ao presente, e desde os modos de vida mais primitivos e simples até aos mais complexos, ficamos fortemente impressionados com o fato de sempre ter havido certo interesse pela educação, onde quer que os homens tenham vivido agrupados. À medida que o agrupamento se tornava mais complexo, aumentava esse interesse e criavam-se instituições encarregadas do ensino. Surgiram, assim, as escolas e desenvolveu-se o sistema educacional.

Tanto quanto sabemos, pelos poucos registros deixados, o sistema educacional dos primeiros homens foi muito simples. Grande parte da educação da criança provinha de suas relações com os pais e outros membros da família, da tribo, do clã ou de grupo maior. Aprendia a pescar e caçar, preparar alimentos, lutar contra os inimigos e cuidar das necessidades mais simples e elementares. Em resumo: aprendia a sobreviver no mundo em que se encontrava.

Com o tempo, porém, ao desenvolverem-se as tradições e costumes, deixaram de ser suficientes essas simples relações. A criança não podia aprender, por esse método, tudo que era necessário, disso resultando que os homens mais velhos, em certas fases da vida, tomaram a si a tarefa de instruir os jovens sobre as tradições, os costumes e os conhecimentos do grupo. Uma das fases mais importantes era a da puberdade, quando, para o grupo, a criança começava a tornar-se adulto. Realizavam-se ritos especiais. Se o jovem resistisse às provas que lhe impunham, contavam-lhe as coisas mais secretas do grupo, e ele, então, era aceito como membro, com todos os direitos. A educação, assim, tornou-se definitivamente uma preocupação do grupo.

Crescendo a complexidade da vida do grupo, certos membros cuidaram de familiarizar-se com as tradições e os costumes e dedicaram a maior parte do tempo ao ensino dos jovens. A princípio, o ensino era ministrado onde quer que o mestre e os alunos quisessem reunir-se. Tempos depois estabeleceram-se lugares próprios para o ensino e o estudo, as primeiras escolas.

Muitas vezes, tais lugares eram também aqueles onde os membros do grupo se reuniam para fins religiosos, devido ao fato de a religião estar intimamente ligada às tradições, aos costumes, aos conhecimentos e modos de vida dos povos primitivos. Acreditava-se serem seus deuses que estabeleciam os costumes e as tradições. O culto e a observância de costumes e tradições achavam-se, portanto, tão estreitamente unidos que a educação era, em grande parte, de ordem religiosa e tudo o que se aprendia devia ter a sanção da religião. Conseqüentemente, era natural que os mestres fossem homens com poderes religiosos, e os locais de ensino também os destinados ao culto.

A história dos antigos hebreus revela claramente esse fato. Suas escolas funcionavam na sinagoga ou lugar para o culto religioso, sendo professores os rabinos. Embora a educação, mais tarde, cuidasse de outros pontos além das simples questões religiosas, os guias da vida religiosa do povo continuaram a manter posição dominante no ensino dos jovens, e grande parte das matérias ensinadas era, direta ou indiretamente, de natureza religiosa.

Com o tempo, pensadores ou filósofos começaram a dedicar considerável atenção à educação. Procuravam saber o que se devia ensinar aos jovens e como fazê-lo. Meditaram sobre a relação da educação com a vida do grupo, sua importância e necessidade. Suscitaram-se questões sobre seus objetivos e métodos de ensino, e sobre o que devia ser ensinado. Tornou-se, assim, questão importante para os filósofos.

Era lógico e necessário tal desenvolvimento. Se um filósofo julgava verdadeiro certo ponto, logo indagava como ensiná-lo aos outros, a fim de acreditarem ser verdadeiro. Todo filósofo, quando desenvolvia sua filosofia, via-se frente ao problema de como fazer com que os outros a aceitassem como verdadeira. A resposta era sempre esta: “através do ensino”.

A Educação Segundo as Teorias dos Primeiros Filósofos Gregos

Entre os gregos, os *sofistas* eram individualistas. Achavam que o homem deve ser preparado para cuidar de si e progredir a todo custo na comunidade. Advogavam assim um sistema de educação que promoveria a felicidade e asseguraria o triunfo do indivíduo. Como grande parte das atividades do homem, naquele tempo, girava em torno de discussões e problemas públicos, os sofistas basearam a educação no preparo para debates e oratória. Queriam que os jovens se preparassem de modo a poderem argumentar bem, e de modo convincente, perante seus companheiros, a fim de poderem triunfar em suas causas.

O ensino era feito cuidadosa e minuciosamente. Os jovens aprendiam a usar argumentos lógicos que não pudessem ser destruídos e a imprimir, à voz e à personalidade, persuasão capaz de conquistar os ouvintes. O ensino abrangia preparo em lógica, domínio das leis e costumes dos atenienses, conhecimento da literatura do passado, da qual se extraíam exemplos, grande prática para falar, cuidadoso treinamento da voz e completo domínio da língua do povo, de modo a ser empregada com facilidade e brilho.

Os sofistas, professores errantes que ensinavam mediante certos honorários, afirmavam que o indivíduo, assim preparado, podia elevar-se a altas posições na vida de Atenas e dirigir o povo. Mas, ligado a isso, havia também entre muitos deles a crença de que o melhor orador seria o melhor

homem. Julga-se ter sido *Protágoras* quem disse: “Se te associares comigo, nesse mesmo dia voltarás a ser um homem melhor do que quando vieste.” Segundo o modo de ver de muitos sofistas, parte do trabalho de preparar um jovem para uma carreira brilhante consistia em torná-lo homem melhor, em todos os sentidos.

A Educação Segundo Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates, embora discordasse dos sofistas em muitos pontos, participava da crença geral de que a educação torna o homem melhor cidadão e, com isso, mais feliz. Mas, ao passo que os sofistas se preocupavam mais com o homem como indivíduo, Sócrates o considerava como membro do grupo. Doutrinava que a coisa mais valiosa que o homem pode possuir é o saber, que se obtém eliminando as diferenças entre os indivíduos e descobrindo os elementos essenciais com os quais todos eles estejam de acordo.

Esse pensamento levou Sócrates a perambular pelas ruas de Atenas desafiando as declarações e crenças daqueles a quem se dirigia. Gostava de mostrar que muitas delas eram falsas por serem artificiais. Continuava depois o debate analisando profundamente o problema até descobrir a verdade essencial nele contida. Seu método tornou-se conhecido como *dialético* ou *socrático*. Consistia em tomar a declaração feita por outrem, analisá-la e revelar sua inconsistência. Depois que o outro reconhecia a fraqueza da própria opinião, Sócrates endereçava-lhe uma série de perguntas nas quais expunha o que julgava ser verdade.

Sócrates foi um grande mestre, dedicado à prática do ensino. Seu discípulo, *Platão*, desenvolveu uma das primeiras teorias sobre a educação. Na *República*, uma de suas grandes obras, encontramos o sistema educacional que, na sua opinião, asseguraria a existência de um Estado justo e feliz.

Como Platão acreditava serem os homens diferentes por natureza, devendo ser colocados em classes que correspondam às diferenças básicas, desenvolveu um plano educacional que atenderia a essa necessidade. Segundo esse plano, os homens seriam selecionados e preparados para trabalhar em uma das três classes por ele enunciadas. Durante os primeiros dezoito anos da vida, o jovem dedicar-se-ia à Ginástica, à Música e à Literatura, aprenderia a ler, escrever, representar e cantar e tomaria parte em muitos esportes. Aos 18, os rapazes que se mostrassem capazes continuariam a receber instrução, ao passo que os demais cessariam os estudos e tornar-se-iam negociantes, mercadores, etc.

Os rapazes que continuassem naquele sistema educacional receberiam dois anos de instrução como cadetes. Aos vinte, os julgados incapazes para continuar passariam para a classe militar e ficariam encarregados da defesa da pátria. Os restantes fariam um curso mais extenso de Filosofia, Matemática, Música, Ciências e outras matérias culturais e, eventualmente, tornar-se-iam líderes na sociedade.

Nesse sistema, Platão procurava empregar a educação para a escolha de homens para os vários deveres de um grupo social. Em cada caso, porém, procurava selecioná-los em termos de sua capacidade, segundo era descoberta pelo próprio sistema educacional. É evidente que Platão considerava a educação uma questão de interesse estatal. Devia ser sustentada e controlada

pelo Estado, sendo sua função selecionar e preparar homens para nele servir. Platão acreditava que, se o Estado adotasse tal sistema educacional, teria uma sociedade ideal, na qual todos se dedicariam ao trabalho para o qual fossem aptos e estivessem preparados, e a sociedade, assim, seria feliz.

Aristóteles afirmava que o objetivo da educação é fazer as pessoas virtuosas. Devia, portanto, haver três períodos de treinamento, adaptados aos três períodos do desenvolvimento do homem. O primeiro, que vai do nascimento aos sete anos de idade, seria inteiramente dedicado aos exercícios do corpo, como preparativos para o ensino escolar formal. O segundo seria o do ensino formal, indo dos sete aos vinte e um anos. Consistiria no ensino da Literatura, Música, Ginástica, etc.

Na teoria de *Aristóteles*, como na de Platão, a educação era questão afeta ao Estado, cabendo a este controlá-la. Segundo *Aristóteles*, cumpre ao Estado determinar quais as crianças que, devido a um defeito físico, devem viver e quais as que devem ser destruídas logo após o nascimento. O Estado determina, também, com quem o homem deve casar-se, a fim de ser assegurada uma prole desejável. O Estado, afirmava ele, deve empregar a educação para criar cidadãos que possam defendê-lo e torná-lo melhor.

As teorias de Platão e *Aristóteles*, ressaltando o emprego da educação pelo Estado como meio de preparar bons cidadãos, não exerceram, em sua época, grande influência na vida de Atenas. Ao contrário, dominava a dos sofistas, na qual a educação se destinava a atender aos interesses individuais. O individualismo daquele tempo não seria logo eliminado por uns poucos filósofos. O povo ouvia-os, mas seguia seus próprios interesses e exigia um tipo de educação que os tornasse mais felizes e lhes proporcionasse maiores êxitos. Viviam empolgados por visões de vitórias pessoais e pela felicidade de certas criaturas; de modo algum sentiam disposição para ouvir os filósofos que davam a entender que o êxito e a felicidade dependiam do bem-estar do grupo.

Concepção dos Romanos Sobre a Educação

Em Roma, a educação seguia o padrão desenvolvido pelos sofistas. O homem ideal do romano era o orador, que sabia arrebatar multidões com a eloquência. O êxito na vida pública era, em grande parte, determinado pelo poder que o indivíduo tivesse de falar em público e exercer influência sobre a opinião das massas. *Quintiliano*, autoridade romana em educação, ressaltou que o orador devia ser mais do que um homem eloquente. Precisava ser, também, um *homem bom*, um homem de *espírito excelente*. Afirmava: “O homem que pode manter devidamente seu caráter de cidadão, que está apto para dirigir os negócios públicos e privados e pode, com seus conselhos, governar comunidades, regularizando-as por meio de leis e melhorando-as por meio de decretos justos, certamente nada mais pode ser que um orador.”

A essência, pois, da educação romana era formar oradores. Compreendia conhecimentos de lógica e boa moral, cuidadoso estudo das leis do país e formação de um caráter acima de qualquer suspeita. *Cícero* desenvolveu esse esquema minuciosamente e, ele mesmo, tornou-se o modelo dos oradores romanos.

Concepção dos Primeiros Cristãos Sobre a Educação

Com o desenvolvimento do Cristianismo, os homens passaram mais uma vez a preocupar-se, no tocante à educação, com as questões religiosas. Os indivíduos que desejassem tornar-se membros da comunidade cristã deveriam instruir-se nas crenças e ritos da fé cristã. Estabeleceram-se, assim, escolas de *catecúmenos* ou candidatos à admissão ao grupo. Depois, ao entrar o mundo cristão em contato com outras religiões e as filosofias do mundo, tornou-se necessário preparar chefes que pudessem explicar as crenças cristãs aos líderes e povos daqueles tempos. Isso deu causa ao estabelecimento de escolas *catequéticas*, nas quais o ensino se fazia pelo método de perguntas e respostas, o método do catecismo. Surgiram, dessas escolas, os *apologistas*, homens que podiam enfrentar as perguntas dos que se interessavam pelo Cristianismo e, além disso, sabiam responder às muitas críticas a esse movimento religioso. Muitos apologistas, depois de receberem instrução nas escolas catequéticas, tornaram-se professores nelas e ministraram instrução a grande número de indivíduos, os quais se espalharam por toda parte do mundo então conhecido, e pregaram e ensinaram as crenças e doutrinas cristãs. Entre os mais importantes deles figuravam *Clemente de Alexandria* e o grande teólogo *Orígenes*.

Esses homens, e muitos outros, consideravam a educação o único meio capaz de proteger o movimento cristão e disseminá-lo pelo mundo. Para eles, a educação não era um instrumento do Estado, como sustentavam Platão e Aristóteles, porém, um instrumento da Igreja, para ser usado a serviço de Deus. Foi grande a influência dos primeiros pensadores cristãos; começaram a surgir, por toda parte, escolas sob o domínio e direção da Igreja. Por volta de 529, esse movimento tornou-se tão poderoso que o Imperador Justiniano ordenou o fechamento de todas as escolas pagãs; permitiu que somente funcionassem as cristãs. Com isso, a educação cristã, um sistema sob o controle da Igreja, ficou sem rival no vasto Império Romano.

São Bento e o Sistema de Vida Monástica

Como a vida, no Império Romano, ia se tornando cada vez mais corrupta, muitas pessoas devotas fugiram da sociedade e estabeleceram-se em grupos reclusos, que viviam em mosteiros. A esse modo de vida nos referimos como *monaquismo*. Conquanto o principal objetivo dos vários mosteiros fosse a vida voltada para a religião, não se descurou da educação. *São Bento*, dirigente do célebre mosteiro de Monte Cassino, na Itália Meridional, estabeleceu *regras* para o governo dos membros do seu mosteiro. Elas compreendiam o trabalho e os estudos e acentuavam a crença de que a educação é necessária para a vida do Cristianismo. À medida que se espalhava a influência de São Bento e suas *regras* eram, em princípio, adotadas por outros mosteiros, as escolas iam fazendo parte da vida monástica. A princípio, dedicavam-se ao preparo de jovens que tencionavam ingressar nos mosteiros. Mais tarde, os moços que desejavam receber instrução, embora não pretendessem dedicar-se à vida religiosa, começaram a procurá-los. Desenvolveram-se, assim, dois tipos de escolas ligadas aos mosteiros: uma para os *internos*, aqueles que se devotavam à religião, e outra, para os *externos*, aqueles que somente iam receber instrução.

A princípio, a educação consistia apenas na leitura, para que se pudesse estudar a Bíblia, na escrita, a fim de se poderem copiar os livros sagrados, rudimentos de cálculos, para serem determinados os dias santos e outras festas da Igreja. Em fins do século VI, a educação tinha se expandido e abrangia as *sete artes liberais*: Gramática, Retórica, Dialética, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia, ensinadas quase inteiramente pelo método de perguntas e respostas.

Assim, durante todo o período da Idade Média, na história européia, naqueles séculos em que se turvara a luz da lâmpada da civilização, preservou-se certa cultura nos mosteiros, cultura que se achava inteiramente sob o controle da Igreja e a serviço dela. Seu objetivo fundamental era salvar a alma humana, no mundo de tentações e pecados. Esse tornou-se o objetivo geral da educação, durante aqueles dias de trevas.

Educação na Idade Média e nos Primeiros Tempos da Renascença

Uma luz, nos séculos de trevas, foi a obra de Carlos Magno, imperador do Santo Império Romano durante a primeira parte do século IX. Ele chamou o anglo-saxônico *Alcuíno*, da escola monástica de Iorque, Inglaterra, para auxiliá-lo a fundar uma escola em seu palácio e reformar o ensino no império. Alcuíno fundou a escola monástica de Tours e escreveu livros didáticos sobre Gramática, Retórica e Dialética, bem como um trabalho sobre Psicologia.

Alcuíno exerceu grande influência no império e deixou a força de seu caráter impressa em muitos eruditos, entre eles *João Escoto Erígena*. Este e outros de seu grupo seguiram a teoria, então geralmente aceita, de que a educação era, fundamentalmente, da esfera da religião e da salvação da alma humana. Seu objetivo era vocacional, tão-somente no que pudesse servir ao preparo de jovens para a Igreja. A educação do povo devia basear-se inteiramente nas matérias religiosas, e tudo se encaminhava, de um modo ou outro, para a religião. Essa teoria naturalmente auxiliava a Igreja a manter-se como instituição dominante.

No Escolasticismo, o ensino não se afastou desse ponto de vista geral. Se bem que os estudos dos escolásticos tivessem grande amplitude, seu objetivo era provar serem razoáveis as doutrinas da Igreja. *Pedro Abelardo*, um dos maiores escolásticos, dedicou grande parte de seu tempo ao ensino, exercendo grande influência na fundação da Universidade de Paris. Nela, a Teologia foi a matéria dominante, sendo a essência do ensino apresentar as doutrinas da Igreja. Abelardo jamais perdeu a convicção de que podia ser provado serem lógicas e científicas as doutrinas da Igreja.

Depois de vários séculos, começaram os pensadores a contestar o domínio completo da Igreja. Era inevitável, ao começarem os homens a tentar provar as doutrinas dela por meios racionais, que alguns contestassem as provas oferecidas.

Além disso, começaram a surgir as classes dos negociantes e hábeis mercadores, cujos interesses estavam, em grande parte, fora da Igreja. Desejavam uma educação que habilitasse os filhos a segui-los no comércio ou a serem bem sucedidos nos empreendimentos comerciais. Quando esses hábeis trabalhadores começaram a fundar suas *associações*, instituíram escolas para

o preparo dos jovens a fim de servirem em determinadas profissões. Surgiram, assim, as escolas das associações e, depois, as dos burgos e cidades. Conquanto as matérias religiosas fossem nelas consideradas, seu principal objetivo era mais vocacional que religioso.

Assim, ao apagar das luzes bruxuleantes da Idade Média, foi a Igreja perdendo o inteiro domínio em matéria de ensino. Com as escolas das associações e dos burgos surgiram as palatinas, fundadas e sustentadas pelos governantes ricos das cidades italianas. Uma das mais famosas e influentes foi presidida pelo célebre erudito *Vittorino da Feltre*, em Mântua. Ele procurou desenvolver, harmoniosamente, o espírito, o corpo e a moral, seguindo os ensinamentos dos antigos gregos. Desejava preparar os rapazes para a vida prática. Dedicava-se ao ensino do Latim, da Matemática, da prática de esgrima, luta, dança, jogo da pelota e outros exercícios físicos e, também, ao ensino dos clássicos latinos e gregos, novamente descobertos por homens como Petrarca e seus contemporâneos.

Fundaram-se escolas similares às de Vittorino em Florença, Pádua, Milão, Ferrara e outras cidades italianas. Todas elas representavam um movimento no sentido de afastarem-se da Igreja e um claro desafio ao domínio da religião sobre a educação.

Martinho Lutero e a Reforma

Enquanto os líderes da Renascença italiana desafiavam o domínio da Igreja sobre a educação, os da Renascença setentrional, ou alemã, substituíam o domínio da Igreja Católica Romana, nos templos do povo, pela da Igreja Luterana. *Martinho Lutero*, a ponta de lança da Reforma Protestante, cópia setentrional da Renascença italiana, doutrinava que todo homem deve saber ler a Bíblia e interpretá-la de conformidade com a própria compreensão.

Lutero e seus adeptos, assim, por necessidade lógica, viram-se impedidos a apoiar a educação para todos. Advogaram o estudo de elementos de leitura, escrita e cálculo, sustentando que esses conhecimentos, além de possibilitarem a compreensão da Bíblia e da religião, eram também necessários à formação de bons cidadãos. Escreveu Lutero que, embora não existisse céu e inferno, a educação é necessária ao cidadão.

Esse esforço para remover o domínio da Igreja sobre a educação, bem como o controle, cada vez maior, que as forças seculares sobre ela passaram a exercer, provocaram a fundação de escolas e a criação de sistemas educacionais pelo governo das cidades e pelos grupos particulares interessados. É exemplo disso a escola de *Johann Sturm*, em Estrasburgo, então na Alemanha. O alvo dessa instituição era a “piedade, o conhecimento e a eloquência.” Conquanto a religião fosse fator proeminente no ensino ali ministrado, outras matérias eram também ensinadas, e o controle da escola não estava nas mãos da Igreja.

À medida que se fortalecia a tendência pela educação secular, começaram a aparecer homens que tentavam colocá-la em forma filosófica, elaborando uma filosofia da educação que se adaptasse à nova época e às novas necessidades. *John Milton*, o grande poeta inglês, também mestre-escola, aconselhava os estudantes a estudarem os antigos autores gregos e romanos, não por causa da forma, mas por conterem seus trabalhos tudo que o homem

necessitava para viver feliz. Dizia que a melhor educação possível poderia ser obtida pelo estudo daquelas obras clássicas.

Teorias de Bacon e Hobbes

A devoção ao passado não pôde, porém, manter-se, face ao crescente interesse pela sociedade na qual os homens viviam. A Ciência fazia-se conhecida e respeitada. Em toda parte, o homem percebia o valor da compreensão científica. Começou-se a ressaltar a necessidade de conhecer a Ciência. Assim, qualquer filosofia sobre a educação, provada aceitável para a época, devia basear-se no conhecimento científico de então.

Francis Bacon acentuou a necessidade de idéias claras e exatas, mostrando que o domínio do mundo em que o homem vive, depende de uma exata compreensão dos fatos desse mesmo mundo. Bacon aconselhava, em primeiro lugar, a libertação do espírito de todo e qualquer preconceito. Devia-se, depois, fazer observações minuciosas e colher todos os dados possíveis para, deles, serem tiradas conclusões ou hipóteses, que deviam ser provadas por outros dados que, mais tarde, se pudessem colher. À medida que a sociedade acumulasse conhecimentos, transmiti-los-ia aos jovens através das escolas, a fim de que estes, em suas idéias, partissem do ponto atingido por seus pais ou pelos membros mais antigos da sociedade. Para Bacon, portanto, a educação representava a transmissão aos jovens, dos conhecimentos do passado, acumulados pela sociedade.

O interesse de *Thomas Hobbes* pelo governo levou a argumentar que o governante deve ter o direito de determinar a espécie de educação adaptável aos súditos, devendo estes aceitar o sistema educacional estabelecido. A educação, segundo Hobbes, é a escolhida pelo poder absoluto do soberano. Serve para fortalecer o Estado, devendo, portanto, ser cuidadosamente vigiada e sempre controlada. Nesse ponto, vemos a educação como instrumento do Estado, instituída e controlada para servir ao governante e à forma de governo. Cada criança seria preparada para melhor servir ao Estado.

Filosofia de Comênio Sobre a Educação

Figurou entre os grandes educadores daquele período *João Amos Comênio*, bispo e professor na Morávia. Acreditava que todos podiam aprender tudo. Imaginou, assim, um longo período de preparação enciclopédica, durante a qual seriam divulgados ao estudante todos os conhecimentos científicos. A princípio, ensinar-se-ia tudo de “maneira geral e indefinida”, e, à medida que a criança fosse crescendo, o ensino tornar-se-ia mais apurado e específico.

Essa preparação, argumentou Comênio, seguiria o *método da natureza*. Seu plano consistia em expor o aluno ao mundo em que vivia, deixá-lo observar e, com isso, fazê-lo compreender as coisas que o cercam. À proporção que a criança se ia desenvolvendo, suas observações passariam a ser mais minuciosas, abrangendo área cada vez mais extensa.

Locke e Rousseau

Embora a tendência científica da educação, conforme a desenvolveram Bacon, Hobbes e Comênio, interessasse a *John Locke*, seu interesse, entretanto, era mais no sentido da formação de cavalheiros ingleses, mocidade

de boa estirpe e culta. Condenava a educação de seu tempo, considerando-a pouco mais que a reprodução do antigo interesse pelos clássicos e pela religião. Não acreditava que semelhante interesse preparasse o homem para os seus múltiplos deveres para com a sociedade. Procurou, portanto, um tipo de educação mais prático e mais eficiente.

Locke afirmava que a alma humana, ao nascer, é uma tabuinha em branco, mas com o poder de receber impressões do mundo exterior e dotada do desejo de prazeres. Conseqüentemente, via na educação um processo para aquisição de conhecimentos, através de experiências com o mundo exterior, e de trabalho para realização da felicidade. Seu ideal era: *Mens sana in corpore sano*.

Para realizar esse ideal, Locke recomendava a prática de exercícios, de um processo de robustecimento, pelo qual o corpo tornar-se-ia forte e capaz de resistir, sem desfalecimentos, a provações e longos esforços físicos. Mais ainda: a criança devia ser posta, tanto quanto possível, em contato com o mundo que a cerca, a fim de receber considerável número de impressões. Defendia, como método de formação, viagens, ensino por professores particulares e larga experiência no mundo social.

O objetivo da educação, argumentava, deve ser a formação de indivíduos que conheçam todos os métodos apropriados para as relações com seus semelhantes e os costumes do mundo, de modo a poderem sempre cuidar de si, ser piedosos e ter conhecimentos suficientes para atender às necessidades decorrentes do meio ambiente. Tratava-se, naturalmente, de educação prática, que adaptaria o jovem para viver, perfeitamente, na sociedade da época.

Contrastando com a predominância da sociedade na educação, *Jean Jacques Rousseau* afirmava que a sociedade perverte a criança, sendo má a sua influência. Conseqüentemente, ele protegeria sempre a criança contra essa má influência, até que estivesse completamente desenvolvida, quando, então, seria difícil destruir-lhe a natureza interior.

Em seu famoso livro *Emílio*, Rousseau traça a educação de um jovem de maneira natural e espontânea. Permite-se a Emílio, o herói da história, desenvolver-se na conformidade de sua própria natureza, sem interferências. A educação é o meio de proteção, o meio de defender a criança contra a influência da sociedade, a qual deformaria o desenvolvimento natural de seu verdadeiro *eu*.

Para os primeiros quatro anos da vida da criança, Rousseau acentuou a importância do preparo físico, do desenvolvimento do corpo. Dos cinco aos doze anos, a criança desenvolveria os sentidos. Viveria no mundo da natureza e observaria muitas coisas. O preparo intelectual, através de livros, etc., começaria aos treze anos. Mesmo aqui, Rousseau segue a curiosidade natural do menino, recomendando a instrução somente quando ele a peça naturalmente. Nesse período, o jovem aprenderia um ofício, a fim de tornar-se economicamente independente. Entre os quinze e os vinte anos receberia instrução moral. A esse tempo entraria em contato com os semelhantes, aprendendo os princípios básicos da simpatia e da bondade e a servir à Humanidade. Nesse ponto, entrava em cena a religião.

Embora Rousseau prescrevesse o preparo natural para os meninos, não acreditava que o mesmo deveria ser aplicado às meninas. Estas deveriam ser educadas para servir aos homens e fazê-los felizes. Tinham que se adaptar a normas restritas. Ao passo que o rapaz deve ser livre, para desenvolver-se segundo sua própria natureza interior, a moça deve ser moldada de forma a adaptar-se às normas estabelecidas pelo homem.

Rousseau exteriorizou a acentuada crença, de seu tempo, de que se devia libertar a vida das muitas restrições que a ela haviam sido impostas. Os homens estavam renegando o passado e todos os seus empecilhos. Tinham escapado ao domínio da Igreja, mas viam-se dominados pelas restrições impostas pela sociedade. O ponto de vista de Hobbes, de que o governante, como representante da sociedade, devia instituir um sistema educacional que tornasse os jovens cidadãos livres, não era aceitável para muitos. Achavam que o sistema deturparia a natureza original do homem. Rousseau declarou e escreveu, portanto, o que jazia no espírito de muitos de seus conterrâneos. Eles desejavam libertar-se, não só da Igreja como também das muitas exigências da sociedade. A liberdade era o lema deles.

Johann Bernhard Basedow sofreu a influência de Rousseau, cujas idéias procurou concretizar, numa instituição educacional que fundou. Sua escola ressaltava a importância da conversação e da representação. Os interesses da criança foram considerados de modo a transformar-se a escola, em grande extensão, num *centro infantil*. A instrução começava pelas questões em que elas estivessem interessadas, progredindo à medida que crescia o interesse. A idéia espalhou-se. Muitos outros educadores procuraram aplicar as idéias de Rousseau ao magistério.

Concepção de Pestalozzi Sobre a Educação

Um dos maiores educadores de maior prestígio, que sofreram a influência de Rousseau, foi *Johann Heinrich Pestalozzi*. Procurou compreender a natureza da criança e elaborar um método de ensino de acordo com o “desenvolvimento natural, progressivo e harmonioso de todas as forças e capacidade da criatura humana”. Conhecendo as leis naturais, procurou educar as crianças de conformidade com elas.

Dentre dois princípios fundamentais, o do controle social e o da natureza, alguns educadores, pois, apoiaram um, e outros, o outro. Qual seria o dominante? Deve a educação ser empregada para formar cidadãos segundo determinado padrão, aceito pela sociedade, ou para acompanhar a natureza interior da criança? Reaparece aí o velho problema do indivíduo e do grupo, visto de outro ângulo. Qual dos dois deve prevalecer? Foi esse o problema do século XVIII, em que se dava importância cada vez maior ao indivíduo e à sua liberdade, e as idéias de liberdade estavam sendo concretizadas nas revoluções francesa e americana.

Johann Gottlieb Fichte abordou a questão da educação do ponto de vista do Estado. Num dos momentos mais negros da vida do Estado prussiano, levantou-se para dirigir seus célebres *Discursos ao Povo Alemão*. Neles, argumentou em prol da união da coletividade e da solidariedade social, de maneira a poder criar-se uma nação nova e forte. Como base dessa união, defendeu um rígido sistema educacional que moldaria o povo, tornando-o um só todo. Segundo ele, a educação devia ser o meio de construir uma nação.

A educação devia, portanto, ter em vista a grandeza da nação. Em certo sentido, devia adotar-se um programa pelo qual o povo chegasse a conhecer e amar os fatores importantes da vida nacional. Fichte acreditava ser a educação necessária à união e ao progresso do país.

Teoria de Herbart Sobre a Educação

Outro grande educador daquele período foi *Johann Friedrich Herbart*. Seu interesse era fundamentalmente psicológico e abrilhantou seu pensamento em matéria de educação. Em seu conceito, a experiência é a única fonte de conhecimento. O espírito recebe impressões e ordena-as. Depois, as que se lhes seguem, e seu uso, ficam determinados pelas já recebidas e ordenadas.

É da maior importância, pois, o ambiente em que se colocam as crianças. Elas recebem impressões desse ambiente. Se é bom, as impressões serão boas, e as crianças, moralmente sãs. Herbart acentuava, ainda, a importância do professor no sistema educacional. É o professor quem, em grande parte, determina as impressões que a criança recebe. Se é sensato e inteligente, prepara o cenário de modo que a criança possa receber impressões corretas, adquirindo, com isso, bom caráter.

Concepção de Froebel Sobre a Educação

Um dos firmes adeptos das idéias de Rousseau sobre o naturalismo na educação foi, sem dúvida, *Friedrich Wilhelm August Froebel*. Acreditava ser boa a natureza da criança e que se lhe devia permitir um desenvolvimento natural. Para ele, a educação é o processo de permitir e tornar possível esse desenvolvimento. Deu à sua escola o nome de *Kindergarten*, jardim de infância. Em sua opinião, deve-se operar na escola da mesma maneira que se opera num jardim. O professor deve auxiliar a criança, em seu desenvolvimento, do mesmo modo que o jardineiro auxilia o das plantas.

Froebel, contudo, foi mais longe que Rousseau, pois tentou levar em conta o fato de a criança não ser somente um indivíduo, membro de uma coletividade. Não se protege a criança contra a sociedade; deve-se ajudá-la a adaptar-se à sociedade, a fim de que suas experiências sociais e individuais a auxiliem no desenvolvimento da personalidade.

Vemos, pois, em Froebel, uma tentativa de conciliar as duas doutrinas divergentes sobre a educação, que os filósofos anteriores defendiam. Froebel reconhecia o valor do desenvolvimento natural e não desejava que fosse deturpado ou sofresse interferências; mas compreendia, também, que a sociedade exerce grande papel, o de tornar civilizadas as pessoas. Não se deve, portanto, desprezá-la, tampouco educar a criança renegando completamente o valor da sociedade.

A participação social, o trabalho em grupo, por conseguinte, constitui um dos objetivos do *Kindergarten*, conforme o havia concebido Froebel. No começo do dia, as crianças reuniam-se em círculo, de mãos dadas. Supunha-se que o círculo simbolizava a união do grupo. Ele se rompia depois, e as crianças iam brincar ou executar suas tarefas, em grupos ou sozinhas. Ao término do dia, formava-se novamente o círculo para ressaltar o fato de que a criança também era membro do grupo, embora fosse um indivíduo e, como tal, devia desenvolver-se.

O problema do indivíduo e do grupo ainda constitui, atualmente, o grande problema das idéias sobre a educação. A sociedade tem erigido escolas, mantidas por meio de impostos. Reconhece, portanto, a necessidade da educação para sua preservação. Mais ainda, determina o que, nelas, deve ser ensinado e seleciona os professores, que devem satisfazer a certos padrões por ela instituídos.

Todos esses fatores indicam que a sociedade tem grande interesse pela educação. Existem pessoas que argumentam ser o seu objetivo fundamental preparar e moldar indivíduos para servir o Estado. Todo o sistema educacional totalitário, nas ditaduras do século XX, é dessa natureza. A educação é inteiramente controlada pelo Estado, nada se permitindo, a quem quer que seja, fazer ou ensinar, salvo coisas que contribuam para a formação de cidadãos que passem a servir devotadamente o Estado e a obedecer à vontade do governante.

Os educadores, nos países democráticos, vêem, entretanto, o perigo que representa a destruição da individualidade das crianças. Achem que, permitindo ao indivíduo desenvolver-se, segundo sua natureza, e desviar-se do grupo, ele poderá fazer contribuições que aumentam o progresso da coletividade.

Um dos líderes no campo da educação da democracia norte-americana é *John Dewey*. Ele concorda com aqueles que crêem deva ser a criança, individualmente, o alvo da educação. Reconhece, porém, que não se deve dar importância exclusivamente ao indivíduo ou exclusivamente ao grupo. O indivíduo torna-se verdadeiramente desenvolvido como membro da sociedade. Mais ainda: esta tem o direito de exigir dele que se prepare, a fim de servir aos mais altos interesses do grupo. Dewey sustenta, porém, que tais interesses são atendidos quando o indivíduo desenvolve o próprio talento e sua natureza individual. A educação interessa-se pelo indivíduo na sociedade e não isolado dela.

Esse ponto de vista levou à criação do que geralmente se conhece hoje em dia como *centro escolar infantil*. Em alguns casos, esse centro tem ido ao extremo da filosofia sobre a qual se baseia, acentuando a preponderância dos interesses da criança sobre todos os demais. Muitas escolas denominadas *progressistas* são deste tipo. Contudo, representantes mais judiciosos do movimento, sob a direção de Dewey, têm procurado encontrar adequada adaptação que concilie os dois relevantes extremos – o que diz respeito ao indivíduo e o que diz respeito à sociedade. Resulta, pois, uma escola, na qual os interesses, talento e objetivos são considerados o meio de contribuir para o bem da coletividade.

SEGUNDA PARTE

FILOSOFIA ESPÍRITA

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(José Fleurí Queiroz)

“O LIVRO DOS ESPÍRITOS”

ALLAN KARDEC

EDUCAÇÃO VERSUS ORGULHO E EGOÍSMO

II – DAS PAIXÕES – (Itens 907 a 912)

Uso e Abuso das Paixões: Limites de sua utilidade

Artigo 301 – O princípio das paixões, sendo natural, não é mau em si mesmo. A paixão está no excesso provocado pela vontade, pois o princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem conduzi-lo a grandes coisas. O abuso a que ele se entrega é que é a causa do mal. As paixões são como um cavalo que é útil quando governado e perigoso quando governa. Uma paixão se torna pernicioso ao homem no momento em que ele se deixa governar por ela e quando resulta num prejuízo qualquer para ele ou para seu semelhante.

301.1 – “As paixões e os desígnios da Providência”- Comentário de Kardec no item 908 de O Livro dos Espíritos:

As paixões são alavancas que decuplicam as forças do homem e o ajudam a cumprir os desígnios da Providência. Mas, se em vez de as dirigir, o homem se deixa dirigir por elas, cai no excesso e a própria força, que em suas mãos poderia fazer o bem, recai sobre ele e o esmaga.

Todas as paixões têm seu princípio num sentimento ou necessidade da Natureza. O princípio das paixões não é portanto um mal, pois repousa sobre uma das condições providenciais de nossa existência. A paixão propriamente dita é o exagero de uma necessidade ou de um sentimento; está no excesso e não na causa; e esse excesso se torna mau quando tem por conseqüência algum mal.

Toda paixão que aproxima o homem da Natureza animal o afasta da Natureza espiritual.

Todo sentimento que eleva o homem acima da Natureza animal anuncia o predomínio do Espírito sobre a matéria e o aproxima da ‘perfeição’.

A “força de vontade” e a vitória sobre as paixões

Artigo 302 – O homem poderia sempre vencer as suas más tendências pelos seus próprios esforços e, às vezes, com pouco esforço; o que lhe falta é a vontade. Ah, como são poucos os que se esforçam! E, se orarem a Deus e ao seu bom gênio com sinceridade, os bons Espíritos virão certamente em seu auxílio fortalecer-lhe a vontade, porque essa é a sua missão. (Ver item 459 de O Livro dos Espíritos).

Paixões irresistíveis

Artigo 303 – Não existem paixões de tal maneira vivas e irresistíveis que a vontade seja impotente para as superar. Há muitas pessoas que dizem: “Eu quero!” mas a vontade está somente em seus lábios. Elas querem, mas estão muito satisfeitas de que assim não seja. Quando o homem julga que não pode superar suas paixões é que o seu Espírito nelas se compraz, como conseqüência de sua própria inferioridade. ‘Aquele que procura reprimi-las compreende a sua natureza espiritual; vencê-las é para ele um triunfo do Espírito sobre a matéria. E o meio mais eficaz de se combater a predominância da natureza corpórea é praticar a abnegação (renúncia)’.

III – DO EGOÍSMO (Itens 913 a 917)

Perfeição moral e egoísmo (verdadeira chaga da sociedade)

Artigo 304 – Entre os vícios, o que podemos considerar radical é o egoísmo. Dele deriva todo o mal. Estudando todos os vícios veremos que no fundo de todos existe egoísmo. Por mais que lutemos contra eles não chegaremos a extirpá-los enquanto não os atacarmos pela raiz, enquanto não houvermos destruído a causa. Que todos os nossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as outras qualidades.

O egoísmo e a educação

Artigo 305 – Estando o egoísmo fundado no interesse pessoal, parece difícil extirpá-lo inteiramente do coração do homem. Chegaremos a isso, entretanto, à medida que os homens se esclareçam sobre as coisas espirituais, dando menos valor às materiais; em seguida, é necessário reformar as instituições humanas, que o entretêm e excitam. Isso depende da educação.

O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos

Artigo 306 – Sendo o egoísmo inerente à espécie humana, não será um obstáculo permanente ao reino do bem absoluto sobre a Terra?

- É certo que o egoísmo é o vosso mal maior, mas ele se liga à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade em si mesma. Ora, os Espíritos se purificam nas encarnações sucessivas, perdendo o egoísmo assim como perdem as outras impurezas. Não tendes na Terra algum homem destituído de egoísmo e praticante da caridade? Existem em maior número do que julgais, mas conheceis poucos porque a virtude não se procura fazer notar. E se há um, porque não haverá dez? Se há dez, por que não haverá mil, e assim por diante?

O egoísmo e seu crescimento: necessidade urgente de destruí-lo

Artigo 307 – O egoísmo, longe de diminuir, cresce com a civilização, que parece excitá-lo e entretê-lo. Como poderá a causa destruir o efeito?

- Quanto maior é o mal, mais horrível se torna. Era necessário que o egoísmo produzisse muito mal para fazer compreender a necessidade de sua extirpação. Quando os homens se tiverem despedido do egoísmo que os domi-

na, viverão como irmãos, não se fazendo o mal, e se ajudarão reciprocamente pelo sentimento fraterno de ‘solidariedade’. Então, o forte será o apoio e não o opressor do fraco e não mais se verão homens desprovidos do necessário, porque todos praticarão a lei da justiça. Esse é o reino do bem que os Espíritos estão encarregados de preparar. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

Meios de destruir o egoísmo

Artigo 308 – De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem, ‘ainda muito próximo da sua origem’, não pôde libertar-se. Tudo concorre para entreter essa influência; suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material, e sobretudo com a compreensão que o Espiritismo vos dá quanto ao vosso estado futuro ‘real’ e não desfigurado pelas ficções alegóricas (céu, inferno etc.). O Espiritismo bem compreendido, quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, as usanças e as relações sociais. ‘O egoísmo se funda na importância da personalidade (orgulho); ora, o Espiritismo bem compreendido, repito-o, faz ver as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece de alguma forma perante a imensidade. Ao destruir essa importância, ou pelo menos ao fazer ver a personalidade naquilo que de fato ela é, ele combate necessariamente o egoísmo’.

É o contato que o homem experimenta do egoísmo dos outros que o torna geralmente egoísta, porque sente a necessidade de se pôr na defensiva. Vendo que os outros pensam em si mesmos e não nele, é levado a ocupar-se de si mesmo mais que dos outros. Que o princípio da caridade e da fraternidade seja a base das instituições sociais, das relações legais de povo para povo e de homem para homem, e este pensará menos em si mesmo quando ver que os outros o fazem; ‘sofrerá, assim, a influência moralizadora do exemplo e do contato’. Em face do atual desdobramento do egoísmo é necessária uma verdadeira virtude para abdicar da própria personalidade em proveito dos outros, que em geral não o reconhecem. É a esses, sobretudo, que possuem essa virtude, que está aberto o reino dos céus; a eles sobretudo está reservada a felicidade dos eleitos, pois em verdade vos digo que no dia do juízo, quem quer que não tenha pensado senão em si mesmo será posto de lado e sofrerá no abandono. (Ver item 785 de O Livro dos Espíritos – o orgulho e o egoísmo).

308.1 – “O Egoísmo e a Educação Moral” - Comentário de Kardec no item 917 de O Livro dos Espíritos:

Louváveis esforços são feitos, sem dúvida, para ajudar a Humanidade a avançar; encorajam-se, estimulam-se, honram-se os bons sentimentos, hoje mais do que em qualquer outra época, e, não obstante, o verme devorador do egoísmo continua a ser a praga social. É um verdadeiro mal que se espalha por todo o mundo e do qual cada um é mais ou menos vítima. É necessário combatê-lo, portanto, como se combate uma epidemia. Para isso, deve-se proceder à maneira dos médicos: remontar à causa. Que se pesquisem em toda a estrutura da organização social, desde a família até aos povos, da choupana ao palácio, todas as causas, as influências patentes ou ocultas que excitam, entretêm e desenvolvem o sentimento do egoísmo. Uma vez conhecidas as causas, o remédio se apresentará por si mesmo; só restará então combatê-las, senão a todas ao mesmo tempo, pelo menos por parte, e pouco a pouco o veneno será extirpado. A cura poderá ser prolongada porque as causas são numero-

sas, mas não se chegará a esse ponto se não se atacar o mal pela raiz, ou seja, com a EDUCAÇÃO. Não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer HOMENS DE BEM. A educação, se for bem compreendida, será a CHAVE DO PROGRESSO MORAL. Quando se conhecer a ARTE DE MANEJAR OS CARACTERES como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, da mesma maneira como se endireitam as plantas novas. Essa arte, porém, requer MUITO TATO, MUITA EXPERIÊNCIA E UMA PROFUNDA OBSERVAÇÃO. É um grave erro acreditar que basta ter a ciência para aplicá-la de maneira proveitosa. Quem quer que observe, desde o instante do seu nascimento, o filho do rico e do pobre, notando todas as influências perniciosas que agem sobre eles em consequência da fraqueza, da incúria e da ignorância dos que os dirigem, e como em geral os meios empregados para MORALIZAR fracassam, não pode admirar-se de encontrar no mundo tanta confusão. Que se faça pela moral tanto quanto se faz pela inteligência e ver-se-á que, se há naturezas refratárias, há também, em maior número do que se pensa, as que requerem apenas boa cultura para darem bons frutos. (Ver item 872 de O Livro dos Espíritos).

O homem quer ser feliz e esse sentimento está na sua própria natureza; eis por que ele trabalha sem cessar para melhorar a sua situação na Terra e procura as causas de seus males para os remediar. Quando compreender bem que o egoísmo é uma dessas causas, aquela que engendra o orgulho, a ambição, a cupidez, a inveja, o ódio, o ciúme, dos quais a todo momento ele é vítima, que leva a perturbação a todas as relações sociais, provoca as dissensões, destrói a confiança, obrigando-o a se manter constantemente numa atitude de defesa em face ao seu vizinho, e que, enfim, do amigo faz um inimigo, então ele compreenderá também que esse vício é incompatível com a sua própria segurança. Dessa maneira, quanto mais sofrer mais sentirá a necessidade de o combater, como combate a peste, os animais daninhos e todos os outros flagelos. A isso será solicitado pelo seu próprio interesse. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

O EGOÍSMO É A FONTE DE TODOS OS VÍCIOS, COMO A CARIDADE É A FONTE DE TODAS AS VIRTUDES. Destruir um e desenvolver a outra deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se ele deseja assegurar a sua felicidade neste mundo tanto quanto no futuro.

IV – “EGOÍSMO E ORGULHO”: ‘Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los’ – (Vide Livro ‘Obras Póstumas’ de Allan Kardec).

O Egoísmo tem origem no Orgulho

Artigo 309 – É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida provém do egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando, embora, os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí, todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

O egoísmo tem origem no orgulho. A supremacia da própria individualidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com ‘direitos preferenciais’, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, atribui à sua pessoa, naturalmente o torna egoísta.

O Egoísmo e o Orgulho têm origem no Instinto de Conservação

Artigo 310 – O egoísmo e o orgulho têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação. Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre-arbítrio.

Este sentimento (instinto de conservação) contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o homem que, ao malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade

Artigo 311 – Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. ‘A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação’. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e com o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em consequência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar-se o reino da fraternidade, mas para que fazê-lo, se uma causa destrutiva existe? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois que estes morrerão como os outros. Insta destruir as causas da insalubridade.

Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejem seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo, estarão paralisados os seus esforços, não só por uma resistência de inércia, como, também, por uma força ativa que trabalhará incessantemente para destruir a obra que empreendam; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora arruína as pretensões pessoais.

Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura

Artigo 312 – Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, dir-se-á, porque esses vícios são inerentes à espécie humana. Se assim fosse, impossível seria o progresso moral; entretanto, quando consideramos o homem em diversas épocas, reconhecemos, à evidência, um progresso incontestável. Logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Por outro lado, não haverá algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fosse, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e, para isso, incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, evidentemente, a falsa idéia, que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem, julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporá sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão a que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo, que conseguem fruir.

Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente, como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida.

A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A consequência natural e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidio a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la. Em matéria de interesses mundanos, podem os homens opor obstáculos que ocasionem a necessidade de combatê-los, o que gera o egoísmo. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse se lhe deparará em oprimir a quem quer que seja e, conseguintemente, não haverá razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho.

Artigo 313 – A causa do orgulho está na crença que o homem tem, da sua superioridade individual, e aqui se faz ainda sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas.

A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; é, portanto, natural que tenha orgulho, não vendo nos contratempos que se lhe oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratempos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

Crer em Deus e na vida futura é pois a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro, é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. ‘Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade, é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um

fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação’.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu vantagens excepcionais; e o que não crê em Deus rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. A preexistência, dando-lhe a noção da vida anterior da alma, ensina-o a distinguir a vida espiritual, infinita, da vida corporal, temporária. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o mesmo ponto de partida e o mesmo fim – a perfeição –, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado, como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em um trono e o mais poderoso vir como proletário.

O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação)

Artigo 314 – Se o homem não considerar senão a vida corporal, vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fez a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, ‘**o princípio da igualdade tem o caráter de um princípio de justiça e de lei natural**’, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi noutra existência nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se soubéssemos disso, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e, se soubéssemos que o amigo de hoje fôra antes um inimigo, um servo, um ‘escravo’, não o repeliríamos? Deus não quis que fosse assim, e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a ‘fraternidade’; sabendo que podemos ser tratados como houvermos tratado os outros, firmaremos o princípio de ‘caridade como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza’.

Caridade, igualdade, fraternidade são leis naturais, como prova o Espiritismo

Artigo 315 – Jesus assentou o princípio da caridade, da igualdade e da fraternidade, fazendo dele uma condição expressa para a salvação; mas, estava reservado à terceira manifestação da vontade de Deus, ao Espiritismo, pelo conhecimento que faculta da vida espiritual, pelos novos horizontes que desvenda e pelas leis que revela, sancionar esse princípio, provando que ele não encerra uma simples doutrina moral, mas uma ‘lei da Natureza’

que o homem tem o máximo interesse em praticar. Ora, ele a praticará desde que, deixando de encarar o presente como o começo e o fim, compreenda a solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro. No campo imenso do infinito, que o Espiritismo lhe faz entrever, anula-se a sua importância capital e ele percebe que, por si só, nada vale e nada é; que todos têm necessidade uns dos outros e que uns não são mais do que os outros: ‘duplo golpe, no seu egoísmo e no seu orgulho’.

A Fé Cega e a Fé Raciocinada

Artigo 316 – Para a realização do que foi dito no artigo anterior, porém, é preciso que os homens tenham fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e, portanto, alimenta o egoísmo, ‘mas sim a fé inteligente, racional’, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas palpáveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas.

Pode dar-se essa modificação bruscamente? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a natureza; a saúde não volta subitamente; e, entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode, instantaneamente, mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

Espiritismo: elemento mais potente de moralização

Artigo 317 – O Espiritismo é, sem contestação, o elemento mais potente de moralização, porque mina pela base o egoísmo e o orgulho, dando sólido fundamento à moral; faz milagres de conversão. Não são ainda, é certo, senão curas individuais, e, quase sempre, parciais; mas o que ele produz nos indivíduos é prenúncio do que produzirá um dia nas massas populares. Não pode, de uma vez, arrancar toda a erva daninha; mas dá a fé, que é boa semente e que não precisa senão de tempo para germinar e frutificar. Eis porque ainda não são todos perfeitos. Ele encontrou o homem no meio da vida, no ardor das paixões, na força dos preconceitos, e se em tais condições tem operado prodígios, como não operará quando o tomar no berço, virgem de todas as impressões malélicas, quando lhe der, com o leite, a caridade, e o acalantar com a fraternidade, quando, enfim, uma geração inteira vier alimentada por idéias que a razão fortalecerá em vez de debilitar? ‘Sob o império dessas idéias, que serão mandamentos de fé racional para todos’, o progresso, limpando a estrada de egoísmo e orgulho, penetrará nas instituições que se reformarão a si mesmas, e a humanidade caminhará rapidamente para os destinos que lhe estão prometidos na Terra, enquanto não chega a hora de alcançar os do céu.

Livro: Pedagogia Espírita

J. HERCULANO PIRES

O FILÓSOFO

A educação integral

Destinado a possuir todas as virtudes, todos os conhecimentos, todos os talentos, o Espírito será em algum ponto da eternidade, sábio e puro, esta e criador, como herdeiro da divindade. Cada existência na Terra lhe serve para progredir em qualidades morais e intelectuais.

Mas o equilíbrio entre a moralidade e a inteligência, entre a capacidade de produção estética, a racionalidade e os sentimentos elevados é essencial para o seu desenvolvimento harmonioso. Por isso, a educação deve ser integral, no sentido de garantir um balanceamento útil entre as diferentes potencialidades do ser.

É fácil observar no mundo o quão perigosa é a genialidade destituída de princípios éticos e o quão triste é a ignorância bondosa e ainda a que tragédias existenciais levam os dons criativos, divorciados da racionalidade e da moral.

Na prática da educação integral, há que se zelar pelo burilamento simultâneo das faculdades diversas, para que uma ampare a outra, formando o ser sadio e bem integrado, capaz de mover-se na existência com lucidez e produtividade. Mas também é preciso observar quais as vocações inatas e os déficits do ser reencarnante, para que as inteligências já desenvolvidas sejam aproveitadas eticamente e as capacidades faltantes sejam estimuladas, sem jamais fazer violência às características singulares de cada indivíduo.

Pode-se de maneira resumida indicar alguns setores essenciais de desenvolvimento numa proposta de educação integral. Em primeiro lugar, deve-se apontar a *educação ética*, que se constitui sobretudo em fazer o educando descobrir em sua própria consciência as leis morais que lá se manifestam; diretamente conectada a esse aspecto moral, está a *educação afetiva*, porque toda moralidade deve repousar sobre sentimentos de justiça e fraternidade; a *educação intelectual* se liga ao desenvolvimento cognitivo nas áreas da ciência e da filosofia, da lógica e do bom senso, do espírito crítico e da capacidade de julgamento autônomo; a *educação estética* relaciona-se com a sensibilização para a beleza imanente nas manifestações divinas da natureza e com a capacidade de produzir beleza, não só pelas diversas Artes, mas compreendendo-se o ato estético como necessariamente presente em toda ação humana harmoniosa e elevada; a *educação mediúnica* é a que predispõe o ser a viver interexistencialmente, fazendo uso pleno de suas potencialidades psíquicas; a *educação religiosa* se faz no cultivo dos sentimentos de adoração a Deus, de respeito às leis da natureza e no conhecimento das diferentes formas de religiosidade humana; a *educação sexual* está na orientação sadia e responsável da sexualidade, entendendo-a como poderosa força criativa e como elo sagrado de comunhão entre homem e mulher na formação da família; a *educação física* se dá no cuidado equilibrado, e não exagerado, do corpo físico, como templo do espírito.

Aplicações práticas

Escola livre e afetiva. Sendo a escola livre, não se pode prescrever-lhe padrões uniformizadores. Dentro dos princípios aqui expostos, surgirão escolas diferentes entre si, pelo modo de organização, pelo projeto pedagógico, pela mentalidade do corpo docente e pelos interesses e vocações específicas do corpo discente. Aliás, a proposta é mesmo a de se considerar as circunstâncias socioculturais locais onde a escola vá se instalar e ainda de se invocar a participação ativa e criativa dos membros da comunidade escolar, o que implicará necessariamente em modelos diferenciados. Mas entre as conseqüências práticas genéricas que podem se derivar dos princípios da Pedagogia Espírita, pode-se afirmar que o amor e a liberdade deverão permear cada aspecto da escola. E esta terá de transformar-se radicalmente.

A obrigatoriedade, o formalismo, a burocratização do ensino, as relações hierárquicas — tudo isso fica abolido e a escola deve renascer livre e amorosa. Os currículos fixos, as programações rígidas, os resultados homogeneizantes, a educação em massa, em que todos são coagidos às mesmas atividades, ao mesmo tempo, com idênticos resultados — tudo isso deverá desaparecer. O ambiente escolar deve ser transmudado. As salas convencionais com carteiras e lousa pertencerão aos séculos passados. Façam-se salas-ambientes, aulas ao ar livre, laboratórios de pesquisa, mediatecas avançadas. E o educando escolherá suas atividades, seus projetos de pesquisa, suas produções. Ao mesmo tempo será amado, conhecido em seus talentos individuais, que serão incentivados e aproveitados. O educador será orientador, amigo, interessado no progresso de cada aluno.

Toda escola será previamente pensada em sua arquitetura, para estimular o gosto estético, para proporcionar harmonia à mente e ao coração; a natureza estará presente com fartura e o aluno não será obrigado a aprender e a ser bom, a progredir e produzir. Mas o envolvimento afetivo será tão intenso, a estimulação do diálogo e o contágio do ambiente serão tão fortes, que ninguém permanecerá por muito tempo na inércia e na rebeldia.

Em contato com a sabedoria e a virtude em ação, o ímpeto de evolução do ser reencarnante se manifestará com pujança, ao invés de ser reprimido pelas formas autoritárias da educação tradicional.

O educador terá o papel preponderante de criar as condições afetivas, ambientais e vitais para o despertar deste ímpeto e depois de zelar para que ele crie raízes e resulte em produções cada vez mais bem acabadas, aprofundadas e belas.

Atividades éticas

Ações solidárias dentro da própria comunidade escolar e fora dela deverão ser incentivadas, não de forma aleatória e inconsistente, mas em programas definidos e planejados pelos educandos, orientados ou propostos pelos educadores.

A ética não deve ser ensinada pelo que não se deve fazer, pelos limites impostos de fora, pelas regras adotadas artificialmente (ainda que sejam regras livremente aceitas por todos). As regras são apenas convenções necessárias à boa organização de um trabalho ou à uma convivência prática, mas nada têm com a ética, entendida como princípios de moralidade, como atuação consciente no bem. Assim, o comportamento moral deve ser esti-

mulado, para a criatura desde cedo sentir-se útil ao próximo, praticar a ajuda mútua e interessar-se pela felicidade alheia. Então, a justiça e a solidariedade brotarão não de uma aceitação intelectual dos direitos e deveres de cidadania, mas de um legítimo e sentido empenho pelo bem do outro.

Produções estéticas

Produzir esteticamente, sejam poesias, canções, quadros, esculturas pratos deliciosos, jardins floridos — ou ainda o tratamento estético de qualquer outra produção, como por exemplo, preocupar-se com a beleza gráfica de um trabalho escrito ou com a ordenação agradável de um ambiente de trabalho — tudo isto eleva o Espírito, harmoniza-o consigo mesmo, dá-lhe o gosto por buscar a perfeição em todas as coisas.

A escola deve preocupar-se o tempo todo com esse parâmetro de estética, recuperando aliás o sentido de beleza que se ausentou completamente de nossa civilização massificada. Para isso, o educando precisa ser posto em contato com as obras mais belas que a humanidade já produziu. Deve ter acesso desde muito cedo à música clássica dos grandes mestres, à música regional de todos os povos; deve apreciar obras plásticas desde as pinturas rupestres às pinturas do Renascimento e do Impressionismo; deve ouvir e ler poesias e peças de teatro desde a Grécia Antiga às manifestações culturais de seu país. Impregnando-se destas criações estéticas, desenvolverá seus próprios talentos.

Produções intelectuais

Refletir, pesquisar, debater, produzir textos, multimídias... Promover apresentações, visitas, viagens, palestras, intercâmbios... A escola deve ser uma universidade em miniatura, incentivando a reflexão crítica e o espírito científico e toda sorte de produção intelectual, para o Espírito tomar posse de seu próprio desenvolvimento cognitivo e tornar-se um aprendiz permanente na existência e além. Para isso, os temas abordados devem partir do interesse do educando ou de propostas do educador, livremente aceitas, ou ainda de necessidades reais, para aplicação prática.

A escola poderá ser dividida em áreas de interesse, nas quais os alunos individualmente ou em grupo façam projetos de pesquisa. E a interdisciplinaridade deve garantir que a produção intelectual tenha sentido para o aluno. Pode surgir uma pesquisa de Botânica, por causa da plantação de um jardim ou pode se dar a construção de uma máquina experimental, por causa de uma pesquisa de Física.

O que se deve evitar é a abstração ininteligível, a memorização vazia, o ensino mecanicista de conceitos inaplicáveis na vida comum.

Fica assim banido o currículo tradicional, com toda a sua programação prevista, inflexível, fragmentada, ordenada em série.

Elejam-se de cada área conceitos fundamentais que o aluno deverá adquirir e que esses conceitos brotem naturalmente de projetos e produções.

Cerque-se o educando de toda a estimulação possível, de todo entusiasmo pelo conhecimento e lancem-se juntos — professores e alunos — na busca e na pesquisa livre. Os resultados serão imprevisíveis e excitantes e isso trará a vida para a escola e fará do conhecer algo muito mais interessan-

te e eficaz do que assimilar idéias prontas, que serão imediatamente esquecidas depois de preenchidos os exames convencionais.

Abolição de castigos e recompensas

Se o objetivo da Pedagogia Espírita é despertar seres interexistentes, autônomos e conscientes, que se movam voluntariamente no bem, que se interessem espontaneamente pelo aprendizado e que estejam engajados em sua auto-educação, então o condicionamento feito comumente por castigos e recompensas deve ser abandonado.

As motivações extrínsecas ao ato moral e à busca de conhecimento devem ser evitadas. Nem medo, nem vaidade, nem interesse bajulatório devem servir de base para a ação. Por isso, a escola deve abolir estatutariamente os recursos coercitivos e punitivos e da mesma forma as diferentes emulações, inclusive as notas — que mais do que avaliar servem para estímulo à vaidade, à competição ou minam a autoconfiança dos que não atingem o objetivo proposto, que geralmente se baseia na padronização de resultados.

O educador nunca deve punir, mas sempre e incansavelmente procurar tocar a consciência do educando e chamá-lo à auto-correção, incluindo se possível a reparação do erro praticado. Também não deve recompensar com uma nota alta uma produção bem feita. A satisfação advinda dos valores éticos praticados e do trabalho intelectual bem realizado deve ser a motivação essencial do educando, para que ele possa identificar racional e emocionalmente que a felicidade está no bem e no progresso.

O educador, por sua vez, jamais poderá desistir do educando, pois trata-se da declaração tácita da falência da educação. A rebeldia persistente é um desafio pedagógico e nunca um caso perdido, cuja única solução seja a exclusão do indivíduo. A estagnação mental é outro desafio e não motivo para zeros e reprovações.

Assim, ao invés de medidas punitivas, a escola deve promover diálogos permanentes, auto-análise, ajuda mútua para o progresso moral individual e coletivo. Isso se pode atingir, por exemplo, em conversas individuais do educador de maior afinidade com certo educando; em assembleias gerais, para discutir os comportamentos de grupos e as necessidades para melhor convivência...

As avaliações serão feitas na base das produções de cada um e nunca de forma numérica, quantitativa, mas de maneira descritiva, qualitativa, para melhorar o trabalho, encarando-se erros e problemas como naturais da aprendizagem. Em parceria com o educador, o aluno fará sua auto-avaliação, apontando aquele os aspectos que devem ser aperfeiçoados e informando este as suas dúvidas e dificuldades. O educador passa a ser o orientador moral e intelectual do educando, dependendo deste o progresso feito, mas empenhando-se aquele para que este progresso se dê.

Cultivo da espiritualidade

A Pedagogia Espírita, entretanto, só se propõe a realizar tudo isso, porque se fundamenta no fato de que o homem é um ser espiritual, onde se enraízam as potencialidades divinas da virtude e da sabedoria. Mas, apenas

quando se descobre e se sabe como ser espiritual, que o ser interexistente pode se assumir como tal e ter a devida força, persistência e confiança para trabalhar por sua transcendência.

É por isso que toda prática pedagógica espírita deve estar impregnada de intensa espiritualidade, entendendo-se que não se trata aí de fanatismo religioso e nem de dogmatismo específico. Ao mesmo tempo em que se deve oferecer aos alunos, o conhecimento de todas as religiões, com suas práticas e filosofias, de forma imparcial e precisa (e para isso podem ser trazidos os representantes de cada uma ou os próprios alunos-adeptos podem fazer suas intervenções, mostrando aos outros a sua fé), deve-se cultivar uma religiosidade genérica.

Orações em conjunto; leituras de textos religiosos de diferentes correntes (que não ofendam as outras presentes), discussões sobre religiões comparadas e filosofia espiritualista — tudo isso deve lançar o aluno na dimensão do espiritual, fazendo-o compreender que se trata de uma dimensão humana, natural e universal, necessária ao pleno desabrochar do homem.

A idéia da Divindade, a certeza da imortalidade pessoal e o entendimento da moral, como princípios imanentes e, ao mesmo tempo, universais, fortalecem o otimismo da criatura, fazendo-a ver o sentido de se engajar num processo de educação de si mesma e da humanidade. E esse sentimento deve ser contagiante numa escola espírita, sem que todos os que a freqüentem sejam doutrinados no Espiritismo. Mas, entre outras formas de espiritualidade e religiosidade, a proposta de Kardec também deve ser oferecida àqueles que manifestarem interesse.

Em tudo isso, porém, é preciso manter a racionalidade própria da Pedagogia Espírita, que se põe também em posição crítica em relação aos abusos cometidos por todas as correntes (inclusive do próprio movimento espírita).

Os interesses de dominação mental e financeira, os abusos do fanatismo e da intolerância devem ser abertamente criticados, para que cada qual possa viver a espiritualidade de maneira elevada e nobre e que a religiosidade cultivada na escola não se torne misticismo eclético e irracional, acolhendo idéias e práticas esdrúxulas, em contradição com a dignidade do ser humano e com o bom senso universal. É preciso ter lucidez espiritual — e isso o Espiritismo pode fornecer se bem entendido — para captar o que é essencial e verdadeiro em todas as manifestações religiosas e o que é apetrecho de superstição, favorecendo o domínio psíquico de alguns sobre a maioria.

O critério para essa distinção está em primeiro lugar em poder racionalizar a fé, em segundo, julgar suas práticas pelo grau de autonomia e liberdade que conferem aos seus adeptos e, sobretudo, pelos valores éticos que veicula e estimula.

Autogestão administrativa

Os princípios de liberdade e igualdade devem também alcançar as esferas administrativas da escola. Aliás, a administração deve ser amalgamada na proposta pedagógica, para não haver contradições evidentes entre o que se faz e se prega aos alunos e o que se faz nas relações de trabalho. As-

sim, o modelo patrão-empregado deve ser abolido, porque implica em poder hierárquico garantido pelo valor monetário.

O lucro, para enriquecimento pessoal, não pode ser um objetivo da escola, pois que ele contraria o princípio básico da fraternidade e a própria soberania que a educação deve ter. A finalidade da escola tem de ser a educação de todos — corpo docente, discente, membros da comunidade, lideranças — e essa educação implica justamente em desprendimento de ambições de poder financeiro e político, em interesse no progresso geral como motivação central de toda ação.

Como se deve afastar qualquer motivação extrínseca ao desejo de aprender e ser melhor dos educandos, também educadores terão de renunciar a qualquer motivação extrínseca ao ato de educar, a não ser a satisfação de estar contribuindo para a evolução do próximo e estar fazendo o que se gosta de fazer. Mas a sobrevivência digna de todos deve ser naturalmente garantida e com autogestão administrativa, isto fica muito mais fácil, já que nem existe o dono da escola que determina salários, muitas vezes, pensando sobretudo no lucro da instituição e nem estão presentes as instâncias do poder político, com as quais os professores têm de despender longos esforços de reivindicação.

A reunião das esferas pedagógica e administrativa se justifica assim, porque o educador sabe as prioridades da escola, tem em mente os objetivos pedagógicos, zela pelos seus próprios interesses, ao passo que o administrador, nos moldes atuais das escolas particulares, que muitas vezes nada tem com a educação, ou para administrar, distancia-se dela, está prioritariamente interessado em otimizar os lucros, ordenar hierarquicamente a instituição e, quando muito, obter melhores colocações numéricas para a escola (como nota no provão em faculdades ou acesso ao vestibular em escolas — metas igualmente distintas das pedagógicas, porque tais resultados não revelam real aprendizagem). Para isso, a sua atuação geralmente é burocratizante, antidemocrática (apesar de alguns discursos em contrário) e antipedagógica.

A maneira como se deve viabilizar a autogestão, com junção das esferas pedagógicas e administrativas podem ser as mais variadas, desde as inspiradas em órgãos colegiados, com eleição de diretorias temporárias até as organizações mais livres, do estilo anarcocooperativista, com participação direta de todos os envolvidos no processo e lideranças espontâneas. O importante é manter os princípios de liberdade e igualdade, onde todos os que participem da comunidade escolar possam ser ouvidos, tomem parte em decisões que os afetem diretamente e tenham acesso à visão geral da administração da escola.

Que nenhum poder se estabeleça em torno do capital ou do poder político. Que a única liderança aceita seja a do conhecimento e da elevação moral, mas nesse caso jamais será liderança imposta, autoritária e opressora, mas antes uma liderança que inspire, oriente e seja respeitada naturalmente.

A viabilidade de aplicação de tais idéias já foi demonstrada em experiências libertárias radicais — embora não aceitassem a dimensão espiritual do homem. Com a base espírita, a partir da qual se compreendem as potencialidades divinas de todas as criaturas, fica mais evidente que ninguém de-

ve mandar e ninguém deve obedecer. Todos podem participar igualmente, assumindo cada um as responsabilidades que lhe pertencem.

Cogestão pedagógica

Todos na escola devem ensinar e aprender. Toda a comunidade escolar deve estar envolvida num processo pedagógico, desde o educando, passando por pais e professores, até aqueles que trabalham em setores de secretaria e limpeza. A escola deve ser um centro de irradiação educativa, em que todos possam realizar-se. Impensável, por exemplo, deveria ser alguém trabalhar numa escola e continuar analfabeto ou pessoas terem vontade de aprender tal ou qual tema de que outras tenham conhecimento e não haja intercâmbios.

Para isso, é preciso que se faça uma cogestão pedagógica: cada qual deve disponibilizar para a comunidade escolar todos as áreas de seu conhecimento e ao mesmo tempo manifestar todas as suas áreas de interesse. Então, alunos, pais, professores, ou qualquer outro membro, poderão sugerir grupos de estudo, pesquisa, laboratórios, cursos.

Não se seguirá mais mecanicamente o currículo fixo e monótono, imposto pelos órgãos governamentais, mas abrir-se-á uma vasta gama de cultura e aprendizado. Alunos que já estejam adiantados em algum assunto poderão fazer conferências ou exposições para pais e funcionários. Não da maneira costumeira em que adultos vão olhar trabalhos de crianças e adolescentes para elogiar paternalmente, mas para haver de fato uma aprendizagem mútua. E isso se dá apenas se os educandos desenvolverem e pesquisarem seus próprios projetos, pois o conhecimento só tem consistência se for autoconstruído e a consistência se demonstra pela capacidade de ensinar.

A cogestão pedagógica é a liberdade de ensinar e aprender e, ao mesmo tempo, a prática da fraternidade pela educação mútua. Cada escola poderá evidentemente organizar isso da maneira mais adequada e conveniente à comunidade. O estabelecimento de horários para trabalhos específicos do corpo docente e discente e outros para pais e membros da comunidade; a maneira de propor estudos, seminários, palestras ou aulas livres — tudo isso deve ficar por conta da iniciativa e da criatividade dos gestores da educação (de que educandos também fazem parte). O importante é que a escola se torne um local de efervescência cultural.

Escola social

Não pode se dar, porém, que a escola se isole, ilha social, sem conexão com a realidade à sua volta. Tem de se estender socialmente, engajar-se na solução dos problemas da comunidade, manter vínculos amistosos e culturais com outras instituições locais — religiosas, políticas, não-governamentais — não para servir de cenário a propagandas ideológicas várias, mas para prestar serviços educativos e promover intercâmbios úteis.

A escola, através de seus membros, deveria exercer militância em causas que envolvam o bem coletivo, como campanhas sociais, pela paz, pela justiça — escapando porém da ilusão comum de que basta escrever panfletos e cartazes para se estar atuando em favor de uma boa causa. Assim, professores, alunos e outros membros da escola poderão ter projetos de ajuda social e de promoção educativa. Por exemplo, educadores e educandos

em parceria poderão ter um projeto pedagógico numa creche próxima ou numa zona problemática do bairro. Poderão publicar um jornal ou uma revista que discuta os problemas da comunidade. Enfim, dentro da proposta de se tornar ativa a educação, a ação poderá ser concreta, útil e eficaz dentro da comunidade em que se insere.

Uma escola social é aquela em que o educando toma consciência, na prática, dos problemas de seu meio e das suas possibilidades de atuação efetiva. O confronto com a realidade lhe dará a medida certa da necessidade de engajamento na mudança da sociedade e das dificuldades inerentes a qualquer mudança proposta.

Escola universal

Não apenas para a sua região e sua comunidade, a escola deve se abrir, estabelecendo contatos e estendendo sua influência, mas igualmente para o mundo. Os meios de comunicação atuais permitem situar-se internacionalmente, promovendo intercâmbios e buscando a cultura universal. A aprendizagem das línguas, por exemplo, ganha aplicabilidade e exercício imediatos. O vasto mar de informações e acessos disponíveis na internet, porém, precisa ser garimpado para ser útil.

Se este estar no mundo pelos meios de comunicação deriva de projetos interessantes, voltados para idéias nobres e um fazer sociocultural, então o contato com instituições estrangeiras, as pesquisas eletrônicas e a troca entre pessoas, terão uma finalidade precisa, uma canalização benfazeja. Isso evitará a dispersão, o bombardeamento de informações descartáveis e mesmo o interesse em acessar o que é negativo e prejudicial.

A escola, pois, deve estar no centro do mundo e conhecendo outras culturas e dialogando com outras nações, lançar as bases para um planeta de tolerância e paz, de bem estar coletivo e progresso comum.

E poderá também esticar seu olhar para o universo. Pelo estudo da Astronomia e das ciências psíquicas, penetrar no espaço sideral e nas dimensões espirituais que nos cercam. A Pedagogia Espírita redimensiona o homem no cosmos, tornando-o cidadão do universo. Compreender o funcionamento das galáxias, investigar a possibilidade de outros mundos habitados e ao mesmo tempo sentir e observar experimentalmente que a vida que palpita no todo não é apenas a vida física que conhecemos com os sentidos da carne, mas que se amplia para além de nossas percepções, é preparar o homem para ver este mundo como uma aldeia cósmica, pela qual é responsável. Um mundo que deve ser pacificado, porque pertencemos a uma só família humana, e um dia, quem sabe, se engajar conscientemente numa comunidade estelar.

Educação para a Morte

Vou me deitar para dormir. Mas posso morrer durante o sono. Estou bem, não tenho nenhum motivo especial para pensar na morte neste momento. Nem para desejá-la. Mas a morte não é uma opção, nem uma possibilidade. É uma certeza. Quando o Júri de Atenas condenou Sócrates à morte ao invés de lhe dar um prêmio, sua mulher correu aflita para a prisão, gritando-lhe: “Sócrates, os juízes te condenaram à morte”. O filósofo respondeu calmamente: “Eles também já estão condenados”. A mulher insistiu no seu de-

sespero: “Mas é uma sentença injusta!” E ele perguntou: “Preferias que fosse justa?” A serenidade de Sócrates era o produto de um processo educacional: a Educação para a Morte. É curioso notar que em nosso tempo só cuidamos da Educação para a Vida. Esquecemo-nos de que vivemos para morrer. A morte é o nosso fim inevitável. No entanto, chegamos geralmente a ela sem o menor preparo. As religiões nos preparam, bem ou mal, para a outra vida. E depois que morremos encomendam o nosso cadáver aos deuses, como se ele não fosse precisamente aquilo que deixamos na Terra ao morrer, o fardo inútil que não serve mais para nada.

Quem primeiro cuidou da Psicologia da Morte e da Educação para a Morte, em nosso tempo, foi Allan Kardec. Ele realizou uma pesquisa psicológica exemplar sobre o fenômeno da morte. Por anos seguidos falou a respeito com os espíritos de mortos. E, considerando o sono como irmão ou primo da morte, pesquisou também os espíritos de pessoas vivas durante o sono. Isso porque, segundo verificara, os que dormem saem do corpo durante o sono. Alguns saem e não voltam: morrem. Chegou, com antecedência de mais de um século, a esta conclusão a que as ciências atuais também chegaram, com a mesma tranqüilidade de Sócrates, a conclusão de Victor Hugo: “Morrer não é morrer, mas apenas mudar-se”.

As religiões podiam ter prestado um grande serviço à Humanidade se houvessem colocado o problema da morte em termos de naturalidade. Mas, nascidas da magia e amamentadas pela mitologia, só fizeram complicar as coisas. A mudança simples de que falou Victor Hugo transformou-se, nas mãos de clérigos e teólogos, numa passagem dantesca pela *selva selvaggia* da Divina Comédia. Nas civilizações agrárias e pastoris, graças ao seu contato permanente com os processos naturais, a morte era encarada sem complicações. Os rituais suntuosos, os cerimoniais e sacramentos surgiram com o desenvolvimento da civilização, no deslanche da imaginação criadora. A mudança revestiu-se de exigências antinaturais, complicando-se com a burocracia dos passaportes, recomendações, trânsito sombrio na barca de Caronte, processos de julgamento seguido de condenações tenebrosas e assim por diante. Logo mais, para satisfazer o desejo de sobrevivência, surgiu a monstruosa arquitetura da morte, com mausoléus, pirâmides, mumificações, que permitiam a ilusão do corpo conservado e da permanência fictícia do morto acima da terra e dos vermes. Morrer já não era morrer, mas metamorfosear-se, virar múmia nos sarcófagos ou assombração maléfica nos mistérios da noite. As múmias, pelo menos, tiveram utilidade posterior, como vemos na História da Medicina, servindo para os efeitos curadores do pó de múmia. E quando as múmias se acabaram, não se achando nenhuma para remédio, surgiram os fabricantes de múmias falsas, que supriam a falta do pó milagroso. Os mortos socorriam os vivos na forma lobateana do pó de pirlimpim.

Muito antes de Augusto Comte, os médicos haviam descoberto que os vivos dependiam sempre e cada vez mais da assistência e do governo dos mortos. De toda essa embrulhada resultou o pavor da morte entre os mortais. Ainda hoje os antropólogos podem constatar, entre os povos primitivos, a aceitação natural da morte. Entre as tribos selvagens da África, da Austrália, da América e das regiões árticas, os velhos são mortos a pauladas ou fogueira para o descampado a fim de serem devorados pelas feras. O lobo ou o

urso que devora o velho e a velha expostos voluntariamente ao sacrifício será depois abatido pelos jovens caçadores que se alimentam da carne do animal reforçada pelos elementos vitais dos velhos sacrificados. É um processo generoso de troca no qual os clãs e as tribos se revigoram.

O pavor maior da morte provém da idéia de solidão e escuridão. Mas os teólogos acharam que isso era pouco e oficializaram as lendas remotas do Inferno, do Purgatório e do Limbo, a que não escapam nem mesmo as crianças mortas sem batismo. De tal maneira se aumentaram os motivos do pavor da morte, que ela chegou a significar desonra e vergonha. Para os judeus, a morte se tornou a própria impureza. Os túmulos e os cemitérios foram considerados impuros. Os cenotáfios, túmulos vazios construídos em honra aos profetas, mostram bem essa aversão à morte. Como podiam eles aceitar um Messias que vinha da Galiléia dos Gentios, onde o Palácio de Herodes fora construído sobre terra de cemitérios? Como aceitar esse Messias que morreu na cruz, vencido pelos romanos impuros, que arrancara Lázaro da sepultura (já cheirando mal) e o fizera seu companheiro nas lides sagradas do messianismo?

Ainda em nossos dias o respeito aos mortos está envolvido numa forma velada de repulsa e depreciação. A morte transforma o homem em cadáver, risca-o do número dos vivos, tira-lhe todas as possibilidades de ação e, portanto, de significação no meio humano. “O morto está morto”, dizem os materialistas e o populacho ignaro. O Papa Paulo VI declarou, e a imprensa mundial divulgou em toda parte, que “existe uma vida após a morte, mas não sabemos como ela é”. Isso quer dizer que a própria Igreja nada sabe da morte, a não ser que morremos. A idéia cristã da morte, sustentada e defendida pelas diversas igrejas, é simplesmente aterradora. Os pecadores ao morrer se vêem diante de um Tribunal Divino que os condena a suplícios eternos. Os santos e os beatos não escapam às condenações, não obstante a misericórdia de Deus, que não sabemos como pode ser misericordioso com tanta impiedade. As próprias crianças inocentes, que não tiveram tempo de pecar, vão para o Limbo misterioso e sombrio pela simples falta do batismo. Os criminosos broncos, ignorantes e todo o grosso da espécie humana são atirados nas garras de Satanás, um anjo decaído que só não encarna o mal porque não deve ter carne. Mas com dinheiro e a adoração interesseira a Deus essas almas podem ser perdoadas, de maneira que só para os pobres não há salvação, mas para os ricos o Céu se abre ao impacto dos *tedéuns* suntuosos, das missas cantadas e das gordas contribuições para a Igreja. Nunca se viu soberano mais venal e tribunal mais injusto. A depreciação da morte gerou o desabrido comércio dos traficantes do perdão e da indulgência divina. O vil dinheiro das roubalheiras e injustiças terrenas consegue furar a Justiça Divina, de maneira que o desprestígio dos mortos chega ao máximo da vergonha. A felicidade eterna depende do recheio dos cofres deixados na Terra.

Diante de tudo isso, o conceito da morte se azinhavra nas mãos dos cambistas da simonia, esvazia-se na descrença total, transforma-se no conceito do nada, que Kant definiu como conceito vazio. O morto apodrece enterrado, perdeu a riqueza da vida, virou pasto de vermes e sua misteriosa salvação depende das condições financeiras da família terrena. O morto é

um fraco, um falido e um condenado, inteiramente dependente dos vivos na Terra.

O povo não compreende bem todo esse quadro de misérias em que os teólogos envolveram a morte, mas sente o nojo e o medo da morte, introjetados em sua consciência pela farsa dos poderes divinos que o ameaçam desde o berço ao túmulo e ao além-túmulo. Não é de admirar que os pais e as mães, os parentes dos mortos se apavorem e se desesperem diante do fato irremissível da morte.

Jesus ensinou e provou que a morte se resolve na *Páscoa* da ressurreição, que ninguém morre, que todos temos o corpo espiritual e vivemos no além-túmulo como vivos mais vivos que os encarnados. Paulo de Tarso proclamou que o corpo espiritual é o corpo da ressurreição (cap. 12 da primeira Epístola aos Coríntios), mas a permanente imagem do Cristo crucificado, das procissões absurdas do Senhor Morto, – heresia clamorosa –, as cerimônias da Via-Sacra e as imagens aterradoras do Inferno Cristão – mais impiedoso e brutal do que os Infernos do Paganismo – marcados a fogo na mente humana através de dois milênios, esmagam e envilecem a alma supersticiosa dos homens.

Não é de admirar que os teólogos atuais, divididos em várias correntes de sofistas cristãos moderníssimos, estejam hoje proclamando, com uma alegria leviana de debilóides, a Morte de Deus e o estabelecimento do Cristianismo Ateu. Para esses novos teólogos, o Cadáver de Deus foi enterrado pelo Louco de Nietzsche, criação fantástica e infeliz do pobre filósofo que morreu louco.

O clero cristão, tanto católico como protestante, tanto do Ocidente como do Oriente, perdeu a capacidade de socorrer e consolar os que se desesperam com a morte de pessoas amadas. Seus instrumentos de consolação perderam a eficiência antiga, que se apoiava no obscurantismo das populações permanentemente ameaçadas pela Ira de Deus. A Igreja, Mãe da Sabedoria Infusa, recebida do Céu como graça especial concedida aos eleitos, confessa que nada sabe sobre a vida espiritual e só aconselha aos fiéis as práticas antiquadas das rezas e cerimônias pagas, para que os mortos queridos sejam beneficiados no outro Mundo ao tinir das moedas terrenas. O Messias espantou a chicote os animais do Templo que deviam ser comprados para o sacrifício redentor no altar simoníaco e derrubou as mesas dos cambistas, que trocavam no Templo as moedas gregas e romanas pelas moedas sagradas dos magnatas dispenseiros da misericórdia divina. O episódio esclarecedor foi suplantado na mente popular pelo impacto esmagador das ameaças celestiais contra os descrentes, esses rebeldes demoníacos. Em vão o Cristo ensinou que as moedas de César só valem na Terra. Há dois mil anos essas moedas impuras vêm sendo aceitas por Deus para o resgate das almas condenadas. Quem pode, em sã consciência, acreditar hoje em dia numa Justiça Divina que funciona com o mesmo combustível da Justiça Terrena? Os sacerdotes foram treinados a falar com voz empostada, melíflua e fingida, para, à semelhança da voz das antigas sereias, embalar o povo nas ilusões de um amor venal e sem piedade. Voz doce e gestos compassivos não conseguem mais, em nossos dias, do que irritar as pessoas de bom senso. O Cristo Consolador foi traído pelos agentes da misericórdia divina que

desceu ao banco das pechinchas, no comércio impuro das consolações fáceis. Os homens preferem jogar no lixo as suas almas, que Deus e o Diabo disputam não se sabe porquê.

Livro: EMMANUEL
EDUCAÇÃO EVANGÉLICA

Todas as reformas sociais, necessárias em vossos tempos de indecisão espiritual, têm de processar-se sobre a base do Evangelho.

Como? – podereis objetar-nos. Pela educação, replicaremos.

O plano pedagógico que implica esse grandioso problema tem de partir ainda do simples para o complexo. Ele abrange atividades multiformes e imensas, mas não é impossível. Primeiramente, o trabalho de vulgarização deverá intensificar-se, lançando, através da palavra falada ou escrita do ensinamento, as diminutas raízes do futuro.

O RESULTADO DOS ERROS RELIGIOSOS

Toda essa demagogia filosófico-doutrinária, que vedes nas fileiras do Cristianismo, tem sua razão de ser. As almas humanas se preparam para o bom caminho. A missão do Cristianismo na Terra não era a de mancomunarse com as forças políticas que lhe desviassem a profunda significação espiritual para os homens. O Cristo não teria vindo ao mundo para instituir castas sacerdotais e nem impor dogmatismos absurdos. Sua ação dirigiu-se, justamente, para a necessidade de se remodelar a sociedade humana, eliminando-se os preconceitos religiosos, constituindo isso a causa da sua cruz e do seu martírio, sem se desviar, contudo, do terreno das profecias que o anunciavam.

Todas essas atividades bélicas, todas as lutas antifraternas no seio dos povos irmãos, quase a totalidade dos absurdos, que complicam a vida do homem, vieram da escravização da consciência ao conglomerado de preceitos dogmáticos das Igrejas que se levantaram sobre a doutrina do Divino Mestre, contrariando as suas bases, digladiando-se mutuamente, condenando-se umas às outras em nome de Deus.

Aliado ao Estado, o Cristianismo deturpou-se, perdendo as suas características divinas.

FIM DE UM CICLO EVOLUTIVO

Sabemos todos que a Humanidade terrena atinge, atualmente, as cumeadas de um dos mais importantes ciclos evolutivos. Nessas transformações, há sempre necessidade do pensamento religioso para manter-se a espiritualidade das criaturas em momentos tão críticos. À idéia cristã se encontrava afeto o trabalho de sustentar essa coesão dos sentimentos de confiança e de fé das criaturas humanas nos seus elevados destinos; todavia, encarcerada nas grades dos dogmas católico-romanos, a doutrina de Jesus não poderia, de modo algum, amparar o espírito humano nessas dolorosas transições.

Todas as exterioridades da Igreja deixam nas almas atuais, sedentas de progresso, um vazio muito amargo.

URGE REFORMAR

Foi justamente quando o Positivismo alcançava o absurdo da negação, com Auguste Comte, e o Catolicismo tocava às extravagâncias da afirmativa, com Pio IX proclamando a infalibilidade papal, que o Céu deixou cair à Terra a revelação abençoada dos túmulos. O Consolador prometido pelo Mestre chegava no momento oportuno. Urge reformar, reconstruir, aproveitar o material ainda firme, para destruir os elementos apodrecidos na reorganização do edifício social. E é por isso que a nossa palavra bate insistentemente nas antigas teclas do Evangelho cristão, porquanto não existe outra fórmula que possa dirimir o conflito da vida atormentada dos homens. A atualidade requer a difusão dos seus divinos ensinamentos. Urge, sobretudo, a criação dos núcleos verdadeiramente evangélicos, de onde possa nascer a orientação cristã a ser mantida no lar, pela dedicação dos seus chefes. As escolas do lar são mais que precisas, em vossos tempos, para a formação do espírito que atravessará a noite de lutas que a vossa Terra está vivendo, em demanda da gloriosa luz do porvir.

NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PURA E SIMPLES

Há necessidade de iniciar-se o esforço de regeneração em cada indivíduo, dentro do Evangelho, com a tarefa nem sempre amena da auto-educação. Evangelizado o indivíduo, evangeliza-se a família; regenerada esta, a sociedade estará a caminho de sua purificação, reabilitando-se simultaneamente a vida do mundo.

No capítulo da preparação da infância, não preconizamos a educação defeituosa de determinadas noções doutrinárias, mas facciosas, facilitando-se na alma infantil a eclosão de sectarismos prejudiciais e incentivando o espírito de separatividade, e não concordamos com a educação ministrada absolutamente nos moldes desse materialismo demolidor, que não vê no homem senão um complexo celular, onde as glândulas, com as suas secreções, criam uma personalidade fictícia e transitória. Não são os suco e os hormônios, na sua mistura adequada nos laboratórios internos do organismo, que fazem a luz do espírito imortal. Ao contrário dessa visão audaciosa dos cientistas, são os fluidos, imponderáveis e invisíveis, atributos da individualidade que preexiste ao corpo e a ele sobrevive, que dirigem todos os fenômenos orgânicos que os utopistas da biologia tentam em vão solucionar, com a eliminação da influência espiritual. Todas as câmaras misteriosas desse admirável aparelho, que é o mecanismo orgânico do homem, estão repletas de uma luz invisível para os olhos mortais.

FORMAÇÃO DA MENTALIDADE CRISTÃ

As atividades pedagógicas do presente e do futuro terão de se caracterizar pela sua feição evangélica e espiritista, se quiserem colaborar no grandioso edifício do progresso humano.

Os estudiosos do materialismo não sabem que todos os seus estudos se baseiam na transição e na morte. Todas as realidades da vida se conservam inapreensíveis às suas faculdades sensoriais. Suas análises objetivam somente a carne perecível. O corpo que estudam, a célula que examinam, o corpo químico submetido à sua crítica minuciosa, são acidentais e passageiros. Os materiais humanos postos sob os seus olhos pertencem ao domínio

das transformações, através do suposto aniquilamento. Como poderá, pois, esse movimento de extravagância do espírito humano presidir à formação da mentalidade geral que o futuro requer, para a consecução dos seus projetos grandiosos de fraternidade e de paz? A intelectualidade acadêmica está fechada no círculo da opinião dos catedráticos, como a idéia religiosa está presa no cárcere dos dogmas absurdos.

Os continuadores do Cristo, nos tempos modernos, terão de marchar contra esses gigantes, com a liberdade dos seus atos e das suas idéias.

Por enquanto, todo o nosso trabalho objetiva a formação da mentalidade cristã, por excelência, mentalidade purificada, livre dos preceitos e preconceitos que impedem a marcha da Humanidade. Formadas essas correntes de pensadores esclarecidos do Evangelho, entraremos, então, no ataque às obras. Os jornais educativos, as estações radiofônicas, os centros de estudo, os clubes do pensamento evangélico, as assembléias da palavra, o filme que ensina e moraliza, tudo à base do sentimento cristão, não constituem uma utopia dos nossos corações. Essas obras que hoje surgem, vacilantes e indecisas no seio da sociedade moderna, experimentando quase sempre um fracasso temporário, indicam que a mentalidade evangélica não se acha ainda edificada. A andaimaria, porém, aí está, esperando o momento final da grandiosa construção.

Toda a tarefa, no momento, é formar o espírito genuinamente cristão; terminado esse trabalho, os homens terão atingido o dia luminoso da paz universal e da concórdia de todos os corações.

*

NOTAS BIOGRÁFICAS

ABELARDO, Pedro: (1079-1142). Nasceu em Palais, nas proximidades de Nantes, na Bretanha. Abriu uma escola em Paris, em 1103, e sobressaiu-se pelo seu espírito arguto e conhecimento de Teologia.

AGOSTINHO, Aurélio: (354-430). Nasceu em Tagaste, África. Tornou-se bispo de Hipona. Em seus escritos atacou vigorosamente todos aqueles que considerava hereges.

ALCUÍNO: (735-804). Teólogo inglês muito erudito. Foi chamado de Iorque para auxiliar Carlos Magno a estabelecer um sistema educacional no Império dos Francos. Na velhice, retirou-se para o Mosteiro de Tours e dedicou-se à Teologia.

ALTHUSIUS, Johannes: (1557-1638). Pensador alemão a quem se atribui a criação da teoria moderna das leis naturais. Nasceu em Diedenshausen, estudou em Basiléia e Genebra e tornou-se professor de Direito em Herbon.

AMBRÓSIO, Santo: (340-397). Nasceu em Treves e tornou-se bispo de Milão, em 374. Entrou muitas vezes em choque com as mais altas autoridades de seu tempo. Escreveu o grande hino cristão: *Te Deum Laudamus*.

ANAXÁGORAS: (500-428 A.C.). Nasceu em Clazomenae. Depois de viajar por muitas terras, instalou-se em Atenas, onde abriu uma escola de Filosofia. Muitos pensadores famosos estudaram com ele. Incriminado de impiedade, foi condenado à morte; revogou-se a sentença, sendo ele mandado para o exílio. Retirou-se para Lâmpsaco, onde ensinou Filosofia até aos últimos dias de sua vida.

ANAXIMANDRO: (610-546 A.C.). Célebre matemático e filósofo. Explicou que a Lua recebia a luz do Sol e que a Terra era redonda. Acreditava na existência de muitos mundos.

AQUINO, S. Tomás de: (1227-1274). Conhecido como “Doutor Angélico”. Descendia dos Condes de Aquino, da Calábria. Em 1323, foi canonizado pelo Papa João XXII. Seus trabalhos formam a base da escola tomista.

ARISTÓTELES: (384-322 A.C.). Nasceu em Estagiros, Trácia. Começou os estudos com Platão aos 20 anos de idade. Filipe da Macedônia fê-lo preceptor de seu filho Alexandre, o Grande. Foi acusado de impiedade e exilado para Cálcis, onde morreu.

BACON, Francis: (1561-1626). Nasceu em Londres. Galgou grande posição no governo inglês, tendo sido *lord-chanceler*. Mas sua venalidade como juiz provocou-lhe a queda e a prisão. Tendo sido perdoado pelo rei, afastou-se da vida pública e mergulhou nos estudos.

BACON, Rogério: (1214-1294). Cientista e publicista inglês. Consta ter inventado a pólvora e fabricado lentes de aumento.

BENTHAM, Jeremy: (1748-1832). Ilustre autor inglês. Escreveu sobre Economia Política e Jurisprudência.

BERGSON, Henri: (1859-1940). Nasceu em Paris. Foi um dos grandes filósofos franceses modernos e recebeu muitas honras do governo fran-

cês. Foi membro da Academia Francesa em 1914. Ocupou importantes cadeiras de Filosofia em França.

BERKELEY, George: (1685-1753). Célebre sacerdote inglês. Nasceu na Irlanda e estudou no Colégio da Trindade, Dublin. Concebeu um plano para converter a América ao Cristianismo. Partiu para as Bermudas para erguer ali um colégio, mas o projeto falhou por não ter recebido os fundos que esperava. Tornou-se bispo de Cloyne, em 1734.

BRUNO, Giordano: (1548-1600). Membro da Ordem Dominicana. Deixou-a e vagueou pelo mundo. Retornou finalmente à Itália, onde foi aprisionado pelo Inquisição. Morreu na fogueira.

CAMPANELLA, Tommaso: (1568-1639). Monge dominicano que foi perseguido pela inquisição. Passou 27 anos de sua vida na prisão por ter idéias que jamais tentara pôr em prática.

CARNÉADES: (213-129 A.C.). O maior cético da Academia fundada por Platão.

CÍCERO, Marco Túlio: (106-43 A.C.). Nasceu em Arpino. Orador e estadista romano. Ocupou muitos cargos elevados em Roma; combateu contra conspiradores e acabou sendo assassinado pelos emissários de Marco Antônio.

COMÊNIO, João Amos: (1592-1670). Grande educador da Morávia e chefe da vida religiosa dos morávios. Sofreu violentas perseguições, mas continuou a manter sua fé e esforços educacionais. Advogou, no ensino, o *método da natureza*.

COMTE, Augusto: (1798-1857). Nasceu em Montpellier, França. Frequentou a Escola Politécnica, em Paris. Era muito versado nas Ciências Exatas e na Matemática.

DEMÓCRITO: (460-370 A.C.). Nasceu em Abdera, Trácia. Viajou muito e escreveu inúmeros livros sobre Ciências, Filosofia e Matemática.

DESCARTES, René: (1596-1650). Nascido em Turena, França. Foi soldado e serviu no exército dos holandeses e bávaros. Instalou-se na Holanda, onde escreveu muitos livros que exerceram grande influência por todo o mundo.

DEWEY, John: (1859-1952). Ilustre filósofo norte-americano. Nasceu em Vermont. Autor de vários livros sobre Filosofia, Educação, Psicologia e Ciência Política. Através de seus trabalhos e conferências, exerceu influência sobre os processos do mundo do pensamento.

ECKHART, Meister: (1260-1327). Místico alemão. Membro da Ordem Dominicana. Lecionou e escreveu muito, tendo exercido grande influência como sacerdote.

EMPÉDOCLES: (495-435 A.C.). Nasceu em Agrigento, Sicília. Filho de uma família rica, dotada de espírito público. Foi chefe dos elementos democráticos de sua cidade, constando ter recusado a chefia do reino. Foi também mestre religioso, poeta e médico. Acreditava possuir o dom da magia.

EPICURO: (341-270 A.C.). Nasceu na Ilha de Samos, de pais atenienses. Lecionou em muitas cidades gregas e fundou uma escola em Atenas, onde viveu o resto de sua vida.

ERÍGENA, João Escoto: (810-877). Nasceu na Irlanda e estudou em escolas irlandesas. Foi chamado por Carlos, o Calvo, para chefiar a Escola Palatina, de Paris.

ESPINOSA, Baruch: (1632-1677). Designado muitas vezes como Benedito. Nasceu na Holanda, filho de judeus e portugueses. Por causa de suas teorias foi expulso da sinagoga e forçado a vagar pela Europa. Ganhou a vida polindo lentes.

FICHTE, Johann Gottlieb: (1762-1814). Nasceu na Saxônia, filho de um pobre tecelão. Recebeu sua educação através da generosidade de um nobre rico. Galgou os degraus da fama como professor de Filosofia e escritor. Foi um dos fundadores da Universidade de Berlim.

FÍLON: (30 A.C. - 50 D.C.). Conhecido como “O Judeu” ou “Filon da Alexandria”. Era de uma família de sacerdotes e escreveu muito sobre questões históricas, políticas e éticas. Afirmava que o Judaísmo era soma total da sabedoria humana.

FROEBEL, Friedrich Wilhelm August: (1782-1852). Nasceu numa pequena aldeia da floresta de Turíngia. Frequentou a Universidade de Iena. Conheceu os grandes espíritos de seu tempo com os quais estudou. Fundou o primeiro Jardim da Infância.

GALILEI, Galileu: (1564-1641). Nasceu em Pisa e estudou em Florença. Estudou Medicina e Matemática. Tornou-se célebre como astrônomo, tendo sido o inventor do primeiro telescópio. Entrou em choque com a Inquisição. Conseguiu escapar à morte prometendo não pregar que o Sol era o centro do Universo.

GRÓCIO, Hugo: (1583-1645). Chefe do partido aristocrático, na Holanda. Nasceu em Delft. Passou a maior parte da vida em funções públicas, tendo entrado muitas vezes em choque com as autoridades. Foi embaixador da Suécia em Paris, em 1635, onde permaneceu até pouco tempo antes de sua morte.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich: (1770-1831). Nasceu em Estugarda e estudou Teologia e Filosofia em Tubingen. Serviu como professor em muitos estabelecimentos educacionais de projeção, tais como os de Iena, Heidelberg e Berlim.

HERÁCLITO: (535-475 A.C.). Nascido em Éfeso. Era um aristocrata. Não tinha respeito algum pela democracia. Foi chamado “O Obscuro” devido a seus escritos serem de difícil compreensão.

HERBART, Johann Friedrich: (1776-1841). Filósofo alemão que combateu todo o movimento do Idealismo. Ocupou muitas cadeiras célebres, inclusive a que Kant tornou famosa em Conisberga.

HOBBS, Thomas: (1588-1679). Estudou a Escolástica e a filosofia de Aristóteles, em Oxford. Percorreu o Continente, onde conheceu muitos dos grandes espíritos de seu tempo. Depois da convocação do “Long Parli-

ament”, fugiu para a França, em novembro de 1640, donde só voltou depois que fez as pazes com Crommwel, em 1651.

HUME, David: (1711-1776). Nasceu em Edimburgo. Estudou Direito e tornou-se subsecretário de Estado, em 1767. Celebrizou-se, na vida, pela sua capacidade como historiador.

JAMES, William: (1842-1910). Nasceu em Nova Iorque. Estudou em escolas particulares e com professores em Nova Iorque. Frequentou a Escola Científica de Lawrence e formou-se pela Escola de Medicina de Harvard, em 1870. Sua carreira de professor incluiu a Anatomia, a Fisiologia, a Psicologia e a Filosofia. Lecionou nas Universidades de Harvard, Edimburgo e Oxford.

KANT, Immanuel: (1724-1804). Nasceu em Conisberga, filho de um seleiro. Passou quase toda a vida de estudante, professor e escritor em sua cidade natal. Seus trabalhos exerceram influência sobre as correntes de pensamento tanto quanto os de quaisquer outros filósofos que existiram.

LEIBNITZ, Gottfried Wilhelm: (1646-1716). Nasceu em Leipzig e estudou Direito, Filosofia e Matemática em Iena. Recebeu o grau de doutor em Direito com a idade de 20 anos. Serviu como conselheiro e bibliotecário da corte, em Hanover, até ao dia de sua morte.

LEUCIPO: Pouco se conhece de sua vida. Consta que tinha vindo de Mileto e estudado com Zenão, em Eléia. Provavelmente fundou em Abdera a escola que Demócrito tornou célebre.

LOCKE, John: (1632-1704). Estudou Filosofia, Ciências Naturais e Medicina em Oxford. Esteve durante muitos anos a serviço do Conde de Shaftesbury, como secretário e preceptor do seu filho e do neto. Seguiu seu protetor, ao ser este exilado para a Holanda, e voltou para a Inglaterra com a ascensão de Guilherme de Orange.

LOTZE, Hermann: (1817-1881). Estudou Medicina e Filosofia em Leipzig. Foi professor de Fisiologia e Filosofia na universidade dessa cidade. Lecionou também em Göttingen e Berlim.

MALEBRANCHE, Nicolau: (1638-1715). Membro do Oratório de Jesus. Procurou harmonizar a Religião e a Filosofia, a teoria de Descartes e a de Santo Agostinho; falhou, porém, tendo seus trabalhos sido colocados nos livros proibidos pela Igreja.

MAQUIAVEL, Nicolau: (1469-1527). Diplomata italiano. Secretário do Conselho dos Dez, em Florença. Nos últimos anos de sua vida, foi exilado pelos Médicis.

MARX, Karl: (1818-1883). Nasceu em Treves, Alemanha. Mundialmente reconhecido como o principal filósofo socialista e o fundador do movimento socialista internacional.

MILL, John Stuart: (1806-1873). Filho de James Mill, secretário da “East India Company”. O pai deu-lhe especial educação, que consistiu em muitos estudos sobre Filosofia e Ciência Política. Ele também serviu na “East India Company”, tendo ingressado, mais tarde, no Parlamento como liberal.

NEWTON, Sir Isaac: (1642-1727). Nasceu em Woolsthorpe, Lincolnshire. Estudou em Cambridge, onde cultivou a Matemática. Fez inúmeras descobertas científicas, tendo sido altamente distinguido com honrarias pelo governo inglês.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm: (1844-1900). Ilustre filósofo alemão, nascido em Roken, nas proximidades de Leipzig. Foi professor de Filosofia clássica, em Basiléia.

PARMÊNIDES: (515-470 A.C.). Filho de uma família rica de Eléia. Desenvolveu a filosofia de Xenófanos. Foi provavelmente um pitagórico em seus primeiros tempos.

PESTALOZZI, Johann Heinrich: (1746-1827). Nascido em Zurique. Sentiu-se inspirado para aliviar os sofrimentos dos aldeões em sua terra. Esforçou-se muito para educá-los e fornecer-lhes melhores métodos para cultivar a terra e viver. Sua influência sobre a educação moderna foi muito grande e profunda.

PITÁGORAS: (580-500 A.C.). Nasceu em Samos e emigrou para as colônias gregas na Itália Meridional, cerca de 529. Fundou a escola dos pitagóricos, uma seita semi-religiosa e filosófica.

PLATÃO: (427-347 A.C.). Filho de pais nobres. O maior discípulo de Sócrates. Viajou muito, tinha uma boa renda e viveu no mais alto estilo. Era íntimo de Dionísio I, tirano de Siracusa. Dizia-se que esperava fundar um Estado ideal, em Siracusa. Fundou a Academia num bosque de Atenas.

PLOTINO: (204-269). Nasceu em Licópolis, Egito. Estudou Filosofia, durante onze anos, com Ammonius Saccas, em Alexandria. Fundou uma escola em Roma logo depois de 243.

REID, Thomas: (1710-1796). Chefe da escola escocesa na sua reação contra o idealismo de Berkeley e o ceticismo de Hume. Procurou voltar ao senso comum na Filosofia.

SAINT-SIMON, Claude Henri de: (1760-1825). Cientista e político francês que concebeu a idéia de uma nova sociedade, na qual haveria igual distribuição de propriedades, poder, cultura e felicidade.

SANTAYANA, Jorge: (1863-1952). Nasceu em Madrid e formou-se na Universidade de Harvard, onde lecionou durante vinte e dois anos. Depois, de 1912 em diante, passou a viver na Europa. Em 1943, foi eleito membro honorário da Academia Americana de Ciências e Letras. Foi poeta e crítico literário, bem como filósofo. Morreu na Itália.

SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph: (1775-1854). Estudou Teologia de Tübingen e foi professor de Filosofia em Iena, em 1798. Foi uma das figuras mais brilhantes do círculo para o qual convergia o movimento romântico. Foi chamado a Berlim para deter a maré da filosofia hegeliana; nisso, porém, obteve pouco êxito.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Ernst Daniel: (1768-1834). Nasceu em Breslau e recebeu parte de sua educação nas escolas da irmandade da Morávia. Depois de um curto período estudantil e de professorado, em Hal-

le, seguiu para Berlim como sacerdote da Igreja da Trindade. Tornou-se, tempos depois, professor de Teologia na Universidade de Berlim.

SCHOPENHAUER, Arthur: (1788-1860). Nasceu em Danzigue, de pai banqueiro e mãe romancista. Recusou-se a trabalhar no escritório do pai; preferiu a Filosofia. Fez muitas preleções, mas com pouco êxito, pois outros filósofos tinham-se tornado mais populares. Isso provocou-lhe amargor que somente se suavizou um pouco, mais tarde na vida, ao crescer sua fama.

SMITH, Adam: (1723-1790). Nasceu em Kirkcaldy, na Escócia. Estudou em Glasgow e Oxford, mas não foi muito feliz nesta última. Considerava os professores ali de espírito muito acanhado, isso devido a não lhe permitirem ler Hume. Seus escritos sobre Ciência Política exerceram grande influência.

SÓCRATES: (469-399 A.C.). Nasceu em Atenas, filho de um pobre escultor e de uma parteira. Viveu uma vida errante e nada desejava senão coisas simples para suas necessidades. Andava quase sempre descalço e esfarrapado para acentuar a simplicidade. Casou-se mas não teve uma vida normal no lar. Por causa de suas teorias foi condenado à morte pelo tribunal de Atenas e forçado a beber cicuta.

SPENCER, Herbert: (1820-1903). Filósofo utilitário. Foi durante algum tempo engenheiro civil. Em Londres, fazia parte de um grande círculo de gênios literários e filosóficos, que exerceram grande influência em suas obras.

TALES: (624-544 A.C.). Nasceu em Mileto. Sobressaiu-se como estadista, matemático e astrônomo. Consta ter predito o eclipse de 28 de maio de 585. É classificado como um dos Sete Sábios da Grécia.

VOLTAIRE: (1694-1778). Seu nome original era François-Marie Arouet. Nasceu em Paris. Foi preso muitas vezes por causa de seus escritos, os quais abrangiam romances e peças teatrais satíricas, bem como tratados de Filosofia.

*

BIBLIOGRAFIA

EMMANUEL (Espírito). O Consolador. Psicografia de Francisco Cândido Xavier. FEB. RJ. 24^a. 2.003.

_____ Emmanuel. Psicografia de Francisco Cândido Xavier. FEB. RJ. 18^a. 1.997.

FROST JR., S. E. – Basic Teachings of the Great Philosophers. Cultrix. São Paulo. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho.

KARDEC, Allan – O Evangelho Segundo o Espiritismo. FEESP. São Paulo. 15^a. 2.001. Trad. J. Herculano Pires.

_____ O Livro dos Espíritos. LAKE. São Paulo. 63^a. 2.002. Trad. J. Herculano Pires.

_____ Obras Póstumas. LAKE. São Paulo. 12^a. 1.998. Trad. João Teixeira de Paula e notas de J. Herculano Pires.

_____ A Gênese. LAKE. São Paulo. 21^a. 2.003. Trad. Victor Tollendal Pacheco. Apresentação e notas de J. Herculano Pires.

_____ O Que é o Espiritismo. LAKE. São Paulo. 1^a. 1.998. Tradução de Wallace Leal V. Rodrigues. Introdução de J. Herculano Pires.

PIRES, J. Herculano. Os Filósofos. FEESP. São Paulo. 1^a. 2.000.

_____ Introdução à Filosofia Espírita. FEESP. São Paulo. 2^a. 1.993.

_____ O Espírito e o Tempo. EDICEL. DF. 7^a. 1.995.

_____ Agonia das Religiões. PAIDÉIA. SP. 3^a. 1.989.

_____ O Sentido da Vida. PAIDÉIA. SP. 1^a. 2.005.

_____ Parapsicologia Hoje e Amanhã. EDICEL. SP. 6^a. 1.981.

_____ Pedagogia Espírita. Editora J. Herculano Pires. MG. 2^a. 1.994.

_____ Curso Dinâmico de Espiritismo. PAIDÉIA. SP. 1^a. 1.979.

QUEIROZ, José Fleurí. Educação Como Direito e Dever à Luz da Filosofia e do Direito Natural. MUNDO JURÍDICO. SP. 1^a. 2.003.

_____ Código de Direito Natural Espírita. MUNDO JURÍDICO. SP. 2^a. 2.010.

_____ Suicídio é ou não é Crime? Co-autor com ALLAN FRANCISCO QUEIROZ. MUNDO JURÍDICO. SP. 1^a. 2.007.

_____ Filosofia do Direito e Filosofia Espírita. Pena de Duração Indeterminada. MUNDO JURÍDICO. SP. 1^a. 2.009.

_____ Medicina Espírita e Ciência Médica. MUNDO JURÍDICO. SP. 1^a. 2.009.

S. MARCOS, Manoel Pelicas. Noções da História da Filosofia. FEESP. São Paulo. 1^a. 1.993.